

Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira

ORGANIZADORES

PSICHOLOGIA

reflexões e ações volum
3



Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira

ORGANIZADORES

PSICOLOGIA

reflexões e ações volume
3

 ed**UNITAU**

Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira
Organizadores

Psicologia: reflexões e ações

Volume 3



Taubaté | SP

2023

EXPEDIENTE EDITORA

EdUNITAU

| Diretora-Presidente: Profa. Dra. Nara Lúcia Perondi Fortes

Conselho Editorial

| Pró-reitora de Extensão: Profa. Dra. Leticia Maria Pinto da Costa
| Assessor de Difusão Cultural: Prof. Me Luzimar Goulart Gouvêa
| Coordenadora do Sistema Integrado de Bibliotecas: Shirlei de Moura Righeti
| Representante da Pró-reitoria de Graduação: Profa. Ma. Silvia Regina Ferreira Pompeo de Araújo
| Representante da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação: Profa Dra. Cristiane Aparecida de Assis Claro
| Área de Biociências: Profa. Dra. Milene Sanches Galhardo
| Área de Exatas: Prof. Dra. Érica Josiane Coelho Gouvêa
| Área de Humanas: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
| Consultora Ad hoc: Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira

Projeto Gráfico

| **NDG** – Núcleo de Design Gráfico da Universidade de Taubaté
| **Capa:** Alessandro Squarcini
| **Diagramação:** Paulo Francisco de Castro, Rafael Campos de Jesus
| **Revisão:** Renata Aparecida de Freitas
| **Impressão:** Eletrônica (e-book)

Ficha Catalográfica

| **Bibliotecária:** Ana Beatriz Ramos - CRB-8/6318

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU Grupo Especial de Tratamento da Informação – GETI

P974 Psicologia: reflexões e ações [recurso eletrônico] /
organizado por Adriana Leonidas de Oliveira , Paulo Francisco de
Castro. – Dados eletrônicos. – Taubaté : EdUnitau, 2023.

Formato: PDF
Requisitos do sistema: Adobe
Modo de acesso: world wide web

ISBN: 978-65-86914-71-9 (on-line)

1. Psicologia. 2. Psicologia clínica e da saúde. 3. Psicologia
organizacional. Psicologia social. I. Oliveira, Adriana Leonidas (org.).
II. Castro, Paulo Francisco (org.). III. Título.

CDD – 150

Índice para Catálogo sistemático

Psicologia – 150
Psicologia clínica e da saúde – 362.1
Psicologia organizacional – 158.7

Copyright © by Editora da UNITAU, 2023

Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistema eletrônico, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

Comissão Editorial Psicologia: reflexões e ações

Adriana Leonidas de Oliveira

Armando Rocha Junior

Helena Rinaldi Rosa

Hilda Rosa Capelão Avoglia

Luis Sérgio Sardinha

Maria Lucia Marques

Marilza Terezinha Soares de Souza

Paulo Francisco de Castro

Quésia Postigo Kamimura

Sonia Maria da Silva

**OS TEXTOS DOS CAPÍTULOS, SEUS POSICIONAMENTOS
TEÓRICOS, SUAS CONCEPÇÕES METODOLÓGICAS, ALÉM DO
PROCESSO DE FORMATAÇÃO E A CONSTRUÇÃO GERAL SÃO DE
INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	10
A FORMAÇÃO DO VÍNCULO TERAPÊUTICO ENTRE O PSICÓLOGO E O PACIENTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA	13
A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA PRISIONAL – CRIMINAL	34
A PORNOGRAFIA COMO FENÔMENO HISTÓRICO E PSICOLÓGICO	59
A RELAÇÃO ENTRE O EU E O PERSONAGEM: MMORPGS SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA.....	74
A SUBMISSÃO DE MULHERES À VIOLÊNCIA EM RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA	93
AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE VIVÊNCIAS PSICOLÓGICAS TRAUMÁTICAS E QUADROS DE ENDOMETRIOSE	108
AVALIAÇÃO DE ALUNOS INGRESSANTES DO CURSO DE PSICOLOGIA PELA BATERIA FATORIAL DE PERSONALIDADE.....	123
COMPORTAMENTO ADOLESCENTE EM <i>SHOPPING CENTERS</i> : TRIBOS URBANAS, USO DE CELULAR E CONSUMO	143
CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DOS PADRÕES ESTÉTICOS CULTURAIS FEMININOS ENCONTRADOS NAS REDES SOCIAIS	161
DESISTÊNCIA E ABANDONO DOS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS EM UMA CLÍNICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA NO VALE DO PARAÍBA	178
DO BRASIL PARA O MUNDO: A ADAPTAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS NA ARGENTINA	196
IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO NO ATENDIMENTO MÉDICO SOBRE A SAÚDE MENTAL DA COMUNIDADE LGBT	216
INVESTIGAÇÃO DE PROTOCOLOS DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA PARA A DEMÊNCIA POR ALZHEIMER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA	225
LIMITAÇÕES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DE IDOSOS LONGEVOS.....	242
O FENÔMENO DO SUICÍDIO E A PSICOLOGIA PREVENTIVA.....	253
O PSICÓLOGO DA SAÚDE NO CONTEXTO DO TRANSPLANTE CARDÍACO: UMA REVISÃO NARRATIVA	265

O SENTIDO DA EXISTÊNCIA NA SOCIEDADE DO CANSAÇO.....	280
O SENTIDO DA VIDA E DA FELICIDADE PARA OS IDOSOS	293
O SENTIDO DA VIDA: UMA PERSPECTIVA DE MULHERES IDOSAS QUE TRABALHARAM NO LAR E FORA DELE	302
OS EFEITOS DO DIVÓRCIO PARENTAL NA VISÃO DOS FILHOS ADOLESCENTES E ADULTOS.....	314
PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE: CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO RORSCHACH PARA A COMPREENSÃO DO FUNCIONAMENTO PSÍQUICO DOS POSSÍVEIS AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL	328
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A TEORIA FREUDIANA DA SEXUALIDADE FEMININA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA.....	343
PROJETO DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL NA ADOLESCÊNCIA: O PAPEL DA ESCOLA.....	358
PROJETO DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL NA ADOLESCÊNCIA: O PAPEL DA FAMÍLIA.....	379
REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS CULTURAIS E SOCIAIS ACERCA DO BINARISMO DE GÊNERO.....	396
A ENTREVISTA DE SELEÇÃO COMO FERRAMENTA DO PROCESSO SELETIVO NA GESTÃO EMPRESARIAL.....	418
A PREPARAÇÃO DO CANDIDATO PARA A ENTREVISTA DE EMPREGO.....	425
AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCOLHA DO MELHOR CANDIDATO.....	438
CLIMA ORGANIZACIONAL NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONDOMINIAIS E INDUSTRIAIS NA CIDADE DE TAUBATÉ	452
E-RH: O IMPACTO DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	465
O PAPEL DO ENTREVISTADOR NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO	474
PROGRAMA DE ESTÁGIO EM UMA EMPRESA MULTINACIONAL: UM ESTUDO SOBRE ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS	487
RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM UMA EMPRESA DE CONSULTORIA DE RH: COMO IDENTIFICAR E CAPTAR TALENTOS	502
USO DA ENTREVISTA DE DESLIGAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: UM REFLEXO SOBRE O <i>TURNOVER</i> DE ESTAGIÁRIOS	515

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA CRIMINALIDADE FEMININA.....	526
NEOLIBERALISMO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE.....	545
ORGANIZADORES	564
AUTORES.....	565

APRESENTAÇÃO

Com muita satisfação apresentamos o terceiro volume da série de livros produzida pelo Departamento de Psicologia da Unifesp: “Psicologia: Reflexões e Ações”. Os livros da série “Psicologia: Reflexões e Ações” têm como objetivo socializar produções construídas por professores e alunos de graduação e pós-graduação do curso de Psicologia da Universidade de Taubaté, assim como trabalhos desenvolvidos em parceria com profissionais de outras instituições nacionais e internacionais.

Neste terceiro volume, o leitor encontrará material de grande riqueza teórica e prática, à medida que reflexões e ações desenvolvidas em diferentes áreas da Psicologia são apresentadas por meio de nossas pesquisas e trabalhos interventivos. O material produzido é fruto dos Trabalhos de Graduação e dos Trabalhos de Estágio do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, os quais revelam a atuação e dedicação conjunta e qualificada de nossos docentes e discentes. Temas atuais e de grande relevância são apresentados e discutidos ao longo dos trinta e seis capítulos que compõem a obra, divididos em três grandes seções.

As reflexões e ações em **Psicologia Clínica e da Saúde** revelam a amplitude da área, trazendo à luz temáticas relacionadas à prática clínica e da saúde, à avaliação psicológica, à mulher, ao adolescente, ao jovem e ao idoso.

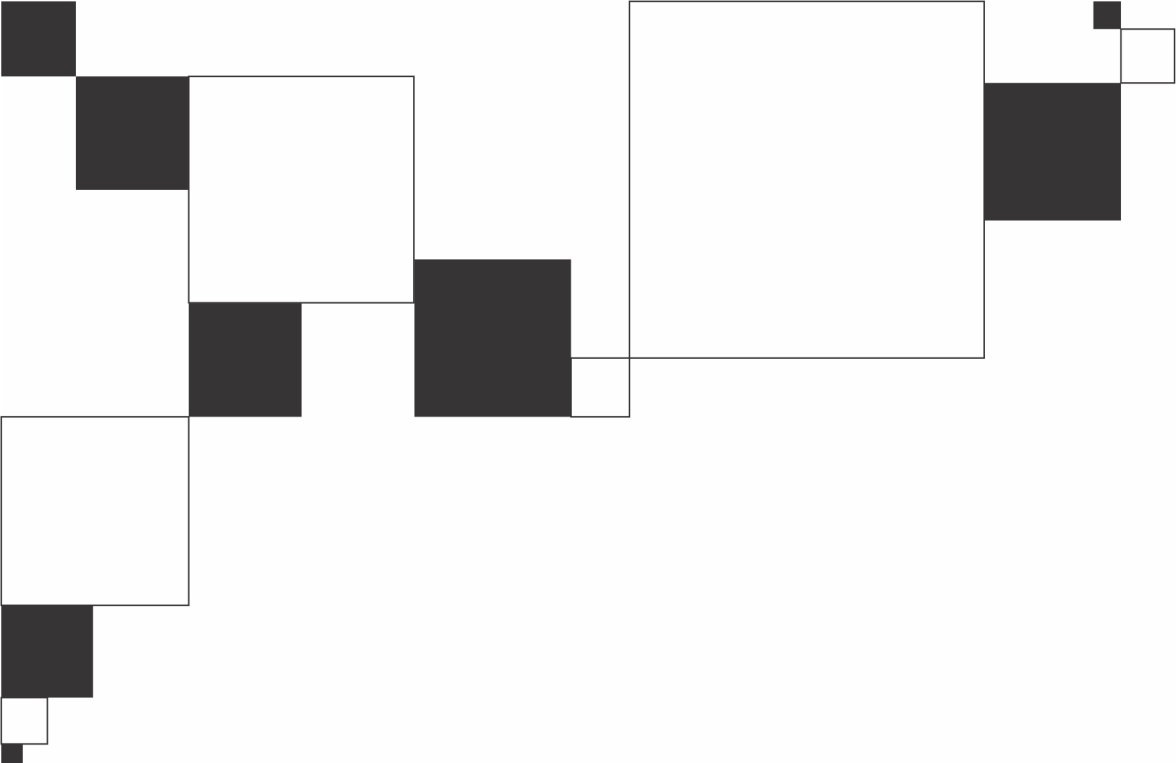
Variados aspectos da prática clínica são discutidos, tais como: a formação do vínculo terapêutico entre o psicólogo e o cliente, as razões para desistência e abandono dos atendimentos psicológicos, a questão do suicídio e a psicologia preventiva. A avaliação psicológica é abordada em diferentes contextos, tais como: no sistema prisional-criminal, no contexto universitário, assim como na área da avaliação neuropsicológica. O adolescente e o jovem são focos em capítulos em que se discutem os efeitos do divórcio parental, o consumismo, o projeto de vida, e a adaptação em processos de mobilidade acadêmica internacional. Questões relacionadas à mulher são trazidas nas temáticas sobre a sexualidade, a violência, as consequências psicológicas dos padrões estéticos culturais advindos das redes sociais. O atendimento em saúde é apresentado em temas atuais, tais como o impacto da discriminação no atendimento médico sobre a saúde mental da comunidade LGBT, a atuação do psicólogo no contexto do transplante cardíaco, as vivências psicológicas traumáticas e os quadros de endometriose. Por fim, capítulos sobre a pessoa idosa abordam a questão da felicidade e o sentido da vida.

As reflexões e ações em **Psicologia Organizacional e Gestão** dão destaque para temas centrais da área, tais como o uso da avaliação psicológica no recrutamento e seleção, a entrevista de seleção, o papel do entrevistador, clima organizacional, atração e retenção de talentos, e a entrevista de desligamento.

As reflexões e ações em **Psicologia Social e Comunitária** nos remetem a dois temas que demandam debates em nossa sociedade: os aspectos psicossociais da criminalidade feminina, assim como a questão do neoliberalismo, precarização do trabalho e subjetividade

É com muito orgulho que convidamos toda a comunidade acadêmica da psicologia e de áreas afins a desfrutarem dessa leitura e contribuírem para a ampliação contínua de nossos reflexões e ações, em prol do fortalecimento da Psicologia enquanto ciência e profissão.

Paulo Francisco de Castro
Adriana Leonidas de Oliveira



PARTE I

psicologia clínica e da saúde

A FORMAÇÃO DO VÍNCULO TERAPÊUTICO ENTRE O PSICÓLOGO E O PACIENTE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Camila Cruz de Camargo Kater

Adriana Leonidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

A formação do vínculo terapêutico entre psicólogo e paciente é um aspecto imprescindível para o sucesso do tratamento (Sandler, 1993 *apud* Arcila, 2012). Assim como qualquer categoria de vínculo, existem particularidades quanto a sua construção no que diz respeito às qualidades intrínsecas do relacionamento entre dois sujeitos e às qualidades individuais dos envolvidos (Orlinsky; Howard, 1987 *apud* Saunders; Howard; Orlinsky, 1989). Apesar de menos evidente, o vínculo por parte do terapeuta em modalidades de atendimento *online* é estabelecido de maneira similar aos atendimentos presenciais, por meio de comportamentos de compreensão, empatia e oferecimento de cuidado (Andersson; Paxling; Wiwe *et al.*, 2012; Paxling *et al.*, 2013 *apud* Berger, 2017).

Ao considerar as modalidades de terapia remotas e presenciais quanto às repercussões geradas, impactos e modificações são sentidos no paciente e no profissional psicólogo. Sentimentos de satisfação resultantes do envolvimento, comoções e sensibilizações foram, segundo Hunter (2012), relatadas pelos psicólogos.

Este trabalho tem como objetivo analisar a relevância desse vínculo, explorar as diferentes características e os aspectos auxiliares e dificultadores de sua formação e verificar suas propriedades na modalidade *online*.

A relevância deste trabalho se dá pela fundamental importância da construção de um vínculo entre terapeuta e paciente no proceder do trabalho terapêutico (Queiroz, 2017), uma vez que estudos exibem cada vez mais a formação do vínculo como um dos fatores importantes para alcançar o sucesso na terapia (Sandler, 1993 *apud* Arcila, 2012).

O presente capítulo encontra-se organizado em cinco seções. A seguir, apresenta-se uma breve contextualização teórica a respeito das temáticas tratadas. Posteriormente, serão apresentados o método da pesquisa e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Psicoterapia

O surgimento da psicoterapia, pode ser vinculado analogicamente tanto ao surgimento da medicina, quando se defende que na antiguidade a qualidade da relação médico-paciente tinha efeito terapêutico, quanto ao trabalho de curandeiros e xamãs, considerados como psicoterapeutas precursores (Wallerstein, 2005 *apud* Castanheira; Grevet; Cordioli, 2019). Essas analogias servem para demonstrar como são importantes as relações interpessoais no auxílio à diminuição do sofrimento físico e psíquico (William, 2008 *apud* Castanheira; Grevet; Cordioli, 2019).

Como profissão, a psicoterapia teve início entre o final do século XIX e o início do século XX, dispondo de enfoques teóricos e técnicas variadas. Trata-se de um método de tratamento em que, por meio da mensagem verbal, o terapeuta busca intervir no sofrimento de natureza psíquica do paciente, consistindo, portanto, em uma atividade de colaboração entre os dois sujeitos, terapeuta e paciente (Cordioli *et al.*, 2019). O próprio tratamento é substancialmente interativo, de acordo com a perspectiva da terapia dialética, conforme Dimaggio e Semerari (2009 *apud* Alves, 2017).

Além do campo de ação sobre as psicopatologias e o sofrimento psíquico, as psicoterapias atingem e operam no desenvolvimento e nas capacidades do indivíduo e no âmbito das relações humanas (Cordioli *et al.*, 2019). Norcross (2002 *apud* Hunter, 2012) acrescenta que a terapia é um processo relacional que exige certo nível de responsividade do terapeuta.

Castanheira, Grevet e Cordioli (2019) apresentam o século XX como sendo o período em que houve uma explosão das psicoterapias, e caracterizam seis modelos gerais, agrupados conforme orientações teóricas: Modelo Psicanalítico, Modelo Comportamental, Modelo Cognitivo, Modelo Existencial/Humanista/Centrado na Pessoa, Modelo dos Fatores Comuns ou Não Específicos e Modelo dos Fatores Biopsicossociais.

Vínculo na psicoterapia

De acordo com Berenstein (1991), conforme cita Arcila (2012), o vínculo terapêutico é uma relação permanente estabelecida entre paciente e terapeuta, constantemente construído e reconstruído, do qual decorre o sucesso da psicoterapia (Sandler, 1993 *apud* Arcila, 2012).

Provindo da aliança terapêutica, que para Orlinsky e Howard (1987 *apud* Saunders; Howard; Orlinsky, 1989) é um acordo entre terapeuta e paciente no que tange à cooperação de

ambos no desempenhar de seus papéis, o vínculo terapêutico incorpora qualidades intrínsecas e individuais ao relacionamento. Três são as dimensões que compõem o vínculo terapêutico, de acordo com Saunders, Howard e Orlinsky (1989): aliança de trabalho, ressonância empática e afirmação mútua. São dimensões diretamente relacionadas e mutuamente dependentes.

A energia investida e os respectivos papéis no tratamento psicoterápico, aliados a aspectos como a motivação, são identificados como a aliança de trabalho, refletindo a importância da função de cada participante e a congruência do comportamento de paciente e terapeuta. Já a ressonância empática é a dimensão que se refere ao senso de compreensão entre os dois sujeitos, responsável pelo sentimento de conforto e confiança mútuos. Por fim, a afirmação mútua se aproxima do conceito de Rogers de consideração positiva incondicional, uma vez que se refere à reciprocidade do cuidado vivenciado na maioria das vezes, como aceitação e zelo (Saunders; Howard; Orlinsky, 1989).

Horvath e Luborsky (1993 *apud* Molina *et al.*, 2013, p.16) compreendem o vínculo na psicoterapia como “uma complexa rede entre paciente e terapeuta que inclui confiança e aceitação mútua e que determina o tom emocional que é compartilhado nessa relação”. Para os autores, é por meio do diálogo e das interações que esse vínculo é desenvolvido. É por meio do diálogo que se compõem aspectos cognitivos e afetivos e que se atribui sentido e significado às experiências do paciente (Valsiner, 2000 *apud* Molina *et al.*, 2013).

Características do vínculo entre psicólogo e paciente e aspectos facilitadores e dificultadores da formação desse vínculo

As características do terapeuta que facilitam a terapia e a evolução do tratamento são, segundo Beck *et al.* (1998;1997 *apud* Alves, 2017), aceitação, empatia e autenticidade. Para Alves (2017), a adequação da terapia às características e necessidades do paciente é de máxima importância. Outro facilitador da formação do vínculo entre psicólogo e paciente é o próprio *setting* onde ocorrem as sessões (Marque; Gomes, 2006). De acordo com as autoras, um *setting* estabelecido conforme as necessidades do paciente contribuem para o sucesso da psicoterapia e auxiliam na estabilidade e na continuidade do vínculo.

Como fatores que dificultam a formação do vínculo encontram-se aspectos referentes à aliança terapêutica, às condições para o tratamento e os recursos do próprio paciente e do terapeuta (Yoshida, 2001).

Uma psicoterapia bem conduzida vai além do domínio da técnica ou da teoria pelo psicólogo (Mahoney, 1997 *apud* Alves, 2017). Habilidades isoladas, como as intelectuais, cognitivas, empáticas e interpessoais não se mostram suficientes para uma boa prática. O

psicoterapeuta, portanto, deve usar seus conhecimentos teóricos e acrescentar a eles a compreensão e o apreço pela experiência singular do outro, abandonando os pressupostos (Hycner, 1995 *apud* Chaves; Andrade, 2010).

As características do vínculo terapêutico se estendem para outros formatos de atuação e de atendimento psicológico. A seguir, será explanado de forma breve o vínculo entre terapeuta e paciente em atendimentos na modalidade remota.

Vínculo terapêutico e atendimento *online*

Berger (2017) considera as intervenções *online* um recurso beneficiador, em virtude de alcançar maior número de pacientes, proporcionar facilidade de acesso e preço mais acessível a tratamentos empiricamente sustentados. Essa forma de intervenção tem sua eficácia revelada nos dias de hoje por inúmeros ensaios clínicos randomizados.

Pesquisas apontam que o vínculo terapêutico na modalidade de atendimento *online* é estabelecido mais sutilmente e que, especialmente nas terapias cognitivo-comportamentais nessa modalidade, os terapeutas adotam comportamentos comuns a atendimentos presenciais, como ser compreensivo, demonstrar empatia, cuidar e oferecer cuidado para o sofrimento do paciente (Andersson, Paxling, Wiwe *et al.*, 2012; Paxling *et al.*, 2013 *apud* Berger, 2017).

Pinto (2002), em contrapartida, apresenta algumas possíveis complicações a respeito do estabelecimento de vínculo na psicoterapia *online*:

Outras objeções à terapia *online* são mais procedentes e se referem à impossibilidade de observar pistas não verbais, tão importantes na decodificação correta do discurso. Como perceber os silêncios, as pausas prolongadas ou breves e outros fenômenos importantes da comunicação verbal? (Pinto, 2002, p.176)

Dificuldades relacionadas à ferramenta em si também são apontados como problemas de conexão e não familiaridade com a terapia *online* (Pinto, 2002). Bouchard *et al.* (2007; Krumm-Heller, 2006; Bouchard, 2000; Bouchard, 2004 *apud* Simpson; Reid, 2014) comentam que, mesmo em estágios iniciais de psicoterapia remota por tela, vínculos em nível alto podem ser identificados, sendo possível o desenvolvimento de apegos e emoções profundas por parte do paciente. O estabelecimento de vínculo pode ser constante durante todo o tratamento (Simpson; Reid, 2014).

Impacto do vínculo e do processo terapêutico no profissional psicólogo

Como psicoterapeuta, espera-se que o profissional, em seu próprio processo psicoterapêutico, tenha conhecimento de si e de seus limites, a fim de manter suas questões

emocionais organizadas, pois uma vez mal resolvidas, não lhe é possível estabelecer um vínculo adequado com o paciente (Reich, 1972 *apud* Bernstorff; Alencar, 2017).

Hunter (2012) aponta sentimentos de satisfação por parte dos terapeutas envolvidos no tratamento do paciente, em casos em que esse último almeja algum tipo de mudança, e sentimentos de satisfação profunda foram descritos por aqueles que lidaram com sucesso com a temática de traumas. Todavia, a autora lembra que, quando o paciente não se mostra motivado à mudança, os psicoterapeutas consideram o trabalho desafiador e difícil.

A afirmação mútua, que envolve o reconhecimento da aceitação e uma atmosfera de respeito, influencia e colabora na facilitação do tratamento. Logo, pelo estabelecimento de um vínculo terapêutico criador de um contexto e de um espaço partilhado sem julgamento, o paciente se sente aceito e, conseqüentemente, os terapeutas passam a se sentir valorizados e respeitados pelos seus pacientes (Hunter, 2012).

Sobre os possíveis impactos do processo terapêutico em geral, Van Der Ploeg, Van Leeuwen e Kwee (1990) apontam um alto índice de *burnout* em profissões que apresentam grande contato humano, como é o caso dos psicoterapeutas. Essa síndrome é caracterizada por ser uma resposta emocional ao estresse e envolve três elementos: exaustão emocional e ou física, despersonalização e baixa produtividade (Perlman; Hartman, 1982 *apud* Van Der Ploeg; Van Leeuwen; Kwee, 1990)

Hunter (2012) aponta a importância de os terapeutas saberem e considerarem os possíveis impactos que cada paciente pode ter sobre ele, monitorando sua responsividade: “É importante para os terapeutas [...] monitorarem suas respostas e a qualidade de suas reações em direção aos pacientes, particularmente àqueles pacientes que podem estar mais inclinados à identificação” (Hunter, 2012, p.187, tradução nossa).

MÉTODOS

Tipo de Pesquisa

A fim de ampliar a compreensão sobre a formação do vínculo terapêutico e de suas conseqüências na relação entre paciente e terapeuta, foi produzida uma revisão integrativa de literatura a partir de uma síntese de diferentes tópicos (Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

A revisão integrativa possibilita uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado, sendo um método que faz referência à literatura empírica ou teórica publicada (Broome, 2006 *apud* Botelho; Cunha; Macedo, 2011).

Fontes Bibliográficas

As palavras-chave utilizadas para iniciar a pesquisa foram: vínculo terapêutico, Psicologia; *therapeutic bond*, *Psychology*, combinadas nas plataformas científicas Periódicos Capes e PubMed.

De um total de 1269 publicações, 24 atenderam o critério de seleção no recorte de tempo de 10 anos, isso é, foram investigadas neste trabalho publicações dos anos 2012 a 2022.

Procedimentos para a coleta de dados

Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, que, de acordo com Minayo (1994 *apud* Freitas; Jabbour, 2011) se preocupa com a qualidade da variável em estudo, enfatizando explicitar e descrever o evento. Foram necessários, no entanto, os procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica.

Para a coleta de dados, os critérios de inclusão foram publicações contendo as palavras-chave *vínculo terapêutico*, *psicologia*, *therapeutic bond*, *psychology*, que dissertavam sobre o vínculo entre paciente e terapeuta, sendo incluídas somente as publicações do recorte temporal 2012 a 2022. Os idiomas português, inglês e espanhol também foram parâmetro de inclusão.

Os critérios de exclusão foram publicações que apresentavam as palavras-chave, mas não apresentavam conceituações e caracterizações a respeito do vínculo terapêutico, assim como aquelas publicadas em anos anteriores a 2012.

Procedimentos para a análise de dados

Os dados obtidos nas 24 publicações selecionadas foram considerados segundo os objetivos da revisão integrativa e submetidos a uma análise temática.

De acordo com Braun e Clarke (2006), a análise temática é um método qualitativo de análise composta por seis fases: 1. familiarização com os dados; 2. elaboração de códigos; 3. busca por temas potencialmente relevantes; 4. revisão dos temas; 5. nomeação dos temas e suas definições por meio de análises das especificidades; 6. produção do relatório.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados os resultados da análise temática dos artigos selecionados e as discussões acerca dos resultados encontrados.

Análise Temática

Para a análise temática dos artigos selecionados, foi realizada uma divisão em cinco categorias:

Categoria Temática 1: aspectos que facilitam a formação do vínculo entre psicólogo e paciente;

Categoria Temática 2: aspectos que dificultam a formação do vínculo entre psicólogo e paciente;

Categoria Temática 3: importância do vínculo entre psicólogo e paciente no processo terapêutico;

Categoria Temática 4: impacto do vínculo terapêutico no profissional;

Categoria Temática 5: influência do atendimento *online* na formação do vínculo terapêutico.

No Quadro 1 são apresentadas as categorias temáticas e as publicações em que o conteúdo de cada uma delas foi identificado.

Quadro 1- Quadro geral das categorias e publicações em que foram identificadas

Título das publicações	Categoria temática 1	Categoria temática 2	Categoria temática 3	Categoria temática 4	Categoria temática 5
1. The evolution of patients' concept of the alliance and its relation to outcome: A dynamic latent-class structural equation modeling approach.	x		X		
2. <i>¿Existe relación entre la alianza terapéutica y el resultado terapéutico en el tratamiento de la depresión? Análisis y revisión.</i>			X		
3. Therapist Attachment and the Working Alliance: The Moderating Effect of Emotional Regulation.	x		X		
4. Attachment and Therapeutic Alliance in Substance Use Disorders: Initial Findings for Treatment in the Therapeutic Community	x	x	X		
5. <i>Can you see what I see? A comparison of client and observer perspectives of the alliance and group cohesion in CBT</i>			X		

Continua

Continuação

<p>6. <i>Working Alliance in Blended Versus Face-to-Face Cognitive Behavioral Treatment for Patients with Depression in Specialized Mental Health Care</i></p>		<p>x</p>	<p>X</p>		<p>x</p>
<p>7. <i>The Association of Therapeutic Alliance With Long-Term Outcome in a Guided Internet Intervention for Depression: Secondary Analysis From a Randomized Control Trial</i></p>					<p>x</p>
<p>8. <i>The impact of alliance-focused and facilitative interpersonal relationship training on therapist skills: An RCT of brief training.</i></p>	<p>x</p>		<p>X</p>		
<p>9. <i>The influence of extra-therapeutic social support on the association between therapeutic bond and treatment outcome</i></p>			<p>X</p>		
<p>10. <i>Predictors and outcomes associated with therapeutic alliance in cognitive behaviour therapy for children with autism</i></p>	<p>x</p>		<p>X</p>		
<p>11. <i>Alliance challenges in the treatment of a narcissistic patient: the case of Alex.</i></p>		<p>x</p>	<p>X</p>		

Continua

Continuação

12. <i>Client predictors of the therapeutic alliance in individual resiliency training for first episode psychosis</i>	x	x	X		
13. <i>Attachment and therapeutic alliance in psychological therapy for people with recent onset psychosis who use cannabis</i>	x	x			
14. <i>Perfectionism and therapeutic alliance: a review of the clinical research</i>	x	x			
15. <i>Therapeutic Bond Judgments: Congruence and Incongruence</i>	x		X		
16. <i>The effects of therapeutic bond within a brief intervention for alcohol moderation for problem drinkers.</i>	x				
17. <i>Early symptom change in adult outpatients: Relationship with patient characteristics and therapeutic alliance.</i>			X		
18. <i>Therapist and client perspectives on the alliance in the treatment of traumatized adolescents</i>	x		X	x	

Continua

Continuação

19. <i>Working alliance in individual and group cognitive therapy for social anxiety disorder</i>			X		
20. <i>The relationship between patient object relations and the therapeutic alliance in a naturalistic psychotherapy sample</i>	x	x	X		
21. <i>Therapeutic alliance in videoconferencing psychotherapy: a review.</i>	x	x			x
22. <i>Client Attachment Status and Changes in Therapeutic Alliance Early in Treatment</i>	x	x			
23. <i>Therapeutic alliance in telephone-administered cognitive-behavioral therapy for hematopoietic stem cell transplant survivors</i>			X		
24. <i>Walking in Sacred Spaces in the Therapeutic Bond: Therapists' Experiences of Compassion Satisfaction Coupled with the Potential for Vicarious Traumatization.</i>			X	x	

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa bibliográfica.

Nas próximas subseções, serão apresentados e discutidos os conteúdos de cada categoria temática.

Categoria Temática 1: aspectos que facilitam a formação do vínculo entre psicólogo e paciente

Como demonstrado no Quadro 1, 13 publicações apontaram em seu conteúdo os aspectos que facilitam a formação do vínculo entre psicólogo e paciente, alguns relacionados ao próprio terapeuta e outros ao paciente.

O desenvolvimento do vínculo que caracteriza a aliança terapêutica (Bordin, 1979) tem maior probabilidade de ocorrência positiva quando o terapeuta apresenta algumas habilidades e características (Romano *et al.*, 2008; Corbellaand Botella, 2003; Cooper Andng, 2009; Kaplowitz *et al.*, 2011, *apud* Ruiz-Aranda; Cardoso-Álvarez; Fenollar-Cortés, 2021).

De modo similar, é identificado no artigo 8 que habilidades específicas interpessoais facilitadoras do terapeuta, como “fluência verbal, compreensão/aceitação, empatia, capacidade de vínculo de aliança e capacidade de reparo de vínculo” (Anderson; Ogles; Weis, 1999 *apud* Perlman *et al.*, 2020, p.2-3, tradução nossa) são indicadores de melhores preditivos de resultados. Outra característica do terapeuta essencial na facilitação da formação do vínculo é a empatia, como proposto por Errázuriz, Constantino e Calvo (2014), conforme o artigo número 20. Os artigos número 3, 16 e 21 expõem a capacidade empática e a ressonância empática como atributos para o desenvolvimento de vínculo.

Quanto aos aspectos referentes aos pacientes, a formação do vínculo e seus consequentes bons resultados podem ser devidos a “níveis intrapsíquicos, como expectativas positivas de melhora, motivação, envolvimento emocional e mentalidade psicológica” (Errázuriz; Constantino; Calvo, 2014, p. 2, tradução nossa), sugerido no artigo número 20, e também a regulação emocional e inibição de respostas emocionais, como identificados no artigo 10: “as tendências de inibição de respostas emocionais se associam a um forte vínculo em terapias com crianças” (Albaum *et al.*, 2019, p.216, tradução nossa).

Níveis baixos de perfeccionismo, mudanças e autopercepção da melhora dos sintomas foram identificados como facilitadores do estabelecimento do vínculo, segundo os autores dos artigos 14 e 18. Um funcionamento global mais adaptativo também atua como facilitador do vínculo (artigo 15). Esse mesmo artigo acrescenta outro aspecto importante: o tempo do tratamento, colocado como refletor das classificações/avaliações do vínculo: “[...] à medida que

o tratamento avançava e o tempo corria, tanto os pacientes quanto os psicólogos ampliavam as classificações” (Atzil-Slonim *et al.*, 2015, p.782, tradução nossa).

A partir da observação das diversas características e fatores que contribuem para a formação do vínculo terapêutico, pode-se reconhecer que a criação de vínculo e a boa condução do tratamento terapêutico dependem de um conjunto integrado de habilidades, técnicas e atitudes empáticas por parte do terapeuta, não se prendendo a um único modo de condução do tratamento nem a uma única maneira de estabelecimento do vínculo (Mahoney, 1997 *apud* Alves, 2017; Burns; Auerbach, 2012; Hycner, 1995 *apud* Chaves; Andrade, 2010). No que diz respeito ao paciente, particularidades também são levadas em consideração, como as indicadas nos artigos 4, 10, 12, 13, 14, 15, 20 e 22.

Categoria Temática 2: aspectos que dificultam a formação do vínculo entre psicólogo e paciente

É dificultada a formação de vínculo em casos ou contextos de patologia, depressão com alta gravidade, características narcisistas, sintomas negativos severos, níveis altos de apego evitativo, apego inseguro ou baixo nível de apego seguro, perfeccionismo, alienação e alto nível de insegurança temerosa. Nessas condições, são identificadas características referentes aos pacientes expostas nos artigos 4, 6, 11, 12, 13, 14, 20 e 22, como apresentado no Quadro 1.

Quanto ao desenvolvimento tardio da aliança, o artigo 14 aponta associações com o perfeccionismo pré-tratamento. O perfeccionismo também foi abordado no artigo 20, que discute as características intrapsíquicas e interpessoais do paciente que também se associam à aliança: “[...] evitação, perfeccionismo e crenças depressogênicas se relacionam negativamente com a qualidade da aliança (Constantino *et al.*, 2010 *apud* Errázuriz; Constantino; Calvo, 2014, p.2-3, tradução nossa)

De acordo com o exposto, é possível perceber alguns aspectos que dificultam a aliança terapêutica e interferem no vínculo entre paciente e terapeuta (Yoshida, 2001). Diversos desses aspectos são provenientes do paciente; contudo, características do terapeuta também foram observadas.

O artigo número 20, além das particularidades do paciente, também evidenciou as do terapeuta, conforme trecho destacado: “[...] rigidez do terapeuta, a criticidade, autorrevelação inadequada e hostilidade autodirigida são associadas a dificuldades na aliança” (Ackerman; Hilsenroth, 2001; Castonguay *et al.*, 2010 *apud* Errázuriz; Constantino; Calvo, 2014, p. 2, tradução nossa).

O artigo 21, diferentemente, assinalou somente aspectos do profissional: “Estudos em *settings* presenciais mostram que a ansiedade dos terapeutas pode interferir no desenvolvimento da aliança terapêutica, especificamente se interferir na reatividade do paciente, como ser crítico ou mostrar-se tenso” (Germain *et al.*, 2010; Ackerman; Hilsenroth, 2001, *apud* Simpson; Reid, 2014, p. 291, tradução nossa).

Categoria Temática 3: Importância do vínculo entre psicólogo e paciente no processo terapêutico

Concebendo o vínculo como uma relação estabelecida entre terapeuta e paciente, de constante construção, constituído de três dimensões, sendo elas: afirmação mútua, ressonância empática e aliança de trabalho (Berenstein, 1991 *apud* Arcila, 2012; Howard; Orlinsky, 1989), os artigos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 17, 18, 19, 20, 23 e 24 abordaram, em sua extensão, o vínculo entre psicólogo e paciente e seu valor no processo terapêutico.

Os resultados do tratamento são associados positivamente ao vínculo entre paciente e psicoterapeuta segundo os artigos 8, 9 e 19. No artigo 9, afirma-se: “Além dos relacionamentos de fora, o relacionamento paciente/terapeuta também desempenha papel decisivo no sucesso da terapia” (Flückiger *et al.*, 2018; Norcross; Lambert, 2018; Wampold; Imel, 2015 *apud* Zimmermann *et al.*, 2020, p. 2, tradução nossa).

O artigo 24 aponta os componentes do vínculo terapêutico de acordo com Orlinsky e Howard: “ressonância empática, afirmação mútua e investimento” (1987 *apud* Hunter; 2012, p. 180, tradução nossa), retratando em seguida a empatia como agente fundamental na construção desse vínculo. Os artigos número 1, 2, 3, 4, 6, 10, 11, 23 apresentaram a aliança como fator de estabelecimento do vínculo e influenciador nos resultados.

Conforme o artigo 12, uma boa aliança terapêutica está associada à redução de desistências e abandonos, e melhor adesão a serviços e medicamentos. Em terapias infantis e de adolescentes, a aliança também é indicada como preditora de resultado, de acordo com ao artigo 18.

O artigo 17 exhibe a qualidade da aliança como sendo crucial ao tratamento terapêutico: “Meta-análises identificaram a qualidade da aliança de trabalho como um mecanismo crucial de mudança em toda a orientação terapêutica e no modelo de tratamento. Em geral, essa aliança refere-se ao relacionamento colaborativo entre paciente e terapeuta na busca de um objetivo, no contexto do vínculo afetivo.” (Horvath *et al.*, 2011; Hatcher; Gillaspay, 2006; Constantino; Castonguay; Schut, 2002; *apud* Smits *et al.*, 2015, p. 3, tradução nossa), assemelhando-se à

compreensão de Orlinsky e Howard (1987 *apud* Saunders; Howard; Orlinsky, 1989) sobre a cooperação de terapeuta e paciente no desempenho de seus papéis.

Ademais, uma aliança bem estabelecida assegura o atendimento das necessidades do paciente, uma vez que o trabalho em conjunto e o diálogo facilitam a formação do vínculo (Valsiner, 2000 *apud* Molina *et al.*, 2013) e a execução das tarefas, como sugerido no artigo 15: “Concepções congruentes da aliança terapêutica entre pacientes e terapeutas são consideradas importantes no caso de aliança forte. Quando paciente e terapeuta concordam que a aliança é forte, trabalham em conjunto para atender às necessidades do paciente.” (Horvath *et al.*, 2011 *apud* Atzil-Slonim *et al.*, 2015, p.774, tradução nossa)

Retomando a ideia de redução de sintomas apontada no artigo 12, os artigos número 1, 20 e 23 dissertaram sobre esse possível efeito, sendo no artigo 23: “Reduções significativas em sintomas depressivos ao longo da intervenção e período de acompanhamento ocorreram mais cedo para participantes com forte aliança terapêutica” (Applebaum *et al.*, 2012, p.814, tradução nossa); no artigo 1: “Diversos estudos indicaram que uma aliança forte pode levar a melhoras subsequente dos sintomas” (Barber *et al.*, 2000; Wampold; Imel, 2015; Zilcha-Mano, 2017 *apud* Flückiger; Horvath; Brandt, 2022, p.52, tradução nossa) e artigo 20: “[...] a aliança está positivamente relacionada a uma ampla gama de resultados do tratamento, incluindo redução de sintomas, melhora no funcionamento interpessoal, melhora nas queixas alvo e classificações globais de sucesso” (Castonguay *et al.*, 2006; Horvath *et al.*, 2011; Martin; Garske; Davis, 2000 *apud* Errázuriz; Constantino; Calvo, 2014, p.2, tradução nossa).

Categoria Temática 4: impacto do vínculo terapêutico no profissional psicólogo

Em dois dos artigos selecionados, discorreu-se sobre os possíveis impactos do vínculo terapêutico no profissional psicólogo. No artigo 18 foi apontado que os terapeutas muitas vezes têm perspectivas diferentes sobre a aliança estabelecida entre eles e os pacientes, indicando um vínculo subestimado, com impacto menos positivo.

O impacto do vínculo terapêutico foi exposto mais notadamente no artigo 24. Terapeutas expuseram sentimentos positivos de privilégio, satisfação, respeito e validação. Sobre as dimensões negativas observadas, tem-se esgotamento de energia emocional e relacional, sintomas depressivos clínicos e sentimentos de inadequação.

Reich (1972 *apud* Bernstorff; Alencar, 2017) revelou a importância de os terapeutas passarem por psicoterapia a fim de se conhecer e conhecer seus limites, de maneira a organizar as próprias questões emocionais. A importância da consciência sobre si também foi abordada

no artigo 24, sob a forma de constatações a respeito de monitoramentos da responsividade e identificação: “É importante para os terapeutas serem conscientes e monitorarem suas respostas aos pacientes, particularmente frente àqueles com os quais ele pode estar mais inclinado a se identificar” (Hunter, 2012, p. 187, tradução nossa).

Categoria Temática 5: influência do atendimento *online* na formação do vínculo terapêutico

O vínculo e a aliança estabelecidos na terapia terapêutico *online* foram comparados com os dos tratamentos psicoterápicos presenciais. No artigo número 6, a aliança em intervenções *online* foi avaliada por pacientes e comparada positivamente à estabelecida nas intervenções presenciais, não sendo apontado efeito negativo na aliança de trabalho nem no tratamento em geral quando substituídas algumas sessões presenciais por *online*, como evidenciado pelos autores a seguir: “Avaliações realizadas por pacientes sobre a aliança em intervenções *online* mostram-se altas e comparáveis a classificações de tratamento face a face” (Berger, 2017; Preschl; Maercker, 2011 *apud* Kooistra *et al.*, 2020, p.2, tradução nossa).

Além da comparação do vínculo nos atendimentos remoto e presencial, os artigos 6 e 7 trouxeram outras reflexões. O artigo 7 apontou uma constante na avaliação do vínculo, indicando uma relevância maior nas propriedades das tarefas e objetivos, isto é, “[...] em intervenções *online*, uma maior relevância é identificada na conciliação de tarefas e objetivos entre paciente e terapeuta” (Berger, 2017; Berger; Boettcher; Caspar, 2014 *apud* Gómez Penedo *et al.*, 2020, p.7, tradução nossa).

Altos níveis de vínculos podem ser gerados na telepsicoterapia, de acordo com o artigo 21, iniciando-se com interações amigáveis e calorosas. A aliança terapêutica em situação remota é construída por uma maior consciência na emissão de respostas empáticas pelo terapeuta. O profissional deve se atentar à empatia, de modo a compensar outros possíveis fatores de interferência [...] como atraso no som, falta de contato visual e impossibilidade de oferecer lenços de papel” (Porcari; Amdur; Koch *et al.*, 2009; Jerome; Zaylor, 2000; *apud* Simpson; Reid, 2014, p.290, tradução nossa).

Revelando o atendimento *online* como um modelo em que a aliança terapêutica é positivamente desenvolvida em favor de pacientes com certas especificidades, no artigo 21 afirma-se que “[...] pacientes que experienciam altos níveis de vergonha ou autoconsciência, bem como aqueles com estilos de enfrentamento evitativo e aqueles que exigem altos níveis de controle, podem achar que a terapia por vídeo oferece um bom ambiente para o

desenvolvimento de uma aliança positiva (Bouchard *et al.*, 2004; Simpson *et al.*, 2005; Simpson; Slowey, 2011; Yuen; Herbert; Forman *et al.*, 2013; Simpson, 2005 *apud* Simpson; Reid, 2014, p.291, tradução nossa).

Posto isso, as intervenções por vídeo se mostram suficientes e beneficiadoras. Apesar de a formação do vínculo ser menos óbvia, em comparação com o seu estabelecimento em atendimentos presenciais, os tratamentos psicoterápicos pela Internet apresentam a vantagem de alcançar maior número de pessoas e ter preço mais acessível, segundo respaldos de ensaios clínicos (Berger, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fim de compreender a formação do vínculo terapêutico entre psicólogo e paciente e sua influência na atuação profissional, foi realizada esta pesquisa bibliográfica na modalidade de revisão integrativa. Foram consultados 24 artigos que trataram de aspectos desse vínculo e de seu estabelecimento, enfatizando sua importância na relação profissional/paciente e nos resultados na psicoterapia. Os resultados da análise permitem afirmar que foi alcançado o objetivo geral desta pesquisa.

Aspectos facilitadores e dificultadores da formação do vínculo foram identificados. Características intrapsíquicas e interpessoais, tanto do psicoterapeuta quanto do paciente, são aspectos que podem atuar a favor e também contra na formação de um vínculo positivo, devido às particularidades dos envolvidos na relação.

Algumas habilidades do terapeuta, como empatia e habilidade de reparação de vínculo, por exemplo, contribuem para o vínculo positivo, enquanto outras, como compreensão empática limitada e consideração incondicional influenciam desfavoravelmente. No caso dos pacientes, o funcionamento global mais adaptativo atua a favor do vínculo, enquanto patologias em geral fazem o oposto.

A importância do vínculo foi discutida na maioria dos artigos, sendo apontado principalmente como agente de mudança, ou seja, fator imprescindível no resultado do tratamento e nas alterações dos sintomas. A qualidade e a força da aliança foram aspectos apresentados como atuantes no sucesso da terapia.

Um número reduzido de artigos abordou o impacto do vínculo sobre o profissional. Foram identificadas alterações emocionais, transformações clínicas e sentimentos positivos e negativos naqueles que trabalham diretamente com os fenômenos psicológicos de outrem.

No que tange à relação terapêutica em serviços *online* e a formação do vínculo, foi identificada a construção de vínculo e aliança compatível com a que ocorre em tratamentos presenciais. Como forma de compensação de certas limitações da terapia remota, a ênfase na empatia foi apresentada como condição indispensável para o estabelecimento de um bom vínculo.

Conclui-se que a formação do vínculo terapêutico se dá por meio de um conjunto de fatores que envolvem as características subjetivas do terapeuta, suas habilidades e técnicas, sobretudo suas ações empáticas, e características do paciente, como funcionamento global adaptativo e tipo de apego seguro. O tempo de tratamento também foi apresentado como fator relevante na construção de uma boa aliança e, conseqüentemente de um bom vínculo.

O vínculo terapêutico pode influenciar positiva ou negativamente a atuação do profissional, considerando-se as relações estabelecidas e as mudanças de sentimentos frente aos casos ou circunstâncias específicas de cada paciente. Devido às identificações com o paciente, o psicólogo, a fim de manter a responsividade dele esperada, deve estar atento aos próprios limites e entrar em busca de regulação emocional na terapia, a fim de garantir ao outro a continuidade no atendimento.

REFERÊNCIAS

- ALBAUM, C. *et al.* Predictors and outcomes associated with therapeutic alliance in cognitive behavior therapy for children with autism. **Autism**, v. 24, n. 1, p.211–220, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31213063/> Acesso em: 21 set. 2022.
- ALVES, D. L. O vínculo terapêutico nas terapias cognitivas. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, Porto Alegre, v. 19, n.1, p. 55-71, 2017. Disponível em: http://rbp.celg.org.br/detalhe_artigo.asp?id=221 Acesso em: 23. maio 2022.
- APPLEBAUM, A. J. *et al.* Therapeutic alliance in telephone-administered cognitive-behavioral therapy for hematopoietic stem cell transplant survivors. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 80, n. 5, p. 811–816, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22468908/> Acesso em: 21 set. 2022.
- ARCILA, P. F. Obstáculos del proceso terapéutico: una revisión del concepto de vínculo y sus alteraciones. **Revista de Psicología GEPU**, Colômbia, v. 3, n. 1, p. 101-120, 2012 Disponível em: <https://bibliotecadigital.univalle.edu.co/handle/10893/14902>. Acesso em: 15. maio 2022.
- ATZIL-SLONIM, D. *et al.* Therapeutic bond judgments: Congruence and incongruence. **Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v. 83, n. 4, p. 773–784, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/25664641/>. Acesso em: 21 set. 2022.

BERGER, T. The therapeutic alliance in internet interventions: A narrative review and suggestions for future research, **Psychotherapy Research**, v. 27, n. 5, p.511-524, 2017.

Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10503307.2015.1119908?journalCode=tpsr20>.

Acesso em: 24. maio 2022.

BERNSTORFF, V. F.; ALENCAR, C. Fatores que influenciam o processo terapêutico na abordagem da psicologia corporal. **Cadernos da Escola de Saúde**, v. 1, n. 15, 14 mar. 2017.

Disponível em:

<https://portaldeperiodicos.unibrasil.com.br/index.php/cadernossaude/article/view/2451#:~:text=Tem%20por%20objetivo%20apresentar%20fatores,atendimentos%20acontecem%20e%20sua%20influ%C3%Aancia> Acesso em: 21 set. 2022.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121–136, 2011. Disponível em:

<https://www.gestoesociedade.org/gestoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 5 maio 2022.

BORDIN, E. S. The generalizability of the psychoanalytic concept of the working alliance.

Psychotherapy: Theory, Research & Practice, v. 16, n. 3, p. 252-260, 1979. Disponível em:

<https://psycnet.apa.org/doiLanding?doi=10.1037%2Fh0085885>. Acesso em: 21 set. 2022.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp063oa>. Acesso em: 21 set. 2022.

BROWNE, J. *et al.* Client predictors of the therapeutic alliance in individual resiliency training for first episode psychosis. **Schizophrenia Research**, v. 204, p. 375–380, 2018.

CHAVES, R. T.; ANDRADE, C. C. **O olhar do psicoterapeuta e do paciente acerca do encontro psicoterapêutico**. 2010. 67f. Tese (Pós-Graduação Lato-Senso em Gestalt-terapia) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010. Disponível em:

https://itgt.com.br/wp-content/uploads/2020/04/TCC_Renata-Teixeira-Chaves_Gr.19.pdf

Acesso em: 21 set. 2022.

CORDIOLI, A.V. *et al.* As principais psicoterapias: fundamentos teóricos, técnicas, indicações e contraindicações. In: CORDIOLI, A. V.; GREVET, E. H. **Psicoterapias: abordagens atuais**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2019. p. 22-45.

ERRÁZURIZ, P.; CONSTANTINO, M. J.; CALVO, E. The relationship between patient object relations and the therapeutic alliance in a naturalistic psychotherapy sample.

Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice, v. 88, n. 3, p. 254–269,

2014. Disponível em: <https://bpspsychub.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/papt.12046>.

Acesso em: 21 set. 2022.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões. **Revista Estudo & Debate**. v. 18, n. 2, dez. 2011. Disponível em:

<http://www.meep.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/560/550>. Acesso em: 29 ago. 2022.

FLÜCKIGER, C.; HORVATH, A. O.; BRANDT, H. The evolution of patients' concept of the alliance and its relation to outcome: A dynamic latent-class structural equation modeling approach. **Journal of Counseling Psychology**, v. 69, n.1, p. 51–62, 2022.

HUNTER, S. V. Walking in Sacred Spaces in the Therapeutic Bond: Therapists' Experiences of Compassion Satisfaction Coupled with the Potential for Vicarious Traumatization. **Family Process**, v. 51, n. 2, p. 179–192, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1545-5300.2012.01393.x>. Acesso em: 21 set. 2022.

KOOISTRA, L. *et al.* Working Alliance in Blended Versus Face-to-Face Cognitive Behavioral Treatment for Patients with Depression in Specialized Mental Health Care. **Journal of Clinical Medicine**, v. 9, n. 2, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0383/9/2/347> Acesso em: 21 set. 2022.

MARQUE, C. R; GOMES, I. C. A mudança do setting terapêutico como modelo facilitador para promover a estabilidade do vínculo frente às modificações do contexto familiar. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 7, n. 2, p. 11-17, 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702006000200003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jun. 2022.

MOLINA, M. E. *et al.* Vínculo terapéutico: aproximación desde el diálogo y la construcción de significados **Revista Argentina de Clínica Psicológica**, v. 22, n. 1, p. 15-26, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2819/281930494003.pdf> Acesso em: 23 jun. 2022.

ORMHAUG, S. M., SHIRK, S. R.; WENTZEL-LARSEN, T. Therapist and client perspectives on the alliance in the treatment of traumatized adolescents. **European Journal of Psychotraumatology**, v.6, n.1, 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.3402/ejpt.v6.27705?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 28 mar. 2022

PENEDO, J. M. G. *et al.* The Association of Therapeutic Alliance with Long-Term Outcome in a Guided Internet Intervention for Depression: Secondary Analysis from a Randomized Control Trial. **Journal of Medical Internet Research**, v. 22, n. 3, p. 1-11, 24 mar. 2020. Disponível em: <https://www.jmir.org/2020/3/e15824>. Acesso em: 21 set. 2022.

PERLMAN, M. R. *et al.* The impact of alliance-focused and facilitative interpersonal relationship training on therapist skills: An RCT of brief training. **Psychotherapy Research**, v.30, n.7, p.1–14, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10503307.2020.1722862?journalCode=tpsr20> Acesso em: 28 mar. 2022

PINTO, E. R. As modalidades do atendimento psicológico on-line. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 10, n. 2, p. 168-177, ago. 2002. Disponível em:

[Phhttp://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2002000200007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2002000200007&lng=pt&nrm=iso). Acesso em 14 mar. 2023.

QUEIROZ, E. W. S. A Construção do Vínculo Terapêutico: Uma reflexão sob a perspectiva gestáltica. **IGT Rede**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 109-126, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1807-25262017000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 30 ago.2022

RUIZ-ARANDA, D.; CARDOSO-ÁLVAREZ, S.; FENOLLAR-CORTÉS, J. Therapist Attachment and the Working Alliance: The Moderating Effect of Emotional Regulation. **Frontiers in Psychology**, v. 12, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2021.784010/full>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SAUNDERS, S.; HOWARD, K.; ORLINSKY, D. The Therapeutic Bond Scales: Psychometric Characteristics and Relationship to Treatment Effectiveness. **Psychological Assessment: a Journal of Consulting and Clinical Psychology**, v.1, n.4, p.323-330, 1989. Disponível em: https://www.academia.edu/31035993/The_Therapeutic_Bond_Scales_Psychometric_characteristics_and_relationship_to_treatment_effectiveness. Acesso em: 15. maio 2022.

SIMPSON, S. G.; REID, C. L. Therapeutic alliance in videoconferencing psychotherapy: A review. **Australian Journal of Rural Health**, v. 22, n.6, p. 280–299, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/ajr.12149>. Acesso em: 28 mar. 2022

SMITS, D. *et al.* Early symptom changes in adult outpatients: Relationship with patient characteristics and therapeutic alliance. **Psychology and Psychotherapy: Theory, Research and Practice**, v.89, n.4, p.402–417, 2015. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26556639/>. Acesso em: 22 mar. 2022

VAN DER PLOEG, H. M.; VAN LEEUWEN, J. J.; KWEE, M. G. T. Burnout among Dutch Psychotherapists. **Psychological Reports**, v. 67, n. 1, p. 107–112, 1990. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/2236386/>. Acesso em: 30 ago. 2022.

YOSHIDA, E. Psicoterapia breve dinâmica: Critérios de indicação. **Psicologia, Teoria e Prática**, v.3, n.1, p. 43-51, 2001. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1099>. Acesso em: 18 maio 2022.

ZIMMERMANN, D. *et al.* The influence of extra-therapeutic social support on the association between therapeutic bond and treatment outcome. **Psychotherapy Research**, v.31, n.6, p. 726–736, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10503307.2020.1847344>. Acesso em: 24. maio 2022.

A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO SISTEMA PRISIONAL – CRIMINAL

Marina Martinazzi Nogueira da Fonseca Silvestre

Paulo Francisco de Castro

TEORIA

Sacramento e Sinigalia (2019) explicam a Psicologia Jurídica como uma área da Psicologia que se constitui em um entendimento psicológico voltado a um conhecimento específico, ou seja, “consiste na aplicação dos conhecimentos psicológicos a assuntos relacionados ao Direito” (p. 27). Essa aplicação acontece, principalmente, em processos criminais, que exigem maior atenção na avaliação de situações atenuantes e agravantes dos crimes e da competência do réu em compreender as leis e as consequências de suas ações (Angelim; Moura, 2012).

Angelim e Moura (2012) enfatizam que o progresso da Psicologia Jurídica está associado a reflexões acerca da prática da subjetividade e a atividades políticas, atuação do psicólogo jurídico e função do Estado em relação à gestão social, enfrentando muitos desafios, sendo o maior deles “teorizar sobre a importância do Estado para legitimar e proteger a diversidade humana no exercício da subjetividade” (p. 13).

Altoé (1999), citado por Freitas (2013), explica que a Psicologia se aproximou do Direito no final do século XIX, dando início à “Psicologia do testemunho”, utilizada para averiguar a veracidade dos relatos em um processo judicial. Na Alemanha e na França, alguns psicólogos começaram a produzir trabalhos empírico-experimentais relacionados a testemunhos e à participação da Psicologia em processos judiciais. De acordo com Freitas (2009 *apud* Silva; Fontana, 2011), o surgimento da Psicologia Jurídica se deu no início do século XX, mostrando que no contexto dessa época a atividade do profissional dessa área envolvia apenas perícias, exames criminológicos e laudos baseados em psicodiagnósticos.

Lago *et al.* (2009) esclarecem que na Psicologia Jurídica há um predomínio da elaboração de laudos e relatórios, visto que atividades relacionadas à avaliação são parte da Psicologia. Destaca-se que, quando o processo de avaliação é finalizado, o psicólogo “pode recomendar soluções para os conflitos apresentados, mas jamais determinar os procedimentos jurídicos que deverão ser tomados” (Lago *et al.*, 2009, p. 486), competindo ao juiz a decisão judicial. Os autores ainda explicam que o psicólogo apresenta conclusões de acordo com as

informações coletadas nas avaliações e sugere uma possível solução. Porém, não podemos presumir que a atividade do psicólogo jurídico sempre estará relacionada a avaliações e elaboração de documentos. Diversas áreas do Direito requerem um profissional da área de Psicologia, sendo estas: Direito da Família, Direito da Criança e do Adolescente, Direito Civil, Direito Penal e Direito do Trabalho.

É possível verificar a conciliação entre Psicologia e Direito a partir da área criminal e devido à importância da avaliação psicológica. Pelisoli e Dell’Aglia (2014), ao citar Cesca (2004), relatam sobre a divergência de opiniões entre os juízes em relação à importância da Psicologia. Alguns acreditam no valor do psicólogo; já outros acreditam que apenas as leis importam na atividade jurídica.

No período em que havia o predomínio das atividades de perícia, por meio de laudos e relatórios, “o psicodiagnóstico era fundamentado unicamente em algumas entrevistas superficiais e nos resultados de testes psicológicos” (Freitas, 2013, p. 86) e fornecia informações para processos de livramento condicional e progressão de regime, entre outras, quando utilizados em penitenciárias ou hospitais psiquiátricos penais.

Porém, estudos de Altoé (1999), citados por Freitas (2013), esclarecem que, em sua maioria, os materiais advindos desses laudos eram discriminatórios, com pouca neutralidade científica. Sendo assim, estes laudos tinham função limitada, visto que, “além da estatística, eram laudos e pareceres que reforçavam a segregação e a exclusão dos mais vulneráveis e daqueles em situações de risco” (Freitas, 2013, p. 86).

O Conselho Federal de Psicologia - CFP (2021) explica que as profissões que se relacionaram com o sistema prisional atuaram com base no que Foucault (1999) chama de “ortopedia social”, conceito associado à produção de indivíduos dóceis e obedientes.

Com relação à Psicologia, devido à busca por autenticidade científica, as necessidades sociais referentes à validade da pena-prisão foram respondidas fundamentando-se no “paradigma da naturalização dos fenômenos psicológicos, com a psicologização do dito ‘comportamento criminoso’, eivadas de conceitos oriundos do racismo científico” (CFP, 2021, p. 23-24).

Karam (2011) elucida que os saberes da Psicologia e o sistema penal têm uma relação marcada por um acordo reforçador de danos, dores e enganos causados pelos conceitos de punição, estigmatização, privação de liberdade e exclusão, utilizados para o manejo de comportamentos indesejáveis e negativos, chamados de “crimes”.

No decorrer do século XIX, havia uma demanda de intervenção em relação a comportamentos vistos como desviantes. Paralelamente, existia o crescimento dos movimentos de amparo social e o desenvolvimento de maneiras “racionais” de punição. Esse contexto contribuiu para que os poderes da época passassem a associar conceitos de crueldade e perfis criminais à periculosidade social (CFP, 2021).

A partir de então, houve uma legitimação da associação das ciências biológicas e médicas, dando ênfase à Psiquiatria e, depois, à Psicologia, à área penal, possibilitando o início de intervenções e do reconhecimento para os saberes da subjetividade (CFP, 2021).

Em 2003 foi decretada a Lei nº 10.792, que modificou o Artigo 112 da Lei de Execução Penal (LEP), revogando a obrigatoriedade da realização do exame criminológico para progressão de pena e livramento condicional (Nascimento; Bandeira, 2018). Esta alteração ocorreu devido à análise de prováveis falhas técnicas e de características irrefutáveis do processo de encerramento do exame. Outra alteração ocorreu no Artigo 6º da LEP, “retirando a atribuição da CTC de acompanhamento da execução penal e deixando a cargo dessa Comissão apenas a realização do exame criminológico inicial” (Nascimento; Bandeira, 2018, p. 104).

De acordo com o CFP (2007b), os psicólogos atuantes na área jurídica no Brasil têm uma perspectiva diferente com relação à intervenção, visto que é necessário o reconhecimento do lugar e da função do sistema prisional do local em questão e como ocorre nele a participação da Psicologia. Desse modo, a intervenção proposta se relaciona com a “forma de lidar com a criminalidade pautada pela prevenção, educação, justiça e responsabilização dos sujeitos e da sociedade” (CFP, 2007b, p. 25).

É possível apontar que a criminologia clínica é uma das ciências que guia a prática psicológica nesse contexto, sendo uma área que dispõe de diferentes modelos para compreender fenômenos criminais. Os modelos da criminologia clínica são separados entre tipo de aspecto, conceito tradicional, conceito moderno e conceito crítico (CFP, 2007b).

Sá (2015) também aponta que a criminologia clínica é conceituada a partir de determinados aspectos, sendo estes:

- a) é uma ciência interdisciplinas;
- b) utiliza-se do método empírico;
- c) tem como objetos de estudo o delito (e os fatores que o motivam), o delinquente, a vítima e as instâncias de controle do crime;
- d) visa ao desenvolvimento de programas de prevenção (p. 45).

Com relação aos modelos, o conceito tradicional diz respeito ao “nexo causal da criminalidade no sujeito e entende o crime como infração à norma penal desprovida de conflito,

estabelecendo, por isso, prognóstico de periculosidade” (CFP, 2007b, p. 102). A partir disto, o conceito moderno avaliará as motivações da criminalidade com relação aos conflitos interpessoais e ao desenvolvimento social, buscando entender as “aspirações e motivações da conduta criminoso e seu significado dentro do contexto familiar, ambiental e histórico” (CFP, 2007b, p. 102).

Por último, o conceito crítico se utiliza do que foi desenvolvido no conceito moderno para compreender a criminalidade como um fenômeno de origem social. Sendo assim, para que seja “tratado”, é preciso que a sociedade reconsidere suas concepções de crime, de “homem criminoso e seus padrões éticos e humanos de relacionamento, envolvendo-se no processo judicial e penal” (CFP, 2007b, p. 103).

De Greeff (1948, *apud* Sá, 2015, p. 34) explica que “o estudo da personalidade do delinquente real, concreto, isso é, do caso individual, é imprescindível para a compreensão da carreira criminal”, sendo uma especificidade da criminologia clínica. Também é pontuado que o estudo de características específicas, como elementos familiares e meio ambiente, auxilia no entendimento da criminalidade, mas o estudo das características específicas não auxilia no entendimento das atividades atuais do infrator.

Sendo assim, entende-se que a prática do psicólogo neste contexto está voltada para o conceito crítico, o que possibilita o manejo de novas práticas e a ressignificação de atividades comuns, tais como reintegração social e ressocialização, por meio de ações transdisciplinares (CFP, 2007b).

Sobre a prática dos profissionais de Psicologia no sistema prisional, uma pesquisa do CFP (2009) mostra que os psicólogos nesse campo atuam, em sua maioria, individualmente, embora possam trabalhar em duplas com assistentes sociais. Já a discussão dos casos, execução de avaliações, elaboração de pareceres e de laudos psicológicos são realizadas em equipes multidisciplinares.

Entre as atividades solicitadas ao psicólogo, estão a elaboração de laudos, pareceres e relatórios a partir de avaliações psicológicas ou/e periciais de presidiários, no momento em que dão entrada nos presídios ou no decorrer do cumprimento das penas, para que possam obter os benefícios de progressão de regime e o livramento condicional (CFP, 2009).

O psicólogo deve aplicar a avaliação no início do cumprimento da pena e realizar um acompanhamento, que envolve atividades relacionadas a programas educativos e de saúde, sendo posteriormente realizada nova avaliação que subsidie as decisões do juiz em relação à progressão do regime ou livramento condicional (Nascimento; Bandeira, 2018).

Dessa forma, enfatiza-se que o objetivo deste artigo se centra em refletir sobre a importância da avaliação psicológica no contexto da Psicologia no sistema prisional ou Psicologia Criminal, a partir da percepção de psicólogos.

MÉTODO

O estudo apresentado caracteriza-se como pesquisa qualitativa, com estudo de caso. Foi realizada a conceituação do fenômeno, já que, de acordo com Denzin e Lincoln (2006 *apud* Augusto *et al.*, 2013), a pesquisa qualitativa trabalha com a interpretação do mundo e os pesquisadores que a utilizam buscam compreender os fenômenos a partir dos significados que lhes são atribuídos. Augusto *et al.* (2013) complementam que nesse tipo de pesquisa são prezados os relatos detalhados dos fenômenos.

O estudo de caso, de acordo com Gil (2008, p. 57-58), tem como característica ser o “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos”, permitindo uma compreensão detalhada do objeto. O estudo de caso pode ser utilizado em pesquisas exploratórias.

Participaram da pesquisa quatro profissionais da área de Psicologia Criminal, identificados por acessibilidade, que fazem ou não uso de avaliação psicológica em seu ambiente de trabalho. Com isso, foi possível avaliar as vantagens e as desvantagens do uso dos instrumentos nesse contexto. Os participantes responderam a uma entrevista semiestruturada, especialmente organizada para a coleta de dados deste estudo.

Para realizar a coleta de dados, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade de Taubaté, aprovado sob o Parecer nº. 5.408.609. Após a aprovação, os profissionais foram contatados para agendamento e execução das entrevistas individuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados dos participantes

Quadro 1 – Dados gerais dos participantes

Participantes	Sexo	Tempo de formação	Tempo de experiência	Titulação
P1	Masculino	39 anos	30 anos	Doutor
P2	Masculino	12 anos	11 anos	Mestrando
P3	Masculino	33 anos	24 anos	Doutor
P4	Feminino	38 anos	31 anos	Mestre

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo.

Quadro 2 – Atuação profissional dos participantes.

Participantes	Atuação
P1	Após a formação, iniciou carreira na docência, depois prestou concurso público e atuou nas duas áreas. Também atuou em clínica particular.
P2	Prestou concurso público para trabalhar no sistema penitenciário e tomou posse em 2011, atuando nessa área desde então. Atualmente é responsável pelo setor de saúde, mas também continua com atividades de avaliação e de acompanhamento de detentos.
P3	Iniciou com atendimentos a detentos, fazendo avaliação psicológica para pareceres técnicos. Desenvolveu outras atividades dentro da penitenciária, como aulas e feiras culturais. Além disso, trabalhou como professor em algumas universidades.
P4	Trabalhou em consultório atendendo, inicialmente, crianças, adolescentes e adultos, e posteriormente apenas adolescentes e adultos. Atuou na docência em diversas áreas, como supervisão, Psicologia Jurídica, avaliação psicológica e institucional. Atualmente, trabalha na docência como supervisora das áreas de psicodiagnóstico, psicoterapia, projeto social e institucional, entre outros, e como agente técnica de saúde no sistema penitenciário. No sistema penitenciário, leciona para os concursados.

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo.

Quadro 3 – Formação dos participantes.

Participantes	Formação na área de Psicologia Jurídica
P1	Informou que existem cursos de especialização com duração de dois anos, porém explicou que não necessariamente é preciso ter graduação em Psicologia; pessoas com a formação em Direito podem fazer o curso de especialização na área.
P2	Relata que teve seu primeiro contato com a área na graduação, por meio da disciplina Psicologia Jurídica e pela realização de estágio específico na área, embora não tenha essa formação específica. Além disso, quando começou a trabalhar na área, a Secretaria da Administração Penitenciária oferecia cursos de aperfeiçoamento, o que o auxiliou para a realização das avaliações psicológicas e melhor entendimento sobre criminologia de modo geral.
P3	Apontou que na época de sua graduação ainda não existia a disciplina Psicologia Jurídica. Seu aprendizado foi adquirido a partir da atuação na área como professor de Psicologia Jurídica e por meio de estudos de referenciais teóricos.
P4	Relatou não ter especialização na área, porém realizou um curso de extensão sobre criminologia.

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo

Os participantes relatam que não há um caminho fixo de formação para a atuação no campo da Psicologia Jurídica. De acordo com Lago *et al.* (2009), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é precursora quando se trata do assunto Psicologia Jurídica.

[...] Foi a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que, em 1980, atendeu a essa demanda, criando uma área de concentração, dentro do curso de especialização em psicologia clínica, denominada “Psicodiagnóstico para Fins Jurídicos”. Anos depois, essa área passou por uma reformulação, transformando-se em um curso de especialização (Maia, 2015, p. 4).

Ainda assim, vemos que a disciplina de Psicologia Jurídica não está na grade de todos os cursos de Psicologia, podendo aparecer como uma matéria opcional, com pequena carga horária, a depender da universidade. Porém, no curso de Direito, a matéria se tornou obrigatória, ainda que também com carga horária pequena. Para suprir essa lacuna na formação acadêmica, é necessário que as instituições judiciárias ofereçam cursos e treinamentos (Lago *et al.*, 2009).

O participante 2 relatou que, no período da pandemia, a oferta de cursos de aperfeiçoamento diminuiu. O participante 3, que já lecionou essa disciplina, explica que nas universidades em que é oferecida “[...] *vão discutir ali, sei lá, um semestre, dois semestres, algumas questões, vão discutir um pouco sobre o trabalho do psicólogo, da psicóloga, na prisão*”, mostrando que o assunto não é aprofundado. Lago *et al.* (2009) acrescentam que, atualmente, universidades de alguns Estados como Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e São Paulo oferecem cursos de pós-graduação em Psicologia Jurídica, destacando um visível crescimento dessa área no Brasil.

Com relação à formação para a atuação dos profissionais da Psicologia no sistema prisional, a partir da Lei de Execução Penal e da obrigatoriedade da criação de um novo tratamento penitenciário no Brasil, teve início uma mobilização para a construção de uma “política pública com abrangência nacional para a formação inicial e permanente dos profissionais da execução penal” (CFP, 2007b, p. 13).

No ano 2005, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) realizou uma série de oficinas técnicas em todo o país, sob o sugestivo título de Capacitação Profissional do Servidor de Estabelecimentos Penais: Construindo Novas Diretrizes de Política. Com base nessas oficinas, o DEPEN pretendeu liderar a elaboração de bases conceituais e políticas para uma nova atuação frente a essa questão, exercendo a condição de órgão executivo da política penitenciária nacional a quem incumbe “colaborar tecnicamente com as Unidades Federativas para a implementação dos princípios e regras” da Lei de Execução Penal (CFP, 2007b, p. 22)

O DEPEN solicitou ao CFP que orientasse a formação de profissionais da Psicologia, para que esses profissionais pudessem atuar no sistema prisional. Sendo assim, “o CFP considerou imprescindível identificar as atribuições e as competências necessárias para o psicólogo atuar no sistema prisional” (CFP, 2007b, p. 24), pensando também em questões metodológicas e nas diferenças culturais de uma região para outra, entre outros pontos.

Porém, o psicólogo que trabalha no campo de execução penal teve sua atuação formada na prática, devido a não existir uma formação específica com relação à área de intervenção, pois esta não é priorizada nas instituições de ensino (CFP, 2007b).

Conclui-se os que psicólogos que trabalham no sistema prisional adaptam conteúdos de sua formação para o contexto, o que pode dificultar suas intervenções (CFP, 2007b).

Dados sobre avaliação psicológica

Quadro 4 – Uso da avaliação na Psicologia Jurídica e sua aplicação

Participantes	Uso da avaliação na Psicologia Jurídica e sua aplicação
P1	<i>“No meu caso, fazia sim [avaliação] porque eu trabalhava com o exame criminológico. ” “A aplicação funciona como qualquer função psicológica, faz entrevista, aplicação de testes, depois dava uma devolutiva. Não tem nada mais do que isso”.</i>
P2	<i>“E as avaliações elas são realizadas no ambiente prisional, tem unidades que não têm psicólogo, mas aí vai uma equipe volante ou eles solicitam a ida de algum profissional de outra unidade, mas geralmente é feito no ambiente prisional, em contato com a pessoa presa”.</i>
P3	<i>“Sim, fazia [avaliação]. Olha, varia muito ao longo do tempo, no começo a gente fazia, a gente tinha um trato diferente porque estávamos em aprendizado, então nós íamos mesclando ali, fundamentalmente, entrevista de recolha de dados com testes psicológicos”.</i>
P4	<i>“Então, é bem diversificado, também depende da abordagem, da linha de trabalho do psicólogo, ele faz isso dentro do sistema também para fazer a avaliação. Não tem um exame criminológico melhor do que o outro, o que interessa é atingir os objetivos”.</i>

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo

O participante 1 relatou que utilizava a avaliação psicológica, pois trabalhava com exame criminológico, que, de acordo com seu relato, é *“uma espécie de psicodiagnóstico do indivíduo preso. Então eu precisava usar as técnicas de avaliação psicológica, desde a entrevista até alguns testes”*. Outros profissionais, mais voltados para o aspecto social, que trabalhavam com a família do detendo e sua relação com ele não utilizavam testes nem avaliação psicológica. Pontua também que a aplicação da avaliação funciona da mesma maneira que em outras áreas da Psicologia.

Já o participante 2 explica que a atuação no eixo pericial é composta basicamente por avaliações. Elucida que a avaliação não é obrigatória pela LEP e que sua aplicação fica a critério do juiz, sendo que os juízes e juízas da nossa região são favoráveis à sua aplicação e que solicitam um alto número de avaliações. Porém, *“é preciso destacar que há uma carência muito grande de profissionais psicólogos no sistema prisional, sobretudo na nossa região, que*

tem um complexo penitenciário, então é um entendimento do judiciário da necessidade de se realizar avaliações psicológicas, sobretudo o exame criminológico [...]”, ou seja, há uma grande demanda de avaliações e uma carência de profissionais para realizá-las, além de profissionais que optam por sua não realização.

Sobre a aplicação, o participante 2 relatou que as avaliações são realizadas no próprio ambiente prisional. Quando não há psicólogo na unidade, solicita-se uma equipe volante ou algum profissional de outra unidade. Em pesquisa realizada pelo CFP (2009), uma das profissionais entrevistadas relata que, além da falta de material, faltam também psicólogos para completar a equipe. Além disso, o Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEN) apresenta os seguintes dados sobre a quantidade de psicólogos atuantes no sistema prisional, no período de Janeiro a Junho de 2022:

- Total: 1.222
- Efetivo feminino: 559
- Efetivo masculino: 153
- Temporário feminino: 196
- Temporário masculino: 37
- Comissionado feminino: 32
- Comissionado masculino: 11
- Terceirizado feminino: 183
- Terceirizado masculino: 51

Sendo destes 1.222, apenas 210 no estado de São Paulo, divididos em 98 municípios, com algumas possuindo nenhum psicólogo ou não tendo registro de informação.

O participante 2 também informou que realiza suas avaliações em dois a três encontros, a depender da demanda e das possibilidades, no presídio onde o detento se encontra abrigado. Outros documentos auxiliam a avaliação e, se necessário, há a aplicação de testes.

Sobre o exame criminológico (EC) citado pelo participante 1, o CFP (2007b, p. 37) explica que, em 1984, com a publicação da Lei de Execução Penal (LEP), “o exame criminológico foi efetivamente implementado e instituída a Comissão Técnica de Classificação – CTC - como dispositivos para o acompanhamento individualizado da pena”. Porém, como foi apontado pelo participante 2, para a progressão de pena este exame não é mais obrigatório. Esta mudança se deu a partir da publicação da Lei nº 10.792, que modificou o Artigo 112 da LEP, abstraindo a exigência do EC.

[...] para a progressão de regime e para o livramento condicional, permanecendo apenas os outros requisitos listados na LEP: cumprimento de ao menos um sexto da pena no regime anterior e ostentar bom comportamento carcerário, comprovado pelo diretor do estabelecimento, precedida de manifestação do Ministério Público e do defensor (Nascimento; Bandeira, 2018, p. 104).

O participante 3 descreve que, inicialmente, eram realizados a entrevista de recolhimento de dados e testes psicológicos, citando os testes utilizados, que serão aprofundados no próximo quadro.

Sá (2020) explica que o exame psicológico é constituído por entrevista e observação e, caso necessário, há a utilização de testes. A adaptação dos recursos utilizados se ajusta à demanda e à formação do profissional. O participante 3 afirma que nos últimos dez anos de sua atuação fazia entrevistas, mas não aplicação de testes, utilizados apenas em casos específicos, como apresentado por Sá (2020).

A participante 4 explica que os psicólogos possuem autonomia para a escolha do material a ser utilizado, sendo “*em função da identificação do profissional em relação ao instrumento e às vezes da necessidade de utilizar o instrumento específico ao caso*”. Também deixa claro que existem profissionais no sistema que não fazem a utilização de testes e que usam como referência as entrevistas. A participante complementa que a utilização de um teste pode representar uma proteção para o profissional diante de um possível questionamento técnico quanto ao resultado observado, além de oferecer um subsídio interessante para as conclusões da avaliação psicológica.

Todos os participantes afirmaram utilizar a avaliação psicológica no contexto prisional, alguns utilizando apenas alguma ferramenta da avaliação, como entrevista e/ou testes, e outros utilizando especificamente o exame criminológico. De acordo com Silva (2020), a avaliação psicológica utilizada nesse contexto nos dias de hoje aparece como uma forma de precaução para que o indivíduo seja visto em sua totalidade.

A prática da avaliação psicológica no contexto forense refere-se a um processo avaliativo dirigido a responder a demandas jurídicas específicas, relacionadas às múltiplas ações judiciais. [...] O objetivo primordial do processo avaliativo será, por meio do entendimento dos fenômenos psicológicos relativos ao caso, responder a uma demanda legal (Lago; Puthin, 2020, p. 30).

Gonçalves (2020) explica que o profissional que atua no sistema judiciário utilizando avaliações psicológicas necessita entender minimamente como se dá o funcionamento desse sistema. Os psicólogos, quando utilizam a avaliação em um campo que não é a Psicologia,

devem adaptar os dados de maneira a atender a demanda de maneira clara, possibilitando que leitores não formados na área entendam os resultados, porém, sem extrapolar os limites éticos da Psicologia (Gonçalves, 2020).

Lago e Puthin (2020) apontam que a avaliação no contexto jurídico criminal pode ser solicitada em diversos momentos de atividade criminal, por conta de diferentes objetivos. Na maior parte dos casos, a avaliação é solicitada, pois há “interesse no comportamento e na personalidade do agente (suspeito) do crime e nos possíveis impactos psicológicos vividos pelas vítimas dessas experiências” (Lago; Puthin, 2020, p. 36).

Quadro 5 – Testes utilizados

Participantes	Testes utilizados
P1	<i>“Utilizava com frequência o HTP, cheguei a utilizar muitas vezes o Rorschach, o PMK e muitas vezes as pirâmides coloridas”.</i>
P2	<i>“Eu utilizo muito o HTP, mas já trabalhei durante alguns anos, hoje não mais, mas trabalhava com o teste de Rorschach”.</i>
P3	<i>“Eu me lembro que a gente chegou a usar o HTP, chegamos a usar um teste que hoje eu não sei como que tá do ponto de vista da sua proibição ou não, mas era o Wartegg, que por um tempo chegou a ser proibido pelo Conselho de Psicologia, Zulliger, Desenho da Figura Livre, eu cheguei por um tempo a usar o Teste de Associação de Jung”.</i>
P4	<i>“Utilizo o HTP ou outro instrumento que seja necessário para a avaliação”</i>

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo

Todos os participantes afirmaram utilizar o teste HTP. O teste Casa – Árvore – Pessoa – Técnica Projetiva de Desenho (HTP) apresenta duas fases, sendo a primeira não verbal, criativa, em que o indivíduo deve desenhar uma casa, uma árvore e uma pessoa. Já a segunda fase é um inquérito sobre o desenho, envolvendo perguntas relacionadas às associações que o indivíduo faz sobre pontos de cada desenho (BUCK, 2003).

No contexto forense, ele [HTP] tem sido utilizado em avaliações de disputa de guarda (Lago; Bandeira, 2008), suspeita de abuso sexual (Pelisoli; Dell’aglio, 2015) e alienação parental (Fermann *et al.*, 2017). Entretanto, faltam estudos que explorem a validade do uso desse recurso com essas populações específicas, como as demandas judiciais que se apresentam (Pelisoli; Lago, 2020, p. 95).

Os participantes 1 e 2 também citaram a utilização do teste de Rorschach. O teste de Rorschach foi desenvolvido pelo psiquiatra Hermann Rorschach, em 1921, para a avaliação de aspectos relativos à personalidade. O teste possui 10 cartões com manchas de tinta, selecionados a partir de métodos empíricos para constituir os estímulos do instrumento (Resende, 2019).

Resende (2020, p. 108), ao citar Erard (2012); Erard *et al.* (2014) E Gacono *et al.* (2016) explica que “no contexto forense, o Teste de Rorschach tem sido amplamente empregado tanto para questões cíveis quanto criminais”. Também é ressaltado que no âmbito da Psicologia Jurídica há a solicitação de um exame de sanidade mental, para analisar se o indivíduo pode ou não ser responsabilizado pelo crime (Resende, 2020).

O participante 1 também afirmou utilizar o teste PMK e o Teste das Pirâmides Coloridas. O Psicodiagnóstico Miocinético (PMK) procura avaliar propriedades da personalidade do indivíduo por meio do registro gráfico dos movimentos nos eixos vertical, horizontal e sagital (Mira, 2014). O PMK foi apontado por Sá (2020) como a técnica menos sujeita a distorções na avaliação forense.

De acordo com Mira (2014), o fundamento metodológico e teórico do teste PMK se dirige para o entendimento da personalidade, sendo

Um modelo menos pautado nas compreensões epistemológicas da personalidade e mais preocupado com as confirmações empiricistas. Foi sustentado pelos teóricos que buscaram explicar a personalidade como uma estrutura de traços ou fatores. Baseados em modelos estatísticos complexos, defendiam que o construto necessitava ser explicado pela sua composição estrutural, pela extração matemática dos fatores que a integram, e não pela busca de uma gênese interna, externa, consciente ou inconsciente (Mira, 2014, p. 14).

Já o Teste das Pirâmides Coloridas de Pfister (TPC) foi criado por Max Pfister em 1950 e tem como objetivo “avaliar aspectos da estrutura emocional, de personalidade e do funcionamento cognitivo por meio do preenchimento de esquemas de pirâmides com quadrículos coloridos” (Pelisoli; Lago, 2020, p. 95).

Na área forense, foram desenvolvidos estudos com o TPC [...] para avaliar suas contribuições no exame criminológico no contexto penitenciário (Herênio, 2018), na avaliação para porte de arma (Maran; Braga, 2018) e na análise de crianças vítimas de violência sexual (Aguiar; Herênio; Lima; Batista, 2018) (Pelisoli; Lago, 2020, p. 95).

Porém, Sá (2020) aponta que esse teste se tornou popular entre os presidiários, o que levou à suspensão de seu uso.

Já o participante 3 citou a utilização dos testes Wartegg, Zulliger, Desenho da Figura Livre e Teste de Associação de Jung.

O Zulliger é um teste que avalia a personalidade e foi desenvolvido em 1948 por Hans Zulliger, “tendo como base o método de Rorschach” (Villemor-Amaral; Primi, 2009, p. 19). De acordo com Zulliger e Salomon (1970 *apud* Villemor-Amaral; Primi, 2009), quando se tratava

de diagnósticos mais precisos eram necessárias mais informações, como dados advindos de outras técnicas ou outros testes.

Desde então, Zulliger vem sendo empregado, em suas formas de aplicação coletiva ou individual, como instrumento de avaliação da personalidade sempre que os objetivos da avaliação requeiram um procedimento rápido e com um número elevado de indivíduos (Villemor-Amaral; Primi, 2009, p. 21).

Este teste apresenta três versões favoráveis, sendo: o teste de Zulliger no sistema compreensivo – forma individual (ZSC) – cujo manual foi utilizado para sua caracterização neste trabalho, Zulliger no sistema Escola de Paris forma individual e Z-Teste Coletivo e Individual - Técnica de Zulliger.

Melero Filho (2020) esclarece que o desenho da figura livre é uma das técnicas projetivas utilizadas para o psicodiagnóstico. É pedido ao indivíduo que faça um desenho sem um tema previamente especificado. O autor acrescenta que “essa técnica proporciona a projeção da personalidade sobre o desenho devido à liberdade proporcionada, entrando em cena elementos subconscientes e inconscientes” (2020, p. 579).

A técnica de associação livre de palavras era realizada por Jung a partir de indagações sobre as associações realizadas pelos indivíduos. Jung, “visando descobrir o conteúdo ideacional dos sujeitos, elaborou um instrumento constituído de 60 itens ou palavras-estímulos ditos ‘traumáticos’ (20 palavras-estímulos) e ‘não traumáticos’ (40 palavras estímulos)” (Coutinho; Bú, 2017, p. 219-220).

Esse método também faz parte das técnicas projetivas, que se baseiam na possibilidade de que a organização psicológica relacionada à personalidade do indivíduo faz-se consciente a partir de ações, escolhas e criações (Nóbrega; Coutinho, 2008 *apud* Coutinho; Bú, 2017). Além disso, “atua enquanto técnica sobre esta estrutura, tornando-a evidenciada a partir das quatro principais condições de um teste projetivo: estimular; tornar observável; registrar; e, obter a comunicação verbal” (Merten, 1992 *apud* Coutinho; Bú, 2017).

Dos testes citados, Wartegg é considerado não favorável para a utilização, de acordo com o SATEPSI. De acordo com o CFP (2007a, p. 23-24), as condições indicadas pela Resolução nº 9/2018 para que um teste seja favorável são:

- a) especificação do construto que ele pretende avaliar;
- b) caracterização fundamentada na literatura da área;
- c) pelo menos um estudo satisfatório de análise dos itens (para testes projetivos esse item não se aplica);
- d) pelo menos um estudo brasileiro de precisão com indicadores iguais ou acima de 0,60;

- e) presença de pelo menos um estudo de evidências de validade baseadas na estrutura interna, quando aplicável, e outro estudo de validade (desde que não seja de conteúdo); e
- f) possuir sistema de correção e interpretação de escores baseados na literatura.

Essa análise deve ser realizada e os resultados disponibilizados no site do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI).

A criação do site do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) foi um marco na história da avaliação psicológica no Brasil. Teve sua origem em um momento em que os testes psicológicos estavam sendo criticados e desacreditados por vários campos, como o Poder Judiciário e candidatos a vagas de emprego (CFP, 2007a).

Essa avaliação resultou na descoberta de que mais de 60% dos testes não poderiam estar sendo utilizados, devido à validade e pelo fato de que muitos não apresentavam padronização e/ou não tinham validação científica (CFP, 2007a).

Quadro 6 – Vantagens do uso da avaliação no contexto prisional

Participantes	Vantagens do uso da avaliação no contexto prisional
P1	<i>“Só vejo vantagem, porque minha avaliação criminológica que eu fazia, dos exames psicológicos, elas estavam sempre embasadas em testes psicológicos [...]”.</i>
P2	Não citou vantagens
P3	Não citou vantagens
P4	<i>“Vantagens todas, né”.</i>

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo

O participante 1 afirma que no contexto em que trabalhava considerava vantajoso o uso dos testes, pois embasavam as avaliações criminológicas, fundamentando o relatório enviado para o juiz.

A participante 4 comenta que existem muitas vantagens na utilização dos processos de avaliações psicológicas. Também explica que na formulação do laudo é esclarecido que a avaliação é um recorte da situação, *“não é um determinismo né, o indivíduo passa por um processo, existem situações ali específicas, né, da prisionização que pode alterar conforme o indivíduo ali tá no sistema fechado, que é onde eu trabalho. Ele é privado de todas as situações, então é uma variável importante, né, mas a gente consegue avaliar determinados recursos e mostramos, nós não decidimos nada, né”.* E completa que o relatório oferece uma sustentação para a decisão que será tomada pelo juiz.

Além de fornecer fundamento ao relatório, como apontado pelos participantes, a avaliação psicológica utilizada no contexto forense também oferece segurança ao indivíduo que passa pela avaliação. Com sua utilização, é possível avaliar o indivíduo em sua totalidade, considerando aspectos emocionais e questões internas (SILVA, 2020).

Cohen, Swerdlik e Sturman (2014, p. 511) comentam que a avaliação forense pode informar “se uma pessoa é competente para ser julgada, se é responsável criminalmente ou se está pronta para a liberdade condicional”. Os dados da avaliação forense também apontam que há uma diferença entre falar sobre determinada doença diagnosticada e como esta afetou o indivíduo e suas ações no momento do crime, sendo esta segunda opção a mais importante dentro do contexto (Rappeport, 1982, p. 333 *apud* Cohen; Swerdlik; Sturman, 2014, p. 511).

Já os participantes 2 e 3 não relataram vantagens para a aplicação de testes na avaliação psicológica no contexto prisional. ”

Quadro 7 – Desvantagem do uso da avaliação psicológica no contexto prisional

Participantes	Desvantagens do uso da avaliação no contexto prisional
P1	<i>“Não tinha desvantagem nenhuma, eu não vejo nenhuma situação, qualquer desvantagem em se fazer uma avaliação psicológica”.</i>
P2	<i>“Então, eu penso que a avaliação ela não é primordial”.</i>
P3	<i>“Então, como que eu vejo né, eu vejo que, primeiro que eu não me sentia confortável nesse papel, um papel de auxiliar do juiz, um papel de terceiro julgador do sujeito e para as pessoas presas não tinha nenhum benefício, só atrasavam, o que eles chamam de “atrasar a vida deles”. Então assim, acho que não tinha benefícios, acho que eram só prejuízos”.</i>
P4	<i>“As desvantagens às vezes é a referência que você tem um padrão comparativa daquela pessoa, porque você não tem uma avaliação de entrada”.</i>

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo.

Com relação às desvantagens, o participante 1 acredita não haver nenhuma. Já o participante 2 explica que *“é um terreno muito denso e há muitas discussões sobre a obrigatoriedade, sobre a eficácia, os meios pelos quais são realizadas as avaliações no sistema prisional. Então, assim, existe um imbróglio, existem discussões de muito tempo e não tem um consenso, na realidade”.* Também aponta que se deve verificar com cautela os objetivos reais da avaliação, pois às vezes, em um primeiro momento, a avaliação apresenta possibilidades de auxiliar em um projeto terapêutico, porém com o tempo se mostra apenas como um instrumento que sustenta a punição do indivíduo.

O participante 2 informou discutir com frequência o assunto de “*a serviço de que está essa avaliação, como ela é usada, como o próprio sistema prisional e o próprio sistema de justiça eles usam essa avaliação dentro do processo do preso, e é muito comum esse tipo de avaliação enveredar para um caminho ali de sustentar punição*”, entendendo a avaliação como não primordial. Complementa que um trabalho primordial seria o de acompanhamento dos detentos.

O participante 3 explica que os exames utilizados poderiam prejudicar os indivíduos, visto que as avaliações são feitas no momento que o detento quer sair da prisão. Ele explica que “*esses exames acabavam sendo contrários ou trazendo elementos que, aos olhos dos juízes, eram contrários aquilo que ele achava que deveria vir, do ponto de vista dos achados para os detentos*”. Assim como o participante 2, ele aponta que o mais necessário, e que é negligenciado, é o cuidado com a saúde mental desses indivíduos.

A participante 4 também cita algumas desvantagens. Uma delas é que não há um padrão comparativo do indivíduo, visto que não é feita uma avaliação de entrada, impossibilitando a verificação da evolução psicológica do indivíduo.

A limitação de material disponível para os profissionais também pode ser prejudicial para a realização das avaliações. O CFP (2009) elenca que alguns psicólogos relatam falta de equipamentos e de recursos técnicos, como de testes psicológicos projetivos e de personalidade, além de não haver um espaço físico apropriado para a atuação dos profissionais.

A participante 4 finaliza reafirmando que a avaliação de entrada é de extrema importância, já que o indivíduo não é estático. Porém, reforça que não é possível sua realização por conta do reduzido número de profissionais atuante na área. Como apontado pelos participantes, a realização do exame criminológico na entrada do indivíduo pode fornecer bases à equipe técnica “para a orientação e o acompanhamento do cumprimento de pena do condenado” (Sá, 2020, p. 413).

Quadro 8 – Necessidade de formação em Psicologia para a aplicação da avaliação psicológica

Participantes	Necessidade de formação em Psicologia para a aplicação da avaliação psicológica
P1	<i>“Se é avaliação psicológica, você precisa ter a formação psicológica né, a formação em Psicologia”.</i>
P2	<i>“O trabalho de avaliação psicológica é um trabalho muito complexo, de muita responsabilidade e o conhecimento que o profissional psicólogo tem adquire na sua formação, ela dá conta de realizar essa atividade [...]”.</i>

P3	<i>“Eu acho que essas coisas são importantes numa formação, centrar, ter como centro a questão da avaliação psicológica, mas também centrando nesses elementos ou determinantes, ou na possibilidade de olhar para esses determinantes”.</i>
P4	<i>“Mesmo porque não tem outro profissional que o faça, né”. “A equipe de CTC é composta, na lei, por um assistente social, um psiquiatra e um psicólogo, então a gente tinha uma troca importante, um complementava o outro, mas o instrumental da avaliação tem que ser o psicólogo”.</i>

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo

O participante 1 afirma que para realizar a avaliação é necessário ter formação em Psicologia, principalmente devido à utilização dos testes psicológicos, que são instrumentos do profissional da Psicologia. Conclui que o graduado em Psicologia é capaz de realizar a avaliação e de utilizar os testes de maneira íntegra. Como apontado pelo participante 1 e mencionado pela participante 4 em sua resposta, de acordo com a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962, a utilização das técnicas psicológicas é exclusiva dos profissionais da Psicologia (Brasil, 1962;1964 *apud* Silva, 2020).

O participante 2 expõe que a avaliação é um trabalho complexo, que exige um conhecimento que o psicólogo obtém durante seu processo de formação, que o capacita a realizar a avaliação, principalmente por *“não ficar preso naquele contexto pontual e na relação criminoso-crime”*. Estima-se que o profissional consiga ultrapassar essa relação, embora o participante acredite que outros profissionais não tenham esse objetivo bem delimitado.

Já o participante 3 pontua que em sua formação teve bastante contato com a técnica de testes, porém não muito em relação à avaliação psicológica. Como apontado anteriormente, Silva (2020), ao citar Bandeira (2018), esclarece que apenas o psicólogo pode fazer o uso dos testes psicológicos, porém, não há uma ênfase dentro da formação acadêmica com relação a formação nesta área de técnicas especificamente. O participante pontua que não recebeu uma boa formação quanto ao que avaliar a partir dos testes, sendo necessário compreender que as informações dos testes psicológicos devem ser integradas aos dados das entrevistas para que seja possível uma avaliação de forma contextualizada e integral.

O participante 3 acredita que a entrevista é uma das maneiras mais completas de levantamento de dados e, caso haja dúvida com relação a algum ponto, utiliza-se os testes. Pelisoli e Lago (2020) afirmam que a partir das entrevistas é possível compreender a história do avaliado e captar possíveis circunstâncias que o levaram à situação jurídica. Conclui afirmando: *“eu acho que falta na universidade, bom, primeiro um olhar para as diversas*

situações que seja crítico”, pois o trabalho do psicólogo não pode ser resumido à simples aplicação de uma avaliação psicológica, visto que, como também aponta o participante 2, o indivíduo em avaliação tem uma história que extrapola seu momento presente, sendo necessário considerar os determinantes históricos e sociais de sua vida.

A participante 4 cita a Comissão Técnica de Classificação (CTC), composta por um assistente social, um psiquiatra e um psicólogo, e a troca de informações que ocorre entre os profissionais, pontuando, porém, que a parte instrumental da avaliação cabe ao psicólogo. Além disso, aponta que não existem mais psiquiatras atuantes no sistema penitenciário. De acordo com a Lei nº 7.210/1984, a CTC deve contar com, no mínimo, 1 psicólogo, 1 psiquiatra, 1 assistente social e 2 chefes de serviço, mas pelo relato da participante, na prática isso não acontece.

Também explica que *“o papel do psicólogo, na área judicial, não precisa ser na área criminal, nessa área toda. É esse aporte da subjetividade, de conhecer o ser humano, independente do instrumental que ele vai fazer essa avaliação”*, destacando que o psicólogo tem embasamento e autorização legal para realizar a avaliação. Entende que no sistema prisional o profissional da Psicologia é muito importante, considerando-o o mais pertinente, embora nem sempre reconhecido e valorizado.

A participante complementa que onde ela trabalha, há 4 psicólogos, 1 assistente social e nenhum psiquiatra para o atendimento de 2.500 detentos, o que leva, algumas vezes, a uma avaliação incompleta. Como apontado pela participante, o exame criminológico envolve estudos psicológicos, mas também jurídicos, sociais e psiquiátricos. As avaliações levarão à uma discussão que desencadeará uma síntese diagnóstica (SÁ, 2020). No entanto com a ausência dos demais profissionais, a avaliação pode apresentar lacunas.

Quadro 9 – Importância da avaliação psicológica no contexto prisional

Participantes	Importância da avaliação psicológica no contexto prisional
P1	<i>“No contexto que eu trabalhava, eles davam mais consistência nos laudos que eu assinava e eram enviados ao Juiz”.</i>
P2	<i>“Eu acho que as avaliações são importantes desde que o objetivo seja subsidiar o cumprimento da pena”.</i>
P3	<i>“Então é isso, acho que tem uma importância, certo, mas não necessariamente na questão do teste psicológico”.</i>
P4	<i>“[...] é um recurso, não é diferente da avaliação em outros contextos, mas eu acho que é um documento, é um instrumento que dá uma certa garantia, né, no nível de responsabilidade nossa também e é um material que sustenta seu posicionamento, a sua percepção”.</i>

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo

O participante 1 apresenta que a avaliação fornecia mais consistência ou sustentação aos laudos. Explica que esses laudos eram elaborados com base em entrevistas e testes de inteligência, personalidade, etc. Sá (2020) elucida que dados de personalidade podem ser coletados por meio de testes, sendo uma vantagem de sua utilização, visto que os dados não seriam colhidos apenas por entrevistas e observações.

O participante 2 entende que o EC deveria ser realizado no início do processo, de acordo com a LEP, pois assim poderia ser utilizado “*para subsidiar as ações de reintegração do sujeito, para subsidiar ali o projeto terapêutico dele no percurso no sistema prisional*”; porém, não é o que acontece. Também acrescenta que o exame criminológico fornece subsídios apenas para a progressão de pena, sendo realizado no final do cumprimento, contribuindo para a manutenção de um ideário punitivista, muito comum nesse campo. Como já apontado anteriormente, a realização do exame de entrada fornece embasamento para as orientações e o acompanhamento do indivíduo durante seu período de cumprimento da pena (SÁ, 2020).

O participante 2 compreende que a avaliação é importante, contanto que não seja utilizada apenas a serviço de questões punitivistas, que reforçam a estigma, o preconceito e a desigualdade. Cita que busca maneiras para apresentar mais questões sociais nesse contexto, “*ao invés de só destacar ali a personalidade do sujeito, a gente faz muito questão de apontar, de mostrar pro judiciário quanto do próprio efeito de prisionização, de encarceramento, o quanto aquele meio excludente, punitivo, também cria, forjam subjetividades ali, né, que não dá pra pensar no sujeito isolado, preciso também pensar nessa instituição*”.

O participante 3 entende que “*se você vai cuidar da saúde mental, qual o sentido da avaliação psicológica?*”. Complementa que, durante o processo de atendimento, acredita que é possível a utilização de testes; porém, vê a entrevista como a forma mais completa de levantar os dados necessários. Também aponta a entrevista como o método mais completo para a coleta de dados. Sá (2020) destaca as informações a serem levantadas pela entrevista, sendo algumas delas a maneira como o detento fala sobre a situação do crime, como analisa sua vida, como fala de sua família e de seus relacionamentos, como vê seu futuro, entre outros assuntos que demonstram a pluralidade de informações possíveis a serem coletadas e que oferecerão maior base para uma análise futura.

Para a participante 4, a avaliação na penitenciária não ocorre de maneira diferente de outros contextos da Psicologia. “*É um instrumento que dá uma certa garantia, né, no nível de responsabilidade nossa também e é um material que sustenta seu posicionamento, sua percepção*”. Acrescenta que não é proveitoso utilizar qualquer instrumento se não entender o

indivíduo como uma pessoa e considerar todas as variáveis possíveis. Sobre a questão da escolha do instrumento, Sá (2020) menciona que o psicólogo deve ter atenção a qual técnica de exame utilizará, visto que algumas delas são mais suscetíveis a distorções vindas do indivíduo examinado.

Quadro 10 – Riscos da utilização da avaliação psicológica no contexto prisional

Participantes	Riscos na utilização da avaliação psicológica no contexto prisional
P1	<i>“Que riscos poderia ter a utilização da avaliação psicológica em qualquer contexto?”</i>
P2	<i>“Então, eu acho que os riscos eles têm mais, não sei se risco seria a melhor palavra, eu acho que os prejuízos, atravessamentos. Tem a ver com isso que eu falei um pouco antes, dos usos que se faz, do real objetivo, que discurso está por trás que fomenta essas avaliações”.</i>
P3	<i>“Então, um deles, também já mencionei, é justamente a gente não conseguir contextualizar o teste psicológico na situação em que ele está sendo utilizado”.</i>
P4	<i>“O risco é você utilizar instrumentos inadequados ou risco de você fazer um trabalho fora daquilo que é esperado, né, o que eu quero dizer, do objetivo do seu trabalho”.</i>

Fonte: dados obtidos na pesquisa de campo

O participante 1 acredita que a avaliação permite ampliar a análise de um indivíduo, independentemente da área em que for utilizada. Já os outros participantes apontam alguns riscos. O participante 2 afirma que pode haver prejuízos devido à maneira como as avaliações podem ser utilizadas, levando à reprodução de um discurso apenas punitivista, já presente nas instituições. De acordo com Karam (2011), a Psicologia e o sistema penal possuem uma relação demarcada por questões reforçadoras quanto a danos provocados por punições, estigmatizações e privação de liberdade, utilizadas para administrar os comportamentos nomeados “crimes”.

O participante 2 reforça que, se os instrumentos de avaliação são utilizados para embasar a decisão do juiz com relação à progressão de pena, como já apontado pelos participantes anteriormente, serão instrumentos bons; porém, se são utilizados a favor de uma lógica que fomenta preconceito, serão prejudiciais.

O participante 3 aponta como risco a questão de não ser possível contextualizar o teste na situação em que é usado. Mesmo com a validação dos testes para a população brasileira, essa população é muito plural e a população no âmbito do sistema prisional vivencia outro contexto, muito particular. O exame criminológico, apesar de se encaixar nas questões diagnósticas e prognósticas clínico-criminológicas, é uma avaliação com objetivo delimitado a partir de uma

situação-problema, o comportamento criminoso, entendendo que o indivíduo não se encontra naquela situação por acaso (Sá, 2020).

Ainda sobre a questão de validação, a participante 4 comenta que um dos riscos é a utilização de um instrumento não validado, que pode invalidar o relatório entregue. Outro risco seria a utilização de instrumentos inadequados, que não se encaixam no objetivo do trabalho. O CRP-SP (2021) orienta que na aplicação dos testes deve-se considerar seu contexto, pensando se os resultados obtidos poderão ser utilizados. Além disso, deve-se pesquisar e estar atento aos testes listados como favoráveis e desfavoráveis no SATEPSI.

Além disso, a participante 4 lembra que uma equipe reduzida acaba afetando a aplicação da avaliação, apontando a necessidade de se garantir certo distanciamento e neutralidade: *“Se você tivesse uma equipe grande, por exemplo, a gente pode fazer um acompanhamento, atender o sentenciado por algumas semanas, e aí vem o exame dele, não é prudente que você faça esse exame, então o que a gente faz, troca, [a pessoa que realiza o exame], nós ficamos trocando, né”*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da avaliação psicológica na área prisional se apresentou como promissora; porém, os depoimentos dos profissionais entrevistados apontam que, mesmo que sua condução aconteça de maneira semelhante a outras áreas da Psicologia, adaptações são necessárias, a depender da situação. Essa questão está de acordo com o que afirma Jung (2014 *apud* Santana; Souza Neto, 2020), que não existem instrumentos específicos para a avaliação dos aspectos psicológicos correlacionados às questões legais. Também foi lembrado pelos participantes que não existe mais a obrigatoriedade da avaliação, de acordo com a LEP. Nascimento e Bandeira (2018) informam que a Lei 10.792 modificou o Artigo 112 da LEP que determinava como obrigatória a realização do exame criminológico.

Quanto à hipótese de que a avaliação psicológica no sistema prisional – criminal levaria à compreensão mais completa e precisa dos dados psicológicos dos avaliados, os participantes apresentaram, como vantagem do seu uso, que a avaliação pode fornecer fundamento aos relatórios, sendo possível, a partir dela, relatar como determinado diagnóstico afetou o indivíduo no momento do crime (Rappeport, 1982 *apud* Cohen, Swerdlik; Sturman, 2014). Também foi apontado que a avaliação torna possível fornecer subsídios à decisão do juiz quanto à progressão de pena, além de apresentar o indivíduo como um ser inserido no contexto

prisional devido a determinadas questões, avaliando-o em sua totalidade (SILVA, 2020). Porém, foi comentado que a avaliação também pode levar a outras questões, a depender de como for aplicada nesse contexto.

Por fim, tem-se que, apesar de existirem vantagens na utilização da avaliação no contexto prisional e da importância de seu uso, também existem desvantagens e riscos a serem considerados.

Esta pesquisa abre oportunidades para mais estudos nessa área, tendo em vista que existem assuntos a serem aprofundados e aspectos a serem explorados. Dentre os possíveis assuntos a serem tratados, aponta-se a necessidade de um estudo quanto ao acolhimento do indivíduo preso e como este acontece, ou não acontece, nas penitenciárias; de como uma CTC incompleta pode influenciar na precariedade das avaliações e, ainda, estudos quanto a criação e validação de instrumentos para serem utilizados na área, visto que esses instrumentos atualmente são adaptados da Psicologia Clínica e não abrangem a situação específica em que estão sendo utilizados .

Pela pertinência do tema, outros estudos mais amplos e com a participação de mais profissionais mostram-se importantes para melhor compreensão da atuação do profissional de Psicologia na área prisional.

REFERÊNCIAS

ANGELIM, F. P.; MOURA, M. L. R. de. Psicologia Jurídica: o exercício da subjetividade e a necessidade de controle do Estado. **Diálogos. Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, p. 12-13, 2012. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Dialogos8_23outubro.pdf. Acesso em: 11 mar. 2022.

AUGUSTO, C. A. *et al.* Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). **Revista Economia e Sociologia Rural**, [s. l.], v. 51, ed. 4, p. 745-764, 2013. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/zYRKvNGKXjbDHtWhqjxMyZQ/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BUCK, J. **H-T-P: casa-árvore-pessoa - técnica projetiva de desenho**: Manual e guia de interpretação. São Paulo: Vetor, 2003.

COHEN, R. J.; SWERDLIK, Mark E.; STURMAN, Edward D. **Testagem e avaliação psicológica**: introdução a testes e medidas. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788580554106>. Acesso em: 10 ago. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A prática profissional dos(as) psicólogos(as) no Sistema Prisional**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/interjustica/pdfs/outros/a-pratica-profissional-dos-as-psicologos-as-no-sistema-prisional.pdf>. Acesso em: 02 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha sobre Avaliação Psicológica**. Brasília, jun. 2007a. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/cartilha-avaliacao-psicologica/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. Brasília, 2007b. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/depen_cartilha.pdf. Acesso em: 02 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) no sistema prisional**. Brasília, abr. 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-psicologas-os-no-sistema-prisional/>. Acesso em: 02 set. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO. **Manuais – CRP SP Orienta – Testes Psicológicos**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.crpsp.org/uploads/impresso/165938/9TuFsr2EvIbRo4Y7LvL9cCBG7UycicB3.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

COUTINHO, M. de P. de L.; BÚ, E. do. A Técnica de Associação de Palavras sobre o Prisma do Software Tri-Deux-Mots. **Revista Campo do Saber**, v. 3, n. 1, p. 219-243, jan/jun, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321239778_A_Tecnica_de_Associacao_Livre_de_Palavras_sobre_o_Prisma_do_Software_Tri-Deux-Mots. Acesso em: 21 out. 2022.

FREITAS, M. de A. Psicologia forense e psicologia jurídica: aproximações e distinções. **De Jure - Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, v. 12, n. 20, p. 82-103, jan./jun. 2013. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/69170/psicologia_forense_psicologia_freitas.pdf. Acesso em: 15 mar. 2022.

GIL, A. C. Análise de Conteúdo. *In*: GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. cap. 14 - Utilização de Documentos, p. 147-155. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

GONÇALVES, V. C. O Sistema de Justiça Brasileiro. *In*: HUTZ, C. S (org.) *et al.* **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2020. p. 19-29. Livro. (1 recurso online). (Avaliação psicológica). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715956>. Acesso em: 10 out. 2022.

KARAM, M. L. Psicologia e sistema prisional. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, dez. 2011. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2011000200006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 02 set. 2022.

LAGO, V. de M. *et al.* Um breve histórico da Psicologia Jurídica no Brasil e seus campos de atuação. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, pp. 483-491, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/NrH5sNNptd4mdxy6sS9yCMM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 abr. 2021.

LAGO, V. de M; PUTHIN, S. R. Demandas de Avaliação Psicológica no Contexto Forense. *In: HUTZ, C. S. et al. (org.) Avaliação psicológica no contexto forense*. Porto Alegre: ArtMed, 2020. p. 30-40. Livro. (1 recurso online). (Avaliação psicológica). ISBN 9788582715956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715956>. Acesso em: 10 out. 2022.

MAIA, C. Y. M. **A trajetória da Psicologia Jurídica**. Material didático da disciplina Antropologia e Psicologia Jurídica. Instituto de Educação Superior da Paraíba (IESP) - Curso de Direito, 2015.1. Disponível em: <https://www.iesp.edu.br/sistema/uploads/arquivos/publicacoes/a-trajetoria-da-psicologia-juridica.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

MELERO FILHO, C. A. L. O Desenho Livre na Dificuldade de Aprendizagem. *In: ARPPE – Amazônica – Revista de Psicopedagogia, Psicologia Escolar e Educação*, Universidade Federal do Amazonas, Grupo Multidisciplinar de pesquisa em Educação, Psicopedagogia e Psicologia Escolar –UFAM/CNPq-Laboratório de Psicopedagogia-Humaitá/Manaus, Ano 12, Vol XXV, nº 2, jul-dez.2020, p. 579-588. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/7789/5475>. Acesso em: 21 out. 2022

MIRA, A. M. G. **PMK: psicodiagnóstico miocinético**. manual. 5. ed. São Paulo: Vetor. 2014.

NASCIMENTO, L. G. do; BANDEIRA, M. M. B. Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 38, n. spe2, pp. 102-116, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/rzBgK7y7GJzqQy98JxLPsGP/?format=pdf&lang=pt>. ISSN 1982-3703. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000212064>. Acesso em: 02 set. 2022.

PELISOLI, C. da L.; LAGO, V. de M. Instrumentos de Avaliação Psicológica no Contexto Forense. *In: HUTZ, C. S. et al (org.) Avaliação psicológica no contexto forense*. Porto Alegre: ArtMed, 2020. p. 91-104. Livro. (1 recurso online). (Avaliação psicológica). ISBN 9788582715956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715956>. Acesso em: 10 ago. 2022.

PELISOLI, C.; DELL'AGLIO, D. D. As Contribuições da Psicologia para o Sistema de Justiça em Situações de Abuso Sexual. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 4, p. 916-930, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-370001032013>. Acesso em: 06 nov. 2021

RESENDE, A. C. O Uso do Teste de Rorschach (R-Pas) no Contexto Forense. *In*: HUTZ, C. S. *et al* (org.). **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2020. p. 105-122. Livro. (1 recurso online). (Avaliação psicológica). ISBN 9788582715956. Disponível em <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715956>. Acesso em: 30 set. 2022.

SÁ, A. A. de. Exame Criminológico. *In*: HUTZ, C. S (org.) *et al*. **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2020. p. 412-430. Livro. (Recurso Online). (Avaliação psicológica). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715956> Acesso em: 10 ago. 2022.

SÁ, A. A. de. **Criminologia clínica e execução penal**: proposta de um modelo de terceira geração. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. 388 p. (Saberes críticos).

SACRAMENTO, L.T.; SINIGALIA, P. S. de. Psicologia Jurídica: Conceito e histórico. *In*: Associação Brasileira de Psicologia Jurídica. **Cadernos de Psicologia Jurídica**: Psicologia na prática jurídica. [Recurso Eletrônico]. São Luís: UNICEUMA, 2019, v. 1, p. 25-51. Disponível em: http://abpj.org.br/downloads/a849874a04611334895d8ca4e8dbdf16.pdf?utm_source=website. Acesso em: 14 mar 2022.

SANTANA, F. C. F.; SOUZA NETO, Z. G de. A avaliação Psicológica em casos de Suspeita de abuso sexual contra a criança e ao adolescente: Uma pesquisa com psicólogos jurídicos do norte do Brasil. *In*: Associação Brasileira de Psicologia Jurídica. **Cadernos de Psicologia Jurídica**: Interfaces em Psicologia Jurídica e Forense. São Luiz: ABPJ, 2020. p. 151-176. Disponível em: http://abpj.org.br/downloads/2020-Caderno-4-Interfaces-em-Psicologia-Juridica-e-Forense.pdf?utm_source=website. Acesso em: 14 mar 2022.

SILVA, E. Z. M. da. Avaliação e Perícia Psicológica no Contexto Forense. *In*: HUTZ, C. S (org.) *et al*. **Avaliação psicológica no contexto forense**. Porto Alegre: ArtMed, 2020. p. 55-69. Livro. (1recurso online). (Avaliação psicológica). Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788582715956>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SILVA, M. C. R.; FONTANA, Elisandra. Psicologia Jurídica: Caracterização da Prática e Instrumentos Utilizados. **Estudos Interdisciplinares de Psicologia**, Londrina, v. 2, n. 1, p. 56-71, jun. 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072011000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 abr. 2021.

VILLEMOR-AMARAL, A. E. de; PRIMI, R. **Teste de Zulliger no Sistema Compreensivo – ZSC**: forma individual. Manual. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009.

A PORNOGRAFIA COMO FENÔMENO HISTÓRICO E PSICOLÓGICO

David Augusto Solano Mallorquin-Carlos

Tháís Tadaki

Jéssica de Assis Silva

INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é caracterizar o fenômeno da pornografia a partir de revisão narrativa da literatura acerca do tema, envolvendo aspectos históricos e a perspectiva da Psicologia, sobretudo no campo do desenvolvimento humano.

O material pornográfico, quando consumido por jovens, pode significar um tipo de violência, em razão de sua subjetividade ainda estar em formação e pelo fato de a pornografia abordar a sexualidade de forma muitas vezes ilusória, o que proporciona sofrimento e favorece o surgimento de comportamentos problemáticos para a construção de um relacionamento, seja no âmbito privado ou social (Burbano, 2019).

Gorriz (2019) demonstra a necessidade da discussão acerca do fenômeno e suas tangências, visto que a pornografia é um dos mercados mais lucrativos do mundo, em que não se tem uma ética atuante norteadora da salubridade dos participantes do conteúdo e tampouco de quem a consome. Tal fato é corroborado por Burbano (2019), que demonstra a dominância masculina, indiretamente estimulada pelo consumo de pornografia, em detrimento da liberdade feminina.

Como sugere Lacan (1986), na literatura freudiana não há uma razão metafísica que garanta que todos os indivíduos serão felizes ou que há algo preparado para eles. Logo, há de se considerar que o ser humano apresenta condições sociais, psíquicas, econômicas e culturais diferentes, que o levarão a diferentes e inúmeras interpretações da realidade. Por esse motivo, a fundamentação teórica deve ater-se a um compromisso ético e resistir às possíveis nuances morais que sirvam a interesses distintos do que se espera de uma ciência.

Registros datados de antes de Cristo (a.C) com representações sexualmente explícitas podem ser encontrados, mas é necessário ressaltar que, devido à falta do conceito formal de “pornografia”, esse termo só passou a ser usado a partir do século XIX (Hunt, 1999).

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre o tema, por meio de uma revisão de literatura narrativa, seguida pelos resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DE LITERATURA

A história da pornografia

O erotismo e a pornografia fizeram parte da expressão da sexualidade de diversas sociedades em períodos distintos ao longo da história, em que moralidade, ética, cultura e ritos tinham funções e aplicações práticas diferentes da vida contemporânea. A relação entre o impedimento da expressão da sexualidade e a moralidade é tênue, e a imposição de tabus, consequência da repressão dessa liberdade, não reduziu o interesse social pela nudez dos corpos e o erotismo, apenas o tornou velado (Azevedo; Ferreira, 2017). O estudo de Azevedo e Ferreira (2017) apresenta uma revisão histórica a respeito dos dois fenômenos citados inicialmente, em que a pornografia era retratada pela literatura e, anteriormente, pela arte, em esculturas e quadros que retratavam a nudez.

Em algumas habitações na Grécia antiga, por volta de 5 a.C., havia gravações de cenas de sexo explícito nas paredes, que se assemelham às fotos sensuais no mundo contemporâneo. Em períodos históricos próximos também foram encontradas gravações nos muros de Pompeia com retratações da sexualidade, que indicam que aquela sociedade também cultivava uma arte que consideraríamos pornográfica (Hunt, 1999).

Hunt (1999) acompanha o uso do termo pornografia e infere que, antes do século XIX, não havia uma definição formal e semântica da palavra que expressasse a relação entre a representação visual da sexualidade e o recurso literário que abordava temas sexuais.

Entre os séculos XV e XVIII, a arte com conteúdo sexual tinha a função de crítica às autoridades. Nesse período, a autoridade religiosa e eclesiástica era também política, não havendo laicidade como no Estado contemporâneo. Logo, é justificável que a sociedade da época fizesse uso da arte como medida de contracultura e enfrentamento às represálias moralistas, que colocavam em xeque a crença da “decência” da arte.

Em razão da repercussão das obras literárias pornográficas no território francês durante os séculos XVII e XVIII, a polícia local e as autoridades religiosas iniciaram um movimento de perseguição e repressão a esses conteúdos, aumentando a escassez e a demanda daquela sociedade pela pornografia. Um dos renomados produtores de material obsceno e herético foi

o escritor Marquês de Sade, que teve suas obras banidas do mercado francês, e nas bibliotecas públicas não era socialmente aceitável manter obras literárias pornográficas. Ainda de acordo com Hunt (1999), a evolução da tecnologia nesse período, que possibilitou a impressão em massa de livros, contribuiu para o advento da pornografia como um material privado (Hunt, 1999).

O Iluminismo foi um fator histórico decisivo para o fortalecimento do gênero literário pornográfico, com a ascensão dos chamados libertinos, pessoas que haviam renunciado à censura moral, política e religiosa para viver a liberdade plena ou libertinagem. Villalta (2009 *apud* Nunes, 2019) define que o senso crítico e o pensar por si próprio já eram motivos para a sociedade francesa considerar alguém rebelde e possivelmente libertino, e a literatura de Sade e Bocage foram amplamente consumidas por esse público, que retroalimentou a mentalidade revolucionária iluminista da época, com o princípio de liberdade colocado acima dos demais princípios.

Delimitação do fenômeno pornografia

A etimologia da palavra pornografia é derivada do verbo *pernemi*, que tem conotação similar ao “vender” na língua portuguesa, como sugere Campos (2006). Se considerarmos a raiz da palavra interligada ao material, é possível compreender que há uma inclinação desse fenômeno para suprir demandas mercadológicas, ou seja, é uma forma de vender a sexualidade para as pessoas que têm interesse em comprá-la.

O avanço da indústria cultural afeta o fenômeno da pornografia diretamente, visto que, de acordo com Campos (2006), a sexualidade, ao ser colocada como uma mercadoria passível de ser consumida e não experienciada naturalmente, causa a transgressão entre aquilo que é meramente simbólico e o que é experiência real. Indiretamente, o fenômeno é também impactado pelo avanço da indústria, porque a moral ocidental vigente estabelece tabus a respeito do obsceno e da sexualidade. Portanto, o consumidor do conteúdo experimenta a êxtase de usufruir de algo proibido, de algo que não deveria estar ao seu alcance (Campos, 2006; Ballarà, 2016).

Campos (2006) contribui para a delimitação epistemológica do que é de fato pornografia. Para o autor, é necessário separar o erotismo da pornografia, que inicialmente são propostas de apresentação da sexualidade que diferem em seu público-alvo e na forma de exposição. Enquanto o erotismo é considerado como parte da cultura nobre, a pornografia é estigmatizada como parte da cultura de massa. Essa primeira distinção é fundamental para se

averiguar a diferença mercadológica dos dois fenômenos. O erotismo é focado na estética com viés artístico; a sexualidade é abordada com naturalidade, como uma bela arte, enquanto na pornografia a cultura de massa consome um produto que é passado com teor de vulgaridade e obscenidade, uma expressão “feia”, sem valor de expressão artística.

A violência sexual contra crianças e adolescentes é a que mais apresenta causalidade direta e inexorável com o fenômeno abordado por este trabalho, por influenciar diretamente na construção da sexualidade infantil e juvenil que perdurará até o final da vida. A exposição precoce à sexualidade pode ser considerada uma violência em razão de o desenvolvimento psíquico ainda não estar maduro o suficiente para compreender as nuances da sexualidade (Baumel *et al.*, 2019; Burbano, 2019; Piaget, 1999).

O conceito de violência é definido pela OMS (1996) como o emprego de poder ou força contra o próprio sujeito, outrem ou grupo, que resulte em sofrimento, dano psíquico, privação, desenvolvimento prejudicado ou morte. A partir dessa conceituação, foi possível inferir uma tipologia dividida em três subconceitos (OMS, 1996):

- a) Violência autodirigida: caracterizada pela violência advinda de comportamentos suicidas ou automutilação, em que o sujeito comete autoagressão, sem causar danos a outros indivíduos;
- b) Violência interpessoal: dirigida para outros indivíduos que não o próprio sujeito da ação. Pode ser cometida por familiares, amigos ou sujeitos que não se conhecem entre si, englobando a violência familiar, de gênero, abuso infantil ou violência institucional;
- c) Violência coletiva: engloba a violência econômica, social e política cometidas por grupos ou países, como guerras, terrorismo e violência estatal de instituições governamentais.

Carrasco (2019) aponta que a pornografia é uma forma de violência silenciosa, em que o sujeito que consome o material pornográfico não tem ciência de todos os possíveis efeitos psicológicos e físicos que podem ser causados ou agravados. Cabe destacar que veículos que disponibilizam pornografia de forma sistemática não têm compromisso ético com os consumidores, visando apenas o lucro e a expansão do seu alcance. Padilha e Cardoso (2017) corroboram Carrasco (2019) ao destacar que a pornografia é um agente direto nos atos psíquicos relacionados à perversão, em que o consumidor é introduzido de forma escalonada no material pornográfico, ou seja, conforme o consumo se torna recorrente, há a necessidade de novos

estímulos para obtenção do mesmo nível de prazer encontrado no primeiro contato (Carrasco, 2019; Padilha; Cardoso, 2017; Simon, 1996).

Olives, Martí e Sender (2016) agregam que o consumo de material pornográfico pode causar efeitos psicossomáticos em indivíduos saudáveis ou em indivíduos que já possuem alguma psicopatologia relacionada a comportamentos sexuais. O autor explicita que a distribuição de serotonina e sua captação pelos neurotransmissores é prejudicada quando há comportamento repetitivo ou obsessivo com a prática de masturbação decorrente do estímulo pornográfico, em que o sujeito sofre disfunção bioquímica em relação aos níveis hormonais de serotonina e ocitocina, resultando no aumento da probabilidade de sintomatologia ansiosa e depressiva nos consumidores de material pornográfico (Isella, 2002; Olives; Martí; Sender, 2016).

Os autores relatam que no mundo contemporâneo, em que o acesso ao conteúdo pornográfico é democratizado no sentido de que qualquer pessoa com acesso à Internet poder acessá-lo sem nenhuma restrição, houve a fragmentação desse conteúdo em pornografia *hardcore* e *softcore*. A subdivisão *hardcore* é a que contém elementos de sexualidade explícita, enquanto na *softcore* os elementos dependem da interpretação subjetiva (Campos, 2006; Lordello *et al.*, 2021).

A era digital ocasionou a democratização das ferramentas multimídias, com o uso de aparelhos celulares, *smartphones* e *tablets* conectados à Internet e tornou possível o acesso a diversos conteúdos. Consequentemente, o acesso ao material pornográfico também foi ampliado. Logo, sugere-se a necessidade da Psicologia do Desenvolvimento investigar a intersecção entre o fenômeno da pornografia e o indivíduo que se desenvolve durante esta era digital.

A Psicologia do Desenvolvimento não é uníssona em compreender as fases do desenvolvimento humano e as nuances psicológicas presentes em cada uma delas. Autores como Piaget, Erikson, Freud e Skinner abordam o desenvolvimento humano de formas divergentes, considerando faixas etárias diferentes e atos psíquicos específicos em cada fase, que serão exploradas em seções futuras para investigar quais etapas do desenvolvimento humano o consumo de material pornográfico poderá impactar.

Em uma interpretação psicanalítica, Erikson (1963) e Freud (1982) apresentam propostas diferentes quanto à epistemologia do desenvolvimento, em que há discordância no modo com que cada fase progride e no tempo de duração destas, entretanto, ambas interpretações convergem em estabelecer que um contato inadequado com a sexualidade e a

intimidade trazem prejuízos ao desenvolvimento. Para Erikson (1963), o prejuízo seria mais evidente a partir dos 12 anos de idade, na quinta e sexta etapas do desenvolvimento infantil. Já para Freud (1982), o prejuízo se torna mais evidente após a superação do complexo de Édipo, durante a fase de latência, ou seja, aproximadamente dos 7 anos de idade em diante.

Concomitantemente, a análise de comportamento de Skinner (1981) sugere que os comportamentos sexuais aprendidos – comportamento operante – são trazidos pelo ambiente, ou seja, a criança responderá ao estímulo pornográfico que for apresentado a ela, com a possibilidade de emergir comportamentos disruptivos. A teoria skinneriana e a piagetiana concordam, por meio de pressupostos epistemológicos distintos, em que o consumo de materiais inapropriados pode gerar comportamentos inadequados para o convívio saudável em sociedade. Piaget (1999) afirma que, aos 12 anos, tem início o pensamento cognitivo complexo. Mesmo que a variável pensamento não seja considerada na teoria skinneriana, ambos compreendem que o sujeito vulnerável poderá apresentar dificuldades de socialização por exposição precoce à sexualidade e intimidade (Piaget, 1999; Skinner, 1981; Tourinho; Luna, 2010).

O consumo da pornografia violenta por homens heterossexuais estimula indiretamente o gosto por coerção, assassinato, violação e abuso sexual, fatores muito associados à opressão sistemática e que compõem o estímulo comportamental para essa forma de agir no mundo externo (Pinto; Nogueira Oliveira, 2010; Russel, 1992).

A revisão bibliográfica aponta que o material pornográfico é um roteiro, um simulacro do comportamento de indivíduos com ênfase na sexualidade com detalhes explícitos e diferenciação entre a relação sociogênica e ontogênica, sendo a primeira influenciada pelos materiais pornográficos diretamente em virtude da experiência simbólica proporcionada e por sua vez influenciando comportamentos sociais, enquanto a segunda relação, ontogênica, diz a respeito ao aspecto individual e difuso, em que o sujeito desenvolve seus símbolos em sua própria experiência (D'Abreu, 2013; Pinto; Nogueira Oliveira, 2010; Simon, 1996).

A UNICEF (2021) mapeou que 75% das crianças entre 2 e 4 anos são submetidas a alguma espécie de violência, e que pequena porcentagem, apenas 9% dessas crianças, vivem em países com legislação compatível para combater essa estatística. A facilidade de obtenção de material pornográfico via Internet é um fator de risco para o aumento da violência contra os vulneráveis. O *Google*, que é o mecanismo de busca mais utilizado mundialmente, oferece milhares de *links* para acessar esse tipo de conteúdo, 24 horas por dia, sem nenhuma restrição eficiente de idade. O autor exemplifica que é comum o jovem receber esses materiais pelas

redes sociais, mesmo sem ter procurado. Esse último fato abre espaço para outra problemática, o anonimato assegurado pela Internet, facilitando para que o indivíduo se camufle em perfis falsos, com nomes, idade e fotos falsas com o objetivo de buscar sexo virtual, de forma que se criam relações e simbolismos baseados em uma ilusão, gerando experiências que não pertencem ao campo da realidade (Zaldívar; Díez, 2009).

Para atuar na redução de danos, o terapeuta ou o analista deve compreender que o vício em pornografia não é devidamente considerado uma patologia categorizada em si própria, ou seja, tipificada pelo CID-10 ou DSM V, como por exemplo os transtornos por abuso de álcool e substâncias tóxicas (Zaldívar; Díez, 2009). Há sugestões para identificar comportamentos que podem sinalizar o vício em consumo de materiais pornográficos, como gastar dinheiro excessivamente buscando novos conteúdos pornográficos, enviar mensagem para desconhecidos em busca de sexo virtual, sentir-se ansioso para procurar atividades que envolvam a sexualidade, ter fantasias sexuais que não são possíveis de serem realizadas fora do ambiente virtual, programar a próxima busca *online* de mais conteúdos pornográfico, preferir a pornografia a interações de sexo real (Breed, 2022; Pinto; Nogueira Oliveira, 2010; Zaldívar; Díez, 2009).

Em *setting* terapêutico, é possível utilizar instrumentos a fim de compreender os possíveis impactos do consumo de pornografia, buscando adequar o construto correspondente para a idade do cliente, como por exemplo a escala Beck de depressão e ansiedade, a escala hospitalar de ansiedade e depressão (HAD), o teste Casa – árvore – pessoa ou o teste de apercepção temática (TAT) para avaliação ambiental (Kraut *et al.*, 1998).

MÉTODO

A metodologia utilizada na pesquisa foi a revisão de literatura narrativa, uma abordagem valiosa para explorar o conhecimento acumulado em uma área específica, identificar tendências, lacunas e desenvolver um panorama abrangente dos estudos anteriores. Nesta pesquisa, a revisão de literatura narrativa foi empregada para investigar o tema pornografia e analisar criticamente as produções disponíveis, permitindo a síntese e interpretação do conhecimento existente (Rother, 2007).

Foram realizadas buscas nas bases de pesquisa Scielo e Pepsic, considerando os seguintes descritores: “pornografia” “adicção” “psicologia”; em língua inglesa, “pornography”

“addiction” “psychology”; em língua espanhola “pornografía” “adicción” “psicología” e em língua francesa “pornographie”, “dépendance”, “psychologie”.

Como critérios de inclusão, foram adotados os descritores supracitados, para encontrar artigos, teses de mestrado ou doutorado, trabalhos de conclusão de curso e periódicos, sem restrição quanto à data de publicação e sem especificação de data limite da publicação, em razão da quantidade de resultados. Já o critério de exclusão definido previamente foi aplicado aos materiais que, apesar de trazerem os descritores estabelecidos, não apresentavam correlação com a área de ciências humanas ou biológicas, artigos que abordassem o tema de forma tangencial e não focal e artigos duplicados.

Foram identificadas lacunas de limitação para a exploração do tema. Ao se utilizar a combinação de descritores “psicologia; pornografia”, foram encontrados somente 4 artigos na plataforma Scielo em português, somente 1 artigo em espanhol, assim como em inglês, sendo necessário buscar os descritores isoladamente. Quaisquer outras combinações entre os descritores resultaram em 0 resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Definição do termo

Nos resultados de Baumel *et al.* (2019), a maioria dos participantes definiu pornografia como “material com conteúdo sexual, que envolva erotismo e sexo explícito”, que se tornou um mercado lucrativo. Em relação à diferença de gênero nas respostas, identificou-se que os homens tendem a considerar a pornografia uma diversificação da exploração da sexualidade, enquanto a maioria das mulheres a classificam como “uma coisa mais suja”.

O conceito supracitado corrobora Campos (2006), que explicita a impulsão do fenômeno pela relação mercadológica. O mercado pornográfico é um dos mais rentáveis do planeta e a divulgação e propagação de materiais pornográficos não é somente orgânica, mas também capitalista (Baumel *et al.*, 2019; Guerra; Andrade; Dias, 2005; Pinto; Nogueira; Oliveira, 2010; Zaldívar; Díez, 2009).

A principal definição de pornografia encontrada foi “material que contenha sexualidade explícita, a fim de proporcionar excitação sexual”, presente em sete artigos selecionados (D’Abreu, 2013; Breed, 2022; Burbano, 2019; Gorriz, 2019; Baumel *et al.*, 2020; Ballarà, 2016; Lordello *et al.*, 2021). Houve autores que compartilharam esta definição, mas com o adendo de considerar que a pornografia transforma a sexualidade em um produto mercadológico, como a

prostituição (Baumel *et al.*, 2019; Guerra; Andrade; Dias, 2005; Pinto; Nogueira; Oliveira, 2010; Zaldívar; Díez, 2009). Somente um autor abordou o fenômeno usando uma conceituação destoante dos demais, compreendendo que a pornografia é o erotismo esvaziado de afeto (Ribeiro; Ceccarelli, 2015).

Pinto, Nogueira e Oliveira (2010) discutem a definição do discurso pornográfico, explicitando inicialmente que a defesa da pornografia é interessante para homens heterossexuais e para a indústria que lucra com a divulgação desse material, cuja sistematização pela Internet torna o conteúdo mais acessível, ocasionando a sexualização da cultura. A separação das demais representações de sexualidade da pornografia é cada vez menos clara, visto que estruturalmente o gosto particular de cada indivíduo das diferentes camadas sociais impactará diretamente na interpretação de cada tipo de arte (Ballarà, 2016; Campos, 2006; Gorriz, 2019; Hunt, 1999).

Breed (2022) relata que a dependência do material sexualmente explícito se encontra na pornografia e no *cybersexo*; entretanto, os dois fenômenos devem ser distinguidos. No *cybersexo*, há facilidade de anonimato e de acesso; por outro lado, tanto a pornografia via *web* quanto a acessada por meios físicos têm a característica comum de o usuário não ter necessariamente contato verdadeiro com outra pessoa, tornando possível a interrupção da interação sexual a qualquer momento e sem nenhuma consequência. Uma problemática visível é que, nos dois fenômenos, não há contato físico, necessidade de respeito e cultivo de intimidade, e mesmo com esse conflito entre a prática e a ideia passada pela pornografia, não se tem tipologias no DSM-V a respeito desse tipo de adicção (Burbano, 2019; Breed, 2022; Canguilhem, 1966; Strauss, 2008; Zaldívar; Díez, 2009).

Fatores de risco

A respeito dos fatores de risco em relação à pornografia, Breed (2022) define de “adicto sexual” como o indivíduo que apresenta diversos elementos de suas experiências sexuais em seu comportamento, de forma a destruir-se e as relações em que atua como uma das partes. A adicção está diretamente relacionada a questões que não necessariamente a sexualidade, mas a outros aspectos presentes na intimidade. O indivíduo preenche essa ausência em algum aspecto íntimo com a pornografia. Há também a contribuição e uma possível explicação para a compreensão do mundo interno do adicto em sexo, visto que a objetificação e a sexualização que esse indivíduo projeta nos demais é fruto da falta de contato com o corpo do outro, criando-se um imaginário do que é o outro, agora um objeto para ser desfrutado e não um ser humano

que também possui uma intimidade a ser explorada. O indivíduo adicto valoriza apenas o seu prazer e orgasmo pessoal e não o do outro indivíduo, contribuindo para a objetificação, que é o fator de risco ressaltado (Baumel *et al.*, 2019; Burbano, 2019; Breed, 2022; Gorriz, 2019; Guerra; Andrade; Dias, 2005; Ribeiro; Ceccarelli, 2015; Pinto; Nogueira; Oliveira, 2010; Zaldívar; Díez, 2009).

Os estudos de Ballester, Pozo e Orte (2014) e Burbano (2019) afirmam, acerca dos fatores de risco, que existem consumos diferentes do material pornográfico, mas que a tendência é que a frequência deste consumo aumente progressivamente até que se torne diário. É explicitado que a pornografia enraíza a posição social de dominância masculina e de submissão feminina, corroborando indiretamente condutas masculinas agressivas e opressivas. Os estudos também acrescentam que a aplicação do teste projetivo de desenho de figura humana a jovens e pais de família demonstrou que é senso comum que o consumo de pornografia ocorre desenfreadamente e que determinadas percepções desses indivíduos são consideradas anormais ou patológicas (Ballester; Pozo; Orte, 2014; Burbano, 2019; Lisle; Okabe, 2015).

A objetificação e o fetichismo em detrimento da integridade da mulher – fatores impulsionados pelo consumo de material pornográfico –, além de sugerir uma perpetuação da passividade feminina em relação à dominância masculina, pode ser diametralmente ampliada se o consumo for durante a etapa do desenvolvimento infantil, em virtude de a criança ser vulnerável ao conteúdo. Como a pornografia é fato social e está associada a diversas expressões culturais, como músicas, filmes, séries e propagandas, há dificuldades pragmáticas para a efetividade da tentativa de evitar a exposição do jovem (Baumel *et al.*, 2020; Burbano, 2019; Erikson, 1963).

O consumo de material pornográfico pelos jovens – que são os mais vulneráveis em razão de não possuir estrutura cognitiva e socioafetiva completa – é uma forma de violência, não somente para os que consomem, mas para todo o tecido social. Além de reforçar diferenças entre os gêneros, também deteriora o simbolismo de intimidade e sexualidade adequados para cada estágio do desenvolvimento, dinâmica demonstrada pelo triângulo de sociedade, Homem e elemento terceiro (Strauss, 2008).

No Brasil, o mapa de violência sugere que 39,1% das queixas registradas foram contra os pais das crianças. A estatística é preocupante em virtude de o lar, teoricamente, ser local de proteção da criança contra a violência (Waiselfisz, 2012; UNICEF, 2014). É possível correlacionar essa estatística com o aumento da probabilidade de essas crianças desenvolverem adoecimento psíquico, como transtornos de ansiedade e transtorno de personalidade limítrofe,

com o agravante do aumento estatístico de 27% dessas situações de violência nos quatro anos anteriores ao levantamento – 2016 a 2020 –, enquanto houve atenuante de violência em população de adolescentes de 15 a 19 anos, com queda expressiva de cerca de 2.000 casos a menos notificados (UNICEF, 2021).

A pornografia e a Psicologia Clínica

O papel do psicólogo para promover a saúde em relação ao fenômeno da pornografia é sugerido pela subjetividade que cada caso clínico apresenta, de forma que não há um algoritmo específico para o tratamento, em virtude de não haver consenso científico a respeito dos impactos do consumo do material pornográfico. Logo, é possível que a mesma frequência de consumo em pacientes diferentes resulte em sintomas diferentes (Ballarà, 2016).

O contexto sócio-histórico deve ser considerado pelo profissional para escolher o tratamento adequado. O estudo de Zaldívar e Díez (2009) sugere que o consumo de pornografia desenfreado é um potencial causador de ansiedade; entretanto, se no DSM-V não há tipificação psicopatológica para o consumo de pornografia *per se*, transtornos de ansiedade e de personalidade podem ser agravados por esse consumo (Breed, 2022; Zaldívar; Díez, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema pornografia apresenta diversas limitações que justificam sua abordagem acadêmica, visto que são escassos os materiais atualizados que investigam o fenômeno do ponto de vista teórico. Consequentemente, o mesmo ocorre com a investigação de possibilidades de intervenções terapêuticas que poderiam ser realizadas em clínicas ou em encontros grupais, com enfoque na recuperação de sujeitos consumidores de pornografia.

O psicólogo deve buscar compreender as nuances sócio-históricas do fenômeno, que foram ampliadas com o avanço da tecnologia e pela difusão de informações pela Internet, para tornar possível uma abordagem clínica humanitária, empática e ética do sujeito vulnerável que busca o atendimento terapêutico.

Este trabalho tem o compromisso indireto de demonstrar a necessidade do estudo dos efeitos da pornografia pelos profissionais da área da saúde mental durante sua formação, principalmente após o evento pandêmico da COVID-19, que naturalizou ainda mais o contato interpessoal em redes sociais e ambientes de baixa vigilância.

Do ponto de vista pragmático, há dificuldade em se definir as variáveis socioculturais que podem impactar na análise do fenômeno, em razão da escassez de dados a respeito da pornografia em relação às diferenças de gênero, etnia, cor, orientação sexual, que são estruturais e que influenciam na experiência dos indivíduos. Consequentemente, torna-se difícil a análise de contingências específicas nas situações apresentadas. Por se tratar de um fenômeno que demanda políticas públicas, é importante que a intervenção seja multidisciplinar para possibilitar diferentes espectros de atuação e observação, com a perícia que compete a esses profissionais para mapear o impacto do material pornográfico em diferentes âmbitos.

Por fim, a revisão bibliográfica narrativa auxilia na continuidade da ação investigativa na academia, buscando viabilizar e divulgar informações, apontando os riscos que o mercado pornográfico oferece ao sujeito em estágio de desenvolvimento, de forma que seja possível a ampliação da atenção do Estado para com as políticas públicas voltadas à saúde mental, visando reduzir o sofrimento da população vulnerável a esse problema, assim como possibilitar o debate acerca da pornografia no escopo jurídico.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **DSM-5**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

AZEVEDO, Natanael; FERREIRA Jr., José. Pornografia e literatura: uma história pelo buraco da fechadura. **Revista Graphos**, v. 19, n. 2, p. 140-164, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/graphos/article/view/37690/19026> Acesso em: 25 set. 2022.

BAUMEL, Cynthia Perovano Camargo *et al.* Atitudes de Jovens frente à Pornografia e suas Consequências. **Psico-USF**, v. 24, n. 1, p. 131-144, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-82712019240111> Acesso em: 19 mar. 2022.

BAUMEL, Cynthia Perovano Camargo *et al.* Consumo de Pornografia e Relacionamento Amoroso: uma Revisão Sistemática do Período 2006-2015. **GeraiS - Revista Interestadual de Psicologia**, v. 13, n. 1, p. 1-19, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202020000100004&lng=es&nrm=iso Acesso em: 16 ago. 2022.

BRASIL. Presidência da República **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm Acesso em: 22 out. 2022.

BREED, Gert. Fellow believers helping persons addicted to pornography by becoming an embodiment of love. **In die Skriflig**, v. 56, n. 1, p. 1-9, 2022. Disponível em:

http://www.scielo.org.za/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2305-08532022000100021&lng=en&nrm=iso Acesso em: 19 set. 2022.

BURBANO, María Vanessa Triviño. **La pornografía y su incidencia en el desarrollo psicosexual de los adolescentes de 12 a 14 años de la unidad educativa particular Jacarandá del cantón Daule en el período lectivo 2018-2019**. 2019. Tese (Licenciatura em Psicologia da Educação) - Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Laica Vicente Rocafuerte de Guayaquil, Guayaquil, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ulvr.edu.ec/handle/44000/2631> Acesso em: 01 abr. 2022.

CAMPOS, Érica Cristina Procópio. **Do obsceno à cena**. Monografia (disciplina Projeto Experimental II) – Faculdade de Comunicação Social – UFJF, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <https://www.ufjf.br/facom/files/2013/04/ECampos.pdf> Acesso em: 25 set. 2022.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2011.

CARRASCO, V. Cervigón *et al.* Adicción a la pornografía: interferencia atencional y gravedad del consumo. **Revista INFAD de Psicología. International Journal of Developmental and Educational Psychology**, v. 4, n. 1, p. 225-234, 2019. Disponível em: <https://revista.infad.eu/index.php/IJODAE/article/view/1550> Acesso em: 20 ago. 2022.

D'ABREU, Lylla Cysne Frota. Pornografia, desigualdade de gênero e agressão sexual contra mulheres. **Psicologia & Sociedade**, v. 25, n. 3, p. 592-601, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000300013> Acesso em: 14 maio 2022.

ERIKSON, E.H. **Childhood and Society**. 2 ed. New York: Norton, 1963.

FREUD, Sigmund. **Sobre a tendência universal à depreciação na esfera do amor**. v. XI. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

FREUD, Sigmund. **Três Ensaio sobre as Teorias da Sexualidade**. Lisboa: Livros do Brasil, 1982.

FREUD, Sigmund. **Publicações Pré-psicanalíticas e Esboços inéditos (1886-1889)**. Rio de Janeiro: Imago, 1980.

GORRIZ, Matías Collazo. **¿Cambia el consumo habitual de pornografía a las personas?** 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Facultad de Psicología, Universidad de la República, Uruguai, 2019. Disponível em: https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/23400/1/tfg_collazo_version_final%281%29.pdf Acesso em: 01 abr. 2022.

GUERRA, Valeschka Martins; ANDRADE, Fernando Cezar B. de; DIAS, Mardonio Rique. Atitudes de estudantes universitários frente ao consumo de materiais pornográficos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 9, n. 2, p. 269-277, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/sDc4SmS8mHZJHf64pBvTyCv/?lang=pt#> Acesso em: 19 mar. 2022.

ISELLA, Sandra. Tratamiento en drogodependencias. **Cepsim Madrid**, 2002. Disponível em: <https://www.psicologiamadrid.es/articulos-libros/tratamiento-adicciones/> Acesso em: 11 set. 2022.

KRAUT, R. *et al.* Internet paradox: A social technology that reduces social involvement and psychological well-being? **American Psychologist**, v. 53, n. 9, p. 1017, 1998. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/buy/1998-10886-001> Acesso em: 22 set. 2022.

LACAN, J. **O Seminário**. Livro 1: os escritos técnicos de Freud. Rio de Janeiro: JZE, 1986.

LISLE Jr., Leconte de Coelho; OKABE, Monica Saemi. O Marco Civil da internet no Brasil: reflexões sobre a psicologia, pornografia infantil e a pedofilia. **Revista de Psicologia da UNESP**, v. 14, n. 1, p. 13-25, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-90442015000100002&lng=es&nrm=iso Acesso em: 16 ago. 2022.

LORDELLO, Silvia Renata *et al.* Sexting in Covid-19 times: Should we care? **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 26, n. 2, p. 197-206, 2021. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2021000200008&lng=es&nrm=iso Acesso em: 20 ago. 2022.

RIBEIRO Neto, Alberto; CECCARELLI, Paulo Roberto. Internet e pornografia: notas psicanalíticas sobre os devaneios eróticos na rede mundial de dados digitais. **Reverso**, v. 37, n. 70, p. 15-22, 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952015000200002&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 16 ago. 2022.

NUNES, Rossana Agostinho. Discursos libertinos, iluminismo e cultura religiosa no mundo luso-brasileiro ao final do século XVIII. **Varia Historia**, v. 35, p. 723-752, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/vh/a/mBYJq7WGMkHPzSHL8BnS9Sq/?lang=pt#>. Acesso em: 25 set. 2022.

OLIVES, Verónica Ferrer; MARTÍ, José María Farré; SENDER, Borja Farré. Psicopatología y personalidad en la adicción al sexo. Estudio piloto. **Cuadernos de Medicina Psicosomática y Psiquiatría de enlace**, n. 117, p. 47-60, 2016. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5564731>. Acesso em: 11 set. 2022.

PADILHA, Ney Klier; CARDOSO, Marta Rezende. A adicção sexual nas fronteiras da perversão. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 20, p. 705-727, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/n7XXFBZGYvYhvwswLdSKcNm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 11 set. 2022.

PINTO, Pedro; NOGUEIRA, Maria da Conceição; OLIVEIRA, João Manuel de. Debates feministas sobre pornografia heteronormativa: estéticas e ideologias da sexualização. **Psicologia Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, p. 374-383, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000200020>. Acesso em: 14 maio 2022.

SIMON, W. **Postmodern sexualities**. London: Routledge, 1996.

THE PRISMA GROUP. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 335-342, 2015. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742015000200017&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 out. 2022

UNICEF. **Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Unicef, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: 19 set. 2022.

A RELAÇÃO ENTRE O EU E O PERSONAGEM: MMORPGS SOB A ÓTICA DA PSICOLOGIA ANALÍTICA

César Augusto Elias dos Santos
Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues

INTRODUÇÃO

Os jogos eletrônicos são produtos muito presentes no mercado de entretenimento, representando uma enorme parcela dos investimentos nesse segmento. Com uma longa história de desenvolvimento, eles se adaptam e se desenvolvem tendo como limite apenas o desenvolvimento tecnológico de seu tempo e a criatividade humana. Aliás, criatividade é um elemento central quando falamos de jogos, pois se mostram cada vez mais habilidosos em criar ambientes que podem desafiar o aspecto criativo dos jogadores. Atualmente, muito se tem discutido sobre os impactos negativos dos jogos eletrônicos na vida de jovens e adolescentes. Esse questionamento é muito importante, porém, este trabalho segue por outra via. Compreendendo que as ações e até mesmo a(s) identidade(s) criada(s) por uma pessoa em um mundo virtual são produtos e, portanto, estão correlacionadas ao seu psiquismo e já que a energia psíquica encontra seu fluxo por esta via, questiona-se a sua utilidade como ferramenta de auxílio terapêutico e autoconhecimento.

Assim sendo, este estudo teve como objetivo explorar a relação que a psique do jogador estabelece com o personagem por ele criado em um jogo do gênero MMORPG. Tendo em mente a complexidade de se abordar um fenômeno psíquico cuja manifestação abrange não somente o mundo físico, mas também o virtual, foi adotado como método de pesquisa a Netnografia e, para a análise e interpretação dos dados coletados, optou-se pelo referencial teórico da Psicologia Analítica de C. G. Jung.

Nas próximas seções será apresentado ao leitor uma breve contextualização sobre jogos do gênero MMORPG e a Psicologia Analítica. Posteriormente será explicado o método de pesquisa de campo adotado para a coleta dos dados e, por fim, serão expostos alguns relatos obtidos com as entrevistas, que serão analisados à luz da teoria.

REVISÃO DE LITERATURA

Massively Multiplayer Online Role-Playing Game (MMORPG)

Um MMORPG, ou *Massively Multiplayer Online Role-Playing Game*, é um gênero de jogos eletrônicos que permite que um grande número de jogadores interaja simultaneamente em um mundo virtual compartilhado via Internet. Nesses jogos, os participantes assumem o papel de personagens criados por eles mesmos, mergulhando em um ambiente com vários desafios e possibilidades. A essência de um MMORPG reside na criação de um mundo em que os jogadores podem explorar vastas terras, completar missões, enfrentar inimigos, adquirir habilidades e objetos e interagir com outros jogadores em tempo real. Ao longo de suas jornadas, os jogadores podem formar grupos ou *guildas* para se unirem em aventuras, estabelecendo laços sociais e construindo comunidades virtuais. Diferentemente dos jogos de um único jogador ou de *multiplayer* local, os MMORPGs possuem servidores que hospedam muitos jogadores simultaneamente, permitindo que eles se encontrem, interajam e colaborem em um cenário em constante evolução. Devido à sua natureza social e à vasta escala de possibilidades, proporcionam aos jogadores uma experiência única e imersiva, permitindo-lhes escapar da realidade e viver aventuras em mundos virtuais de sua escolha. Esses jogos têm a capacidade de reunir pessoas de diferentes culturas e origens, criando uma comunidade diversificada e conectada pelo amor ao jogo.

The Elder Scrolls Online é um jogo eletrônico do gênero MMORPG para computadores lançado em 2014. Desenvolvido pela ZeniMax Online Studio, é atualmente considerado pelo público um dos maiores sucessos entre os jogos desse gênero, contando até o presente momento com mais de vinte milhões de contas criadas segundo a plataforma de jogos Steam. *The Elder Scrolls* é uma franquia já conhecida por lançamentos anteriores que consistiam em RPGs de apenas um jogador. Porém, foi em *The Elder Scrolls Online* que a desenvolvedora adicionou a característica multijogador *online* ao seu produto. Para jogá-lo é necessário comprar o jogo base e ter uma conta cadastrada, que permitirá o acesso aos servidores da desenvolvedora. Após registrado e conectado ao servidor, o jogador pode criar personagens para explorar o mundo virtual e estes ficarão associados ao seu cadastro.

A Psicologia Analítica de C. G. Jung

Carl Gustav Jung, de origem suíça, nascido em 26 de julho de 1875, foi um importante psiquiatra e psicoterapeuta cuja contribuição e trabalho marcaram o desenvolvimento da

Psicologia como ciência. Participou ativamente no âmbito psicanalítico, sendo considerado “o príncipe da psicanálise”, título este reconhecido por Sigmund Freud. Ambos desenvolveram uma forte ligação e interesse mútuo desde seu primeiro contato pessoal, episódio marcado por uma profunda conversa que se estendeu por não mais que treze horas ininterruptas. Porém, com o passar dos anos, discordâncias morais e conceituais levaram os dois homens ao rompimento. Levando adiante seu entendimento acerca do funcionamento da psique e a dinâmica pela qual o inconsciente atua na vida do indivíduo, Jung fundou a Psicologia Analítica.

Interessado na compreensão da personalidade humana e preocupado em não elaborar seus estudos de maneira pragmática, Jung dedicou-se a compreender não somente de que maneira ela se constitui, mas também como os diversos elementos que teoricamente a compõem interagem entre si. Adotou o termo psique para se referir à personalidade, de modo que “a psique abrange todos os pensamentos, sentimentos e comportamentos, tanto os conscientes como os inconscientes. Funciona como um guia que regula e adapta o indivíduo ao ambiente social e físico” (Hall; Nordby; 2021, p.41). Para Jung, no nosso processo de individuação devemos buscar a realização de nossas potencialidades por meio da totalidade psíquica, que “[...] não significa perfeição, mas uma crescente autonomização em um processo frequentemente penoso de confronto com as próprias dificuldades e de integração de conteúdos inconscientes” (Hark, 2000, p. 131).

Sendo a psique a expressão plena da personalidade, nascemos possuindo uma totalidade, porém, ela se reorganiza e se diferencia durante o crescimento e desenvolvimento de cada ser humano (Samuels; Shorter; Plaut, 1988). Desse modo, “o essencial para a totalidade é unir as diferentes porções da personalidade e criar ligações entre as posições doentias, se possível reconciliando-as” (Hark, 2000, p. 131), configurando sua busca como um propósito e objetivo da vida, pois como bem explicam Samuels, Shorter e Plaut (1988), “a ideia de totalidade está ligada à teoria dos opostos. Se dois opostos em conflito se juntam e se sintetizam, o resultado passa a compor uma totalidade maior”.

Apesar de a maior parte de seus estudos tratar sobre o conceito de inconsciente e seus conteúdos, Jung não diminui o papel da consciência ao considerar que é um conceito necessário de oposição ao inconsciente (Hark, 2000). Jung identifica na psique consciente uma importância equiparada à psique inconsciente pois, segundo ele, tratando-se de uma ciência, a psicologia trabalha em primeiro lugar com o consciente, para somente depois atuar sobre os conteúdos originários da psique inconsciente (Jung, 2017). Não é possível acessarmos a psique inconsciente diretamente. Sendo assim, o analista tem como única opção utilizar os conteúdos

conscientes manifestos pelo paciente como ponte para uma tentativa de compressão da esfera inconsciente, o que coloca a consciência como “[...] pré-condição para a humanidade, bem como para o tornar-se indivíduo” (Samuels; Shorter; Plaut, 1988, p. 24).

Abaixo da fina camada da consciência encontra-se o inconsciente pessoal. É assim nomeado pois nele habitam materiais decorrentes das experiências da vida individual e de fatores psicológicos (Jung, 2014). Segundo Hall e Nordby (2021), essa parte do inconsciente serve de abrigo aos conteúdos que não se harmonizam com a individuação, com a função consciente ou simplesmente são reprimidos ou desconsiderados por qualquer motivo. Nele se encontram os complexos, que Jung entende como “um conglomerado de conteúdos psíquicos, caracterizados por uma carga emocional peculiar e talvez dolorosa, normalmente inacessíveis ao contato exterior” (Jung, 2017, p. 43). Segundo Hark (2000, p. 35) “podemos analisar os complexos também como porções autônomas da alma, que se comportam como seres independentes”. Entende-se que a causa para um efeito negativo dos complexos pode ser encontrada frequentemente num trauma psíquico, num choque emocional ou em inúmeras formas de bloqueios sofridos na infância (Hark, 2000, p. 36), porém, um complexo nem sempre é maléfico ou representa um empecilho na vida do indivíduo; pode servir também como fonte de inspiração. “Eles são ingredientes necessários da vida psíquica. Desde que o ego pode estabelecer um relacionamento viável com um complexo, uma personalidade mais rica e mais diversificada emerge” (Samuels; Shorter; Plaut, 1988, p. 23).

Abaixo da camada do inconsciente pessoal encontra-se o inconsciente coletivo. Também conhecido como inconsciente impessoal ou até mesmo suprapessoal, é onde se encontram os conteúdos pré-infantis, que antecedem a situação infantil do indivíduo e compreende os restos dos antepassados que estiveram presentes antes dele (Jung, 2014). Hall e Nordby (2021) apontam que por meio do cérebro a mente herda características que determinam como uma pessoa reagirá a certas experiências, ou até mesmo quais os tipos de experiências que provavelmente irá buscar. Os conteúdos do inconsciente coletivo são os arquétipos.

Ao desenvolver estudos sobre os arquétipos, Jung aponta que existem conteúdos que estão além da esfera subjetiva do homem, constatando a existência de imagens universais. Desse modo, os arquétipos são Imagens Primordiais e comprovam a disposição da humanidade de reproduzir as mesmas ideias míticas ao longo do tempo (Jung, 2014). Para Hark (2000), os arquétipos são fontes irrepresentáveis e invisíveis que agem a partir do inconsciente, constroem as dominantes estruturais da psique na medida que ordenam as imagens e os motivos do inconsciente, constituindo assim a vivência psíquica. Embora existam diversos arquétipos, Hall

e Nordby (2021) destacam quatro arquétipos especiais que desempenham função na psique de todo e qualquer indivíduo: a *persona*, a *anima* e o *animus*, a sombra e o *self*.

MÉTODO

O delineamento desse estudo consiste em uma pesquisa exploratória. Para Gil (1999), esse tipo de pesquisa tem como foco aproximar o pesquisador do fenômeno a ser estudado, de modo a ampliar os conceitos levantados ou elaborar novas hipóteses frente às anteriormente estabelecidas. Foi adotado o método qualitativo, utilizando a pesquisa de campo. A escolha do método de pesquisa qualitativa se sustenta pois permite englobar a esfera vivencial dos participantes e como eles interpretam e lidam com as experiências, dentro e fora do ambiente do jogo. Este método também é conveniente para o trabalho interpretativo dos resultados, pois permite a reformulação da hipótese anteriormente levantada e a exploração de outras perspectivas do fenômeno que venham a ser observados durante a atividade em campo. Referente a este aspecto, Sampieri Collado e Lucio afirmam:

[...] ao contrário da maioria dos estudos quantitativos, em que a clareza sobre as perguntas de pesquisa e as hipóteses devem vir antes da coleta e da análise dos dados, nos estudos qualitativos é possível desenvolver perguntas e hipóteses antes, durante e depois da coleta e da análise dos dados. Geralmente, essas atividades servem para primeiro descobrir quais são as perguntas de pesquisa mais importantes, e depois para aprimorá-las e respondê-las (Sampieri; Collado; Lucio, 2013, p. 33).

Em se tratando de uma pesquisa de campo e tendo em mente as condições do ambiente em que ocorre o fenômeno estudado, bem como visando a flexibilidade no uso de ferramentas eletrônicas para mediar a observação e a coleta de dados, adotou-se como método a Netnografia, que “adapta os procedimentos etnográficos comuns de observação participante às contingências peculiares da interação social mediada por computador” (Kozinets, 2014, p. 60). Podemos compreender, de maneira simplificada, que a Netnografia pode ser compreendida como a Etnografia realizada no ambiente *online*, pois “[...] estuda as práticas culturais complexas em ação, atraindo nossa atenção para uma multiplicidade de ideias fundamentadas e abstratas, significados, práticas sociais, relacionamentos e sistemas simbólicos” (Kozinets, 2014, p. 31). Foi realizada uma pesquisa observacional em campo, utilizando para a coleta de dados entrevistas semidirigidas realizadas de forma isolada com cada um dos participantes, selecionados no grupo definido como foco do estudo. Essas entrevistas foram mediadas por computadores.

Os participantes que compuseram a amostra foram convocados no ambiente do jogo *The Elder Scrolls Online*. O *game* possui um sistema de criação de clãs, que funcionam como grupos formados por jogadores que compartilham uma atividade ou um interesse em comum. Utilizando-se uma ferramenta de pesquisa de clãs presente no jogo, foram pesquisados grupos de jogadores que possuem como foco o estilo de jogo *role play*, sendo divulgado o projeto e a necessidade de participantes. Aos interessados em participar foi questionada sua idade, visto que somente maiores de 18 anos poderiam ser autorizados a compor a amostra. Desse modo, os critérios básicos de participação foram: (1) ser maior de idade e (2) ser jogador de *The Elder Scrolls Online*.

No primeiro momento foi solicitado ao participante que respondesse à entrevista como o personagem com o qual ele atua no jogo. O objetivo nesse primeiro momento foi conhecer os aspectos de personalidade desenvolvidos na *persona* que cada um dos jogadores manifesta quando engajado nas atividades do ambiente virtual. Para isso, o entrevistador também adotou um personagem, com história e motivações definidos, e esse personagem convidou virtualmente, no ambiente do jogo, o personagem do participante para a entrevista.

Para a realização desta entrevista interna ao jogo foi organizada uma sala, semelhante a uma sala física, para acomodar os personagens do entrevistador e do convidado, de forma que todas as entrevistas fossem conduzidas de maneira adequada e sigilosa. É importante ressaltar que as especificidades deste primeiro momento buscaram atender ao critério de imersão, característico da comunidade foco de estudo a que os participantes pertencem. No segundo momento, ocorreu a entrevista externa ao ambiente do jogo, que foi realizada por *chat* de voz via programa *Discord*. Embora o programa apresente compatibilidade com *webcam*, esse recurso não foi utilizado na pesquisa, ou seja, na entrevista externa ao jogo, tanto o entrevistador como o entrevistado não puderam se ver, ficando a comunicação restrita somente à voz.

Como dito anteriormente, ambas as entrevistas adotaram o modelo semidirigido, com tópicos anteriormente definidos, mas permitindo liberdade ao participante para se expressar da maneira mais fiel à sua personalidade. A escolha desse modelo específico de entrevista é justificada pelo foco na manifestação mais autêntica possível dos participantes. Para analisar e interpretar os dados coletados, foi adotado o referencial teórico da Psicologia Analítica de Carl Gustav Jung. Os relatos foram selecionados conforme a identificação de relações significativas entre as falas dos jogadores e as falas de seus personagens, bem como conceitos importantes da Psicologia Analítica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir será apresentada a análise de quatro participantes. Cada uma será discutida tendo como base a comparação de alguns dos relatos obtidos com as entrevistas. Cada quadro expõe, lado a lado, uma comparação entre um relato do jogador e de seu respectivo personagem. As siglas C. e E. J. correspondem ao entrevistador e ao seu personagem.

Participante 01

O primeiro participante da amostra é D., de dezenove anos, sexo masculino, residente em Sorocaba. D. mora com os pais e seu irmão mais velho, atualmente cursa faculdade de Física. Relata que, apesar de ser um traço presente anteriormente, o isolamento vivenciado durante a pandemia o fez refletir sobre diversas questões e perceber que de fato ele é uma pessoa ansiosa, associando essa ansiedade ao medo que sente em relação ao futuro e a um sentimento de desamparo. Considera-se também imediatista, o que por vezes o imobiliza e o impede de sair de sua “zona de conforto”, gerando um sentimento de atraso em relação às suas escolhas justamente por pensar demais. Sobre a relação com os familiares, relata que há apoio mútuo entre ele e seu irmão. Já com os pais, apesar de considerar ter uma relação normal, afirma que eles são o motivo de querer sair de casa, pois não suporta mais vivenciar os conflitos que travam um com o outro.

Na narrativa de seu personagem é possível observar sentimentos e preocupações que se manifestam em sua vida atualmente. Os complexos parentais e a sombra familiar tomam forma na vivência do personagem durante o jogo, como é possível observar no Quadro 1:

Quadro 1 – Relatos de D. e seu personagem, N. O.

<p>— D. : "[...] são pessoas que se importam comigo e tudo mais, só que... é uma coisa que eu vou percebendo, o tempo vai passando e vai desgastando a relação, não importa se é, sei lá, com uma namorada por exemplo... com o meu pai e minha mãe é quase a mesma coisa, sabe? Eu vejo eles [sic]... antes eu não ficava nem um minuto dentro de casa, e agora que eu tô direto dentro de casa eu vejo eles brigando e nossa, é horrível, horrível, horrível [sic], eles não param de brigar [...]"</p>	<p>— N. O. : "[...] quando eu nasci era normal, mas eles [os pais] foram ficando velhos e amargos um com o outro [...]"</p>
---	---

É interessante destacar que os complexos materno e paterno aparecem em grande parte do relato, destacando-se a ambivalência em relação à mãe, cuja figura aparenta representar um forte olhar julgador para D., sendo possível identificar sua representação por um ato falho durante o relato apresentado no Quadro 2:

Quadro 2 – Relatos de D. e seu personagem, N. O.

<p>— D.: [...] ultimamente eu tô... tô num vácuo, eu queria ter vontade de estudar mas eu não tenho, tá ligado? eu queria estudar mas eu não tô... tipo, tá difícil da minha mãe... minha mente focar [...].</p>	<p>— N. O. :[...] quero provar para ela [mãe] que sou muito melhor do que ela pensa!". Também referente à mãe, quando é perguntado ao personagem como se sente, ele relata — "Mal, lá no fundo sabia que ela [mãe] queria meu melhor, mas é complicado."</p>
--	---

O caráter julgador presente no complexo materno pode ter forte ligação com a sensação de insuficiência, que é possível observar no relato do Quadro 3. Não por acaso isso se reflete em seu personagem, em sua percepção de vida e em como ele lida com os eventos que vivencia.

Quadro 3 – Relatos de D. e seu personagem, N. O.

<p>— D.: "[...] sou uma pessoa que... digamos que eu corria com o pessoal que eu estudava, eu gosto de ver assim, aí ouve o tiro da largada pra gente começar a correr e eu não escutei esse tiro direito porque eu tava [sic], sei lá, observando outra coisa, e o pessoal saiu correndo e eu saí atrás, sabe? Eu me sinto meio assim, sabe? Como pessoa acho que sou uma pessoa atrasada talvez..."</p>	<p>N. O.: "Nossa... me sinto honrado então, tem tantos por aí e escolheu justo eu".</p>
---	---

A vivência turbulenta de D. junto de sua família aparenta ter estruturado parte da maneira como ele lida com as expectativas e situações do dia a dia, quando em ocasiões mais intensas pode haver a constelação de um complexo inconsciente e fazer irromper para a consciência toda uma cadeia de conteúdos que lhe remetem a esses sentimentos aversivos relegados à sombra, que é a contraparte do ego na psique. Confrontado pelos conteúdos de um complexo, o ego se encontra abalado, o que pode caracterizar quadros ansiosos como o relatado por D. no Quadro 4:

Quadro 4 – Relatos de D. e seu personagem, N. O.

<p>— D.: Cara aparece muito mais em momentos que eu tô confuso, sabe? Quando eu sinto que eu não tenho mais... não tem... o... caminho que eu tô seguindo... não... não vai dar certo ou que eu tô lascado, né, acho que acontece nesses momentos quando estou mais ferrado mesmo, quando eu tenho medo do que está por vir.</p>	<p>— N. O.: Medo do que ainda está por vir talvez? É um problema meu sempre esperar pelo pior.</p>
--	--

No relato anterior é possível notar uma perturbação na fala e na articulação do conteúdo, o que pode indicar a forte carga afetiva que este tema apresenta para ele, caracterizando um complexo. Jung (2014) compreende o medo como algo natural e inerente à natureza humana que, por habitar as profundezas do inconsciente, não pode ser domado pela consciência. Sendo assim, podemos entender o medo excessivo causado pela ansiedade como uma adaptação insuficiente ao meio e aos conflitos vivenciados pelo participante, uma adaptação estruturada como forma de lidar com as demandas que lhe eram impostas, mas que hoje não mais contribui para o seu desenvolvimento, bloqueando o fluxo de sua energia psíquica. Os reflexos desse movimento podem ser observados no Quadro 5.

Quadro 5 – Relatos de D. e seu personagem, N. O.

<p>— D.: [...] eu busquei muito o sol seguro, eu nunca me arrisquei ou fui atrás de outras coisas e isso fez com que... eu cruzar essa linha de arriscar é algo que para mim... de arriscar de se esforçar bastante para mim é algo que dá medo, sabe? De falhar, daquele seu tempo não... que você investiu não render [...].</p>	<p>— E. J.: O que teme que aconteça? — N. O.: Que eu caia e não levante mais, que aconteça algo que não possa mais ser mudado, que custe tempo, um tempo que eu não tenho ou que tenho medo de perder.</p>
--	--

Participante 02

A segunda participante é I., de vinte e dois anos, sexo feminino, residente na cidade de Pereira Barreto. Não trabalha e nem está cursando faculdade, mas procura cursos na sua área de interesse, que é desenho e ilustração. Considera-se uma pessoa muito caseira, que encontra dificuldade em se comunicar com desconhecidos; porém, pode ser extremamente aberta com amigos ou pessoas próximas. I. entende que o trânsito entre esses dois polos acontece de acordo com seu “humor”. Desde pequena teve contato com as artes, realizando artesanato e desenho, sendo esta última habilidade ensinada e incentivada por seu pai. Atualmente mora somente com

a mãe, cujo vínculo definiu como distante. Com o pai, que faleceu em 2012, relatou que possuía uma relação bem mais próxima e amigável, semelhante à de um “melhor amigo”. Sente que é ansiosa devido à cobrança excessiva que exerce sobre si, além de relatar a presença de um desânimo frequente, sintoma que se iniciou após a morte de seu pai.

A personagem que I. escolheu para participar da entrevista tem uma característica peculiar: por conta de sua ascendência, pode se transformar em lobisomem. De início é possível notar a relação dessa forma antropomórfica com a questão do luto vivenciado pela partida de seu pai, como é possível observar no Quadro 6.

Quadro 6 – Relatos de I. e seu personagem, G. M.

<p>— I.: [...] me considero uma pessoa até que criativa, e... não sei... acho que quando eu quero eu sou esforçada também.</p> <p>— C.: Quando você quer?</p> <p>— I.: É, quando eu tenho força pra ser, sabe?</p> <p>— C.: Entendo. Você sente que geralmente essa força não está muito aparente?</p> <p>— I.: Eu costumo ser bem desanimada também.</p> <p>— C.: Mas sempre foi assim?</p> <p>— I.: Acho que depois que meu pai morreu eu fiquei assim.</p>	<p>— G. M.: [...] ainda tô tentando aceitar que essa parte da minha vida já passou, mas eu fui jogada de lado minha infância toda e quando a pessoa que me amava partiu eu não tive tempo de reação, eu só lembro de visões embaçadas, ruídos, rosnados, e quando acordo estou no meio do nada.</p>
---	---

De forma semelhante ao seu personagem, I. é confrontada por um sentimento que surge após o falecimento de uma pessoa significativa. Um sentimento que foi relegado à sombra, assim como o lobisomem que é uma criatura noturna e sombria, e que pode ter adquirido tamanha magnitude a ponto de se tornar uma emoção, produzir perturbações fisiológicas e interferir no seu comportamento e no seu ânimo em desempenhar determinadas tarefas. Em ambos os casos, podemos perceber como o ego sofre em decorrência dos sentimentos e emoções que não encontram uma maneira adequada de serem simbolizados pela consciência. Também se faz presente em seu discurso sentimentos ambivalentes pela mãe, cujo distanciamento tem um grande peso emocional. De maneira semelhante ao seu personagem, I. também se viu obrigada a viver o luto de seus pais, no caso de seu pai pela morte concreta e no caso de sua mãe pelas expectativas maternas frustradas, como é possível observar no Quadro 7.

Quadro 7 – Relatos de I. e seu personagem, G. M.

<p>— C.: [...] você comentou que você não é brigada com a sua mãe, mas a própria criação é um pouco distante né. Como que você se sente com isso?</p> <p>— I.: Eu sinto muita coisa... (risos) às vezes acho que...</p> <p>— C.: Se você não quiser falar sobre, está tudo bem, tá? Qualquer coisa que você não se sinta confortável em falar você não precisa dizer.</p> <p>— I.: É que talvez eu fique nervosa, tá? Mas não é nervosa de brava, tipo... nervosa de... de pensar...</p>	<p>— G. M.: Sinceramente, as vezes penso que eles [os pais] acham que eu morri [...].</p>
--	---

Segundo a teoria, situações conflitantes envolvendo as imagens parentais têm influência negativa na formação dos complexos materno e paterno, que por sua vez refletem na maneira como I. lida com diferentes aspectos da sua vida, inclusive nos relacionamentos interpessoais e na maneira como pratica o autocuidado. A relação parental de seu personagem também é conturbada, visto que ela se compreende como um fardo para os pais devido a sua condição. A não aceitação por parte dos pais muitas vezes é interiorizada pela frágil psique infantil como uma insuficiência do ego, caracterizando sentimentos inconscientes de culpa e vergonha por não corresponder ao que é idealizado. Isso nem sempre reflete o que realmente ocorre na realidade objetiva, mas essa interpretação por parte da criança configura sua realidade psíquica e subjetiva, influenciando todo o seu desenvolvimento psíquico posterior. Essa dinâmica inconsciente pode ter relação com o sentimento de vergonha relatado por I., como é possível observar no Quadro 8.

Quadro 8 – Relatos de I. e seu personagem, G. M.

<p>— I.: Ai, quando eu tô... com muita vergonha eu tenho vontade de me esconder num buraco e não sair mais, eu acho que é isso...</p> <p>— C.: E o que que você pensa nesses momentos? O que te vem em mente nesses momentos?</p> <p>— I.: Eu acho que o que mais vem nesses momentos é tipo... que grita alto assim a insegurança né... tipo, de parecer que eu tô incomodando a pessoa, ou que eu poderia fazer isso sozinha ou que tipo... que ninguém vai querer me ajudar, sabe? É esse tipo de coisa...</p>	<p>— G. M.: [...] eu achava que meus pais e irmãos me odiavam, mas agora entendo que eles me temiam... afinal, ter uma criança lobisomem na família ia arruinar o trabalho deles, não ia?</p>
---	---

A maneira como a participante lida com esses dois complexos fundamentais da psique pode ter relação com o sentimento de vergonha que desenvolveu na esfera inconsciente e, como tal, é detentor de autonomia perante o ego, o que a leva projetar esse aspecto sombrio nos objetos e nas pessoas. De certa forma esse movimento também potencializa seu impulso de autocobrança, que por sua vez pode estar relacionado com o desenvolvimento de ansiedade pela participante que possivelmente busca o jogo como uma forma de fuga.

Participante 03

O terceiro participante é L. A., de vinte e três anos, sexo masculino, residente em São Caetano do Sul. cursava faculdade de Recursos Humanos, mas trancou a matrícula. Atualmente trabalha como assistente de Recursos Humanos em uma empresa onde já desempenha o cargo há aproximadamente quatro anos, e se sente estagnado. Conta que desde pequeno sentiu-se impelido a assumir a responsabilidade de organizar e coordenar grupos, de modo que esse costume estruturou seu gosto e conhecimento por liderança, competência que aprecia, pois ao mesmo tempo em que se sente recompensado pelas mudanças positivas que considera causar nos ambientes, também vê seu exercício como um desafio saudável. Possui como *hobbies*, além do jogo, desenhar, ler e escrever.

Um ponto que aproxima L. A. de seu personagem é o gosto por liderança, competência que foi adquirida e desenvolvida pelas experiências da trajetória de vida em ambas as narrativas, como mostra o Quadro 9.

Quadro 9 – Relatos de L. A. e seu personagem, S. W.

<p>— L. A.: [...] por mais que era algo mais entre aspas, bestinha, naquela época né, porque né, são sei lá, crianças de doze ou treze anos, isso foi me moldando aos poucos e foi me dando um certo gosto pra [sic] isso. [...] Vamos dizer assim, que o destino olhou para a minha cara e falou "cara você vai fazer esse tipo de coisa aí, tá na sua mão", saca?</p>	<p>— S.W.: Querida, se tem algo que nunca planejei ou sonhei pra [sic] mim foi que um dia me tornaria uma figura política, vá por mim... Mas lidar dia após dia com meus súditos e os cidadãos de Archshade foram me construindo aos poucos como líder. Meu apetite por leitura também me ajudou, mas a prática foi o que mais me levou para frente. Foi assim que em poucos meses o que era uma vila se tornou um grande condado.</p>
---	--

A representação da família é outro aspecto em que podemos observar certa semelhança. Apesar de L. A. preferir não entrar em detalhes sobre a dinâmica de seus familiares, ele parece descrever um ambiente marcado não somente pela participação de pessoas com visões e

percepções diferentes, mas também por conflitos decorrentes dessas diferenças, e que apesar disso conseguem estabelecer um convívio harmonioso, como é possível observar nos relatos do Quadro 10.

Quadro 10 – Relatos de L. A. e seu personagem, S. W.

<p>— L. A.: Sim, apesar de serem <i>mindsets</i> muito diferentes um dos outros aqui a gente [sic] consegue fazer uma relação harmoniosa né.</p>	<p>— S. W.: [...] Conteí aos meus pais com sinceridade o que fiz, eles me rejeitaram, e chamaram a guarda. O <i>Jarl</i>, ao invés de ordenar minha prisão, por compaixão pelas minhas contribuições apenas me exilou da cidade, então, deixei a família e meu cargo na Guilda. Perdi contato com meus pais, até pouco tempo atrás.</p> <p>— E.J.: Até pouco tempo? Como o destino fez seus caminhos se cruzarem novamente?</p> <p>— S.W.: Sim, eu diria que é um espaço de tempo de um ano e alguns meses, desde o festival da Nova Vida do ano retrasado. Eu os chamei para celebrarmos a vida de Björ, e além de dedicar minha carta pra ele, tive uma conversa sincera com meus pais, eles me perdoaram.</p>
--	--

Levando em conta a representação arquetípica da família, o conflito vivenciado pelo personagem pode refletir em parte a essência da dinâmica que L. A. vivencia junto de sua família. Segundo a teoria, o participante pode ter projetado sentimentos relacionados à família em S. W., que teve sua iniciativa condenada pois, na visão dos pais, ela ultrapassou um limite que um filho ideal respeitaria. Isto se torna claro ao levarmos em conta que a *persona* é construída conforme as expectativas que o ambiente social impõe e moldada conforme o olhar dos outros, percebido pelo indivíduo que a veste. Para S. W., a punição por tal desvio não foi a prisão ou restrição da liberdade, mas sim o distanciamento do lar, o que pode remeter a um forte julgamento presente nos complexos parentais carregados por L. A. Os pais finalmente perdoam S. W. e reconstroem o laço que os uniam, o que pode refletir as turbulências que L. A. enfrenta em seu ambiente familiar, por talvez não ter suas ações compreendidas claramente pelos pais que, apesar dos conflitos e julgamentos, estão sempre presentes para acolher o filho.

L. A. sente-se estagnado em relação ao seu emprego e deseja iniciar algo novo. Por outro lado, relata estar dispensando mais atenção ao relacionamento e ao planejamento da vida amorosa ao lado de sua namorada, o que indica um fluxo maior de energia psíquica para sua

vida afetiva. Ao contrário dele, seu personagem se encontra realizado em um cargo importante, chegando a recorrer até mesmo à transformação em vampiro para que sua relação com o trabalho não ficasse presa à finitude humana. Afastar-se do aspecto humano pode ser compreendido também como um distanciamento do aspecto emocional. Seria promover, de certo modo, uma supervalorização da racionalidade.

Ao se observar o Quadro 11, é possível notar um movimento compensatório entre L. A. e seu personagem, visto que ele vivencia em seu personagem o oposto do cenário atual em sua vida.

Quadro 11 – Relatos de L. A. e seu personagem, S. W.

<p>— L.A.: Cara, atualmente eu tenho mais me dedicado [sic] ao meu namoro, então eu tenho mais pensado [sic] em relação ao meu futuro com a minha namorada, então eu tô [sic] mais nesse pé vamos dizer assim, porque assim, em relação ao trabalho cara eu consigo dizer para você que eu tô [sic] bem no automático, eu tô [sic] querendo romper com a minha zona de conforto para eu conseguir algo novo, pra eu sair dessa área e ir pra outra, fazer algo novo porque eu tô me sentindo estagnado no sentido profissional [...].</p>	<p>— E.J.: Que grande coincidência. Creio que deva ter se sentido confortável nessa nova rotina, estava próxima de pessoas tão compreensivas e focadas. E nunca lhe deu vontade de tirar o vampirismo de si? Ouvi dizer que há estudos em desenvolvimento que dizem poder eliminá-lo do sangue. — S.W.: De fato, mas consigo dizer mais que o destino teceu minha vida da forma certa, mesmo com linhas tortas. Mas, sobre o vampirismo, acabei por aceitá-lo, principalmente pelo fato de poder fazer o que faço por uma eternidade. Posso viver incontáveis anos mudando a vida das pessoas, e isso me fascina bastante.</p>
---	--

Participante 04

A quarta e última participante é L. M., de vinte e dois anos, sexo feminino, residente em Brasília. Atualmente cursa faculdade e trabalha como *designer* gráfica. Também trabalha bastante com ilustração e gosta da criação de personagens e de ilustrações no geral.

L. M. relatou que tem lidado com muitas coisas difíceis desde o início da pandemia, como a morte e a perda de alguns parentes próximos, motivo que a levou a iniciar a psicoterapia. Paralelamente, relatou estar investigando junto à sua psicóloga nos últimos dois meses a suspeita de que ela tenha Transtorno de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Diz ser uma pessoa que não consegue se planejar para coisas muito distantes, focando sempre no curto prazo ou na situação presente, se vê como uma pessoa criativa e relativamente quieta, podendo ser mais aberta quando está próxima de amigos ou de pessoas mais próximas.

Nos dois cenários podemos notar que sua jornada de autoconhecimento tem início com um luto, como se pode observar no Quadro 12.

Quadro 12 – Relatos de L. M. e seu personagem, A. D.

<p>— L.M.: [...] e em toda minha vida eu tinha amigos também que não tinham nada disso mas eu sempre me identifiquei muito mais com as pessoas que tinham alguma coisa do gênero do que com pessoas que não tinham nada do gênero, e eu já imaginava que alguma coisa tava [sic] acontecendo mas eu não sabia o que era, é... e aí eu comecei a fazer terapia, não tinha começado ela por causa disso [diagnóstico do Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade], eu comecei pra lidar com o luto do meu tio que tinha falecido, já tem uns anos isso, e aí... nisso foi desenvolvendo, sabe?</p>	<p>— A.D.: Sim, foi bem difícil. Apesar da morte honrosa, o que é importante pro nosso povo, a gente [sic] perdeu o nosso pai, minha mãe o marido dela e também uma boa parte da estabilidade da casa. A gente [sic] se uniu no primeiro ano, mas ver a casa diariamente e lembrar dele me adoeceu um pouco, depois disso minha mãe me disse para tentar a aplicação no colégio e foi isso que eu fiz, meu irmão que também se aventurava com magia, de ilusão no caso, também foi. Mas depois disso, bem, as coisas foram ficando melhores, só o tempo pra curar o luto.</p>
---	---

Na narrativa da personagem os conflitos tiveram início com o falecimento de seu pai, figura que ela e seu irmão admiravam bastante. Comparando os dois relatos é possível notar que, em ambos os casos, o luto aparece como uma crise, e como toda crise, traz oportunidade para o autoconhecimento e a exploração de recursos internos. Assim como sua personagem, cuja perda a fez sair de sua zona de conforto, buscar novas possibilidades e se aventurar no mundo, o luto pelo qual L. M. passou pode ter apresentado este aspecto de chamado para a exploração de questões que, devido às circunstâncias, vieram à tona, emergiram do inconsciente.

Outro ponto interessante e que mostra uma aproximação entre jogador e personagem é a maneira como os dois lidam com o planejamento de eventos e ações futuras. Seu movimento mostra uma concentração direcionada para o aqui e agora, o que talvez caracterize a dificuldade de se desassociar do momento presente e fantasiar com os eventos futuros, como possibilidades. Sob esse aspecto, é possível considerar que provavelmente a intuição é a função menos desenvolvida de sua personalidade, sua função inferior e, conseqüentemente, a sensação seria sua função principal. Essa mesma dinâmica pode ser percebida em seu personagem no relato apresentado no Quadro 13, onde também se demonstra que suas ações são orientadas pelo que sente no momento e não pelas conseqüências que virão.

Quadro 13 – Relatos de L. M. e seu personagem, A. D.

<p>— C.: E como que você se sente em relação ao futuro?</p> <p>— L.M.: Eu... eu me sinto assim "ah, o que tiver que acontecer vai acontecer", sabe? Eu não me preocupo muito com ele, eu acho que tipo assim, os problemas que vão vir, as coisas que vão acontecer, se "x" coisa que eu acho que eu quero que aconteça aconteceu ou não, é o que tem que ser, sabe? Eu não penso tanto assim, eu não fico com essa ansiedade de pensar sobre o que vai acontecer lá na frente ou que eu tenho que esperar, eu acho que eu foco no que eu tenho que fazer agora, hoje, amanhã e essa semana, tempo curto assim, e aí o que que aconteceu nesse caminho vai vir, e tem que vir, e aí eu lido com isso na hora que vier.</p>	<p>— A.D.: Sim. Acho que não só isso, mas o clima e a região... não tem lugar parecido. E o que me move? Eu acho essa uma pergunta difícil, mas... eu gosto de descobrir as coisas e depois do que aconteceu, a doença, eu gosto de viver e me sentir viva. Gosto de me ver na melhor forma que eu possa ser, não de poder nem nada, só... ser eu mesma.</p> <p>— E.J.: Entendo, a doença trouxe uma nova visão de vida para você, não é mesmo?</p> <p>— A.D.: Eu acho que sim. Ou ela me abriu os olhos para essas coisas. Eu não sou ambiciosa e nem nunca fui, não gosto de fazer coisas para subir na graça dos outros, ou me tornar poderosa. Eu só faço o que eu quero e devo fazer, se algo do tipo vier para mim, é apenas consequência.</p>
--	--

A participante também se queixa de certa neutralidade diante dos eventos da vida, situações em que identifica que alguma emoção deveria ser expressada, mas que, por algum motivo, permanece quieta. Descreve isso como um movimento que sempre esteve presente em sua vida, é seu modo natural de se comportar desde criança e inclusive encontrou compreensão sobre isso junto a outras pessoas que compartilham da mesma sensação. É possível observar um movimento semelhante em sua personagem, ao ser questionada sobre como ela se sente, como é possível observar no Quadro 14.

Quadro 14 – Relatos de L. M. e seu personagem, A. D.

<p>— L.M.: [...] hoje eu tava [sic] falando com a psicóloga e ela falou que isso poderia ser uma parte do sintoma né, do TDAH, e como eu posso falar... eu passo a maior parte do meu dia neutra, então eu não vou sentir raiva, eu não vou sentir tristeza ou alguma coisa. Tem coisas que acontecem e que eu falo "cara, talvez era pra tá [sic] sentindo isso", só que tem uma barreira neutra ali que a maior parte do dia eu passo como que "ok", nada tá [sic] acontecendo. Mesmo às vezes assim, tá [sic] acontecendo alguma coisa, entendeu? [...] Então eu acho que eu passo</p>	<p>— E.J.: Realmente, os últimos anos vem sendo bem conturbados. E você sendo uma aventureira acredito que tudo que acontece chegue ao seu conhecimento. O povo comum geralmente não é tão bem-informado sobre tudo o que anda acontecendo por aí. Mas me diga, como você se sente no meio de toda essa agitação?</p> <p>— A.D.: Sim, ao mesmo tempo que eu acho que isso faz as pessoas mais assustadas, a ignorância é boa em certos momentos. Bem, eu acho que depende muito do dia. Na maior parte do tempo eu</p>
---	--

<p>muito os meus dias nessa neutralidade, e eu já vi que muitas pessoas, pelo menos conversando com os meus amigos etc. é meio que uma experiência compartilhada, sabe? Aí eu acho isso um pouco curioso.</p>	<p>sou indiferente, ou tento me manter neutra, especialmente em relação às guerras. Mas é difícil, em outros dias, especialmente os que eu lido com feridos e pessoas afetadas que não tem nada a ver. É cansativo, até mórbido de certa forma.</p>
---	---

A personagem também apresenta um traço de neutralidade, o que aparenta refletir a própria personalidade de L. M. Mas, diferentemente da participante, a personagem destaca que tenta se manter neutra, ou seja, é um ato voluntário e, segundo sua fala, justifica a neutralidade como um comportamento visando defender-se diante dos eventos da guerra e da relação que estabelece com as pessoas que sofrem nesse cenário.

Analisando a literatura, podemos identificar que esse é um movimento semelhante ao que ocorre com os profissionais de saúde cujo trabalho constantemente esbarra em situações de vulnerabilidade e cuidado. Desenvolvemos mecanismos de defesa para lidar com as frustrações da realidade. Dessa maneira, é possível considerar a dinâmica apresentada pela personagem pode ser compreendida como um retrato atual do sistema psíquico de L. M., pois “a alma, através das imagens, transmite a psicodinâmica do inconsciente para a consciência” (Hark, 2000, p. 61). Esta hipótese encontra sentido se pensarmos que a neutralidade de L. M. diante dos eventos da vida, assim como em sua personagem, pode ser reflexo de um mecanismo elaborado justamente para mantê-la protegida de algo de que considerava necessário se resguardar, uma ação que talvez tenha aprendido e incorporado para que conseguisse estabelecer uma relação com o ambiente a sua volta, mas que hoje não tem a mesma funcionalidade de antes, podendo bloquear o fluxo curso natural de sua energia psíquica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Articulando os relatos entre os jogadores e seus personagens é possível notar diversas similaridades no que diz respeito à personalidade de ambos e até mesmo situações que, embora espelhem a realidade do jogador, expressam conteúdos que ainda permanecem não simbolizados de maneira adequada pela consciência. Os conceitos de complexos parentais e *persona* foram os mais presentes no material coletado podendo estar relacionados à idade dos participantes e, conseqüentemente, ao seu desenvolvimento (19 a 23 anos), que corresponde ao período da vivência humana que Jung denomina como Psicologia do Amanhecer, momento em

que a teoria considera ser mais benéfico atuar na dissolução das fantasias infantis e trabalhar na adaptação do jovem à realidade (Jung, 2014).

Os dados apontam que o ambiente interno de um jogo do gênero MMORPG pode ser compreendido como um espaço que possibilita a manifestação da experiência humana e o valor simbólico a elas associados, de acordo com a subjetividade de cada jogador, o que caracteriza a possibilidade de seu uso como ferramenta para conscientização e autoconhecimento no processo terapêutico.

Em sua obra *A Natureza da Psique*, ao discorrer sobre o inconsciente como consciência múltipla, Jung o elucida como o vasto céu noturno onde os astros e constelações são representados pelos arquétipos que orbitam uma luz central, o *Self* (Jung, 2014). Cada uma dessas estrelas pode ser compreendida como uma possibilidade de se tornar consciente de novos conteúdos e integrá-los à personalidade, contribuindo assim para o caminho da individuação. Cada um dos personagens pode ser compreendido da mesma forma, como oportunidade para conscientização e integração.

É importante ressaltar que, considerando-se o contexto dos participantes, os personagens não necessariamente foram compreendidos por meio do conceito de *persona* elucidado por Jung pois, diferentemente de sua concepção teórica que compreende a *persona* como uma produção que visa adaptar-se ao mundo externo, os jogadores utilizam os personagens para participar de momentos previamente acordados e planejados pela comunidade ou por um grupo fechado. Não há adaptação ao meio, mas uma expressão criativa que emerge por meio dos personagens.

Para estudos futuros sugere-se que haja maior diversidade no perfil dos jogadores que venham a compor a amostra de pesquisa, visto que o fato de todos os participantes fazerem parte de um único grupo com foco bem definido no jogo, o *role-play* pode ter limitado o alcance dos resultados.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas S. A. 1999.

HALL, C. S.; NORDBY, V. J. **Introdução à Psicologia Junguiana**. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. 2. ed. São Paulo: Pensamento; Cultrix, 2021.

HARK, H. **Léxico dos conceitos junguianos fundamentais**. Tradução de Maurício Cardoso. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

JUNG, C. G. **A natureza da psique**. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNG, C. G. **O desenvolvimento da personalidade**. Tradução de Frei Valdemar do Amaral. Petrópolis: Vozes, 2014.

JUNG, C. G. **Os Fundamentos da Psicologia Analítica**. Tradução de Araceli Elman e Edgar Orth. Petrópolis: Vozes, 2017.

JUNG, C. G. **Psicologia do Inconsciente**. Tradução de Maria Luiza Appy. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. D. **Metodologia de pesquisa**. Porto Alegre: AMGH, 2013.

SAMUELS, A.; SHORTER, B.; PLAUT, A. **Dicionário Crítico de Análise Junguiana**. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

A SUBMISSÃO DE MULHERES À VIOLÊNCIA EM RELACIONAMENTOS ÍNTIMOS: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA

Victoria Katharine de Souza Correia

Daniel Cardozo Severo

INTRODUÇÃO

A pesquisa intitulada “A submissão de mulheres à violência em relacionamentos íntimos: uma perspectiva psicanalítica” teve como objetivo investigar a etiologia da construção da posição submissa de mulheres em relacionamentos íntimos violentos sob a perspectiva psicanalítica. Para atingir tal objetivo, foram explorados na pesquisa bibliográfica os tipos de violência em relacionamentos íntimos, a etiologia lacaniana da posição de submissão, os conceitos de trauma, repetição e suas relações com a submissão.

No período de 2011 a 2017, foram notificados 283.910 casos de violência contra mulheres realizados por atuais ou antigos parceiros íntimos, sendo que 86,6% das denúncias incluíram abuso físico, 53,1% psicológico e 4,8% sexual (Mascarenhas *et al.*, 2020). Esses dados indicam que parte das denúncias de abuso físico não foram consideradas como acompanhadas de abuso psicológico e que 13,4% das denúncias não envolveram abuso físico, podendo ser caracterizadas como abuso psicológico, sexual ou uma combinação dos dois. Os mesmos dados indicam que a denúncia, na maior parte das vezes, acontece após abuso físico, e que as vítimas, possivelmente, suportam uma carga de abuso psicológico antes do evento desencadeador da denúncia.

O abuso físico (aquele que causa danos à integridade física) é o tipo de violência identificado com maior facilidade. Entretanto, há uma área obscura sobre o que pode ser considerado violência psicológica e sexual de modo que a produção acadêmica no âmbito da psicologia sobre o fenômeno contribui para a área jurídica e para a formulação e manutenção de políticas públicas.

De acordo com Cortês (2012 *apud* Fonseca *et al.*, 2012), um dos motivos para a permanência em um relacionamento violento é a dependência financeira. Já Fonseca *et al.* (2012) aponta que também há relato de sentimento de vergonha por parte das vítimas, por não conseguir ter seu sofrimento ouvido e levado em consideração e pela sensação de impotência diante impossibilidade de escapar da situação.

Segundo Lima e Werlang (2011), em diversos casos de violência doméstica, a mulher presenciava ou era vítima de violência em sua família de origem, durante a infância. Os traumas familiares vividos na infância então encontram novo território para se repetir. Como os acontecimentos e os traumas neles envolvidos não estão necessariamente disponíveis à memória consciente, a pessoa que está neste ciclo tem a impressão de estar vivendo algo novo, quando na realidade está repetindo sua história, o que não permite a elaboração do conteúdo psíquico. Sem esta elaboração, a dor traumática encontra sua expressão na repetição.

Um trauma da violência que não se torna dizível, não no sentido de não poder relatar o acontecimento, mas em resistência à simbolização, torna-se um ato de passividade. Por conseguinte, esse núcleo traumático não simbolizado se expressa na repetição dos meios de relação com o outro e na procura por pares amorosos que mostram semelhança com a violência já vivida. O trauma e a violência retiram o sujeito da posição de desejante e o colocam na posição passiva e servil do desejo do Outro (Naves, 2014).

REVISÃO DA LITERATURA

Considerações sobre atos de violência

Quando se trata do assunto violência, há diferentes caracterizações que levam em consideração aspectos da estrutura social, de intencionalidade criminosa e de intencionalidade de dano, sendo um atravessado pelo outro. A violência é definida pela Organização Mundial da Saúde - OMS (2002) como o uso intencional da força física ou de forças de poder para causar danos físicos ou psicológicos, privação do indivíduo ou prejuízo ao desenvolvimento. O termo forças de poder inclui ações de negligência e omissão e a intencionalidade independe de o dano ser efetivamente causado. Podem estar presentes em situações com intenção de extorsão, como assaltos e sequestros, assassinatos, ser perpetradas por desconhecidos ou conhecidos e ser de caráter sexual, físico ou psicológico.

Para abordar a submissão à violência em uma relação íntima é necessário explorar a concepção daquilo que, nesse contexto, é considerado como ato de violência. Juridicamente, cinco formas de violência estão inscritas na Lei 11.340, sendo classificadas em física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Esses cinco subtipos referem-se à violência doméstica contra a mulher, cometida por parceiros íntimos antigos ou atuais, habitando ou não na mesma residência, ou por qualquer outra pessoa que tenha convívio com a mulher, sem necessidade de vínculo familiar.

A OMS (2018) destaca que, em casos de violência em relacionamentos íntimos, há também o registro de mulheres como autoras da violência, assim como a ocorrência entre parceiros e parceiras do mesmo sexo; no entanto, a maior incidência global tem como autor da violência o homem, sendo a mulher o alvo.

Na Lei 11.340, a violência física é descrita como condutas que prejudiquem a integridade ou a saúde corporal. Dados agrupados por Pinto *et al.* (2021) apontam que mulheres pretas e amarelas, assim como pessoas com deficiência, correspondem à maior parcela de óbitos para casos de violência física em comparação com mulheres brancas. A chance de óbito também foi maior nos casos em que a reincidência da violência foi ignorada pelos policiais que recolhem as informações para fichamento.

A violência sexual é caracterizada na referida lei como qualquer ação para compelir a permanecer, iniciar ou presenciar uma relação sexual não desejada. Nestas ações são mencionadas:

(...) intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos (BRASIL, 2006).

A violência psicológica é descrita pela lei como qualquer conduta que cause danos à saúde psicológica e a autodeterminação do indivíduo, assim como à sua autoestima. Nela são enquadradas diversas formas de controle da liberdade, do comportamento ou da crença do outro por meio de ameaças, humilhações, manipulações, chantagens e condutas que visam isolar o indivíduo de seus meios de apoio social e familiar, mediante proibições, vigilância, violação da intimidade, perseguição e limitação do direito de ir e vir. A OMS (2018) aponta especificamente como ato de violência contra a mulher a ameaça de remover crianças da mãe, restringir acesso a emprego, educação e assistência médica.

A violência patrimonial se refere à retenção ou destruição de objetos, como instrumentos de trabalho, documentos, dinheiro e bens pessoais. A violência moral inclui calúnia, difamação e injúria.

Alguns grupos sociais estão associados a maior incidência de casos de violência e a de óbito por homicídio ou suicídio, vulnerabilidade que pode ser causada por impedimentos físicos ou mentais e estatisticamente associadas a condições socioeconômicas, etnia, idade e moradia.

Braga e Dell'aglio (2012) afirmam que diversos estudos indicam o surgimento de sintomas psicológicos em indivíduos expostos à violência durante seu desenvolvimento.

Mascarenhas *et al.* (2020) apontam que a incidência de violência sexual contra mulheres grávidas está relacionada a casos de mulheres forçadas a se envolver em atividades sexuais após as alterações hormonais e sexuais que ocorrem durante a gestação. Possivelmente, há casos em que a própria gravidez é decorrente de violências sexuais anteriores.

Em pesquisa realizada na Paraíba, a dependência financeira foi apontada como o principal motivo para a permanência em um relacionamento violento (Costa *et al.*, 2015 *apud* Mascarenhas *et al.*, 2020). Nota-se que, não exclusivamente, a situação financeira e os meios de apoio financeiro se configuram como pontos de vulnerabilidade para a violência. A OMS (2017) relaciona a baixa escolaridade, a exposição à violência entre os pais e o abuso durante a infância como fatores que se associam a um maior risco de se tornar vítima de violência por parceiros íntimos.

À vista disso, a permanência em relacionamentos íntimos violentos compreende questões de vulnerabilidade, como a dependência financeira e a existência de deficiências que dificultam a denúncia e a busca de apoio, questões traumáticas, como em diversos casos de exposição à violência intrafamiliar, e questões de submissão, que serão exploradas posteriormente.

Desejo, demanda e submissão

Antes de tratar a submissão ao desejo do Outro, é necessário compreender a dimensão do desejo e seu contexto. Quinet (2000) articula que a concepção lacaniana de desejo abarca três fatores: a necessidade, a demanda e o desejo.

A necessidade concerne a algo que o ser humano precisa para satisfazer uma vontade de ordem básica, como água para a sede e alimento para a fome (Quinet, 2000). A partir do momento em que essa necessidade é colocada em enunciação, se torna uma demanda, pois ela não é endereçada ao alimento ou à água, mas sim ao Outro. Utilizar a fala para endereçar sua necessidade, na forma de um pedido, é uma súplica ao Outro. Sendo assim, a demanda é criada na medida em que é colocada nos limites da linguagem e na intenção de enunciá-la, e só existe à medida que se relaciona com o Outro, e não com o objeto. O indivíduo endereça sua demanda ao Outro e tem a demanda do Outro endereçada a si.

Fink (2018) comenta que é a partir dessa demanda externa que o indivíduo irá iniciar sua compreensão do mundo e de si mesmo. Essa é sua primeira referência. Quer ser o objeto

do desejo do outro; por conseguinte, irá decidir como responde à demanda, se a atende ou se opõe a ela. Apesar de a oposição à demanda do Outro aparentar certa autonomia, ela continua sendo evidência de um assujeitamento ao Outro, visto que é ainda a partir do desejo dele que se assimila o seu.

O desejo, diferentemente da demanda, é causado pelo que Lacan denomina de objeto *a* (Jorge, 2005). Não há desejo sobre aquilo que possui, ou crê que possui. O objeto *a* ocupa o lugar de causa da própria estrutura do desejo, que não possui objeto, assim como a demanda, pois esse objeto é inexistente e insuscetível de existência. E é pela demanda enunciada que se decide se irá incorporar (ou *incorporar*) o falo e se apresentar como o objeto faltoso do Outro ou adentrar a dialética de ter ou não ter para si o falo.

Quinet (2000) descreve que, para Lacan, o desejo do sujeito ocorre pela falta inscrita no Outro. É pela falta inscrita no Outro que o sujeito é levado a buscar aquilo que falta em si. Assim, a falta, o objeto *a* é eliciador de desejo. É o ponto de partida em contraposição ao objeto que se coloca como ponto final e destino da necessidade. Por isso, a demanda que se faz ao Outro é justamente daquilo que ele não tem, “isto é, do seu amor, na medida em que amar é dar o que não se tem” (QUINET, 2000, p. 96). As demandas são impossíveis de se satisfazer, pois assim que uma é endereçada, outra surge, visto que são demandas de amor.

Segundo Jorge (2005), o amor se inscreve na região de intercessão entre o simbólico (simbolização de um objeto impossível do Real que resulta em um objeto fugaz e instável) e o imaginário (tentativa de estabilizar esse objeto, torná-lo completo e eterno). À vista disso, o amor se dá como produção de sentido que exige correspondência: “amar é querer ser amado” (Lacan *apud* Jorge, 2005, p. 146).

O indivíduo então se coloca no lugar de objeto de causa de desejo do Outro para ser alvo de sua demanda de amor. No contexto da violência doméstica, isso se traduz em ser gradativamente alvo de xingamentos, privações e espancamentos, abdicando de si e colocando seu corpo disponível para o desejo do Outro (Naves, 2014).

Naves (2014) articula que nessas construções de submissão, a mulher não recebeu da mãe um significante da falta inscrita em si, tornando-a apenas objeto de gozo dessa mãe e, futuramente, do parceiro. Assim, a condição necessária para a construção do próprio desejo e de se reconhecer como corpo desejante, regulada pela percepção da falta no Outro, não acontece.

Vicent (2020) descreve o gozo para Lacan como conectado à pulsão de morte da teoria Freudiana. É o desfrutar do sintoma, da tendência de retorno ao inanimato, a repetição de algo

que pode ser prazeroso ou desprazeroso. Dias (2006) aponta que mesmo no sintoma há a satisfação de um desejo, mas um desejo contraditório e uma satisfação desprazerosa à qual o neurótico se agarra. Essa satisfação transpassa o princípio do prazer e é vinculada à pulsão de morte. A autora comenta que Lacan portanto articula o sintoma como uma forma de o sujeito organizar seu gozo.

Em *Seminário 10* (1962-63/ 2005), Lacan diferencia a posição sádica da masoquista pelo seu objeto de busca. A primeira busca um objeto de gozo para encobrir sua angústia, formulada como zona entre o gozo e o desejo. O desejo só pode se formular uma vez que a angústia é superada. O masoquista busca a angústia do Outro para encobrir o objeto *a*. Sem saber exatamente qual seria seu próprio objeto ou o que tenta disfarçar, coloca-se como objeto de gozo do Outro. E é justamente essa encoberta do objeto *a* que faz resistência à estruturação do desejo, mantendo o Outro como referência. A criação de uma mascarada, como nomeia Riviere (1929/ 2005), para ser alvo do desejo do Outro, é um modo para que seu gozo tenha um objeto.

Sem o desejo, o sujeito encontra-se assujeitado às demandas de amor do Outro, que lhe exigem portar-se como complemento (falo) à falta. É ele (o desejo) que irá libertar o sujeito da característica incondicional da demanda do Outro (Fink, 2018).

Trauma

A dimensão do trauma mostra-se relevante quando se trata da permanência em situações de violência. Ratti e Estevão (2016) afirmam que algumas situações particulares, como a violência familiar, acidentes de trânsito e diagnósticos de doenças graves ou terminais implicam uma carga de luto, seja pela perda real ou fantasiada de um vínculo afetivo, de um órgão ou membro do corpo ou das habilidades em geral.

Após uma situação traumática, o indivíduo precisa assimilar uma nova realidade áspera, e os mecanismos de defesa respondem rapidamente. A pessoa que experienciou a situação tem reações atípicas, tornam-se suspensas, ficam em estado de choque ou mais agitadas, não conseguem espaço para construir novos caminhos. Lacan (*apud* Ratti; Estevão, 2016) identifica esse estado como encontro com o Real, que se difere do que conhecemos como realidade. É justamente o que escapa à realidade, expulso pelo simbólico que não consegue suportá-lo (Vanier, 2005 *apud* Chaves, 2009).

Freud (*apud* Laplanche; Pontalis, 1991) aponta o trauma como uma excitação em excesso, ou seja, para além da capacidade do aparelho psíquico, podendo ser uma excitação que

advém de um episódio específico da história do indivíduo ou de um acúmulo de excitações ao longo do tempo. Posteriormente, supõe-se que cada concepção traumática apresenta, entre outros, dois elementos: o acontecimento traumático em si e sua interpretação posterior, que trará consigo uma configuração patogênica ao avivar uma excitação pulsional já existente.

Palma e Costa (2015) comentam a respeito do desenvolvimento das construções sobre o trauma, sua origem e seu modo de funcionamento. Apontam que Lacan afirma que a tensão gerada pela pulsão é em si traumatizante, principalmente quando a capacidade da função simbólica é diminuída. Para lidar com essas tensões pulsionais o sujeito cria um caminho simbólico particular, uma maneira específica para lidar com o trauma.

Os autores concluem:

Diante disso, podemos aferir que o trauma é aí evidenciado como tudo aquilo que pôde separar-se de uma nomeação e de uma articulação significativa, mas que ao mesmo tempo é condição para que a Lei da linguagem advenha. **O não sentido concernente ao trauma é o âmago daquilo que faz estrutura para todas as neuroses.** É apenas por meio de uma resposta a essa anterioridade lógica que se permite diferenciar as classes de estrutura, postulando modos de queixas específicas e caminhos desejanter particulares para com isso de que o simbólico constantemente não dá conta (Palma; Costa, 2015, p. 208).

Ratti e Estevão (2016) apontam o encontro traumático com o Real como um momento de ruptura e salientam que, no contexto do atendimento psicanalítico em situações de urgência e emergência, a falta de socorro no momento necessário acusa a possibilidade de uma perda, de uma morte e do encontro com o Real. No contexto da violência intrafamiliar, a falta de amparo para a criança pode configurar uma conformação traumática, carregando consigo os efeitos de deparar-se com o Real. Com isso, sem a simbolização, o Real encontra seu campo de atividade na repetição do sintoma.

Jorge (2005) complementa apontando que a fantasia é mediadora do encontro do sujeito com o Real. Esta fantasia funciona de maneira a uniformizar o modo de se relacionar com o mundo para protegê-lo do trauma, criando uma fixação objetal perversa.

Repetição

Se a vivência de violência como vítima ou testemunha é traumatizante, por que algumas pessoas se mantêm em relacionamentos em que são frequentemente alvo de violência física e psicológica? Para explorar esta questão é necessário adentrar a teoria sobre a repetição e sua relação com o trauma.

Nasio (2014) aponta que a criança que sofre um trauma não consegue assimilar as emoções que sente. Percebe-as, mas não as registra na consciência imatura, formando assim a gênese do gozo que fica excluído da dimensão simbólica. Essa não simbolização do gozo dá a origem do ciclo de repetição. Assim, a pessoa procura repetir seu trauma como maneira de recordar o que não foi esquecido, mas nunca foi consciente. O indivíduo repete sem saber que está repetindo ou mesmo o que está repetindo. Freud (1914/ 1990) nomeia esse procedimento de *acting out*. Nasio (2014) aponta que o indivíduo então retorna ao passado por vivências atuais, dirigindo o meio que faz suas decisões.

Entretanto, de acordo com Nasio (2014), não é a cena traumática por excelência que é colocada em repetição. Ele articula esse argumento por duas razões. Em primeiro lugar, a cena traumática, ou o conjunto de cenas traumáticas, não são lembradas como ocorreram, mas vistas através do filtro fantasístico que irá infundir a próxima interpretação dos episódios, sejam eles antigos ou novos. Em segundo, pelo que o autor nomeia como Lei do Mesmo e do Diferente, em que aquilo que se repete nunca é idêntico ao original, mas sempre com semelhanças reconhecíveis. Almeida e Atallah (2008) afirmam que o que se repete é novo pois, por mais que seja a repetição de uma memória do passado, as lembranças são resgatadas e influenciadas pelas percepções do tempo presente, o que faz com que o conteúdo da repetição seja atual.

Nasio (2014) diferencia dois tipos de repetição: a repetição sadia e a patológica. A sadia é “o retorno do passado em nossos atos sadios” (Nasio, 2014 p. 39). A patológica, objeto de estudo deste trabalho, se trata de uma compulsividade com o trauma, em comportamentos que procuram repetir seu gozo. Dentro da categoria patológica, o autor separa duas subcategorias. A primeira é a repetição temporal, uma repetição percebida pelo próprio paciente. Ele sabe que faz uma ação várias vezes durante sua vida e a tolera. A segunda é a repetição tópica, a repetição de fantasia inconsciente, imperceptível pelo paciente, mas deduzida pelo analista.

Jorge (2005) descreve que Lacan aponta dois fatores da repetição. O Autômaton, que corresponde à insistência e retorno à rede de significantes, na tentativa de compreender e assimilar o Real (ou trauma), e o Tique, que incide o encontro com o Real. Almeida e Atallah (2008) afirmam que o Autômaton é dominado pelo princípio do prazer e se refere ao automatismo inconsciente dos signos. Do ponto de vista lacaniano, se repete a própria falha da linguagem, da incapacidade de significação do Real e do desejo. A repetição está conectada ao objeto *a*, que faz a cadeia de significantes se movimentar e se repetir, visto que ela é incapaz de encontrar ou mesmo identificar o objeto original ausente.

MÉTODO

O presente trabalho tem caráter exploratório e teve como método a pesquisa bibliográfica, que consiste em realizar a coleta de dados em materiais já existentes, tais como artigos científicos e livros de referência, para construir maior familiaridade com o problema e seu contexto (Gil, 2002).

Os dados foram coletados em dois tipos de literatura: artigos científicos escritos na língua portuguesa ou inglesa e disponíveis em íntegra nas bases SciELO e Pepsic, e livros de referência remissiva de autores citados com frequência nos artigos científicos, que são constituídos por obras de coleções públicas ou privadas (Gil, 2002) disponíveis por meios virtuais e físicos. Complementarmente, também foram utilizadas referências de órgãos públicos de saúde e a Constituição Federal Brasileira.

Para a seleção de material, utilizou-se como método a revisão narrativa da literatura, que é caracterizado por uma seleção arbitrária das fontes científicas, não sendo necessário um protocolo sistemático e exaustivo, permitindo articular produções atuais com anteriores, identificar temáticas recorrentes sobre o problema e construir novas perspectivas e hipóteses através da percepção subjetiva do pesquisador (Cordeiro, 2007).

As referências encontradas na coleta de dados foram analisadas por ordem de assunto, iniciando-se pela perspectiva jurídica e social acerca de violência e de violência intrafamiliar. Em seguida, após articular algumas considerações sobre os fatores de relevância social, como a vulnerabilidade, explora-se neste trabalho o conceito psicanalítico de desejo pela perspectiva lacaniana, com a intenção de adentrar a submissão ao desejo do outro em geral e em relacionamentos íntimos violentos. Nos dois itens finais de revisão da literatura, foram exploradas as articulações sobre trauma e repetição, visto que os artigos apontam a relação entre experiências de violência na infância com a permanência em situações de violência na fase adulta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres vítimas de violência recorrente em relacionamentos íntimos, assim como indivíduos com outro tipo de demanda, buscam a análise após algum acontecimento ou realização chave sobre sua vida. Almeida e Atallah (2008) afirmam que essa angústia

encontrada num modo de vida que até então estava sendo levado sem muitos problemas impulsiona a busca pela análise ou outro tipo de auxílio.

Lima e Werlang (2011) relatam o discurso de diversas mulheres entrevistadas que se mantiveram em relacionamentos violentos por mais de três anos. Todas as entrevistadas presenciaram ou sofreram violência intrafamiliar durante a infância, sendo que essa foi uma coincidência acidental, não sendo requisito para participação da pesquisa. Entre alguns dos discursos, destacam-se as falas:

Eu vi meu filho olhando aquilo ali. Isso não é vida, porque eu me criei nessa situação, e a gente sempre quer o melhor pros filhos da gente. Como é que eu vou ficar apanhando da criatura, meu filho olhando... Porque ele assistiu àquela violência, àquela coisa dentro de casa. E aí eu digo: Não, isso está demais, eu não vou ficar nessa situação; e fui dar parte (Lima; Werlang, 2011, p.518).

A mais velha é muito trancada, muito difícil ela falar. Ela assistia tudo calada. Um dia eu fui trocar os lençóis dela e tinha um facão embaixo da cama. Eu digo: pronto, vai acontecer uma desgraça. Ela disse: Mãe, eu não aguento mais. Eu vou terminar com essa situação pra ti. Eu tenho 18 anos, sei que eu vou ir pra cadeia, mas eu sou réu primário. Ai naquele dia eu fui direto pra delegacia da mulher. (Lima; Werlang, 2011, p.518).

Nota-se que a procura por ajuda foi impulsionada pela impressão de haver atingido um limite: os filhos estavam presenciando o mesmo tipo de situação que elas presenciaram com os pais. Assim, foi possível o próprio indivíduo perceber sua repetição e decidir se a tolerava ou não. Uma das participantes relata que teve essa percepção: “Quase tudo na minha vida tá se repetindo, o que a mãe passava eu tô passando com esse meu marido, é a repetição, é a repetição.” (Lima; Werlang, 2011, p. 516).

O sintoma e a repetição patológica são fundados na primeira experiência com o objeto. Por consequência, histórias de negligência e violência na infância influenciam as escolhas amorosas da adolescência e da vida adulta (Almeida; Atallah, 2008). Mesmo não pertencendo à dimensão simbólica, estas histórias não deixam de participar da atividade psíquica das mulheres (Lima; Werlang, 2011). Por isso, há a interpretação de que o que está vivendo é normal, visto que é desse modo que vive desde a infância. “A minha cabeça é tão confusa que, às vezes, nem eu me entendo. Às vezes, eu acho que gosto dele, às vezes eu acho que não sinto mais nada, sabe. Mas o nosso relacionamento é um relacionamento normal.” (Lima; Werlang, 2011, p.517). “A mãe via que tinha me machucado, alguma coisa que ela tinha feito pra mim de ruim. Aí ela comprava uma roupa ou um brinquedo. Mas ela não pedia desculpas.” (Lima; Werlang, 2011, p. 515).

A submissão ao Outro também é visível nos discursos e no andamento da análise. Naves (2014) aponta que ser colocada como objeto de gozo da mãe ou figura materna não permite à mulher de se reconhecer como indivíduo desejante. Nota-se isso nas falas de algumas participantes da pesquisa de Lima e Werlang (2011):

Eu tinha 14 anos e a minha patroa queria que eu fosse para a praia. Eu disse para a minha mãe: Eu tenho medo, não vou ficar lá sozinha. Ela disse: Tu tem que ir, se tu não ajudar em casa, tu não vai comer. Ela me obrigou a ir. Aí eu me afoguei. Fiquei 45 dias em coma. Ouvi o pai dizendo pra mãe que se eu não conseguisse trabalhar, ele ia me internar como louca num hospício, porque ficar sem ajudar em casa eu não ficaria. Eu queria ficar em casa, apesar de ser ruim era a minha casa. Agora não penso mais em me matar, só penso em fugir (Lima; Werlang, 2011, p. 514).

A submissão reflete em ceder as decisões ao Outro para ser alvo da sua demanda de amor:

Primeiro eu conheci esse rapaz, quer dizer ele me conheceu. Me perseguia, queria ficar comigo. Daí eu comecei a namorar. A mãe e o pai começaram: porque vocês têm que casar... Eu dizia: Eu não quero casar. Até que colocaram uma aliança no meu dedo, eu olhava para aquela aliança, que desgraça! (Lima; Werlang, 2011, p. 515).

E na criação de fantasias para completar aquilo que está quebrado:

Eu era uma pessoa carente de tudo, não tinha família, não tinha carinho, não era nada, eu tinha que ser sombra, tinha que ser carregada por alguém. Eu não aprendi a andar com as minhas próprias pernas, eu achava que alguém pra mim eram os príncipes encantados que eu esperei, sabe. Eu sonhava com o príncipe encantado (Lima; Werlang, 2011, p. 517).

No decorrer da análise, é trabalho do analista reconhecer as resistências, que são frutos da repetição, e familiarizar o analisando com elas, permitindo-lhe elaborá-las (Freud, 1914; Almeida; Atallah, 2008). A neurose é então substituída pela neurose de transferência. A repetição e a atuação da dor traumática que o indivíduo realiza em sua vida é transferida para a relação com o analista. Almeida e Atallah (2008) apontam que, com isso, as fantasias são direcionadas ao analista e novos conteúdos se mostram para análise. Interpretando as fixações, é possível iniciar um processo de ressignificação dos significantes mestres que mantêm a paciente em um ciclo de repetição.

Comecei a refletir. A mãe não pôde mudar, mas eu posso mudar a minha história. Tudo que eu sei é que eu queria uma nova chance para recomeçar outra história. Mas isso não é possível, né? Com o tempo aprendi que eu não podia começar de novo, mas eu podia mudar o fim. Eu queria dormir hoje e amanhã ter outra esperança. Eu sempre acreditei que as coisas iam melhorar, e só pioraram, por isso que eu não espero mais. Mas eu sei que não quero isso pros meus filhos. O pavor que eles ficavam quando ele me batia era igual ao

que nós ficava quando a mãe apanhava. Era horrível! Eu não queria criar meus filhos que nem eu (Lima; Werlang, 2011, p. 518).

As cenas traumáticas na infância funcionam como estopim para o ciclo de repetição patológica e a posição submissa, que envolve colocar-se como objeto de gozo ou falo do Outro, colaboram para a permanência em relacionamentos violentos e restritivos. No ambiente clínico, as pacientes nem sempre irão reconhecer que estão repetindo sua fixação patológica. Por isso, é parte do trabalho do analista perceber as atuações que a analisanda realiza, tanto no contexto de sua vida quanto na própria relação com o analista. Vale ressaltar que a atuação na neurose de transferência envolve colocar-se como objeto de gozo do analista, dizer durante a sessão o que acredita que o analista deseja ouvir, assim como fazer decisões em sua vida que acredita que o analista iria aprovar.

Em resumo, para responder aos objetivos da pesquisa foram explorados individualmente os fatores relevantes ao tema, sendo eles a definição dos diferentes meios de violência reconhecidos judicialmente, o desenvolvimento da estrutura do desejo e da submissão, a repetição do sintoma, o *acting out* e como o encontro com o Real cria um impasse para a simbolização, cristalizando o sintoma.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A permanência em relacionamentos íntimos violentos é reflexo de múltiplos constituintes psicológicos. A vivência da violência na infância excede a capacidade simbólica da criança, trazendo consigo os efeitos do encontro com o Real, ou seja, o trauma. Essa situação se torna o estopim de um ciclo patológico de repetição, em que a mulher se mantém sob situações semelhantes às cenas traumáticas que viveu. No contexto deste estudo, isso significa suportar a violência que lhe é tão habitual e familiar.

A primeira relação com o Outro tem um papel importante nesse contexto. Quando a primeira figura materna coloca a filha como objeto de gozo, esta (a filha) não se reconhece como ser desejante, apenas como ser existente para realizar a vontade do Outro, refletindo em se colocar como objeto de gozo nas próximas relações durante a vida. Sendo assim, se o parceiro indica que deseja violentá-la de qualquer maneira, privando-a de liberdade, humilhando-a ou agredindo física e sexualmente, assim será.

À vista disso, a construção de uma atitude majoritariamente submissa em relacionamentos íntimos se inicia desde as primeiras relações com o Outro. O trauma funciona

como componente que obstrui a significação, mantendo o indivíduo no ciclo repetitivo de violência.

A submissão ao desejo do Outro estará presente na relação transferencial, mas é na neurose de transferência que novos conteúdos são apresentados para análise, permitindo a identificação e a interpretação das resistências, o início da ressignificação e, conseqüentemente, o desprendimento ao ciclo repetitivo de violência. Por isso, é interessante a produção de novas pesquisas sobre o contexto analítico com mulheres submetidas às diferentes violências em relacionamentos íntimos e familiares.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. P.; ATALLAH, M. F. O conceito de repetição e sua importância para a teoria psicanalítica. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XI, n. 2, p. 203-218, Dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/GNNLV9rfzTdN5qghzChcp6S/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2022.
- BRAGA, L. L.; DELL'AGLIO, D. D. Exposição à violência em adolescentes de diferentes contextos: família e instituições. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 17, n. 3, p. 413-420, Dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2012000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 abr. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Geral **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 21 mar. 2021.
- CHAVES, W. C. Considerações a respeito do conceito de Real em Lacan. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 41-46, Mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/X5hgYmKhNJwGfnbbV5BB7Hj/?lang=pt#:~:text=%C3%89%20o%20Simb%C3%B3lico%20que%20se,%E2%80%9Cn%C3%A3o%20h%C3%A1%20rela%C3%A7%C3%A3o%20sexual%E2%80%9D>. Acesso em: 16 mar. 2022.
- CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428-431, Dez. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-69912007000600012&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 24 mar. 2021.
- DIAS, M. G. L. V. O sintoma: de Freud a Lacan. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 2, p. 399-405, Ago. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pe/a/mKqnLTRgwYbCCcQGr4GxjWg/?lang=pt>. Acesso em: 14 jul. 2021.

FINK, B. **Introdução clínica à psicanálise lacaniana**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

FREUD, S. Recordar, repetir e elaborar. *In*: FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. v. 12. Rio de Janeiro: Imago, 1990 (1914), p. 189-203.

FONSECA, D. H.; RIBEIRO, C. G.; LEAL, N. S. B. Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 307-314, Ago. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2021

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JORGE, M. A. C. **Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan**. Vol. 1: As bases conceituais. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LACAN, J. **O Seminário, livro 10: a angústia**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005 (1962-63).

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. **Vocabulário da Psicanálise**. 11 ed. Tradução de Pedro Tamem. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LIMA, G. Q.; WERLANG, B. S. G. Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.16, n.4, p. 511-520, Dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000400002&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 mar. 2021.

MASCARENHAS, M. D. M. *et al.* Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, Rio de Janeiro, v. 23, jun. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2020000200405&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 abr. 2021.

NASIO, J. -D. **Por que repetimos os mesmos erros**. 2. ed. Tradução de André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAVES, E. T. A mulher e a violência: Uma devastação subjetiva. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 14, n. 3, p. 454-462, Dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692014000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Dia Laranja**: compreendendo e abordando os vários tipos de violência contra as mulheres. 2018. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5703:dia-

laranja-compreendendo-e-abordando-os-varios-tipos-de-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820 Acesso em: 23 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Folha informativa** - Violência contra as mulheres. 2017. Disponível em:

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5669:folha-informativa-violencia-contra-as-mulheres&Itemid=820 Acesso em: 23 abr. 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde**. 2002. Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf> Acesso em: 23 abr. 2021.

PALMA, R. J. A. P.; COSTA, A. M. M. Considerações sobre a relação entre trauma, pulsão e fantasia na estrutura da neurose. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 195-209, dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/agora/a/h3mJnJMn7xrvpX3K6fjXdQh/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PINTO, I. V. *et al.* Fatores associados ao óbito de mulheres com notificação de violência por parceiro íntimo no Brasil. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 3, p. 975-985, Mar. 2021. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232021000300975&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 abr. 2021.

QUINET, A. **A descoberta do inconsciente: do desejo ao sintoma**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

RATTI, F. C.; ESTEVÃO I. R. Violência, acidente e trauma: a clínica psicanalítica frente ao real da urgência e da emergência. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XIX, n. 3, p. 605-619, dez. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/agora/a/SRJGjV6mM7PtMkTp9c6QGNQ/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 16 mar. 2022.

RIVIERE, J. A feminilidade como máscara. **Psychê**, São Paulo, v. 9, n. 16, p. 13-24, dez. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-11382005000200002&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt#I . Acesso em: 14 jul. 2021.

VICENT, B. Jouissance and death drive in Lacan's teaching. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 49-56, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-44142020001006>. Acesso em: 24 maio 2021.

AVALIAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE VIVÊNCIAS PSICOLÓGICAS TRAUMÁTICAS E QUADROS DE ENDOMETRIOSE

Jaime de Paula

Paulo Francisco de Castro

TEORIA

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2021), estima-se que em torno de 10% das mulheres em idade reprodutiva no mundo todo desenvolveram quadros de endometriose, o que representa um público de cerca de 190 milhões de mulheres. No Brasil, estima-se que 10% das mulheres desenvolvam o referido quadro clínico, sendo que parte delas ainda não tem conhecimento da situação ou não recebeu um diagnóstico preciso. Em 2021 foram registrados mais de 26,4 mil atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) e oito mil internações na rede pública de saúde, relacionados a casos de endometriose (Ministério da Saúde, 2022).

A endometriose pode ser caracterizada como uma doença ginecológica, ocasionada pela adesão de tecido endometrial em regiões externas à cavidade do útero. Embora ocorra predominantemente na pélvis, também pode incidir em outros órgãos como diafragma, pulmões, estômago, bexiga, intestino, ovários, além do reto e da parede abdominal. A endometriose pode causar dores agudas (relatadas por cerca de 40% das pacientes). Além disso, observam-se problemas urinários, intestinais, dificuldades nas relações sexuais e infertilidade (diagnosticada em cerca de 20% a 50% das mulheres inférteis, Duccini *et al.*, 2019). Cornillie *et al.* (1990, p. 978) classificam a endometriose sutil como “lesões superficiais e pequenos implantes, às vezes não excedendo 1 mm de diâmetro”. Já a endometriose profunda é caracterizada por “lesões penetrando profundidades maiores que 4 mm”.

Embora ocorra em pacientes com faixa etária variada, Cardoso *et al.* (2020) associam a endometriose à capacidade reprodutiva das mulheres; assim, pode ser diagnosticada desde a menarca até o início da menopausa. Deve ser tratada de forma individualizada, por equipe multiprofissional com foco em um cuidado interdisciplinar, devido ao sofrimento físico e psicológico que as pacientes enfrentam e sua consequência na qualidade de vida (Duccini *et al.*, 2019).

Os fatores emocionais que acompanham a endometriose são descritos de forma generalizada, ou seja, não há um referencial teórico propriamente dito. Entretanto, geralmente o quadro clínico está associado a emoções como raiva, hostilidade, estresse, impulsividade, depressão e ansiedade (Fonseca, 2009; Ramos; Ferreira, 2011).

O trauma psicológico, segundo Salvador (2009), é decorrente da vivência de situações que envolvem ameaça psicológica ou mesmo à própria vida, em que os recursos para as enfrentar, fazê-las desaparecer ou mesmo delas fugir são ineficazes. Ainda segundo o autor, o evento pode advir de longos períodos de negligência, abandono, pouca afetividade ou mesmo de maus-tratos, tanto físicos quanto psicológicos, vivenciados na infância.

Com base no Manual DSM-5 de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais: DSM-5 (American Psychiatric Association - APA, 2014), na categoria Transtornos Relacionados à Trauma e a Estressores, é possível constatar uma relação de transtornos decorrentes de traumas e estressores cujo critério diagnóstico explícito é a exposição do indivíduo a um evento estressante ou traumático. Portanto, fica evidenciada a associação das vivências psicológicas traumáticas com a categorização apresentada e, entre os possíveis transtornos, estão o Transtorno de Estresse Pós-traumático e o Transtorno de Estresse Agudo.

Como referência ao Transtorno de Estresse Pós-traumático, o Manual DSM-5 categoriza aspectos que podem ser identificados em adultos, adolescentes e crianças maiores de 6 anos. São apresentados como critérios diagnósticos de categoria A o fato de a pessoa “vivenciar diretamente o evento traumático”, presenciá-lo, tomar conhecimento de um evento traumático ocorrido com “um familiar ou amigo próximo” ou mesmo “ser exposta de forma repetida ou extrema a detalhes aversivos do evento traumático”, como em situação de trabalho, por exemplo. Esses eventos envolvem uma ou mais exposições a situações de “ameaça de morte, lesão grave ou violência sexual (APA, 2014, p. 271).

Nos critérios diagnósticos de categoria B, o Manual DSM-5 aponta “sintomas intrusivos associados ao evento traumático”, apresentando-se uma ou mais vezes depois de sua ocorrência. São eles “lembranças intrusivas angustiantes, recorrentes e involuntárias”; “sonhos angustiantes recorrentes”; “reações dissociativas (p. ex., *flashbacks*)”; “sofrimento psicológico intenso ou prolongado” e “reações fisiológicas intensas”, todos relacionados ao evento traumático (APA, 2014, p. 271).

Os critérios diagnósticos da categoria C do Manual DSM-5 listam dois aspectos: evitação ou esforço no sentido de evitar “recordações, pensamentos ou sentimentos

angustiantes” ou “lembranças externas” envolvendo “pessoas, lugares, conversas, atividades, objetos, situações” em relação próxima ao evento traumático (APA, 2014, p. 271).

Para os critérios diagnósticos de categoria D, o Manual DSM-5 aponta “alterações negativas em cognições e no humor”, começando ou piorando após a ocorrência do evento e sendo constatados dois ou mais dos seguintes aspectos: “Incapacidade de recordar algum aspecto importante do evento traumático” em decorrência de amnésia dissociativa; “crenças ou expectativas negativas persistentes e exageradas a respeito de si mesmo, dos outros e do mundo”; “cognições distorcidas persistentes” envolvendo “as causas” ou “consequências” do evento, desenvolvendo na pessoa sentimento de culpa de si ou dos outros; “estado emocional negativo persistente”; desinteresse ou pouca participação em “atividades significativas”; “sentimento de distanciamento e alienação em relação aos outros”; ausência de sentimentos ou emoções positivas (APA, 2014, p. 271-272).

Outros critérios diagnósticos são apontados pelo Manual DSM-5 como associados a “alterações marcantes na excitação e na reatividade” devido ao evento e podem se apresentar como “comportamento imprudente e autodestrutivo, hipervigilância, resposta de sobressalto exagerada, problemas de concentração e perturbação do sono” (APA, 2014, p. 272).

Em referência ao Transtorno de Estresse Agudo, o Manual DSM-5 versa sobre dois critérios diagnósticos. O critério A está associado a “episódio concreto ou ameaça de morte, lesão grave ou violação sexual” em uma ou mais situações em que a pessoa possa “vivenciar diretamente o evento traumático”, presenciá-lo, tomar conhecimento de um evento traumático ocorrido com “um familiar ou amigo próximo” ou mesmo “ser exposta de forma repetida ou extrema a detalhes aversivos do evento traumático”, como em situação de trabalho, por exemplo (APA, 2014, p. 280).

Para o critério B, o Manual DSM-5 registra a necessidade de que nove ou mais dos sintomas a seguir sejam evidenciados em qualquer das categorias que se seguem:

- Sintomas de intrusão: envolvendo “lembranças angustiantes recorrentes, involuntárias e intrusivas” sobre o evento; “sonhos angustiantes recorrentes”; “reações dissociativas” como *flashbacks*; “sofrimento psicológico intenso ou prolongado ou reações fisiológicas acentuadas”;
- Humor negativo: relacionado à “incapacidade persistente de vivenciar emoções positivas”;
- Sintomas dissociativos: relacionados ao “senso de realidade alterado” e/ou à “incapacidade de recordar um aspecto importante do evento traumático”;
- Sintomas de evitação: podem estar associados a “esforços para evitar recordações, pensamentos ou sentimentos angustiantes” ou mesmo no sentido de se esquivar de lembranças que despertem essas “recordações, pensamentos ou sentimentos angustiantes” associados ao evento;

– Sintomas de excitação: envolvem “perturbação do sono”, comportamento irritadiço e surtos de raiva”, “hipervigilância”, problemas de concentração” e “resposta de sobressalto exagerada”. (APA, 2014, p. 281).

Para que os critérios diagnósticos do transtorno sejam satisfeitos, é preciso ainda que a duração da perturbação (sintomas do Critério B) ocorra a partir de três dias a um mês depois do trauma; a perturbação deve ocasionar sofrimento que atrapalhe o funcionamento do indivíduo nos âmbitos social, profissional ou em outras áreas de relevância para ele; e, ainda, não pode haver interferência de substâncias que possam causar a perturbação por meio de efeitos fisiológicos.

Em se tratando de somatização, vale assinalar o papel da Psicossomática, que surgiu a partir da expressão criada por Heinroth (1918 *apud* Mello Filho; Burd, 2009), como resultado de estruturas decorrentes do século XIX. Sua consolidação se dá por volta da metade do século XX, por Alexander e pela Escola de Chicago. Em termos de evolução, a Psicossomática passou por três fases (Mello Filho; Burd, 2009, p. 26):

- a) inicial, ou psicanalítica, com predomínio dos estudos sobre a gênese inconsciente das enfermidades, sobre as teorias da regressão e sobre os benefícios secundários do adoecer, entre outras;
- b) intermediária, ou behaviorista, caracterizada pelo estímulo à pesquisa em homens e animais, tentando enquadrar os achados à luz das ciências exatas e dando um grande estímulo aos estudos sobre estresse;
- c) atual ou multidisciplinar, em que vem emergindo a importância do social e da visão da Psicossomática como uma atividade essencialmente de interação, de interconexão entre vários profissionais de saúde.

Resumidamente, a Psicossomática é um conjunto de convicções em termos de saúde e das práticas que a promovem, além do próprio adoecer. É tanto um campo de pesquisas quanto a prática delas, constituindo as atividades de uma medicina plena, que abre as portas para enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos, etc., demarcando um perfil multidisciplinar. Engloba fenômenos de saúde como a invalidez, a morte, o adoecer e as doenças agudas e crônicas (Mello Filho; Burd, 2009).

Nesse contexto, esta investigação teve por objetivo avaliar a relação entre vivências psicológicas traumáticas vivenciadas na infância, na adolescência e na vida adulta e sua associação com o desenvolvimento de quadros de endometriose.

MÉTODO

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo de caráter exploratório, o que pressupõe uma investigação empírica com a finalidade de desenvolver hipóteses e de familiarizar o pesquisador com determinado fenômeno, possibilitando um campo de pesquisa mais detalhado, além de ampliar ou mesmo alterar a compreensão de determinado conceito. O procedimento visou a análise de dados que proporcionassem descrições tanto quantitativas como qualitativas do fenômeno em estudo e a conceituação de suas interrelações (Marconi; Lakatos, 2021, 2022).

O texto ora apresentado buscou a avaliação de informações relacionadas ao quadro de endometriose, de forma que possíveis interrelações com vivências psicológicas fossem identificadas. A pesquisa foi submetida ao e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, sob parecer número 5.408.601.

Participaram do estudo 72 mulheres que declararam apresentar endometriose. As participantes responderam a um questionário eletrônico especialmente organizado para a coleta de dados da pesquisa, disponibilizado na Internet em *sites* de grupos de apoio ao referido quadro clínico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados foram obtidos por meio de um questionário semiestruturado elaborado na plataforma *Google Forms*, o qual foi disponibilizado na Internet em *sites* de grupos de apoio a pacientes de endometriose.

Os dados quantitativos foram organizados de acordo com sua categoria. Ao final do questionário, as participantes responderam duas perguntas que forneceram dados qualitativos, sintetizados em dois textos corridos.

Inicialmente, optou-se pela apresentação das informações sociodemográficas das participantes, para a seguir serem expostos os dados do objeto do estudo.

Tabela 1. Faixa etária das participantes.

Faixa etária	%	n
até 20 anos	2,8	2
21 a 30 anos	12,5	9
31 a 40 anos	56,9	41
41 a 50 anos	23,6	17
51 a 60 anos	2,8	2
61 anos ou mais	1,4	1
Total	100	72

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Tabela 2. Escolaridade das participantes.

Escolaridade	%	n
Fundamental incompleto	1,4	1
Fundamental completo	2,8	2
Médio incompleto	2,8	2
Médio completo	25,0	18
Superior incompleto	11,1	8
Superior completo	56,9	41
Total	100	72

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Tabela 3. Estado de origem das participantes.

Estado de origem	%	n
São Paulo	37,5	27
Minas Gerais	11,1	8
Paraná	11,1	8
Rio de Janeiro	11,1	8
Rio Grande do Sul	5,6	4
Bahia	4,1	3
Paraíba	4,1	3
Ceará	2,8	2
Pará	2,8	2
Alagoas	1,4	1
Distrito Federal	1,4	1
Maranhão	1,4	1
Mato Grosso do Sul	1,4	1
Pernambuco	1,4	1
Santa Catarina	1,4	1
Sergipe	1,4	1
Total	100	72

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De acordo com os dados sociodemográficos observados nas Tabelas 1, 2 e 3, o perfil predominante das participantes do estudo é de mulheres com idade entre 31 e 40 anos (56,9%

- n =41), com escolaridade em nível superior (56,9% - n =41) e oriundas do Estado de São Paulo (37,5% - n=27).

Tabela 4. Faixa etária do surgimento dos sintomas e diagnóstico.

Idade	Surgimento dos sintomas		Diagnóstico	
	%	n	%	n
até 10 anos	2,8	2	2,8	2
11 a 20 anos	51,4	37	5,6	4
21 a 30 anos	22,2	16	33,3	24
31 a 40 anos	20,8	15	45,8	33
41 a 50 anos	2,8	2	11,1	8
51 anos ou mais	-	-	1,4	1
Total	100	72	100	

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A partir dos dados da Tabela 4, observa-se que aproximadamente metade das participantes assinalaram o início dos sintomas na faixa etária entre 11 e 20 anos (51,4% - n=37), seguido do período entre 21 e 40 anos (perfazendo um total de 43% (n=31), ou seja, os sintomas foram percebidos entre a ocorrência da menarca e o momento em que a maioria das mulheres inicia a atividade sexual. Além disso, observa-se que nessa mesma faixa etária (entre 11 e 40 anos) ocorre a maior parte dos diagnósticos de endometriose.

Arruda *et al.* (2003), em pesquisa com 180 mulheres, observaram que a média de idade relatada para o início dos sintomas foi de 20,5 anos, sendo a variação entre 14,0 e 27,5 anos. Além disso, os autores têm como resultado que a média de idade do diagnóstico de endometriose foi de 33,0 anos, variando entre 29,0 e 39,0 anos.

Tabela 5. Quadro ou sintoma psicológico antes dos sintomas de endometriose.

Quadro ou Sintoma	%	n
*Não apresentava	59,7	43
Ansiedade	15,3	11
Depressão	11,1	8
Quadro de pânico	2,8	2
*Transtorno misto	1,4	1
* <i>Borderline</i>	1,4	1
Insônia	1,4	1
*Não sabia	1,4	1
*Sim (sem especificar)	2,8	2
*Sim (sem diagnóstico)	1,4	1

* Alternativas adicionadas pelas participantes.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Tabela 6. Quadros experienciados pelas participantes após vivência de endometriose

Quadro ou sintoma	%	n
Ansiedade	56,9	41
Insônia	47,2	34
Depressão	43,1	31
Transtorno de pânico	15,3	11
Isolamento	1,4	1
Tristeza	1,4	1
Fobia social	1,4	1
Sem resposta	9,7	7

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os dados da Tabela 5 apontam maior incidência de relatos das participantes de não vivenciar quadros psicológicos ou emocionais antes da experiência de sintomas associados à endometriose (59,7% - n=43). Entretanto, as informações expressas na Tabela 6 demonstram a incidência de variados quadros ou sintomas psicológicos ou emocionais nas mulheres que participaram da pesquisa, sendo os mais incidentes as experiências com ansiedade (56,9% - n=41), insônia (47,2% - n=34) e depressão (42,1% - n=31).

Tabela 7. Histórico das vivências das participantes.

Vivências	Infância		Adolescência		Vida Adulta	
	%	n	%	n	%	n
Conflito familiar	54,2	39	58,3	42	63,9	46
Luto	6,9	5	20,8	15	43,1	31
Desemprego	22,2	16	8,3	6	41,7	30
Separação	15,3	11	15,3	11	30,5	22
Abuso psicológico	18,0	13	26,4	19	27,8	20
Doença grave	1,4	1	11,1	8	19,4	14
Aborto	-	-	-	-	19,4	14
Assalto	-	-	2,8	2	16,7	12
Violência doméstica	11,1	8	9,7	7	6,9	5
Abuso sexual	13,9	10	19,4	14	2,8	2
*Assédio sexual	-	-	-	-	1,4	1
*Assédio moral	-	-	-	-	1,4	1
*Acidente	-	-	-	-	1,4	1
*Pobreza	1,4	1	1,4	1	-	-
*Doença de Crohn	-	-	1,4	1	-	-
*Trabalho infantil	1,4	1	-	-	-	-
*Solidão	1,4	1	-	-	-	-
*Carência paterna	1,4	1	-	-	-	-
Respostas em branco (sem ocorrências)	4,2	3	22,2	16	8,3	6

* Alternativas adicionadas pelas participantes.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A Tabela 7 apresenta possíveis experiências traumáticas que podem ser vivenciadas em três momentos do ciclo vital: infância, adolescência e vida adulta. Observa-se que o conflito familiar se configura como a vivência intensa mais frequente nesses três períodos de vida. Portanto, pode-se inferir que há alguma relação entre conflitos familiares e o desenvolvimento de quadros de endometriose, ou pelo menos sua influência nesse quadro clínico. As demais categorias das respostas apresentam certa variação em relação ao período de vida. Em linhas gerais, experiências na vida adulta mostram-se mais frequentes e, possivelmente, com maior possibilidade de influenciar quadros clínicos diversos, inclusive a endometriose.

Ao final do questionário, as participantes foram convidadas a se expressar sobre os processos que vivenciaram e sobre como lidaram com eles. Essas respostas foram sintetizadas em um texto corrido com base nos relatos de suas vivências gerais e, mais especificamente, em relação ao quadro clínico de endometriose.

Ao comentar suas experiências de vida, um grupo de participantes (n=16) declarou que não havia lidado com a questão até o momento da pesquisa. As demais que responderam à questão declararam ter obtido suporte por meio de terapia (n=8), pela fé (n=4) e pelo apoio de familiares e amigos (n=1). O auxílio psiquiátrico também foi mencionado (n=1).

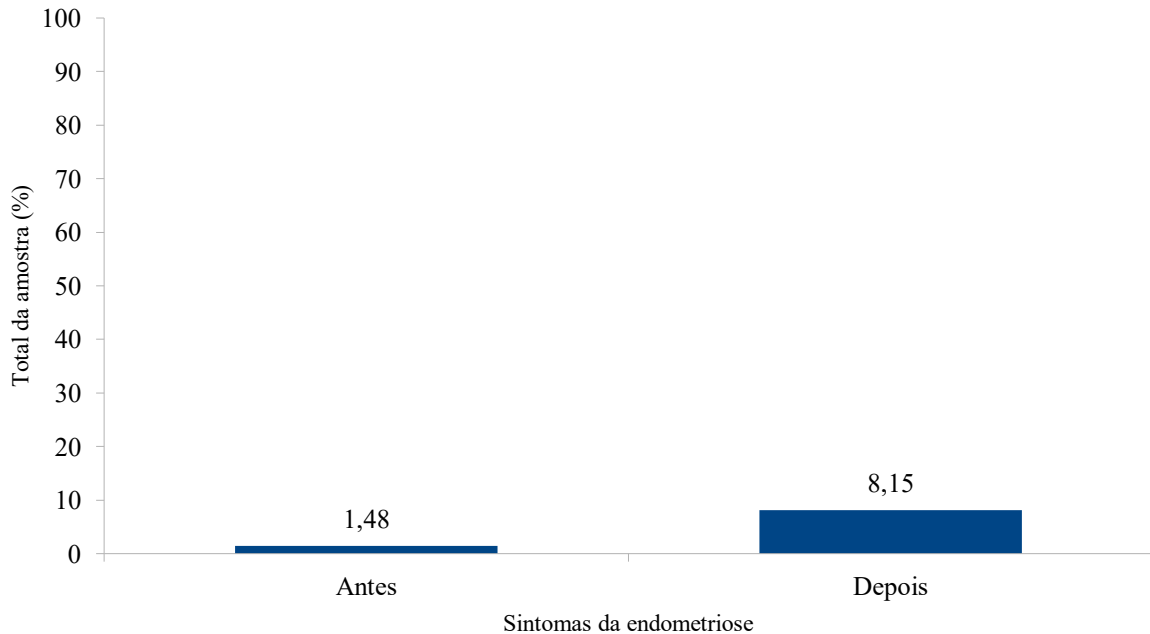
Por fim, as participantes tiveram espaço para trazer qualquer informação que considerasse importante sobre o assunto. Essas informações foram agrupadas por similaridade e sintetizadas, conforme segue:

As participantes da pesquisa deixaram registrado que a endometriose é uma doença de diagnóstico tardio, carecendo do parecer de mais de um profissional de saúde para se chegar ao diagnóstico mais rapidamente. Em relação ao diagnóstico, elas citam o despreparo por parte dos médicos, inclusive dos especialistas (ginecologistas). Outro aspecto que as afeta é a falta de apoio e de empatia por parte daqueles que estão a sua volta, já que não compreendem a doença e não levam a sério os sintomas. Alguns relatos correlacionaram a doença com o perfil de zelo excessivo por organização, quadro de ansiedade, impaciência e estresse, colaborando, segundo elas, para o aumento dos sintomas. Houve destaque para o desespero que sentem diante de uma doença que não tem cura e que causa uma morte lenta e contínua da mente e do corpo.

Os resultados mais importantes desta pesquisa envolveram o desenvolvimento de quadros psicológicos devido à endometriose. As respostas relacionadas à preexistência de quadros psicológicos foram comparadas com o desenvolvimento de algum desses quadros devido à doença. Assim, foi possível agrupar as respostas, obtendo dados que permitiram a composição gráfica de comparativos das categorias prevalentes: depressão, ansiedade e pânico.

O Gráfico 1 apresenta o comparativo entre as participantes que já apresentavam quadro de pânico e as que desenvolveram esse quadro após o surgimento dos sintomas da endometriose.

Gráfico 1 – Quadros de Pânico



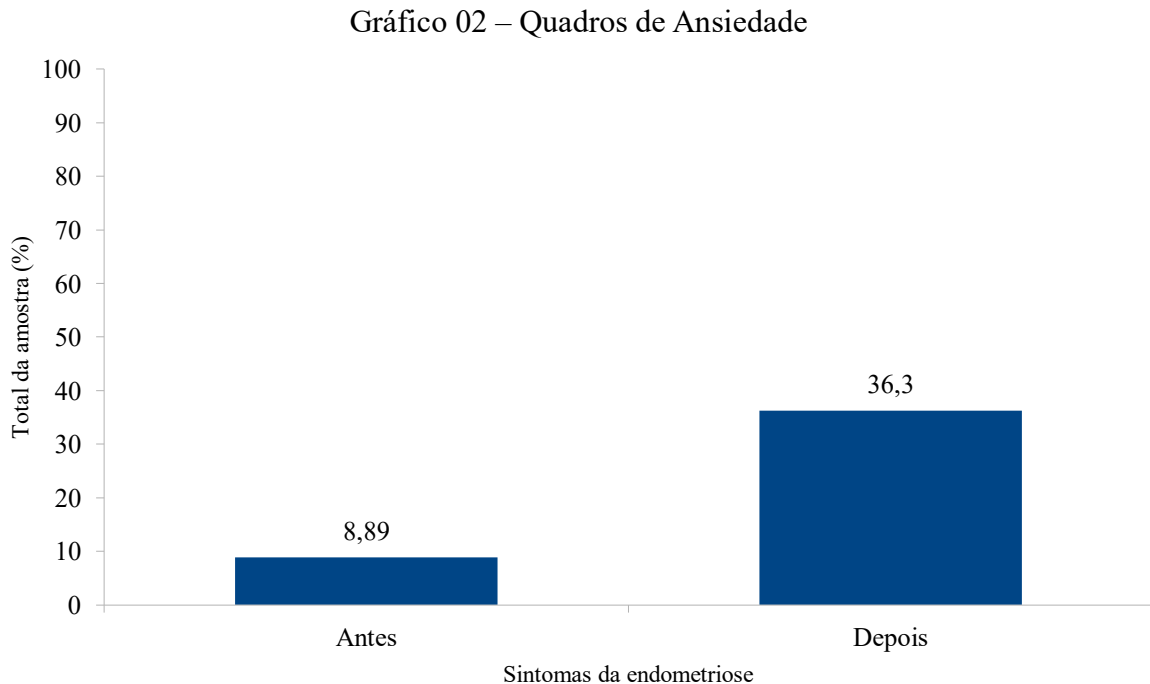
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Esse comparativo demonstra a ocorrência do aumento dos quadros de pânico após o surgimento dos sintomas da doença. A literatura consultada não apresentou índices de relação entre o pânico e a endometriose.

O medo também faz parte do repertório de fatores emocionais relacionados à endometriose. O Manual DSM-5 (APA, 2014, p. 189) especifica o medo como uma “resposta emocional à ameaça iminente, real ou percebida”, estando associado com maior frequência a “períodos de excitabilidade autonômica aumentada”, característica do organismo associada ao comportamento de luta ou fuga frente a ameaças, “pensamentos de perigo imediato e comportamentos de fuga”. Cox *et al.* (2003) descrevem que a luta das mulheres diagnosticadas continua, a despeito das dores e de outros sintomas, pois quanto mais se informam sobre a doença, maior é o medo de que nunca ficarão livres da dor, nunca serão férteis e nem terão uma vida normal, já que ainda não existe um tratamento totalmente satisfatório e que a doença apresenta um alto nível de reincidência. Ademais, as autoras registram que quando as pacientes

apresentam fatores psicológicos subjacentes ou conflitos que causam os sintomas da doença, ocorre a prevalência da somatização, mais do que a presença de uma doença física real.

O Gráfico 2 apresenta o comparativo entre a preexistência de quadros de ansiedade e o desenvolvimento desses quadros.



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

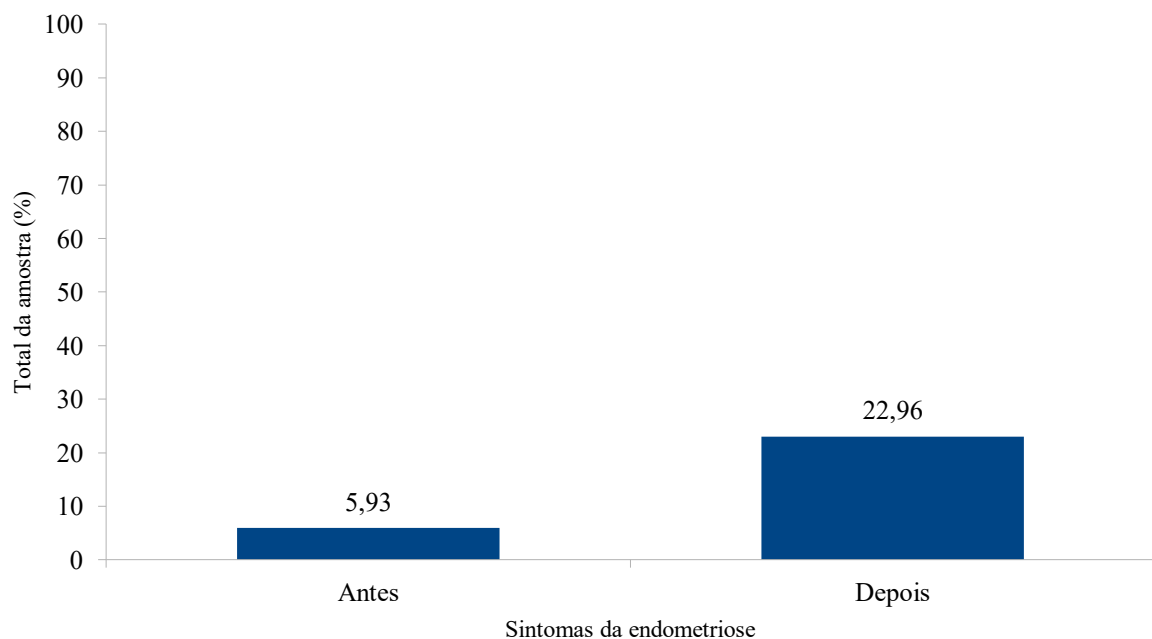
A partir das informações de que 8,89% das mulheres apresentavam quadro de ansiedade antes do surgimento dos sintomas da endometriose e que 36,30% apresentaram ansiedade após o surgimento da doença, observa-se a possibilidade de o quadro de ansiedade estar relacionado com a endometriose. Segundo os resultados de Oliveira, Brilhante e Lourinho (2018) e Silva, Medeiros e Marqui (2016), a endometriose está relacionada à ansiedade, principalmente por conta das dores, o que fortalece a percepção da importância do cuidado psicoterapêutico nesses casos.

A ansiedade, pelo registro de Silva, Medeiros e Marqui (2016), apresenta direta correlação com as experiências vivenciadas pela paciente, apresentando características tanto psicológicas como fisiológicas. É um estado emocional que pode acometer o indivíduo isoladamente ou em simultaneidade com outros transtornos, como a depressão, por exemplo. Apesar de poder ser uma manifestação normal do ser em decorrência de sua possível desproporcionalidade frente a uma “situação gatilho”, a ansiedade pode ser considerada

patológica em diversos níveis, ainda que se manifeste na ausência de qualquer situação que a motive. O Manual DSM-5 (APA, 2014, p. 189) define a ansiedade como “a antecipação de ameaça futura”, apresentando como sintoma “tensão muscular”, sustentando a “vigilância em percepção para perigo futuro”, além de “comportamentos de cautela ou esquiva”.

O Gráfico 3 traz o comparativo entre os quadros de depressão antes e depois do surgimento dos sintomas da endometriose.

Gráfico 3 – Quadros de depressão



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Constatou-se por esse comparativo um aumento no número de participantes que desenvolveram quadro de depressão após o surgimento dos sintomas da endometriose. Em publicações como as de Oliveira, Brilhante e Lourinho (2018), Silva *et al.* (2016) e Lorençatto *et al.* (2002), o aumento da incidência de casos de depressão também é registrado, apontando para a importância do acompanhamento psicológico.

Em se tratando de depressão e sofrimento, Siedentopf *et al.* (2008, p. 451) mencionam que “os dados disponíveis para possíveis marcadores sorológicos da depressão” revelam que a “expressão imunológica de um aumento no grau de depressão e sofrimento em pacientes de endometriose” podem ser assumidos como consideráveis. Esses dados se traduzem, conforme

os autores, num círculo vicioso de percepção, provavelmente presente em pacientes de endometriose. Esse círculo vicioso de percepção remete à inflamação proporcionada pela doença e ao aumento da percepção do estresse, além do comprometimento da qualidade de vida, sustentados pelas consequências das dores crônicas e da infertilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada para este estudo permitiu refletir sobre diversas informações relacionadas à endometriose, bem como sobre a vivência de mulheres acometidas por essa condição. A maioria dos dados levantados corroboraram a literatura pesquisada e disponível sobre a temática.

Em termos de vivências psicológicas, a endometriose é uma doença de impacto significativo nos mais diversos âmbitos da vida da mulher, comprometendo a qualidade de vida em termos de fertilidade, relações sexuais, relacionamentos, trabalho e diversas outras atividades. Esse cenário mostra-se desfavorável para a mulher acometida pela enfermidade, que pode, em algum momento, apresentar problemas mentais como transtornos depressivos, de ansiedade e pânico. Em decorrência dessa situação, o acompanhamento psicológico para esse público se mostra extremamente relevante.

Os dados aqui expostos referem-se ao grupo pesquisado e não permitem, inicialmente, generalizações. Assim, o aprofundamento da temática se faz necessário, podendo contemplar, por exemplo, protocolos de atendimento ou o modo como as diversas abordagens em Psicologia podem contribuir para a melhora na qualidade de vida das mulheres acometidas por endometriose, e mesmo permitir uma aproximação maior ao cerne das questões envolvendo essa doença.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual DSM-5 de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARRUDA, M. S.; PETTA, C. A.; ABRÃO, M. S.; BENETTI-PINTO, C. L. Time elapsed from onset of symptoms to diagnosis of endometriosis in a cohort study of Brazilian women. **Human Reproduction**, v. 18, n. 4, p. 756-759, 2003. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12660267/> Acesso em: 17 out. 2022.

CARDOSO, J. V.; MACHADO, D. E.; DA SILVA, M. C.; BERARDO, P. T.; FERRARI, R.; ABRÃO, M. S.; PERINI, J. A. Epidemiological profile of women with endometriosis: a retrospective descriptive study. **Revista Brasileira de Saúde Materno- Infantil**, Recife, v. 20, n. 4, p. 1057-1067, 2020. Disponível

em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-38292020000401057&lng=en&nrm=iso Acesso em: 24 maio 2021.

CORNILLIE, F. J.; OOSTERLYNCK, D.; LAUWERYNS, J. M.; KONINCKX, P. R. Deeply infiltrating pelvic endometriosis: histology and clinical significance. **Fertility and sterility**, v. 53, n. 6, p. 978-983, Jun. 1990. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0015028216535705?via%3Dihub> Acesso em: 12 nov. 2021.

COX, H.; HENDERSON, L.; ANDERSEN, N.; CAGLIARINI, G.; SKI, C. Focus group study of endometriosis: struggle, loss and the medical merry-go-round. **International Journal of Nursing Practice**, v. 9, n. 1, p. 2-9, 2003. Disponível em:

<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/12588614/> Acesso em: 11 nov. 2021.

DUCCINI, E. C.; SILVA, M. Q.; DE MATOS, F. P. R. T.; SIQUEIRA, R. B. L.; LUNA, V. G. L. T. Endometriose: uma causa da infertilidade feminina e seu tratamento. **Revista Caderno de Medicina**, v. 2, n. 2, p. 46-55, 2019. Disponível em:

<https://www.unifeso.edu.br/revista/index.php/cadernosdemedicinaunifeso/article/view/1393> Acesso em: 10 nov. 2021.

FONSECA, F. C. A., COELHO, R. Z., NICOLATO, R., MALLOY-DINIZ, L. F., da SILVA FILHO, H. C. A influência de fatores emocionais sobre a hipertensão arterial. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 58, n. 2, p. 128-134, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/jbpsiq/a/CKrxBnS4hMw3dztH9mdjJpJ/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 10 nov. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

MELLO FILHO, J.; BURD, M. **Psicossomática Hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Endometriose: uma em cada 10 mulheres sofre com os sintomas**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/endometriose-uma-a-cada-10-mulheres-sofre-com-os-sintomas>.

Acesso em: 21 abril 2022.

OLIVEIRA, L. A. F.; BRILHANTE, A. V. M.; LOURINHO, L. A. Relação entre ocorrência de endometriose e sofrimento psíquico. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 31, n. 4, 2018. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/8755> Acesso em: 24 out. 2022.

RAMOS, L.; FERREIRA, E. A. P. Emotional factors, life quality and adhesion of treatment in adult with diabetes type 2. **Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano**, v. 21, n. 3, p. 867-877, 2011. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/317462878_Emotional_factors_life_quality_and_adhesion_of_treatment_in_adult_with_diabetes_type_2 Acesso em: 10 nov. 2021.

SALVADOR, M. C. El trauma psicológico: un proceso neurofisiológico con consecuencias psicológicas. **Revista de Psicoterapia**, La Rioja, v. 20, n. 80, p. 5-16, 2009. Disponível em: <https://ojs.revistadepsicoterapia.com/index.php/rdp/article/view/835> Acesso em: 10 nov. 2021.

SIEDENTOPF, F.; TARIVERDIAN, N.; RÜCKE, M.; KENTENICH, H.; ARCK, P. C. Immune Status, Psychosocial Distress and Reduced Quality of Life in Infertile Patients with Endometriosis. **American Journal of Reproductive Immunology**, v. 60, n. 5, p. 449-461, 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19238750/> Acesso em: 15 nov. 2021.

SILVA, M. P. C., MEDEIROS, B. Q., MARQUI, A. B. T. Depressão e Ansiedade em Mulheres com Endometriose: Uma Revisão Crítica da Literatura. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 20, n. 2, p. 226-223, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/34308> Acesso em: 10 nov. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Endometriosis**. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/endometriosis> Acesso em: 21 abril 2022.

AVALIAÇÃO DE ALUNOS INGRESSANTES DO CURSO DE PSICOLOGIA PELA BATERIA FATORIAL DE PERSONALIDADE¹

Daniel José Eliseu dos Santos

Paulo Francisco de Castro

TEORIA

Devido à importância da área de avaliação psicológica e em virtude de algumas dificuldades técnicas e éticas observadas no manuseio e na utilização de diferentes instrumentos de avaliação psicológica, o Conselho Federal de Psicologia - CFP - normatizou a utilização de testes psicológicos por meio das Resoluções 002/2003 e 005/2012, que aportaram um conjunto de critérios necessários para que um teste fosse considerado válido no Brasil. No conjunto de ações definidas pelas resoluções, encontra-se o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos, identificado como SATEPSI, disponível no próprio site do CFP, que apresenta uma lista de instrumentos aprovados para uso e que deve ser consultada pelos profissionais para a verificação da permissão de uso das diferentes técnicas (CFP, 2003, 2012).

A criação do SATEPSI, apesar de ter gerado algumas controvérsias na área, pode ser considerada um avanço, pois determinou uma melhora do padrão de qualidade dos instrumentos de avaliação psicológica e maior atenção por parte dos autores e das editoras no sentido de atender às normas impostas pelas resoluções do CFP. Como resultado, houve a ampliação de pesquisas na área e o consequente aumento das publicações sobre o tema (Pacanaro *et al.*, 2013).

Nesse cenário, e diante de calorosas discussões sobre os critérios de avaliação dos testes e do próprio SATEPSI, o CFP (2011) decidiu instituir, no período entre 2011/2012, o ano temático da avaliação psicológica, que se configura como de central importância na identidade profissional do psicólogo.

Personalidade: uma tentativa de definição

Buscar uma definição única para o conceito de personalidade não é tarefa simples, pois se trata de um construto cuja caracterização depende das bases teóricas que norteiam sua

¹ APOIO: PIBIC/UNITAU – Programa de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté.

compreensão, cada qual com uma visão própria de homem, pautada nos fundamentos da teoria utilizada para a construção do conceito.

Considerando-se as questões históricas na tentativa de compreensão da personalidade, Feist e Feist (2008) afirmam que durante séculos buscou-se a compreensão da natureza humana e um dos aspectos cruciais para essa compreensão centrou-se na definição da personalidade dos indivíduos. Rodrigues e Gonçalves (2004) traçam um percurso da busca da identificação da personalidade e assinalam que desde a Antiguidade são observadas tentativas de definição desse tema. Dividem o longo período de reflexões em três momentos, que se associam à concepção científica predominante em cada época.

A despeito da dificuldade de se conceituar personalidade e do consenso entre diferentes autores em afirmar que não existe uma definição única devido à diversidade teórica e à complexidade do construto, é fato reconhecido que a personalidade define os indivíduos como seres complexos em sua totalidade de características. Trata-se de um dos principais aspectos psicológicos observados nos indivíduos, de uma característica fundamental que determina o comportamento e a maneira pela qual estes reagem às experiências ao longo da vida (Pervin; John, 2004; Schultz; Schultz, 2002).

Schultz e Schultz (2002) confirmam a dificuldade para definir o termo, mas esclarecem que a personalidade pode ser compreendida como a interação entre o conjunto de características relativamente estáveis e previsíveis dos indivíduos com os aspectos situacionais decorrentes das vivências cotidianas, que diferencia os indivíduos entre si. Resumem essa proposta afirmando que a personalidade “é um agrupamento permanente e peculiar de características que podem mudar em resposta a situações diferentes” (Schultz; Schultz, 2002, p.9).

Várias são as possibilidades de agrupamento das teorias sobre personalidade. Cada estudioso propõe uma classificação diferente, de acordo com as proposições apresentadas pelos autores. Seguindo uma postura clássica e generalista, pode-se considerar três grandes grupos que agregam vários autores:

- a) concepção psicanalítica ou psicodinâmica, que foca sua compreensão na existência e na importância dos conteúdos inconscientes na composição das características de personalidade;
- b) concepção comportamental, cognitiva ou de aprendizagem, que situa a personalidade com ênfase nos processos decorrentes da interação do indivíduo com o ambiente nas suas mais diferentes formas; e

c) concepção existencial ou humanista, que estabelece o desenvolvimento da personalidade a partir de componentes motivacionais e relacionais únicos para cada indivíduo (Feist; Feist, 2008; Pervin; John, 2004; Rodrigues; Gonçalves, 2004; Schultz; Schultz, 2002).

Avaliação da personalidade

Em vários contextos de avaliação psicológica, a investigação de características da personalidade compõe um dos elementos centrais na compreensão psíquica da pessoa avaliada. Para uma avaliação compreensiva das características da personalidade, pode-se utilizar testes psicológicos para aprofundar e contextualizar as informações necessárias à interpretação global dos dados levantados.

As bases teóricas também influenciam a opção pela melhor estratégia para a identificação de aspectos de personalidade. Teorias psicodinâmicas podem supor a utilização de técnicas projetivas, enquanto outras abordagens estão associadas à investigação com instrumentos de cunho expressivo ou psicométrico, este último com forte tendência à utilização de teorias fatoriais sobre personalidade (Feist; Feist, 2008; Mansur-Alves; Silva, 2011; Pervin; John, 2004; Schultz; Schultz, 2002).

Existe uma grande variedade de instrumentos de avaliação psicológica com o objetivo de investigar informações sobre a personalidade, que podem ser classificados de acordo com os procedimentos utilizados para o levantamento de dados. Uma das possibilidades de classificação está voltada para a distinção entre testes objetivos, expressivos e projetivos.

Os testes objetivos seguem fundamentação e organização psicométrica, obedecendo às especificações técnicas necessárias para a validação dos itens do instrumento. Devem passar por rigorosos estudos de precisão para que os resultados possam ser confiáveis, e usualmente são constituídos na estrutura de autorrelato.

Os testes expressivos utilizam informações obtidas do grafismo observado a partir do registro dos movimentos dos indivíduos. Prestam-se à avaliação da personalidade a partir de medidas de dispersão e assumem a posição de que o psiquismo interfere na realização de movimentos repetitivos.

Por fim, os testes projetivos, com base psicodinâmica, utilizam material ambíguo para identificar o simbolismo dos conteúdos inconscientes e relacionais por meio de respostas, histórias, desenhos ou outros materiais subjetivos produzidos pelo avaliado que permitem a livre manifestação de conteúdos psíquicos (Anastasi; Urbina, 2000; Hogan, 2006; Mansur-Alves; Silva, 2011; Urbina, 2007).

A despeito dessas classificações, Formiga e Mello (2000) apresentaram discussão sobre a metodologia aplicada para avaliar a personalidade, contrapondo os conceitos e metodologias psicométricas e projetivas nos instrumentos utilizados para essa avaliação.

Isso posto, define-se que o objetivo deste estudo é avaliar características de personalidade em um grupo de alunos ingressantes de um Curso de Psicologia utilizando-se a Bateria Fatorial de Personalidade – BFP.

MÉTODO

Delineamento

O presente estudo pode ser classificado como pesquisa de campo, já que visou aprofundar-se nas questões propostas e não se limitou geograficamente a uma população, focalizando uma comunidade de trabalho. Ademais, o estudo teve caráter exploratório, visto que sua principal característica foi buscar maior aproximação com determinado problema, para esclarecê-lo e construir hipóteses sobre ele (Gil, 2008).

De acordo com Günther (2006), uma pesquisa quantitativa visa uma prática laboratorial, buscando controle restrito sobre determinado ambiente, eliminando variáveis. Por outro lado, a pesquisa qualitativa pretende estudar o fenômeno em seu contexto natural, não havendo nenhuma tentativa de controle de variáveis, entendendo que todas as mutações no ambiente são importantes. Em vista disso, o presente estudo se caracteriza como qualitativo.

Material

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de dados secundários dos relatórios de avaliação psicológica. Foram analisados os resultados de 601 testes da Bateria Fatorial da Personalidade - BFP - aplicados no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Avaliação Psicológica – LabAval. Os testes selecionados e analisados fazem parte do banco de dados para pesquisas em avaliação psicológica, organizado a partir de aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisas da Universidade de Taubaté, sob protocolo CEP/UNITAU nº 049/09, que tratou da organização das atividades práticas supervisionadas no LabAval e da criação de um banco de dados para pesquisas em Avaliação Psicológica.

Os relatórios sobre avaliação da personalidade foram obtidos a partir da aplicação dos testes a indivíduos adultos, alunos ingressantes do Curso de Psicologia, do primeiro e segundo anos do referido curso.

Bateria Fatorial de Personalidade – BFP

A partir das informações contidas no manual técnico da BFP (Nunes; Hutz; Nunes, 2010), tem-se:

Autoria: Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes, Claudio Simon Hutz e Mariana Farias Oliveira Nunes.

Caracterização do instrumento: teste psicométrico, com fundamentação na teoria dos Cinco Grandes Fatores de Personalidade (CGF) que permite a avaliação, de acordo com as bases teóricas, de cinco aspectos da personalidade, denominados fatores, e de seus componentes, designados como facetas.

Descrição do instrumento: composto por 126 itens, formulados como afirmativas que devem ser classificadas pelo próprio respondente em uma escala Likert de sete pontos, desde “descreve-me muito mal” até “descreve-me muito bem”.

Público a que se destina: adultos, com nível de ensino a partir do Fundamental.

Técnica de aplicação: individual ou coletiva. Procede-se a leitura das instruções de acordo com as normas técnicas de aplicação. A leitura é realizada em um caderno de questões, que são respondidas em folhas próprias para essa finalidade.

Procedimentos de correção ou análise: as respostas são pontuadas de forma direta ou invertida, de acordo com sua natureza. Os pontos são agrupados nas facetas que compõem os fatores para a avaliação da personalidade, segundo os dados normativos para cada aspecto interpretativo para a avaliação dos cinco fatores.

Indicações de interpretação: avalia elementos de personalidade relacionados a extroversão, socialização, realização, neuroticismo e abertura a experiências, bem como elementos dos diversos aspectos que compõem cada um deles.

Procedimento para a coleta de dados

Inicialmente, os dados que constam nos relatórios arquivados no Banco de Dados de Pesquisa em Avaliação Psicológica do LabAval foram verificados para garantir a correção adequada das respostas obtidas na BFP. Após a conferência da correção, os dados dos testes foram lançados em planilhas para a realização do tratamento estatístico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados foram analisados por meio de tratamento estatístico descritivo dos escores ponderados da BFP, com vistas à identificação das características comuns e mais frequentes da personalidade dos acadêmicos. Para descrever o perfil da amostra foram elaboradas tabelas de frequência, com valores de frequência absoluta (n) e relativa (%) das variáveis categóricas (sexo e classificação dos itens do teste de personalidade) e calculadas as estatísticas descritivas (com medidas de posição e dispersão – média, desvio-padrão, valores mínimo, máximo, mediana e quartis) das variáveis numéricas (idade e escores dos itens do teste de personalidade).

Para comparação entre as variáveis categóricas foram utilizados os testes Qui-Quadrado ou exato de Fisher (para valores esperados menores que 5). Para comparar as variáveis numéricas entre os sexos (masculino e feminino) foi usado o teste de Mann-Whitney (para 2 grupos), devido à ausência de distribuição normal das variáveis. O nível de significância adotado para os testes estatísticos foi de 5% ($p < 0.05$).

De acordo com dados do manual técnico (Nunes; Hutz; Nunes, 2010), foram incluídos na análise os cinco fatores de interpretação do instrumento, a saber:

- Neuroticismo - que avalia como o indivíduo vivencia a vulnerabilidade ao sofrimento psicológico, além da ênfase dada aos eventos negativos;
- Extroversão - que indica elementos de busca de contato externo, confiança nos demais, senso de aproximação e intimidade. Revela atividade e capacidade de externalizar conteúdos e sentimentos.
- Socialização - que se relaciona ao desenvolvimento psicossocial, avalia a confiança depositada nos indivíduos, o otimismo e a positividade nas relações sociais.
- Realização - que indica motivação para o sucesso, perseverança, capacidade de planejamento, busca por alcançar objetivos e direcionamento para atividades e ações.
- Abertura - que se refere aos comportamentos para exploração e reconhecimento da importância de novas experiências e vivências, além do comum.

Além dos cinco fatores, que foram centrais na análise da BFP de acordo com o referencial teórico utilizado, foi possível a identificação e a análise das facetas componentes de cada fator.

A seguir, apresentam-se as tabelas com os resultados da análise estatística.

Tabela 1. Estatística descritiva dos dados de idade e Extroversão.

Variav.	Média	D.P.	Média Normas	Mín	Q1	Mediana	Q3	Máx
Idade	23,01	7,46	-	18,00	19,00	20,00	24,00	67,00
E EB	4,98	0,91	4,86	1,35	3,70	4,28	4,91	6,82
E Class	46,92	28,97	-	5,00	20,00	45,00	75,00	95,00
E1 EB	4,10	1,33	4,33	1,00	3,16	4,16	5,16	7,00
E1 Class	45,81	29,20	-	5,00	20,00	45,00	70,00	95,00
E2 EB	3,69	1,04	3,57	1,14	3,00	3,71	4,42	6,85
E2 Class	50,99	28,05	-	5,00	30,00	55,00	75,00	95,00
E3 EB	4,53	1,01	4,80	1,00	3,80	4,60	5,20	7,00
E3 Class	42,72	27,08	-	5,00	15,00	45,00	65,00	95,00
E4 EB	4,81	1,11	4,86	1,00	4,00	4,85	5,71	7,00
E4 Class	48,38	28,91	-	5,00	20,00	50,00	75,00	95,00

Legenda: EB – Escore bruto.

Class – Classificação.

E – Extroversão.

E1 – Nível de comunicação.

E 2 – Altez.

E 3 – Dinamismo e assertividade.

E 4 – Interações sociais.

A Tabela 1 expõe dados da estatística descritiva das informações sobre idade e Extroversão, estes últimos comparados à média observada nos dados normativos da população.

Tabela 2. Classificação dos dados de Extroversão.

Variáveis		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
E Extroversão	n	101	94	<u>239</u>	86	81
	%	16,81	15,64	<u>39,77</u>	14,31	13,48
E1 Nível de comunicação	n	108	107	<u>233</u>	84	69
	%	17,97	17,80	<u>38,77</u>	13,98	11,48
E2 Altez	n	80	70	<u>274</u>	105	72
	%	13,31	11,65	<u>45,59</u>	17,47	11,98
E3 Dinamismo e assertividade	n	114	78	<u>307</u>	58	44
	%	18,97	12,98	<u>51,08</u>	9,65	7,32
E4 Interações sociais	n	93	91	<u>248</u>	84	85
	%	15,47	15,14	<u>41,26</u>	13,98	14,14

Na Tabela 2 são expressos os dados de classificação de características de Extroversão, comparados com os dados normativos do instrumento.

Tabela 3. Dados de correlação entre as variáveis do fator Extroversão com suas quatro facetas.

Variáveis	E					
	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo	
E 1	Muito alto	<u>50,62</u>	20,93	4,18	0,00	0,00
	Alto	34,57	<u>36,05</u>	10,46	0,00	0,00
	Médio	14,81	41,86	<u>66,11</u>	25,53	2,97
	Baixo	0,00	1,16	15,06	<u>46,81</u>	25,74
	Muito baixo	0,00	0,00	4,18	27,66	<u>71,29</u>
E 2	Muito alto	<u>49,38</u>	16,28	6,69	2,13	0,00
	Alto	27,16	<u>36,05</u>	17,99	9,57	0,00
	Médio	23,46	<u>43,02</u>	<u>59,00</u>	<u>53,19</u>	26,73
	Baixo	0,00	3,49	8,79	21,28	<u>25,74</u>
	Muito baixo	0,00	1,16	7,53	13,83	<u>47,52</u>
E 3	Muito alto	<u>33,33</u>	10,47	2,51	1,06	0,99
	Alto	25,93	<u>30,23</u>	4,18	1,06	0,00
	Médio	39,51	<u>55,81</u>	<u>72,38</u>	41,49	14,85
	Baixo	0,00	2,33	13,39	<u>22,34</u>	<u>22,77</u>
	Muito baixo	1,23	1,16	7,53	34,04	<u>61,39</u>
E 4	Muito alto	<u>59,26</u>	23,26	7,11	0,00	0,00
	Alto	<u>29,63</u>	26,74	13,39	5,32	0,00
	Médio	11,11	<u>46,51</u>	<u>61,51</u>	<u>44,68</u>	9,90
	Baixo	0,00	3,49	13,39	<u>36,17</u>	21,78
	Muito baixo	0,00	0,00	4,60	13,83	<u>68,32</u>

Legenda: E – Extroversão.

E 1 – Nível de comunicação.

E 2 – Altivez.

E 3 – Dinamismo e assertividade.

E 4 – Interações sociais.

Na Tabela 3 são expressos os dados de correlação entre o fator Extroversão e as quatro variáveis que o compõem, com os seguintes valores:

E x E1 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=624,82$; GL=16; $p<0,001$.

E x E2 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=346,79$; GL=16; $p<0,001$

E x E3 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=413,06$; GL=16; $p<0,001$

E x E4 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=544,87$; GL=16; $p<0,001$

Sendo assim, pode-se observar que, de acordo com a Tabela 1, os índices de Extroversão e Altivez expressos pelos alunos de Psicologia encontram-se acima da média da população normativa; por outro lado, tem-se que os níveis de Comunicação, Dinamismo e Assertividade indicaram escores abaixo da norma brasileira, e, por fim, as informações sobre Interações Sociais revelam que essa faceta se encontra com valores compatíveis com o do grupo normativo.

O fator Extroversão, de modo geral, juntamente com suas facetas, visa compreender o quão interativo interpessoalmente determinado indivíduo é, ou seja, como é sua comunicação com os outros e como se porta diante de estímulos externos que exijam exposições em público, por exemplo. Com isso, percebe-se que os alunos de Psicologia buscam contatos externos, confiam nos demais, possuem senso de aproximação, intimidade, atividade e capacidade de externalizar conteúdos e sentimentos (Nunes; Santos; Galvão, 2009).

Porém, quando os dados são analisados a partir da Tabela 2, tem-se um predomínio de valores analisados como médios. A partir dos dados da Tabela 3, observam-se valores significativos em positivos entre as variáveis.

Tabela 4. Estatística descritiva dos dados de idade e Abertura.

Variav.	Média	D.P.	Média Normas	Mín	Q1	Mediana	Q3	Máx
Idade	23,01	7,46	-	18,00	19,00	20,00	24,00	67,00
A EB	4,80	0,72	4,65	2,27	4,29	4,79	5,30	6,55
A Class	53,84	28,74	-	5,00	30,00	55,00	80,00	95,00
A1 EB	4,81	1,09	4,60	1,70	4,10	4,80	5,60	7,00
A1 Class	55,14	29,43	-	3,00	35,00	55,00	80,00	95,00
A2 EB	5,18	0,95	4,86	1,57	4,57	5,28	5,85	7,00
A2 Class	59,16	27,88	-	5,00	35,00	65,00	85,00	95,00
A3 EB	4,43	1,02	4,67	1,50	3,67	4,33	5,16	7,00
A3 Class	44,45	27,81	-	5,00	20,00	40,00	70,00	95,00

Legenda: EB – Escore bruto.

Class – Classificação.

A – Abertura.

A 1 – Abertura de Ideias.

A 2 – Liberalismo.

A 3 – Busca por novidades.

A Tabela 4 expõe dados da estatística descritiva das informações sobre idade e Abertura, estes últimos comparados à média observada nos dados normativos da população.

Tabela 5. Classificação dos dados de Abertura.

Variáveis		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
A Abertura	n	69	78	<u>241</u>	99	114
	%	11,48	12,98	<u>40,10</u>	16,47	18,97
A1 Abertura de ideias	n	79	53	<u>246</u>	98	125
	%	13,14	8,82	<u>40,93</u>	16,31	20,80
A2 Liberalismo	n	42	77	<u>219</u>	142	121
	%	6,99	12,81	<u>36,44</u>	23,63	20,13
A3 Busca por novidades	n	83	102	<u>281</u>	71	64
	%	13,81	16,97	<u>46,76</u>	11,81	10,65

Na Tabela 5 são expressos os dados de classificação sobre características de Abertura, comparados com os dados normativos do instrumento.

Tabela 6. Dados de correlação entre as variáveis do fator Abertura com suas três facetas.

Variáveis		A				
		Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo
A 1	Muito alto	<u>68,42</u>	16,67	14,91	0,00	0,00
	Alto	29,29	<u>29,29</u>	36,36	2,02	3,03
	Médio	6,22	17,84	<u>53,94</u>	11,20	10,79
	Baixo	2,56	6,41	<u>56,41</u>	14,10	20,51
	Muito baixo	1,45	2,90	27,54	<u>18,84</u>	<u>49,28</u>
A 2	Muito alto	<u>57,02</u>	29,82	13,16	0,00	0,00
	Alto	23,23	<u>36,36</u>	33,33	7,07	0,00
	Médio	11,62	25,73	<u>51,87</u>	8,30	2,49
	Baixo	3,85	12,82	37,18	<u>33,33</u>	12,82
	Muito baixo	2,90	0,00	24,64	<u>34,78</u>	<u>37,68</u>
A 3	Muito alto	<u>37,72</u>	<u>26,32</u>	32,46	2,63	0,88
	Alto	12,12	19,19	<u>57,58</u>	9,09	2,02
	Médio	3,73	9,13	<u>53,94</u>	19,92	13,28
	Baixo	0,00	0,00	<u>48,72</u>	25,64	25,64
	Muito baixo	0,00	0,00	27,54	<u>31,88</u>	<u>40,58</u>

Legenda: A – Abertura.

A 2 – Liberalismo.

A 1 – Abertura de Ideias.

A 3 – Busca por novidades.

Na Tabela 6 são expressos os dados de correlação entre o fator Abertura e as três variáveis que o compõem, com os seguintes valores:

A x A1 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=359.63$; $GL=16$; $p<0,001$.

A x A2 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=362.80$; $GL=16$; $p<0,001$

A x A3 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=263.15$; $GL=16$; $p<0,001$

De acordo com a Tabela 4, os índices de Abertura, Abertura de Ideias e Liberalismo expressos pelos alunos de Psicologia encontram-se acima da média da população normativa; por outro lado, tem-se que a busca por Novidades indicou escores um pouco abaixo da norma brasileira.

O fator Abertura está relacionado a comportamentos para exploração e reconhecimento da importância de novas experiências, além do comum. Assim, percebe-se que os alunos de Psicologia estão mais abertos a novos conceitos ou ideias para lidar com diferentes valores morais e sociais, com a noção de que estes podem ser relativizados, podem mudar ao longo do tempo e variar em diferentes culturas e regiões. Em contrapartida, tem-se valores abaixo da média em relação à busca por vivências de novos eventos e ações, bem como à forma como lidam com a rotina (Bueno; Oliveira; Oliveira, 2001). Porém, quando os dados são analisados a partir da Tabela 5, tem-se o predomínio de valores analisados como médios. A partir dos dados da Tabela 6, observam-se valores significativos em positivos entre as variáveis.

Tabela 7. Estatística descritiva dos dados de idade e Realização.

Variav.	Média	D.P.	Média Normas	Mín	Q1	Mediana	Q3	Máx
Idade	23,01	7,46	-	18,00	19,00	20,00	24,00	67,00
R EB	4,85	0,76	5,03	2,04	4,30	4,90	5,36	6,74
R Class	44,62	27,30	-	5,00	20,00	45,00	65,00	95,00
R1 EB	4,78	0,89	5,29	1,80	4,20	4,80	5,40	6,90
R1 Class	35,92	25,94	-	5,00	15,00	30,00	50,00	95,00
R2 EB	5,00	1,12	5,00	1,25	4,25	5,00	5,75	7,00
R2 Class	51,98	27,45	-	5,00	30,00	55,00	75,00	95,00
R3 EB	4,79	1,04	4,86	1,85	4,00	4,85	5,57	7,00
R3 Class	49,58	28,15	-	5,00	25,00	50,00	75,00	95,00

Legenda: EB – Escore bruto.
 Class – Classificação.
 R – Realização.

R 1 – Competência.
 R 2 – Ponderação.
 R 3 – Empenho.

A Tabela 7 expõe dados da estatística descritiva das informações sobre idade e realização, estes últimos comparados à média observada nos dados normativos da população.

Tabela 8. Classificação dos dados de Realização.

		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
R Realização	n	92	107	<u>271</u>	69	62
	%	15,31	17,80	<u>45,09</u>	11,48	10,32
R1 Competência	n	138	133	<u>247</u>	48	35
	%	22,96	22,13	<u>41,10</u>	7,99	5,82
R2 Ponderação	n	65	73	<u>280</u>	114	69
	%	10,82	12,15	<u>46,59</u>	18,97	11,48
R3 Empenho	n	81	89	<u>265</u>	91	75
	%	13,48	14,81	<u>44,09</u>	15,14	12,48

Na Tabela 8 são expressos os dados de classificação sobre características de Realização, comparados com os dados normativos do instrumento.

Tabela 9. Dados de correlação entre as variáveis do fator Realização com suas três facetas.

Variáveis		R				
		Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo
R 1	Muito alto	<u>33,87</u>	<u>22,58</u>	37,10	4,84	1,61
	Alto	7,25	<u>20,29</u>	<u>56,52</u>	14,49	1,45
	Médio	3,32	7,01	<u>54,61</u>	22,14	12,92
	Baixo	0,00	0,00	25,23	<u>33,64</u>	41,12
	Muito baixo	0,00	1,09	10,87	26,09	<u>61,96</u>
R 2	Muito alto	<u>50,00</u>	30,65	17,74	1,61	0,00
	Alto	17,39	<u>42,03</u>	39,13	1,45	0,00
	Médio	8,86	21,77	<u>54,61</u>	11,81	2,95
	Baixo	1,87	4,67	<u>60,75</u>	14,02	18,69
	Muito baixo	0,00	2,17	31,52	<u>26,09</u>	<u>40,22</u>
R 3	Muito alto	<u>62,90</u>	29,03	8,06	0,00	0,00
	Alto	23,19	<u>40,58</u>	34,78	0,00	1,45
	Médio	7,01	15,13	<u>64,94</u>	9,23	3,69
	Baixo	0,93	2,80	<u>42,06</u>	<u>36,45</u>	17,76
	Muito baixo	0,00	1,09	16,30	27,17	<u>55,43</u>

Legenda: R – Realização.

R 1 – Competência.

R 2 – Ponderação.

R 3 – Empenho.

Na Tabela 9 são expressos os dados de correlação entre o fator Realização e as três variáveis que o compõem, com os seguintes valores:

R x R1 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=317.42$; GL=16; $p<0,001$.

R x R2 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=314.44$; GL=16; $p<0,001$

R x R3 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=509.85$; GL=16; $p<0,001$

Os dados referentes à Tabela 7 mostram que os índices de Realização, Competência e Empenho expressos pelos alunos de Psicologia encontram-se abaixo da média da população normativa; por outro lado, tem-se que a Ponderação indicou escores exatamente na média da norma brasileira. Porém, quando os dados são analisados a partir da Tabela 8, tem-se o predomínio de valores analisados como médios. A partir dos dados da Tabela 9, observam-se valores significativos em positivos entre as variáveis.

O fator Realização está relacionado com motivação para o sucesso, perseverança, capacidade de planejamento, busca por alcançar objetivos e direcionamento para atividades e ações. Os alunos do curso de Psicologia compreendem que têm capacidade para realizar ações consideradas difíceis e importantes; podem ser detalhistas na realização de trabalhos e seu nível de exigência pessoal com a quantidade das tarefas realizadas não é excessivo. Apresentam equilíbrio na forma como expressam opiniões ou defendem interesses, bem como na avaliação das possíveis consequências de suas ações (Noronha; Lamas; Barros, 2016).

Tabela 10. Estatística descritiva dos dados de idade e Socialização.

Variav.	Média	D.P.	Média Normas	Mín	Q1	Mediana	Q3	Máx
Idade	23,01	7,46	-	18,00	19,00	20,00	24,00	67,00
S EB	5,24	0,65	5,39	2,36	4,85	5,29	5,71	6,76
S Class	43,04	26,41	-	5,00	20,00	40,00	65,00	95,00
S1 EB	5,69	0,74	5,73	1,83	5,25	5,75	6,25	7,00
S1 Class	49,18	27,29	-	5,00	25,00	50,00	70,00	95,00
S2 EB	5,48	0,94	5,75	2,25	4,87	5,62	6,13	7,00
S2 Class	42,75	27,75	-	5,00	20,00	40,00	65,00	95,00
S3 EB	4,59	0,95	4,75	1,25	4,00	4,62	5,25	7,00
S3 Class	44,38	27,44	-	5,00	20,00	45,00	65,00	95,00

Legenda: EB – Escore bruto.
 Class – Classificação.
 S – Socialização.

S 1 – Amabilidade.
 S 2 – Pró-Sociabilidade.
 S 3 – Confiança.

A Tabela 10 expõe dados da estatística descritiva das informações sobre idade e Socialização, estes últimos comparados à média observada nos dados normativos da população.

Tabela 11. Classificação dos dados de Socialização.

		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
S Socialização	n	95	117	<u>277</u>	69	43
	%	15,81	19,47	<u>46,09</u>	11,48	7,15
S1 Amabilidade	n	64	111	<u>265</u>	91	70
	%	10,65	18,47	<u>44,09</u>	15,14	11,65
S2 Pró-Sociabilidade	n	116	109	<u>256</u>	61	59
	%	19,30	18,14	<u>42,60</u>	10,15	9,82
S3 Confiança	n	99	109	<u>264</u>	84	45
	%	16,47	18,14	<u>43,93</u>	13,98	7,49

Na Tabela 11 são expressos os dados de classificação sobre características de Socialização, comparados com os dados normativos do instrumento.

Tabela 12. Dados de correlação entre as variáveis do fator Socialização com suas três facetas.

Variáveis	S					
	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo	
S 1	Muito alto	<u>48,84</u>	<u>34,88</u>	16,28	0,00	0,00
	Alto	24,64	26,09	<u>42,03</u>	7,25	0,00
	Médio	10,11	16,61	<u>55,60</u>	13,72	3,97
	Baixo	2,56	7,69	<u>43,59</u>	29,91	16,24
	Muito baixo	1,05	3,16	25,26	<u>34,74</u>	<u>35,79</u>
S 2	Muito alto	<u>53,49</u>	<u>27,91</u>	18,60	0,00	0,00
	Alto	24,64	24,64	<u>47,83</u>	2,90	0,00
	Médio	6,14	10,11	<u>58,48</u>	18,77	6,50
	Baixo	1,71	2,56	36,75	<u>25,64</u>	33,33
	Muito baixo	0,00	1,05	10,53	<u>26,32</u>	<u>62,11</u>
S 3	Muito alto	<u>41,86</u>	32,56	23,26	2,33	0,00
	Alto	15,94	<u>37,68</u>	43,48	2,90	0,00
	Médio	5,42	14,08	<u>59,21</u>	16,97	4,33
	Baixo	0,85	3,42	39,32	<u>30,77</u>	25,64
	Muito baixo	0,00	1,05	14,74	24,21	<u>60,00</u>

Legenda: S – Socialização.
S 1 – Amabilidade.

S 2 – Pró-Sociabilidade.
S 3 – Confiança.

Na Tabela 12 são expressos os dados de correlação entre o fator Socialização e as três variáveis que o compõem, com os seguintes valores:

R x R1 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=254.14$; $GL=16$; $p<0,001$.

R x R2 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=379.60$; $GL=16$; $p<0.00$.

R x R3 = Teste Qui-Quadrado: $X^2=372.63$; $GL=16$; $p<0.00$.

Os dados referentes à Tabela 10 indicaram que os índices de Socialização, Amabilidade, Pró-Sociabilidade e Confiança expressos pelos alunos de Psicologia encontram-se abaixo da média da população normativa. Porém, quando os dados são analisados a partir da Tabela 11, tem-se o predomínio de valores analisados como médios, e a partir dos dados da Tabela 12, observam-se valores significativos em positivos entre as variáveis.

O fator Socialização está relacionado com o otimismo, a positividade e a confiança depositada nos indivíduos. Com isso, tem-se que os alunos de Psicologia apresentaram equilíbrio nas questões de atenção, confiança nos outros, compreensão, empatia para com os demais, comportamentos de risco, concordância ou confronto com leis e regras sociais, moralidade e agressividade (Nunes; Santos; Galvão, 2009).

Tabela 13. Estatística descritiva dos dados de idade e Neuroticismo.

Variav.	Média	D.P.	Média Normas	Mín	Q1	Mediana	Q3	Máx
Idade	23,01	7,46	-	18,00	19,00	20,00	24,00	67,00
N EB	3,80	0,97	3,12	1,07	3,13	3,72	4,49	6,92
N Class	65,08	25,30	-	5,00	50,00	70,00	90,00	95,00
N1 EB	4,03	1,21	3,44	1,00	3,11	4,00	4,88	7,00
N1 Class	60,48	26,87	-	5,00	40,00	65,00	85,00	95,00
N2 EB	4,17	1,39	3,50	1,00	3,16	4,16	5,16	7,00
N2 Class	58,47	27,21	-	5,00	35,00	60,00	80,00	95,00
N3 EB	4,33	1,22	3,40	1,17	3,50	4,33	5,17	7,00
N3 Class	68,32	25,29	-	5,00	50,00	75,00	90,00	95,00
N4 EB	2,71	1,12	2,00	1,00	1,87	2,50	3,37	7,00
N4 Class	60,03	25,17	-	5,00	40,00	60,00	80,00	95,00

Legenda: EB – Escore bruto.

Class – Classificação.

N – Neuroticismo.

N 1 – Vulnerabilidade.

N 2 – Instabilidade.

N 3 – Passividade.

N 4 – Depressão.

A Tabela 13 expõe dados da estatística descritiva das informações sobre idade e neuroticismo, estes últimos comparados à média observada nos dados normativos da população.

Tabela 14. Classificação dos dados de Neuroticismo.

		Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito alto
N Neuroticismo	n	22	7,65	<u>233</u>	124	176
	%	3,66	46	<u>38,77</u>	20,63	29,28
N1 Vulnerabilidade	n	27	62	<u>235</u>	147	130
	%	4,49	10,32	<u>39,10</u>	24,46	21,63
N2 Instabilidade	n	42	64	<u>257</u>	122	116
	%	6,99	10,65	<u>42,76</u>	20,30	19,30
N3 Passividade	n	22	28	<u>237</u>	106	208
	%	3,66	4,66	<u>39,43</u>	17,64	34,61
N4 Depressão	n	21	67	<u>271</u>	128	114
	%	3,49	11,15	<u>45,09</u>	21,30	18,97

Na Tabela 14 são expressos os dados de classificação sobre características de Neuroticismo, comparados com os dados normativos do instrumento.

Tabela 15. Dados de correlação entre as variáveis do fator Neuroticismo com suas quatro facetas.

Variáveis	N					
	Muito alto	Alto	Médio	Baixo	Muito baixo	
N 1	Muito alto	<u>61,36</u>	31,82	6,82	0,00	0,00
	Alto	13,71	<u>40,32</u>	43,55	1,61	0,81
	Médio	1,72	16,74	<u>63,09</u>	13,30	5,15
	Baixo	0,00	4,35	34,78	<u>47,83</u>	13,04
	Muito baixo	4,55	0,00	27,27	31,82	<u>36,36</u>
N 2	Muito alto	<u>46,02</u>	<u>31,25</u>	21,59	1,14	1,14
	Alto	18,55	<u>31,45</u>	45,16	2,42	2,42
	Médio	4,72	12,02	<u>61,37</u>	16,74	5,15
	Baixo	0,00	0,00	41,30	<u>30,43</u>	28,26
	Muito baixo	4,55	0,00	4,55	27,27	<u>63,64</u>
N 3	Muito alto	<u>79,55</u>	12,50	7,95	0,00	0,00
	Alto	31,45	<u>32,26</u>	33,06	3,23	0,00
	Médio	11,59	18,45	<u>64,81</u>	4,29	0,86
	Baixo	2,17	0,00	<u>58,70</u>	17,39	21,74
	Muito baixo	4,55	4,55	18,18	<u>27,27</u>	<u>45,45</u>
N 4	Muito alto	<u>56,82</u>	26,14	17,05	0,00	0,00
	Alto	6,45	<u>38,71</u>	<u>50,81</u>	4,03	0,00
	Médio	2,15	13,73	<u>66,52</u>	13,30	4,29
	Baixo	0,00	4,35	<u>43,48</u>	39,13	13,04
	Muito baixo	4,55	0,00	13,64	<u>59,09</u>	<u>22,73</u>

Legenda: N – Neuroticismo.

N 1 – Vulnerabilidade.

N 2 – Instabilidade.

N 3 – Passividade.

N 4 – Depressão.

Na Tabela 15 são expressos os dados de correlação entre o fator Neuroticismo e as quatro variáveis que o compõem, com os seguintes valores:

N x N1 = Teste Qui-Quadrado: $X^2= 476.83$; $GL=16$; $p<0,001$.

N x N2 = Teste Exato de Fisher; $p<0,001$.

N x N3 = Teste Exato de Fisher; $p<0,001$.

N x N4 = Teste Exato de Fisher; $p<0,001$.

Os dados referentes à Tabela 13 indicaram que os índices de Neuroticismo, Vulnerabilidade, Instabilidade, Passividade e Depressão expressos pelos alunos de Psicologia encontram-se acima da média da população normativa. Porém, quando os dados são analisados a partir da Tabela 14, tem-se o predomínio de valores analisados como médios. A partir dos dados da Tabela 15, observam-se valores significativos em positivos entre as variáveis.

O fator Neuroticismo está relacionado à maneira como o indivíduo vivencia a vulnerabilidade diante do sofrimento psicológico, ou seja, quanta ênfase é atribuída aos eventos negativos de seu cotidiano. Com isso, percebe-se que os alunos do curso de Psicologia apresentam grande dificuldade para a tomada de decisões em função do medo de decepcionar as pessoas, grandes variações do humor e intenso empenho para resolver situações rapidamente. Apresentam ainda boas percepções sobre as expectativas de futuro e sobre sua capacidade para lidar com dificuldades que possam ocorrer em sua vida (Figueiró *et al.*, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As escolhas profissionais, além de serem decisões complexas e geralmente realizadas durante a adolescência, período de constantes transformações físicas e psicológicas, demandam que os indivíduos reconheçam características da sua personalidade, para realizar uma escolha mais assertiva. Esse reconhecimento faz-se necessário, visto que a personalidade tem um papel significativo em relação a tomada de decisões, escolhas, modo de se comportar, de lidar com sentimentos e na resolução de conflitos, entre outros (Godoy; Noronha, 2010).

A partir dessas considerações, buscou-se identificar um perfil de características de personalidade nos alunos ingressantes do curso de Psicologia, com vistas à descrição de elementos comuns em termos de saúde, recursos psicológicos e integração com o ambiente que possam ter influenciado a escolha do curso (Godoy; Noronha, 2010).

Conclui-se que com a aplicação da Bateria Fatorial de Personalidade (BFP) foi possível delinear um perfil de características de personalidade comum aos alunos ingressantes do curso de Psicologia, sendo que os índices marcantes desses indivíduos se referem à Extroversão (faceta Altivez), Abertura (facetas Abertura de Ideias e Liberalismo) e Neuroticismo (facetas Vulnerabilidade, Instabilidade, Passividade e Depressão), que se encontram acima da média da população normativa.

Com relação à Socialização e Realização, os alunos do curso de Psicologia apresentaram indicativos medianos em relação à população normativa, ou seja, esses fatores especificamente não demonstraram ser características muito marcantes nos ingressantes do curso.

Os dados observados nos estudos de correlação dos fatores e de suas facetas, embora esperados, podem reafirmar os dados de validade do instrumento, enfatizando sua efetividade na avaliação de diferentes fenômenos psicológicos relacionados à personalidade.

Destaca-se que outros estudos sobre avaliação da personalidade em estudantes e sua relação com a escolha da profissão são de extrema valia para a prática profissional do psicólogo em vários contextos.

REFERÊNCIAS

ANASTASI, A.; URBINA, S. **Testagem psicológica**. 7. ed. Tradução de Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BUENO, J. M. H.; OLIVEIRA, S. M. S. S.; OLIVEIRA, J. C. S. Um estudo correlacional entre habilidades sociais e traços de personalidade. **Psico-USF**, Minas Gerais, v.6, n.1, p. 31-38, 2001. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousf/v6n1/v6n1a05.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Ano da avaliação psicológica: textos geradores**. Brasília: CFP, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 002/2003**. Define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos e revoga a Resolução CFP n.º 025/2001. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/03/resolucao2003_02_Anexo.pdf. Acesso em: 20 maio 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 005/2012**. Altera a Resolução CFP n.º 002/2003, que define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/03/Resolucao_CFP_005_12_1.pdf. Acesso em 20 maio 2014.

FEIST, J.; FEIST, G.J. **Teorias da personalidade**. 6. ed. Tradução de Ivan Pedro Ferreira Santos e Cecília Mattos. São Paulo: MacGraw-Hill, 2008.

FIGUEIRÓ, M. T. *et al.* Traços de Personalidade de estudantes de Psicologia. **Psicólogo inFormação**, São Paulo, v.14, n.14, p.13-28, 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100002. Acesso em: 30 nov. 2022.

FORMIGA, N.S.; MELLO, I. Testes psicológicos e técnicas projetivas: uma integração para um desenvolvimento da interação interpretativa indivíduo-psicólogo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 20, n. 2, p. 12-19, 2000.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOY, S.; NORONHA, A. P. P. Estudo correlacional entre a Escala de Aconselhamento Profissional (EAP) e o Inventário Fatorial de Personalidade (IFP). **Estudos e Pesquisa em Psicologia**, Rio de Janeiro, n.3, p. 848-864, 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epp/v10n3/v10n3a13.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2022.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, ago. 2006.

HOGAN, T.P. **Introdução à prática de testes psicológicos**. Tradução de Luís Antônio Fajardo Pontes. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

MANSUR-ALVES, M.; SILVA, R.S. Avaliação psicológica da personalidade. *In*: BARROSO, S. M.; SCORSOLINI-COMIN, F.; NASCIMENTO, E. (org.). **Avaliação psicológica: da teoria às aplicações**. Petrópolis: Vozes, 2015. p. 58-91.

NORONHA, A. P. P.; LAMAS, K. C. A.; BARROS, M. V. C. Afetos e personalidade: suas relações em estudantes universitários. **Revista Psicologia: Teoria e Prática**, São Paulo, p. 75-88, 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v18n2/v18n2a06.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

NUNES, C.H.S.S.; HUTZ, C.S.; NUNES, M.F.O. **Bateria Fatorial de Personalidade: Manual Técnico**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

NUNES, M. F. O.; SANTOS, A. A. A.; GALVÃO, N. B. S. Extroversão e Socialização em estudantes de Psicologia e Engenharia. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, p. 69-79, 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v10n2/v10n2a08.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2022.

PACANARO, S.V. *et al.* Panorama atual dos testes psicológicos no Brasil de 2003 a 2011. *In*: AMBIEL, R.A.M. *et al.* (org.). **Avaliação psicológica: guia de consulta para estudantes e profissionais de psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013, p. 29-47.

PERVIN, L.A.; JOHN, O.P. **Personalidade: teoria e pesquisa**. 8. ed. Tradução de Ronaldo Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RODRIGUES, V.A.; GONÇALVES, L. **Patologia da personalidade: teoria, clínica e terapêutica**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

SCHULTZ, D.P.; SCHULTZ, S.E. **Teorias da personalidade**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

SILVA, M.C.V.M. **História dos testes psicológicos: origens e transformações**. São Paulo: Vetor Editora, 2011.

URBINA, S. **Fundamentos de testagem psicológica**. Tradução de Cláudia Dornelles. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COMPORTAMENTO ADOLESCENTE EM *SHOPPING CENTERS*: TRIBOS URBANAS, USO DE CELULAR E CONSUMO

Júlia Fernanda Maziero Monteiro

Rebeca de Carvalho de Oliveira

Thainá Pavanetti de Souza

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como objetivo a observação de grupos de adolescentes em relação a comportamentos de tribo, vestimenta, uso do celular e consumo. De acordo com Padilha (2006), os centros de compras estão se transformando em locais de busca de realização pessoal por meio de consumo e da busca de identificação com grupos sociais.

Para este estudo foram observados 106 grupos de duas ou mais pessoas, totalizando 414 adolescentes, em dois *shoppings*, um na cidade de Taubaté (Taubaté Shopping), com seis horas de observação, e outro na cidade de Pindamonhangaba (Pátio Pinda), com quatro horas, totalizando dez horas de observação.

As tribos são um grupo de pessoas que compartilham um mesmo estilo, seja musical, de se vestir, de se expressar, pelo qual se identificam e atuam por meio de regras comuns a todos os membros (Maffesoli, 2000 *apud* Oliveira; Camilo; Assunção, 2003). Por meio da observação de tribos urbanas, pode-se distinguir padrões próprios e maneiras de se comportar dos adolescentes, além de perceber a contribuição desses grupos na formação da identidade, justificando-se assim a realização desta pesquisa.

O uso do celular, segundo Mante-Meijner e Piris (2002), está associado à busca por privacidade e pertencimento a algum grupo fora do âmbito familiar, visto que oferece um espaço social exclusivo aos adolescentes.

A análise do consumo em *shoppings* permite maior conhecimento das preferências e das atividades mais realizadas por adolescentes nesses locais, sendo interessante para lojistas e administradores que queiram atrair esse público. No século XXI, em que a tecnologia substituiu as interações presenciais por mensagens de texto, observar o uso de celular entre adolescentes é um indicador significativo de quanto as novas gerações estão sendo influenciadas pelas mídias digitais.

Nas próximas seções será aprofundado o referencial teórico sobre os temas previamente citados, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo, os resultados alcançados e de que modo as bases teóricas corroboram ou não os resultados das observações.

REVISÃO DE LITERATURA

Adolescência

A adolescência é o período em que ocorre a transição da infância para a vida adulta e envolve mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Esse estágio é vivenciado a partir dos 11 até os 19 ou 20 anos (Papalia; Feldman, 2013).

Entende-se que a adolescência diz respeito a uma categoria construída social, cultural e historicamente a partir de aspectos biopsicológicos, cronológicos, políticos e econômicos que não são universais, uma vez que as transformações que ocorrem nos adolescentes são reflexos dos contextos sociais em que estão inseridos (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvares, 2010).

De acordo com Papalia e Feldman (2013), a adolescência é marcada pela puberdade, processo pelo qual o indivíduo atinge a maturidade sexual e capacidade de se reproduzir. Entretanto, várias questões emergem nesse período, como por exemplo, a escolha da profissão, a busca por autonomia, os conflitos familiares, as responsabilidades assumidas e o início na vida sexual (Alves, 2008).

Nessa fase da vida, conforme Fenwick e Smith (1996) os indivíduos começam a tomar decisões, buscam conquistar espaço e se integrar em grupos que compartilham das novas ideias e expectativas que surgem na adolescência. Os autores afirmam que são comuns as mudanças radicais na maneira de se vestir, na linguagem, no gosto musical ou nas atitudes cotidianas a fim de se adequar a determinados grupos.

A tendência dos adolescentes ao agrupamento possibilita novas experiências e pode originar diferentes grupos, de cunho cultural, religioso, esportivo ou tribos urbanas (Pavia; Gerlero; Apendino, 1995). Para Feixa (1988), os grupos formam subculturas e possuem estilos e preferências musicais próprias ligados ao contexto social do qual surgiram.

Os grupos são fundamentais nessa etapa da vida, pois contribuem para a construção da identidade a partir da definição de normas e valores (Bueno; Strelhow; Câmara, 2010). A identidade, segundo Alves (2008) é caracterizada pela diferenciação do sujeito do “outro”, é o saber “quem sou eu” e “a que grupo pertencço”.

Para Osório (1992), a identidade é o conhecimento que cada indivíduo tem sobre sua condição de ser único ou diferente dos demais, que permite reconhecer a si mesmo diante de cada evolução e agir no contexto social de forma coerente com as identificações realizadas.

Além dos grupos e da formação da identidade, atualmente as redes sociais tornaram-se o meio de comunicação mais usado pelos adolescentes. Segundo Abrantes (2002), por meio das redes sociais eles podem desempenhar papéis diferentes, muitas vezes anônimos, construir relações com outros indivíduos que partilham das mesmas escolhas e trocar informações e opiniões sobre temas do seu interesse. Emerge no espaço virtual a questão da inserção, uma vez que o uso das redes sociais amplia a possibilidade de participar de grupos, e ainda os grupos da vida real ganham espaço no mundo virtual (Bueno; Strelhow; Câmara, 2010).

Uso do celular

De acordo com Verza (2008), a adolescência é uma fase de transição. Nela, várias características estão se desenvolvendo com a finalidade de promover a individuação do jovem na sociedade, e o telefone móvel pode contribuir nesse período de transformação, auxiliando os jovens na organização de tarefas, no planejamento de atividades e favorecendo a maturidade e a autonomia (Ling, 2002).

Associado ao seu uso, encontra-se a busca por privacidade e pertencimento a algum grupo fora do âmbito familiar. Nesse sentido, o telefone celular oferece um espaço social exclusivo aos adolescentes, pois permite estabelecer uma rede de contatos privada, fora do alcance de quem os supervisiona (Mante-Meijner; Piris, 2002).

A partir dos resultados de uma pesquisa de campo de cunho exploratório, realizada por Soares e Câmara (2016) com sessenta e um adolescentes de ambos os sexos, residentes na cidade e na região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), foi possível concluir que:

[...] o telefone celular tem assumido diferentes funções na vida dos adolescentes digitais, a saber, como passa tempo e preenchimento deste quando não há coisas interessantes a serem feitas, assim como um modo de fuga, afastamento e distanciamento do outro, fazendo com que a relação modo face a face diminua ou venha a ser substituída pela interação digital mediada por vários dispositivos, inclusive o telefone celular (Soares; Câmara, 2016, p. 218).

As autoras afirmam que os jovens contemporâneos vêm apresentando um autismo social, termo usado por Quinet (2014) para definir o comportamento amplamente adotado atualmente, tornando-se, inclusive, um aspecto da nossa civilização (Soares; Câmara, 2016).

Outro dado importante trazido por essa pesquisa é o fato de que os adolescentes usam o celular principalmente para se comunicar, independentemente de que estejam em grupo ou afastados.

Para Jean Baudrillard, citado por Quinet (2014), os adolescentes do século XXI têm trocado a relação face a face pela relação digital, uma vez que vivemos atualmente em uma espécie de evidência do consumo e da abundância, criada pela multiplicação de objetos, na qual as pessoas não se cercam mais de outros indivíduos, mas sim de objetos (tvs, carros, computadores, telefones). Suas relações sociais não estão centradas nos laços com outras pessoas e sim na recepção e envio de mensagens (Soares; Câmara, 2016).

De acordo com Srivastava (2005), para muitos jovens, não existe distinção entre utilizar um celular para conversar e encontrar alguém pessoalmente, uma vez que a tecnologia se tornou a principal forma de interação social para adolescentes nos países desenvolvidos. O autor argumenta que o aumento na variedade de meios de comunicação não resultou em um aumento equivalente na qualidade das interações.

Embora a troca de mensagens de texto possa transmitir significados profundos, ela carece de outros elementos essenciais da comunicação humana, como linguagem corporal, expressões faciais e contato físico. O autor observa em sua pesquisa que muitos jovens preferiam utilizar mensagens de texto, especialmente em situações conflituosas ou com sobrecarga emocional (Srivastava, 2005).

Em contraponto, segundo considerações feitas por Santana e Garcia (2010), as novas formas de comunicação, incluindo o uso de telefones móveis, configuram um novo modelo de amizade entre os jovens e seus efeitos são predominantemente positivos.

De maneira geral, podemos afirmar que o uso do telefone móvel fortalece o contato no dia a dia, permitindo que as pessoas estejam conectadas por mais tempo. Não se trata de viver entre dois mundos distintos, com amigos presenciais e amigos virtuais, mas de complementar e aprofundar as amizades já existentes. Por meio desses aparelhos é possível marcar e coordenar encontros pessoais, como também aumentar a quantidade de informações e diversificar as formas de contato, mesmo que não possam substituir completamente o contato pessoal.

Comportamento tribal na adolescência

As tribos urbanas são fenômenos culturais, definidas como agrupamentos de pessoas que se identificam com um mesmo tipo de estilo de vida, de acordo com Maffesoli (2000 *apud* Oliveira; Camilo; Assunção, 2003). Compartilham de um mesmo estilo musical, de se vestir e de se expressar, o que a torna única. No entanto, as tribos sofrem alterações constantes devido

ao caráter efêmero da sociedade atual e à influência das redes sociais e das mídias que promovem a globalização da cultura (Feronato; Perini, 2015, p. 1).

Um único indivíduo pode se identificar com várias tribos ao longo da vida, muitas vezes simultaneamente, como explicitam Feronato e Perini:

As pessoas que compõem as tribos podem circular livremente por mais de um tipo de formação tribal, passando de tribo em tribo, ou permanecendo em mais de uma delas, simultaneamente. A formação de tribos permite dar conta do processo de desindividualização e de valorização do papel desempenhado por cada indivíduo (2015, p. 2).

Para Feronato e Perini (2013), esse fluxo entre tribos demonstra o desejo humano de pertencer a um grupo e um desconhecimento de suas necessidades.

As tribos são de grande importância para os adolescentes, visto que nessa fase da vida os indivíduos buscam desenvolver a autonomia e a personalidade, e estar com pessoas da mesma idade contribui para aflorar a identidade dos adolescentes. A dinamicidade das tribos urbanas tanto aumenta a socialização entre seus participantes quanto torna superficial o relacionamento entre eles, diminuindo os vínculos mais duradouros (Silva, 2017).

As tribos se formam naturalmente e colaboram para o desenvolvimento saudável da socialização; são de extrema relevância, uma vez que por meio delas “[...] ocorre boa parte do desenvolvimento interpessoal, troca de experiências e autoconhecimento” (Silva, 2017, p. 25).

As tribos se distinguem pela moda que seguem, pelas gírias que utilizam e pelas músicas que ouvem, entre outras características. Dentre elas, algumas se destacam: funkeiros, *nerds*, emos, *otakus* e padrões.

Os funkeiros têm sua origem das periferias e, muitas vezes, são considerados como representantes de uma subcultura marginal (Feronato; Perini, 2015). Vestem-se com roupas e sapatos “de marca”, cordões de ouro e os famosos óculos Juliet. Manifestam o desejo dos jovens por objetos luxuosos, o que também é perceptível nas músicas ouvidas por esses jovens, denominadas “*funk ostentação*”:

Por esses parâmetros, pode-se reconhecer, nas letras das músicas do estilo Funk Ostentação escutadas pela tribo, o desejo pelo consumo de luxo, por meio da apropriação de marcas, tal qual pode ser observado na música “Top do Momento”, do MC Danado: “[...] Vida é ter um *Hyundai* e uma *Hornet*/10 mil pra gastar, *Rolex* e *Juliet* [...]”. (..) O mesmo se repete com a música “Plaquê de 100”, de MC Guimé, que possui atualmente mais de 50 milhões de visualizações e evidencia, mais uma vez, as marcas e a ostentação que formam a estética dessa tribo: “[...] contando os plaquês de 100, dentro de um *Citroën* [...]” (Feronato; Perini, 2015, p. 4).

O termo *nerd* foi utilizado pela primeira vez no livro “*If I ran the zoo*”, de Theodor Seuss Geisel, para denominar uma criatura estranha (Fernandes; Rios, 2011). Os *nerds* são jovens que demonstram maior interesse por tecnologia, jogos de videogame e computador, livros e RPG. A vestimenta dessa tribo não é facilmente reconhecida, uma vez que se vestem, geralmente, com camisetas comuns, calças *jeans* e tênis. Na maior parte das vezes, utilizam óculos (Novello, 2007). Eles se misturam aos *geeks*, que apresentam as seguintes características, de acordo com Santos, Fagundes e Oliveira (2022):

O *geek* é caracterizado como um sujeito inteligente, porém infantilizado, característica que é atribuída principalmente pela família, o que acontece devido a seus interesses culturais por elementos relacionados a universos de fantasia e ficção científica, como filmes, quadrinhos, séries, livros e *games*, que trazem consigo desde a fase infantil (Santos; Fagundes; Oliveira, 2022).

Já o termo *otaku* surgiu por volta dos anos 1980, no Japão, e era compreendido como homens e mulheres que “praticam algum *hobby* de forma exagerada”. Hoje em dia, o termo possui outro significado, referindo-se à pessoa que se interessa por mangás (HQs) e animes (desenhos animados japoneses) (Barbosa; Costa; Nunes, 2022).

O termo *emo* vem de “*emotional hardcore*”, gênero musical derivado do *punk* e do *rock* alternativo, que traz letras sentimentais, melancólicas e românticas, sons de violão, guitarra e vocal gutural (Leite, 2010). De origem norte-americana, tornou-se popular no Brasil em 2003, inicialmente na cidade de São Paulo, mas rapidamente se espalhou pelo país. Os *emos* se caracterizam por comportamento introspectivo, roupas pretas, camisas de banda, calça rasgada, coturnos e franjas que cobrem o rosto apenas de um lado (Novello, 2007).

Já o estilo “padrão” surgiu por influência das redes sociais, principalmente do Tiktok. Essa rede social viralizou durante a pandemia da COVID-19, atingindo a marca de bilhões de inscritos no ano de 2021 (Barreto, 2022). Os jovens dessa tribo se vestem com roupas largas, bonés e tênis de marca, enquanto as moças, na maior parte das vezes, usam *top cropped* (blusas curtas, normalmente na altura da cintura ou do umbigo), calças *wide leg* (calças acinturadas e com a barra larga, próxima ao estilo “boca de sino”) e blusas de manga comprida.

A influência da rede social na moda se dá, entre outros motivos, devido à *trend* “arrume-se comigo” (do inglês *get ready with me*) em que as blogueiras, denominadas *TikTokers*, se arrumam completamente durante o vídeo; normalmente, aparecem no início dos vídeos utilizando apenas um roupão ou enroladas em toalhas, e mostram cada peça que irão utilizar, até mesmo os acessórios e a maquiagem (Girardi, 2023).

Esse grupo mantém relações pautadas nas redes sociais: “Sendo assim, destacamos que as adolescentes aqui comentadas mantêm relações consigo e com as outras pessoas compostas e mediadas pela interação com o aparelho celular, o registro em fotografia ou gravação em vídeo e, finalmente, com a plataforma do TikTok” (Barreto, 2022, p. 70).

Shopping center e consumo

O *shopping center*, como conhecemos hoje, foi idealizado nos Estados Unidos, na década de 1950 e tinha como finalidade atender uma grande quantidade de pessoas, oferecendo inúmeras atividades comerciais reunidas em um único lugar, além de um amplo estacionamento, boa localização e diversas opções de alimentação. A construção desses empreendimentos, inclusive no Brasil, teve um aumento significativo a partir da década de 1990 (Morigi, 2018).

De acordo com Pintaudi (1992), trata-se de “um empreendimento imobiliário de iniciativa privada que reúne, em um ou mais edifícios contíguos, lojas alugadas para comércio varejista ou serviços, um fenômeno característico das sociedades capitalistas monopolistas”. São considerados “templos da mercadoria” (Pintaudi, 1989).

Para Silva, Leme e Santos (2018), o centro de compras pode ser considerado um simulacro da cidade, pois além de ser um espaço propício ao comércio, alimentação e serviços diversos, propicia aos frequentadores conforto e segurança, sendo um local protegido da violência e dos problemas cotidianos.

De acordo com Padilha (2006), os centros de compra estão se transformando em locais de busca de realização pessoal por meio do consumo e da identificação ou não com grupos sociais. Atualmente, frequentá-los representa uma “fuga” das mazelas das cidades, percebidas como feias e perigosas, enquanto o *shopping* é seguro, bonito e agradável (Morigi, 2018).

Segundo Hastreiter, Marchetti e Prado (1999), esses empreendimentos transformam o espaço urbano, influenciam nos meios de acesso e transporte e são ambientes simbólicos que regem os padrões de consumo. Os autores afirmam que ali não se encontram a pobreza e a deterioração que é vista nas cidades.

O consumo é seu principal objetivo; porém, também é local de entretenimento, de construção de identidade e de formação cultural, pois os indivíduos que os frequentam conseqüentemente se adaptam aos padrões da sociedade (Wypych, 2011), buscam ser vistos e percebidos pelos outros (Padilha, 2006) e se tornam consumidores do próprio espaço disponível para se reunirem, conversarem e se verem (Lefebvre, 1991).

Apesar de existirem postulações positivas acerca dos objetivos e influência dos centros de compras na vida dos indivíduos, Silva, Leme e Santos (2018) os apresentam como um espaço de segregação, assim como Pintaudi (1992, p. 43), que os define como um ambiente que atrai “pessoas que se identificam de alguma maneira e, portanto, são espaços que segregam”.

Embora assumindo um caráter de espaço de lazer e proporcionando um ambiente favorável para o encontro e convívio social, a intenção é que ocorra o consumo. Por essa razão, existem regras e padrões de comportamentos e as práticas que possam prejudicar a lógica do consumo podem ser proibidas. Em muitas cidades no Brasil, já ocorreram proibições da entrada de grupos formados por adolescentes desacompanhados de pais ou responsáveis, principalmente depois do início dos “rolezinhos”, no fim de 2013. Esse fato demonstra o caráter de segregação e a deficiência desses locais em atender a população como opção de lazer (Silva; Leme; Santos, 2018).

No entanto, por ser um ambiente que valoriza a exposição das imagens e das identidades, o *shopping center* é um local favorável para o desenvolvimento do adolescente e permite analisar seu comportamento, tanto entre amigos quanto em família. Favorece a inclusão em grupos e o reconhecimento social, almejado pelos adolescentes, a possibilidade de viver novas experiências e de se relacionar com o sexo oposto (Wypych, 2011).

Segundo Frúgoli (1992, p. 82), o comportamento dos adolescentes nesses locais é marcado “pela formação de redes de sociabilidade, que operam com determinados padrões de seletividade e de sofisticação”. Ou seja, para fazer parte de um grupo, é necessário atender a determinadas expectativas e seguir alguns padrões no modo de se vestir, no comportamento, no vocabulário.

Para Sousa e Oliveira (2012), os jovens são o alvo da sociedade de consumo, pois são capazes de criar tendências, costumes e massificar a cultura, principalmente entre tribos e grupos. Entretanto, Frúgoli (1992, p.86) constata que a maioria dos adolescentes fazem pequenos gastos com cinema e lanchonete, pois a socialização, especialmente nas noites de sexta-feira e sábado, é mais relevante para eles do que o consumo.

O fato de que adolescentes não consomem muito quando estão em grupos é confirmado em estudo realizado por Wypych (2011), no qual os adolescentes foram questionados sobre a preferência de companhia para frequentar esses espaços. Todos os participantes do estudo responderam que na maioria das vezes iam ao local com os amigos para passear, e quando iam com os pais, era para comprar alguma coisa.

Com a formação da indústria cultural e a massificação dos indivíduos, a sociedade começou a se homogeneizar. É possível que a socialização massificada seja um dos motivos que levam os adolescentes ao *shopping* sem a intenção de consumir (Wypych, 2011).

Conclui-se, portanto, que os centros de compras, a princípio direcionados unicamente ao consumo, tornaram-se um local de formação de cultura e de identidade, de lazer e de socialização, sendo esses os principais motivos que levam os adolescentes a frequentá-los, além de geralmente ter fácil acesso e ser considerado seguro pelos pais.

MÉTODO

A técnica utilizada para a obtenção dos dados da pesquisa foi a observação não-participante, um método de coleta de dados usado em pesquisas de estudo de caso em que o pesquisador entra em um sistema social para observar eventos, atividades e interações para uma compreensão direta de um fenômeno em seu contexto natural (Liu; Maitlis, 2010).

Os autores complementam que a observação não participante pode ser aberta ou fechada. Quando aberta, os participantes entendem que o observador está presente para fins de pesquisa durante as atividades organizacionais, mas tem um papel claramente distinto daquele dos membros da organização. Quando a observação é fechada, seja por câmeras escondidas ou por um observador que não demonstra estar estudando o cenário, os participantes não sabem que estão sendo observados.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003), na observação não participante, o pesquisador tem contato com a comunidade, grupo ou realidade estudada, mas sem participar deles. Presencia o fato, mas não se deixa envolver pelas situações; tem papel de espectador, o que não impede que a observação realizada seja consciente, ordenada e direcionada para um fim determinado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho foi organizado de modo que as observações pudessem ser realizadas em horários e datas específicas e com um alvo de observação também determinado. As observações foram realizadas durante cinco encontros em um período de 40 dias. Foram observados no total 414 adolescentes, com idades entre 12 e 18 anos em dois centros de

compras, sendo um em Taubaté (Taubaté *Shopping*) e o outro em Pindamonhangaba (*Shopping Pátio Pinda*).

O Quadro 1 apresenta os comportamentos observados e a quantidade de adolescentes participantes. É importante ressaltar que um mesmo adolescente pode ter apresentado mais de um comportamento e que os dados observados nos dois locais foram somados.

Quadro 1 – Comportamentos e quantidade de adolescentes observados

Comportamentos	Quantidade de adolescentes observados
emo	49
<i>otakus</i>	16
<i>geeks/nerds</i>	46
padrões	228
funkeiros	75
uso de celular	30
consumo de sorvete	22
consumo em lojas	75
cinema	18
fliperama	13
consumo na praça de alimentação	37

Fonte: resultados da pesquisa de campo.

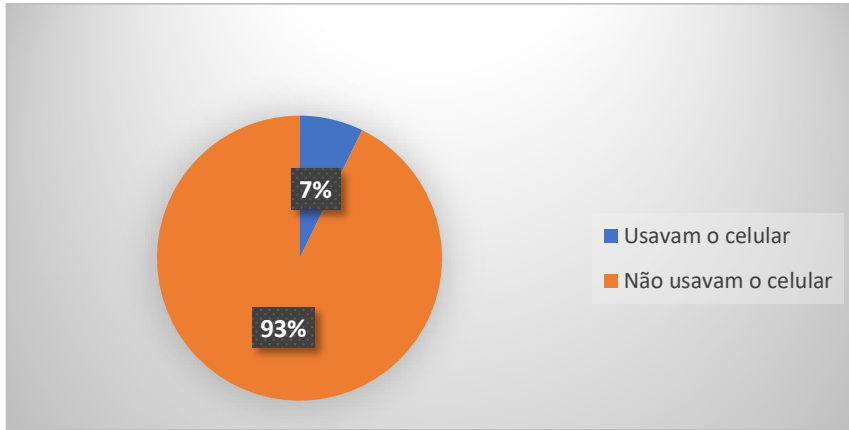
Conforme demonstrado no Quadro 1, nas observações realizadas verificou-se um maior número de adolescentes que se encaixam no estilo descrito como “padrão” (228 indivíduos). Uma minoria utiliza o celular quando em grupos e o consumo em lojas foi observado em apenas 75 indivíduos.

Soares e Câmara (2016) afirmam que o uso do celular provoca um afastamento e distanciamento do outro, fazendo com que a relação presencial diminua ou venha a ser substituída pela interação digital. É possível que isso ocorra em alguns contextos da vida social do adolescente, porém, conforme o observado, o passeio com os amigos no *shopping* é um momento de bastante interação presencial entre eles.

Apenas uma pequena quantidade dos adolescentes estava usando o celular. Os demais estavam interagindo com os outros adolescentes do grupo, conversando, comendo e adentrando

as lojas. Esses dados estão representados no Gráfico 1, em que se observa o percentual de 7% de adolescentes que utilizavam o celular e 93% que não utilizavam.

Gráfico 1 - Uso de celular



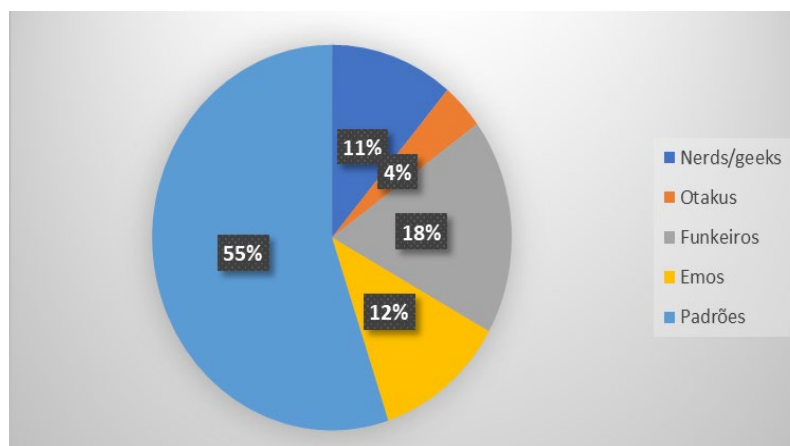
Fonte: resultados da pesquisa de campo.

Os adolescentes se dividem em grupos e, na maioria das vezes, se agrupam por estilo, mas essa não é uma característica determinante, pois as tribos não são sólidas e um indivíduo pode se identificar com várias simultaneamente (Ferronato; Perini, 2015).

Foram observados alguns grupos mistos, formados por “emos” e “otakus”, ou por “funkeiros” e “padrões”. Os chamados rolezinhos, citados por Santana e Garcia (2010), não foram observados.

O Gráfico 2 representa a porcentagem de adolescentes que se encaixam em cada uma das tribos urbanas estudadas, em relação ao total de indivíduos observados.

Gráfico 2 - Tribos urbanas



Fonte: resultados da pesquisa de campo.

Como identificado no Gráfico 2, os adolescentes se dividiam em tribos da seguinte maneira: 55% eram do estilo “padrão”, 18% “funkeiros”, 12% do estilo “emo”, 11% do estilo “nerd/geek” e 4% “otakus”.

Os adolescentes do estilo “funkeiro” (18%) vestiam-se com bermudas longas, blusas de marca, tênis do estilo esportivo com meias curtas, e, principalmente, usavam correntes de prata. Essa vestimenta está relacionada com o gênero musical “funk ostentação”, no qual as letras das músicas manifestam o desejo por objetos de luxo (Ferronato; Perini, 2015).

Poucos jovens (12% dos observados) utilizavam vestimentas no estilo “emo”, mas os que foram observados usavam correntes, cintos de *spikes* (rebites), cabelos coloridos com franjas sobre os olhos, coturnos, calças *jeans* rasgadas, com predominância do uso de roupas pretas e unhas pintadas de preto. O estilo desse grupo recebe influência do gênero musical “*emotional hardcore*” (Leite, 2010).

Observou-se alguns grupos de “emos” em conjunto com “otakus” (apenas 4%). Destes, uma jovem estava vestida com roupas parecidas com um uniforme escolar japonês e usava peruca de cor rosa clara, e um rapaz vestia roupas do anime “*pokémon*”. Os “otakus” se interessam por animes ou mangás japoneses, e também, pela cultura do Japão (Barbosa; Costa; Nunes, 2022).

Os adolescentes do estilo “nerd” somaram 11% dos observados e geralmente estavam agregados aos *geeks*. Os indivíduos deste estilo usam camisetas com estampas de filmes e de jogos, o que manifesta a característica marcante desta tribo: o interesse por universos de ficção científica (Santos; Fagundes; Oliveira, 2022). Em sua maioria eram do sexo masculino e usavam óculos de grau, o que, de acordo com Novello (2007), é uma característica dessa tribo.

Os “padrões” constituem mais da metade dos adolescentes observados. As jovens vestem calças *jeans wide leg*, que lembram as calças “boca de sino”, acinturadas e com a barra larga, ou *mom jeans*, de cintura alta que lembram o estilo das calças usadas nas décadas de 1970 a 1990. Usam também *top cropped*, blusas mais curtas, na altura da cintura ou umbigo. Os rapazes usam camiseta por cima do moletom e *jeans* largos, tênis das marcas *All Star* ou *Vans*. De acordo com Girardi (2023), esse estilo de se vestir é fortemente influenciado pelas redes sociais, sobretudo o TikTok, onde os adolescentes se relacionam socialmente por meio de vídeos e fotos.

Foi constatado que, principalmente para os adolescentes, o *shopping* é um local em que se busca a identificação e a inclusão, pois a maioria dos adolescentes que os frequentam andam

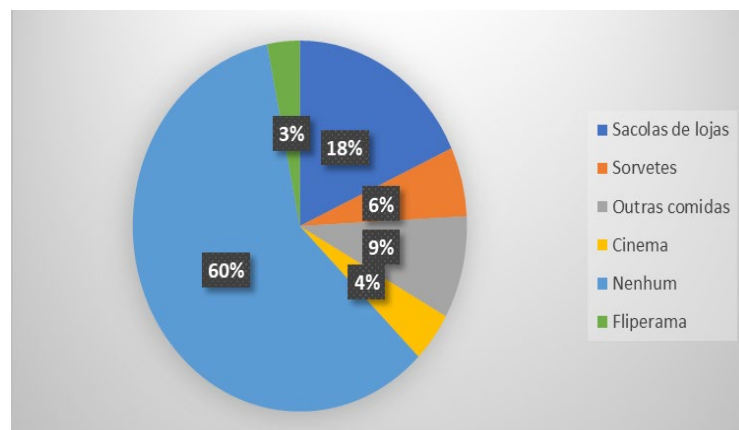
em grupos (Padilha, 2006). Os grupos observados seguem determinados padrões que são externalizados nas roupas, no comportamento e no vocabulário (Frúgoli, 1992).

Confirmou-se que o *shopping* é um local de entretenimento e socialização para os adolescentes (Wypych, 2011), pois a maioria dos grupos observados apenas circulavam repetidamente pelo espaço enquanto conversavam e riam.

Um dos grupos observados (três meninos, dois com aproximadamente 11 anos e o outro com 15) caminhavam com cartas de baralho na mão. Eles se aproximaram de um grupo de três meninas, e foi possível escutar o menino mais velho dizer: “Posso fazer uma mágica para vocês?” e começaram a conversar com o trio. Essa observação confirma que o espaço favorece a reunião e o diálogo entre os adolescentes (Lefebvre, 1991).

A finalidade desses empreendimentos, o consumo, está em segundo plano para os adolescentes, como demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3 - Consumo



Fonte: resultados da pesquisa de campo.

De acordo com o Gráfico 3, pode-se perceber que 60% dos adolescentes não consomem itens de lojas; entretanto, 18% dos observados foram vistos com sacolas de diferentes estabelecimentos nas mãos. Apenas 6% dos adolescentes observados consumiam sorvetes; 9% compravam lanches ou outros alimentos na praça de alimentação; 3% utilizavam o fliperama e o cinema foi frequentado por 4% deles.

Esses dados corroboram a afirmação de Frúgoli (1992) de que os adolescentes em centros de compras realizam apenas pequenos gastos com cinema e lanchonete. Alguns grupos observados chegavam a entrar em lojas, verificar alguns itens e até experimentar, porém, quase sempre saíam sem comprar nada, o que confirma o estudo de Wypych (2011), que analisou que

a maioria dos adolescentes que frequentam esses locais com grupos de amigos não consumiam, apenas passeavam e buscavam entretenimento.

Observou-se também que o maior fluxo de adolescentes ocorre no sábado à noite (Frúgoli, 1992) e que não há proibição da entrada de menores no local, como descrito por Silva, Leme e Santos (2018). Porém, a segurança em dia de “rolezinho” é ampliada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que os objetivos desta observação foram atingidos, uma vez que foi possível identificar, entre os adolescentes que frequentam os centros de compra, comportamentos como uso de celular e padrões de vestimenta compatíveis com cada tribo urbana. Os adolescentes, na maioria das vezes, frequentam o *shopping* na companhia de amigos e sua única finalidade é a socialização. Conversam e circulam, entram nas lojas e manuseiam produtos, mas raramente compram algum item.

Foram identificadas tribos urbanas, visto que os grupos adolescentes usavam determinados estilos de roupa, sendo os mais encontrados os “funkeiros” e os “padrões”. Observou-se também que, quando em grupos, não fazem uso do celular.

O presente estudo é relevante, pois permitiu conhecer melhor os padrões particulares de cada tribo urbana, além de verificar que esses grupos exercem influência na formação da identidade dos adolescentes. Foi constatado que o consumo nesses espaços fica em segundo plano para os adolescentes, que vão ao local para encontrar os amigos e socializar, desligando inclusive seus celulares.

Como sugestão para futuros estudos, indica-se a realização de entrevistas para investigar as motivações dos adolescentes para frequentar esses espaços e se eles consideram que fazem parte de alguma tribo urbana.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, J. C. (coord.). Os jovens e a Internet: representação, utilização, apropriação. **Instituto de Estudos Jornalísticos**. Universidade de Coimbra, 2002. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2 =abrantese-jose-carlos-jovensinternet.html Acesso em: 15 maio 2023.

ALVES; G. M. **A Construção da identidade do adolescente e a influência dos rótulos**. 2008. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Universidade do

Extremo Sul Catarinense, UNESC. Criciúma, 2008. Disponível em: <http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/GabrielaMacileAlves.pdf>. Acesso em: 15 maio 2023.

BARBOSA, N.A.C.; COSTA, B. P.; NUNES, D. M. Espacialidades Otaku: uma análise sobre corpos femininos no ciberespaço. 2022. *In: WORKSHOP DE GEOGRAFIA CULTURAL: Relações étnico-raciais, sexualidade e gênero – Por uma Geografia da Diversidade*, 5. Alfenas: UNIFAL, 2022.

BARRETO, M. C. **As meninas do TikTok**: subjetividade e visibilidade na rede social da geração Z. 2022. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Comunicação - Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BUENO, C. DE O.; STRELHOW, M. R. W.; CÂMARA, S. G. Inserção em grupos formais e qualidade de vida entre adolescentes. **Psico-USF**, v. 15, n. 3, p. 311-320, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/m5NH3gZPfbjHNRQvwzQdSM/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 22 abr. 2023.

FEIXA, C. **De jóvenes, bandas y tribus**. Barcelona: Ariel, 1988.

FENWIK, E.; SMITH, T. **Adolescência**: guia de sobrevivência para pais e adolescentes. São Paulo: Ática, 1996.

FERNANDES, L. F.; RIOS, R. **Enciclonérdia**: almanaque de cultura nerd. São Paulo, SP: Panda Books, 2011.

FERRONATO, P. B.; PERINI, A. Rolezeiros e funk ostentação: tribos urbanas de movimento social e cultural e a sua interferência na construção estética da moda atual. **Strategic Design Research Journal**, v. 8, n. 3, 2015.

FRÚGOLI, H. JR. Os *shoppings* de São Paulo e a trama do urbano: um olhar antropológico. *In: PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI H. JR. (coord.). Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 75-92.

GIRARDI, N. da S. **Moda na era do Tiktok**: do supermercado de estilos às tendências virais. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2023.

HASTREITER, S. T.; MARCHETTI, R.; PRADO, P. **Tipologia de consumidores baseada nas razões e motivações de frequência em shopping centers**. Disponível em: <https://www.academia.edu/2869731/Tipologia_de_consumidores_baseada_nas_raz%C3%B5es_e_motiva%C3%A7%C3%B5es_de_freq%C3%BC%C3%Aancia_em_shopping_centers>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em https://docente.ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy_of_historia-i/historia-ii/china-e-india Acesso em: 29 abr. 2023.

LEFÈBVRE, H. **O Direito à Cidade**. Tradução de Rubens Frias. São Paulo: Moraes, 1991.

LEITE, N. C. S. **A tribo emo:** as emoções como mediações constitutivas da adolescência. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

LING, R; YTTRI, B. Hyper-coordination via mobile phones in Norway. *In:* KATZ, J.; AAKHUS, M. A (ed.). **Perpetual Contact:** Mobile Communication, Private Talk, Public Performance. New York: Cambridge University Press, 2002.

LIU, F.; MAITLIS, S. Non-participant observation. *In:* Mills, A.; Durepos, G.; Wiebe, E. (ed.). **Sage Encyclopedia of case study research.** Los Angeles: Sage Publications Ltd. Disponível em:
<https://archive.org/details/2.encyclopediaOfCaseStudyResearch/page/n3/mode/2up?view=theater&q=nonparticipant> Acesso em: 18 jul. 2023.

MANTE-MEIJNER, E.; PIRIS, D. El uso de la mensajería móvil por los jóvenes en Holanda. **Revista de Estudios de Juventud**, v. 57, p. 47-58, 2002. Disponível em
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3256521> Acesso em: 19 maio 2023.

MORIGI, J. DE B. Shopping Centers como Espaços de Consumo e de Lazer: o caso do Maringá Park e do Catuaí Shopping de Maringá, Paraná, Brasil. **Observatorium:** Revista Eletrônica de Geografia, v.9, n.1, p. 85-111, jan./abr. 2018. Disponível em:
<https://seer.ufu.br/index.php/Observatorium/article/view/45566/24332> Acesso em: 19 abr. 2023.

NOVELLO, M. P. **Tribos urbanas de adolescentes e suas significações sobre conhecimento.** 2007. 132 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2007. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/638> Acesso em: 14 maio 2023.

OLIVEIRA, M. C. S. L.; CAMILO, A. A.; ASSUNÇÃO, C. V. Tribos urbanas como contexto de desenvolvimento de adolescentes: relação com pares e negociação de diferenças. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 11, n. 1, p. 61-75, jun. 2003. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2003000100007&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 10 maio 2023.

OSÓRIO, L. C. **Adolescência hoje.** 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.

PADILHA, V. **Shopping center:** a catedral das mercadorias. Rio de Janeiro: Boitempo, 2006.

PAPALIA, D.; FELDMAN, R. **Desenvolvimento Humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

PAVÍA, V.; GERLERO, J.; APENDINO, J. **Adolescencia, grupo y tiempo libre.** 2. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1995.

PINTAUDI, S. M. O shopping center no Brasil: condições de surgimento e estratégias de localização. *In:* PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI H. JR. (coord.). **Shopping centers:** espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras. São Paulo: UNESP, 1992, p. 15-44.

PINTAUDI, S. M. **O templo da mercadoria**: estudo sobre os shopping-centers do Estado de São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.8.1990.tde-22102021-225858> Acesso em: 17 abr. 2023.

QUINET, A. **A ciência psiquiátrica nos discursos da contemporaneidade**. 2014. Disponível em: https://lacanian.memory.online.fr/AQuinet_Ciencia.rtf Acesso em: 19 Maio 2023.

SANT'ANNA, H. C.; GARCIA, A. Tecnologia da comunicação e mediação social: o papel da telefonia celular na amizade entre adolescentes. **Interação em Psicologia**, Curitiba, v. 15, n. 1, out. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/7537> Acesso em: 26 maio 2023.

SANTOS, P. J. DOS; FAGUNDES, A. F. A.; OLIVEIRA, C. R. DE. Territórios simbólicos de identidades *geeks*: o consumo de fantasias e ficções na construção das identidades coletivas de uma tribo urbana. **Organizações e Sociedade**, v. 29, n. 100, p. 74–97, 2022.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. DE M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/?lang=pt#> Acesso em: 27 abr. 2023.

SILVA, C. H. C. DA; LEME, E. R. J.; SANTOS, J. A. M. Cidade, Comércio, Consumo e Lazer: uma análise a partir dos shopping centers. **Estudos Geográficos**, v. 16, n.2, p. 64 - 81, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>. Acesso em: 20 abr. 2023.

SILVA, V. F. DA. **Estudo sobre as tribos urbanas e sua relação com a sociedade**. 2017. 31 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura - Educação Física) - Instituto de Biociências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/156422>. Acesso em: 19 maio 2023.

SOARES, S. S. D.; CÂMARA, G. C. V. Tecnologia e Subjetividade: impactos do uso do celular no cotidiano de adolescentes. **Pretextos**, v. 1, n. 2, p. 204 - 223, 1 dez. 2016.

Disponível em:

<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/13619#:~:text=Os%20resultad os%20apontaram%20que%20os,ele%20uma%20relação%20de%20dependência> Acesso em: 19 maio 2023.

SOUSA, K. C. DE.; OLIVEIRA, J. DE A. Juventudes e consumo: um estudo empírico com jovens da periferia de Fortaleza. **UFC**, 2012. Disponível em: <http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-127.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

SRIVASTAVA, L. Mobile phones and the evolution of social behaviour. **Behaviour & Information Technology**, v. 24, p. 112-129, 2005. Disponível em: <https://files.osf.io/v1/resources/bf8x5/providers/osfstorage/58e544e96c613b022e4a94f7?action=download&version=1&mode=render&direct> Acesso em: 19 maio 2023.

VERZA, F. **O uso do celular na adolescência e sua relação com a família e grupo de amigos**. Porto Alegre: PUCRS, 2008. Disponível em:

<https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/4796/1/000411130-Texto%2BCompleto-0.pdf> Acesso em: 19 maio 2023.

WYPYCH, P. R. Shopping Center: espaço de lazer e socialização para o adolescente.

Mediação, v. 13, jul./dez. 2011. Disponível em:

<http://revista.fumec.br/index.php/mediacao/article/view/520>. Acesso em: 17 abr. 2023.

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DOS PADRÕES ESTÉTICOS CULTURAIS FEMININOS ENCONTRADOS NAS REDES SOCIAIS

Armando Rocha Junior
Bruna Caroline de Paula

INTRODUÇÃO

As redes sociais estão disponíveis em praticamente todo o mundo e se configuram de diversas formas, com diferentes finalidades e públicos. Segundo Vieira, Kilpp e Vogel (2021, p. 1) na sociedade atual pode-se perceber a Internet como uma das principais ferramentas de comunicação e como fonte de informação.

O uso das redes e sua influência sobre o comportamento são um fenômeno recente que vem sendo estudado por várias áreas do conhecimento para entender os efeitos à sua exposição. Um desses efeitos é o reforço dos padrões de beleza e suas implicações no comportamento das mulheres.

A busca pela beleza está enraizada na história da humanidade desde seus primórdios. É possível perceber que cada época tinha seu padrão estético, considerado como o ideal a se seguir.

Para Lira *et al.* (2017), o Instagram tem sido atualmente um dos canais mais utilizados para a construção e a divulgação dos padrões estéticos de beleza, reforçando cada vez mais a ditadura da magreza entre as mulheres. E para conseguir um corpo perfeito, não importam os sacrifícios que se tenha que fazer ou por quais procedimentos tenha que passar.

Todos os dias, mulheres influentes no Instagram postam nos seus perfis a nova cirurgia plástica que fizeram, o novo creme redutor de medidas que começaram a usar, a nova dieta que adotaram, tudo para ficar ainda mais belas aos olhos da sociedade, apresentando essas alternativas como soluções para as mulheres que se sentem insatisfeitas com sua aparência e que recebem diariamente esse reforço social.

No presente capítulo apresenta-se uma pesquisa realizada por meio do método de revisão bibliográfica, buscando referenciais teóricos com base na abordagem psicanalítica sobre a busca da mulher pela beleza, com o objetivo de analisar as consequências psicológicas dos padrões estéticos femininos ao longo dos anos e com a ascensão do Instagram.

Nas próximas seções serão apresentadas e contextualizadas as redes sociais, a visão de corpo, os transtornos alimentares, a disformia corporal e a construção histórica da beleza feminina na sociedade, sendo os resultados discutidos à luz da teoria psicanalítica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O corpo na visão da Psicanálise

Para Nasio (1992 *apud* Pradella, 2020), a nossa visão é constituída por imagens que, ocasionalmente, podem vir a fascinar o nosso olhar. Portanto, visão e olhar são diferentes. O olhar se tornará uma consequência da imagem para o eu, sendo, portanto, provocado por algo externo a nós. Podemos concluir que, segundo a dinâmica psicanalista, a imagem não seria vista pelos olhos, mas pelo eu.

Para Dolto (1984 p. 14 *apud* Souza, 2007, p. 46) a imagem do corpo está associada ao sujeito e a sua história:

A imagem do corpo é a síntese viva de nossas experiências emocionais: inter-humanas, repetitivamente vividas através das sensações erógenas eletivas, arcaicas ou atuais. Ela pode ser considerada como a encarnação simbólica, inconsciente do sujeito desejante, e isto antes mesmo de que o indivíduo em questão seja capaz de designar-se a si mesmo pelo pronome pessoal eu e saiba dizer eu [...]. a imagem do corpo é, a cada momento, memória inconsciente de todo o vivido relacional e, ao mesmo tempo, ela é atual, viva, em situação dinâmica.

O corpo se torna um lugar marcado e habitado pelos conteúdos imaginários que rondam suas vivências corporais e pela linguagem que o atravessa. Portanto, o corpo é constituído não somente pelas necessidades vitais, mas a partir delas e por elas, também pelo desejo (Souza, 2007)

Para a Psicanálise, o corpo é fantasmático. “É para o fantasma que se dirige o desejo, e não para o real; é no nível da representação que se passa à Psicanálise” (Garcia-Roza, 1999, p. 117 *apud* Pradella, 2020, p. 16).

Fernandes (2003 p. 85 *apud* Souza, 2007, p. 33) faz uma importante observação acerca do corpo psicanalítico:

O corpo psicanalítico encontra seu lugar não apenas em uma anatomia e em uma filosofia objetivas, mas também em uma anatomia própria, singular. Tal anatomia se constrói a partir do cenário fantasmático de cada um. Está claro que encontramos nas manifestações objetivas do corpo biológico as ressonâncias desse outro Corpo, portador de múltiplos sentidos e significações em função desse cenário fantasmático. E é isso que faz do corpo biológico um corpo com linguagem, aberto à abordagem psicanalítica.

Entretanto, segundo Souza (2007), atualmente o corpo nos chama de outro lugar, do alto de sua exterioridade, assombrado por sua imagem. Para a autora, talvez nunca estivéssemos tão submetidos e fascinados pelo seu exterior quanto nos dias de hoje.

Seguindo esse ponto de vista, o corpo compartilhado com quem o observa de fora se confirma quando os valores conferidos às suas formas precisam ser discutidos, avaliados e mensurados nos espaços públicos. De igual modo é o corpo quando tema de reportagens, título de livros, alvo de propagandas, objeto de consumo da moda e, fundamentalmente, da ciência médica e tecnológica, que se apresenta traçado, medido, pesado e esquadrinhado milimetricamente pelo discurso do outro, seja este anônimo ou não (Souza, 2007).

Miele (2002, p.11 *apud* Souza, 2007, p. 46) afirma que a imagem do corpo nos atinge de fora: “imagem para vestir, usar como roupa; roupa sob medida, porém frequentemente malfeita”.

O corpo e o Complexo de Édipo

Segundo Souza (2007, p. 17):

Nesse sentido, não é demais lembrar que, desde a histórica de Freud até nossos dias, a mulher consegue exprimir por meio de seu corpo sinais sugestivos de conflitos e questionamentos psíquicos que não consegue expressar por palavras. Assim, o corpo feminino aparece na cena pública e no discurso da mulher, atravessado por uma questão que se coloca, sobretudo, entre ela e o olhar do outro, seu espelho; ou entre ela e suas questões inconscientes.

A autora ressalta que, sob ótica da Psicanálise, o corpo é formado por conteúdos inconscientes das nossas vivências corporais mais antigas. Ou seja, o corpo é o nosso primeiro meio de contato com as experiências externas, como por exemplo, os cinco sentidos, fazendo com que essas se tornem simbólicas, inscritas no inconsciente. Conforme mais experiências são vivenciadas, esse processo se repete ao longo da vida, gerando conteúdos inconscientes e imaginários a respeito das vivências.

Portanto, o corpo não seria apenas biológico, mas também um corpo simbólico, repleto de representações, e é a externalização dessas representações que permite que o corpo seja observável pela abordagem psicanalítica, tornando-se um corpo-linguagem (Fernandes, 2003 *apud* Souza, 2007, p.33).

A feminilidade envolve a sexualidade e suas diversas características, entre elas a fantasia, segundo o discurso freudiano, da inveja do pênis.

Na figura da feminilidade, encontram-se diversos traços da sexualidade: desamparo, inquietação, finitude, incompletude, fendas corpóreas,

polimorfismo, inexistência de objeto fixo da pulsão. A partir destas questões acerca da feminilidade, inscreve-se no discurso freudiano a fantasia feminina da inveja do pênis (Birman, 1999 *apud* Pradella, 2020, p. 19).

O complexo de castração seria, portanto, o ponta pé inicial para o complexo de Édipo:

Quando a menina enxerga um órgão genital masculino, o pênis, torna-se doloroso aceitar este desagradável conhecimento. Cria expectativas inconscientes de um dia também ter este órgão genital. Só mais tarde a menina compreende que a castração se estende a outras crianças e também a adultos, como a mãe (Freud, 1931/1996, *apud* Pradella, 2020, p. 20).

Percebemos que, para a menina, o fato de ser castrada leva à feminilidade, tentando preencher o vazio da falta do falo. É nesse ponto, também, que surge a vontade de ser mãe. Para Soler (2003, p. 28 *apud* Pradella, 2020, p. 20), “A mulher é invenção da cultura, história, que muda de feição conforme as épocas”. Essa afirmação reforça a ideia de que a mulher e a feminilidade também estão associadas ao contexto social.

Para Dolto (1984, p.30 *apud* Souza, 2007, p. 49) a imagem corporal está mais ligada ao desejo do que a necessidade, ou seja, alcançar a perfeição não é algo necessário, mas sim um desejo a ser satisfeito. A autora afirma que se trata “da imagem do corpo que coexiste com a expressão do sujeito e testemunha a falta de ser, que o desejo terá sempre a intenção de preencher”.

Rosenfeld (2005 *apud* Souza, 2007, p. 50) acrescenta que:

A imagem do corpo é incessantemente criada e recriada. As carícias e as primeiras manifestações de ternura das pessoas que cercam a criança pequena dão molde e forma a essa imagem de seu próprio corpo através da contenção (*containment*) e do contato visual. Trata-se de um processo dialético, no qual o meio ambiente desempenha também um papel.

Levanta-se novamente uma das falas de Dolto (1984 *apud* Souza, 2007, p. 59): “ao longo da evolução de um ser humano, a função simbólica, a castração e a imagem do corpo estão estreitamente ligadas.”

Reforçado por Freud (1933 *apud* Souza, 2007, p. 66):

É o Complexo de castração que prepara para o Complexo de Édipo, em vez de destruí-lo. Assim, a menina é forçada a abandonar a ligação com sua mãe através da influência de sua inveja do pênis e entra na situação edipiana como se esta fosse um refúgio. Como não existe o temor da castração, esclarece Freud, “as meninas permanecem no Complexo de Édipo por tempo indeterminado, destroem-no tardiamente e, ainda assim, de modo incompleto.”

Transtornos Alimentares

Segundo Marini, (2016) os transtornos alimentares são considerados distúrbios psiquiátricos e se devem a múltiplas causas, incluindo fatores biológicos, psicológicos e socioculturais. A anorexia e a bulimia nervosa são os dois principais transtornos alimentares e apresentam em comum distorção de imagem, preocupação excessiva com o peso, dietas extremamente restritivas e perda severa de peso em prol de uma busca infundável pelo ideal de magreza.

Marini (2016) explica que a palavra anorexia deriva do grego *orexis*, que significa desejo, precedida por *a*, que significa negação, resultando em negação do desejo e caracterizando-se pela recusa alimentar e consequente perda acentuada de peso. Já bulimia também tem origem grega e significa *fome de boi*. Caracteriza-se por uma grande ingestão de comida em seguida expelida por vômito autoinduzido ou laxantes.

De acordo com Lawrence (2003 *apud* Marini, 2016) os transtornos alimentares seriam mecanismos de defesa contra a dor da realidade edipiana e se manifestariam em formas de sintomas corporais e alimentares.

Kelner (2004, p. 37) descreve a compulsão alimentar com objetivo de evitar um vazio: [...] A compulsão se entende, segundo esta bipolaridade, de uma falta interior a preencher ou a reparar e de uma representação de desejo a anular ou a destruir. Talvez a bulimia seja, paradoxalmente, o meio do qual se serve para destruir, por asfixia, por sufocação [...].

Apesar de anorexia e bulimia serem considerados transtornos atuais, segundo Gomes *et al.* (2020), na Idade Média se definia a anorexia como um desejo de ascender ao Divino, ou seja, alcançar a Deus.

Freud (1923 *apud* Gomes *et al.*, 2020, p. 105) afirma que “[...] o Eu deriva, em última instância, das sensações corporais, principalmente daquelas oriundas dasuperfície do corpo. Pode ser visto, assim, como uma projeção mental da superfície do corpo [...]”. Para Gomes *et al.* (2020, p. 105), a “ anorexia é produto de um conflito que se traduz na dificuldade de uma satisfação pulsional, como uma mensagem formulada pelo inconsciente, que é endereçada ao outro”.

Green (2008 *apud* Lucas, 2015, p. 24) explica que, com relação à bulimia, há uma busca desesperada de preencher o vazio com quaisquer que sejam os objetos internos: “a luta contra o sentimento de vazio interior não encontra nenhum remédio”.

Nos transtornos alimentares, o corpo gera um vazio. Segundo Lucas (2015), a dor psíquica se refugia nos corpos, como uma forma de externalizar aquilo que está acontecendo internamente.

Lisondo (2004 *apud* Lucas, 2015, p. 29) considera que a defesa contra a dor psíquica se origina da geração em que vivemos, “no sentido de que a cultura do vazio gera patologias do vazio [...]. Essas experiências psíquicas sem representação obstaculizariam o processo identitário”.

Costa (2004 *apud* Lucas, 2015, p. 31) ressalta que a sociedade idealiza um corpo e experiências sensoriais que irão trazer plenitude e felicidade, porém, por outro lado, “há um apagamento dos sentimentos e a experiência afetiva é descartada, ficando o indivíduo à deriva em meio a experiências esvaziadas de sentido, comprometendo assim o próprio sentimento de existir”.

Um depoimento da atriz Lily Collins pode exemplificar os padrões de magreza valorizados pela sociedade atual. Em 2017, a atriz interpretou uma jovem anoréxica no filme *To the Bone* (O Mínimo para Viver) e, para tanto, passou por um intenso processo de emagrecimento. Em entrevista à revista *The Edit*, a atriz relata uma situação que ocorreu durante a preparação para o papel:

“Eu estava saindo de casa esses dias e uma mulher que conheço há muito tempo, da idade da minha mãe, olhou para mim e disse ‘Uau, olhe para você!’ Eu tentei explicar que estava emagrecendo para um papel e ela disse: ‘Não! Eu quero saber o que você está fazendo, você está ótima!’ Depois disso, entrei no carro da minha mãe e disse ‘É por isso que esse problema existe”.

Transtorno Dismórfico Corporal

O corpo não é apenas biológico, mas construído pelo indivíduo ao longo de suas experiências. Para Dolto (2010 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018), o corpo é também social, pois exerce e sofre influência histórica e sociocultural.

O Transtorno Dismórfico Corporal (TDC) é um diagnóstico psiquiátrico caracterizado por uma preocupação extrema com imperfeições inexistentes ou sutis em diferentes partes do corpo, gerando angústia e afetando o bem-estar (Monteiro, 2003 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018).

Nasio (2009 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018) afirma que, diante do espelho, a pessoa está frente a duas imagens de seu corpo: o reflexo do seu corpo físico e a imagem mental que aquele reflexo proporciona sensorialmente, por exemplo, peso ou leveza.

No caso de indivíduos com quadro de TDC, é muito comum a realização de procedimentos e cirurgias estéticas com o intuito de corrigir imperfeições para se sentir bem consigo mesmo. Porém, por se tratar de imperfeições quase sempre imaginárias, poderá surgir uma nova insatisfação com outras partes do corpo. Souza, Silva e Machado (2018) exemplificam que uma pessoa pode se sentir incomodada com a barriga e realizar uma lipoaspiração, mas, em seguida, passa a se preocupar com o nariz.

Podemos observar no TDC que a insatisfação corporal não está associada ao peso, e sim a partes do corpo. Portanto, o portador de TDC não necessariamente desenvolverá transtornos alimentares, pois não se trata de medo de engordar, mas de que partes do corpo se deformarem. (Nascimento; Appolinario; Fontenelle, 2012, *apud* Souza; Silva; Machado, 2018)

Castilho (2001 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018) há onze anos já apontava que, na sociedade atual, não estar dentro dos padrões de beleza representa fracasso. Atualmente esse assunto adquire ainda mais força e visibilidade, principalmente com a expansão do alcance das redes sociais. Para o autor, a autoestima feminina está muito associada à aparência, o que leva as mulheres a uma maior probabilidade de desenvolver uma imagem corporal negativa e problemas relacionados a ela.

Sobre a origem do TDC, Monteiro (2003 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018, p. 16) explica que

A teoria psicanalítica propõe que a origem desse transtorno surge do deslocamento inconsciente de conflitos sexuais ou emocionais, de sentimentos de inferioridade, timidez, insegurança e até culpa, associados a fatores socioculturais que podem afetar a imagem que a pessoa concebe de si mesma e de seu corpo.

Freud (1996 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018, p. 16) refere-se a essa situação afirmando que a influência do mundo externo e as exigências pulsionais se encontrariam de alguma forma. Para o autor, a autoestima se desenvolve na infância e se firma por um ideal. Portanto, quando a criança cresce e não consegue alcançar esse ideal, “vêm as inibições, sintomas e ansiedades, inserindo um sentimento de inferioridade.” (Freud, 2011 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018, p. 17)

De acordo com Dolto (2010 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018, p. 17) a partir da imagem do corpo cria-se um modelo inconsciente, “uma personificação do seu desejo”, ou

seja, é como se aquela pulsão que precisa ser satisfeita de alguma forma encontrasse abrigo na imagem corporal e construísse ali sua casa.

Seguindo essa linha, para Nasio (2009 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018, p. 20), nossa imagem corporal está sujeita a distorções:

[...] as imagens deformadas de nosso corpo criam negativamente uma distorcida imagem de nosso eu, e a partir daí angústia e sofrimento passam a fazer parte da rotina da pessoa, onde a real visão do corpo vai se perdendo e em seu lugar surge uma visão insatisfeita relativa ao que se vê, e fazer as pazes com o corpo é lidar com essa insatisfação.

Complementando esse pensamento, Freud (1996 *apud* Souza; Silva; Machado, 2018, p. 20) comenta o caráter infrutífero da busca pelo corpo perfeito:

Nos tira qualquer esperança de alcançar esse corpo ideal tão desejado que a medicina prometa nos entregar, nos livrando do mal estar, visto que nem mesmo todos os avanços da ciência poderão dar ao homem o total controle sobre seu corpo, deixando sempre algo a desejar, exigindo assim do sujeito sempre o investimento de energia psíquica na sua relação com o corpo.

Construção histórica do padrão estético

A condição de ser mulher está relacionada com o discurso social vigente: “A mulher é uma invenção da cultura, da história, que muda de feição conforme as épocas” (Soler, 2003, p. 28, *apud* Pradella, 2020, p. 20)

Segundo Brasília (2007), desde a antiguidade nota-se a presença das práticas sociais de beleza, com a utilização de produtos e artefatos para se alcançar uma aparência bela. Em 1372 a.C., a mulher egípcia já tomava vários cuidados em relação ao corpo, incluindo o hábito de raspar constantemente os cabelos e usar perucas, a fim de evitar qualquer risco de contágio por piolhos. Como parte de seu embelezamento, maquiavam o corpo e o rosto, ressaltando os olhos, que era uma parte do corpo valorizada (Rousso, 2000 *apud* Brasília, 2007, p. 48).

Na Grécia antiga, a beleza estava relacionada à harmonia das proporções. Segundo Brasília (2007), as mulheres nobres não utilizavam maquiagem e somente as mulheres impuras, chamadas de cortesãs, eram autorizadas a se maquiarem.

A beleza na Idade Média passa a ter um sentido negativo, pois a beleza da mulher seria capaz de levar um homem à perdição e ao pecado. “A construção da imagem bela passa a ser definida como algo nocivo, uma prática que não deveria ser adotada pelas mulheres, pois levaria

o homem ao pecado” (Brasílio, 2007, p. 49). Portanto, o ideal estaria relacionado à pureza, personificada na Virgem Maria.

Já no Renascimento os padrões retomam à Antiguidade e a mulher passa a ter sua beleza exaltada, sendo considerada a criação mais bela de Deus. Ser bela significa ter corpo farto, pele clara e cabelos louros. As mulheres que não possuísem essa coloração natural, para atingi-la “[...] passavam dias inteiros ao sol, envoltas em véus, usando um chapéu sem copa, de onde saíam os cabelos umedecidos com uma mistura descolorante feita de açafraão e limão” (Rouso, 2000 *apud* Brasílio, 2007, p. 51).

No final do Renascimento surge o corpete, a fim de disfarçar o volume do ventre, afinar a cintura e levantar os seios. Logo em seguida, começa a ser utilizado o espartilho, que apertava tanto o estômago que muitas mulheres chegavam a desmaiar.

No Romantismo, as mulheres deveriam ser magras e seu rosto “esculpido no mármore, marcado por um selo fatal, uma palidez esverdeada e lívida que transparece os véus negros”. Para alcançar esse padrão ideal, as mulheres cobriam o rosto com preparados de açafraão ou de tinta azul e não hesitam em tomar vinagre, muito suco de limão e “em jejuar a ponto de desmaiar, a fim de expulsar uma grosseira e deplorável saúde e alcançar o mais rápido possível a suprema distinção, que somente a aparência espectral das tísicas agonizantes conferia (Rouso, 2000, *apud* Brasílio, 2007, p. 56).

É na década de 1900 que os cosméticos passam a ser industrializados, enriquecendo mais a área de cuidados com a beleza. Nos Estados Unidos, em 1921, acontece o primeiro concurso de beleza. Segundo Basílio (2007, p. 58), as *misses* passam a ser invejadas por várias mulheres, já que conseguiam, pela beleza, alcançar a ascensão social. Nesse contexto, as modelos se tornarão, cada vez mais, exemplos a serem seguidos como ideal de beleza (Brasílio, 2007, p. 58).

Alguns anos depois, em 1930, o cinema passa a ser a referência de beleza feminina, exercendo influência principalmente sobre as mulheres. Segundo Brasílio (2007), a beleza exibida nos filmes desperta nas mulheres o imaginário de que a beleza as conduzirá ao seu objeto de desejo.

Segundo Chahine *et al.*, 2000 *apud* Brasílio, 2007) a década de 1950 foi marcada pela incerteza, por ser posterior à Primeira Guerra e trazer novamente à tona tradicionalismo e conservadorismo. O papel de mãe e esposa recatada é reforçado para as mulheres. É nessa época que se dá a ascensão de Marylin Monroe, transmitindo ingenuidade e sensualidade ao

mesmo tempo. Com um corpo curvilíneo e mais avantajado, tornou-se também o grande símbolo sexual da década.

Brasília (2007, p. 61) comenta que a imagem da mulher trazida pelo cinema,

Da maneira que é apresentada, aparece como algo fácil de ser conquistado e imitado, levando a consumir estas práticas da beleza e a não a alcançar, gerando, assim, uma insatisfação com a própria imagem. Como consequência, as mulheres são induzidas a buscar, constantemente, essa imagem, mesmo que nunca obtida.

Na década de 1980, a autora acrescenta que o conceito de beleza passa a ser reforçado com a propagação dos exercícios físicos, ou seja, a mulher que não se esforça para perder os quilos a mais passa a ser vista como feia e preguiçosa. É nesse mesmo período que a cirurgia plástica começa a ganhar mais espaço, devido à limitação dos treinos físicos para a solução de determinados problemas.

Nos Estados Unidos, o número de intervenções cirúrgicas aumentou 63% somente no ano de 1988: “pratica-se a lipoaspiração, injeta-se colágeno nos lábios, retifica-se um nariz, diminui-se uma pálpebra, aumenta-se o volume dos seios [...]” (Chahine *et. al.*, 2000, *apud* Brasília, 2007, p. 64).

No início dos anos 1990, modelos extremamente magras vendiam um novo padrão de beleza nas passarelas. As vendas de cosméticos para tratamento corporais aumentaram entre 2000 e 2001, os salões de beleza se multiplicaram e as cirurgias plásticas tiveram um aumento anual altamente significativo (Vigarello 2006, *apud* Suenaga *et al.*, 2012).

O padrão estético e as redes sociais

Atualmente, as redes sociais levam rapidamente aos usuários as novidades mais recentes e as tendências que estão em alta. A mídia não diz ao público como pensar, mas sim sobre o que pensar (Almeida, 2012 *apud* Suenaga *et al.*, 2012)

Um dos maiores marcos da contemporaneidade é o constante desenvolvimento e avanço da tecnologia, o que torna a Internet não apenas um entretenimento, mas também um meio de comunicação funcional. Suas ferramentas, como as mídias sociais, modificaram a forma de relacionamento entre os usuários (Mundim; Anjos, 2018 *apud* Vieira, 2019).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2018 demonstra que 70,5% do público brasileiro tem acesso à Internet, ou seja, a sociedade brasileira está se tornando cada vez mais conectada (Vieira, 2019).

Sendo uma das redes sociais mais utilizadas na atualidade, o Instagram foi lançado em 2010. Segundo Vieira (2019, p. 1), “o aplicativo gratuito possibilita aos usuários tirar fotos, escolher filtros e compartilhar as fotos em tempo real”. A autora informa que em 2018 o aplicativo atingiu 1 bilhão de usuários ativos, sendo o Brasil a segunda maior base da rede, com 66 milhões de usuários ativos.

Segundo Vieira (2019, p. 1), é com o Instagram que surgem as chamadas “influenciadoras digitais”, pessoas que ganham destaque nas redes sociais com a produção de conteúdo e passam a ter uma audiência diária dos seguidores, com quem também compartilham sua vida pessoal e sua rotina e inspiram seu público a ser como elas. A autora ressalta que “nesse sentido, redes sociais como o Instagram podem favorecer o aparecimento de novas formas de subjetividade que geram benefícios ou malefícios no âmbito individual e social”. Por meio do que é compartilhado, é possível observar o propósito do influenciador digital na sociedade contemporânea:

Existem os que iniciaram seus trabalhos em rede com o objetivo principal de divulgar suas ideologias à sociedade e gerar discussões críticas. Por outro lado, existem os de cunho mais comercial, que visam diretamente ganhar patrocínios de marcas. Estes últimos, em sua maioria, atendem a um padrão estético social (Yunes; Rosa; Taschetto, 2019, p. 275).

Os conteúdos postados nas redes sociais viabilizam ao indivíduo a construção da imagem de si que ele deseja compartilhar, com características que se formam a partir dos estereótipos predominantes do seu meio social (Carrera, 2012 *apud* Vieira, 2019). Portanto, o Instagram se tornou uma válvula de escape, que possibilita a identificação e o reconhecimento por meio do olhar do outro.

Um dos assuntos mais constantes no Instagram é a associação entre mulher, beleza e saúde. É comum que as mulheres se espelhem nas influenciadoras digitais, buscando formas de estar cada vez mais parecidas com elas, seja na aparência corporal ou na forma de se comportar e de se vestir (Vieira, 2019)

Yunes, Rosa e Taschetto (2019) consideram os influenciadores digitais como criadores de novas representações sociais, rótulos e estereótipos acerca de diferentes fenômenos sociais. Nesse contexto, a representação social é disseminada por meio de atitudes, opiniões, estereótipos e imagens que refletem o que a sociedade contemporânea entende como realidade. Portanto, os estereótipos nada mais são do que reflexos da interação de grupos que compartilham das mesmas ideias e do que é entendido como sendo padrão e ou comum a esse determinado grupo. Para os autores, ainda nessa perspectiva, as mensagens transmitidas pelos

influenciadores digitais advêm de valores culturais pré-determinados pela comunidade (Yunes; Rosa; Taschetto, 2019).

Segundo Ladeira (2018), o consumo estimulado pelas redes sociais vai além de suprir nossas necessidades diárias e passa a ser um recurso utilizado estrategicamente para reforçar o consumo desenfreado, a partir de um determinado padrão estético. É desse modo que surge o desejo de adquirir determinado produto ou de alcançar certo tipo de corpo, com a criação das falsas necessidades, que “não são para a subsistência do indivíduo ou indispensáveis para o seu dia a dia; são, no entanto, desejos construídos a partir de influências e comparações sociais, internalizados de tal forma, que emergem-no indivíduo como necessidade” (Ladeira, 2018, p. 8).

Com o objetivo de atender às demandas para se encaixar nos padrões estéticos, a sociedade recorre a tratamentos, dietas, exercícios físicos, procedimentos estéticos, em busca de reconhecimento social. O original e o humano se tornaram raridade na Internet, o que vem impactando diretamente o mundo real (Yunes; Rosa; Taschetto, 2019).

Os dispositivos midiáticos e sociais geram impactos que, muito frequentemente, levam ao sofrimento. Esse sofrimento pode desencadear transtornos como anorexia, bulimia, transtorno dismórfico corporal e outros (Ladeira, 2018).

No ano de 2013, segundo o *International Society of Aesthetic Plastic Surgery* – ISAPS, o Brasil ganhou destaque por ocupar o primeiro lugar entre os países que mais realizaram cirurgias plásticas no mundo. Além disso, dados divulgados pela Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica – SBCP - demonstram que, ao longo de quatro anos, o número de cirurgias plásticas realizadas em adolescentes entre 14 e 18 anos aumentou mais que o dobro (Ladeira, 2018).

As cirurgias plásticas e os demais procedimentos estéticos surgem como estratégias para o indivíduo se encaixar nos padrões estéticos da sociedade e aumentar seu bem-estar. De acordo com os dados da ISAPS, o Brasil registrou no ano de 2015 cerca de 1.224.300 procedimentos estéticos, ficando atrás somente dos EUA, e as mulheres representam 87,2% do público que se submeteu a esses procedimentos (Vieira, 2019).

Portanto, a expansão da possibilidade de uma interação rápida e eficaz fez com que as redes sociais ampliassem as conexões e aproximações, porém reforçou um desligamento com a realidade (Franklin, 2019 *apud* Vieira, 2019, p. 20).

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Mais do que influência, os padrões de beleza se tornaram uma cultura em nossa sociedade, deixando de ser uma referência estética para se tornar objeto de autoestima. Quanto mais próximo do padrão, maior o sentimento de pertencimento.

Olhar-se no espelho e se sentir diferente traz desconforto, e ser igual a todos traz conforto. A sensação de finalmente se reconhecer como parte da cultura dominante torna-se um vício, cada vez mais inalcançável.

Assim como foi mencionado nas seções anteriores que os padrões estéticos seriam o fantasma que assombra as mulheres, a busca pela perfeição também pode ser considerada como uma busca pelo olhar do outro, pelo desejo de aprovação e reconhecimento, uma validação de ter alcançado o padrão proposto.

Segundo Freud, quando os meninos descobrem que as meninas não possuem um pênis, temem que o deles seja castrado. Já as meninas, ainda segundo Freud, sentem inveja do órgão masculino. Portanto, *a priori*, a mulher sentiria a falta do falo e posteriormente, cercadas pelos ideais de beleza, mais faltas são reforçadas. Algumas mulheres passam a vida buscando preencher faltas, tornar realidade seus fantasmas.

Devido à imagem do corpo feminino ser constantemente criada e recriada, conforme os padrões da sociedade, a imagem que a mulher tem do seu corpo real e do seu corpo ideal acompanha essas mudanças. A mulher se sujeita a se refazer quantas vezes forem necessárias, pois a falta, que se instalou na infância, ainda persiste dentro de si.

O modo como o corpo feminino busca preencher a lacuna da castração está fortemente associado a como lidar com ele. O movimento de invejar, de desejar o corpo que falta mas que se espera atingir um dia reflete o Complexo de Édipo, a inveja do pênis, como se a mulher nunca saísse desse estágio.

Já na seção Transtornos Alimentares, percebe-se que, se o corpo perfeito não é alcançado, o desejo não será satisfeito, fazendo com que sejam desenvolvidos comportamentos que possam levar ao resultado desejado. Entre os transtornos, a anorexia seria uma restrição extrema à comida e a bulimia seria o excesso dela; enquanto em um deles o caminho para a satisfação do vazio se encontra na fome, no outro se encontra na fartura. No caso da compulsão alimentar, o vazio é preenchido com a ingestão de alimentos, mas a culpa devido à ingestão exagerada que pode levar ao aumento de peso gera o comportamento bulímico.

Embora anorexia e bulimia na Idade Média pudessem ser consideradas como meios para alcançar a Deus, sob a ótica da perfeição Deus criou os seres humanos a sua imagem e semelhança, sendo Ele, o criador, perfeito. Logo, alcançar a Deus não seria alcançar somente a sua glória, mas também a sua perfeição.

O corpo proposto como ideal pela sociedade passa a impressão de satisfação, leveza, completude. Porém, a experiência sensorial imposta pelo outro não permite experienciar aquilo que é próprio, sentindo seu corpo com seu sensorial. É como viver através do outro, do corpo, dos sentimentos e do sensorial do outro.

Sobre o Transtorno Dismórfico Corporal, a imagem distorcida no espelho, distorce também o que se pensa, como se o corpo invalidasse o eu, considerando-o fracassado. Quanto mais esse pensamento permanece, mais afeta a imagem corporal e maior a insatisfação gerada.

Segundo Freud, por maiores que sejam os avanços da medicina ela jamais será capaz de satisfazer as expectativas com relação ao corpo. Já que os ideais de beleza e perfeição estão em constante mudança, sempre faltará algo, sempre haverá algo para se buscar.

Na seção sobre o percurso dos padrões estéticos ao longo da história, reforça-se que sempre estiveram presentes, manifestados por meio de vaidade, harmonia, arte, tradicionalidade, religiosidade, e mesmo no cinema. Não obstante os efeitos colaterais ou os danos em longo prazo decorridos das práticas causassem às mulheres, muitas ainda fariam de tudo para se enquadrar no padrão de beleza, independentemente da época.

Com o avanço da tecnologia, o acesso ao entretenimento se tornou mais fácil e rápido, chegando ao uso exacerbado da Internet e das redes sociais nos tempos atuais. Considerando que o olhar que sobre nós mesmos é provocado pelo meio externo, pelo que nos fascina e pelo outro, é possível perceber a influência dos conteúdos consumidos da Internet e os perigos que podem causar.

No caso da beleza, o corpo aprovado e exaltado passa a sensação de que é o que falta para ser feliz, o que aproximaria da satisfação do desejo, do preenchimento do vazio. Essas sensações nunca chegam de fato por essa via, já que o que é mostrado nas redes sociais não é a realidade. No entanto, a imaginação de conquistar basta para que comece a busca pela perfeição.

Além da oferta de uma imagem irreal, as tendências nas redes sociais estão em constante transformação. Assim, os padrões estéticos sempre serão mutáveis, reforçando mais uma vez o quão interminável é a busca por alcançá-los. A quantas cirurgias o corpo suporta ser submetido? Quantos quilos o corpo consegue baixar? Quantos laxantes o corpo suporta tomar? Quantos defeitos se consegue encontrar? O fim dessa história é possível de se prever: é uma caminhada

ao encontro da morte psíquica, à medida que aquilo que representa o eu é do outro e o que é meu se perde.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir que os objetivos propostos pelo presente trabalho: investigar as possíveis consequências psicológicas causadas pela imposição de padrões estéticos, principalmente, pelas redes sociais, descrever o corpo psicanalítico e investigar os padrões estéticos sociais ao longo da história até os dias de hoje, foram alcançados mediante o método de revisão bibliográfica.

Na primeira seção foi demonstrada a visão de corpo na abordagem da Psicanálise. Segundo Nasio (1992 *apud* Pradella, 2020) é possível perceber que as imagens captadas ao longo da nossa vida são vistas pelo eu e não pelos olhos. Souza (2017) complementa que o corpo se torna um lugar marcado pelos conteúdos que são vistos e se tornam imaginários em nosso inconsciente. Esse conteúdo imaginário transformará o corpo em fantasmático para a Psicanálise, segundo Garcia-Roza (1999 *apud* Pradella, 2020, p. 16): “É para o fantasma que se dirige o desejo, e não para o real; é no nível da representação que se passa a Psicanálise.” Ou seja, os padrões estéticos são os fantasmas adquiridos ao longo da vida e reforçados pela imposição das redes sociais.

Dolto (1984 *apud* Souza, 2007, p. 48) explica que “trata-se da imagem do corpo que coexiste com a expressão do sujeito e testemunha a falta de ser, que o desejo terá sempre a intenção de preencher”. Podemos constatar que o desejo de se alcançar padrões estéticos e com eles a perfeição seria uma forma de preencher um vazio, podendo este ser o vazio da falta do falo. As mulheres estariam cercadas pelas faltas.

Já os transtornos alimentares seriam caminhos tortuosos para alcançar a beleza exigida pela sociedade, de acordo com Lawrence (2003 *apud* Marini, 2016). Os transtornos alimentares seriam mecanismos de defesa contra a dor da realidade edipiana e estes se manifestariam em formas de sintomas corporais e alimentares.

O Transtorno Dismórfico Corporal se estabelece a partir da imagem distorcida vista no espelho. Quanto mais esta permanece, mais o corpo será afetado. Sempre faltará algo, sempre haverá algo para se buscar.

Os padrões de beleza sempre fizeram parte da história da humanidade, veiculados ou inseridos em manifestações religiosas ou artísticas, e as possíveis consequências negativas de

sua busca nunca significaram um empecilho para tal, independentemente da época. Hoje, os padrões de beleza e perfeição são expostos nas redes sociais, disseminando corpos que não são reais, incentivando o consumo na busca da perfeição sobretudo por parte das mulheres. No entanto, ceder à busca de um corpo fantasma que jamais se tornará real, é buscar a morte da subjetividade única, construída através da história de vida de cada indivíduo que se perde para viver aquela que é mostrada como perfeita nas redes sociais. Não há garantia de felicidade e completude ao se alcançar os padrões. Ao mesmo tempo em que possibilitou uma interação mais prática para a sociedade, a Internet reforçou um desligamento da realidade.

A revisão de literatura para a realização deste permitiu perceber como a teoria pode auxiliar na compreensão das questões relacionadas ao corpo e à imagem que dele captamos e construímos. Fica claro, também, que a sociedade exerce um grande impacto sobre cada indivíduo e que ela é capaz de moldar nossos comportamentos, atitudes e imagem corporal, principalmente por meio das redes sociais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, R.B. *et al.* Instagram e saúde mental: A influência dos padrões de beleza na autoestima de jovens. **Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)**, v. 7, 2020.
- BRASÍLIO, L.A. **Um olhar sócio-histórico sobre a beleza: das amarras à alteridade.** 2007. 138 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Araraquara. 2007.
- CIRIBELI, J. P.; PAIVA, V. H. P. Redes e mídias sociais na Internet: realidades e perspectivas de um mundo conectado. **Revista Mediação**, v. 13, n. 12, p. 59- 74, 2011.
- REVISTA CLÁUDIA. Lily Collins emagrece para viver anoréxica e recebe elogios. 2017. Disponível em: <https://claudia.abril.com.br/famosos/lily-collins-emagrece-para-viver-anorexica-e-recebe-elogios/> Acesso em: 15 nov. 2022.
- FLOR, G. Corpo, mídia e status social: reflexões sobre os padrões de beleza. **Revista de Estudos da Comunicação**, v. 10, n. 23, p. 267-274, 2009.
- GOMES, D.F. *et al.* Concepções da Psicanálise sobre a anorexia no Brasil: uma revisão de escopo. **SANARE – Revista de Políticas Públicas**, v.19, n.1, p. 104-112, 2020.
- KELNER, G. Transtornos Alimentares: um enfoque psicanalítico. **Estudos de Psicanálise**, n. 27, p. 33-44, 2004.
- LADEIRA, Y. D. B. **Gênero e mídia: uma análise das relações de poder, corporeidade e padrões estéticos hegemônicos.** 2018. 22 f. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília. 2018.

LIRA, A. G. *et al.* Uso de redes sociais, influência da mídia e insatisfação com a imagem corporal de adolescentes brasileiras. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 66, p. 164-171, 2017.

LUCAS, M. S. J. **Uma visão psicanalítica sobre pacientes com transtornos alimentares.** 2015. 126 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Psicologia do Centro de Ciências da Vida, Campinas. 2015.

MARINI, M. “Você poderá vomitar até o infinito, mas não conseguirá retirar sua mãe de seu interior”: Psicanálise, sujeito e transtornos alimentares. **Cadernos Pagu**, n. 46, p. 373-409, 2016.

PRADELLA, N.S. **Pulsão Escópica: possíveis relações com o corpo feminino.** 2020. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2020.

SOUZA, D. M. T.; SILVA, R. R.; MACHADO, V. S. **Transtorno Dismórfico Corporal sob o olhar da Psicanálise: um estudo de caso.** 2018. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Faculdade DOCTUM, Serra, 2018.

SOUZA, K.C.V. de. **O feminino na estética do corpo: uma leitura psicanalítica.** 2007. 184f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Universidade Católica de Pernambuco, Recife. 2007.

SUENAGA, C. *et al.* **Conceito, beleza e contemporaneidade: fragmentos históricos no decorrer da evolução estética.** 2012. 18 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Cosmetologia e Estética) – Universidade do Vale do Itajaí, Florianópolis. 2012.

VIEIRA, A. G. A. **Instagram: possíveis influências na construção dos padrões hegemônicos de beleza entre mulheres jovens.** 2019. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Centro Universitário de Brasília, Brasília. 2019.

VIEIRA, R.Z. *et al.* **O uso do Instagram e do Facebook como ferramentas de disseminação de conhecimento em época de pandemia.** *In: SEMEX - SEMINÁRIO DE EXTENSÃO*, 8., 2020. Bento Gonçalves, Instituto Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

YUNES, M.M; ROSA, G. C.; TASCETTO, L.R. Representações sociais e os novos padrões estéticos e ideológicos das influenciadoras digitais: uma análise de impacto na sociedade brasileira. **Educação, Ciência e Cultura**, v. 24, n. 3, p. 273-284, 2019.

DESISTÊNCIA E ABANDONO DOS ATENDIMENTOS PSICOLÓGICOS EM UMA CLÍNICA-ESCOLA DE PSICOLOGIA NO VALE DO PARAÍBA

Tania Cristina de Carvalho Paiva Couto

Débora Inácia Ribeiro

INTRODUÇÃO

As clínicas-escola, de forma geral, oferecem muitos benefícios. Para os alunos, a oportunidade de praticar com a supervisão adequada e, para a comunidade, a possibilidade de receber atendimento estruturado e completo, muitas vezes isentos de taxas ou com o pagamento de um valor simbólico. Mas muitos obstáculos são encontrados na clínica-escola, sendo o principal deles o alto número de abandono do atendimento por parte do paciente, impedindo a realização de um tratamento efetivo e dificultando a aplicação do conhecimento teórico na prática clínica. Assim, o objetivo deste estudo foi mapear o índice de abandono dos atendimentos psicoterapêuticos dentro do CEPA (Centro de Psicologia Aplicada da UNITAU) e analisar as porcentagens de abandono de acordo com as etapas e abordagens do tratamento psicoterapêutico.

Conhecer os diferentes preditores do abandono do tratamento psicoterapêutico, para Benetti e Cunha (2008), é fundamental para o planejamento no campo clínico psicológico, possibilitando a identificação de falhas no tratamento, auxiliando a identificação de casos em risco de abandono e a prevenção de futuras desistências. Na literatura específica, os termos desistência e abandono são utilizados com diferentes significados por alguns autores no campo do tratamento psicoterapêutico. Neste estudo, adotou-se o termo desistência para referir-se aos pacientes que se inscreveram para o tratamento, mas não compareceram a nenhuma sessão, e abandono em referência aos pacientes que compareceram a pelo menos uma sessão.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre o tema abandono dos atendimentos psicoterapêuticos, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Processo de psicoterapia por estudante em uma clínica-escola

O estudante de Psicologia, ao atingir estágios mais avançados do curso, inicia os atendimentos na clínica-escola sob a supervisão de um professor. Essa etapa é fundamental para a formação do futuro psicólogo, que adquire experiência prática. No funcionamento da clínica-escola, conforme Aguirre *et al.* (2000), cada grupo de alunos trabalha junto a um supervisor, juntos estabelecendo regras que incluem a carga horária de supervisão semanal, a carga horária de atendimento na clínica-escola, normas de sigilo em relação aos pacientes e ao próprio grupo, orientação sobre a elaboração do relatório de atendimento e critérios para a aprovação na disciplina, tendo como objetivo desenvolver a atitude clínica e criar a possibilidade de se colocar no papel profissional dentro de um cenário favorável. A atitude clínica permite estabelecer uma relação de respeito com o cliente e limita ou impede as transgressões éticas enquanto o psicólogo busca compreender o que passa com o paciente.

A relação entre supervisor e aluno está presente a cada etapa do processo. O supervisor tem a função de acolher e orientar, favorecendo o aprendizado por meio da compreensão dos casos clínicos e manifestos presentes. De acordo com Aguirre *et al.* (2000), não é fácil para o aluno a primeira vez que se defronta com o papel de psicólogo, sendo o responsável direto pelo paciente diante dos colegas, do supervisor e da instituição.

Relação Terapêutica

O tratamento psicoterapêutico é um apoio ao processo de significar/ressignificar o que de alguma forma ficou obstruído e causa sofrimento ao indivíduo. Para Amatuzzi (2008), o objetivo da psicoterapia é trilhar caminhos de fala para o cliente e auxiliá-lo a resgatar sua autonomia. Quando a pessoa vê diferente, ela se transforma e passa a estar no mundo de forma diferente. Rogers (2021) destacou como básicas para a eficiência da relação interpessoal na psicoterapia a congruência, a compreensão empática e a aceitação positiva incondicional. Assim, a tríade rogeriana se torna a base para se estabelecer a relação terapêutica.

Toda relação interpessoal é singular, como citam Rogers e Kinget (1977). Apesar dessa singularidade, partilha certas propriedades com outra relação interpessoal, manifesta certas características fundamentais que formam sua estrutura e certas qualidades afetivas cuja variedade dá à relação sua cor individual e, muitas vezes, seu valor humano. Podemos, assim, definir a relação terapêutica.

A tarefa do psicólogo, como cita Amatuzzi (2012), é oferecer uma caixa de ressonância com o objetivo de que a própria pessoa (cliente/paciente) possa se ouvir e enxergar um caminho. O ser humano tem algum poder sobre as determinações que o afetam e esse poder é, na verdade, mais relevante para o desenvolvimento que aquelas determinações. O trabalho do psicólogo consiste fundamentalmente em oferecer um contexto dialógico no qual a liberação desse poder seja promovida.

Estar frente a frente com uma pessoa perturbada ou em conflito, que está procurando e esperando ajuda, sempre constitui um grande desafio. O profissional se pergunta se dispõe do conhecimento, dos recursos, da força psicológica, da habilidade ou do que quer que seja necessário para ajudar o paciente (Rogers, 2021, p. 35)

Quando observamos a relação terapêutica como preditor de abandono do tratamento psicoterapêutico, supõe-se que a qualidade da aliança entre cliente e terapeuta está ligada ao desfecho da terapia e pode ser considerada um fator comum entre os diferentes tipos de relação de ajuda. Como a relação terapêutica se refere à colaboração entre terapeuta e cliente, ao vínculo que inclui confiança, respeito e cuidado mútuos, além do compromisso com os objetivos criados para a psicoterapia e do engajamento nas tarefas a serem cumpridas, existem evidências de que a força da relação medida entre a primeira e a quinta sessão é um forte preditor de abandono do tratamento psicoterapêutico, como mostra o estudo de Oliveira e Benetti (2015).

A relação terapêutica, por ser um conceito universal presente nas mais diversas abordagens, tornou-se um meio para avaliar a qualidade, o progresso e a conclusão das distintas abordagens de tratamentos psicoterápicos. Nesse sentido, ela pode ser considerada como uma pré-condição para que um tratamento psicoterapêutico possa se estabelecer. Rogers (2021) mostra que quanto mais genuíno for o terapeuta na relação, mais frutífera esta será. Ser genuíno é estar consciente dos próprios sentimentos, é estar disposto a ser e expressar, por meio de palavras e comportamentos, os sentimentos e atitudes do momento. Somente o paciente poderá procurar esta realidade em si mesmo.

A relação entre terapeuta e paciente, segundo Rogers e Kinget (1977), é estabelecida e somente tem continuidade de acordo com a natureza das qualidades afetivas. Se essas qualidades não são sentidas positivamente, a relação deixa de existir ou perde seu significado, mesmo que a estrutura de atendimento seja adequada.

Abandono do tratamento psicoterapêutico

No abandono do tratamento psicoterapêutico, como Hauck *et al.* (2007) apontam, há um alto risco de o paciente abandonar o tratamento nas quatro primeiras sessões; após a décima sessão, o risco cai significativamente. Esse dado mostra a grande importância de se estabelecer uma relação terapêutica de boa qualidade.

Freud (1980) comenta que caso o tratamento seja ineficaz ou interrompido de forma inesperada e desfavorável ao terapeuta, este cometeu um erro prático, foi responsável por despesas desnecessárias e desabonou seu método de tratamento.

Estudar os procedimentos aplicados é de grande relevância para aprimorar, inovar, o tratamento psicoterapêutico, segundo Benetti e Cunha (2008). Esse estudo teve início no século XX e, inicialmente, caracterizou-se pelo desenvolvimento da área, consolidando-se como campo de investigação. Atualmente os estudos se orientam para a investigação das inovações metodológicas, levando em consideração a aplicação dos resultados no âmbito profissional e no planejamento em saúde mental e políticas públicas, demonstrando a importância da investigação científica em psicoterapia e a associação entre o estudo da eficácia terapêutica e o desenvolvimento de ações em saúde mental.

Nas clínicas-escola, fatores como a necessidade de trocas periódicas de terapeuta é responsável por uma parte significativa dos abandonos. Lhullier (2002) cita que em torno de 33% dos abandonos ocorrem devido à mudança de terapeuta; no caso das clínicas-escola, das mudanças de estagiários. Assim, Lhullier (2002) ressalta a importância da atenção às trocas de terapeuta no período inicial do tratamento, uma vez que a relação terapêutica deve ser preservada como um fator essencial da terapia, o que, em clínicas-escola, é dificultado pelas trocas de terapeutas estagiários. Sei e Colavin (2016) ressaltam que, por se tratar de um atendimento realizado em clínica-escola, a condução do tratamento psicoterápico é realizada por estagiários em formação e os problemas relativos ao vínculo terapêutico podem ser decorrentes da falta de experiência do terapeuta.

Benetti e Cunha (2008) comentam que essas situações não são exclusivas de clínicas-escola; também estão presentes em serviços públicos de saúde. Os autores apontam estudos que contribuem para a redução de abandono do tratamento psicoterapêutico em instituições públicas, alinhados aos objetivos de humanização e integralidade na saúde, como a inclusão da família no processo de reabilitação psicossocial nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), ação que estabelece estratégias de intervenção abrangentes as quais, entre outros aspectos, reduzem o abandono do tratamento psicoterapêutico.

Uma grande quantidade de pacientes permanece sem tratamento psicoterápico, sendo o abandono indicado como uma das principais causas, com taxas médias de 19,7%, como apontado por Lopes *et al.* (2018). A interrupção do tratamento gera custo para todos: sociedade, famílias e empregadores. Na área clínica, as taxas de abandono são consideradas uma medida relevante referente à eficácia do tratamento. Essa atitude parece assumir implicitamente que o abandono está associado ao fracasso do tratamento.

Estudo realizado por Lopes *et al.* (2018) mostra que 38% dos clientes de um ensaio clínico randomizado de psicoterapia para depressão leve se recuperaram dos sintomas depressivos na segunda sessão. Este estudo utilizou dados de uma grande quantidade de pacientes (n=4.761), e foram necessárias apenas quatro sessões para que 25% da amostra apresentasse melhoras. Em outro estudo, as trajetórias de mudança de 10.854 clientes com diferentes diagnósticos, tratados em diferentes cenários por mais de 513 terapeutas, foram tipificados e verificou-se que 75,3% dos clientes melhoraram rapidamente até a quinta sessão.

Ainda de acordo com Lopes *et al.* (2018), melhoras nos sintomas e na autoestima estão associadas ao abandono do tratamento psicoterapêutico, o que pode sugerir que alguns clientes abandonam o tratamento psicoterapêutico porque se sentem melhor. Esse fenômeno é frequentemente chamado de efeito "nível bom o suficiente". Ainda assim, são escassas as investigações específicas sobre padrões de mudança em clientes que abandonam a psicoterapia. Considerar o tratamento psicoterapêutico efetivo tendo como referência apenas os casos que chegaram ao término, pode ser no mínimo limitado, pois até mesmo a conclusão do tratamento é uma análise delicada e complexa, devido às inúmeras variáveis que intervêm no tratamento psicoterapêutico. Antes de abandonar o tratamento, 17% dos desistentes se recuperaram, o que sugere que deixaram o tratamento após uma melhora significativa dos sintomas. No entanto, os pacientes que abandonaram mostraram uma redução mais modesta dos sintomas depressivos e de problemas interpessoais na última sessão frequentada do que os que concluíram o tratamento. Considerando apenas as oito sessões iniciais para ambos os grupos, os concluintes ainda apresentaram resultados superiores em relação à redução dos sintomas depressivos, mas os desistentes e os concluintes não diferiram na redução de problemas interpessoais (Lopes *et al.*, 2018).

Os estudos de Lopes *et al.* (2018) mostram que os pacientes que receberam psicoeducação sobre a duração média do tratamento alinharam as expectativas e o número de abandono foi significativamente menor do que entre aqueles que não receberam psicoeducação. Por fim, os autores sugerem que o abandono do tratamento psicoterápico não é resultado

necessariamente de falha clínica. Alguns pacientes abandonam o tratamento depois de alcançar uma mudança clinicamente significativa nos sintomas depressivos (ou seja, eles receberam uma dose psicoterapêutica “boa o suficiente”), enquanto outros também alcançam uma mudança clinicamente significativa, mas apenas a longo prazo.

A OMS, Organização Mundial da Saúde, divulgou uma revisão sobre a saúde mental mundial. De acordo com o levantamento, cerca de 12% de pessoas apresentavam transtorno mental em 2019. Esse relatório também aponta que pessoas com condições severas de saúde mental morrem em média de 10 a 20 anos mais cedo do que a população em geral. Segundo a OMS, antes da pandemia de Covid-19 apenas uma pequena fração da população tinha acesso a cuidados mentais efetivos e acessíveis. A conexão entre saúde pública, direitos humanos e desenvolvimento socioeconômico significa que mudanças nas práticas para a saúde mental podem contribuir com benefícios substanciais para a sociedade.

MÉTODO

Para este estudo foi realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, com análise documental. Essa modalidade de pesquisa é requerida quando não se dispõe de informações suficientes para responder ao problema (Gil, 2017). Foram analisados 842 prontuários referentes a casos de abandono de tratamento psicoterápico, arquivados no período de 2018 a 2021, o que representa 20% do total de inscritos para este período. Os dados foram analisados de acordo com as seguintes categorias: 1. Número de inscrições comparativamente ao número de abandono dos atendimentos psicoterapêuticos; 2. Verificação da abordagem clínica dos atendimentos interrompidos; 3. Mapeamento do número de sessões realizadas até o abandono do tratamento psicoterapêutico; 4. Análise das etapas em que houve abandono do tratamento psicoterapêutico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do levantamento na base de dados do CEPA, o desfecho dos atendimentos ocorridos no período de 2018 a 2021 foram agrupados nas seguintes categorias:

- ✓ **Abandono** – referente aos casos em que paciente, por decisão unilateral, com ou sem o conhecimento prévio do terapeuta, cessou o comparecimento às sessões definitivamente,

independentemente do motivo que o levou a isso, sendo a terapia considerada pelo terapeuta como “recém-iniciada”, “em curso” ou “não concluída”.

- ✓ **Alta** – referente aos casos que receberam alta, quando o tratamento psicoterapêutico é concluído ao se alcançar os objetivos definidos inicialmente.
- ✓ **Desistência** – referente aos pacientes que fizeram inscrição, porém nunca compareceram a uma sessão.
- ✓ **Plantão Psicológico** – atendimento realizado de forma emergencial. O paciente chega à clínica (nos horários divulgados) e já é atendido pelo terapeuta plantonista, podendo se estender a até 3 atendimentos ou, caso necessário, ser encaminhado para psicodiagnóstico ou psicoterapia.
- ✓ **Tratamento** – referente aos clientes que mantiveram o tratamento psicoterapêutico no ano atual.

Na base de dados da secretaria do CEPA havia 8464 registros de atendimentos de todo o período avaliado (2018-2021), representando uma média de 2116 pessoas inscritas por ano. O número de 8464 registros de atendimentos se refere a 4155 inscritos, mostrando que os pacientes da clínica-escola são recorrentes, representando uma média de 2 atendimentos por cliente durante o período avaliado (2018-2021).

A partir da coleta de dados foram selecionados 842 prontuários identificados na categoria abandono, adequados para esta análise.

Pode-se observar a predominância do público feminino nas categorias, exceto na categoria infantil, como mostra a Tabela 1:

Tabela 1. Faixa Etária X Sexo

Categoria	Feminino	%	Masculino	%	Total Geral	%
Infantil	58	11%	117	37%	175	21%
Adolescente	62	12%	44	14%	106	13%
Adulto	375	71%	141	45%	516	61%
Idoso	31	6%	14	4%	45	5%
Total Geral	526	62%	316	38%	842	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras .

Incluindo o tipo de pagamento nos dados observados, pode-se notar que a isenção é a categoria em que mais ocorreu o abandono do tratamento psicoterapêutico. Esse dado é importante para melhor compreender se a facilidade da isenção de pagamento leva ao abandono

precoce ou, se apesar da isenção, outras dificuldades para comparecer às sessões levam ao abandono, como demonstrado na Tabela 2.

Tabela 2. Tipo de Pagamento X Faixa Etária

Categorias					Total	
	Infantil	Adolescente	Adulto	Idoso	Geral	%
Adimplente	25	14	70	7	116	14%
Inadimplente	59	30	153	10	252	30%
Isento	91	62	293	28	474	56%
Total Geral	175	106	516	45	842	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Em relação à Tabela 2, verifica-se que a inadimplência ocupa o segundo lugar, com um alto número de casos, o que pode sugerir que a dificuldade de pagamento leve ao abandono do tratamento psicoterapêutico, sendo um fator importante a ser avaliado.

Critérios e categorias do abandono do tratamento psicoterapêutico

Para estabelecer um critério de análise de acordo com as etapas em que ocorreu o abandono do tratamento, estabeleceu-se as seguintes etapas:

- ✓ **Não aderência** – etapa inicial do tratamento, sendo compreendida nesta etapa os casos em que ocorreram abandono até a 4ª sessão.
- ✓ **Tratamento** – esta etapa está subdividida em:
 - **Fase Inicial** – casos em que ocorreram abandono entre a 5ª e a 10ª sessão.
 - **Média duração** – casos em que ocorreram abandono entre a 11ª e a 30ª sessão.
 - **Longa duração** – casos em que ocorreram abandono acima da 30ª sessão.

Ainda foram definidas, para este estudo, 4 subcategorias (evasão, mudança de semestre, mudança de terapeuta e não aderência), com o intuito de avaliar de diferentes formas e aprofundar a análise do fenômeno do abandono do tratamento psicoterapêutico. Seguem as subcategorias definidas para este estudo:

- ✓ **Não aderência** – referente aos casos que abandonaram o tratamento psicoterapêutico no início do tratamento, isto é, entre a 1ª e 4ª sessão realizada;
- ✓ **Mudança de Semestre** – referente aos casos que abandonaram o tratamento psicoterapêutico entre os semestres; concluíram a última sessão do semestre recebendo indicação para continuidade ao tratamento no semestre seguinte. Pode-se levantar a hipótese do grande intervalo de tempo para dar continuidade ao tratamento como causa do abandono.

- ✓ **Mudança de terapeuta** – referente aos casos que abandonaram o tratamento psicoterapêutico entre a primeira e a quarta sessão com um novo terapeuta, assim podendo levantar a hipótese de o motivo de abandono ser a mudança de abordagem/terapeuta no tratamento. Logo o abandono fora em função da não-aderência ao novo tratamento.
- ✓ **Evasão** – referente aos casos que abandonaram o tratamento psicoterapêutico após realizadas no mínimo 4 sessões.

Na Tabela 3 são apresentados os tipos de abandono e os prontuários organizados por categorias:

Tabela 3. Tipos de Abandono X N° de Prontuários

Motivo	N° de prontuários	%
Mudança de terapeuta	71	17,0%
Evasão	143	29,1%
Mudança de semestre	245	8,4%
Não aderiu	383	45,5%
Total Geral	842	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Abandono – Evasão do tratamento psicoterapêutico

Nesta categoria, na maioria dos casos, o encerramento aconteceu, muitas vezes, em decorrência de faltas injustificadas, ou seja, casos que não deram sequência ao tratamento psicoterapêutico e foram desligados da clínica-escola devido ao número de faltas sequenciais sem justificativas. Segundo as normas da instituição, são toleradas 2 faltas consecutivas injustificadas. Identificou-se que 29,1% dos prontuários analisados abandonaram o tratamento psicoterapêutico, totalizando 143 casos.

Evasão – Tipo de pagamento

Na Tabela 4 observa-se a distribuição dos casos de acordo com o do pagamento. Nesta categoria os isentos lideram com 55% e, os inadimplentes com 36% dos casos analisados.

Tabela 4. Abandono - Evasão: Tipo de Pagamento X Faixa Etária.

Categoria	Infantil	Adolescente	Adulto	Idoso	Total Geral	%
Adimplente	3	2	7	1	13	9%
Inadimplente	20	7	25		52	36%
Isento	19	11	44	4	78	55%
Total Geral	42	20	76	5	143	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os dados da Tabela 4 podem corroborar a hipótese de que a gratuidade do atendimento favorece a interrupção do tratamento. Em 36% dos casos em que o abandono do tratamento psicoterapêutico estava vinculado à inadimplência, pode-se levantar a hipótese de que a dificuldade para o pagamento seja uma causa da interrupção do tratamento psicoterapêutico.

Evasão – Etapa do tratamento

Analizamos também a quantidade de sessões, ou ainda, as etapas do tratamento psicoterápico em que ocorre maior número de abandono. Na Tabela 5 podemos observar o número de abandonos do tratamento psicoterápico de acordo com a etapa do tratamento.

Tabela 5. Abandono - Evasão: Etapas do Atendimento X Faixa Etária.

	Sessões	Infantil	Adolescente	Adulto	Idoso	Total Geral	%
Fase Inicial	(5-10 sessões)	15	8	39	3	65	45%
Média duração	(11-30 sessões)	22	10	29	0	61	43%
Longa duração	(Acima de 30 sessões)	5	2	8	2	17	12%
Total Geral		42	20	76	5	143	100%

Fonte: Elaboração das autoras.

Pode-se observar que a grande maioria dos prontuários analisados indicam abandono do tratamento antes da décima sessão e 45% de abandono do tratamento psicoterapêutico até a 10ª sessão.

Abandono – Não aderência

Esta categoria refere-se aos casos em que o abandono do tratamento psicoterapêutico ocorreu no início do tratamento, isso é, entre a 1ª e 4ª sessão. É nesta etapa que se procura estabelecer o vínculo terapeuta-cliente, responsável, neste estudo, pelo maior número dos casos com ocorrência de abandono do tratamento psicoterapêutico.

A relação terapêutica pode ser um fator relevante como causa de abandono do tratamento psicoterapêutico. A qualidade da aliança entre paciente e terapeuta está associada ao desfecho da terapia. Como citado anteriormente, Oliveira e Benetti (2015) evidenciam que a qualidade da relação entre a primeira e a quinta sessão é um forte preditor de abandono do tratamento psicoterapêutico, e esta evidência se confirma neste estudo.

Nesta categoria, dos 842 prontuários analisados, 383 casos, isto é 45% se enquadram nesta categoria. Na sequência, seguem-se as análises realizadas nesta categoria.

Não aderência – Idade

Nesta categoria a ocorrência de abandono do tratamento psicoterapêutico permanece proporcional nas categorias iniciais, como se pode observar na Tabela 6. Importante observar a ocorrência do abandono relacionada com a quantidade de sessões realizadas.

Tabela 6. Abandono - Não Aderência: Quantidade de Sessões X Faixa Etária.

Sessões	Infantil	Adolescente	Adulto	Idoso	Total Geral	%
Única sessão	21	24	118	12	175	46%
2 sessões	14	9	65	6	94	25%
3 sessões	13	9	43	1	66	17%
4 sessões	4	8	35	1	48	13%
Total Geral	52	50	261	20	383	100%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Um alto número de abandono foi constatado após uma única sessão, 46%, representando 21% do total de casos analisados. Este grande número pode significar um alerta para o cuidado com a primeira sessão, que é o ponto de partida do trabalho clínico: ouvir a queixa e as expectativas quanto ao trabalho, esclarecendo as características deste (inclusive seus limites), verificando o interesse e a possibilidade de o paciente dar prosseguimento para, a partir daí, estabelecer um contrato no qual são definidos o horário, a forma de pagamento, os objetivos e os papéis (do profissional e do cliente), como citado anteriormente por Aguirre *et al.* (2000).

Não aderência – Situação de pagamento

Quando analisamos os dados por situação de pagamento, observa-se que existe um número considerável de inadimplentes, 143 casos, representando 37% dos prontuários analisados. Esse dado sugere a hipótese de que o cliente talvez não saiba que existe um débito com a clínica-escola, pois, normalmente, o boleto para pagamento é enviado a cada 4 sessões.

Tabela 7. Abandono - Não Aderência: Tipo de Pagamento X Quantidade de Sessões X Faixa Etária

Tipo de pagamento	Adimplente	Inadimplente	Isento	Total				
Única sessão	2	1%	69	18%	104	27%	175	45%
2 Sessões	4	1%	32	8%	58	15%	94	25%
3 Sessões	10	3%	21	5%	35	9%	66	17%
4 Sessões	5	1%	21	5%	22	6%	48	13%
Total Geral	21	5,5%	143	37,3%	219	57,2%	383	100%

Fonte: elaborado pelas autoras.

Custo financeiro

Embora não tenha sido tratado como uma categoria neste estudo, durante as análises dos prontuários, caso a caso, o custo financeiro aparece na clínica-escola onde este estudo foi realizado como um dos fatores que ocasionam o abandono do tratamento psicoterapêutico.

Apesar de as clínicas-escolas oferecerem um serviço com custo acessível ou mesmo sem nenhum custo (Guerrelhas; Silvares, 2000), pode haver outras causas para o abandono. Neste estudo, foram observados muitos casos de inadimplência, apesar do custo acessível e da opção da gratuidade.

O custo financeiro está estritamente ligado à permanência nos atendimentos psicoterapêuticos. Nas clínicas-escola de psicologia normalmente se adota um valor bem abaixo do mercado. Nos casos em que o paciente apresenta uma efetiva dificuldade financeira para efetuar o pagamento, é encaminhado para uma avaliação pelo assistente social. A função dessa contribuição refere-se mais à valorização do tratamento psicoterapêutico do que à sustentação financeira do local. Na Tabela 8 verifica-se a situação em relação ao pagamento.

Tabela 8. Tipo de Pagamento X Número de Prontuários

Tipo de pagamento	Nº de Prontuário	%
Adimplente	116	14%
Inadimplente	252	30%
Isento	474	56%
Total Geral	842	100%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os prontuários analisados na Tabela 8 estão agrupados de acordo com o tipo de pagamento realizado. Os isentos de pagamento passam por avaliação com a assistente social. Os adimplentes e inadimplentes assinaram o contrato de prestação de serviço no início do tratamento psicoterapêutico, concordando com o pagamento da taxa simbólica. O valor praticado no ano de 2022 era de R\$ 13,00 (treze reais) por sessão.

Observa-se que o maior número de abandono se encontra na categoria de pacientes isentos de pagamento, podendo levar à hipótese de que a gratuidade do atendimento leva à facilidade de interrupção ao tratamento.

Na análise de todos os casos em que ocorreu o abandono do tratamento psicoterapêutico, o número de inadimplência prevalece entre os adultos. Importante ressaltar que na primeira sessão de atendimento psicoterapêutico no CEPA o paciente é orientado sobre a taxa da sessão, valor simbólico de R\$ 13,00 (treze reais) e para a opção de isenção do pagamento. Caso seja

aceita a cobrança da taxa, o paciente assina um termo de aceite e a opção por pagamento semanal, quinzenal ou mensal, sendo mensal a escolha mais comum.

Apesar de o paciente assinar o contrato concordando com o pagamento, em muitos casos há o abandono do atendimento psicoterapêutico antes da quarta sessão, quando não receberam o boleto para efetuar o pagamento, o que levanta a hipótese de não conhecimento da dívida ativa com o CEPA.

Observando ainda o status do pagamento de acordo com o número de sessões, verifica-se que o abandono dos atendimentos psicoterapêuticos é maior nas primeiras etapas do atendimento, como mostra a Tabela 9.

Tabela 9. Etapa do Atendimento X Tipo de Pagamento.

	Sessões	Adimplente	Inadimplente	Isento	Total Geral	%
Aderência	Única sessão	2	69	104	175	21%
	(2-4 sessões)	19	74	115	208	25%
Fase Inicial	(5-10 sessões)	32	52	93	177	21%
Média duração	(11-30 sessões)	53	50	121	224	27%
Longa duração	(Acima de 30 sessões)	10	7	41	58	7%
Total Geral		95	109	255	842	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Fatores que favorecem o abandono precoce do tratamento psicoterapêutico

Durante esta pesquisa, procurando responder às hipóteses iniciais e analisando os prontuários, foram definidas categorias, subcategorias e as etapas do tratamento, a fim de mapear o índice de abandono dos atendimentos psicoterapêuticos na clínica-escola. Foi possível mapear diversos fatores como possíveis causas do abandono do tratamento psicoterapêutico.

Não aderência

A categoria em que ocorreu o maior número de abandono do tratamento psicoterapêutico foi na fase de aderência ao tratamento, correspondendo a 45,5% (383) dos prontuários analisados. Nesta categoria podem-se relacionar alguns fatores citados no decorrer deste estudo, sendo eles: conhecimento do tratamento por parte do paciente; relação terapêutica; inexperiência do terapeuta; motivação do terapeuta, visto que o estágio é obrigatório.

Custo financeiro

O aspecto financeiro é um fator relevante nos casos de abandono. Se, por um lado, observou-se a inadimplência como possível causa de abandono, por outro lado também a gratuidade no atendimento aparece como um fator relevante a ser analisado.

Isenção

O abandono do tratamento psicoterapêutico quando relacionado com a isenção do pagamento permite sugerir que a ausência de vínculo com a instituição facilita o abandono, sendo um fator que contribui para o abandono do tratamento. A gratuidade do atendimento favorece a facilidade de interrupção ao tratamento? Essa pergunta se faz necessária, tendo em vista que 56,3%, isto é, 474 prontuários analisados eram isentos de pagamento. Na primeira etapa do tratamento, fase de aderência, houve 26% de abandono dos casos isentos de pagamento, seguidos pela categoria mudança de semestre, com 15,8% dos casos de abandono.

Inadimplência

Sabe-se que as clínicas-escolas oferecem um serviço com custo acessível ou mesmo sem nenhum custo. Porém, neste estudo os casos de inadimplência foram relevantes: 30% (252) dos prontuários analisados estavam inadimplentes, apesar do custo acessível e da opção da gratuidade, sugerindo que, ainda que o custo financeiro seja acessível, pode ser um dos fatores que ocasionam o abandono do tratamento psicoterapêutico.

Outro ponto relevante analisado neste estudo está relacionado à inadimplência nos casos em que o abandono do tratamento ocorreu na fase de aderência, até a 4ª sessão do tratamento, podendo o paciente não ter recebido o boleto para efetuar o pagamento. Assim, levanta-se a hipótese de que não tenha conhecimento da dívida ativa com o CEPA.

Tempo – Longas filas de espera

Para medir o tempo de espera, foram analisados os casos em que o abandono do tratamento psicoterapêutico ocorreu após o encerramento do semestre, que é o período de férias dos estagiários. Nessa categoria ocorreu abandono em 29,1% (245) dos prontuários analisados, o que sugere ser um fator que contribui para o abandono do tratamento.

Trocas periódicas de terapeuta

Uma hipótese inicial para este estudo foi investigar se a mudança da abordagem seria um fator para a ocorrência do abandono do tratamento psicoterapêutico. Porém, o que pôde ser observado, nesta categoria, foi o abandono nos casos de troca de terapeuta dentro da mesma abordagem, o que sugere que as trocas periódicas de terapeuta podem ser um fator que leva ao abandono. Nessa categoria, ocorreram abandono em 8,45% (71) dos prontuários analisados, sendo que em 85% (60) prontuários o abandono ocorreu dentro da mesma abordagem.

Características gerais das categorias

Os resultados desta pesquisa são apresentados e discutidos a partir de um conjunto de quatro categorias de abandono de atendimento psicoterapêutico e seis subcategorias provenientes da análise de 842 prontuários. O número de inscritos na clínica-escola, no período analisado, foi de 4.155 e o número de casos de abandono dos atendimentos foi de 842 casos, equivalente a 20% dos inscritos.

A fim de mapear o número de sessões realizadas até o abandono do tratamento psicoterapêutico, pode-se na Tabela 10 os resultados desta pesquisa apresentados a partir das etapas do tratamento psicoterapêutico e das seis subcategorias provenientes da análise dos 842 prontuários.

Tabela 10. Características Gerais do Abandono X Etapa do Atendimento.

	Total Geral	175	21%	208	25%	177	21%	224	27%	58	7%	842	
Categorias	Categorias	Única sessão	%	Não aderência	%	Fase Inicial	%	Média Duração	%	Longa duração	%	Total Geral	%
Idade	Infantil	21	12%	31	15%	30	17%	57	25%	18	31%	157	19%
	Adolescente	24	14%	26	13%	20	11%	37	17%	9	16%	116	14%
	Adulto	118	67%	143	69%	114	64%	121	54%	26	45%	522	62%
	Idoso	12	7%	8	4%	13	7%	9	4%	5	9%	47	6%
Sexo	Feminino	124	71%	135	65%	107	60%	125	56%	35	60%	526	62%
	Masculino	51	29%	73	35%	70	40%	99	44%	23	40%	316	38%
Tipo de pgto	Adimplente	2	1%	19	9%	32	18%	53	24%	10	17%	116	14%
	Inadimplente	69	39%	74	36%	52	29%	50	22%	7	12%	252	30%
	Isento	104	59%	115	55%	93	53%	121	54%	41	71%	474	56%
Período analisado	2018	29	17%	55	26%	36	20%	58	26%	8	14%	186	22%
	2019	79	45%	97	47%	75	42%	97	43%	27	47%	375	45%
	2020	26	15%	12	6%	16	9%	30	13%	16	28%	100	12%
	2021	41	23%	44	21%	50	28%	39	17%	7	12%	181	21%
Frequência (anos)	1 ano	117	67%	143	69%	101	57%	75	33%	9	16%	445	53%
	2 anos	56	32%	59	28%	66	37%	109	49%	27	47%	317	38%
	3 anos	2	1%	5	2%	9	5%	31	14%	18	31%	65	8%
	4 anos		0%	1	0%	1	1%	9	4%	4	7%	15	2%
Abordagem	Comportamental	46	26%	56	27%	49	28%	43	19%	10	17%	204	24%
	Humanista-Existencial	24	14%	36	17%	33	19%	44	20%	13	22%	150	18%
	Psicanálise	105	60%	116	56%	95	54%	137	61%	35	60%	488	58%

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Para Benetti e Cunha (2008), as pesquisas quanto à efetividade da psicoterapia não devem ser embasadas exclusivamente nos casos que chegam ao término do tratamento. Estudos dos casos de abandono e problemas no desenvolvimento da relação terapêutica também oferecem elementos importantes, tendo em vista que, como principal resultado deste estudo, o

abandono ocorreu entre as quatro primeiras sessões, sugerindo a hipótese de problemas no desenvolvimento da relação terapêutica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou alguns aspectos relevantes que podem levar ao abandono do tratamento psicoterapêutico. Os resultados demonstram que o maior número de abandonos ocorreu na etapa de aderência ao tratamento, com 383 casos, representando 45% do total de casos analisados. Ainda se observa um alto número de abandono após a primeira sessão, 175 casos, equivalentes a 21% do total de prontuários analisados. Esses índices sugerem avaliar se a qualidade da relação terapêutica pode ter motivado o abandono do tratamento nesses casos ou a necessidade de pré-requisitos para o novo terapeuta na primeira sessão.

Ao contrário da hipótese inicial deste estudo, os números obtidos sugerem que o maior número de abandono dos atendimentos psicoterapêuticos na clínica-escola não está vinculado à abordagem nem à mudança de terapeuta, que respondem por apenas 8,4% dos casos analisados.

Nos resultados sobre o aspecto financeiro, devido ao alto número de inadimplência, sugeriu-se a possibilidade de que o paciente desconheça o débito, principalmente nos casos em que o abandono ocorreu na fase de aderência ao tratamento (252 casos, equivalentes a 30% do total de prontuários analisados). A isenção de pagamento mostrou-se muito relevante nos casos de abandono da terapia, o que sugere a necessidade de uma ação para minimizar essa situação (474 casos, equivalentes a 56% do total de prontuários analisados).

Hauck *et al.* (2007) apontam alto risco de abandono do tratamento nas quatro primeiras sessões, sendo que após a décima sessão o risco cai significativamente. Esse dado reforça a importância de se estabelecer uma relação terapêutica de boa qualidade. Neste estudo foram obtidos resultados muito similares, corroborando que as primeiras sessões de atendimento são fundamentais para um efetivo tratamento psicoterapêutico.

A partir desses resultados, considera-se que os objetivos propostos para este estudo foram alcançados.

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE, A. M. B. *et al.* A formação da atitude clínica no estagiário de psicologia. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 49-62, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642000000100004> Epub 15 Set 2000. ISSN 1678-5177. Acesso em: 12 mar.2022.
- AMATUZZI, M. M. **Por uma Psicologia Humana**. Campinas: Alínea, 2001.
- AMATUZZI, M. M. **Rogers: ética humanista e psicoterapia**. Campinas: Alínea, 2012.
- BENETTI, S. P. C.; CUNHA, T. R. S. Abandono de tratamento psicoterápico: implicações para a prática clínica. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 60, n. 2, p. 48-59, jun. 2008. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672008000200007&lng=pt&nrm=iso Acesso em 17 mar. 2022.
- FREUD, S. Edição eletrônica da *standard* brasileira das **Obras psicológicas completas de Sigmund Freud**. Versão original de 1969-80. Rio de Janeiro: Imago; 1980.
- GERHARD, T. E.; SILVEIRA D. T. **Métodos de pesquisa – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GUERRELHAS, F. F.; SILVARES, E. F. de M. Grupos de espera recreativos: proposta para diminuir o índice de evasão em clínica-escola de psicologia. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 8, n. 3, p. 313-321, dez. 2000. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2000000300009&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 20 nov. 2021.
- HAUCK, S. *et al.* Fatores associados a abandono precoce do tratamento em psicoterapia de orientação analítica. **Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul** [online], v. 29, n. 3, p. 265-267, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-81082007000300005> Acesso em: 17 mar.2022.
- LHULLIER, A. C. **Abandono de tratamento em psicoterapias realizadas numa clínica-escola**. 2002. 183p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.
- LOPES, R. T. *et al.* Clinical outcomes of psychotherapy dropouts: does dropping out of psychotherapy necessarily mean failure? **Revista Brasileira de Psiquiatria** [online], v. 40, n. 2, p. 123-127, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-4446-2017-2267> Acesso em: 14 jun. 2022.
- OLIVEIRA, N. H.; BENETTI, S. P. C. Aliança terapêutica: estabelecimento, manutenção e rupturas da relação. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 67, n. 3, p. 125-138, 2015. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672015000300010&lng=pt&nrm=iso Acessos em: 28 abril 2022.

ROGERS, C. R. **Tornar-se Pessoa**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2021.

ROGERS, C. R.; KINGET, G. M. **Psicoterapia e Relações Humanas**. Vol. 1. Belo Horizonte: Interlivros, 1977.

SEI, M., B.; COLAVIN, J. R. P. Desistência e abandono da psicoterapia em um serviço-escola de Psicologia. **Revista Brasileira de Psicoterapia**, 18 n. 2, p. 37-49, 2016.

Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-848308> Acesso em: 20 mar. 2022.

DO BRASIL PARA O MUNDO: A ADAPTAÇÃO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS BRASILEIROS NA ARGENTINA

Adriana Leonidas de Oliveira

Letícia Fortes Carvalho

INTRODUÇÃO

Em busca da compreensão de como se dá a adaptação do estudante universitário brasileiro na Argentina, neste capítulo buscamos identificar os principais aspectos facilitadores e os desafios encontrados e os ganhos alcançados a partir da experiência universitária de estudantes brasileiros na Argentina.

A compreensão do fenômeno da mobilidade acadêmica entre Brasil e Argentina e da adaptação dos alunos brasileiros nas universidades argentinas pode promover melhor aproveitamento tanto individual quanto coletivo da mobilidade acadêmica ou intercâmbio universitário. Individual, porque alunos brasileiros que vierem a realizar estudos acadêmicos internacionais, mais especificamente na Argentina, poderão ter acesso às experiências de terceiros, podendo beneficiar-se dos aspectos facilitadores ou mesmo antecipar-se e planejar o enfrentamento dos aspectos desafiadores. Do mesmo modo, os ganhos alcançados por outros estudantes podem servir de incentivo para a realização dos estudos e favorecer a resiliência de futuros estudantes.

O tema pode beneficiar tanto a universidade e o país de origem quanto a universidade e o país de destino, posto que colabora para a melhor compreensão da relação intercultural entre ambos, permitindo que possam aprimorar suas estratégias para preparar os alunos de mobilidade ou para recebê-los, proporcionando-lhes uma melhor experiência e colaborando com pesquisas, conhecimentos acadêmicos, conhecimentos culturais e linguísticos.

A universidade é o lugar de encontro e de troca de saberes. É o espaço no qual se busca a autonomia, o local em que se constroem, se conservam e se desenvolvem os valores importantes para o ser humano e para a sociedade. Tem o papel de integrar pessoas, culturas, posicionamentos distintos e teorias diversas. A mobilidade acadêmica internacional cumpre a função de preparar os indivíduos para o mundo globalizado, colocando-os em contato direto com outra cultura e promovendo o diálogo e a tolerância entre povos de hábitos, crenças, símbolos e valores distintos. O estudante que realiza essa mobilidade precisa se adaptar e

desenvolver uma série de habilidades para enfrentar os novos desafios de uma vida fora do seu país de origem.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas da mobilidade acadêmica internacional e o papel da universidade, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Para embasar a pesquisa sobre a adaptação dos estudantes brasileiros na Argentina, buscamos desenvolver os seguintes tópicos na revisão de literatura: a mobilidade acadêmica internacional; a mobilidade como capital simbólico a partir da abordagem de Bordieu (1989); a contribuição da mobilidade para o estudante, abordando questões pessoais, profissionais e educacionais; a importância do papel da universidade frente à adaptação e o Ensino Superior na Argentina, abarcando conceitos como a globalização e a internacionalização.

Mobilidade acadêmica internacional

Há dois tipos de mobilidade internacional, a de grau e a de crédito, sendo que na primeira o estudante realiza a sua formação integralmente em outro país e na segunda, o estudante, regularmente matriculado em uma universidade, cursa parte de sua formação em outra instituição no exterior (Fagundes; Luce; Mediel, 2016).

As atividades internacionais permitem que os estudantes aprendam sobre outras culturas e fornecem acesso a áreas do Ensino Superior que as instituições locais não podem atender (Altbach; Knight, 2011), além de ampliar o encontro e a convivência com diferentes realidades culturais no espaço acadêmico (Oliveira; Freitas, 2017) e responder às necessidades educativas do mundo globalizado (Fagundes; Luce; Mediel, 2016). A mobilidade, de uma maneira geral, pode ser conceituada, segundo Freitas (2009, p. 91) como:

[...] a capacidade, a disposição e o desejo que um indivíduo tem de mudar geograficamente e de interagir com diferenças em relação a sua cultura, a sua profissão, a sua empresa, ao seu cargo e aos seus saberes, fazendo ajustes que favorecem o seu melhor desempenho profissional e enriquecem a sua vida pessoal; ou seja, um indivíduo aberto a experiências novas, que confrontem e alarguem os limites dos seus conhecimentos, de suas experiências pessoais e profissionais, bem como as suas certezas culturais.

Mobilidade como capital simbólico

Anteriormente, foi discutida a mobilidade acadêmica internacional, tomando como base a noção de capital simbólico (Bourdieu, 1982; 2003; 2006, *apud* Oliveira; Freitas, 2017). A mobilidade pode ser entendida como um bem ou um valor atual, ou, mais especificamente, como um capital simbólico no mundo contemporâneo — o capital mobilidade (Freitas, 2005; 2008; 2009; Allemand, 2004; Murphy-Lejeune, 2002; 2003; 2007). Pierre Bordieu (1989) identificou quatro tipos de capitais, sendo eles o econômico, o social, o cultural e o simbólico. Essa temática será abordada e explicada neste tópico.

De acordo com Bordieu (1989 *apud* Bastos, 2021), o capital não é apenas monetário, pois existem outras formas de exercer poder, seja por meio de instrumentos de conhecimento, como arte e cultura, de comunicação, como a língua, e instrumentos de dominação, como a divisão de trabalho, por exemplo. Ao lado de outros capitais identificados por Bourdieu (1989 *apud* Bastos, 2021), Brooks e Waters (2010) reconhecem o capital de mobilidade, que fornece ao indivíduo ligações científicas, culturais e profissionais, que poderão auxiliar o seu desenvolvimento social e econômico.

Murphy-Lejeune (2002 *apud* Brooks; Waters, 2010) define o capital de mobilidade como integrado ao capital humano, o que permite aos indivíduos aprimorar suas habilidades pela experiência no exterior. Acrescenta, ainda, que esse capital é composto por elementos como a influência da família e o capital cultural acumulado, isso é, experiências culturais anteriores, tais quais competência linguística, viagens internacionais e características pessoais.

Segundo Oliveira e Freitas (2017), considera-se que o capital de mobilidade é multifacetado, uma vez que, antes da vivência da mobilidade, o estudante pode apresentar diferentes competências, as quais serão transformadas durante a experiência. Esse capital é modificado à medida que o indivíduo desenvolve estratégias para se adaptar e adquire uma diversidade de habilidades e conhecimentos (Murphy-Lejeune, 2007, 2003, 2002 *apud* Oliveira; Freitas, 2017).

No próximo tópico, será discutida a contribuição da mobilidade acadêmica internacional para o estudante universitário.

Contribuição da mobilidade para o estudante

Byram e Dervin (2008) listam algumas características gerais que podem ser observadas segundo as experiências de indivíduos em mobilidade internacional. Os autores destacam que o ajuste ao novo ambiente e a integração e adaptação podem gerar um choque de cultura ou

crise pessoal. Além disso, Bastos (2021) afirma que o estudante passa por um ajuste à nova cultura, à nova língua, ao novo status, ao contato social e às atividades no novo contexto. A comunicação e a relação com a cultura de origem passam por uma mudança, assim como as representações de si e do outro sobre percepção de proximidade e distância (Bastos, 2021).

Conforme descrito pelos autores (Sebben, 2001; Tavares, 2008; Mota, 2009; Tamião, 2010; *apud* Tomazzoni; Oliveira, 2013), o enriquecimento pessoal, a ampliação dos conhecimentos, a troca de experiências, as vivências culturais, o aprendizado, o amadurecimento, a autonomia, o aumento da autoestima e do autoconhecimento, o desenvolvimento de habilidades e de capacidades profissionais distintas, a liberdade, o aprimoramento e a possibilidade de fluência no idioma estrangeiro, além da descoberta de diferentes países e de pessoas distintas, são abordados como algumas das contribuições mais marcantes para quem realiza a mobilidade internacional.

Mesmo que o estudante viaje para outro país com objetivos acadêmicos, os ganhos alcançados com a mobilidade internacional se expandem além do proposto, gerando aprendizados pessoais não esperados, e a universidade desempenha papel importante nessa experiência.

O papel da universidade

O desenvolvimento de novas tecnologias de informação e comunicação e a ruptura das fronteiras comerciais, resultantes da globalização, exigem a construção de um novo modelo de Educação Superior, ou seja, uma educação internacional que vem garantir a mobilidade estudantil como parte de uma nova dinâmica de aprendizagem. Dessa forma, a globalização e a sociedade do saber constituem os dois grandes motores que estão impulsionando a massificação da Educação Superior na América Latina, promovendo uma verdadeira metamorfose nas universidades, nas sociedades e nos governos, permitindo que sistemas nacionais de educação estejam em maior sintonia e integração (Rama, 2006).

Segundo Knight (2005, p. 16), quatro razões fundamentais impulsionam a internacionalização do Ensino Superior, as quais são: socioculturais, políticas, econômicas e acadêmicas. Trata-se de uma dimensão internacional para a investigação e o ensino, a uma ampliação horizontal dos sistemas acadêmicos em nível nacional e internacional por meio de alianças estratégicas para a produção de conhecimento integrado ao desenvolvimento social e cultural, com melhoria da qualidade para alcançar reconhecimento em escala global. Nesse sentido, a internacionalização da Educação Superior tem conquistado muitos defensores, pois

se acredita que os estudantes devem ser preparados dentro e fora do território nacional para se tornarem sujeitos ativos em um mundo que, hoje, é muito mais globalizado. Desse modo, “a integração não é um fato acabado, nem apenas um marco, mas um processo que vai se consolidando por meio da criação de instituições supranacionais e transnacionais” (Deutsch, 1957 *apud* Martins, 2010, p.15).

Os elementos da globalização estão transformando a internacionalização da educação, assim como esta vem transformando a Educação Superior em um campo onde nem todos são classificados como ganhadores, mas em que ocorre uma expansão de benefícios econômicos e sociais em escala global (Bezerra, 2017).

A internacionalização da Educação Superior é um marco na globalização. A construção do conhecimento por meio da mobilidade e do intercâmbio de estudantes e professores de nível universitário vem permitindo maior integração com base no respeito à diversidade cultural entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas e em desenvolvimento.

O próximo tópico abordará o Ensino Superior na Argentina, aprofundando conceitos como a globalização e a internacionalização e como foi o desenvolvimento da educação internacional para o país.

O Ensino Superior na Argentina

Barcelos e Pimentel (2021) afirmam que o relatório da UNESCO (2019) aponta que o número de estudantes no Ensino Superior da América Latina e Caribe (ALeC) vem crescendo acima da média mundial. No entanto, a participação dessa região no conjunto global das mobilidades acadêmicas ainda é muito baixa. Em 2017, de cinco milhões de estudantes do Ensino Superior em mobilidade, à região correspondiam apenas 312 mil, ou 1,14% (UNESCO, 2019).

Atualmente, a educação na Argentina é considerada como uma das mais avançadas e progressistas da América Latina e firmemente reconhecida e destacada por diversos organismos internacionais, como a UNESCO (2019) e a UNICEF. O país conta com três ganhadores do Prêmio Nobel de Ciências: Luis Federico Leloir, Bernardo Houssay e César Milstein. A Argentina mantém uma rede de 38 universidades nacionais gratuitas (Argentina Higher Education, 2008 *apud* Oliveira; González, 2011), financiadas pelo Ministério da Educação, desde 1946. Universidades privadas e paroquiais também são abundantes, totalizando 46 institutos ativos; mas seu custo normalmente as reserva apenas para os estudantes mais

abastados, e respondem pelo ensino de aproximadamente um sexto dos estudantes de graduação (INDEC, 2008 *apud* Oliveira; González, 2011).

Ao todo, mais de 1,5 milhão de estudantes atendem a instituições de ensino de pós-graduação na Argentina anualmente (Encyclopaedia Britannica, 2008 *apud* Oliveira; González, 2011). As mais importantes universidades nacionais são a Universidad de Buenos Aires (a maior, com mais de 300 mil estudantes), a Universidad Nacional de Córdoba (com 110 mil estudantes e uma das mais antigas do continente), a Universidad Nacional de La Plata (90 mil estudantes), a Universidad Nacional de Rosario (75 mil estudantes) e a National Technological University (70 mil estudantes).

À medida que se realizou o aprofundamento teórico da pesquisa, foi identificada a importância da Psicanálise na Argentina. Na próxima subseção, será apresentado o histórico da Psicanálise, sua ligação com a Psicologia e o motivo de sua ênfase na Argentina.

A Psicanálise na Argentina

Sobre a história da Psicanálise na Argentina, José Topf (1989) aponta que, em 1942, Angel Garma fundou o primeiro grupo psicanalítico, resultando em uma forte polarização das atividades ao redor da Psicanálise. Fundou-se a Associação Psicanalítica Argentina, que se expandiu e se desdobrou na Associação Psicanalítica Argentina (APA) e na Associação Psicanalítica de Buenos Aires (APBA) (Topf, 1989).

Cabe notar que essa experiência de ação coletiva, envolvendo uma equipe de psicanalistas atuando em uma instituição pública, não foi a única forma de inserção desse profissional, havendo também a integração individual de psicanalistas em equipes mais amplas. Foi o caso, por exemplo, daqueles que ingressaram nos serviços externos dos hospitais públicos.

Esse movimento estava em concordância com as novas políticas de saúde, inspiradas nos ideais da Saúde Mental. De fato, dois meses mais tarde seria criada na Argentina uma direção nacional de saúde mental (Visacovsky, 2002 *apud* Dagfal, 2009). Nesse percurso, muitas mudanças concorreram para fazer da psicoterapia de grupos com orientação psicanalítica um paradigma para o trabalho interdisciplinar de psiquiatras, psicólogos e trabalhadores sociais.

Topf (1989) afirma que a atividade em Psicologia na Argentina apresenta uma forte tendência para a psicologia clínica, em especial para a Psicanálise. O autor comenta que na Argentina muitas pessoas buscam o estudo da Psicologia sem intenção de se profissionalizar, mas para encontrar explicação para fenômenos vivenciais com que se preocupam.

As ideias freudianas têm circulado por meio de um conjunto de representações culturais e institucionais, difundindo-se por toda a cultura do Ocidente e também em alguns países do Oriente (Oliveira; González, 2011). No caso de Buenos Aires, destaca-se o predomínio histórico da disciplina psicanalítica no âmbito acadêmico, particularmente nos programas de graduação em Psicologia, a ponto de configurar o perfil do psicólogo e estabelecê-lo como natural pela sociedade (Dagfal, 2009).

Na Argentina, o psicólogo tem sido associado às práticas psicanalíticas em suas distintas orientações. No final da década de 1960, a Psicanálise já havia sido adotada por uma grande quantidade de psicólogos, não somente como marco teórico preferido, mas também como referência identitária (Litvinoff; Gomel, 1975; Klappenbach, 2000 *apud* Oliveira; González, 2011). Nas décadas seguintes, a figura do "psicólogo psicanalista" foi se consolidando no campo profissional, no âmbito acadêmico e na vida cultural.

Foram apresentados na revisão de literatura o conceito de mobilidade acadêmica internacional e seus desdobramentos, os dois tipos de mobilidade, sendo elas de grau e de crédito. Foi aprofundada a abordagem de Bordieu (1989 *apud* Bastos, 2021) sobre a mobilidade como capital simbólico. Além disso, foram expostas as contribuições da mobilidade para o estudante, abarcando questões pessoais, profissionais e educacionais, explicitando, dessa maneira, a importância do papel da universidade frente à mobilidade acadêmica. E, por fim, o último tópico descreve o Ensino Superior na Argentina, trazendo conceitos como a globalização e a internacionalização. Na próxima seção, será apresentado o método da pesquisa de campo.

MÉTODO

Foi realizada uma pesquisa de campo de abordagem qualitativa e de natureza exploratória. As entrevistas foram realizadas remotamente, utilizando a plataforma Google Meet, com alunos que se encontram na Argentina realizando a mobilidade e com aqueles que já finalizaram a sua mobilidade acadêmica e retornaram ao Brasil.

A amostra foi composta por oito entrevistados, sendo alunos ou ex-alunos de nacionalidade brasileira, cursando graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado, com mais de 18 anos de idade, que já realizaram ou estão realizando mobilidade acadêmica de grau ou de crédito em qualquer universidade argentina.

A mobilidade internacional acadêmica de grau consiste na formação integral do estudante em outro país e a de crédito ocorre quando o estudante universitário regularmente

matriculado cursa parte de sua formação em outra instituição no exterior (Fagundes; Luce; Mediel, 2016). Os critérios para inclusão na pesquisa foram, para estudantes em mobilidade, um mínimo de 3 meses cursando na instituição internacional no momento da entrevista, e para estudantes que já concluíram a mobilidade, um máximo de 6 meses de pós-conclusão.

Foi realizada a entrevista semiestruturada com alunos brasileiros que atenderam os critérios acima especificados. Segundo Queiroz (1988, *apud* Duarte, 2002), a entrevista semiestruturada permite uma conversação continuada entre informante e pesquisador e deve ser dirigida por este, de acordo com seus objetivos.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté sob o Parecer número 5.292.764, e todos os participantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), enviado por e-mail e retornado pelo participante. As entrevistas foram transcritas e a gravação foi apagada. Para a análise dos dados foram utilizadas técnicas qualitativas de análise de conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a finalidade de compreender a adaptação de estudantes universitários brasileiros em universidades argentinas, esse trabalho buscou abordar a motivação para o intercâmbio, o planejamento da viagem, o papel da universidade de origem e de destino, os aspectos facilitadores e desafiadores, e, por fim, os ganhos alcançados. Os resultados e discussões serão apresentados em duas partes: caracterização da amostra e categorias de análise.

Apresentação dos Participantes

O grupo amostral foi composto por oito participantes. A caracterização dos alunos pesquisados está disponível no Quadro 1.

Quadro 1 - Apresentação dos participantes

	Idade	Sexo	Cidade Natal	Finalidade da Mobilidade	Área de estudo	Universidade de Destino	Duração da mobilidade
P1	35	Feminino	Arapiraca - AL	Especialização	Psicologia	Universidade de Buenos Aires (UBA)	Desde 2009
P2	21	Feminino	Pindamonhangaba - SP	Graduação	Medicina	Universidade de Buenos Aires (UBA)	Desde 2019
P3	23	Feminino	Pindamonhangaba - SP	Graduação	Medicina	Universidade de Buenos Aires (UBA)	Desde 2018
P4	22	Feminino	Passos - MG	Graduação	Medicina	Fundación Barceló	Desde 2018
P5	32	Feminino	RS	Mestrado	Psicologia	Universidade de Buenos Aires (UBA)	Desde 2018
P6	32	Feminino	Aracajú - SE	Pós - Graduação	Psicologia	Universidade de Buenos Aires (UBA)	Desde 2015
P7	35	Feminino	Salvador - BA	Pós – Graduação	Psicologia	Universidade de San Martín	Desde 2013
P8	25	Masculino	Nápoles - BA	Graduação	Medicina	Fundación Barceló	Desde 2019

Fonte: dados das entrevistas

O Quadro 1 aponta que a maior parte dos entrevistados são mulheres, com idade igual ou inferior a 35 anos. Metade delas cursa graduação em Medicina e a outra metade se formou em Psicologia e realiza algum estudo na área. O grupo amostral foi composto por alunos de diversos Estados brasileiros, como Alagoas, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Sergipe e Bahia. Cinco alunos entre os oito escolheram a Universidade de Buenos Aires (UBA) como destino.

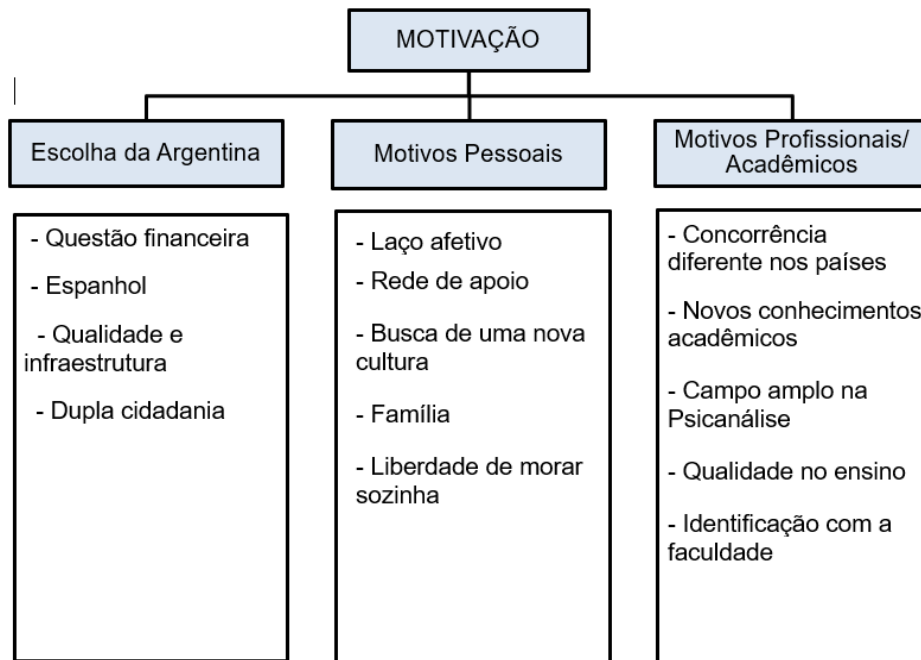
Categorias de análise

Para a análise de conteúdo, os resultados foram divididos em seis categorias temáticas apresentadas a seguir. A primeira categoria apresenta a Motivação, a segunda, Preparação para a mobilidade. Em seguida, os Aspectos Facilitadores, os Aspectos Desafiadores, o Papel da Universidade e, por fim, os Ganhos Alcançados.

Categoria: Motivação

A Figura 1 apresenta a motivação para os alunos realizarem a mobilidade acadêmica, e está dividida em três subcategorias: escolha da Argentina como país de destino, motivações pessoais e motivações acadêmicas e profissionais.

Figura 1 – Categoria: Motivação



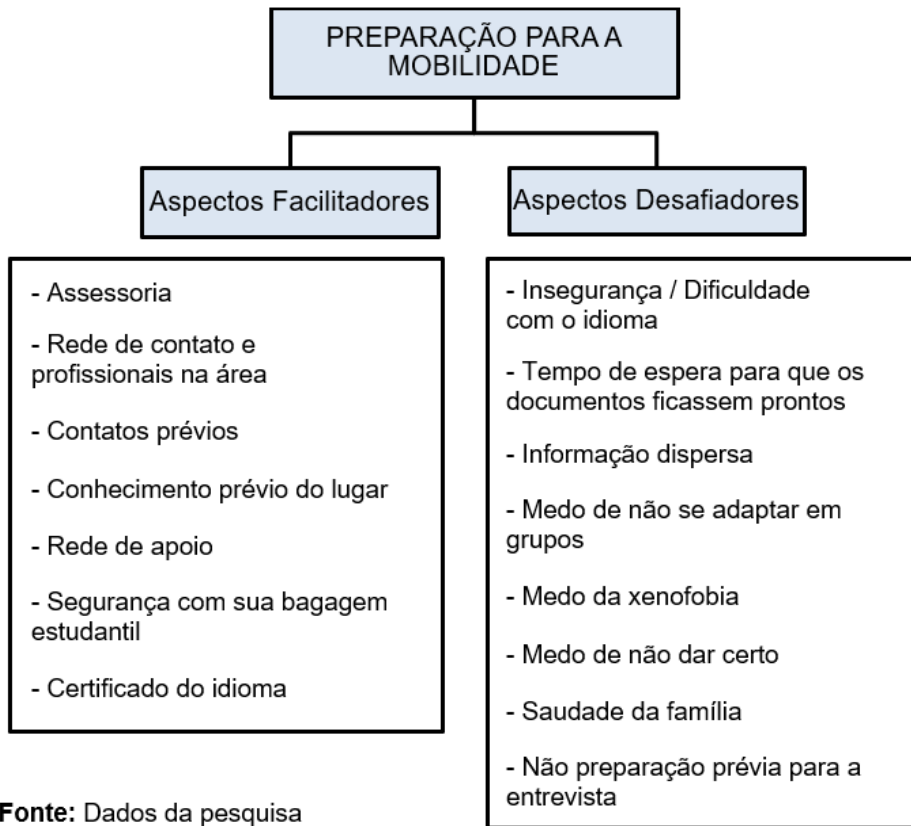
Fonte: dados da pesquisa.

Com base no conceito de que a motivação é representada por tomadas de decisões (Perez-Ramos, 1990), neste caso específico a decisão de realizar a mobilidade acadêmica na Argentina, foi possível observar que para tanto foram considerados os fatores internos e pessoais, como, por exemplo, a liberdade de morar sozinho. Motivos profissionais e acadêmicos, como a concorrência diferenciada no Brasil e na Argentina, e também a questão financeira, também contribuíram para a escolha de realizar a mobilidade na Argentina.

Categoria: Preparação para a mobilidade

A categoria “Preparação para a mobilidade” retrata o movimento realizado pelos estudantes antes da chegada ao país de destino e está representada na Figura 2, sendo dividida em aspectos facilitadores e aspectos desafiadores.

Figura 2 – Categoria: Preparação para a mobilidade.

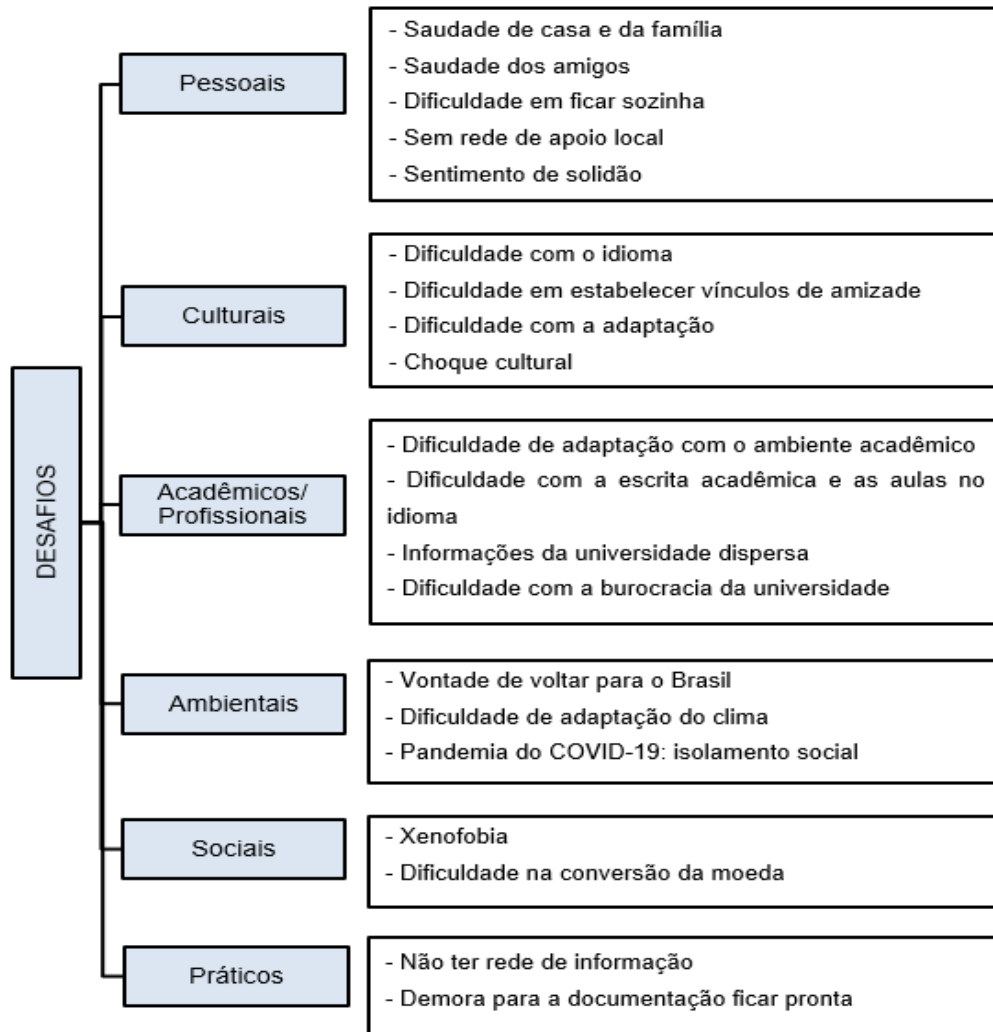


A preparação para realizar a mobilidade acadêmica envolve os aspectos facilitadores, ou seja, elementos que facilitaram e ajudaram os estudantes durante esse período, e os aspectos desafiadores, relatados pelos alunos como fatores que dificultaram esse momento.

Categoria: Aspectos Desafiadores

Na Figura 3, são apresentados os aspectos desafiadores vivenciados pelos estudantes entrevistados durante a mobilidade.

Figura 3 - Categoria: Aspectos Desafiadores



Fonte: dados da pesquisa.

Os estudantes no exterior vivenciam uma sensação de desconforto físico e emocional ao se deparar com o desconhecido e com um ambiente diferente do seu lugar de origem. Seu modo de viver anterior, considerado normal por ele, parece estranho aos habitantes do lugar de destino (Roger; Steinfatt, 1999 *apud* Stallivieri, 2017).

Para fins de análise os desafios vivenciados pelos entrevistados foram divididos em seis subcategorias: desafios pessoais, culturais, acadêmicos/profissionais, ambientais, sociais e práticos.

Entre os desafios enfrentados pelos estudantes, foram citados a discriminação e a xenofobia. A relação histórica entre Brasil e Argentina se constrói com altos e baixos diante da perspectiva educacional proposta pelo Mercosul, sendo o único bloco econômico com uma proposta de integração educacional entre os Estados partes.

A Argentina é o principal polo de atração de estudantes da América Latina. Em 2017, recebeu 75.668 estudantes internacionais, quase o mesmo que o conjunto dos outros países da América Latina, sendo o destino de muitos estudantes brasileiros (UNESCO, 2019).

Os dados informativos deste estudo revelam que metade dos estudantes entrevistados são do curso de Medicina. Devido ao número restrito de vagas para ingresso nos cursos de Medicina no Brasil, muitos alunos procuram outras vias para se realizar academicamente, mas enfrentam dificuldades por serem brasileiros.

Alguns episódios de xenofobia que apareceram ao longo da entrevista são relatados a seguir.

“Eu tive uma experiência ruim com a minha professora de química, de xenofobia (...). Então, por exemplo, eu lembro até hoje que essa professora nunca respondia às minhas perguntas, mas, nesse dia, quando eu fiz a pergunta ela falou que não havia entendido o que eu estava querendo dizer e assim, eu não sou nativa e tudo mais e tenho noção que por andar com amigas paraguaias o meu sotaque puxa um pouco pra lá e eu estava em fase de aprendizagem com a língua também, mas ela acabou me envergonhando na frente da sala toda por não entender o que eu estava perguntando e perguntar para outras pessoas e pedir para elas traduzirem porque ela não havia entendido” (P2, feminino, 21 anos, graduação em Medicina).

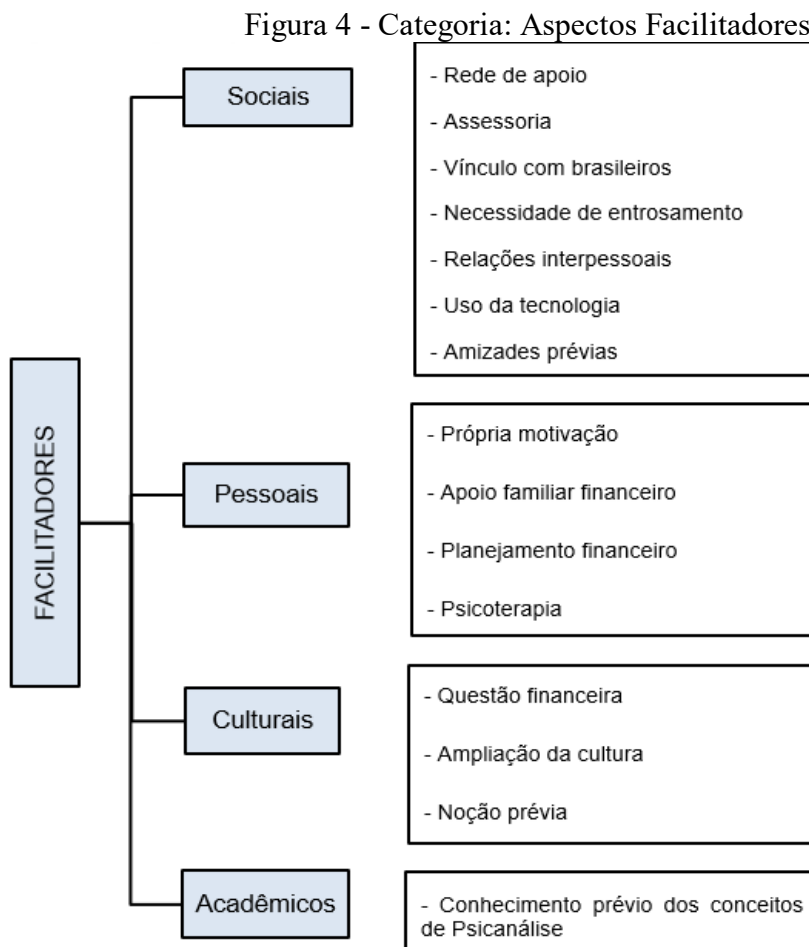
O preconceito pode se manifestar por meio de gestos, falas ou por escrito, normalmente com o intuito de ofender ou diminuir o outro por suas características de personalidade, escolha, nacionalidade ou traços físicos (Vitorino; Vitorino, 2018).

A xenofobia pode ser traduzida como a aversão a estrangeiros, assim, os xenóforos seriam aqueles que adotam atitudes negativas contra estrangeiros (Taras, 2008 *apud* Amaral, 2016). Segundo Amaral (2016), os estrangeiros são vistos como portadores de uma cultura diferente, com o potencial de ameaçar a integridade da própria nação. É construída uma supervalorização da própria cultura e uma desvalorização da cultura distinta, como uma

“desumanização’ do outro, rebaixado a um nível de uma ‘coisa’, desprovido de humanidade, montando-se o palco para a violência direta” (Amaral, 2016, p.9).

Categoria: Aspectos Facilitadores

Essa categoria apresenta os elementos que ajudaram os alunos na adaptação no estrangeiro. Está dividida em facilitadores de aspectos culturais, pessoais, sociais e acadêmicos, representada na Figura 4.



Fonte: dados da pesquisa

O aspecto acadêmico apontado como facilitador foi o conhecimento prévio de Psicanálise.

Categoria: Papel da Universidade

Na categoria Papel da Universidade são apresentadas as experiências negativas e positivas quando à participação da universidade como auxiliadora na adaptação do estudante. Esse indicador é representado na Figura 5.

Figura 5 - Categoria: Papel da Universidade



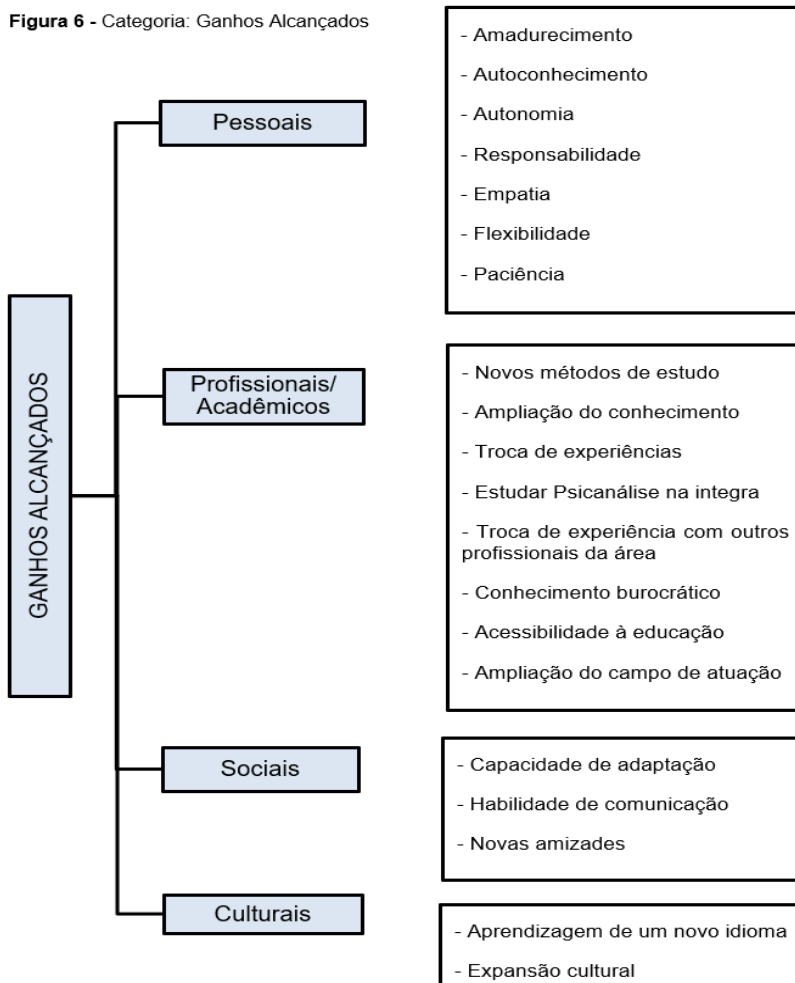
Stallivieri (2017) defende a importância do preparo do estudante para a mobilidade, para não comprometer os estudos, o que pode gerar um encargo que deverá ser solucionado pelas instituições às quais está vinculado. O autor aponta que geralmente os estudantes não recebem treinamento e preparo suficiente para enfrentar uma vivência no exterior (Stallivieri, 2017). Assim, é necessária uma ação mais efetiva da universidade para que se estabeleça uma boa comunicação do aluno estrangeiro com a universidade de destino e para que todas as dúvidas dos alunos sejam sanadas. Alguns entrevistados relataram uma experiência negativa de

comunicação com a universidade de destino, seja por falta de informação, seja por informações imprecisas.

Muitas universidades têm buscado desenvolver serviços de ajuda à adaptação do estudante estrangeiro (Oliveira; Freitas, 2017). Essas medidas têm sido predominantemente voltadas para o auxílio em questões práticas e acadêmicas (Andrade, 2006; Arkoudis, 2006 *apud* Oliveira; Freitas, 2017) e foram apontadas nas entrevistas, como apoio à adaptação ao contexto universitário, suporte no período de mudança, organização de eventos de recepção e de integração.

Categoria: Ganhos Alcançados

Essa categoria representa as habilidades e competências adquiridas durante a mobilidade acadêmica e está representada na Figura 6. Os ganhos alcançados foram divididos em quatro subcategorias: ganhos pessoais, profissionais/ acadêmicos, sociais e culturais.



Fonte: dados da pesquisa.

Quanto à adaptação dos estudantes brasileiros na Argentina, os entrevistados apontaram como ganhos o amadurecimento, as trocas culturais e as novas amizades.

Os dados encontrados no presente estudo estão de acordo com outras pesquisas, como a de Gacel-Ávila (2003 *apud* Stallivieri, 2017), em que os estudantes afirmaram que o mais valioso do período de intercâmbio foram os contatos sociais, o descanso da vida em seu país, a oportunidade de viajar e conhecer outros países. O resultado também converge com o de Oliveira e Freitas (2017), cujo estudo enfatiza o desenvolvimento de competências pessoais como o mais apontado pelos sujeitos de sua pesquisa, como as competências interculturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados deste estudo permitem concluir que os motivos que levaram os estudantes a realizar a mobilidade acadêmica são diversos. Entre , encontram-se o desejo de morar no exterior, de explorar novas áreas de estudos e de conhecer novas culturas e novas pessoas. Conseqüentemente, para que esse momento de mobilidade seja aproveitado da melhor maneira, é importante que o estudante busque se adequar ao país de destino.

A análise das categorias propostas nesta pesquisa permitiu constatar que a adaptação apresenta diferentes características. Os desafios e as facilidades vivenciados pelo aluno podem estar relacionadas à motivação inicial para a mobilidade. Estudantes de Psicologia relataram motivações na área profissional e desafios ligados ao retorno para o ambiente acadêmico, uma vez que já estão graduados e buscam se aprofundar na área da Psicanálise, considerada forte na Argentina. Já os alunos de Medicina relataram como motivação o desejo de conhecer novas culturas e lugares, buscando uma experiência internacional em uma universidade com forma de ingresso distinta da de seu país de origem, com menor concorrência na área.

A partir desta pesquisa, sugerimos que novos estudos sejam realizados aprofundando a temática abordada. Pesquisas comparando outros países da América Latina com laços históricos e culturais com o Brasil distintos dos da Argentina, além de semelhanças e diferenças entre estudantes de graduação e pós-graduação, que relataram motivações diferentes.

Outro foco interessante de pesquisa seria a comparação entre os alunos de mobilidade de crédito, que realizam apenas parte dos estudos no exterior, e alunos de mobilidade de grau, que permanecem durante todo o curso no estrangeiro. Também pode ser investigada a

perspectiva dos estudantes universitários argentinos a respeito da recepção dos estudantes brasileiros na Argentina. Estudos quantitativos também podem ser realizados para ampliação do tema. Portanto, as possibilidades de pesquisa são muitas, as quais poderão enriquecer e expandir ainda mais a temática das relações interculturais no contexto universitário, podendo contribuir para pessoas, instituições e escritórios de relações internacionais.

REFERÊNCIAS

- ALTBACH, P. G.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, v. 11, n. 3/4, p. 290-305, 2007. Disponível em: <http://jsi.sagepub.com/content/11/3-4/290>. Acesso em: 15 abr. 2022.
- AMARAL, R. A. D. **Violência cultural: xenofobia, terrorismo e o advento da intolerância nas relações transnacionais**. 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/23365474/VIOL%C3%8ANCIA_CUTURAL_XENOFOBIA_TERRORISMO_E_O_ADVENTO_DA_INTOLER%C3%82NCIA_NAS_RELAC%C3%87%C3%95ES_TRANSNACIONAIS. Acesso em: 15 abr. 2022.
- BARCELOS, T. P.; PIMENTEL, M. R.; Mobilidade acadêmica e turismo na Argentina: uma pesquisa sobre a motivação, viagens e divulgação de experiências de estudantes de intercâmbio. **RITUR-Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 11, n. 1, p. 105-123, 2021.
- BASTOS, J. H. **A adaptação dos estudantes universitários brasileiros em Portugal**. 2021. 78f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Psicologia, Universidade de Taubaté, Taubaté, 2021.
- BEZERRA, A.F.D. **Internacionalização da Educação Superior no Mercosul: uma análise comparada de universidades públicas de Argentina e Brasil**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017. Mar del Plata: UFSC/ UNLP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/181118> Acesso em: 15 abr. 2022.
- BROOKS, R.; WATERS, J. Social networks and educational mobility: the experiences of UK students. **Globalization, Societies and Education**, v.8, n.1, p. 143–157, 2010.
- BYRAM, M.; DERVIN, F. **Students, Staff and Academic Mobility in Higher Education**. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing, 2008.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

DAGFAL, A. A. **O ingresso da psicanálise no sistema de saúde pública na Argentina**. 2009. Repositório da UNLP. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/29098> Acesso em: 15 set. 2022.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.115,p. 139-154, mar.2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742002000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 17 out. 2022.

FAGUNDES, C. V.; LUCE, M. B.; MEDIEL, O. G. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas/ Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 317-340, jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772016000200317&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2020.

FREITAS, M. E. A mobilidade como novo capital simbólico nas organizações ou sejamos nômades? *In*: Barbosa, L. (coord.). **Cultura e diferença nas organizações: reflexões sobre nós e os outros**. São Paulo: Atlas, 2009. p. 89-115.

GARCIA, A. Amizades de universitários estrangeiros no Brasil: um estudo exploratório. **Estudos em Psicologia**, v. 29, n.4, p. 471-479, out./dez. 2012.

GONZÁLEZ, J. M. R.; OLIVEIRA, J. A. Os efeitos da expatriação sobre a identidade: estudo de caso. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 4, p. 1122- 1135, Rio de Janeiro, 2011.

KNIGHT, J. Un modelo de internacionalización: respuestas a nuevas realidades y retos. *In*: WIT, H. de *et al.* (ed.) **Educación Superior en América Latina: la dimensión internacional**. Bogotá: Mayol Ediciones, 2005.

MARTINS, J. R. **A Unila e a integração Sul-Americana: um projeto de liderança regional brasileira?** Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-unila-e-a-integracao-sul-americana-um-projeto-de-lideranca-regional-brasileira%20> Acesso em: 29 set. 2022.

OLIVEIRA, A. L.; FREITAS, M. E. Relações interculturais na vida universitária: experiências de mobilidade internacional de docentes e discentes. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.22, n.70, p.774-801, jul.2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782017000300774&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 set. 2022.

PEREZ-RAMOS, J. Motivação no trabalho: abordagens teóricas. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 127-140, dez.1990.

RAMA, C. **La Tercera Reforma de la educación superior en América Latina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

STALLIVIERI, Luciane. **O processo de internacionalização nas instituições de Ensino Superior**. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2002. Disponível em: <https://iglu.paginas.ufsc.br/files/2014/08/SLIDES-LUCIANE.pdf> Acesso em: 29 set. 2022.

TOMAZZONI, Edegar Luis; OLIVEIRA, Caroline Cunha de. **Turismo de Intercâmbio**: perfis dos intercambistas, motivações e contribuições da experiência internacional. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/5116/2681>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TOPF, J. A psicologia na Argentina. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 3, p. 111 – 118, maio 1989.

UNESCO. **Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009**. As novas Dinâmicas do Ensino Superior e Pesquisas para a Mudança e o Desenvolvimento Social. Comunicado. Paris, 2009.

VITORINO, C. A.; VITORINO, W. R. M. Xenofobia: política de exclusões e de discriminações. **Revista Pensamento Jurídico**, v. 12, n.2, p. 92-116. 2018.

IMPACTO DA DISCRIMINAÇÃO NO ATENDIMENTO MÉDICO SOBRE A SAÚDE MENTAL DA COMUNIDADE LGBT

Andreia da Fonseca Araujo

Talitha Vieira Gonçalves Batista

Rosa Frugoli

INTRODUÇÃO

Apesar dos consideráveis avanços conquistados pela comunidade LGBT em relação aos seus direitos na sociedade como cidadãos e seres humanos, muito ainda há pelo que se lutar. Enquanto algumas pessoas demonstram respeito, outras persistem na tentativa de invisibilizar e diminuir a importância dessas vidas, justificando a continuidade da luta pelo respeito à dignidade humana dessa população (Parente; Moreira; Albuquerque, 2018; Araujo; Benincasa; Frugoli, 2022b).

No cotidiano da população LGBT, o preconceito está presente em todos os setores da vida, sobretudo no campo da saúde, manifestando-se no despreparo e no preconceito dos profissionais ao atenderem as pessoas dessa comunidade (Santos *et al.*, 2020).

O olhar desses profissionais é comumente permeado por sentimentos de desprezo, de descuido e de falta de acolhimento. O foco parece desviar-se da saúde e se voltar para a sexualidade do paciente, desqualificando e invisibilizando aqueles que não correspondem à normativa heterossexual (Assis *et al.*, 2017; Araújo *et al.*, 2021).

Nesse contexto, o atendimento médico às pessoas LGBT envolve preconceito, discriminação e violência. Faz-se necessário, portanto, uma mudança nesse cenário, a fim de que todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual e identidade de gênero, possam ter um atendimento médico digno e igualitário.

Face ao exposto, o objetivo deste capítulo é compreender o impacto da discriminação no atendimento médico sobre a saúde mental da comunidade LGBT.

MÉTODO

A fim de se alcançar o objetivo proposto, foi utilizado o método qualitativo, a partir da revisão narrativa de literatura (Gil, 2002; Rother, 2007; Casarin *et al.*, 2020). Essa abordagem

permitiu uma análise criteriosa de literatura relevante sobre o tema, contribuindo para a construção de uma base sólida no estudo em questão.

No contexto da revisão narrativa, os artigos de revisão, bem como outras publicações científicas, são pesquisas que se “utilizam de fontes de informações bibliográficas ou eletrônicas para a obtenção de resultados de pesquisas de outros autores, para fundamentar teoricamente um determinado objetivo” (Rother, 2007, p. 1).

A literatura apresenta duas categorias principais de artigos de revisão: as revisões sistemáticas e as revisões de narrativa. Cada uma destas formas de revisão desempenha importante papel no embasamento de reflexões sobre determinada temática que se propõe explorar. Para este capítulo, optou-se pela revisão narrativa de literatura.

A revisão narrativa busca obter atualizações a respeito de um determinado assunto em curto espaço de tempo, sem realizar necessariamente uma revisão geral da literatura (Rother, 2007; Casarin *et al.*, 2020). Trata-se de uma abordagem conceituada para analisar a literatura de forma concisa e abrangente.

A coleta de dados foi realizada no banco *Scientific Electronic Library Online* – SCIELO, limitando-se a artigos publicados entre 2007 e 2022, especialmente nos últimos 3 anos, que discorressem sobre essa temática. A seleção de artigos permitiu um aprofundamento com alicerces sólidos da análise proposta.

Os artigos selecionados, por sua vez, foram escritos por psicólogos, mestres e doutores em psicologia da saúde, psicologia social, saúde coletiva, pesquisadores em diversidade humana, homofobia, violência de gênero, saúde e adaptação humana, educação, medicina preventiva, profissionais da enfermagem, historiadores, terapeutas ocupacionais e residentes de programas de saúde da mulher. A contribuição desses autores foi de suma importância para a sustentação teórica e o aprofundamento no tema, apresentando, inclusive, interlocução entre os autores.

A fim de se introduzir de forma didática a temática da saúde com relação ao atendimento médico à população LGBT e suas implicações, primeiramente serão apresentadas informações sobre LGBTfobia e, a seguir, seus impactos na saúde da população LGBT.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

LGBTfobia: Explorando a violência contra a diversidade sexual e de gênero

Antes de se utilizar o termo LGBTfobia, foi empregada a expressão homofobia. Esse termo foi utilizado pela primeira vez em 1971, por George Weinberg, psicólogo nova-iorquino que associou essa expressão a sentimentos de aversão, repulsa, nojo, descrédito, opressão, intolerância e violência, direcionados a pessoas que se relacionavam sexualmente com outras do mesmo sexo (Cardoso; Ferro, 2012; Vasconcelos, 2019).

Com o surgimento de novas formas de manifestação da sexualidade humana, o termo homofobia foi, com o passar dos anos, readaptado para LGBTfobia. Essa incorporação de novas na sigla inicial permitiu que a população LGBT alcançasse maior visibilidade na luta por seus direitos. A sigla LGBTfobia contempla as diferentes formas de intolerância enfrentadas (lesbofobia, gayfobia, bifobia, transfobia), cada uma direcionada a uma determinada orientação sexual ou identidade de gênero. Esse novo termo evidencia a necessidade de se reconhecer e combater o preconceito e a discriminação contra essa comunidade.

A orientação sexual ou a orientação do desejo sexual refere-se ao interesse afetivo/sexual de uma pessoa por outra do mesmo sexo (Jesus, 2012; Melo; Sobreira, 2018; Silva, 2020; Araujo; Benincasa; Frugoli, 2022a). Nesse contexto, heterossexualidade, bissexualidade e homossexualidade/lesbianidade são formas de orientação sexual (Araujo; Benincasa; Frugoli, 2022a). Cada uma dessas orientações revela a amplitude da sexualidade humana e a importância da compreensão de suas formas de manifestação, a fim de que se tenha uma sociedade mais respeitosa, inclusiva e igualitária.

Por sua vez, a identidade de gênero carece de uma explicação anterior à própria categoria gênero. Por gênero entende-se as características femininas ou masculinas (de homem e mulher/macho e fêmea) de uma pessoa: seu modo de se vestir, de falar, de se comportar. O gênero está intimamente ligado à cultura e à história de um povo (Melo; Sobreira, 2018; Silva, 2020).

A identidade de gênero diz respeito ao gênero com que a pessoa se identifica, independentemente de corresponder ou não ao seu órgão genital. Nesse sentido, travestis e transexuais possuem identidade de gênero, ao passo que *gays* e lésbicas possuem gênero (Melo; Sobreira, 2018; Araujo; Benincasa; Frugoli, 2022a). O reconhecimento e a compreensão da identidade de gênero são fundamentais para que se construa a inclusão social e o respeito à diversidade humana em todos os setores da vida.

A intolerância contra as pessoas com orientação sexual ou identidade de gênero diferente da heteronormatividade resulta na presença ininterrupta da LGBTfobia, alcançando os mais diversos cenários da vida, causando sofrimento físico e psíquico a essa população. Em nome do preconceito e da discriminação, vidas de homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais são negligenciadas, invisibilizadas e até mesmo ceifadas, direta ou indiretamente, como no caso da prestação de atendimento médico a LGBT (Cardoso; Ferro, 2012; Parente; Moreira; Albuquerque, 2018). Esse comportamento preconceituoso e discriminatório repercute em graves danos à saúde dessa comunidade, tornando-se evidente e urgente a necessidade de combate a essas ações discriminatórias praticadas contra a população LGBT.

O atendimento à saúde de mulheres lésbicas

O termo lésbica é dirigido às mulheres que mantêm relacionamento afetivo/sexual com outras mulheres (Borrillo, 2021; Macrae, 2022). Embora alguns autores utilizem a expressão homossexual para se referir a essas mulheres, o termo lésbica é considerado mais adequado, pois reflete a história de lutas e conquistas advindas de um movimento social iniciado em 1978, por mulheres assim autointituladas .

No Brasil, em decorrência dos movimentos sociais resultantes da luta de mulheres lésbicas por uma saúde equitativa e respeito, foram implementadas algumas políticas públicas. Todavia, no dia a dia dos atendimentos médicos a essas mulheres, sobretudo nos cuidados ginecológicos, não é o que se verifica (Rodrigues; Falcão, 2012; Cardoso; Ferro, 2012). Encontra-se um atendimento discriminatório que dificulta o acesso dessas mulheres aos serviços de saúde, demonstrando que a prática ainda se mostra distante do ideal.

Nos espaços de atenção à saúde, nas consultas médicas realizadas, tanto no SUS como em clínicas particulares e de convênios, especialmente no atendimento médico ginecológico, o preconceito às mulheres lésbicas se faz presente por parte dos profissionais, violando seus direitos humanos (Cardoso; Ferro, 2012, Parente; Moreira; Albuquerque, 2018; Araújo *et al.*, 2021).

O preconceito contra orientações sexuais e identidades de gênero diferentes da heteronormativa impacta diretamente no bem-estar físico e psíquico e na saúde dessas mulheres, comprometendo suas vidas. O descaso e o desconhecimento dos profissionais da saúde em relação às diversas formas de manifestação da sexualidade humana no atendimento médico ginecológico resultam em uma prestação de serviços desumanizada e constrangedora, com perguntas inadequadas sobre sua sexualidade, coagindo-as e levando-as a não buscar

atendimento quando necessitam (Assis *et al.*, 2017; Fernandes; Soler; Leite, 2018; Araújo *et al.*, 2021; Rodrigues; Falcão, 2021).

Outro fator preponderante, advindo da marginalização e da invisibilização médica das mulheres lésbicas, é o agravamento de doenças que poderiam ser tratadas se identificadas no início, como o câncer de mama e o de colo de útero (Cardoso; Ferro, 2012).

Capacitar os profissionais da saúde acerca da orientação sexual dessas mulheres pode contribuir significativamente para evitar desconfortos e constrangimentos, motivando-as a buscar ajuda médica quando necessária e fazendo com que se sintam acolhidas em suas demandas, reduzindo o número e óbitos e melhorando sua qualidade de vida.

O atendimento à saúde de homossexuais/gays

A expressão homossexual ou *gay* foi, demarcadamente em 1978, utilizada para designar homens que se relacionam afetiva e ou sexualmente com outros homens (Cardoso; Ferro, 2012; Borrillo, 2021; Macrae, 2022).

A homossexualidade, durante a década de 1980, ficou fortemente relacionada à epidemia da AIDS, sendo os homossexuais estigmatizados e considerados, erroneamente, como os responsáveis pela disseminação da doença. Esse fato gerou preconceito e discriminação por parte da população heterossexual e, ainda hoje, essa repulsa é sentida e sofrida por esses homens (Cardoso; Ferro, 2012).

Assim como acontece com as mulheres lésbicas, os homossexuais ou *gays* sofrem preconceito e discriminação em todas as áreas da vida e, na saúde, não é diferente (Cardoso; Ferro, 2012), especialmente no atendimento médico à saúde urológica desses homens, sobretudo quando o profissional que o atende é heterocisnormativo.

O atendimento à saúde de transexuais

Transexuais são homens e mulheres que sentem que seus corpos não correspondem a sua forma de sentir, pensar, agir e ser. Por esse motivo, buscam se adequar à imagem de gênero que fazem de si, por meio de vestimentas, tratamentos a base de hormônio e ou cirurgias. Tanto mulheres como homens podem ser transexuais.

A mulher transexual é aquela que nasceu com sexo biológico masculino; entretanto, identifica-se com características femininas, buscando ser reconhecida social e legalmente como mulher. Já o homem transexual é aquele que nasceu com sexo biológico feminino, mas

identifica-se com características masculinas, procurando ser social e legalmente reconhecido como homem (Araujo; Benincasa; Frugoli, 2022a).

Apesar de a lesbianidade e a homossexualidade não contemplarem mais os diagnósticos médicos e não mais fazerem parte do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DMS) e da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), a transexualidade ainda é compreendida como um transtorno de desvio e desordem mental, no que diz respeito aos transtornos de identidades de gênero, sendo categorizada como parafilia (perversão sexual) (Lionço, 2019; Ventura; Schram, 2009 *apud* Cardoso; Ferro, 2012). Por essa razão, as pessoas transexuais ainda são tratadas como se fossem tivessem alguma patologia.

Trata-se de uma população que, nos dados estatísticos sobre crimes contra LGBT no Brasil, frequentemente aparece como a mais vulnerável ao preconceito e à discriminação e, conseqüentemente, mais sujeita a mortes violentas. Com isso, pode-se inferir o grau de violência voltada aos transexuais.

Por serem vítimas das mais diversas formas de violência, inclusive na área educacional, poucos transexuais chegam ao Ensino Superior e, devido à baixa escolaridade (Sampaio, 2008; Souza, 2009 *apud* Cardoso; Ferro, 2012), não contam com poder aquisitivo para consultas médicas particulares, buscando com frequência o SUS para suas necessidades de saúde, sobretudo para cirurgias transgenitalizadas (Cardoso; Ferro, 2012).

Diante da dificuldade de acesso ao atendimento de saúde e, muitas vezes, devido ao longo tempo de espera para cirurgias transgenitalizadas, as pessoas transexuais aderem a formas pouco seguras de adequação corporal, utilizando hormônios caseiros e silicone industrial, colocando suas vidas em risco (Sampaio, 2008 *apud* Cardoso; Ferro, 2012).

Outro desafio enfrentado em relação ao preconceito e à discriminação, na área da saúde, ocorre quando uma mulher transexual vai em busca de atendimento ginecológico ou mesmo quando um homem transexual vai em busca de atendimento urológico, ou ainda quando uma mulher transexual necessita ir a um urologista ou um homem transexual necessita ir a um ginecologista. A falta de preparo dos profissionais da saúde pode gerar situações de sentimento de menos valia, inferioridade e constrangimento nessas pessoas.

Nesse cenário, frente às diversas formas de violência a que são expostos no cotidiano de suas vidas por não serem reconhecidos em seus corpos, a população transexual apresenta intenso sofrimento psíquico expressado por meio de depressão, angústia e transtornos alimentares diversos, vindo muitas vezes a cometer suicídio (Cardoso; Ferro, 2012).

Para melhorar a qualidade de vida dessa população, é fundamental que os profissionais se capacitem e passem a ver essas pessoas como as demais, que têm necessidades médicas, direito à saúde e carecem de atendimento. A promoção de um ambiente mais acolhedor e mais seguro pode contribuir para a redução de doenças e mortes e para o bem-estar das pessoas transexuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar das conquistas alcançadas pela população LGBT, por meio de movimentos sociais organizados em prol de uma vida digna e de direitos iguais aos das pessoas heterossexuais, a literatura revela que essas pessoas ainda enfrentam uma realidade permeada de preconceito e discriminação, sobretudo no âmbito do atendimento médico, momento em que são excluídas, negligenciadas e inviabilizadas, tendo feridos seus direitos humanos e sendo colocadas em situação de maior vulnerabilidade.

Marginalizadas e constrangidas por profissionais da saúde que não sabem como lidar com essa população, as pessoas LGBT sentem-se impelidas a não buscar ajuda médica quando necessitam. Como consequência, podem vir a óbito, pois não recebem tratamento para doenças em estágios iniciais, sendo privadas da possibilidade de recuperação e de uma vida digna.

O desrespeito à LGBT na saúde denuncia uma violência institucional nos aspectos físico e emocional, violando seus direitos e tirando-lhes a possibilidade de um atendimento médico justo e equitativo.

Além disso, desprezadas e marginalizadas, as pessoas LGBT tornam-se uma preocupação para o sistema de saúde pública. A falta de um atendimento médico adequado leva a um aumento de doenças sexualmente transmissíveis (IST), que poderiam ser evitadas com medidas de prevenção efetiva, se houvesse a devida orientação médica aos pacientes.

Diante dessa realidade alarmante, é premente que haja mudanças nos setores de saúde público e privado. É fundamental que os profissionais da saúde sejam devidamente capacitados para atender a população LGBT de forma respeitosa e acolhedora, primando por sua integridade física e mental. Dessa forma será possível suprir suas necessidades de saúde com um atendimento médico humanizado, reduzindo, assim, seu risco de vulnerabilidade, adoecimento e morte. Somente com ações inclusivas efetivas será possível alcançar uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

- ARAUJO, Andreia da Fonseca; BENINCASA, Miria; FRUGOLI, Rosa. **LGBTQIA+:** Compreensão da Diversidade Sexual. Vol. 1. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Metanoia, 2022a. Disponível em: <https://loja.metanoiaeditora.com/vol-1-compreensao-da-diversidade-sexual-lgbtqia>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- ARAUJO, Andreia da Fonseca; BENINCASA, Miria; FRUGOLI, Rosa. **LGBTQIA+:** LGBTfobia e suas Ramificações. Vol. 2. [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Metanoia, 2022b. Recuperado de: <https://loja.metanoiaeditora.com/vol-2-lgbtfobia-e-suas-ramificacoes-lgbtqia>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- ARAUJO, Rodrigo Almeida Santiago de; OLIVEIRA, Raquel de Santana; DIAS, Júlia Maria Gonçalves; FONTES, Gabriela de Queiroz; SILVA, Thaís Serafim Leite; GONÇALVES, Amanda Silvestre Santos; ALBUQUERQUE, Alessandra Aleixo. As barreiras das mulheres que fazem sexo com mulheres no acesso à saúde no Brasil. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, São Paulo, v. 10, n. 17, p. 1-7, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23602>. Acesso em: 5 fev. 2022.
- ASSIS, Bárbara Freitas; ARAÚJO, Juliane Cunha; GALDINO, Lorena Pina; PIMENTEL, Manuella Silva Leite; MARTINS, Manuela de Carvalho Vieira. Homossexualidade feminina e a consulta ginecológica: uma revisão integrativa. *In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ENFERMAGEM*, Universidade Tiradentes. São Paulo, p. 9-12, 2017. Disponível em: <https://eventos.set.edu.br/cie/article/viewFile/5533/2044>. Acesso em: 3 fev. 2021.
- CARDOSO, Michele Rodrigues; FERRO, Luís Felipe. Saúde e População LGBT: Demandas e Especificidades em Questão. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 3, n. 32, p. 552-563. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000300003>. Acesso em: 30 jul. 2023.
- CASARIN, Sidnéia Tesmer; PORTO, Adrize Rutz; GABATZ, Ruth Irmgard Bartschi; BONOW, Clarice Alves; RIBEIRO, Juliane Portella; MOTA, Marina Soares. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do *Journal of Nursing and Health*. **Journal of Nursing Health**, Pelotas, 2020; v. 10, n. 5, e20104031. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/19924>. Acesso em: 26 jul. 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre Identidade de Gênero: Conceitos e Termos**. E-book, 2012, 2. Ed. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2021.
- MELO, Talita Graziela Reis; SOBREIRA, Maura Vanessa Silva. Identidade de Gênero e Orientação Sexual: Perspectivas Literárias. **Temas em Saúde**, João Pessoa, v. 18, n. 3, p. 381-404. Disponível em: <https://temasensaude.com/wp-content/uploads/2018/09/18321.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2021.

PARENTE, Jeanderson Soares; MOREIRA, Felice Teles Lira dos; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. Violência física contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no interior do nordeste brasileiro. **Revista de Salud Pública**, Colômbia, v. 4, n. 20, p. 445-452, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15446/rsap.V20n4.62942>. Acesso em 04 fev. 2022.

RODRIGUES, Juliana Luiz; FALCÃO, Marcia Thereza Couto. Vivências de atendimentos ginecológicos por mulheres lésbicas e bissexuais: (in)visibilidades e barreiras para o exercício do direito à saúde. *Saúde e Sociedade*. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902021181062>. Acesso em: 03 fev. 2022.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática X Revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 26 jul. 2022.

VASCONCELOS, Caê. **Por que falar em LGBTfobia e não homofobia?** Disponível em: <https://ponte.org/artigo-por-que-falar-em-lgbtfobia-e-nao-homofobia/>. Acesso em: 10 mar. 2021.

SANTOS, Suely Emília de Barros; SILVA, Ellen Fernanda Gomes da. Fenomenologia Existencial como caminho para a investigação qualitativa em Psicologia. **Revista do NUFEN**. Universidade Federal do Pará, Belém, v. 9, n. 3, p. 110-126, 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v9n3/a08.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

SILVA, Erik Ruan Santana da. **Subjetividades e Visibilidade LGBTQIA+ na Ciberpublicidade**: uma análise de discurso nos comentários publicados nas campanhas de Doritos Rainbow no Facebook. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Natal, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/28932/1/SubjetividadesvisibilidadeLGBTQIA_Silva_2020.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

INVESTIGAÇÃO DE PROTOCOLOS DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA PARA A DEMÊNCIA POR ALZHEIMER: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Maria Fernanda Abreu Gatti

Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (2014), a Doença de Alzheimer (DA) é um tipo de demência senil de declínio cognitivo crescente e irreversível. Atualmente, acredita-se que as demências acometem cerca de 2 milhões de pessoas no Brasil, segundo dados da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (2019). Ainda de acordo com esses dados, aproximadamente 60% desse número corresponde à demência do tipo Alzheimer. No entanto, apesar da grande recorrência dessa doença na população adulta tardia, os estudiosos do tema ainda não chegaram a um consenso a respeito de uma bateria de avaliação neuropsicológica específica para a sua identificação (Porto, 2006). Dessa forma, esta revisão integrativa de literatura busca identificar se existem protocolos padronizados para a avaliação neuropsicológica para a demência por Alzheimer, verificando também quais os instrumentos psicológicos mais presentes para designar de modo preciso pacientes com esse problema.

REVISÃO DE LITERATURA

Avaliação neuropsicológica

A avaliação psicológica é umas das áreas mais importantes da Psicologia, pois possibilita a compreensão do funcionamento psíquico e comportamental do indivíduo, como aponta a Associação Americana de Psiquiatria - APA (2014). A avaliação psicológica é definida pelo Conselho Federal de Psicologia, na Resolução nº007/2003, como um procedimento técnico-científico de coleta de dados, estudos e interpretação de informações a respeito dos fenômenos psicológicos. Em concordância, o Conselho Regional de Psicologia do Estado de São Paulo (2013) propõe que também pode ser compreendida como uma ampla

investigação que permite conhecer o avaliado e sua demanda, com o intuito de programar a tomada de decisão mais apropriada para o cliente *a posteriori*.

A avaliação neuropsicológica, por sua vez, configura-se como uma modalidade complexa de avaliação psicológica, pois exige que o profissional tenha um conhecimento consolidado não apenas de psicologia clínica e de análise psicométrica, como também especialização e conhecimentos aprofundados sobre o sistema nervoso e suas patologias (Cunha, 2000).

Desse modo, evidencia-se que esse procedimento visa investigar as relações entre as funções cognitivo-comportamentais e as funções do sistema nervoso central, como propõem Hamdan, Pereira e Riechi (2011). Portanto, a avaliação neuropsicológica tem por objetivo realizar a análise quantitativa e qualitativa do funcionamento neuropsicológico do indivíduo, com a finalidade de compreender as funções neurocognitivas do avaliado (Lezak; Howieson; Loring, 2012).

Lezak, Howieson e Loring (2012, p. 29) concluem:

Trata-se de um processo complexo que envolve a elaboração da anamnese, a observação do comportamento do indivíduo em contexto clínico e a administração de instrumentos de avaliação formal do funcionamento cerebral para identificação de funções neurocognitivas preservadas e comprometidas.

Segundo Fischer (1979), as principais funções cognitivas que podem ser avaliadas são percepção, atenção, memória, linguagem e funções executivas. Assim, a avaliação neuropsicológica capacita o psicólogo a detectar uma desordem neurológica (por exemplo: lesões por anoxia, quadros de demência, acidente vascular cerebral, traumatismo crânio encefálico etc.), estabelecer um diagnóstico diferencial entre uma síndrome psicológica e uma neurológica, monitorar a recuperação cognitiva ou evolução de uma desordem neurológica e a avaliar o funcionamento cognitivo de uma pessoa, com o intuito de propor um trabalho de reabilitação e o desenvolvimento de estratégias para lidar com as dificuldades vividas por ela.

Avaliação neuropsicológica para o Mal de Alzheimer

O Mal de Alzheimer é um transtorno cerebral degenerativo progressivo que apresenta grande variabilidade, tanto na sua sintomatologia, quanto em sua progressão clínica (Papalia; Olds, 2000). Segundo as autoras, de modo geral, os primeiros sinais da doença muitas vezes são imperceptíveis e estão associados a pequenas falhas no dia a dia, que sugerem uma perda

ou um estado confusional referente à memória episódica, e evoluem até um grave declínio cognitivo, que leva o paciente à morte.

Hodiernamente, o diagnóstico inquestionável para DA só pode ser confirmado por exame patológico (biópsia do tecido cerebral) *post mortem*, como afirma Rolins (2005). Desse modo, o DSM-V estabelece que, devido às dificuldades para comprovar patologicamente a presença da DA, o diagnóstico clínico deve ser feito a partir do momento em que outras etiologias demenciais forem descartadas. Portanto, para que se possa chegar a tais conclusões, a investigação é pautada, tanto na apreciação clínica quanto em exames de imagem e avaliação neuropsicológica (Abrisqueta-Gomez, 2004).

A avaliação neuropsicológica em pacientes com a Demência de Alzheimer tem como objetivo, além de auxiliar na validação do diagnóstico clínico, classificar o grau em que a doença se encontra, a fim de auxiliar na determinação do tratamento paliativo com enfoque específico no desenvolvimento de cada caso (Abrisqueta-Gomez, 2004). Sendo assim, o diagnóstico sindrômico demencial exige a comprovação objetiva do comprometimento cognitivo (memória, linguagem, funções executivas, praxias, gnosias) e funcional, ou seja, a capacidade de desempenhar as atividades diárias com autonomia, segundo Nitrini e Caramelli (2005). No entanto, Argimon e Camargo (2000) alertam que, quando se trata de uma avaliação em idosos, existe uma série de peculiaridades específicas relacionadas ao funcionamento cognitivo, devendo o avaliador, portanto, ater-se aos parâmetros das mudanças evolutivas normais esperados para a idade.

De modo geral, quando a DA típica é levantada como sendo uma hipótese diagnóstica, a avaliação inicial de rastreio é comumente utilizada. Liporace (2009) acrescenta que, de modo geral, um único instrumento não é capaz de avaliar um todo em sua completude, não sendo recomendável o uso isolado de um instrumento de avaliação, tendo em vista que pessoas altamente intelectualizadas podem apresentar pouca ou nenhuma alteração nos resultados.

Sequencialmente à avaliação inicial de rastreio, a memória, com ênfase na capacidade de evocação, deve ser o foco central da avaliação, seguida pelos demais construtos que englobam a cognição, optando-se por avaliar primeiramente os comportamentos que se manifestam de forma mais evidente no paciente (Dias; Melo, 2020).

Abrisqueta-Gomez (2004, p. 407), aponta que:

Apesar da avaliação neuropsicológica no diagnóstico clínico da demência estar mais focalizada no estudo das funções cognitivas, um aspecto que não podemos ignorar é o da grande variedade de alterações de humor,

comportamento e déficit funcional (nas atividades de vida diária) que apresentam os pacientes portadores de demência e que são variáveis nos diferentes tipos de patologia. Portanto, o uso de escalas, listas, questionários e instrumentos que avaliem estes aspectos é de especial interesse na prática clínica e poucos projetos prescindem de sua utilização como parte do diagnóstico neuropsicológico.

MÉTODO

Tipo de pesquisa

A presente pesquisa se classifica como uma revisão integrativa de literatura, um método específico de pesquisa que sintetiza a literatura empírica ou teórica para fornecer uma compreensão mais abrangente a respeito de um determinado fenômeno, como aponta Broome (2000).

O principal objetivo desse método de pesquisa é analisar o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um tema específico, permitindo, assim, que novos conhecimentos sejam gerados a partir dos resultados apresentados por pesquisas anteriores (Polit; Beck, 2006).

Coleta e análise de dados

Inicialmente foram selecionados alguns critérios para delimitar o presente estudo, sendo eles: busca avançada com palavras-chave Alzheimer; Avaliação; Neuropsicologia; periódicos Lilacs, PePsic e Scielo; idioma (sem restrição) e ano de publicação (2000 a 2020). A busca resultou em um total de 47 artigos, sendo 15, 19 e 13 artigos encontrados respectivamente nas plataformas mencionadas. Desse total, apenas 15 se enquadraram na discussão deste trabalho, Para realizar essa seleção, foram lidos os resumos de todos os artigos, sendo excluídos aqueles que tangenciavam, em conteúdo, o tema desta pesquisa, como por exemplo: utilização de instrumentos psicológicos para avaliar pacientes com DA na direção defensiva, avaliação com foco nos cuidadores, avaliação desses pacientes por meio de autorrelato, avaliação do impacto da doença na qualidade de vida, possíveis estratégias de reabilitação, entre outros. Foram selecionados somente aqueles que fizeram uso de instrumentos neuropsicológicos em contexto de diagnóstico clínico ou diferencial em pacientes com DA.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

País de origem dos autores

De acordo com os dados levantados na Tabela 1, a maior parte dos autores que publicaram os artigos têm origem no Brasil e correspondem, juntos, a 34,05% (N=15) do total, seguidos pela Espanha (27,24% - N=12) e Portugal (20,43% - N=9). Outros países como Canadá (9,09% - N=4), Bolívia (6,81% - N=3) e Reino Unido (2,27% - N=1), também apareceram nos resultados encontrados.

Tabela 1 - Local de origem dos Autores

Estado/País	N	%
Bolívia	3	6,81%
Brasil (BH)	1	2,27%
Brasil (DF)	1	2,27%
Brasil (MG)	4	9,09%
Brasil (PB)	2	4,54%
Brasil (PE)	1	2,27%
Brasil (PR)	1	2,27%
Brasil (RJ)	4	9,09%
Brasil (SP)	1	2,27%
Canadá	4	9,09%
Espanha	12	27,24%
Portugal	9	20,43%
Reino Unido	1	2,27%
Total	44	100%

Fonte: dados coletados na análise dos artigos.

Em relação à divisão dos autores por Estado no Brasil, Minas Gerais e Rio de Janeiro aparecem, ambos, com 9,09% (N=4) dos autores, seguidos pela Paraíba, com 4,54% (N=2) e os demais Estados: Bahia, Distrito Federal, Pernambuco, Paraná e São Paulo, com 2,27% (N=1)

cada. Entende-se que grande parte dos artigos encontrados para sustentar essa pesquisa tenham origem no Brasil devido ao perfil das plataformas de pesquisa escolhida para as buscas.

Instrumentos citados ou utilizados

A Tabela 2 tem como principal objetivo analisar a frequência de uso dos instrumentos psicológicos nas pesquisas de campo ou sua citação nas pesquisas teóricas. Vale ressaltar que o levantamento de entrevistas, anamneses, exames de imagem, entre outros métodos que não testes (escalas e inventários) psicológicos, não foram o foco da presente análise.

Dos 40 instrumentos mencionados nos artigos avaliados, 80% (n=32) não constam no *site* do SATEPSI². Esse fato pode ser explicado de acordo com duas diferentes hipóteses de investigação. Inicialmente, considera-se que tais instrumentos não foram estudados na aplicação com a população brasileira, uma vez que 34,05% (N=15) das pesquisas não foram publicadas por pesquisadores brasileiros, de acordo com os dados levantados na Tabela 1, que levanta a porcentagem de pesquisadores por país. Outro pressuposto refere-se ao fato de que alguns dos instrumentos supracitados possam estar sendo alvo de estudos que comprovem evidências de validade, estimativas de precisão e elaboração de normas interpretativas, conforme institui o Art. 14 da Resolução CFP nº 9/2018. Ainda de acordo com a Resolução CFP, em vigência, os instrumentos não avaliados e não aprovados pelo SATEPSI não podem ser utilizados na avaliação psicológica.

² <https://satepsi.cfp.org.br/>

Tabela 2 - Instrumentos utilizados ou citados

Instrumentos	SATEPSI	N	%
Bateria de Avaliação Frontal (FAB)	Não Consta	2	2,89%
Blocos Corsi	Não Consta	1	1,44%
Cambridge Neuropsychological Test Automated Battery (CANTAB)	Não Consta	1	1,44%
Clinical Dementia Rating (CDR)	Não Consta	4	5,79%
Consortium to Establish a Registry for Alzheimer's Disease (CERAD)	Não Consta	1	1,44%
Controlled Oral Word Association Test (COWAT)	Não Consta	1	1,44%
Escala de Avaliação do Impacto Psicossocial do Diagnóstico de Demência (APSID)	Não Consta	1	1,44%
Escala de Avaliação Cognitivo (CAMCOG)	Não Consta	1	1,44%
Escala de Avaliação da Doença de Alzheimer (ADAS-COG)	Não Consta	1	1,44%
Escala de Avaliação de Demência	Não Consta	1	1,44%
Escala de Depressão Geriátrica (EDG)	Não Consta	2	2,89%
Escala de Inteligência de Wechsler (WASI)	Favorável	3	4,34%
Escala de Memória de Wechsler (WMS)	Não Consta	1	1,44%
Exame Cognitivo de Addenbrooke-R (ACE-R)	Não Consta	1	1,44%
Figuras Complexas de Rey	Favorável	1	1,44%
Índice de Barthel (BI)	Não Consta	1	1,44%
Índice de Lawton e Brody	Não Consta	3	4,34%
Índice de Pfeffer	Não Consta	2	2,89%
Índice de Katz	Não Consta	1	1,44%
Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve (NEUPSILIN)	Favorável	1	1,44%
Inventário de Atividade de Vida Diária	Não Consta	1	1,44%
Medida de Independência Funcional (MIF)	Não Consta	1	1,44%

Continua...

Medida de Fluência Verbal (MFV)	Desfavorável	2	2,89%	
Método de Avaliação Confusional	Não Consta	1	1,44%	
Mini Exame Cognitivo Geral	Não Consta	1	1,44%	
Mini Exame do Estado Mental (MEEM)	Não Privativo	11	15,94%	
Montreal Cognitive Assessment (MoCA)	Não consta	1	1,44%	
Porteus Maze Test (PMT)	Não Consta	1	1,44%	
Premorbid Cognitive Abilities Scale (PCAS)	Não Consta	1	1,44%	
Protocole d'Évaluation Neuropsychologique Optimal du Montréal (PENO)	Não Consta	1	1,44%	
Questionário de Reserva Cognitiva (CRQ)	Não Consta	1	1,44%	
Reading Span Task	Não Consta	1	1,44%	
Teste de Aprendizagem Audio-Verbal de Rey (RAVLT)	Favorável	2	2,89%	
Teste de Brown-Peterson	Não Consta	1	1,44%	
Teste de Memória Integrativa de Curto Prazo (TMI)	Não Consta	1	1,44%	
Teste de Semelhança (TS)	Não Consta	1	1,44%	
Teste de Sete Minutos	Não Consta	1	1,44%	
Teste do Relógio	Favorável	6	8,69%	
Trail Making Test (TMT)	Não Consta	3	4,34%	
Teste Wisconsin de Classificação de Cartas (WCST)	Favorável	1	1,44%	
Total		40	69	100%

Fonte: Dados coletados na análise dos artigos.

O instrumento classificado como “desfavorável” (1,44% - N=1), que corresponde ao Medida de Fluência Verbal (MFV), publicado por Glauco Piovani, teve sua data plenária em abril de 2004 e, portanto, não está disponível para uso do profissional psicólogo, de acordo com o *site* do Sistema de Avaliação Psicológica (SATEPSI). Assim, é descartada sua possibilidade de uso, uma vez que o parecer desfavorável indica que esse instrumento não contempla os requisitos mínimos necessários que garantam a sua eficácia para a prática da avaliação psicológica.

O Mini Exame do Estado Mental (15,94%, n=11), desenvolvido por Brasil-Neto, foi o instrumento mais citado nos artigos estudados. Apesar disso, está classificado como instrumento “não privativo” no *site* do SATEPSI, ou seja, pode ser utilizado por profissionais psicólogos como procedimento e recurso auxiliar para complementar o processo avaliativo e desde que seu uso esteja amparado na ética e na legislação profissional, mas não pode ser utilizado como fonte fundamental e exclusiva de informação, segundo a Cartilha Sobre Avaliação Psicológica publicada pelo CFP (2022).

Desse modo, compreende-se que para receber o parecer favorável do CFP, o teste deve preencher os requisitos mínimos indicados no Anexo I da Resolução CFP nº 9/2018, em vigência. Tais requisitos consideram a necessidade de o manual do teste apresentar informações consistentes sobre sua fundamentação teórica e suas características psicométricas (CFP, 2022, p. 23).

Vale ressaltar que, de acordo com a Cartilha de Avaliação Psicológica (CFP, 2022, p.32):

Na escolha de um teste como instrumento do processo de avaliação psicológica é fundamental que a(o) psicóloga(o) consulte o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI), disponível no site do Conselho Federal de Psicologia (www.cfp.org.br), com o intuito de verificar se o teste foi aprovado para uso em avaliação psicológica. Em caso afirmativo, ela(e) deverá então consultar o manual do referido teste, de modo a obter informações acerca do construto psicológico que pretende medir, assim como sobre os contexto e propósitos para os quais sua utilização é apropriada.

Aspectos que se referem aos instrumentos supracitados com parecer favorável e não privativo serão abordados de modo mais detalhado na análise qualitativa a seguir.

Levantamento de dados dos instrumentos favoráveis, segundo o SATEPSI

O Quadro 1, que levanta informações relevantes a respeito dos instrumentos apresentados na Tabela 2 com classificação “favorável” e “não privativo”, visa aprofundar e discutir esses instrumentos a partir da perspectiva da possibilidade de seu uso nas avaliações psicológica e neuropsicológica.

Na composição da Tabela 3, as informações nas colunas se referem à adaptação brasileira e ao construto avaliado, e foram retiradas do *site* do SATEPSI. Assim, foi possível organizar informações fundamentais para dar início a sua análise qualitativa.

O Quadro 1 apresenta os instrumentos considerados favoráveis pelo SATEPSI.

Quadro 1 - Levantamento de dados dos instrumentos favoráveis, segundo o SATEPSI

Instrumento	Autores/Ano	Adaptação Brasileira/Ano	Construto
Escala de Inteligência de Wechsler (WASI)	Wechsler, 2000	Trentini, Yates, Heck, 2014	Inteligência
Figuras Complexas de Rey	Rey, 1942	Oliveira, Rigoni, 2010	Percepção Visual e Memória
Mini-Exame do Estado Mental (MEEM)	Folstein <i>et. al.</i> , 1975	Brasil-Neto, -	Não consta
Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve (NEUPSILIN)	Salles, Parente, Fonseca, 2013	Salles, Parente, Fonseca, 2013	Atenção, Orientação têmporo-espacial, atenção concentrada, percepção visual, habilidades aritméticas, linguagem oral e escrita, memória verbal e visual, praxias e funções executivas
Teste de Aprendizagem Audio-Verbal de Rey (RAVLT)	Rey, 1964	Rey, Paula, Malloy-Diniz, 2018	Memória Episódica
Teste do Relógio	Shulman, 1986	Bottino e colaboradores, 1999	Inteligência
Teste Wisconsin de Classificação de Cartas (WCST)	Heaton, Chelune, Talley <i>et al.</i> (2004)	Trentini e colaboradores, 2018	Processos Perceptivos e Cognitivos

Fonte: Dados coletados na análise dos artigos.

A Escala de Inteligência de Wechsler Abreviada (WASI), que abrange 4,34% das citações totais dos artigos avaliados, segundo levantamento apresentado na Tabela 2, é comumente utilizada na avaliação neuropsicológica, uma vez que propõe a averiguar a cognição baseada no modelo teórico de inteligência proposto por Spearman, por meio de quatro subtestes, sendo eles: Vocabulário, Cubos, Semelhanças e Raciocínio Matricial, segundo Yates *et al.* (2006).

Segundo dados fornecidos pelo SATEPSI, o público-alvo dessa escala abrange indivíduos entre 6 e 89 anos e a aplicação deve ser feita de forma individual e não

informatizada. O prazo de validade para novos estudos está previsto para novembro de 2031. Vale ressaltar que, em se tratando de avaliação de idosos, o uso de versões abreviadas de instrumentos é de extrema importância, uma vez que esses se cansam mais rapidamente, o que poderia acarretar um perfil de desempenho inferior, que não corresponderia a sua capacidade real em função da fadiga (Yassuda; Abreu, 2006). Além disso, as formas abreviadas são úteis em função do tempo limitado para a aplicação dos instrumentos, especialmente, nos casos em que diagnósticos diferenciais em idosos são necessários e requerem a utilização de vários instrumentos de medida (Hoffman; Nelson, 1988).

O teste neuropsicológico Figuras Complexas de Rey (1999), segundo o próprio autor do instrumento, tem como objetivo avaliar a atividade perceptiva e a memória visual, de modo que é possível verificar se o examinando é capaz de apreender os dados perceptivos que lhe são apresentados e como estes podem ser conservados espontaneamente pela memória. Segundo Nitrini *et al.* (2005), os estudos brasileiros que avaliam a utilização desse instrumento em pacientes com MA são praticamente inexistentes, apesar do fato desse teste ser capaz de auxiliar na identificação desses pacientes.

Apesar da capacidade para avaliar déficits cognitivos que correspondem àqueles apresentados por pacientes com essa doença, esse instrumento foi citado somente 1 vez nos artigos estudados, o que corresponde a 1,44% das citações totais, como levantado na Tabela 2. De modo geral, o público-alvo para sua aplicação corresponde a indivíduos de 5 anos ou mais, devendo ser feita de forma individual e não informatizada, segundo informações fornecidas pelo SATEPSI. Ainda de acordo com o *site*, o prazo de validade para a apresentação de novos estudos corresponde a 2030.

O Mini Exame do Estado Mental (MEEM) foi desenvolvido nos Estados Unidos da América com o objetivo de avaliar o estado mental, especificamente em quadros demenciais, de maneira breve e eficiente, segundo Melo e Barbosa (2015). Ainda segundo os autores, trata-se de uma ferramenta clínica comumente utilizada para detectar perdas cognitivas de procedência evolutiva e monitorar seu desenvolvimento. Ainda de acordo com os autores, esse teste é composto por questões agrupadas que visam avaliar determinadas funções cognitivas, como: orientação para tempo, orientação para local, registro de 3 palavras, atenção e cálculo, lembrança das 3 palavras, linguagem e capacidade construtiva visual.

Atualmente, o MEEM é o teste de rastreio cognitivo para pessoas adultas e idosas mais utilizado no mundo, com versões traduzidas e autorizadas para mais de 35 países. Segundo Marshall e Folstein (2014), é considerado um “teste de cabeceira” para profissionais de

diversas áreas, como psiquiatras, neurologistas, geriatras e psicólogos, que lidam com questões do envelhecimento. A grande notoriedade do MEEM pode ser evidenciada na frequência com que esse instrumento apareceu nos artigos levantados, ou seja, em 11 dos 15 estudos em questão. Apesar desse grande destaque, Kochhann *et al.* (2010) enfatizam a importância de se atentar ao fato de que o Mini Exame é fidedigno para rastreamento, e não para diagnóstico.

Apesar de ser um instrumento comumente utilizado nesse âmbito investigativo, vale ressaltar que o MEEM apresenta uma alta taxa de falsos negativos, quando aplicado em uma fase muito inicial da demência ou quando o indivíduo avaliado apresenta alto nível de escolaridade (Bertolucci, 2004). Ademais, o mesmo autor enfatiza que, devido a sua brevidade, esse teste avalia superficialmente alguns aspectos da cognição - orientação, memória, cálculo e linguagem-, negligenciando completamente outros.

O Instrumento de Avaliação Neuropsicológica Breve (NEUPSILIN), segundo Nitri (2005), é capaz de avaliar as oito funções cognitivas principais, sendo elas: orientação têmporo-espacial, atenção, percepção, memória, habilidades aritméticas, linguagem oral e escrita, praxias e funções executivas. Na prática com idosos, o NEUPSILIN vem despontando como uma importante ferramenta por contemplar diversos domínios da cognição e oferecer uma visualização do status cognitivo dessas pessoas (Coimbra *et al.*, 2020). Apesar do seu caráter abrangente no que se refere à cognição, ainda faltam estudos científicos que avaliem especificamente o uso desse instrumento em pacientes com DA, conforme enfatiza o autor.

Esse teste foi citado em apenas um dos quinze artigos estudados, o que corresponde a 1,44% das citações totais. Esse instrumento pode ser aplicado, de forma individual e não informatizada, a pessoas de 18 a 90 anos, e o prazo de validade para estudos futuros está determinado para maio de 2033.

O Teste de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT) é um dos instrumentos mais amplamente utilizados para a avaliação neuropsicológica da memória, uma vez que verifica os processos de aprendizagem, evocação e reconhecimento da memória episódica, entre outras variáveis, como denotam Cotta *et al.* (2012).

Ainda de acordo com Cotta *et al.* (2012), o RAVLT é comumente utilizado na prática clínica para detectar problemas de memória de modo geral, em demência e em pré-condições de demência, e pode, portanto, ser eficaz na identificação dos princípios básicos relacionados à retenção de novas informações. Esse instrumento tem se mostrado particularmente útil na avaliação de quadros demenciais. Apesar do apontamento dos autores, esse teste foi

identificado em apenas dois dos quinze artigos estudados sobre a doença neurodegenerativa de Alzheimer no contexto de avaliações realizadas por profissionais da área da psicologia. Por fim, sabe-se que esse instrumento pode ser aplicado individualmente em indivíduos de 6 a 92 anos, segundo o SATEPSI, e o prazo de validade desse estudo está previsto para fevereiro de 2038.

O Teste dos Relógios (TR), amplamente utilizado como teste de rastreio, possui aplicação simples e execução rápida, e é capaz de avaliar diversas dimensões cognitivas, como memória, função motora, função executiva e compreensão verbal, segundo Montiel *et al.* (2014). Ainda segundo os autores, esse instrumento é aplicado em idosos com suspeita de síndrome demencial, auxiliando na investigação diagnóstica. O TR foi mencionado em seis dos quinze artigos investigados neste trabalho, e corresponde a 8,69% das citações totais encontradas.

Para Shulman, Shedletsky e Silver (1986), os sinais de declínio cognitivo no TR são mais evidentes no momento em que o paciente indica de maneira errada o desenho do horário solicitado pelo aplicador, principalmente quando se exige o horário de onze horas e dez minutos, em que é necessário o pensamento abstrato para a execução da tarefa. Desse modo, muitos pacientes com demência não conseguem executar o horário exigido, segundo os autores.

De acordo com o SATEPSI, a aplicação pode ser feita de forma individual ou coletiva e o público-alvo corresponde a pessoas de 16 a 62 anos de idade. Vale ressaltar ainda que a data de validade prevista para esse instrumento é abril de 2023, o que sugere uma necessidade iminente de atualização de validação para que esse instrumento permaneça favorável para uso. De acordo com o levantamento feito na Tabela 2, o Teste do Relógio foi o segundo instrumento com maior incidência nesta pesquisa, atrás somente do Mini Exame do Estado Mental.

Por fim, o Teste Wisconsin de Classificação de Cartas (WCST) é um instrumento de avaliação neuropsicológica capaz de verificar a capacidade do indivíduo de raciocinar abstratamente e de modificar suas estratégias cognitivas como resposta a alterações nas contingências ambientais (Dias; Melo, 2005). Segundo os autores, idosos com DA alcançaram reduzido desempenho em diferentes indicadores do WCST, apontando prejuízo cognitivo, com sinais de comportamento estereotipado e falhas na memória operativa, na formação de conceitos e na aprendizagem.

Apesar de já existirem estudos que comprovem a eficácia desse instrumento como parte de uma bateria capaz de avaliar paciente com MA, esse teste foi citado em apenas uma pesquisa entre aquelas estudadas para a produção deste trabalho, ou seja, apenas 1,44% do total de citações de instrumentos. Ademais, vale ressaltar que esse instrumento apresenta como público-alvo indivíduos entre 6 e 89 anos, e sua aplicação só pode ser feita de forma individual e não informatizada, de acordo com o SATEPSI. Ademais, seu prazo de validade está determinado para dezembro de 2038.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, que teve como objetivo principal a investigação a respeito da existência de possíveis protocolos de avaliação neuropsicológica para a Doença de Alzheimer, encontrou, por meio de uma minuciosa revisão integrativa de literatura, dados que sugerem uma ausência de concordância entre pesquisadores e estudiosos do tema no que diz respeito à utilização de testes padronizados para tal avaliação.

Este estudo revelou, para além da inexistência na definição desse protocolo, uma limitação no que diz respeito à variedade de instrumentos regulamentados disponíveis para uso do profissional da área da Psicologia no Brasil, ou seja, a grande maioria dos instrumentos citados nos estudos sobre o tema não constam no *site* do SATEPSI e, portanto, não podem ser utilizados na atividade prática psicológica.

Entre os instrumentos favoráveis para uso no Brasil, o mais comumente apontado nas pesquisas que sustentam o corpo investigativo deste estudo foi o Teste Mini Mental. No entanto, apesar de sua notória relevância, faz-se necessário enfatizar não se trata de instrumento privativo do psicólogo. O Teste do Relógio, que avalia funções executivas e habilidades visuoespaciais, e a Escala de Inteligência Wechsler Abreviada (WASI), que fornece medidas sobre o Quociente de Inteligência Total, de Execução e Verbal, aparecem na sequência. Os dois instrumentos que mais frequentemente aparecem nos artigos analisados, o Mini Mental e o Teste do Relógio, com, respectivamente, 11 e 6 menções entre os 15 artigos que fundamentaram essa revisão, foram apontados por diversos pesquisadores e estudiosos do tema como sendo testes de rastreio, isto é, sua aplicação isolada não é suficiente para estabelecer um diagnóstico clínico demencial.

Por fim, vale enfatizar que todos os artigos que compuseram o campo investigativo desta pesquisa foram minuciosamente organizados em categorias avaliativas, por meio de quadros e

tabelas, que possibilitaram melhor visualização e conexão das informações levantadas. Além disso, os dados referidos possibilitaram um enquadramento teórico seguramente embasado. Desse modo, essa revisão integrativa da literatura permitiu, além de um vislumbre teórico-técnico a respeito do tema, compreender suas limitações, que fomentam a possibilidade de pesquisas futuras. Tendo em vista o que foi apresentado, viabiliza-se um campo para a construção de um protocolo que guie a prática psicológica na identificação de pacientes com DA.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARGIMON, A. I. L; CAMARGO, C. H. P. Avaliação de Sintomas Demenciais em Idosos: questões essenciais. *In*: CUNHA, J.A. e cols. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. p. 177-182. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

BERTOLUCCI, P. H.S. Doença de Alzheimer. *In*: ABRISQUETA-GOMEZ, J. *et al.* **A Neuropsicologia Hoje**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004, p. 261-266.

BROOME, M. E. Integrative literature reviews for the development of concepts. *In*: RODGERS, B. L; KNAFL, A. A. **Revisão sistemática e meta-análise**. 2. ed. Duke University: Saunders Company, 2000. p. 231 – 250. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238248432_Integrative_literature_reviews_for_the_development_of_concepts Acesso em: 21 jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha Sobre Avaliação Psicológica**. Brasília: CFP, 2007. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/docs/Cartilha-Avalia%C3%A7%C3%A3o-Psicol%C3%B3gica.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP N.º 007/2003**. Manual de Elaboração de Documentos Decorrentes de Avaliações Psicológicas. Brasília: CFP, 2003. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2003/06/resolucao2003_7.pdf Acesso em: 01 abr. 2022.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA SP. **Resolução CRP-SP N.º 03/2013**. Manual de Orientações Legislação e Recomendações para o Exercício Profissional do(a) Psicólogo(a). São Paulo: Casa do Psicólogo/CFP, 2013. Disponível em: <http://www.crpssp.org.br/atmc/artigos/13.html> Acesso em: 13 out. 2022.

COTTA, M. F. e cols. O Teste de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT) no Diagnóstico Diferencial do Envelhecimento Cognitivo Normal e Patológico. **Contextos Clínicos**, v. 5, n. 1, p. 10-25, 2012. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?ascrip=sci_arttext&pid=S1983-34822012000100003 Acesso em: 25 set. 2022.

CUNHA, J.A. O ABC da Avaliação Neuropsicológica. *In*: CUNHA, J.A. e cols. **Psicodiagnóstico-V**. 5. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

DIAS, B. M.; MELO, D. M. Avaliação neuropsicológica e demências em idosos: uma revisão de literatura. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 2, n. 3, p. 64-84, 2020. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2624>. Acesso em: 21 maio 2022.

FISCHER, C. T. Individualized Assessment and Phenomenological Psychology. **Journal of Psychological Assessment**, v. 43, n. 2, 1979, p. 115-122. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16367107/> Acesso em: 15 jul. 2022.

HANDAM, A. C.; PEREIRA, A. P. A.; RIECHI, T. I. J. S. Avaliação e reabilitação neuropsicológica: desenvolvimento histórico e perspectivas atuais. **Interação em Psicologia**, v. 15, p. 47-58, 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/psicologia/article/view/25373/17001> Acesso em: 10 jun. 2022.

KOCHHANN, R. *et al.* The Mini Mental State Examination review of cutoff points adjusted for schooling in a large southern Brazilian sample. **Dementia e Neuropsychologia**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 35-41, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dn/a/hjKPjtgyVMnfg7xMMRtzBNs/?lang=en> Acesso em: 25 set. 2022.

LEZAK, D.; HOWIESON, B.; LORING, W. **Avaliação Neuropsicológica**. 2. ed. Nova York: Oxford University Press, 2012.

LIPORACE, M.F. **Curso básico de psicometria: teoria clássica**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 2009.

MARSHALL, M. D.; FOLSTEIN, S. Psych and Behavioral Sciences. *Science PG*, v.11, n.4, 2014.

MELO, D. M.; BARBOSA, A. J. G. O uso do Mini Exame do Estado Mental em pesquisas com idosos no Brasil: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 12, p.3865-3876. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Rr7T7c755Cz9XHzWzwQKZNP/?lang=pt> Acesso em: 25 set. 2022.

MONTIEL, J. M *et al.* Testes do desenho do relógio e de fluência verbal: contribuição diagnóstica para o Alzheimer. **Psicologia: teoria e prática**, São Paulo, v. 16, n. 1, p.169-180, 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872014000100014 Acesso em: 25 set. 2022.

NITRINI, R. *et al.* Diagnóstico de doença de Alzheimer no Brasil: avaliação cognitiva e funcional. **Arquivos de Neuropsiquiatria**, v. 63, n.3, p.720-727, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anp/a/xwZHYJ7w75r67NGtYDFdGhL/?format=html&lang=pt> Acesso em: 09 out. 2022.

PAPALIA, D. E; OLDS, S. W. **Desenvolvimento Humano**. 7. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

POLIT, D. F; BECK, C. T. **Essentials of nursing research: appraising evidence for nursing practice**. 9. ed. Philadelphia: Lippincott Williams & Wilkins, 2006.

PORTO, C. S. **A Escala de Avaliação de Demência (DRS) no Diagnóstico de Comprometimento Cognitivo Leve e Demência de Alzheimer**. 2006. 83 f. Tese (Doutorado em Neurologia) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5138/tde-31102006-150108/publico/clauidiasellitto porto.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2022.

ROLINS, A. P. C. **A Neuropsicologia e o Tratamento de Alzheimer: Contribuições**. 2005. 42 f. Monografia (Curso de Psicologia) – Faculdade de Ciências da Saúde, Brasília, 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/123456789/3062/2/20068980.pdf> Acesso em: 08 ago. 2022.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE GERIATRIA E GERONTOLOGIA. **Geriatrics, Gerontology and Aging**. Seção Artigo SBGG, 2019. Disponível em: <https://sbgg.org.br/em-dia-mundial-do-alzheimer-dados-ainda-sao-subestimados-apesar-de-avancos-no-diagnostico-e-tratamento-da-doenca/> Acesso em: 01 set. 2021.

SHULMAN, K.I.; SHEDLETSKY, R.; SILVER, I. L. The challenge of time: clickdrawing and cognitive function in the elderly. **International Journal Geriatric Psychiatry**, v. 1, n. 1, p. 135-140, 1985. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/gps.930010209> Acesso em: 25 set. 2022.

YASSUDA, M. S.; ABREU V. P. S. Avaliação cognitiva. *In*: FREITAS, E. V. *et al.* **Tratado de geriatria e gerontologia**. Rio de Janeiro: Koogan, 2006, p. 1252-1266.

YATES, D. B, et al. Apresentação da Escala de Inteligência Wechsler Abreviada (WASI). **Avaliação Psicológica**, v. 5, n. 2, 2006, p. 227-233. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277305772_Apresentacao_da_Escala_de_Inteligencia_Wechsler_abreviada

LIMITAÇÕES E DESAFIOS NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO DE IDOSOS LONGEVOS

Alice Nucci Nunes Spagnol

Adriana Nunes da Silva Barbosa

Aline Andreza Izaltino de Campos Alves

Claudia Regina de Freitas

Maria Simeão de Campos

Maria Clara Silva

Selma Cristina de Jesus Miguel

Sidnei Leal Silva

INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta a oportunidade de ouvir o sujeito que envelhece e de conhecer o contexto vivenciado e enfrentado por ele, a fim de conhecer aspectos significativos e complementares para a compreensão e a interpretação da longevidade, verificando as condições em que as pessoas chegam à velhice e percebendo os determinantes e condicionantes do envelhecimento ativo por meio da história de vida de idosos longevos.

Nesse sentido, este estudo visa apresentar os déficits mais frequentes relacionados a essa faixa etária, bem como as motivações mais relevantes para um desenvolvimento sadio nesse período, comumente relacionado às perdas provocadas pelo avanço da idade, mas que em tempos atuais tem suscitado discussões e reflexões acerca da plenitude, sabedoria, qualidade de vida e do renascimento do indivíduo para uma nova etapa, possibilitando maior percepção subjetiva de saúde e de satisfação com a vida. Dessa forma, o estudo buscou avaliar a percepção de saúde e bem-estar em idosos longevos a fim de relacionar tais constructos às limitações e motivações identificadas no processo de envelhecimento.

REVISÃO DA LITERATURA

A literatura que sustenta este trabalho está organizada do seguinte modo: inicialmente apresenta-se uma conceituação sobre o processo de envelhecimento; em seguida, direciona-se o foco para as limitações emergentes nesta fase da vida, citando-se as principais dificuldades

físicas e psicológicas enfrentadas. Complementarmente são apresentadas as motivações mais relevantes no que se refere à longevidade dos idosos num contexto geral de qualidade de vida presente e acessível aos indivíduos nesta fase.

De acordo com Neri (2019,) é observável praticamente em todo o mundo uma expansão do envelhecimento populacional ao longo dos últimos 60 anos e, a partir disso, constata-se profundas mudanças na temporalização da vida humana e da velhice. Tais mudanças chamaram a atenção de estudiosos que, a fim de suprirem as demandas dessa faixa etária, elaboraram conceitos e teorias influentes no que se refere ao envelhecimento.

Desse modo, a autora define como idosos os indivíduos inseridos em um contexto sociocultural que se diferenciam pela aparência, força, funcionalidade, produtividade e pelo desempenho de papéis sociais primários, em comparação com adultos não idosos. A velhice é a última fase do ciclo vital e, portanto, um produto da ação decorrente do desenvolvimento e do envelhecimento, sendo este último um processo gradual de declínio de estruturação, função, organização e diferenciação, cujo ponto final é a morte.

O envelhecimento tem início logo após a maturidade sexual e acelera-se a partir da quinta década de vida, marcado principalmente pela cessação ou diminuição da possibilidade de reprodução e por mudanças fisiológicas e morfológicas típicas, caracterizando o envelhecimento como um processo universal que pode ser chamado de envelhecimento normal. Quando sob condições ótimas de influência da genética, do ambiente e dos comportamentos ao longo de toda a vida, os indivíduos podem envelhecer bem. Mesmo que venham a apresentar perdas funcionais e poucas ou controladas doenças crônicas, estas são consideradas mudanças normais do envelhecimento (Neri, 2009).

No que se refere à trajetória do envelhecimento, Neri (2009) descreve que no início dos anos 1900 a expectativa de vida não ultrapassava os 45 anos. A velhice se caracterizava mais pelo surgimento de doenças crônicas e outros problemas causados pela idade avançada do que pela continuidade das boas condições de saúde. As possibilidades de reabilitação eram reduzidas e as condições de trabalho eram muito mais duras em comparação às atuais. Poucos viviam bem, e mais raros ainda eram os que viviam bem e longamente. Para a grande maioria o envelhecimento significava não chegar a envelhecer ou ter uma velhice curta e cercada de doenças, incapacidade e inatividade.

O envelhecimento é um fenômeno universal, dinâmico, progressivo e caracterizado por diversas modificações biológicas, psíquicas e sociais, que podem implicar alterações no

bem-estar e na qualidade de vida na velhice, sendo percebidas de forma diferenciada por cada indivíduo (Lima; Lima; Ribeiro, 2010 *apud* Nakano *et al.* 2019).

No Brasil, de acordo com Masson e Dallacosta (2019), observa-se alta prevalência de dor em indivíduos acima de 60 anos. Embora a dor não apareça como fator direto de dependência e morte, interfere em diversos aspectos da vida e está relacionada a limitações funcionais, causando sofrimento e incapacidade para as atividades da vida diária. Nesse sentido, pode impactar a vida do idoso, pois implica a redução da capacidade de autodeterminação. Na presença da dor, o idoso tende a torna-se mais vulnerável, pois sofrerá prejuízos para a realização das atividades de vida diária (AVD), assim como terá restringida a convivência social, aumentando o isolamento e comprometendo seu estado funcional, podendo inclusive aumentar a chance de complicações psicológicas, como ansiedade, depressão e abuso de substâncias, entre outras.

Ainda de acordo com as autoras, a mobilidade prejudicada é um dos fatores que mais interferem na saúde dos idosos, pois está associada à redução de força e da potência muscular, que resultam na incapacidade e na dependência para a realização das atividades da vida diária, limitando a autonomia dos idosos e implicando a diminuição da qualidade de vida dessa população.

Tendo em vista o aumento da longevidade atualmente, torna-se importante estimular a prática de atividades físicas para a chamada terceira idade, a fim de retardar a degeneração de músculos, ligamentos, ossos e articulações, uma vez que músculos mais forte e articulações mais flexíveis possibilitam maior equilíbrio e coordenação, assegurando mobilidade, independência e boa forma ao idoso (Masson; Dallacosta, 2019).

A Organização Mundial da Saúde (2002 *apud* Ribeiro *et al.*, 2012) incentiva a implementação de políticas e programas de “envelhecimento ativo” custeados por governos, organizações internacionais e pela sociedade civil, priorizando a saúde, a participação e a segurança dos cidadãos mais velhos, usando a palavra “ativo” como referência à participação em questões sociais, econômicas e culturais de forma contínua, e não somente à capacidade de estar ativo fisicamente ou fazer parte da força de trabalho. Dessa forma, o principal objetivo do envelhecimento ativo, segundo Ribeiro *et al.* (2012), é aumentar a expectativa de uma vida saudável para todas as pessoas que estão envelhecendo, aliada a uma boa qualidade de vida.

Nesse sentido, a prática de atividades físicas durante o envelhecimento surge como alternativa para uma boa qualidade de vida e aporta inúmeros benefícios, tanto físicos quanto psicossociais, no que tange à maior longevidade, redução das taxas de morbidade e mortalidade,

redução do número de medicamentos, melhora na capacidade fisiológica em portadores de doenças crônicas, prevenção do declínio cognitivo, manutenção do status funcional elevado, redução da frequência de quedas e fraturas, manutenção da independência e da autonomia, além de benefícios psicológicos como melhora da autoimagem, da autoestima, do contato social e do prazer pela vida (Buchner; Wagner, 1992, Elward; Larson, 1992; Acsm, 2000; *apud* Mazo, 2004).

Considerando as tarefas realizadas pelos idosos, Witter (2006) aponta que são caracterizadas por serem mais defensivas e preventivas, diferentemente das tarefas realizadas pelas demais idades. Porém, destaca que isso não é razão para uma perspectiva negativa da velhice, haja vista que Havighurst (1953 *apud* Witter, 2006) propõe uma perspectiva voltada para a Psicologia Positiva, ou seja, para a realização pessoal, a alegria e a satisfação em viver, valorizando e contribuindo para o desenvolvimento desses aspectos.

Witter (2006, p.15) enfatiza que é preciso:

conhecer as variáveis, as estratégias que facilitam ou dificultam o êxito da pessoa no cumprir as tarefas. Estudar as pessoas que foram bem-sucedidas pode fornecer subsídios para ajudar outras a conseguirem o mesmo resultado. Essa é uma perspectiva positiva. (...) Ajustar-se ao decréscimo de força física e saúde; ajustar-se à aposentadoria e à redução de renda; ajustar-se à morte do(a) esposo(a); estabelecer filiação a um grupo de pessoas idosas; manter obrigações sociais e cívicas e estabelecer arranjos físicos satisfatórios para viver bem a velhice.

Nota-se o quão relevante é para o idoso aprender a conviver com essas limitações e agir de modo minimizá-las ou, pelo menos, reduzir seu impacto. Desse modo, torna-se necessário desenvolver programas de prevenção e intervenção junto a essa população a fim de ensinar estratégias de adaptação e ajudar a desenvolver recursos de enfrentamento.

Um estudo realizado por Willig *et al.* (2015), cujo tema é a abordagem de histórias de vida de idosos longevos, revela que a longevidade é fruto das condições de vida no passado e das perspectivas de viver bem no presente e no futuro:

Tais possibilidades se confirmam nas estruturas processuais encontradas nas trajetórias dos longevos, pelo trabalho que sempre realizaram, no modo de agir, no exercício da pluralidade por meio da participação e da convivência, intrínsecas à condição humana. Além disso, a cultura familiar representa o elo entre o passado e o presente, na construção da longevidade no curso da vida (Willig 2015, p.703).

A partir dessa perspectiva, torna-se possível ampliar a compreensão sobre as condições em que as pessoas atingem a longevidade, e também identificar e verificar os aspectos e os fatores vivenciados por idosos longevos, enfrentando e superando diferentes limitações e

desafios, sendo o maior deles restaurar sua “nova” vida de forma significativa e produtiva, já que a passagem do tempo implica déficits contínuos e cumulativos, que direcionam os idosos para um caminho de aprendizado em que novos conteúdos precisam ser contrabalançados frente às possíveis perdas, valorizando e reforçando aquilo que se mantém ou se desenvolve, considerando-se que “o envelhecimento precisa ser entendido como a última fase do desenvolvimento humano” (Willig *et al.* 2015, p. 698).

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido como complemento à disciplina “Desenvolvimento humano – adultos e idosos” da grade curricular do curso de Psicologia de uma faculdade no interior do Estado de São Paulo. Adotou-se a abordagem qualitativa, cujos dados são obtidos principalmente em entrevistas e observações e podem ser usados para descrever indivíduos, grupos e movimentos sociais (Strauss; Corbin, 1990). O delineamento da pesquisa foi de estudo de caso, uma vez que não é possível ter acesso a todas as pessoas que se encontram na mesma situação.

O estudo de caso se constitui em uma modalidade de pesquisa que aborda de maneira aprofundada e exaustiva um ou poucos casos, de modo a permitir seu extenso e detalhado estudo (Gil, 2017). Esse tipo de estudo, de acordo com Yin (2013 *apud* Gil, 2017) “é reconhecido como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, em que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (p.34).

A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com três idosos, sendo duas mulheres e um homem, selecionados por conveniência e acessibilidade e que atendiam aos critérios de ser idoso (ter mais que 60 anos) e ter boa capacidade comunicativa. As entrevistas foram realizadas na residência dos entrevistados, mediante consentimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados das entrevistas permitiram observar o envelhecer de três formas diferentes, a partir das características e do contexto social de cada entrevistado. O Quadro 1, a seguir, apresenta fragmentos das três entrevistas relacionados às categorias e subcategorias identificadas.

Quadro 1 . Fragmentos das entrevistas.

Categoria	Subcategoria	Conteúdo
Recordações Afetivas	Infância	A: “Uma infância muito aproveitada em matéria de criança, de infância.” B: “Com sete anos aula de manhã e à tarde brincava no rio, pega-pega e de esconder”. C: “Eu pulava corda, pulava a maré com minhas coleguinhas.”
	Adolescência	A: “Até hoje, aquela vida de adolescência deixou muita saudade.” B: "Minha adolescência foi de trabalho, à noite namorava quando tinha [namorada]. Quando não tinha jogava bilhar, ia no cinema ou ficava conversando na praça.” C: “Meu Deus do céu, acontece isso comigo, parece que foi num baile que nois se conhecemo.”
Desamparo	Infância	A: ”E nesse dia não me foram buscar, aí...”
Período Escolar	Infância	A: “vinha da escola e ia me unir entre meus amiguinhos, e ali a gente brincava, jogava bola, brincava de ator, bang-bang e jogava peteca também... fazia o que podia e o que não podia ali.” B: “Depois do estudo ia brincar na escola e tinha educação física e futebol.” C: "Estudei um pouquinho, até o segundo ano só.”
	Adolescência	A: Ahhh, gostava de namorar, meu Deus do céu...se saudade matasse eu já tinha morrido...

Continuação

Passeios e Lazer	Infância	B: “Passeio não existia.” C: “Ah, nós ia passear no jardim.”
Controle financeiro e trabalho		A: “Não podia ultrapassar o limite do pagamento que a gente recebia.” B: “Hoje, já aposentado, fico fazendo a manutenção dos meus imóveis.” C: “Depois eu completei 14 anos e fui trabalhar na fábrica; aposentei por tempo de serviço”
Percepção de realidade		A “Eu agradeço muito porque brinquei bastante, fiz a minha infância aparecer na minha mente, obrigada! B: “Quando vai envelhecendo, vai aparecendo as doenças.” C: “É, tô véia mesmo, esquecendo, tô esquecendo de tudo ”
Luto		A: “Hoje eu sou viúva aí, mas passou, como tudo passa, né.” C: “Eu tive um casal, aí nasceu morto”
Limitações físicas		A: “uma, porque tá difícil, porque a dificuldade da idade.” C: “Agora, é, eu moro com a minha fia.”
Gratidão		A: “Só gostaria de agradecer a você e a sua entrevista, agradecer ao trabalho que você vai fazer com isso, e desejar a você, aos colegas de trabalho, tudo de bom, tudo de bom” “Eu agradeço muito porque brinquei bastante, fiz a minha infância aparecer na minha mente, obrigado.”
Motivação		A: “Até que eu cheguei à conclusão de que a minha alegria era cantar” B: “Aposentado”. “A minha obrigação é minha saúde, faço caminhada e exercícios e não gosto de passeio”

A entrevistada A é um idosa de 75 anos, aposentada, com vários problemas de saúde como diabetes, problemas na visão devido ao diabetes, dificuldades de locomoção, problemas renais e cardíacos. Necessita de ajuda para suprir suas necessidades básicas e realizar atividades como ir ao banheiro, tomar banho e se alimentar. Mas, apesar dessas limitações, apresenta boa capacidade cognitiva e lucidez, é capaz de compor músicas e de escrever poemas, a ponto de se identificar como artista e escritora.

O entrevistado B é um idoso de 81 anos, aposentado, que ainda trabalha na manutenção e nos reparos de suas casas de aluguel. Mostrou-se muito ativo, afirmando ser “um sujeito que não pode ficar parado”. Aparenta ser saudável, faz acompanhamento médico quando necessário e faz uso de medicamentos para controle de pressão arterial e diabetes, porém isso não interfere nem limita o exercício de suas atividades. Tem hábito de dormir e acordar cedo, faz caminhadas todos os dias, anda de bicicleta, encontra-se apto para dirigir e, nas horas vagas, gosta de ler para se manter cognitivamente ativo. Apesar de longevo, mantém-se na posição de patriarca da família, cuidando da organização financeira e tomando decisões importantes.

A entrevistada C é uma idosa de 97 anos, lúcida, apresentando algumas falhas de memória devido à idade muito avançada, mas é possível perceber que grande parte de sua memória ainda está preservada. Apesar de seus movimentos bastante lentos, ainda consegue desempenhar as atividades diárias. Faz uso de medicamentos para diabetes e para controle de hipertensão, entre outras questões de saúde física. Mora com sua filha, que tem todo cuidado com ela, fator importante para se ter uma vida saudável na velhice. É saudável, embora sinta algumas dores, e relatou que gosta de passear de vez em quando.

Os relatos dos três entrevistados apontam doenças crônicas, porém, apenas o entrevistado A apresenta grande limitação em sua vida cotidiana. Os entrevistados B e C relatam que tiveram um cuidado maior na alimentação e a prática de atividade física, o que é positivo para o estágio em que se encontram. Dawalibi *et al.* (2013) apontam que o processo de envelhecimento cercado de cuidados pode ser vivenciado de maneira mais prazerosa.

Nesse sentido, percebe-se que a prevenção é fundamental para um envelhecimento saudável. A prática de atividades físicas para manter o corpo sempre em movimento permite que o idoso preserve suas capacidades motoras, garantindo que possa executar as atividades diárias com agilidade e autonomia. Willig (2015) considera a saúde como um bem a ser preservado, uma forma de sustentação da vida, apontando a importância de se utilizar corretamente os medicamentos e do equilíbrio entre a saúde física, mental e espiritual.

Sobre a importância dos cuidados com a saúde durante o envelhecimento,

Sua relevância ampara-se no fato de que diversos aspectos relacionados à saúde podem ser afetados pelo avançar da idade, o qual provoca diversas alterações no organismo que afetam a vida em vários aspectos, podendo-se citar, como exemplos, a limitação física e dos movimentos, perda ou diminuição de funções sensoriais como audição e visão, aspectos cognitivos como memória, atenção e linguagem, a presença de disfunções orgânicas, doenças, assim como perda da funcionalidade mental e corporal. Tais fatores podem levar à redução de sua independência, de modo a afetar a qualidade de vida do idoso (Nakano; Machado; Abreu, 2019).

Manter a mente ativa é importante nessa fase da vida, e foi observado que dois dos entrevistados mantêm o hábito da leitura e que A exercida sua criatividade. Ao compor desde muito cedo e ininterruptamente, mantém-se ativa e produtiva. É importante considerar que todos os entrevistados vivem com seus familiares, o que contribui para que não se sintam isolados.

A alimentação saudável permitiu a dois dos entrevistados chegara uma idade avançada sem grandes limitações. A qualidade do sono foi outro fator que contribuiu. Dormir cedo e acordar cedo foram hábitos mantidos ao longo de toda a vida pelos idosos, e o acompanhamento da saúde contribuiu para a prevenção de doenças e para o controle daquelas que surgiram com o avanço da idade, colaborando para uma melhor qualidade de vida.

É preciso que o corpo permaneça intacto para que a velhice seja feliz: uma bela velhice é aquela que tem a lentidão da idade, mas sem deficiências. Ela depende ao mesmo tempo das vantagens corporais que se poderia ter e do acaso. O declínio do corpo acarreta o do indivíduo inteiro (Beauvoir, 1990, p. 136).

Os três entrevistados apresentam um fator preponderante para um bom envelhecimento: um bom estilo de vida saudável. Embora um deles apresente limitações, os outros dois conseguiram manter uma vida longa e saudável. Também é preciso levar em consideração os fatores socioeconômicos, que interferem para que se alcance a finitude de forma humana, como participante do contexto social, gerando um sentimento de pertencimento que parte do lar e se reflete no contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A característica mais importante a ser observada quando se avalia a funcionalidade da pessoa idosa é se ela é capaz de dirigir a própria vida de forma independente. Algumas limitações, como, por exemplo, dificuldades de locomoção dificuldades auditivas ou visuais, podem ser solucionadas com o uso de equipamentos apropriados. As limitações poderão ser permanentes, porém a solução com o emprego de tecnologias favorece a autonomia e a melhora da qualidade de vida.

Pode-se afirmar que o estilo de vida adotado na fase adulta reflete na qualidade do envelhecimento, conforme se observa nos relatos dos entrevistados. Os entrevistados B e C, com alimentação saudável, prática de exercícios físicos, uma rotina de sono adequada e boa convivência social e familiar alcançaram uma longevidade com maior qualidade de vida, apesar

das limitações da idade. No contexto familiar, cercados de afeto, conservam-se autônomos e atuantes.

A entrevistada A mantinha, em sua vida adulta, um estilo de vida boêmio, com grande consumo de álcool e de tabaco, o que o levou a um envelhecimento com grandes limitações, além das doenças crônicas advindas com o avanço da idade, apresentando dependência total de outras pessoas para realização das atividades cotidianas.

Conclui-se que a prevenção e os cuidados com a saúde física e mental ao longo da vida, assim como outros fatores, podem refletir positiva ou negativamente no envelhecimento. Aqueles que cultivam hábitos saudáveis e relações afetivas bem-sucedidas com amigos e familiares têm maiores possibilidades de chegar ao envelhecimento sem grandes limitações, sendo capazes de participar de maneira ativa no contexto familiar e social, contribuindo e se sentindo útil.

REFERÊNCIAS

AQUINO, R.C. Envelhecimento e qualidade de vida: análise da produção científico Scielo. **Estudos em Psicologia**, Campinas, 2013.

DAWALIBI, N.W. *et al.* Pesquisa qualitativa: grupo focal e intervenções psicológicas com idosos. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703002382013> Acesso em: 20 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MASSON, L.; DALLACOSTA, F. M. Vulnerability in the elderly and its relationship with the presence of pain. **Brazilian Journal of Psychology**, v. 2, n. 3, p. 213–216, jul. 2019.

MAZO, G. A.; LOPES, M. A.; BENEDETTI, T. B. **Atividade física e o idoso: concepção gerontológica**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2004.

NAKANO, T. DE C.; MACHADO, W. DE L.; ABREU, I. C. C. Relações entre estilos de pensar e criar, bem-estar, saúde percebida e estresse na terceira idade. **Psico-USF**, v. 24, n. 3, p. 555–568, jul. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/mzqcqFDzvsWxh4gyVpvBwCzj/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 abr. 2022.

NERI, A. L. Conceitos e teorias sobre o envelhecimento *In*: FUENTES, D. *et al.* (org.). **Neuropsicologia: Teoria e Prática**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

RIBEIRO, J. A. B. *et al.* Adesão de idosos a programas de atividade física: motivação e significância. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, n. 4, p. 969–984, out. 2012.

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research**. SAGE Publications. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/basics-of-qualitative-research/book235578>
Acesso em: 20 abr. 2022.

WILLIG, M. H.; LENARDT, M. H.; CALDAS, C. P. A longevidade segundo histórias de vida de idosos longevos. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, n. 4, p. 697–704, jul. 2015.

WITTER, G. P. Tarefas de desenvolvimento do adulto idoso. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 23, n. 1, p. 13–18, jan. 2006.

YIN, R.K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman, 2013.

O FENÔMENO DO SUICÍDIO E A PSICOLOGIA PREVENTIVA

Armando Rocha Junior

Mariane Anaia Borges

Pedro Henrique Mendrot Monteiro

INTRODUÇÃO

O suicídio se apresenta como uma ação intencional autoinfligida, que ocorre quando o indivíduo decide finalizar sua vida e realiza as ações necessárias para tanto. Penso e Sena (2020) afirmam que o termo foi proposto em 1737 por René Desfontaines (1750 – 1833) e que tem sua origem no latim: *sui* (si mesmo) e *cæderes* (ação de matar).

Émile Durkheim (1858 – 1927), um dos principais nomes da Sociologia, dedicou parte de sua obra ao estudo desse fenômeno, ao qual atribuiu a seguinte definição: “todo caso de morte que resulta, direta ou indiretamente, de um ato positivo ou negativo executado pela própria vítima, e que ela sabia que deveria produzir esse resultado” (Durkheim, 2014, p. 25). Respalado em sua visão acerca das questões sociais, o autor entende que o fenômeno tem relação direta com a coesão social, ou seja, quanto mais desenvolvida a coesão social, menor o número de suicídios numa sociedade (Almeida, 2018).

No plano teórico e baseado pelo recorte histórico em que viveu, o autor entende que o suicídio pode ser classificado em quatro grandes grupos: egoísta, altruísta, anômico e fatalista (Teixeira, 2002).

O suicídio egoísta tem relação direta com uma integração precária do indivíduo com a sociedade em que está inserido; o altruísta é um ato realizado a partir de forças coercitivas que emanam de parcelas do social; o anômico se relaciona com mudanças extremas (crises econômicas, desastres ambientais, por exemplo); o fatalista pode se apresentar quando há um excesso de regulação e estratificação social, representando um grande empecilho para as aspirações do indivíduo (Teixeira, 2002).

Devido à importância do histórico do estudo do suicídio, as contribuições acima não poderiam deixar de ser mencionadas. Entretanto, parte-se do pressuposto teórico de que o fenômeno, alvo da presente investigação, tem uma estrutura extremamente ampla, uma vez que

O ato suicida constitui o evento final de uma complexa rede de fatores que foram interagindo durante a vida do indivíduo, de formas variadas, peculiares e imprevisíveis. Dessa complexidade fazem parte fatores genéticos,

biológicos, psicológicos (com ênfase nas primeiras experiências vitais), sociais, históricos e culturais [...] aquilo que se apresenta ao observador como motivações do ato são apenas desencadeantes constituídos por fatos que, aparentemente, estimularam o desenlace (Cassorla, 2009, p.09).

A temática, brevemente introduzida, torna-se alvo de atenção e de preocupação para diversas esferas do conhecimento. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde - OMS, em uma perspectiva global, o suicídio é a quarta principal causa de morte entre os jovens de 15 a 27 anos (OMS, 2019). Mesmo tendo ocorrido, entre 2000 e 2016, uma queda de 18% das taxas de suicídio globais (OMS, 2019; Cais; Mello; Barbosa, 2019), estimam-se cerca de 800.000 mortes suicidas por ano, com destaque para países de baixa e média renda, porém ocorrendo também em países onde a população tem uma renda considerada alta (OMS, 2014).

Na contramão dos dados globais, o território brasileiro apresentou, no mesmo período, um crescimento de 26,5% nas taxas de suicídio (Ministério da Saúde, 2019). Em um recorte regional, houve no Vale do Paraíba um aumento de 60,75% na taxa de mortalidade por suicídio, no período de 1980 a 2015, representando uma morte a cada 3 dias (Fundação Seade, 2016 *apud* Alves, 2017). Dessa forma, compreender o fenômeno do suicídio e desenvolver possíveis formas de intervenção para esse problema de saúde pública é urgente.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Identificar e conceituar o fenômeno do suicídio, evidenciando sua frequência e visando discernir modalidades de intervenção psicológica adequadas ao fenômeno.

Objetivos Específicos

- Estudar o fenômeno do suicídio, a fim de investigar os principais fatores de risco na ideação suicida.
- Buscar procedimentos de intervenção psicológica adequados à prevenção do suicídio.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A pluralidade do fenômeno

A partir da década de 1940, diversos teóricos, oriundos principalmente da área da saúde, começaram a estudar os fenômenos humanos sob o prisma do paradigma biopsicossocial, uma

visão que entende que “o corpo humano é um organismo biológico, psicológico e social que recebe informações, organiza, armazena, gera, atribui significados e os transmite, os quais produzem, por sua vez, maneiras de se comportar” (Belloch; Olabarria, 1993 *apud* Silva *et al.*, 2018, p. 253). O suicídio encontra ressonância nessa perspectiva, uma vez que pode ser entendido como um processo multifacetário.

Barbosa e Teixeira (2021) entendem que, mesmo havendo essa pluralidade causal, é possível indicar fatores de risco, como os elencados no Quadro 1.

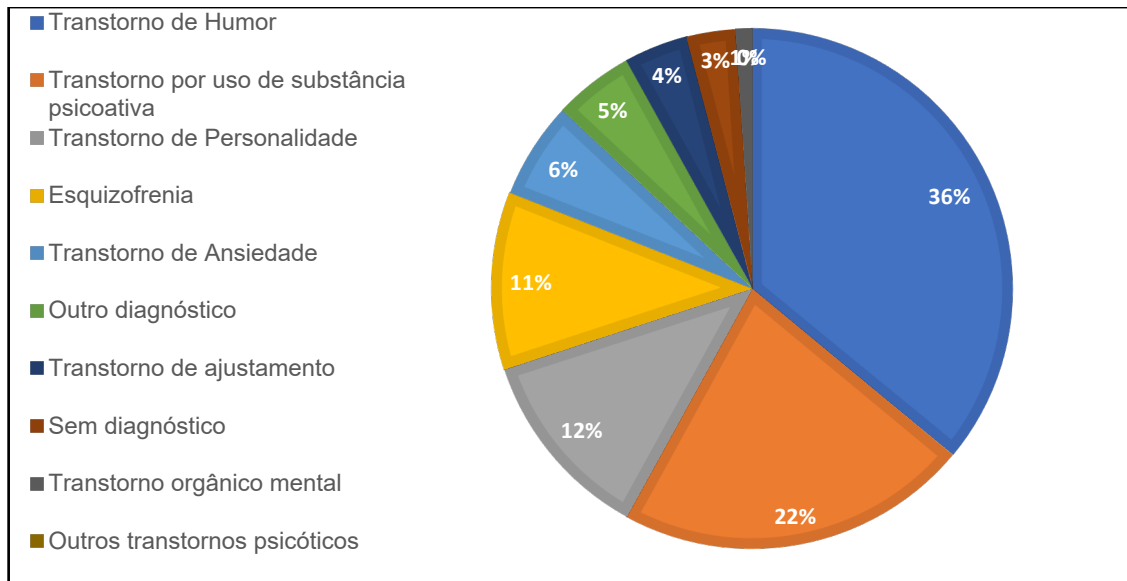
Quadro 1. Principais fatores de risco associados ao comportamento suicida.

Doenças Mentais	Aspecto Sociais
Depressão; Transtorno bipolar; Transtornos mentais relacionados ao uso de álcool e outras substâncias; Transtornos de personalidade; Esquizofrenia; Aumento do risco com associação de doenças mentais: paciente bipolar que também seja dependente de álcool terá risco maior do que se não tiver essa dependência.	Gênero feminino; Idade entre 15 e 30 anos e acima de 65 anos; Sem filhos; Moradores de áreas urbanas; Desempregados ou aposentados; Isolamento social; Solteiros, separados ou viúvos; Populações especiais: indígenas, adolescentes e moradores de rua.
Aspectos Psicológicos	Condições de Saúde Limitante
Perdas recentes e pouca resiliência; Personalidade impulsiva, agressiva ou de humor instável; Ter sofrido abuso físico ou sexual na infância; Desesperança, desespero e desamparo.	Doenças orgânicas incapacitantes; Dor crônica; Doenças neurológicas (epilepsia, Parkinson, Huntington); Trauma medular; Tumores malignos; AIDS.

Fonte: adaptado de ABP (2014).

Diferentemente de algumas culturas orientais, que consideram o suicídio, em alguns casos específicos, um ritual necessário e honrado, há no mundo ocidental uma perspectiva que estabelece uma relação direta entre suicídio e sofrimento ou desequilíbrio mental (Gomes; Iglesias; Constantinidis, 2019). Os quadros psicopatológicos (Gráfico 1), apesar de serem apenas uma das variáveis do complexo processo, estão presentes em cerca de 90% dos casos de suicídio (Botega *et al.*, 2006).

Gráfico 1. Diagnósticos psiquiátricos associados ao suicídio.



Fonte: adaptado de ABP (2014).

Diante dessas informações, vale ressaltar um ponto importante no que concerne ao entendimento do que é o suicídio. Segundo Cassorla (2009), muitos dos óbitos registrados como devidos a causas diversas têm em sua base uma dinâmica suicida. Como exemplo, o autor destaca o caso de um indivíduo que realiza uma ação intolerável, contrariando aquilo que Freud (1914/2004) chamou de Ideal de Eu, uma estrutura herdada do Narcisismo Primário que, posteriormente, será acrescida das influências dos ambientes de socialização, originando as chamadas concepções éticas culturais, que medeiam a relação do indivíduo com o mundo. Realizar uma ação, mesmo que justificada pelas circunstâncias, que rompa com essas autorreferências, pode originar um processo de autodegradação que, paulatinamente, culmina no óbito.

Um paralelo possível é um ritual dos antigos Tupinambás, em que o indivíduo, ao quebrar um tabu, ou seja, ao romper com uma proibição cultural fundamental para aquela comunidade, simplesmente se acomodava na rede e esperava pela morte (Cassorla, 2009). Nesses casos, não houve um ato suicida explícito, mas, ao se analisar a história individual e social, pode-se percebê-lo.

Alguns processos psicodinâmicos e o suicídio

Em uma perspectiva psicodinâmica, pode-se perceber que não existe uma representação da morte na psique humana, mas sim um conjunto de fantasias, preponderantemente inconscientes, acerca do inexorável epílogo da humanidade. Em última instância, como forma de escapar de um desprazer intolerável, é a essa fantasia que o suicida recorre (Cassorla, 2009).

Uma das principais construções fantasiosas, oriunda da influência do discurso transcendental, é a ideia de “viver uma nova vida em um novo local”, sendo esse de caráter paradisíaco, onde o sofrimento insuportável será cessado e a sensação de completude será conquistada (reencontro com o objeto primário). Sob a influência desse conceito, Freud (1924/2020) propõe a chamada pulsão de morte, cuja meta é o retorno ao estado inorgânico, isso é, a descarga absoluta da tensão do aparelho psíquico (Gutiérrez-Terrazas, 2002; Cassorla, 2009, 2019).

Diversas outras fantasias primitivas, provenientes da fase constitucional do aparelho psíquico, assim como variados mecanismos psicodinâmicos, como a identificação, podem fazer parte do fenômeno aqui estudado. Como exemplo, pode-se pensar no alto número de suicídios com *modus operandi* semelhante entre pessoas próximas.

Além disso, vale destacar um marco histórico quando se trata dessa temática. Em 1774, foi publicado na Alemanha o romance “Os Sofrimentos do Jovem Werther”, do escritor e filósofo Johann Wolfgang von Goethe. A obra narra a história de um jovem que comete suicídio após severas decepções amorosas. Após seu lançamento na Europa, o enredo inspirou um forte processo identificatório. Dezenas de jovens passaram a se vestir como o protagonista, com calças amarelas e colete azul, e iniciou-se uma onda de suicídios. Por esse motivo, o livro chegou a ser proibido em países como a Itália e a Dinamarca. Baseado nesse episódio, o sociólogo David Phillips, em 1974, propôs o termo Efeito Werther para designar o processo de identificação, isso é, o suicídio por imitação que, majoritariamente, acontece quando a pessoa já está em estado de vulnerabilidade (Cassorla, 2009; Silva; Costa, 2018).

Por fim, vale salientar que a literatura, composta por pesquisas e construções teóricas, auxilia o entendimento do fenômeno, mas sempre é imprescindível atentar aos aspectos ideográficos de cada uma das histórias. Em outras palavras, entende-se “(...) o suicídio como um enigma. O desencadeamento do ato é enigmático” (Cruz; Resende; Reis, 2019, p. 36).

A atuação do psicólogo na prevenção do suicídio

Em comparação com os demais profissionais da área da saúde, o psicólogo se apresenta como o profissional mais capacitado para a prevenção e o manejo da demanda suicida, visto que, apoiado no paradigma biopsicossocial, detém respaldo teórico para a avaliação psicológica e a psicoterapia. Nesse contexto, há uma ascensão da modalidade de psicoterapia breve. Essa modalidade de tratamento apresenta um enquadramento específico, a partir da determinação do chamado ponto de urgência, isso é, situação psíquica inconsciente de conflito que, pela ação de fatores atuais, predomina no sujeito num dado momento, sendo motivo de determinadas ansiedades e defesas.” (Braier, 1991, p.44).

Nessa perspectiva, Simon (1996) desenvolveu a Psicoterapia Breve Operacionalizada (PBO), cujo objetivo é oferecer um meio de diagnosticar e tratar as disfunções adaptativas, conforme estabelece a prevenção secundária – diagnóstico precoce e tratamento imediato e eficaz (Leavell; Clark, 1976), respaldando-se nos princípios da Psicanálise e da Teoria da Adaptação de Simon (1989) (Simon; Yamamoto, 2009). Essa teoria entende a adaptação como basilar nos processos de saúde e doença, na medida em que pode ser entendida como a capacidade de “integrar os vários sistemas (intelectual, afetivo, conativo e anátomo-fisiológico), bem como da coerência com seus fins de sobrevivência” (Simon, 1989, p.14).

Como forma de mesurar essa capacidade, o autor desenvolveu a Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada - EDAO, que pode ser utilizada tanto em atendimentos tradicionais quanto em psicologia clínica preventiva, ou seja, uma intervenção cuja iniciativa de realização parte do profissional com o intuito de identificar os aspectos disfuncionais dos indivíduos antes do período patogênico (Simon, 1989). Essa escala é composta por quatro setores que, unidos, configuram a totalidade da adaptação humana.

Quadro 2. Os 4 setores da adaptação de Simon.

Setor	Definição
Afetivo-relacional ou setor AR	Compreende o conjunto das respostas emocionais do sujeito nas relações pessoais e com relação a si mesmo.
Produtividade ou setor Pr	Diz respeito à totalidade das respostas diante do trabalho ou dos estudos.
Orgânico ou setor Or	Indica o estado físico e o conjunto das respostas quanto aos sentimentos, atitudes e cuidados relativos ao próprio corpo.
Sociocultural ou setor SC	Compreende os sentimentos, atitudes e ações do sujeito diante das instituições, valores e costumes da cultura em que vive.

Fonte: Adaptado de Simon e Yamamoto (2009).

Ao longo dos anos, com a contribuição de diversos outros autores, Simon realizou diversas modificações em sua teoria inicial de 1970. Em 1996, o autor concluiu que o setor Afetivo-Relacional ocupa uma posição especial no processo de adaptação. Assim, foi sugerido que se atribuísse a ele o maior peso em sua escala. Ademais, o setor Produtividade, segundo a experiência clínica dos utilizadores do método, era o segundo mais importante no critério adaptação (Simon, 1996). A partir dessas concepções, na busca de maior coerência, foi proposto que apenas os setores Afetivo-Relacional e Produtividade fossem avaliados quantitativamente, visto que “quando os setores Orgânico e Sociocultural fossem pouquíssimo adequados, os setores AR e Pr acusariam esse distúrbio, bastando portanto aferir os dois últimos” (Simon, 1996, p.06).

A avaliação desses setores de adaptação é realizada por meio da entrevista clínica, cujo objetivo é obter dados sobre as vivências atuais e passadas do paciente. A partir desses dados, a EDAO revisada (EDAO-R) propõe que cada setor seja classificado em **adequado**, **pouco adequado** ou **pouquíssimo adequado**. Os critérios de avaliação das respostas de cada setor seguem os seguintes critérios:

- 1) Solução de problemas;
- 2) Grau de satisfação com a solução encontrada;
- 3) Intensidade do conflito intrapsíquico ou ambiental com a solução encontrada.

Quadro 3. Critérios de classificação da adaptação de cada setor.

Classificação	Critérios
Adequados	1) resolvem o problema; 2) são satisfatórios; 3) não geram conflito intrapsíquico nem ambiental.
Pouco Adequados	1) resolvem o problema, mas apenas 2) são satisfatórios e 3) criam conflito. ou: 2) não são satisfatórias, embora 3) não criem conflito.
Pouquíssimo Adequados	1) resolvem o problema, mas, 2) sem satisfação e 3) com conflito.

Fonte: Adaptado de Simon (1996).

Quadro 4. Quantificação dos setores adaptativos por peso dos setores AR e Pr.

SETOR	TIPO DE ADEQUAÇÃO		
	Adequado	Pouco	Pouquíssimo
AR	3	2	1
Pr	2	1	0,5

Fonte: Adaptado de Simon (1996).

A partir da avaliação clínica e da atribuição quantitativa é realizada uma classificação, apresentada no Quadro 5.

Quadro 5. Classificação diagnóstica.

Grupo	Classificação da adaptação	Pontuação	Soma
1	Eficaz	-Ambos adequados (AR adequado + Pr adequado)	5,0
2	Ineficaz leve	-1 AR <i>ou</i> Pr pouco adequado.	4,0
3	Moderada	-AR pouco adequado + Pr pouco adequado	3,0
		-AR adequado + Pr pouquíssimo adequado	3,5
		- Ar pouquíssimo adequado + Pr adequado	3,0
4	Severa	- AR pouquíssimo adequado + Pr pouco adequado	2,0
		-AR pouco adequado + Pr pouquíssimo adequado	2,5
5	Grave	AR e Pr pouquíssimo adequados	1,5

Fonte: Adaptado de Simon (1996).

Com o intuito de realizar uma análise que associa aspectos quantitativos e qualitativos, o autor propõe um quadro de classificação qualitativa, representada no Quadro 6 a seguir.

Quadro 6. *Classificação descritiva da EDAO-R*

Grupo	Adaptação	Descrição Fenomenológica
1	Eficaz	Personalidade “normal”, raros sintomas neuróticos ou caracterológicos.
2	Ineficaz Leve	Sintomas neuróticos brandos, ligeiros traços caracterológicos, algumas inibições.
3	Moderada	Alguns sintomas neuróticos, inibições moderadas, alguns traços caracterológicos.
4	Severa	Sintomas neuróticos mais limitadores, inibições restritivas, rigidez de traços caracterológicos.
5	Grave	Neuroses incapacitantes, <i>boderlines</i> , psicóticos não agudos, extrema rigidez caracterológica.

Fonte: Adaptado de Simon (1996).

A partir dos dados apresentados, fica explicitado como a EDAO-R pode colaborar para a análise dos dados coletados em entrevistas clínicas, sendo extremamente compatível com as necessidades de uma avaliação com intuito preventivo. Para complementação, é relevante o uso de instrumentos projetivos, cujo intuito é avaliar o construto da personalidade, reforçando e/ou complementando dados colhidos na análise.

PROCEDIMENTO

Para a realização deste trabalho foram necessárias a leitura, a interpretação e a análise dos livros “Estudos sobre suicídio: psicanálise e saúde mental”, de Cassorla (2009) e “Psicologia clínica preventiva: novos fundamentos”, de Simon (1996). A partir desse respaldo teórico, foi elaborado o plano de ação, com o intuito de reaplicar, com as devidas adaptações, a teoria de Simon (1996) sobre a intervenção pautada nos pressupostos da Psicologia Clínica Preventiva, com enfoque na prevenção ao suicídio, mais especificamente no ambiente e no público de graduação em Psicologia (Ensino Superior).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi possível verificar que é de suma importância a prevalência do modelo biopsicossocial para a compreensão de manifestações humanas, uma vez que esse modelo apresenta uma visão holística dos indivíduos. Na temática do suicídio, notou-se uma diferenciação nas perspectivas sobre o fenômeno entre o mundo oriental e ocidental. O último considera o suicídio uma prática contra a própria vida, causada pelo sofrimento, e é nessa perspectiva que este trabalho está inserido.

Os pressupostos psicodinâmicos, aliados aos estudos sociais, políticos e econômicos, oferecem modelos para a compreensão do ato. Pode-se citar a relevância de fantasias primitivas, provenientes da fase constitucional do aparelho psíquico, e variados mecanismos da estrutura psíquica, como a identificação, como fatores presente no fenômeno estudado.

Para lidar com essa problemática, o profissional melhor preparado é o psicólogo que, na perspectiva adotada, fará o atendimento por meio da Psicoterapia Breve, uma vez que o indivíduo com potencial suicida necessita de atendimento urgente. Simon (1997) desenvolveu para esse contexto a Psicoterapia Breve Operacionalizada e a Escala Diagnóstica Adaptativa Operacionalizada (EDAO-R), com quatro setores que são avaliados na entrevista clínica, fornecendo dados dos aspectos mais disfuncionais, isto é, da gênese do sofrimento do indivíduo.

REFERÊNCIAS

ABP. Associação Brasileira de Psiquiatria, Comissão de Estudos e Prevenção de Suicídio. **Suicídio: informando para prevenir**. Conselho Federal de Medicina (CFM):Brasília, 2014. Disponível em: <https://www.hsau.de.net.br/wp-content/uploads/2020/09/Cartilha-ABP-Preven%C3%A7%C3%A3o-Suic%C3%ADdio.pdf> . Acesso em: 8 set. 2022.

ALMEIDA, F. M. de. O Suicídio: Contribuições de Émile Durkheim e Karl Marx para a compreensão desse fenômeno na contemporaneidade. Revista **Aurora**, Marília, p. 119-138, 2017. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/7306>. Acesso em: 17 set. 2022.

ALVES, X. Suicídio faz uma vítima a cada três dias no Vale; mortes sobem 215%. **O Vale**, Taubaté, 2017. Disponível em: <https://sampi.net.br/ovale/noticias/666457/o-vale/2017/09/suicidio-faz-uma-vitima-a-cada-tres-dias-no-vale-mortes-sobem-215>. Acesso em: 1 set. 2022.

BARBOSA, B. de A.; TEIXEIRA, F. A. F. de C. Perfil Epidemiológico e Psicossocial do suicídio no Brasil. **Research, Society and Development**, [S. l.], p. 1-8, 22 nov. 2022.

Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/download/15097/13444/195223>. Acesso em: 26 ago. 2022.

BORGES, V. R.; WERLANG, B. S. G. Estudo de ideação suicida em adolescentes de 15 a 19 anos. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 11, n. 3, p. 345-351, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-294X2006000300012>. Acesso em: 7 set. 2022.

BOTEGA, N. J. *et al.* Prevenção do comportamento suicida. **PSICO**, p. 213-220, 2006. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161562.pdf>. Acesso em: 6 out. 2022.

BRAIER, E..A. **Psicoterapia Breve de orientação psicanalítica**. São Paulo: Martins Fontes. 1991

BRASIL, M. S. do. **Boletim Epidemiológico**. Secretaria de Vigilância em Saúde/ Ministério da Saúde, [s. l.], v. 52, 8 nov. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/edicoes/2021/boletim_epidemiologico_svs_3_3_final.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

CAIS, C. F. da S.; MELLO, T. M. V. F. de; BARBOSA, M. K. Macro e micro-olhares na prevenção do suicídio: um aprendizado de mão dupla. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 53, n. 4, p. 193-206, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2019000400013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2022.

CASSORLA, R. M. S. Suicídio: em busca do objeto idealizado. **Revista Brasileira de Psicanálise**, São Paulo, v. 53, n. 4, p. 49-65, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2019000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 set. 2022.

CASSORLA, R. M. S. **Estudo sobre o suicídio: Psicanálise e saúde mental**. 5. ed. São Paulo: Blucher, 2009. 191 p.

CRUZ, A. D. G. da; RESENDE, D. de S.; REIS, J. B. W. de O. A dinâmica psíquica do suicídio sob a perspectiva do desnudamento do Eu na melancolia. **Reverso**, Belo Horizonte, v. 41, n. 78, p. 35-44, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-73952019000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 set. 2022.

DURKHEIM, É. **O suicídio: estudo de Sociologia**. São Paulo: Edipro, 2014.

FREUD, S. **Além do princípio de prazer**. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. São Paulo: Autêntica, 2007. 512 p.

GOMES, E. R.; IGLESIAS, A.; CONSTANTINIDIS, T. C. Revisão integrativa de produções científicas da psicologia sobre comportamento suicida. **Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 35-53, ago. 2019. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2019000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 7 set. 2022.

GUTIÉRREZ-TERRAZAS, J. O conceito de pulsão de morte na obra de Freud. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 5, n. 1, pp. 91-100, 2002 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-14982002000100007>. Acesso em: 12 set. 2022.

LEAVELL, H.; CLARK, E.G. **Medicina Preventiva**. São Paulo: McGraw-Hill, 1976.

OMS. **Suicide worldwide in 2019: Global Health Estimates**. World Health Organization, 2019. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240026643>. Acesso em: 28 set. 2022.

OMS. **Suicide Prevention**. World Health Organization, 2014. Disponível em: https://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/world_report_2014/en/. Acesso em: 28 set. 2022.

PENSO, M. A.; SENA, D. P. Alves de. A desesperança do jovem e o suicídio como solução. **Sociedade e Estado** v. 35, n. 01, pp. 61-81, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202035010004>. Acesso em: 5 set. 2022.

SILVA, F. V. da; COSTA, S. F. da. O heroísmo impossível dos suicidas: um estudo das motivações de Werther. **Revista Leitura**, p. 69-86, jul. 2018. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/revistaleitura/article/view/5215>. Acesso em: 1 set. 2022.

SILVA, T. F. da *et al.* O acolhimento como estratégia de vigilância em saúde para produção do cuidado: uma reflexão epistemológica. **Saúde em Debate**. 2018, pp. 249-260. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S420>. Acesso em: 5 set. 2022.

SIMON, R. **Psicologia Clínica Preventiva**. São Paulo: EPU, 1989. 144 p.

SIMON, R. Escala Diagnóstica Operacionalizada em Psicologia Preventiva. São Paulo: **Mudanças**, 1996

SIMON, R.; YAMAMOTO, K. Psicoterapia breve operacionalizada na clínica privada. **Aletheia**, Canoas, n. 30, p. 172-182, dez. 2009. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942009000200014&lng=pt&nrm=iso. acessos em 14 nov. 2022. Acesso em: 13 set. 2022.

TEIXEIRA, R. R. Três fórmulas para compreender "O suicídio", de Durkheim. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 6, n. 11, pp. 143-152. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832002000200021>. Acesso em: 5 set. 2022.

O PSICÓLOGO DA SAÚDE NO CONTEXTO DO TRANSPLANTE CARDÍACO: UMA REVISÃO NARRATIVA

Thaís Tadaki

David Augusto Solano Mallorquin-Carlos

Jessica de Assis Silva

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo realizar uma revisão narrativa acerca do histórico de atuação do psicólogo da saúde junto ao paciente de transplante cardíaco, fornecendo um panorama do seu papel e da contribuição da Psicologia em equipes interdisciplinares no contexto da saúde e na situação de transplante cardíaco (TC).

Por ser um procedimento médico relativamente novo, com apenas 55 anos de história (Miniati; Robbins, 2002), é compreensível o limitado entendimento sobre as consequências do TC para além do âmbito físico, e o pressuposto de seu conhecimento especializado ainda estar em construção. Logo, tornam-se relevantes pesquisas que supram a lacuna de informação gerada pela reduzida literatura internacional e a ainda mais escassa produção científica brasileira, no campo da Psicologia, sobre os impactos do terceiro transplante mais realizado no Brasil e no mundo, considerando o que mais apresenta consequências psicológicas.

As mudanças psicológicas supracitadas se estendem desde a ocorrência de ansiedade e depressão a transtornos psiquiátricos e mudanças de comportamento, desencadeando um quadro de sofrimento psicológico prejudicial à recuperação e à qualidade de vida, provocando o aumento do risco de mortalidade (Havik *et al.*, 2007). Passar pelo luto do próprio coração, aceitar o órgão de um estranho funcionando dentro do corpo, integrá-lo à sua identidade, lidar com as mudanças sentidas no corpo e nas emoções, manejar o acompanhamento médico constante e a tentativa de retorno à normalidade fazem emergir questões para as quais muitos receptores não estão preparados (Mauthner *et al.*, 2015; Pfeifer; Ruschel; Bordignon, 2013; Kaba *et al.*, 2005; Peyrovi; Raiesdana; Mehrdad, 2014; Waldron *et al.*, 2017).

Assim, nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre a atuação do psicólogo da saúde e sua contribuição em contextos interdisciplinares,

para posteriormente ser explicado o método da pesquisa teórica e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Psicologia da Saúde x Psicologia Hospitalar x Psicologia Clínica

Em um primeiro traçado da Psicologia da Saúde, Matarazzo (1980) a conceitua como sendo a utilização das contribuições científicas, educacionais e profissionais da Psicologia para a identificação de diagnósticos e etiológicos de doenças e disfunções relacionadas à saúde para a prevenção e o tratamento de doenças e para a promoção e a manutenção da saúde, incentivando políticas e aprimorando o sistema de saúde pública. O autor não reivindica autoria desse delineado inicial, apenas expressa o desejo de que, a partir dessa concepção, os psicólogos de diferentes especialidades sejam estimulados a dialogar, pontuando que tal definição é mais ampla e melhor desenvolvida que os termos psicologia médica e psicologia clínica, e que acredita que no futuro algumas das atividades incluídas nessas duas áreas virão a ser igualmente chamadas de Psicologia da Saúde.

Almeida e Malagris (2011) apontam a Psicologia da Saúde como a seção da Psicologia que se encarrega de estudar o comportamento humano nos contextos de saúde e doença, em busca de esclarecer como as variáveis psicológicas atuam no desenvolvimento de comportamentos relacionados a elas e na manutenção da saúde. Para as autoras, o psicólogo da saúde tem como opções de terrenos de atuação a clínica e o hospital, o ensino e a pesquisa – ambos podendo ser encontrados no meio acadêmico, prevenindo doenças e promovendo a saúde para indivíduos doentes ou saudáveis.

Historicamente, esse campo de atuação é bem recente e remonta seu início à década de 1970, quando a American Psychological Association (APA) criou seu grupo de trabalho, evoluindo em 1978 para a divisão 38 – Health Psychology, cujos objetivos eram evoluir as pesquisas psicológicas sobre saúde e doença, integrando o conhecimento psicológico ao conhecimento biomédico, fomentando e expandindo esse campo (APA, 2021). Veloz em seu crescimento, a APA publica a primeira revista oficial da área em 1982, a Health Psychology, servindo de modelo para que em 1986 fosse fundada a European Health Psychology Society (EHPS), cujos países-membros, como Reino Unido, Itália e França possuem suas próprias associações de Psicologia da Saúde e seus periódicos (Almeida; Malagris, 2011).

Já no Brasil, a Psicologia da Saúde foi oficializada como especialização em 2016 pelo CFP (2016), sendo responsável por atuar em equipes multi e interdisciplinares no campo da saúde; analisar, planejar e intervir no processo doença e saúde em diferentes contextos da rede de atenção à saúde; desenvolver intervenções considerando o contexto sociocultural, promovendo melhores condições de vida aos indivíduos e populações; prevenir doenças, participando de negociações de incentivo à participação social e auxiliando na articulação de redes de atenção à saúde; criar planos de formação de trabalhadores e gestão de serviços de saúde; exercer funções em instâncias municipais, estaduais e nacional.

Suas notáveis contribuições para a Saúde Pública advêm de (Matos, 2004): (1) inclusão, nos planos públicos, de temas relacionado a comportamentos modificáveis, como redes de apoio e gestão do estresse; (2) perspectiva desenvolvimental das características e necessidades de saúde da população ao longo do tempo; (3) conhecimento sobre as questões emocionais e cognitivas do comportamento, além dos aspectos comportamentais abertos (palavras e atos), determinantes nas escolhas que envolvem a saúde do sujeito; (4) visão sistêmica e ecológica acerca do impacto da interação com o apoio social, a família, a escola e o trabalho na saúde; (5) estudo das variáveis culturais e de como elas afetam a saúde da população; (6) uso das teorias da comunicação interpessoal e das dinâmicas de grupo para a criação de estratégias qualitativas de avaliação de ações e coleta de informações; (7) formação de parcerias baseadas na comunicação em massa para a promoção de saúde; (8) defesa dos pontos supracitados por meio de diálogo com o poder político.

Considerando as interpretações equivocadas que por vezes acontecem acerca da atuação da Psicologia da Saúde e da Psicologia Clínica, alguns autores se propõem a diferenciá-las (Gorayeb, 2010). De um lado, a Psicologia da Saúde objetiva entender as questões biológicas, sociais e comportamentais que influenciam a saúde e a doença (APA, 2003 *apud* Castro; Bornholdt, 2004), tendo como principal foco os aspectos físicos, enquanto a Psicologia Clínica não apresenta essa ênfase, atuando com diferentes problemáticas e contextos da saúde mental (Kerbaux, 2002). Gorayeb (2010) reforça que a Psicologia da Saúde não é a Psicologia Clínica aplicada ao ambiente da saúde, visto que esta última existe desde o início da prática da Psicologia e se concentra em solucionar problemas pessoais e grupais que envolvem distúrbios emocionais e ou comportamentais. Na Psicologia da Saúde não é atendido apenas quem tem distúrbio psicológico e o local de trabalho é o contexto em que o comportamento ocorre, não o ambiente clínico protegido. Em suma, a Psicologia da Saúde faz uso dos conhecimentos da

Psicologia Clínica, além da Psicologia social-comunitária e das ciências biomédicas, por ser fundada no modelo biopsicossocial (Remor, 1999 *apud* Castro; Bornholdt, 2004).

Já em face da Psicologia Hospitalar o conceito muda totalmente. Essa área, reconhecida como especialização pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2019) desde 2000, existe apenas no Brasil e é considerada inadequada por alguns autores, por seguir a lógica de que o que determina a área de atuação é o local de trabalho e não as atividades desenvolvidas, tornando as classificações pouco claras. Além disso, a tendência a desmembrar as áreas a cada novo espaço de intervenção favorece a já existente e negativa fragmentação teórica e prática da Psicologia, indo contra a formação de identidade do psicólogo como profissional da saúde em hospitais (Yamamoto; Trindade; Oliveira, 2002).

Assim, por definição, o psicólogo hospitalar é aquele responsável por atender pacientes, seus familiares e responsáveis; a comunidade; a equipe multiprofissional e administrativa; alunos e pesquisadores trabalhando em pesquisa e assistência. Com foco na recuperação do bem-estar subjetivo e físico, o profissional avalia e acompanha intercorrências de pacientes em procedimentos médicos clínicos ou cirúrgicos, promove intervenções nas relações médico/paciente, paciente/família, paciente/paciente e paciente/adoecimento e hospitalização; realiza psicoterapia individual ou grupos de psicoprofilaxia e psicoterapêuticos e trabalhos de psicomotricidade; atua em unidades de Pronto Atendimento, Unidades de Terapia Intensiva, ambulatórios e enfermarias, realizando psicodiagnóstico, consultoria e interconsultoria, auxiliando na conduta da equipe multidisciplinar/interdisciplinar, gerando apoio para o paciente e sua família e auxílio às dificuldades subjetivas e operacionais da equipe (CFP, 2007).

Castro e Bornholdt (2004) esquematizaram as principais diferenças entre essas duas áreas distintas e conflitantes: a Psicologia da Saúde atende na atenção primária, secundária e terciária; atua em hospitais, ONGs, centros de saúde etc.; exige especialização em alguns países; realiza prática interdisciplinar em hospitais e instituições de saúde; faz uso de diferentes teorias psicológicas. A Psicologia Hospitalar atende a atenção secundária e terciária; atua em hospitais; não exige especialização; realiza prática interdisciplinar em hospitais; faz uso de diferentes teorias psicológicas.

Psicologia x Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade

A relação entre todas as variáveis do processo saúde-doença constrói a complexidade da saúde coletiva, a qual exige mais dos profissionais, que são desafiados a produzir conhecimento nesse campo. Para tanto, multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e

transdisciplinaridade despontam nesse cenário em prol de aproximar disciplinas para solucionar problemáticas específicas e, adicionalmente, minimizar a hiperespecialização (Roquete *et al.*, 2012). Na multidisciplinaridade há a soma de métodos, na interdisciplinaridade os métodos são compartilhados para gerar uma nova disciplina e na transdisciplinaridade as metodologias são articuladas para gerar novas disciplinas ou continuar como zonas livres (Domingues, 2005 *apud* Roquete *et al.*, 2012).

Assim, a multidisciplinaridade é a sobreposição de diferentes disciplinas a um mesmo problema, trabalhando, contudo, de forma isolada em seus respectivos campos teóricos e sem comunicação entre si, carecendo de inter-relação entre as áreas (Furtado, 2007), ao passo que a interdisciplinaridade é definida por Jantsch (1998 *apud* Vilela; Mendes, 2003) como a interação entre disciplinas que se modificam e passam a depender umas das outras, transformando seus conceitos e métodos. Já a transdisciplinaridade, conceito cunhado por Piaget ao defender uma etapa superior à interdisciplinaridade, na qual não haveria mais fronteiras disciplinares nas interações entre o conhecimento (Furtado, 2007), busca abrir as disciplinas para que, da sua relação entre si, sejam produzidos novos conhecimentos articulados, que reformulem a visão de realidade e natureza (Roquete *et al.*, 2012).

Nesse contexto, o psicólogo agrega equipes de saúde multidisciplinares ao validar a subjetividade do adoecimento e a multidimensionalidade dos pacientes, não permitindo a restrição ao modelo biologicista (Lucrì; Cordeiro, 2020), sendo estas também responsáveis por fornecer apoio e articular o desenvolvimento das relações dos profissionais da equipe entre si e deles com os pacientes, aprimorando a comunicação entre todos (Xavier; Reis; Frassão, 2016).

O papel da equipe interdisciplinar continua incluindo facilitar a comunicação entre seus membros, atuando de forma situacional com o paciente para resolver conflitos e promover saúde, questionando a hegemonia do saber médico a fim de substituir essa hierarquia pela interlocução de saberes de diferentes disciplinas (Almeida, 2000). Por último, na transdisciplinaridade, o psicólogo recorrerá a outras áreas do conhecimento para aperfeiçoar seus próprios conhecimentos, esclarecendo seu objeto de estudo e contribuindo para a produção de saber em outros campos com os quais tem contato (Chaves, 2000).

MÉTODO

A pesquisa realizada para este trabalho compôs-se de uma revisão narrativa. Esse método qualitativo se debruça sobre uma questão ampla, descrevendo e discutindo uma

temática a partir de um viés teórico. É de grande importância como veta de conhecimento para a educação continuada sobre temas específicos (Rother, 2007).

A coleta de dados foi realizada em três bases, Google Acadêmico, Pubmed e APA Psynet, sendo usados os seguintes descritores de busca: “pacientes transplantados cardíacos impactos psicológicos”, “pacientes transplantados cardíacos intervenção psicológica”, “transplante cardíaco impactos psicológicos”, “transplante cardíaco intervenção psicológica”, “*heart transplant patients psychological impacts*”, “*heart transplant patients psychological intervention*”, “*heart transplant psychological impacts*”, “*heart transplant psychological intervention*”.

Os critérios de inclusão dos achados foram: artigos científicos em português e em inglês que discorressem exclusivamente sobre transplante de coração, impactos psicológicos subsequentes e intervenções psicológicas, publicados em revistas científicas da área da saúde, sem restrição de ano. Os critérios de exclusão dos achados foram: outros materiais que não artigos, artigos em idiomas que não português e inglês, artigos apenas sobre impactos físicos do transplante de coração, sobre outros transplantes de órgãos e outros procedimentos médicos cardíacos, sobre apenas o pré-transplante, revisões teóricas e pesquisas repetidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

História do transplante de coração

Embora haja relatos de transplantes de coração nas civilizações antigas, apenas nos últimos 55 anos a cirurgia passou a ser realizada com propósito terapêutico (Miniati; Robbins, 2002). Assim, o mundo presenciou seu primeiro bem-sucedido transplante ortotópico (mesma localização anatômica do coração extraído) de coração humano no dia 03 de dezembro de 1967, realizado pelo cirurgião cardiovascular Dr. Christiaan Neethling Barnard, no Hospital Groote Schuur, na Cidade do Cabo, na África do Sul (Silva, 2008). Seu antecessor, Hardy, conduziu no ano de 1964 o primeiro transplante de coração em humanos publicado, o qual teve a particularidade de transplantar o coração de um chipanzé para um receptor humano, não sendo bem-sucedido pela insuficiência cardíaca provocada pelo reduzido volume do coração do macaco comparado ao do humano que, mesmo pulsando, não foi capaz de evitar o óbito do receptor (Hardy *et al.* 1964).

Para que o transplante pudesse ser realizado com sucesso, outros avanços médico-científicos precisaram ocorrer para proporcionar bases e abrir caminho, devido à complexidade do transplante cardíaco.

Na linha temporal da evolução do TC, incluem-se os diferentes tipos de cirurgias realizadas nos primórdios desse experimento. Em mais um pioneirismo histórico, Alexis Carrel e Charles Guthrie, em 1905, na University of Chicago, concluíram o primeiro transplante cardíaco heterotópico, em que o coração de um cão foi transplantado no pescoço de outro maior. O sangue estava circulando pelo sistema coronário 20 minutos após o reestabelecimento da circulação, porém o experimento foi interrompido em razão da ausência do uso de técnicas assépticas, o que levou à coagulação nas cavidades do coração duas horas depois (Carrel; Guthrie 1905 *apud* Stolf, 2017).

Décadas mais tarde, Demikhov (1962 *apud* Stolf, 2017) realizou o transplante de uma cabeça adicional em um cachorro, juntamente com o transplante intratorácico coração-pulmão. Em seguida, realizou, entre os anos de 1951 e 1955, 22 transplantes cardíacos intratorácicos auxiliares em cães, excluindo da circulação o coração do cachorro receptor após a enxertia. Em um desses casos, o animal conseguiu se recuperar da anestesia, levantar e ingerir líquidos. Contudo, esse animal faleceu 15 horas depois, de trombose. Sua importância como experimento, apesar dos insucessos em manter os receptores animais vivos por longos períodos, deu-se por trazer a prova de que era possível fazer com que o coração transplantado assumisse controle total da circulação do corpo, conquista que rendeu ao pesquisador uma homenagem no International Society for Heart-Lung Transplantation Annual Meeting de 1989, em Munique, Rússia.

Poucos anos depois, na University of Maryland, Goldberg *et al.* realizaram, em 1959, o primeiro transplante cardíaco ortotópico em cachorro, criando a técnica que seria usada pelas décadas seguintes – nesse caso o receptor sobreviveu por 20 minutos. A partir desse momento, os experimentos seguintes alcançaram um tempo cada vez maior de sobrevivência do receptor, passando para 6-21 dias com Lower e Shumway, em 1960, e para 250 dias com Lower *et al.*, em 1965 (Stolf, 2017).

Finalmente, na última fase da evolução dos tipos de transplantes cardíacos, tem-se o conhecido xenotransplante de Hardy *et al.* (1964) e o primeiro transplante cardíaco ortotópico inter-humano em 1967, quando Barnard transplantou o coração de uma garota falecida em um acidente em um receptor masculino de 54 anos, que faleceu 18 dias após a cirurgia. O segundo

transplante, pediátrico, ocorreu apenas três dias depois, em que um bebê foi doador para um receptor de 18 dias, que sobreviveu seis horas pós-transplante (Kantrowitz *et al.*, 1968).

No cenário nacional, o início da era de ouro na cirurgia cardíaca brasileira teve como precursor o Dr. Euryclides de Jesus Zerbini e o Dr. Adib Jatene. Zerbini foi o pioneiro a realizar um transplante de coração no Brasil e na América Latina, abrindo um precedente que tornou o Brasil, até os dias atuais, o país com o maior programa público de transplante de coração do mundo (Lopes *et al.*, 2021).

Aqui foi replicado o mesmo antecedente internacional. Antes da cirurgia em humanos, eram realizados transplantes de coração em cães, em especial norteados pelo Dr. Zerbini, líder de um grupo de estudantes que realizou mais de 100 transplantes em cachorros, entre os anos de 1967 e 1968 – nenhum cão sobreviveu. Nesse período, e por sugestão e motivação de Zerbini, realizou-se o primeiro transplante de coração em humanos no Brasil, em 26 de maio de 1968. O receptor era João Boiadeiro, que faleceu 28 dias depois, por rejeição. O fato se repetiu em setembro do mesmo ano com o segundo paciente de transplante cardíaco, Hugo Orlandi, de 48 anos, vindo a óbito 378 dias depois, também por rejeição.

Como demonstrado, a problemática da época era a falta de medicamentos apropriados para controlar a rejeição, o que fez com que os transplantes quase cessassem até 1980, quando o imunossupressor ciclosporina foi descoberto na França, fazendo com que o número de operações voltasse a crescer. O primeiro transplante pós-ciclosporina teve como palco o Instituto de Cardiologia do Rio Grande do Sul, em 1984. Dessa forma, o Brasil entrou para o sexto lugar na lista dos primeiros países a realizarem cirurgia de TC, precedido por África do Sul, Estados Unidos, Índia, França e Reino Unido (Fioravanti, 2018).

Tipos de impactos psicológicos

Os estudos demonstraram que pacientes de TC apresentam significativa ocorrência de depressão e escores maiores que o grupo controle na avaliação de sintomas depressivos, com prevalência de Transtorno Depressivo Maior (TDM) variando entre 41% e 50%, com início em até um ano pós-transplante (Favaro *et al.*, 2011; Triffaux *et al.*, 2001a). Em outra pesquisa, 24.5% dos pacientes reportaram sintomas de depressão (13.6% com sintomas leves, 6.1% com sintomas moderados e 4.8% com sintomas graves), sendo os níveis mais altos de sintomas depressivos associados a um aumento de quase o triplo no risco de mortalidade pós TC - taxa de mortalidade de 19.8% e tempo médio de sobrevivência de 2348 dias para o grupo sem

depressão, taxa de mortalidade de 45% e 2047 dias para o grupo com depressão moderada e taxa de mortalidade de 50% e 1992 dias para o grupo com depressão grave (Havik *et al.*, 2007).

Notou-se, por um lado, que os valores de avaliação de ansiedade foram semelhantes para os pacientes de TC e o grupo controle (Triffaux *et al.*, 2001a), e, por outro, que em relação ao grupo saudável os pacientes de TC apresentaram maiores prejuízos referentes a hábitos de saúde e experiência de tratamento, havendo maior número de receptores que apresentavam pelo menos uma resposta hipocondríaca e piores indicadores de saúde, tendo sido correlacionados a ocorrência de câncer (Sirri *et al.*, 2020).

Morbidade psiquiátrica foi verificada em 37% dos pacientes de TCO (transplante cardíaco ortotópico) (Triffaux *et al.*, 2001a), havendo Transtorno do Estresse Pós-traumático (TEPT) após o TC em 13% dos receptores, TEPT parcial em 20%, sintomas intrusivos de TEPT em 51%, hiperexcitação em 40% e sintomas evitativos em 17% dos pacientes (Favaro *et al.*, 2011).

Dentro da classificação médica do sistema multiaxial de diagnósticos do DSM-IV pré-transplante, 41% dos pacientes foram diagnosticados com Axis I: transtornos afetivos (depressão grave, moderada e recorrente e transtorno distímico), transtornos de ajustamento e dependência de álcool; 18% foram categorizados com Axis II: transtorno de personalidade dependente, transtorno de personalidade obsessivo-compulsiva e transtorno de personalidade antissocial; 9% foram classificados simultaneamente com Axis I e Axis II: transtorno distímico em conjunto com transtorno de personalidade dependente e dependência de álcool em conjunto com transtorno de personalidade dependente. Houve melhora nos índices de ansiedade, depressão, sintomas somáticos e saúde geral no comparativo um mês pós-transplante em relação ao pré-transplante, não havendo mudanças significativas nos índices psicológicos entre um mês e seis meses após o transplante, demonstrando estabilidade (Triffaux *et al.*, 2001b).

Intervenções psicológicas

A revisão de literatura não logrou encontrar indicações ou exemplificações de protocolos de intervenções psicológicas após transplante cardíaco, uma vez que os próprios autores da revisão apontam para a ausência de sugestões de intervenções apropriadas para conter os impactos na identidade do receptor (Mauthner *et al.*, 2015) e que informem aos pacientes as possíveis demandas que eles podem enfrentar, trabalhando estratégias de *coping* (Kaba *et al.*, 2005) adaptadas ao funcionamento da personalidade e à fase do desenvolvimento específicos dos receptores (Collier; Nathanson; Anderson, 1999). Em suas sugestões, os

autores se restringem a apontar ações com potencial para compor uma estrutura interventiva mediante maiores estudos acerca de sua validade e eficiência. Um desses exemplos é o uso de meditação para reduzir o sofrimento psicológico (Sirri *et al.*, 2020). Também é ressaltada a importância da verbalização da experiência (Peyrovi; Raiesdana; Mehrdad, 2014) e da escrita de uma carta anônima de agradecimento para a família do doador (Mauthner *et al.*, 2015) como práticas auxiliadoras do manejo da recuperação.

Diante da ausência de intervenções psicológicas no procedimento de transplante de coração e da carência de proposições, é interessante refletir sobre a possibilidade de atuação do psicólogo como alternativa no campo da Psicologia da Saúde, visto que seu entendimento holístico das questões biológicas, sociais e comportamentais do processo saúde-doença, com foco nos aspectos físicos, é apropriado para lidar com as variáveis do transplante de coração, desde a entrada do paciente no programa de transplante como também ao longo do acompanhamento pós-cirúrgico.

As reservas quanto à adequação do paciente para o transplante, em decorrência, por exemplo, de transtornos psiquiátricos e vícios pré-existentes (Triffaux *et al.*, 2001b) e os possíveis impactos do transplante para o comportamento do receptor (Pearsall; Schwartz; Russek, 1999) reforçam a necessidade de um psicólogo na equipe multiprofissional que avaliará os candidatos a transplante, criando protocolos mais adequados e adaptados às demandas e intervindo em curto e longo prazo na recuperação global dos transplantados.

Uma possível consideração no planejamento de intervenções seriam ações que fizessem uso da expressividade dos sonhos para trabalhar os efeitos psicológicos do TC, partindo da análise de que, dos 87.5% dos pacientes que relataram sonhar, 31.3% tiveram sonhos relacionados com morte (Pfeifer; Ruschel; Bordignon, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho, discutir a contribuição dos psicólogos da saúde no contexto do transplante de coração, foi alcançado, permitindo a compreensão das variáveis implicadas no fenômeno dos efeitos psicológicos do transplante de coração. Entretanto, a busca por intervenções psicológicas pós-transplante não obteve sucesso, uma vez que nenhuma intervenção psicológica específica foi mencionada ou sugerida ao longo dos artigos avaliados, permanecendo aberta a questão a respeito dos possíveis protocolos de intervenção psicológica para a promoção da saúde do receptor transplantado.

As limitações do trabalho se deram pelo número restrito de idiomas pesquisados, de artigos encontrados e revisados e pela diversidade de enfoque dos artigos estudados, impedindo a generalização dos resultados, além dos limites que a modalidade revisão narrativa impõe sobre avaliações detalhadas da produção científica na área de dados quantitativos. É recomendado, portanto, que tais limitações sejam superadas com mais pesquisas de continuidade, em especial, revisões sistemáticas que possam sintetizar achados referentes a períodos significativos.

Adicionalmente, é de importância ressaltar a necessidade de incentivo à formação de profissionais psicólogos para a atuação no campo da saúde, bem como de investimentos em estratégias de avaliações e intervenções psicológicas no contexto da promoção de saúde no procedimento de transplante cardíaco, uma vez que fatores psicológicos, como a ocorrência de depressão, são fatores de risco quanto à qualidade de vida e mortalidade pós-transplante, bem como diagnósticos psiquiátricos desfavoráveis podem ser impeditivos para o preparo do candidato ao transplante. O trabalho interdisciplinar em prol da avaliação psicológica pré-transplante e o fornecimento de apoio psicológico são fatores de proteção à saúde de longo prazo do paciente, com capacidade de reduzir os impactos do procedimento na vida do receptor.

Por fim, sugerem-se novos estudos que possam respaldar e atualizar os resultados encontrados e contribuir para a produção científica que apoie uma inserção mais ativa do psicólogo na equipe interdisciplinar de cuidado ao paciente de transplante cardíaco, assim como estudos que se proponham a investigar questões potencialmente proeminentes nesse contexto. Trata-se de uma temática escassamente estudada, cujas descobertas poderiam alterar paradigmas de cuidado com a saúde e questões éticas implicadas na prática médica e psicológica.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Eliane Carnot de. O psicólogo no hospital geral. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 20, p. 24-27, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/kFRxjrBkzbYqpMc3WSThJmz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- ALMEIDA, Raquel Ayres de; MALAGRIS, Lucia Emmanoel Novaes. A prática da psicologia da saúde. **Revista da SBPH**, v. 14, n. 2, p. 183-202, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-08582011000200012. Acesso em: 02 nov. 2022.

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Society for Health Psychology. **American Psychological Association**, 2021. Disponível em: <https://www.apa.org/about/division/div38>. Acesso em: 03 nov. 2022.

CASTRO, Elisa Kern de; BORNHOLDT, Ellen. Psicologia da saúde x psicologia hospitalar: definições e possibilidades de inserção profissional. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 24, p. 48-57, 2004. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000300007. Acesso em: 02 nov. 2022.

CHAVES, Antonio Marcos. O fenômeno psicológico como objeto de estudo transdisciplinar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 13, n. 1, p. 159-165, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-79722000000100016>. Acesso em: 28 nov. 2022.

COLLIER, Julie A.; NATHANSON, Jeffrey W.; ANDERSON, Carolyn A. Personality functioning in adolescent heart transplant recipients. **Clinical child psychology and psychiatry**, v. 4, n. 3, p. 367-377, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1359104599004003007>. Acesso em: 13 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas(os) nos serviços hospitalares do SUS** / Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. Brasília: CFP, 2019. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/ServHosp_web1.pdf. Acesso em 17 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 03, de 05 de fevereiro de 2016**. Altera a Resolução CFP nº 013/2007, que institui a Consolidação das Resoluções relativas ao Título Profissional Especialista em Psicologia e dispõe sobre normas e procedimentos para seu registro. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2016/04/Resolu%C3%A7%C3%A3o-003-2016.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução Administrativa/Financeira n.º 15, de 19 de setembro de 2007**. Brasília: CFP, 2007. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/Resolucao_CFP_nx_013-2007.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

FAVARO, Angela *et al.* Posttraumatic stress disorder and depression in heart transplantation recipients: the relationship with outcome and adherence to medical treatment. **General Hospital Psychiatry**, v. 33, n. 1, p. 1-7, 2011. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0163834310001970>. Acesso em: 13 nov. 2022.

FIORAVANTI, Carlos. Corações trocados. **Revista Pesquisa Fapesp**, 2018. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/coracoes-trocados/#:~:text=Transplantes%20em%20c%C3%A3es,c%C3%A3es%20em%201967%20%201968..> Acesso em: 31 out. 2022.

FURTADO, Juarez Pereira. Equipes de referência: arranjo institucional para potencializar a colaboração entre disciplinas e profissões. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 11, n. 22, p. 239-255, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832007000200005>. Acesso em: 28 nov. 2022.

- GORAYEB, Ricardo. Psicologia da saúde no Brasil. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 26, p. 115-122, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/FRYYPBbcthyCtqmjYM93SKj/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- HARDY, J.D.; KURRUS, F.D.; CHAVEZ, C. M.; NEELY, W.A.; ERASLAN, S.; TURNER, M.D. Heart transplantation in man: developmental studies and report of a case. **JAMA**, v. 188, n. 13, p. 1132-1140, 1964. Disponível em: <https://jamanetwork.com/journals/jama/article-abstract/1163619>. Acesso em: 31 out. 2022.
- HAVIK, Odd E. *et al.* Depressive symptoms and all-cause mortality after heart transplantation. **Transplantation**, v. 84, n. 1, p. 97-103, 2007. Disponível em: https://journals.lww.com/transplantjournal/fulltext/2007/07150/depressive_symptoms_and_all_cause_mortality_after.18.aspx. Acesso em: 13 nov. 2022.
- KABA, Evridiki *et al.* Somebody else's heart inside me: a descriptive study of psychological problems after a heart transplantation. **Issues in mental health nursing**, v. 26, n. 6, p. 611-625, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01612840590959452>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- KANTROWITZ, A. *et al.* Transplantation of the heart in an infant and an adult. **The American journal of cardiology**, v. 22, n. 6, p. 782-90, 1968. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/4880223/>. Acesso em: 01 nov. 2022.
- KERBAUY, R. R. Comportamento e Saúde: Doenças e Desafios. **Psicologia USP**, v. 13, n. 1, p. 11-28, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/dTwZHBbrpbYSTp7rkNNMgdL/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- LOPES, Marcelo Antônio Cartaxo Queiroga *et al.* Pintando a História da Cardiologia do Brasil. **Arquivos Brasileiros de Cardiologia**, v. 115, p. 1047-1050, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36660/abc.20201133>. Acesso em: 31 out. 2022
- LUCRI, Jamile Julia; CORDEIRO, Silvia Nogueira. O psicólogo na equipe multiprofissional: relato de experiência de uma intervenção em grupo de mulheres na atenção secundária à saúde. **Vínculo-Revista do NESME**, v. 17, n. 2, p. 141-162, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/1394/139465538007/139465538007.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- MATARAZZO, J. D. Behavioral health and behavioral medicine: Frontiers for a new health psychology. **American Psychologist**, v. 35, p. 807-817, 1980. Disponível em: <https://ohsu.pure.elsevier.com/en/publications/behavioral-health-and-behavioral-medicine-frontiers-for-a-new-hea-2>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- MATOS, Margarida Gaspar de. Psicologia da Saúde, saúde pública e saúde internacional. **Análise psicológica**, v. 3, n. 22, p. 449-462, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ispa.pt/handle/10400.12/5973>. Acesso em: 02 nov. 2022.
- MAUTHNER, Oliver E. *et al.* Heart transplants: Identity disruption, bodily integrity and interconnectedness. **Health**, v. 19, n. 6, p. 578-594, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1363459314560067>. Acesso em: 13 nov. 2022.

- MINIATI, Douglas N.; ROBBINS, Robert C. Heart transplantation: a thirty-year perspective. **Annual Review of Medicine**, v. 53, p. 189, 2002. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/25ac4f6dc6e1d7edd5b0f74469d7f7e7/1?pq-origsite=gscholar&cbl=24900>. Acesso em: 31 out. 2022.
- PEARSALL, Paul; SCHWARTZ, Gary E. R.; RUSSEK, Linda GS. Changes in heart transplant recipients that parallel the personalities of their donors. **Journal of Near-Death Studies**, v. 20, n. 3, p. 191-206, 2002. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1023/A:1013009425905>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- PEYROVI, Hamid; RAIESDANA, Nayyereh; MEHRDAD, Neda. Living with a heart transplant: a phenomenological study. **Progress in Transplantation**, v. 24, n. 3, p. 234-241, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.7182/pit2014966>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- PFEIFER, Paula Moraes; RUSCHEL, Patricia Pereira; BORDIGNON, Solange. Coping strategies after heart transplantation: psychological implications. **Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery**, v. 28, p. 61-68, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/1678-9741.20130010>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- RODRIGUES DA SILVA, Paulo. Transplante cardíaco e cardiopulmonar: 100 anos de história e 40 de existência. **Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery**, v. 23, p. 145-152, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbccv/a/PSdhWGk8gZvVH7HLWthXmLh/?lang=pt>. Acesso em: 30 out. 2022.
- ROQUETE, Fátima Ferreira *et al.* Multidisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade: em busca de diálogo entre saberes no campo da saúde pública. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, 2012. Disponível em: <http://seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/245>. Acesso em: 28 nov. 2022.
- ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem** v. 20, p. 2, 2007.
- SIRRI, Laura *et al.* Manifestations of health anxiety in patients with heart transplant. **Heart & Lung**, v. 49, n. 4, p. 364-369, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.hrtlng.2019.12.006>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- STOLF, Noedir A. G. History of heart transplantation: A hard and glorious journey. **Brazilian Journal of Cardiovascular Surgery**, v. 32, p. 423-427, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbccv/a/DWPskhdBsfTgJXVY9Vj74fR/?lang=en#>. Acesso em: 31 out. 2022.
- TRIFFAUX, J.-M. *et al.* Psychological distress of surgical patients after orthotopic heart transplantation. **Transplant International**, v. 14, n. 6, p. 391-395, 2001. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s001470100004>. Acesso em: 13 nov. 2022.
- TRIFFAUX, Jean-Marc *et al.* Psychological evolution and assessment in patients undergoing orthotopic heart transplantation. **European Psychiatry**, v. 16, n. 3, p. 180-185, 2001. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0924-9338\(01\)00561-2](https://doi.org/10.1016/S0924-9338(01)00561-2). Acesso em: 13 nov. 2022.
- VILELA, Elaine Morelato; MENDES, Iranilde José Messias. Interdisciplinaridade e saúde: estudo bibliográfico. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 11, p. 525-531, 2003.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-11692003000400016>. Acesso em: 28 nov. 2022.

WALDRON, Rebecca *et al.* Illness, normality and identity: the experience of heart transplant as a young adult. **Disability and rehabilitation**, v. 39, n. 19, p. 1976-1982, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09638288.2016.1213896>. Acesso em: 13 nov. 2022.

XAVIER, L. de P.; REIS, P. P. F.; FRASSÃO, M. C. G. de O. O Trabalho do Psicólogo Junto à Equipe de Saúde / The Work of the Psychologist with the Health Team. **Revista Ciências em Saúde**, v. 6, n. 1, p. 66-77, 11. Disponível em: https://portalrcs.hcitajuba.org.br/index.php/rcsfmit_zero/article/view/455. Acesso em: 28 nov. 2022.

YAMAMOTO, Oswaldo H.; TRINDADE, Luciana C. B.; OLIVEIRA, Isabel Fernandes de. O psicólogo em hospitais no Rio Grande do Norte. **Psicologia USP**, v. 13, p. 217-246, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psusp/a/Vk8S4sMnKMvzZSchggFQJKr/?lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2022.

O SENTIDO DA EXISTÊNCIA NA SOCIEDADE DO CANSAÇO

Elsa Maria Saldanha

Débora Inácia Ribeiro

INTRODUÇÃO

A crise do cansaço da sociedade contemporânea apresenta uma estreita ligação com a problemática da síndrome do vazio existencial que acomete o sujeito dessa sociedade de desempenho. Esta investigação, de caráter teórico, tem como base os principais pressupostos do psiquiatra austríaco, neurologista e professor da Universidade de Viena, Viktor Emil Frankl, proponente de uma psicoterapia focada em temas como sentido da vida, liberdade, responsabilidade e valores, percebendo-os como fenômenos autênticos e específicos do ser humano, que resultam da sede do homem que procura configurar uma vida de significados. Também está embasada nas análises do filósofo e ensaísta sul-coreano, professor da Universidade de Artes de Berlim, Byung-Chul Han, sobre as estruturas da sociedade do século XXI. Han, a partir da psicanálise, da filosofia existencialista e de análises sociológicas, propõe um entendimento sobre como o imperativo do máximo desempenho, cobrado pelo modelo de produção do sistema capitalista vigente, vincula-se a distúrbios psiquiátricos presentes nos dias de hoje.

O imperativo do excesso da positividade na sociedade contemporânea apresenta-se como uma normalidade a ser seguida, e o superar-se continuamente, como um princípio moral. Sentimentos ou emoções de categoria negativa devem ser inibidos para que a maximização do desempenho não seja ameaçada. Nesse modo de vida, não há espaço para o sofrimento, para o tempo vazio, o ócio, o *dolce far niente*. A autocoação pelo máximo desempenho obriga o sujeito a produzir incessantemente, sem conseguir encontrar uma zona de repouso. Como consequência, o sujeito adoce: “a depressão é o adoecimento de uma sociedade que sofre sob o excesso de positividade” (Han, 2015, p. 29).

A partir dessas reflexões iniciais, pretende-se investigar como a exploração humana, realizada pelos ideais do sistema capitalista do século XXI, se insere no percurso existencial entre o ser e o sentido, por meio de uma análise das implicações das dinâmicas presentes na sociedade contemporânea capitalista que atuam no comportamento individual e coletivo, bem como sobre a perda do sentido pessoal de vida e o adoecimento do sujeito.

A relevância do presente trabalho está ligada ao imperativo de que sejam suscitadas reflexões e discussões sobre os modelos de sociedade que estão sendo construídos com base nos alicerces dos sistemas capitalistas, e que implicam diretamente na constituição dos sujeitos e de suas subjetividades, enfatizando a questão relevante de que o sujeito, ao ser tomado pelo imperativo do desempenho, deixa de ter o olhar necessário sobre si mesmo.

REVISÃO DA LITERATURA

Byung Chul-Han (2015), em seu livro “Sociedade do Cansaço”, afirma que a sociedade do século XXI é uma sociedade de desempenho que se distingue pelo excesso de positividade. O sujeito, livre do domínio externo, passa a se autogerenciar e, como dono e senhor de si mesmo, único responsável pelo rendimento de seu corpo, seu tempo, sua imaginação, sua criatividade, entre outros, busca maximizar seu desempenho. O sujeito, frente à autocoção em produzir cada vez mais, ao excesso de trabalho e de desempenho, sente-se cansado, exausto de si mesmo e de sua luta interna.

Para Han, o esgotamento é um fenômeno coletivo na contemporaneidade, frente à ordem estabelecida de desempenho e positividade que instaura uma patologia sutil e generalizada e acomete os sujeitos desse tempo. Para o filósofo, o cansaço é o resultado de uma exaustão coletiva autoimposta, que quebra a naturalidade com que cada sujeito poderia administrar as forças que o atravessam na produção de sua subjetividade.

O indivíduo da contemporaneidade, iludido pela sensação de autonomia, liberdade e felicidade, abre caminhos para a violência simbólica. Bourdieu (2002) descreve a violência simbólica como suave, insensível, invisível a suas vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento ou do desconhecimento, do reconhecimento do sentimento” (Bourdieu, 2002). Para Bourdieu e Eagleton (2007), “[...] em termos de dominação simbólica, a resistência é muito mais difícil, pois é algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela” (Bourdieu; Eagleton, 2007, p. 270).

Rojas (2013) destaca que, na contemporaneidade marcada pela indiferença, nos deparamos com indivíduos excessivamente vulneráveis, cansados de viver, por falta de uma projeção pessoal coerente e forte.

Frankl (1989) aponta, em seu livro *Um sentido para a vida*, que o desejo de sentido é um valor de sobrevivência. Para Frankl e os de sua escola, o homem é fundamentalmente um

ser em busca de um significado. Se existe algo que o possa preservar até nas situações mais extremas é a consciência do sentido da vida, embora nem sempre imediato.

A sociedade do cansaço

Byung-Chul Han (2015), em seu livro *Sociedade do Cansaço*, expõe a inconsistência funcional e anímica da sociedade contemporânea que, pela conjuntura social, emocional, cultural, econômica e existencial, estabelece uma violência neuronal pelo paradigma da *hiperpositividade*, encadeando uma série de patologias, um colapso do “*self*”. Caracterizando uma violência neuronal inerente ao próprio sistema, o sistema “sociedade do desempenho” traz o adoecimento ao valorizar os indivíduos inquietos e hiperativos, que devotam cada momento do seu tempo à produção e à eficiência, realizando múltiplas tarefas e atuando praticamente como uma máquina.

O sujeito do desempenho, segundo o autor, se tornou “empresário de si mesmo” e crê não estar submetido a ninguém a não ser a ele próprio e essa crença o remete a um sentimento de liberdade e de autonomia. Porém, trata-se de uma liberdade coercitiva, na medida em que o padrão produtivo prevê que o sujeito atue com “criatividade”, “desempenho”, “inovação”, “boa vontade”, “iniciativa individual” e “flexibilidade”. Por meio dessa coação do desempenho, o sujeito é forçado a produzir cada vez mais e, concorrendo consigo mesmo, procura superar a si mesmo, se autoexplorando. Portanto, associar excesso de atividade autônoma à conquista de liberdade, é uma ilusão. O excesso de trabalho e a preocupação com o desempenho resultam em uma autoexploração, gerando, assim, os adoecimentos psíquicos da sociedade de desempenho, que são as manifestações patológicas de uma liberdade paradoxal (Han, 2015).

O adoecimento da sociedade do desempenho

Han (2015), no capítulo “a violência neuronal”, de seu livro *Sociedade do Cansaço* aponta que o século XXI não é mais bacteriológico ou viral como os do passado, mas um século neuronal, no qual a sociedade é marcada por doenças neuronais suscitadas pelo excesso de positividade que visa lucratividade, eficiência e o máximo desempenho. Diante da autoviolência motivada pela necessidade de produzir cada vez mais, do excesso de estímulos e da luta consigo mesmo, o sujeito não consegue chegar a uma zona de descanso e, no instante em que não pode mais, é acometido por doenças neuronais.

Oliveira (2018), analisando Han, escreve que os condutores dessa violência seriam os discursos que coroam o indivíduo com todo o poder sobre si mesmo, o poder de ser quem quiser

ou o poder de ter tudo o que deseja sem limites, ou seja, o poder de poder. Porém, diante da impossibilidade, que inevitavelmente se mostrará para a idealização do sem limites, da percepção de que o poder de poder é inalcançável, ou diante simplesmente do sentimento de inadequação do sujeito frente a essa conjectura, as frustrações se apresentam e as patologias se instalam – são os depressivos e fracassados no lugar de loucos e delinquentes do passado.

Na concepção de Han (2015), a sociedade hiperativa produz indivíduos exaustos e desencadeia uma epidemia de sofrimento psíquico diretamente associado ao desempenho profissional, que captura todos os aspectos da vida humana. Assim, a sociedade do cansaço, está se tornando também uma sociedade do *doping*, em que o sujeito de desempenho, destituído de tempo, não procura a origem do seu conflito psíquico, mas busca uma solução rápida para seu sofrimento e encontra na medicação psiquiátrica o atendimento à urgência em se reestabelecer.

Viktor Frankl: a busca do sentido pessoal de vida

A busca e descoberta do sentido pessoal de vida é a principal força motivadora do ser humano, de acordo com Frankl. No momento em que a pessoa se pergunta sobre o sentido da vida, expressa o que há de mais humano em si (Frankl, 1989). Frankl considera que a vontade de sentido, que é dirigida para uma realização de sentido, é o que realmente impulsiona o ser humano. Esse sentido refere-se ao significado, à coerência, à busca de propósito e finalidade e pode ser determinado tão-somente pelo próprio indivíduo. O sentido é dinâmico, mutável, diferente de pessoa para pessoa, podendo ser diferente até mesmo de um dia para o outro, tendo em vista que a existência de cada ser humano apresenta um caráter único e que as situações nas quais está envolvido são irrepetíveis (Frankl, 1989).

Segundo Frankl, a busca por sentido pode ocasionar um estado de tensão no indivíduo; porém, tal estado se faz necessário, pois a saúde mental se apoia em um certo grau de tensão.

O sujeito deste século, diante dos inebriantes feitos disponibilizados pela tecnologia, da facilidade em substituir relações afetivas sólidas pela existência virtual, vem enganando o seu estado de solidão e o seu sentimento de vazio existencial.

O ser humano, dotado da capacidade de acumular vivências e experiências em sua mente, as quais definem suas preferências e escolhas, surge existencialmente e se percebe vivo ao passar a pensar de maneira crítica sobre o mundo, refletindo e questionando a própria vida, o que é a vida e o que é viver. Nesse caminho, refletindo, questionando suas vivências e

experiências, torna possível a ressignificação do sentido pessoal de sua vida. Assim, cabe a cada um decidir sobre a mudança ou não da percepção da realidade do momento, pois cada situação e cada vida são singulares (Frankl, 1990).

O agir no mundo significa escolher por intermédio do vir a ser, por isso não respondemos à vida com palavras, mas com ações que nos fazem responsáveis (Frankl, 2005). A existência humana direciona-se sempre para além de si mesma, indicando um sentido.

O ser humano é, em essência, ser responsável (Frankl, 1993), e a responsabilidade está na ação no momento presente (aqui e agora), na concretude de determinada pessoa em determinada situação. Humano é, também, o ser que decide, começando onde deixa de ser impelido e cessando quando deixa de ser responsável” (Frankl, 1993).

O tempo

Em seu livro *Em Busca de Sentido: um psicólogo no campo de concentração*, Frankl nos faz refletir sobre como o ser humano contemporâneo lida com o tempo, trazendo como exemplo a neurose dominical, uma espécie de depressão que acomete pessoas quando percebem a falta de conteúdo de suas vidas quando termina a semana atarefada e o vazio interior se torna manifesto (Frankl, 1989).

Nesse contexto, na tentativa de escapar de tudo o que seja entendido como sofrimento, evidencia-se uma corrida à busca de uma constante “felicidade”, pelo preenchimento de um vazio. Porém, os excessos presentes na vivência do sujeito contemporâneo provavelmente o levarão à perda do sentido existencial, o que, por sua vez, potencializará o sofrimento relacionado ao vazio existencial. Não há imunidade para o vazio e para o sofrimento existencial, pois o sofrimento é inerente ao ser humano. Assim, deve-se refletir sobre como o sofrimento pode ser uma possibilidade de busca por um significado na vida humana (Frankl, 2015).

Para Han (2015), na absolutização do trabalho e automatização do indivíduo nos processos de máxima produção, o tempo perde sua duração. Han (2015) levanta o problema da duração, da supressão do tempo. Não há tempo para escutar o outro, de “ser ouvidos”, de contemplar a natureza, de relaxar. Não há mais tempo de se espantar com o belo. Onde anda o tempo para contemplação, para o ócio criativo?

Em uma época protagonizada pelo ruído, silenciar se torna praticamente uma tortura. No entanto, é por meio do silêncio que se acessa o que há de mais íntimo em si mesmo. Han (2021), em seu livro “Favor fechar os olhos”, evidencia justamente a dificuldade de se fechar os olhos em tempos de bombardeio de imagens, ruídos, estímulos que atingem os indivíduos da

sociedade atual. O tempo é experienciado de forma acelerada; porém, o problema não está na aceleração, mas sim na falta de conclusão, de encerramento de experiências, de finalização de etapas, aspirações, anseios, na falta de ritos que permitem concluir determinados ciclos, evidenciando que o sujeito de desempenho, nesse tempo de constante adição, de avalanche de informações, é incapaz de se deter, de encerrar, de concluir.

Fechar os olhos, para Han (2016), implica demorar-se e está relacionado à conclusão no sentido de fechamento, encerramento. O ponto principal de *Favor fechar os olhos* é a ocorrência, na sociedade contemporânea, da perda da capacidade de fechar, de concluir, em função do excesso de positividade e do imperativo do máximo desempenho que impede que se chegue à alguma conclusão - a perfeição é incapaz da conclusão.

O pensamento Martin Heidegger, em seu livro em *O caminho do Campo* (1969), está relacionado ao de Han (2021) em *Favor fechar os olhos*. Heidegger adverte sobre a necessidade de silenciar, referindo-se, principalmente, ao risco de que o pensamento calculador da sociedade capitalista conduza o sujeito a se esquecer do que lhe é próprio – a capacidade de refletir. Aponta para o perigo de que o ser humano não consiga mais ouvir o próprio silêncio, não possa ouvir sua linguagem, pois o ruído ao seu redor, produzido pela tecnologia, se infiltra no cotidiano do indivíduo como se fosse a única via pela qual se é possível ver a vida, e faz com que o sujeito se disperse e siga errante.

Heidegger (1969) alerta para a vida automática, sem reflexão, sem o contato aprofundado com o que está ao redor, em consequência da imersão na sociedade de desempenho, ouvindo seus típicos sons como se fossem divinos e nos distanciando de nossa própria linguagem e silêncio.

Diante da dificuldade de se realizar um diálogo harmônico entre o ruído e o silêncio, a sociedade contemporânea segue em direção ao apontado e temido por Heidegger (1969) - o ruído tornando-se a única coisa capaz de ser ouvida. Todo o barulho ao redor acaba por se tornar sonoro quando se desaprende a conviver com o vazio. Assim, o espaço do silêncio é retirado.

Heidegger (1969) ressalta que, ao sistema, interessa justamente que a vida seja levada de maneira automática, sem espaço para a reflexão e, sem refletir, sem entrar em contato mais profundo com o mundo em que está inserido, o sujeito se distancia de sua própria linguagem e silêncio.

O perigo ameaça que o homem de hoje não possa ouvir sua linguagem. Em seus ouvidos retumba o fragor das máquinas que chega a tomar pela voz de Deus. Assim o homem se dispersa e se torna errante. Aos desatentos o Simples parece uniforme. A uniformidade entedia. Os entediados só veem monotonia a seu redor. O Simples desvaneceu-se. Sua força silenciosa esgotou-se (Heidegger, 1969, p.70).

O fio condutor entre o alerta de Heidegger (1969) e o apelo de Han (2021) para que se “feche os olhos” é, justamente, a perda da capacidade de desacelerar, parar, apreciar, contemplar e perceber, o que fatalmente distancia o sujeito de sua vontade, subjetividade e de sua própria voz, pois, sem espaço para reflexão, se esquece de que é em essência, um ser reflexivo.

MÉTODOS

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa, que diante dos dados busca compreender a essência dos fenômenos, a origem, as relações e mudanças do contexto, sem se preocupar com a amostragem, mas com o esclarecimento e o significado do assunto (Silva; Menezes, 2001).

De acordo com Vosgerau e Romanowsk (2014), a revisão narrativa é constituída por uma análise ampliada da literatura, sem que se estabeleça uma metodologia rigorosa e replicável de reprodução de dados ou de respostas para algumas questões específicas.

A pesquisa qualitativa é utilizada para a obtenção de dados subjetivos. Preocupa-se em apreender uma realidade que não pode ser quantificada, sendo desnecessário o uso de instrumentos precisos de medida (Leopardi, 2001). Apesar do termo utilizado para referenciar o método de análise, este não é um procedimento técnico e sim uma forma histórica de busca teórica e prática no campo das investigações sociais (Minayo, 2014).

As metodologias de pesquisa qualitativas são aquelas capazes de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerente aos atos, às relações e às estruturas sociais, sendo essas últimas tomadas, tanto no seu advento quanto nas suas transformações, como construções humanas significativas (Bardin, 2011). Desse modo, tal metodologia consiste em uma interpretação daquilo que é dito e expresso pelos indivíduos. Não é somente uma decodificação de dados, pois para a compreensão do objeto de pesquisa necessita-se compreender o contexto em que está inserido (Minayo, 2014).

Considerando-se as definições acima, entendeu-se que a pesquisa qualitativa seria a mais adequada para o desenvolvimento deste trabalho, cujos propósitos são o de analisar a relação existente entre o comportamento do sujeito contemporâneo, imposto veladamente pela sociedade de desempenho, e a falta de sentido de vida, vista como um sintoma contemporâneo, bem como responder à questão apresentada no problema sobre qual seria o espaço de encontro com o sentido da existência na sociedade do cansaço, cujos valores giram em torno do

desempenho, da eficiência, da velocidade, da produtividade e da utilidade. Assim, procedeu-se a uma condensação das principais produções que embasam este estudo, equiparando-se as diferenças e semelhanças apresentadas nos resultados mais significativos para responder à problemática da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por falta de repouso nossa civilização caminha para uma nova barbárie. Em nenhuma outra época os ativos, isto é, os inquietos, valeram tanto. Assim, pertence às correções necessárias a serem tomadas quanto ao caráter da humanidade fortalecer em grande medida o elemento contemplativo.

NIETZSCHE, F. *Humano, demasiado humano*.

Os estudos realizados e os conceitos abordados nas obras utilizadas como base para a realização deste trabalho apontam para uma percepção de que a sociedade contemporânea vive uma crise de sofrimento psíquico, desencadeada pelo excesso de positividade. A configuração de controle e gestão de vida exercida pelos processos do atual sistema econômico mantém uma relação direta entre o cansaço físico e mental, o sentimento de vazio existencial e o adoecimento do sujeito. Esse atual modelo de sociedade vem alterando a estrutura existencial do ser humano e provocando sentimento de vazio e de ausência de sentido, que são experiências chamadas de vazio interior, denominadas vazio existencial por Frankl (2011). A partir desse entendimento, pretendeu-se provocar uma reflexão sobre o comportamento dos indivíduos na sociedade contemporânea, bem como de suas consequências.

O *modus operandi* do sistema capitalista vigente propõe um sujeito empresário e dono de si mesmo, desfrutando de uma liberdade paradoxal e que investe alucinada e apaixonadamente na busca do êxito prometido.

Ao se entender livre de determinações de um poder central, concorre consigo mesmo, se entrega por inteiro na busca de uma autossuperação e assume uma autocobrança sem tréguas, com um sentimento de atuação insuficiente, ou seja, o sentimento de que poderia ter feito mais, melhor e mais rápido. Assim, por meio de domínios psicológicos, torna-se seu próprio agressor.

A angustiante responsabilidade de ser extraordinário naquilo que executa, a culpa por não mais conseguir poder/produzir tudo o que se quer, associam-se à violência de si e contra si, produzindo uma sensação de esgotamento contínuo que afeta de forma negativa seu corpo e sua mente.

Evidencia-se que o ritmo estressante e a corrida implacável pelo sucesso resultam no adoecimento físico e mental do sujeito. Nesse cenário da sociedade do cansaço, permeado pelo vazio existencial, bem como pela violência neuronal decorrente do excesso de positividade do sujeito – exteriorizado em ações como a superprodução, o superdesempenho, a supercomunicação digital, a hiperatividade – apresentam-se doenças neuronais como depressão, Transtorno de Déficit de Atenção, Síndrome de Burnout e Síndrome de Hiperatividade, entre outras.

De acordo com Frankl (2018), o caminho para uma eventual superação desse quadro é buscar uma vida com mais significado por meio da vivência dos valores de criação e de experiências que dependem, muitas vezes, de se desligar do trabalho e contemplar (a arte, a leitura, a natureza, por exemplo) para que seja possível refletir e fazer escolhas.

Considera-se fundamental que o ser humano sustente sua capacidade de pensar de maneira inteligente e crítica, sua condição de refletir e questionar o mundo em que vive e sua maneira de viver e atuar nele, para que sejam viabilizadas possibilidades de construções e reconstruções a partir de reflexões, configurando, assim, sua existência.

Por todas essas razões, é absolutamente fundamental liberar tempo e espaço, buscar uma pausa, um comportamento contemplativo, a “negatividade”, diminuir a velocidade que impera nos dias de hoje para favorecer o pensamento, que exige pausa e descanso. Dar tempo ao tempo, abrir espaço dentro de si para que a capacidade de contemplar se manifeste é possibilitar condições para transformações. Aqui, a contemplação está relacionada a uma maneira de resistir à positividade instalada. Está relacionada ao estabelecimento da pausa, ao desenvolvimento de uma inteligência nativa, de um tempo propício para a interiorização, de um tempo direcionado ao ócio positivo para o equilíbrio do indivíduo, como espaço de resistência, de caráter liberatório, condicionado apenas ao modo de viver de cada um e não totalmente controlado pelo social. Um tempo para a vivência do ócio como uma experiência de encontro com o sentido de vida e valores peculiares para propiciar o alinhamento do pensamento e potencializar encontros que conduzam ao desenvolvimento pessoal.

Dessa maneira, a busca permanente por desempenho, mascarada como liberdade, alimenta a máquina capitalista por meio da autoexploração. O movimento contínuo dessa autoexploração, nessa liberdade paradoxal, em uma vida sem um sentido pessoal, resulta em exaustão e em distúrbios neurais – e aqui está a sociedade do cansaço.

Pode-se considerar que o indivíduo, por mais enquadrado que esteja na sociedade de desempenho, não conseguirá desempenhar sempre. Esse momento de não desempenho

satisfatório virá acompanhado de uma cobrança extra, que fará com que o sujeito se sinta infeliz por estar infeliz, se sinta mal por estar mal e não conseguir fazer o que acredita que deve fazer. Nessa sociedade, em que sentir-se cansado e destruído representa status, sentimos vergonha por não estarmos cansados e sobrecarregados.

A exposição apresentada no presente trabalho sinaliza a necessidade premente de que o olhar humano se mantenha atento às novas técnicas de poder e coerção da liberdade humana instalados na sociedade contemporânea, a fim de combatê-las em diversos espaços: educacionais, sociais, culturais, políticos e institucionais, por meio do esclarecimento e do reconhecimento dos mecanismos neoliberais utilizados para a negação da subjetividade do sujeito em nome do poder do mercado.

O sistema, atravessando o imaginário do sujeito, ensina o que desejar e almejar. Assim, captura seu desejo e sua própria subjetividade, fazendo surgir novas formas de manifestação da subjetividade. A subjetividade hoje é visivelmente fragmentada, em razão da infinidade de identificações que o indivíduo pode fazer no novo contexto da sociedade contemporânea, que rompe com as tradições e gera um sentimento de falta e de insatisfação. A fragmentação da subjetividade, tanto nas relações com o outro quanto na maneira como o ser humano se compreende no mundo, alterou até mesmo sua concepção de si mesmo. As subjetividades estão sendo construídas em bases que emudecem as necessidades interiores, transferindo o que é interior para o exterior e criando um dualismo existencial. Diante da massificação, da despersonalização e do conformismo naturalizados, o ser humano corre o risco de se esquecer de quem é e de se perder de si próprio.

Dado que a capacidade de observar a própria vida e estabelecer motivações para sua trajetória é exclusiva do ser humano, o seguir em frente sem questionar o sentido de tudo já indica um descompasso. Nessa linha de raciocínio, percebe-se que o padrão da sociedade contemporânea colabora para que o ser se defronte com a falta de sentido em sua vida. O sujeito de desempenho, que se identifica com o modelo proposto pela sociedade atual, quando irrefletidamente perde ou relativiza valores e significados considerados como princípios éticos universais, pode se ver diante de um esvaziamento interior, com uma sensação de perda do sentido vital. Se na sociedade do cansaço não temos mais tempo nem temos mais como foco a construção do sentido pessoal, a vida se torna muito mais vulnerável ao adoecimento, justamente por carecer de sentido.

Percebe-se que em vários aspectos a sociedade do cansaço de Han é paralela à sociedade do vazio de Frankl. O indivíduo conduzido à situação de conformismo ou totalitarismo pela

condição de vazio existencial de Frankl é o mesmo sujeito do desempenho de Han, que facilmente cai no conformismo ou no totalitarismo, em uma vida sem sentido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se, por meio da reflexão desenvolvida no presente trabalho, que a ideologia capitalista da sociedade contemporânea apresenta uma nova modalidade de sujeição. O indivíduo não está submetido à uma coerção disciplinar, mas às coações internas do “eu” como projeto, estimuladas pela constante otimização e pelo máximo desempenho. O imperativo da otimização de si e a consequente autoexploração oferecem como resultado o esgotamento físico e mental. A otimização de processos psíquicos e mentais – a exploração da psique – ocorre em decorrência da submissão reproduzida dentro de si ser entendida como liberdade, e nesse caminho o indivíduo se perde de si próprio.

A virtualidade, o número infindável de informações, demandas, projetos, lançados incessantemente sobre o indivíduo impulsionam-no a se movimentar de maneira frenética em uma vida extremamente ativa, como uma máquina que trabalha em seu limite máximo de produção e desempenho. Todo esse excesso de positividade afeta de maneira prejudicial a concentração e a assimilação de conceitos, criando sujeitos de resposta rápidas e de reações automatizadas - um indivíduo que se habituou a reagir sem antes refletir.

Essa sociedade ativa produz um cansaço e esgotamento excessivos, que enfraquecem a identidade do sujeito, despersonalizando-o. Quando o sujeito não pode mais poder, nessa sociedade que crê que nada é impossível, se autoacusa de maneira destrutiva, entra em conflito consigo mesmo e é acometido por doenças como a depressão, expressão patológica do fracasso em ser ele mesmo.

Acredita-se que as considerações aqui desenvolvidas possam proporcionar uma aproximação da problemática apontada e dos objetivos deste estudo. Espera-se que o presente trabalho tenha atingido sua finalidade por meio da análise da fundamentação teórica.

Porém, diante da limitação deste estudo, que se fundamenta em pesquisa bibliográfica de base teórico conceitual, entende-se que futuros estudos podem ser realizados envolvendo pesquisa com grupos de sujeitos da sociedade contemporânea para demonstrar e mensurar os impactos sobre a saúde mental e física dos desdobramentos dessa busca pela eficiência e produtividade.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOURDIEU, P. *Sociologia*. São. Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ŽIŽEK, S. (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, pp. 265-278.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- FRANKL, V. E. **A presença ignorada de Deus**. Petrópolis: Vozes, 1983, 1993.
- FRANKL, V. E. **A questão do sentido em psicoterapia**. Campinas: Papirus, 1990.
- FRANKL, V. E. **A vontade de sentido: fundamentos e aplicações da logoterapia**. São Paulo: Paulus, 2011.
- FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. Petrópolis: Vozes, 1989, 2008.
- FRANKL, V. E. **O sofrimento de uma vida sem sentido: caminhos para encontrar a razão de viver**. São Paulo: É Realizações, 2015.
- FRANKL, V. E. **Psicoterapia para todos: uma psicoterapia coletiva para contrapor-se à neurose coletiva**. São Paulo: Vozes, 1991, 2018.
- FRANKL, V. E. **Um sentido para a vida: psicoterapia e humanismo**. São Paulo: Quadrante, 2003, 2005.
- HAN, B. C. **Sociedade do cansaço**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- HAN, B. C. **O aroma do tempo: um ensaio filosófico sobre a arte da demora**. Lisboa: Relógio d'Água, 2016.
- HAN, B. C. **Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- HEIDEGGER, M. **Sobre o problema do ser/O caminho do campo**. São Paulo: Duas cidades, 1969. Disponível em: <http://www.heidegger.hpg.ig.com.br/caminho.htm>. Acesso em: 30 out. 2022.
- HEIDEGGER, M. **O Caminho do campo**. São Paulo: Duas Cidades, 1969.
- LEOPARDI, M. T. et al. **Metodologia da pesquisa na saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001. v. 9. p.187-209.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NIETZSCHE, F. **Humano, demasiado humano**. Tradução, notas e posfácio: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROJAS, E. **O homem moderno: a luta contra o vazio**. Curitiba: Chain, 2013.

SILVA, E. L. S. DA.; ESTERA M. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**, 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, 2001.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas**. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-190, abr. 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2014000100009&lng=pt&nrm=iso Acesso em :10 jul. 2022.

O SENTIDO DA VIDA E DA FELICIDADE PARA OS IDOSOS

Claudia Regina de Freitas

Maria Eduarda Nunes Barreira Rodrigues Isalino

Nycole Lorransys de Sá Araujo

Rafaela Samara de Paula Rocha

Stephanie Caroline Moreira

Talita Aparecida Matos

Vitória Senne Moretti

INTRODUÇÃO

Tem sido observado que os idosos, de modo geral, apresentam-se mais vulneráveis, mas também mais exigentes e seletivos diante de algumas situações, como as mudanças de hábitos e rotinas. Muitas vezes, afastam-se do convívio social e estreitam os laços com seus familiares e amigos próximos.

Nessa fase, passam a refletir sobre os desejos que não foram realizados, os planos que não foram concretizados ou as decisões mal tomadas durante as fases anteriores da vida, e querem direcionar suas ações e decisões para sentirem que estão vivos e que ainda têm forças, buscando realização e satisfação.

Nessa perspectiva, este trabalho apresenta uma análise pontual sobre o sentido da vida para os idosos, sobre como eles veem sua trajetória, quais são os valores mais significativos e como definem a felicidade, a partir do relato de uma idosa.

O texto encontra-se organizado em quatro seções: a revisão da literatura, trazendo conceitos fundamentais associados ao tema do trabalho; o método utilizado no estudo; os resultados e discussões dos relatos e, por fim, as considerações finais das autoras.

REVISÃO DA LITERATURA

Envelhecimento humano

De acordo com dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), o número de pessoas com 60 anos ou mais no mundo todo está aumentando mais rapidamente que qualquer outra faixa etária.

Em 2025, existirá um total de aproximadamente 1,2 bilhão de pessoas com mais de 60 anos e até 2050 serão dois bilhões, oitenta por cento delas nos países em desenvolvimento. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010 as pessoas nessa faixa etária no Brasil eram pouco mais de 18 milhões; em 2022, em torno de 23,5 milhões; em 2030 alcançaremos a marca dos 26 milhões e em 2050 serão 32 milhões de brasileiros com mais de sessenta anos

Compreender o processo de envelhecimento remete a uma primeira ideia, corrente até meados do século XX, de que a velhice era um declínio natural rumo à finitude. Hoje, em contrapartida, sabe-se que o processo de envelhecimento pode dar-se de maneira positiva, ou seja, como uma etapa que equilibra ganhos e perdas (Neri, 2006).

Neri (2006), precursora da Psicologia do Envelhecimento no Brasil, adota o enfoque do desenvolvimento ao longo de toda a vida, num processo contínuo de mudanças biopsicossociais, tendo como um de seus principais expoentes o alemão Paul Baltes.

Segundo essa teoria, o desenvolvimento humano se faz em um processo contínuo, multidimensional e multidirecional de mudanças que ocorrem por influências genético-biológicas e socioculturais, de natureza normativa e não normativa, em que ocorrem ganhos e perdas pela interatividade indivíduo-cultura e entre os níveis e tempos de influência. O desenvolvimento e o envelhecimento com qualidade se baseiam na seleção de metas, na otimização dos meios para atingi-las e na busca de compensações quando esses meios estiverem ausentes.

Graças ao conceito de "*lifespan*", demonstrando que mecanismos de seleção, otimização e compensação podem ocorrer ao longo de todo o ciclo vital, a velhice não mais se caracteriza como um período de declínio. Ao contrário, os idosos podem exibir níveis elevados de desempenho altamente especializado, mostrando sabedoria e capacidade de solução de problemas (Neri, 2006).

Freire (2001) aponta a estabilidade e as mudanças vivenciadas pelo idoso ao longo de seu percurso e comenta que, apesar de evidências sugerirem que a personalidade se mantém estável durante a vida, as estratégias de enfrentamento podem mudar e acompanhar as necessidades que surgem.

Neri (2006) salienta que os indivíduos diferem em relação à sua capacidade de usar os mecanismos adaptativos que protegem contra as adversidades do envelhecimento. A autora explica que algumas características como autocontrole, responsabilidade, confiabilidade e

comportamentos adequados à norma parecem se intensificar na velhice, de um modo geral. Também há um decréscimo no que se refere a neuroticismo³ e emocionalidade negativa.

Apesar dos desafios, sejam culturais, econômicos ou psicossociais, enfrentados durante o envelhecimento, a ciência tem se voltado cada vez mais para a descoberta e a ampliação de novas possibilidades para um envelhecimento saudável. Para Pereira (2022), um desses desafios consiste nas percepções e suposições comuns sobre pessoas mais velhas baseadas em estereótipos ultrapassados, limitando a capacidade de aproveitar oportunidades inovadoras, o que aponta para a necessidade de novas perspectivas. Neste sentido, o envelhecimento saudável faz parte da desmistificação da visão de que a velhice é um período infeliz, dando lugar a uma visão mais positiva em relação a esse estágio da vida.

No que diz respeito à Psicologia, Neri (2006) já apontava para o aumento da busca de serviços psicológicos por parte de familiares de idosos no âmbito da informação, do apoio psicológico para o restabelecimento do bem-estar físico e emocional do idoso e do desenvolvimento de suas habilidades.

Felicidade

Há muitas definições para o termo felicidade. No dicionário Houaiss (2009) da língua portuguesa encontra-se: “1. Qualidade ou estado de feliz, estado de uma consciência plenamente satisfeita, satisfação, contentamento, bem-estar; 2. Boa fortuna, sorte; 3. Bom êxito, acerto, sucesso” (p. 884)

Durante grande parte da história ocidental, a felicidade foi tratada como um indicador da perfeição humana, um ideal imaginado de um ser completo, sem mais carências, desejos ou necessidades, até o surgimento da filosofia socrática, quando se inaugurou um paradigma que propõe que buscar ser feliz seria uma tarefa de responsabilidade pessoal e um caminho a ser trilhado.

Com o Iluminismo, surgiu a ideia de que todo ser humano tem o direito de alcançar a felicidade e de que o objetivo da sociedade deve ser a obtenção desse sentimento em seus cidadãos (Ferraz; Tavares; Zilberman, 2007).

³ O neuroticismo é uma tendência a experimentar facilmente emoções negativas ante eventos comuns da vida (depressões, sentimento de culpa, inveja, raiva, ansiedade, entre outros). Ele é um dos cinco traços da teoria da personalidade chamada “The Big Five” e é semelhante, mas não idêntico, à neurose no sentido freudiano.

Para Seligman (2011), a felicidade é totalmente subjetiva, enquanto o bem-estar pode ser medido de maneira mais objetiva e, portanto, a felicidade está incluída em um dos aspectos do bem-estar, definida como “o estado transitório de humor em que o indivíduo se encontra” (p.188) e como parte do primeiro elemento da teoria do bem-estar, a emoção positiva.

Atualmente, a felicidade é considerada um valor extremamente importante, tanto que foi proposto, em 2010, uma emenda ao Artigo 6º da Constituição Federal brasileira para incluir o direito à busca da felicidade por cada indivíduo e pela sociedade, junto ao direito a educação, saúde, previdência social, proteção, maternidade e infância (Senado Federal, 2016). Além disso, no Brasil, a felicidade já tem sido vista como uma aliada na promoção de saúde. Ao lado de solidariedade, ética, respeito às diversidades, humanização, corresponsabilidade, justiça social e inclusão social, a felicidade é um dos princípios basilares da Política Nacional de Promoção de Saúde - PNPS. Dessa forma, o estudo da felicidade se mostra cada vez mais importante.

Luz e Amatuzzi (2008), em seu estudo com idosos com o objetivo de conhecer e descrever os aspectos emocionais e cognitivos de suas vivências de felicidade, constataram que os momentos de felicidade estavam relacionados ao contato familiar e social, bem como à autonomia e à capacidade para o trabalho, gerando sentimentos de autoestima, valor pessoal e bem-estar. Os dados dos autores demonstram que a velhice pode ser um período de liberdade e experiência acumulada, associado à qualidade de vida.

Sentido da vida

A literatura aponta que há duas grandes vertentes na abordagem sobre o sentido da vida: a primeira reúne estudos que associam sentido de vida a aspectos físicos de saúde, entre os quais doenças graves, saúde mental, saúde física e iminência de morte, e a aspectos psicológicos, como estratégias de enfrentamento, afetividade, sentimentos positivos, traços de personalidade, motivação, redes de suporte, bem-estar, formação da identidade de crianças e adolescentes, responsabilidade, ajustamento psicológico diante de perdas significativas, inclusive morte, viuvez, institucionalização, religiosidade, espiritualidade.

Já a segunda vertente aborda especificamente as “fontes” de sentido na vida, ou seja, as esferas às quais os indivíduos atribuem sentido em suas vidas. Nessa linha, encontram-se relatos de pesquisas transculturais, que buscam as similaridades das fontes de sentido na vida adulta e na velhice.

O sentido da vida há muito tempo é discutido pela filosofia, mas Viktor Frankl (1905-1997) foi o primeiro a abordá-lo como construto psicológico. Embora não tenha utilizado

definições claras sobre o tema, Frankl (2013) sugere que está relacionado à crença de que a vida é plena de significados e que transcende a própria realidade material, estando associado à crença de um propósito, uma direção, razão particular para a existência.

Para encontrar o sentido da vida, Frankl (2013) sugere três categorias de valores: o valor criativo, que produz algo significativo; o valor vivencial, que são as experiências de trocas afetivas ou experiências de interação com os objetos do mundo; e o valor atitudinal, aquele que transforma as dores e as tragédias pessoais em lições que levam ao crescimento.

Segundo Frankl (2013), o sentido da vida é a principal força motivadora do ser humano; assim, toda a dinâmica da vida estaria associada à busca de sentido para a existência. O autor propõe que o sentido da vida tende a atuar como um efeito de atenuante ou de deslocamento das consequências deletérias das dificuldades no bem-estar do indivíduo. Destaca que ninguém pode encontrar o sentido da vida por outra pessoa, mas que pode facilitar ao outro esse descobrimento, demonstrando que se pode encontrá-lo em qualquer fase da vida. A mudança de atitude diante de um evento sempre será possível, mesmo que não se possa mudar o evento.

MÉTODO

Este estudo foi desenvolvido como complemento à disciplina “Desenvolvimento humano – adultos e idosos” da grade curricular do curso de Psicologia de uma faculdade do interior do Estado de São Paulo. Adotou-se a abordagem qualitativa, cujos dados são obtidos principalmente em entrevistas e observações e podem ser usados para descrever indivíduos, grupos e movimentos sociais (Strauss; Corbin, 1990). O delineamento da pesquisa foi estudo de caso, uma vez que não é possível ter acesso a todas as pessoas que se encontram nessa situação.

O estudo de caso se constitui em uma modalidade de pesquisa que aborda de maneira aprofundada e exaustiva um ou poucos casos, de modo a permitir seu extenso e detalhado estudo (Gil, 2017). Esse tipo de estudo, de acordo com Yin (2013 *apud* Gil, 2017) “é reconhecido como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo em seu contexto real, em que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (p.34).

Os dados analisados a seguir foram coletados por meio de entrevista semiestruturada realizada com uma idosa de 84 anos, que foi convidada a compartilhar sua história de vida com o objetivo inicial de coletar dados para compor um relatório a ser apresentado para finalização

de uma disciplina dentro do curso de graduação em Psicologia. O foco da entrevista foi a busca da compreensão do que é o sentido da vida e o significado da felicidade para uma mulher idosa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta a síntese dos dados que foram coletados na entrevista:

Categoria	Subcategoria	Conteúdo
Infância 1 aos 12anos	Luto Rompimento de vínculos Perdas Sofrimento	Meu pai teve uma doença de tuberculose onde ele passou para minha mãe ...e acabou falecendo por lá...Como a minha mãe também estava doente com a doença da tuberculose ...logo depois minha mãe veio a falecer também... E minha avó levou as crianças embora para morar com ela.... Eu morei com a minha avó até ela vir falecer... fui morar com uma tia... eles acharam melhor passar minha guarda para uma senhora...
Adolescência 12 aos 17 anos	Adoção Estudo Brincadeiras	Essa senhora se chamava Maria Piedade, ela que cuidou de mim, me levou para escola e cuidava de mim como se fosse sua filha... eu estudei até a quarta série, até tirar o diploma...eu brincava com as meninas do colégio Maria Auxiliadora, brincávamos de pega-pega esconde-esconde roda-roda, balanço...
Vida adulta 18 aos 70	Namoro Noivado Casamento Construção da família Trabalho	Quando eu tinha de 18 para 19 anos eu fui com a Dona Maria Piedade na padaria e encontrei o José Moreira... ele me pediu em namoro... mas aí ela falou que não queria namoro para muito tempo... Aí eu comecei a namorar em setembro... noivei em novembro... e maio eu já me casei...tive 11 filhos... para ajudar na renda com meu marido eu fazia salgado...
Velhice	Luto Sentimento de inutilidade Doenças	Agora já [estou] viúva há 10 anos. Meus filhos não deixa eu fazer nada... eles se preocupam comigo me trata como se fosse uma criança... vou para fisioterapia...

Durante a entrevista foi perceptível o prazer demonstrado pela participante em ter formado uma família grande, permitindo muitos laços afetivos. A entrevistada vem de uma

ausência de laços biológicos familiares, foi adotada muito cedo após a morte de seu pai e de sua mãe, e mesmo antes da adoção não teve proximidade com os pais porque eles tinham uma doença contagiosa que impedia o contato próximo. Apesar da ausência de vínculos tão importantes, ela conseguiu se desenvolver, construindo uma família numerosa que, de certo modo, foi uma maneira de suprir suas necessidades afetivas.

Pode-se perceber como o tempo e a maturidade podem afetar o modo como ela enfrentou suas dificuldades. Freire (2001), aponta para a estabilidade diante de mudanças que o idoso enfrenta ao longo de sua trajetória de vida. Apesar das evidências sugerirem que a personalidade se mantém estável durante a vida, as estratégias de enfrentamento podem mudar e acompanhar as necessidades que surgem.

A entrevistada, mãe de 11 filhos, mostra-se muito cuidadosa e carinhosa com eles. Acorda às 4h00 da manhã para poder passar a roupa de seu filho. Ela transformou toda a ausência de família que vivenciou em presença. Apesar de ter se casado muito jovem, desenvolveu habilidades que contribuíram para que se tornasse uma dona de casa e mãe exemplar.

Quando relata sobre os acontecimentos de sua infância, apresenta as lembranças das perdas, mas também das amizades e das atividades lúdicas compartilhada com as amiguinhas.

Já no início da idade adulta, relembra como conheceu seu marido, numa padaria que costumava frequentar, onde ele trabalhava. Iniciam um romance que amadurece e juntos constroem uma família.

Ainda muito jovem assume a responsabilidade do casamento e da maternidade, e vivencia intensamente essa experiência durante muitos anos. Hoje, viúva, mas ainda dona de casa e mãe, relata sua vida tranquila durante o dia e diz que seus filhos insistem para que ela descanse, porém relata sentir-se útil e valorizada trabalhando e realizando as atividades domésticas.

Os relatos da entrevistada sobre suas experiências de sua vida podem ser associados às categorias de valores de Frankl (2013), que, para encontrar o sentido da vida sugere três categorias de valores: o valor criativo, que produz algo significativo; o valor vivencial, que são as experiências de trocas afetivas ou de interação com o mundo; e o valor atitudinal, aquele que transforma as dores e as tragédias pessoais em crescimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A entrevista sobre a história de vida da idosa possibilitou maior conhecimento sobre o tema proposto, visto que os relatos confirmaram, sob muitos aspectos, a base teórica.

Os resultados levaram a uma perspectiva diferente sobre a fase do envelhecimento e a uma proximidade com a história de vida real da entrevistada, confirmando a hipótese de que há associação entre o sentido da vida e o real significado da felicidade para os idosos.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf Acesso em: 22 abr. 2022.
- FERRAZ, Renata Barboza; TAVARES, Hermano; ZILBERMAN, Monica L. Felicidade: uma revisão. **Archives of Clinical Psychiatry**, São Paulo, v. 34, p. 234-242, 2007.
- FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. São Leopoldo: Sinodal, 2013.
- FREIRE, Sueli Aparecida. **Bem-estar subjetivo e metas de vida: um estudo transversal com homens e mulheres pertencentes a três faixas de idade**. 2001. 161f. Tese (doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Eletrônico Houaiss**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- LUZ, Márcia Maria Carvalho; AMATUZZI, Mauro Martins. Vivências de felicidade de pessoas idosas. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 25, p. 303-307, 2008.
- NERI, Anita L. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 1, p. 17-34, jun. 2006.
- PEREIRA, Raquel de Brito *et al.* Fatores associados à vulnerabilidade de idosos ao HIV/AIDS: revisão integrativa. **Espaço para a Saúde** (online), v. 23, p. 1-10, abr.2022.
- SELIGMAN, Martin EP. **Flourish: a visionary new understanding of happiness and well-being**. Simon and Schuster, 2011

STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research**. SAGEpublications. Disponível em: <https://us.sagepub.com/en-us/nam/basics-of-qualitative-research/book235578> Acesso em: 20 abr. 2022.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman 2013.

O SENTIDO DA VIDA: UMA PERSPECTIVA DE MULHERES IDOSAS QUE TRABALHARAM NO LAR E FORA DELE

Caroline Cerodio DosSantos Cardoso

Claudia Regina de Freitas

Ghabriel Henrique DuarteSilva

Larissa Vitória OliveiraFigueiredo

Pamela Caroline BatistaGomes

Samara Felix de Lima

Yasmin Araújo de Sales

INTRODUÇÃO

A busca pelo sentido da vida é uma questão filosófica que tem intrigado a humanidade há séculos. No contexto do envelhecimento, esse questionamento adquire ainda mais relevância, uma vez que os indivíduos, ao chegarem à terceira idade, são confrontados com reflexões sobre suas trajetórias, propósitos e conquistas. Neste capítulo, temos como objetivo investigar o sentido da vida na velhice, sob a perspectiva de duas idosas com histórias de vida distintas.

A relevância do tema reside na necessidade de compreender e valorizar a experiência dos idosos, considerando que o aumento da expectativa de vida tem implicações significativas na sociedade atual. É fundamental explorar os desafios e as necessidades dessa população, a fim de promover um envelhecimento saudável e com qualidade de vida. Além disso, ao examinarmos as vivências das duas idosas, uma que se dedicou ao papel de dona de casa e outra que teve uma carreira profissional ativa, podemos obter lições valiosas sobre as intersecções entre trabalho, gênero e sentido da vida na velhice.

Este trabalho tem como objetivo explorar o sentido da vida a partir da perspectiva de mulheres idosas que passaram a vida trabalhando no lar e fora dele. Serão analisadas as experiências dessas mulheres em relação ao sentido da vida, considerando tanto os aspectos individuais como os fatores sociais e culturais que influenciam essa percepção.

Na primeira seção, abordaremos uma breve contextualização teórica sobre o sentido da vida, destacando a importância de ter um propósito pessoal, uma percepção de identidade e satisfação com a vida.

Na segunda seção, exploraremos o machismo estrutural e a questão de gênero como fatores que podem influenciar o sentido da vida das mulheres. O machismo, caracterizado pela recusa à igualdade de direitos e deveres entre os gêneros, afeta significativamente a busca por sentido para a vida e a valorização das mulheres. Abordaremos a influência do machismo na sociedade, os estereótipos de masculinidade e feminilidade e a persistência da desigualdade de gênero nos dias atuais.

Na terceira seção, discutiremos a relação das mulheres com o trabalho remunerado e não remunerado. Destaca-se a mudança dos valores tradicionais, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho, a ausência de isonomia salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função, a maior presença de mulheres em atividades com baixa remuneração e a dupla ou tripla jornada de trabalho. Também será abordada a desvalorização do trabalho feminino assalariado e a importância do reconhecimento e da valorização do trabalho realizado no lar.

Nas próximas seções, serão apresentadas uma revisão da literatura sobre o sentido da vida e a questão de gênero, seguida pela análise da relação entre a mulher, o trabalho remunerado e não remunerado e o sentido da vida. Por fim, serão discutidos os resultados da pesquisa de campo, com base nas experiências e percepções das mulheres idosas, relacionando-os com as teorias apresentadas.

REVISÃO DA LITERATURA

O sentido da vida

O sentido da vida é um tema muito pesquisado e questionado na psicologia e na sociedade, de um modo geral. O ser humano busca um sentido para sua existência particular desde os tempos antigos e, segundo Frankl (1946), o sentido da vida é uma vivência particular do indivíduo a partir da singularidade de cada experiência humana. Pode-se afirmar que o sentido da vida está associado a um propósito pessoal, a uma percepção de identidade pessoal e social, além da satisfação com a vida, mesmo diante de situações difíceis (Reker, 1997).

Deve-se lembrar que a percepção pessoal de sentido para a vida, ao longo dos anos, está associada ao grau de consciência de realidade que cada um experimenta conforme o tempo passa, estando sujeita a variáveis como gênero, idade, nível educacional, papel social desempenhado em um dado momento, profissão, religiosidade e espiritualidade, história de vida, fatores de personalidade e apoio social (Sommerhalder, 2010).

Levando esses fatos em consideração, afirma Frankl (1946, *apud* Vieira; Dias, 2021, p. 2), que:

O sentido da vida pode ser encontrado de diversas maneiras, especialmente por meio de três experiências concretas: (1) valores de criação: encontrar um trabalho ou atividade que exerça um papel significativo para o mundo; (2) valores de experiência: experimentar algo que possibilite a autotranscendência (exemplo: bondade, compaixão, amor etc.); ou (3) valores de atitude: escolher as atitudes diante do sofrimento inevitável e, se necessário, modificar aspectos pessoais para enfrentar o momento

Logo, o conceito de sentido da vida para cada ser humano pode variar ao longo da existência e de acordo com sua singularidade. Conectando-se a diferentes objetos, metas ou experiências em diferentes momentos da vida, é visto como um elemento central na constituição da saúde física e mental.

Estudos com populações idosas mostram a relevância do sentido da vida como fator protetor para depressão (Reker, 1997). O sentido da vida para os idosos, principalmente para os já aposentados, pode ser diferente do sentido que a vida teria em outras fases de sua existência. Com o envelhecimento, prioridades, objetivos e valores podem mudar, e os idosos podem buscar significado e propósito em novas atividades e experiências.

Para muitas pessoas, o sentido da vida pode ser encontrado na conexão com a família, os amigos e a comunidade. Pessoas idosas podem querer passar mais tempo com seus entes queridos, compartilhar suas histórias e experiências de vida e contribuir, de alguma maneira, para a vida desses grupos.

Independentemente das atividades escolhidas nessa fase – o envelhecimento-, o sentido da vida para os idosos pode ser encontrado na percepção de que suas vidas têm propósito e significado. Eles querem se sentir úteis e valorizados e encontrar maneiras de contribuir com a sociedade em geral. O sentido da vida pode ser encontrado em pequenos momentos do cotidiano, bem como em grandes realizações pessoais, e pode mudar ao longo do tempo, à medida que os idosos se veem diante de novos desafios ou de novas oportunidades que favoreçam o desenvolvimento pessoal e o aprendizado contínuo. Podem querer explorar seus interesses pessoais, aprender novas habilidades ou descobrir novas formas de expressão criativa.

O machismo estrutural e a questão de gênero

O machismo socialmente arraigado pode afetar significativamente o sentido da vida para mulheres de todas as idades. De acordo com Arciniega *et al.* (2008, *apud* Maia, 2017),

trata-se de um comportamento expresso por opiniões e atitudes de um indivíduo que se recusa a aceitar a igualdade de direitos e deveres entre os gêneros masculino e feminino, seguindo uma linha e um padrão que busca o enaltecimento e a superioridade da figura masculina.

Segundo Drumont (1980), o machismo pode, também, ser definido como um sistema de representações simbólicas, que oferece um modelo de identidade e estereótipos tanto para a figura feminina quanto para a masculina. Os estereótipos atribuídos à masculinidade e à feminilidade não são recentes. De acordo com Hirigoyen(2006 *apud* Maia, 2017), teve origem na Revolução Industrial do século XVIII, quando a masculinidade foi associada à força, coragem e vontade de agir, enquanto a feminilidade significava doçura, paciência e instinto materno.

Levando em consideração o contexto histórico de um país tradicionalmente patriarcal como o Brasil, onde o machismo estrutural tem como um dos pilares de sustentação o estereótipo do que é feminino e do que é masculino, dentro de parâmetros tradicionalistas e conservadores, as mulheres devem seguir um estilo de vida definido como o ideal para a figura feminina.

Apesar disso, Scott e Freitas, em seu Dossiê Gênero e Números (2020, p. 1) relatam que:

Desde a década de 1990, os estudos sobre as mulheres e as relações de gênero têm revelado situações em que elas aparecem como sujeitos ativos, contrariando as imagens e as representações, teimosamente atreladas a elas, como a passividade, a ociosidade, o confinamento ao lar, sobretudo vinculadas ao nosso passado.

Estudos vêm sendo realizados acerca do tema do machismo estrutural e da desigualdade de gênero. Dados do IBGE (2019) revelam que, ainda nos dias de hoje, a desigualdade de gênero ainda é presente na sociedade, sendo as mulheres pretas e jovens as mais (Sis, 2019 *apud* Scott; Freitas, 2020).

De acordo com estudo demográfico realizado por Cavenaghi e Alves (2018), nos últimos 15 anos o número de famílias chefiadas por mulheres mais que dobrou, tendo um crescimento de 105% entre 2001 e 2015. Apesar desse avanço, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) divulgados em 2019 apontam que 60% da mão de obra geral do mercado de trabalho ainda é masculina, em comparação com 40% de mão de obra feminina.

A mulher e o trabalho remunerado e não remunerado

O abandono de valores tradicionais, como o casamento representando caminho mais adequado à mulher, em consonância com a complexidade da vida contemporânea instaurada pelo advento do capitalismo, contribuiu em grande escala para que, na década de 1980, houvesse uma significativa ampliação da participação do contingente feminino no mercado de trabalho, embora as mulheres buscassem trabalhos considerados mais “femininos”, por serem considerados os mais “adequados”.

De acordo com Blay (1975), as aspirações profissionais femininas são direcionadas de acordo com a demanda do mercado de trabalho, cuja dominação é masculina, levando muitas delas a não investir na carreira por acreditar que o trabalho extradomiciliar é uma atividade passageira.

O lugar que o cidadão ocupa na cadeia produtiva influencia diretamente sua percepção sobre si e a maneira como se posiciona no mundo. “As relações de trabalho determinam seu comportamento, suas expectativas, seus projetos para o futuro, sua linguagem, seu afeto” (Codo, 1994 *apud* Costa, 2018, p. 440).

Segundo Oliveira (1991), o trabalho é mercadoria que produz valor. A premissa básica para essa condição é que o trabalhador seja livre para vender sua força de trabalho a quem quiser. “Livre aqui significa destituído de todo meio de produção, condição indispensável para que o trabalhador, a fim de sobreviver, venda sua força de trabalho ao capitalista” (Oliveira, 1991 *apud* Costa, 2018, p.439).

As mulheres desempenham um papel relevante no crescimento da população economicamente ativa. Elas ainda exercem atividades de baixa remuneração, têm rendimentos inferiores aos homens e estão mais presentes nos trabalhos informais.

A hierarquia de gênero expressa por uma divisão sociossexual do trabalho favorece a desqualificação do trabalho feminino assalariado “no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo” (Nogueira, 2010 *apud* Costa, 2018, p. 435).

Segundo Nogueira (2010), as mulheres são responsáveis pelas atividades domésticas, como a limpeza, o cuidado com as roupas e a elaboração de alimentos, tarefas que, acumuladas ao trabalho assalariado e aos estudos, caracterizam a dupla/tripla jornada de trabalho.

No decorrer dos anos, foram inúmeros os desafios e esforços para romper crenças e barreiras de uma cultura que defendia que a mulher deveria se dedicar exclusivamente às

atividades domésticas, cuidar do marido e dos filhos ou empreender atividades de cunho artesanal.

Em estudo realizado por Debert (1999 *apud* Prehn; Mattos, 2002) verificou-se que a maioria das mulheres idosas não tiveram uma vida profissional ativa e que vivenciaram um período de forte repressão sexual, levando-as a apresentar, na velhice, relatos de sofrimento e de solidão, revelando a percepção de perdas e a crença de que seria possível recuperá-las se voltassem a ser jovens. Apesar disso, salienta a autora, elas não se sentem tão vítimas como a maioria das teorias afirma, já que, em relação às suas mães e avós, consideram-se privilegiadas.

Na experiência atual da velhice, as mulheres estão mais liberadas das obrigações a que se submeteram quando jovens. São livres para a realização de atividades prazerosas, já que o contexto cultural está cada vez mais receptivo com as mulheres mais velhas.

Por sua vez, as diferenças etárias estão cada vez menos distintas: pode-se encontrar mães e avós na mesma faixa etária, já que o ingresso maciço das mulheres no mercado de trabalho e os progressos da medicina permitem adiar a maternidade, podendo a primeira gravidez ocorrer tanto aos dezesseis como aos quarenta e cinco anos. A história vem favorecendo uma sociedade em que a idade cronológica se torna irrelevante, e o estilo de vida marca a diferença. As fronteiras entre gerações começam a se construir de outro modo e as idosas estariam participando dessa transformação.

Conforme Barros (1998 *apud* Ferreira, 2010), a velhice, para a mulher, implica mudanças muito maiores e mais abruptas, quando comparada ao mesmo período para os homens. Nessa fase a mulher se encontra no último estágio de um contínuo geralmente associado à esfera doméstica, não só porque a grande maioria não teve uma vida profissional ativa, como também porque esse é o mundo ao qual a mulher está ideologicamente vinculada (Barros, 1998, p. 114). A mulher é a principal responsável pelo trabalho doméstico, até que seus filhos cresçam ou que ela chegue à viuvez. Esses acontecimentos permitem que possam tomar decisões e realizar transformações em suas vidas, seguir como se encontram ou começar uma nova vida voltada para si, quando não tiveram oportunidade ou tempo para fazê-lo antes.

MÉTODOS

Este estudo foi desenvolvido como complemento à disciplina “Desenvolvimento humano – adultos e idosos” da grade curricular do curso de Psicologia de uma faculdade no interior do Estado de São Paulo. Adotou-se a abordagem qualitativa, cujos dados são obtidos

principalmente em entrevistas e observações e podem ser usados para descrever indivíduos, grupos e movimentos sociais (Strauss; Corbin, 1990). O delineamento da pesquisa foi de um estudo de caso, uma vez que não é possível ter acesso a todas as pessoas que se encontram nesta mesma situação.

O estudo de caso embasa-se no conhecimento profundo e exaustivo de um ou poucos casos, de modo extenso e detalhado (Gil, 2017). Esse tipo de estudo, de acordo com Yin (2013 *apud* Gil, 2017) “é reconhecido como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos” (p.34).

A coleta dos dados se deu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com duas mulheres selecionadas por conveniência e acessibilidade e que atendiam aos critérios de serem idosas (idade maior do que 60 anos) e com boa capacidade comunicativa. As entrevistas foram realizadas mediante consentimento, em suas residências.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para este estudo foram realizadas entrevistas semiestruturadas com duas mulheres idosas viúvas. Uma delas tem 83 anos e foi dona de casa desde que se casou, aos 24 anos (a); a outra tem 74 anos e trabalhou durante toda sua vida como médica psiquiatra (b).

A seguir serão apresentados fragmentos das entrevistas categorizadas, seguidos pela discussão.

Categoria	Subcategoria	Conteúdo
1. Recordação	1. Infância	<p>a. Morava na Ilha da Madeira – Portugal, vivia pescando, porque vim com quase 12 anos de lá, então já era grandinha, né? Então, eu aprontava lá.</p> <p>b. A minha infância aconteceu numa cidade, em duas cidades pequenas. A primeira delas, Passa Quatro. E a partir dos cinco anos, se não me engano, numa outra cidade pequena também. Próximo daqui, no Estado de São Paulo, que é Piquete.</p>
	2. Relacionamento amoroso	<p>a. E eu morava em São Paulo né? Então era difícil a gente se encontrar. A gente ficou se conhecendo durante quatro anos. Depois é que casei e vim pra cá.</p> <p>b. Ahh, eu, eu conheci o meu primeiro marido na, na faculdade, na verdade até no cursinho. Nós nos casamos logo no primeiro ano de formados... fui conhecer o meu segundo marido muito, muito, muito, muito mais tarde, né? Eu fui conhecê-lo com cinquenta e seis anos, uma coisa assim. O segundo marido foi realmente o amor da minha vida, né?</p>
2. Marcos da Vida	1. Vida Religiosa	<p>a. Então, o padre tinha uma asa de anjo, tudo que era procissão, tudo era eu, tudo era eu.</p> <p>b. O que realmente tá ali dentro de mim são os valores da minha alma. E os da minha alma são todos espirituais, né.</p>
	2. Trabalho	<p>a. E foi quando ele arrumou na Anderson Cleiton, daí eu cresci. Aí eu cresci, mas não fiquei muito tempo não, porque eu conheci o Osmar.</p> <p>b. Até hoje eu não imagino uma outra coisa que eu gostasse mais de fazer do que o que eu faço, por sorte né? Mas a psiquiatria ficou uma escolha quase que automática.</p>
3. Sentido da vida	1. Família	<p>a. Família. Família reunida, família linda. Pra mim, isso que é o sentido da vida.</p> <p>b. Eu vivi com os meus três filhos a vida toda e fui conhecer o meu segundo marido muito, muito, muito mais tarde, né?</p>

	<p>2. Solidão</p>	<p>a. Ai depois os filhos foram crescendo, vão estudar pra cá, pra lá. Aí eu peguei os netos. Falei, não, sozinha eu não vou ficar de jeito nenhum. Sempre gostei da casa cheia.</p> <p>b. O que fez com que os meus pais, pais tivessem o cuidado de me, de me, de, de terem sempre crianças em casa. Que era pra diminuir, imagino (...) e eles quisessem diminuir a sensação de solidão de um filho único ou porque eu sempre tive amigos à volta, ou porque talvez eu não fosse mesmo sentir solitária, mas eu não me lembro em nenhum momento da minha vida de ter tristeza por ser filha única.</p>
	<p>3. Servir</p>	<p>a. O meu marido só comprava meia, o resto tudo eu fazia. Fazia cueca, samba canção né, que a gente chamava. Cueca, calça. Tudo na mão. Uma maquininha que eu tinha de pé. Não tinha os motorzinhos, era pedal.</p> <p>b. Uma é aprender a amar, e amar intensamente sem, sem medo, o máximo que possa e encontrar uma forma de encontrar formas de servir. Servir, servir o, o outro, servir a, a alguém superior e eu não estou falando de religião não, eu estou falando de espiritualidade mesmo, né?</p>
	<p>4. Amor</p>	<p>a. A entrevistada não compartilhou relatos específicos sobre esse item.</p> <p>b. Eu fui conhecê-lo com cinquenta e seis anos, uma coisa assim. O segundo marido, foi realmente o amor da minha vida, né? Quer dizer, eu não podia ter, né, não podia ter encerrado essa vida sem ter conhecido o meu segundo marido, né?</p>

Apresenta-se a seguir uma discussão acerca das diferenças e similaridades entre as duas entrevistadas e a compreensão de cada uma delas sobre o sentido da vida. Como mostram os relatos, as entrevistadas contam suas vivências desde a infância. Uma teve a experiência de nascer em outro país, em outra cultura, e veio para o Brasil já com 12 anos. Cresceu em uma grande cidade, São Paulo, enquanto a outra passou a sua infância em cidades pequenas do interior. Frankl (1946) explica que o sentido da vida é uma vivência particular e singular de cada ser humano. Rekker (1997) afirma que o sentido da vida está ligado a um propósito

pessoal da existência; a discernir entre a identidade pessoal e social e conseguir sentir-se bem com a vida, mesmo diante de problemas.

Para Rekker (1997), muitos encontram o sentido da vida na conexão com familiares, amigos e comunidade. Quando já idosos querem estar perto dos seus, para compartilhar histórias e experiências. Assim, pode-se observar que uma das entrevistadas consegue encontrar o sentido da sua vida na família. Viveu e ainda vive para ela. Quando os filhos cresceram, ela cuidava dos netos, fazendo com que sua casa sempre estivesse cheia de familiares.

Outra forma de encontrar o sentido da vida é a pessoa sentir-se útil e valorizada. Ambas as entrevistadas mostraram que ter sido e sentir-se útil é algo importante em suas vidas. A entrevistada A demonstrou ser útil em seus cuidados com o marido, a casa, os filhos e depois com os netos, sempre trabalhando em prol da família, fazendo suas roupas, cuidando dos netos. A entrevistada B sempre se sentiu útil. Pode-se dizer que a escolha de sua profissão e seu trabalho contínuo de ajudar o outro a lidar com questões de saúde mental está relacionado ao sentido que ela atribui à sua vida: *“Servir, servir o, o outro, servir a, a alguém superior e eu não estou falando de religião não, eu estou falando de espiritualidade mesmo, né?”*

A literatura indica que os idosos encontram grande sentido para a vida quando se sentem úteis, procurando maneiras para contribuir com a sociedade em geral. Rekker (1997) comenta que, ao compartilhar suas vivências e experiências, o idoso sente que está contribuindo, de alguma maneira, com a família e a sociedade.

No passado, o machismo estrutural esteve mais presente na vida das mulheres, podendo ou não influenciar suas decisões e escolhas. No caso das entrevistadas, uma trabalhava e tinha possibilidade de crescer na empresa; porém, ao se casar renunciou à carreira profissional para se dedicar ao lar. Por nascer em uma família culturalmente diferente, percebe-se que o machismo não interferiu nas escolhas da outra entrevistada; seus pais chegaram a se mudar de cidade para possibilitar e facilitar sua formação em medicina, e ela não abdicou de sua vida profissional quando se casou e teve filhos.

Em ambos os casos, nota-se que o sentido da vida não se afastou completamente daquilo que era percebido na juventude; o que houve foi o estabelecimento de novos objetivos. Por exemplo, quando os filhos da entrevistada A saíram de casa, ela voltou sua atenção para os netos e mantém sempre por perto aqueles a quem ama, por temer a solidão. A entrevistada B nunca se assustou com a solidão e, de maneira poética, encontrava nela um de seus maiores prazeres, uma grande fonte de satisfação: a leitura e o aprendizado. Porém, a vida obteve novo

sentido quando, aos cinquenta e seis anos, conheceu o grande amor de sua vida, segundo ela, aquele não poderia ter encerrado a vida sem conhecer.

Quanto à espiritualidade, apenas uma delas entende que é algo de extrema relevância para o sentido da vida. A vida espiritual se reflete nos valores de uma pessoa, ou seja, a importância do sentido da vida está ligada aos valores de autotranscendência.

Segundo a abordagem da psicologia clínica de Frankl, há três caminhos para se chegar ao sentido da vida. “O primeiro consiste em criar um trabalho ou fazer uma ação. O segundo está em experimentar algo ou encontrar alguém; o terceiro caminho aponta que “(...) mesmo uma vítima desamparada, numa situação sem esperança, enfrentando um destino que não pode mudar, pode erguer-se acima de si mesma, crescer para além de si mesma e, assim mudar-se a si mesma.” (Frankl, 2021, p. 168). Ou seja, mesmo em meio a uma tragédia pessoal, consegue transformá-la em triunfo.

Analisando as entrevistas das duas idosas, foi possível perceber os pontos ressaltados por Frankl (2021). Ambas trabalharam dentro ou fora de casa, sendo que com o trabalho se sentiram úteis; ambas amaram e enfrentaram dificuldades e, de certa forma, triunfaram, sempre em busca de um sentido para a vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se trata de idosos, podemos frisar que a maturidade e a vivência lhes proporcionam uma leitura bem clara sobre a própria história com uma perspectiva, na maioria das vezes, um tanto melancólica.

No caso das mulheres, o machismo arraigado em nossa cultura também pode exercer influência, tornando mais difícil alcançar alguns objetivos. No entanto, o machismo estrutural não impediu algumas mulheres de atingir sua realização profissional.

Após as pesquisas realizadas, tanto na literatura quanto pelas entrevistas sobre o sentido da vida, pode-se concluir que a atribuição de sentido à vida envolve grandemente a individualidade. Cada pessoa sente que possui um propósito diferente e, muitas vezes a cultura de origem e a criação pelos pais interfere muito na maneira de encarar a própria narrativa ao longo da vida.

As entrevistas deixaram bem claras as diferenças na concepção do sentido da vida e, levando em consideração a proximidade de idade entre as entrevistadas, percebe-se que, apesar da influência de diversos fatores sobre a percepção do sentido da vida para as mulheres idosas,

a posição individual e as escolhas ao longo de suas vidas permitiram a criação de suas próprias histórias e o cumprimento de seus propósitos como elas gostariam.

Sendo assim, apesar das expectativas culturais e sociais, no final da vida seremos só nós com as escolhas que fizemos ao longo do tempo; portanto, o sentido da vida consiste nas escolhas e nas ações de cada indivíduo.

REFERÊNCIAS

- BARROS, M. M. L. de. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. In: BARROS, M. M. L. de. (org.). **Velhice ou Terceira Idade?** Estudos antropológicos sobre identidade memória e política. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- FERREIRA, Vanessa Nolasco. **O envelhecimento feminino na Sociedade do Espetáculo**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2517> Acesso em: 22 abr. 2022.
- FRANKL, Viktor E. **Em busca de sentido**. 53. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2021.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- MAIA, L.; CASCAES, N. A cultura do machismo e sua influência na manutenção dos relacionamentos abusivos. **Anima**, 2017. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/10409> Acesso em: 22 abr. 2022.
- PREHN, D.; MATTOS, F. B. O Que Eu Fui, O Que Eu Sou... Trabalho e Remuneração na Vida Atual da Mulher Idosa. **Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento**, [S. l.], v. 4, 2002. DOI: 10.22456/2316-2171.4718. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/4718>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- SCOTT, A. S. V.; FREITAS, D. T. L. Gênero e números: estudos sobre as mulheres em diferentes tempos e espaços. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 4–9, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10899>. Acesso em: 25 jul. 2022.
- SOMMERHALDER, C. Sentido de vida na fase adulta e velhice. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 2, 2010.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. **Basics of qualitative research**. SAGE, 1990.
- VIEIRA, G. P.; DIAS, A. C. G. Sentido de vida: compreendendo este desafiador campo de estudo. **Psicologia USP**, v. 32, 2021.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos**. São Paulo: Bookman 2013.

OS EFEITOS DO DIVÓRCIO PARENTAL NA VISÃO DOS FILHOS ADOLESCENTES E ADULTOS

Andreza Maria Neves Manfredini

Rosiane Ferreira Basso

INTRODUÇÃO

O divórcio repercute nas relações sociais, tanto na relação do casal e da família como um todo, efeitos estes sociais e psicológicos. Além dos impactos sentimentais e emocionais para criança e para o adolescente que são obrigados a lidar cedo com a separação dos pais, também é preciso lidar com as mudanças físicas, como declínio econômico, mudanças de residência, mudança de bairro, escola e afastamento dos amigos (Ramires, 2004).

De acordo com Santos (2013, p.133), “a separação conjugal implica numa reorganização das atividades do casal, e todos os envolvidos, principalmente os filhos, devem ser levados em conta nesse momento.” Vale ressaltar que não é o divórcio em si que causa danos e sim como lidam com ele. O divórcio pode ser mais bem aceito pelos filhos, quando se é conduzido de maneira amigável, facilitando assim, a adaptação melhor das perdas que surgirão no decorrer de suas vidas (Santos, 2013).

Neste capítulo será abordado um recorte da pesquisa de Basso (2021), que teve como temática a visão dos filhos sobre o divórcio dos pais. Escolhemos um dos objetivos da pesquisa para melhor discutir neste capítulo que se refere a entender a visão de filhos de pais divorciados e como estes avaliam essas mudanças, bem como identificar quais os sentimentos relacionadas ao divórcio.

No que diz respeito à relevância social, este estudo proporciona reflexões e questionamentos acerca dos efeitos do divórcio parental para os filhos, de acordo com a visão deles. No âmbito da psicologia, este estudo oferece uma análise sobre como o fenômeno do divórcio do casal afeta os filhos na qual pode ajudar profissionais psicoterapeutas bem como profissionais que trabalham em outros contextos com famílias a melhor entender os filhos no processo de divórcio.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre as mudanças nas relações familiares, escolares e com os amigos em decorrência do divórcio e os

sentimentos que surgiram no decorrer e após o divórcio, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa qualitativa e os resultados alcançados e discutidos a luz da teoria.

REVISÃO DE LITERATURA

Divórcio na família

De acordo com Carter et al. (1995), o divórcio afeta em todos os níveis geracionais a família nuclear e ampliada. Após o divórcio há uma mudança em todos os outros estágios e a família segue em frente em uma nova forma. Segundo Cervený (2006), quando a família possui filhos, esse processo do divórcio torna-se ainda mais conflituoso.

Os relacionamentos conjugais geralmente são compostos por duas pessoas que se conhecem bem, conhecem o que magoa e machuca, e de repente querem cortar os laços. O processo de divórcio é composto geralmente pela iniciativa de um dos conjugues que já vem vivenciando o luto há algum tempo e de outro conjugue que não percebe ou não quis perceber e precisa vivenciar a perda mais rapidamente, com isso, pode gerar reações como depressão profunda, ódio destruidor, entre outras reações advindas deste processo (Cervený, 2006).

Algumas questões como os contextos socioculturais também modificam a forma da família vivenciar o divórcio, por exemplo, religiosidade, alguns grupos religiosos aceitam o divórcio e outros não. Segundo Carter *et al.* (1995, p.291), “as ramificações da percepção do divórcio em uma cultura especificam influenciam imensamente o processo de adaptação das famílias”.

Segundo Cervený (2006, p. 84) existem vários tipos de separações “amigáveis, litigiosas, abandonos temporários ou definitivos e mesmo dentro desses tipos, existem diferentes nuances”, cada família considera o que é amigável de uma maneira diferente, pois, as relações construídas são diferentes. A mesma autora define que alguns autores não acreditam em termos amigáveis, pois, toda separação traz uma consequência desagradável, e que em um cenário conflituoso, com questões de guarda, herança, aspectos financeiros, é bem difícil dar uma proteção emocional aos filhos. Brito (2007) destaca que o fato dos filhos não serem expostos mais aos conflitos familiares e as famílias optarem pelo divórcio irá acarretar em experiências distintas dependendo da família e os desdobramentos não devem ser analisados de forma unificada. De acordo com Giddens (1999), citado por Brito (2007, p.34), “os efeitos do divórcio na vida dos filhos serão sempre de difícil avaliação, porque não sabemos o que teria acontecido se os pais estivessem juntos”.

O divórcio traz consigo mudanças na dinâmica familiar, ou seja, a forma como que cada membro da família se relaciona e será preciso fazer uma configuração no papel de cada membro na família e fazer uma organização hierárquica dos indivíduos pertencentes a mesma. Os filhos deverão se adaptar as mudanças decorrentes do divórcio e nesta globalidade que é a família, toda mudança, modifica toda a dinâmica familiar.

Efeitos do divórcio nos filhos nas fases do ciclo vital da família

Os efeitos e as reações dos filhos a partir do divórcio dos pais variam, de acordo com Carter et al. (1995, p. 298) “com a idade, temperamento, sexo, posição na família, experiências passadas, sistemas de apoio e competência cognitiva e social”. A mesma autora define que os filhos querem e precisam de um relacionamento qualitativo com ambos os pais e que quando há uma paternidade compartilhada presente, um relacionamento de apoio, cooperatividade, todos os membros se beneficiam.

Alguns filhos percebem o divórcio dos pais de uma maneira antecipada, conseguindo lidar melhor com os sentimentos advindos desta separação, já outros filhos não querem e não podem ter acesso ao conflito conjugal dos pais e os efeitos nos filhos podem ser tristeza, raiva ou de abandono e variam de acordo com a maneira que foi vivida outras situações de separações na família, amigos e até nas suas fantasias (Cervený, 2006).

O contexto em que vivemos no século XXI, a mídia a todo o momento mostra e vende o conceito de família feliz, famosa família “margarida” ou “panetone”. Com isso, há uma idealização de casais e filhos, do que é uma família. Os pais que não conseguem proporcionar aos filhos uma família feliz como aquela que é sempre propagada como o ideal, podem se sentir fracassados ou com uma sensação de incompletude, levando a buscar esta falta nos filhos, os sobrecarregando com uma carga emocional muito alta e estes filhos são chamados de reféns, pois, ficam como companheiros destes pais que divorciaram, recaindo sempre aos filhos que está mais “disponível” a função. Os filhos reféns sofrem e são prejudicados emocionalmente, já os filhos não reféns tende a se adaptar mais rapidamente a este processo de divórcio dos pais (Cervený, 2006).

Para uma melhor compreensão dos filhos, segundo Carter *et al.* (1995), os pais precisam apresentar aos filhos o fato do divórcio, dando espaço para que estes filhos possam processar a ideia, dando chances para que eles possam pensar e falar as suas reações e oferecer ajuda para compreender as consequências, como por exemplo, o impacto e a continuidade dos relacionamentos com os pais, parentes e amigos. Conforme o passar do tempo, as chances dos

filhos encobrirem e carregarem sentimentos como perda, raiva e a culpa para os pais é aumentada.

De acordo com Cervený (2006, p.86), quando há o divórcio em um relacionamento sem filhos, ou seja, na fase de aquisição, “existe o luto, sensação de fracasso, a perda do sonho, a divisão do que foi construído e em alguns casos até alívio, mas sempre com menos conflito do que aqueles que se separam na fase de aquisição já tendo filhos”.

Na fase da adolescência, de acordo com Carter *et al.* (1995, p. 308), “é o momento em que os filhos estão iniciando seu processo de sair de casa, formando uma identidade separada de seus pais [...] os pais não são mais autoridade completa; mas os filhos ainda precisam da estabilidade que eles representam. ” Nesta fase, a adolescente hora quer ser dependente, hora testar sua independência. O divórcio pode repercutir na vida destes adolescentes por suas questões instáveis, através dos sentimentos de “raiva, desejo de um lar estável e necessidade de claras fronteiras entre eles e os pais, especialmente em torno das questões como sexualidade, encontro com pessoas do sexo oposto e responsabilidades domésticas” (Carter *et al.*, 1995, p. 308).

Os adolescentes já estão em um processo de mudanças em seu desenvolvimento biológico e isso os afeta muito. Além dessas mudanças, os adolescentes ficam zangados por ter que pensar sobre a vida dos pais, pois segundo Carter *et al.* (1995, p. 309), “precisam apressar-se e crescer, outros, que não podem partir. Preocupam-se com sexo e casamento, e podem passar a preocupar-se com a sexualidade dos pais”. Este processo pode trazer amadurecimento para alguns adolescentes, já para outros uma carga adicional, levando a problemas emocionais. Os adolescentes querem ser deixados em paz, porém um dos pais pode o procurar para preencher a solidão. Alguns outros comportamentos autodestrutivos que os adolescentes podem apresentar refere-se a faltar aula, fracassar na escola, abusar de substâncias e atuação sexual (Carter *et al.*, 1995).

Na fase adulta dos filhos, Cervený (2006, p. 87) define como a fase madura do ciclo vital, os filhos geralmente já estão construindo sua própria família e os divórcios dos pais tendem a atingi-los com menor intensidade em relação às fases anteriores e as questões neste caso “giram em torno da subsistência e dos cuidados com os pais”.

Pode-se perceber que não existe uma fórmula mágica para os filhos lidarem e amenizar os efeitos do divórcio dos pais, pois, cada família, tem a sua forma de olhar, expectativas e sua forma de criar projetos de vida. Sabemos que o divórcio é uma ruptura nestes projetos e

fantasias criados no sistema familiar e como toda e qualquer ruptura necessita-se rever projetos e alinhar novos caminhos tanto para o conjuge e quanto para os filhos.

A fase do ciclo vital da família, a idade, o modo de olhar da família, o contexto social interfere os efeitos do divórcio e cada filho deve ser olhado de uma maneira diferente levando em conta a sua subjetividade.

MÉTODO

O tipo de delineamento da pesquisa foi quantitativo com levantamento de dados e pesquisa qualitativa com estudo de caso. Gil (2002) define a análise qualitativa como sendo menos formal do que a análise quantitativa, pois, pode ser definida de maneiras mais simples. A pesquisa quantitativa depende dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos.

A pesquisa quantitativa alcançou um total de 10 participantes, enquanto a pesquisa qualitativa alcançou um participante. Para a pesquisa qualitativa, foi realizado uma entrevista individual com um adolescente onde foi feito um perfil socioeconômico para caracterizar a amostra. Os critérios de inclusão dos participantes da pesquisa quantitativa e da qualitativa foram: adolescentes e jovens adultos na faixa etária de 15 a 25 anos, considerando adolescente a faixa etária de 15 a 20 anos e de 21 a 25 anos jovens adultos, sendo também necessário que os pais tenham se divorciado no mínimo a 6 meses e no máximo 2 anos e serem residentes do Vale do Paraíba.

Esta pesquisa foi aprovada pelo comitê de ética em pesquisa pelo parecer de nº 4.778.463. A entrevista semidirigida foi feita de maneira remota através da plataforma *Whatsapp*, mantendo todo o sigilo necessário. O questionário foi feito através do *Google Forms*, para o participante ter acesso ao questionário foi divulgado o link de acesso do questionário da pesquisa junto com os critérios de inclusão dos participantes e para participar da pesquisa e responder o questionário, precisou ser “aceito” o termo de consentimento livre e esclarecido de maneira eletrônica. O questionário do *Google Forms* apresentou três perguntas e cada uma delas apresentava 4 alternativas e todas com possibilidade de alternativa aberta.

Para análise de dados da pesquisa qualitativa foi utilizado o método de análise por categorização, na qual pode ser descrito como uma “organização dos dados de forma que o pesquisador consiga tomar decisões e tirar conclusões a partir deles. Isso requereu a construção de um conjunto de categorias descritivas, que pode ser fundamentada no referencial teórico da

pesquisa. Nem sempre, porém, essas categorias podem ser definidas de imediato. Para se chegar a elas, foi preciso ler e reler o material obtido até que se tenha o domínio de seu conteúdo para, em seguida, contrastá-lo com o referencial teórico” (Gil, 2008, p.134).

Para análise quantitativa foi feito o levantamento dos dados e análise estatística, a fim de coletar, explorar e apresentar estatisticamente os dados.

RESULTADOS

Serão apresentados os resultados e discutidos, sendo primeiramente os da pesquisa qualitativa, que está dividido em caracterização da amostra dos participantes e categorias e, depois os da pesquisa quantitativa, que está dividido em caracterização da amostra dos participantes e gráficos.

Pesquisa Qualitativa

Caracterização

QUADRO 1 – Caracterização do participante da pesquisa qualitativa

SEXO	HOMEM
IDADE	17 ANOS
ESCOLARIDADE	CURSANDO O ENSINO MÉDIO
TEMPO DO DIVÓRCIO DOS PAIS	1 ANO
RESIDENTES DE SUA CASA	MÃE E IRMÃ
RENDA DA FAMÍLIA	BAIXA RENDA

Fonte: Autoral (2021).

O participante da pesquisa qualitativa é do sexo masculino, tem 17 anos de idade e cursa o ensino médio. O divórcio de seus pais aconteceu a mais ou menos um ano e em sua casa os residentes com ele atualmente são a mãe e sua irmã mais nova. A renda da família é de até um salário-mínimo, considerada uma baixa renda, pois, de acordo com o cadastro único, é considerado baixa renda, quando a renda mensal por pessoa (per capita) é de até meio salário-mínimo (R\$ 522,50).

Categorias da pesquisa qualitativa

Categoria 1 – Visão do filho sobre as mudanças nas relações familiares após o divórcio parental.

“Sempre quando mexemos no termo mudanças impacta um pouco, um pouco assustador no começo e depois percebi que melhorou, fez um ano que se divorciaram e no início ficamos meio sem chão, diria que no primeiro mês, pensando no que faríamos a partir de agora, eu era o irmão mais velho da casa quando aconteceu o divórcio, então eu e minha mãe ficamos nos perguntando o que faríamos. ”

“A paz dentro de casa melhorou, por que quase não tínhamos paz com ele dentro de casa, ele fazia muita sacanagem e brincadeiras sem graça e acho que isso não é legal em um ambiente com crianças, pois tenho uma irmã mais nova de 10 anos. Saúde mental melhorou, pois deixávamos nós para baixo, chilikques que ele dava dentro de casa, ajudou bastante nosso psicológico. O físico e social também melhorou. Pois, ele não me deixava sair nem para fazer uma caminhada, porque ele era um pai chato, nem era preocupação. Foi algo novo, experiência novas.”

Na primeira fala do participante é possível perceber que após o divórcio de seus pais houve um impacto na vida como um todo na família, causando uma ansiedade e incerteza nos membros.

É possível perceber que o participante tomou para si a responsabilidade de buscar uma solução para as mudanças. Os fatores como idade, competências cognitiva e social influenciaram na maneira que ele reagiu ao divórcio dos seus pais, pois o participante mostra que conseguiu ter uma nova percepção dos relacionamentos familiares na vivência do pós divórcio. De acordo com Carter *et al.* (1995), o processo de divórcio pode trazer amadurecimento para alguns adolescentes, já para outros uma carga adicional, levando a problemas emocionais.

Na segunda fala do participante, é possível relacionar com o que Cervený (2006) afirma que alguns filhos percebem o divórcio dos pais de uma maneira antecipada, conseguindo lidar melhor com os sentimentos advindos desta separação, como aconteceu com este participante quando afirma que a relação dentro de casa ficou mais tranquila após o divórcio.

O participante muito antes de a separação acontecer de fato, já estava se preparando para esta situação, pois, percebia que aquela relação não era algo saudável para a família. Até mesmo

a sua relação com o pai, pois tratava-se de um pai que tinha um comportamento de birra e imaturo na resolução de conflitos.

Categoria 2 – Sentimentos no decorrer e após o divórcio parental.

“Como foi algo novo, eu não vejo como triste, porque nossa vida melhorou, porém, de início o sentimento de medo, do que faríamos agora e agora de felicidade, porque estamos em paz.”

“Para nós filhos foi bom, meu pai dava muito fora, não era um pai excelente e nem chega perto de ser um pai bom. Para nós filhos foi tudo de bom acontecer isso e para minha mãe também foi bom. Sinto que saiu um opressor de cima de nós.”

Conforme a fala do participante, o sentimento no decorrer do divórcio foi de medo e após um tempo do divórcio sentiu felicidade, pois a família conseguiu enxergar mais alívio diante do conflito que viviam. Carter *et al.* (1995), cita que o divórcio acontece em várias etapas, e nelas os sentimentos oscilam, a autora cita que no primeiro estágio é quando a família já prevê o divórcio mesmo antes de ocorrer, e no segundo estágio é quando é revelado para a família e este momento gera grande sofrimentos, o terceiro estágio é a separação do sistema familiar e gera muito preocupação nos membros. Desse modo, entendemos que depois de 1 ano do divórcio dos pais, o participante se mostra numa fase mais tranquila de viver uma nova família com o divórcio. A cada estágio do divórcio é possível redefinir novos papéis de cada membro da família, conforme se percebe o sentimento de paz surge na fala do participante.

De acordo com a fala do participante o sentimento identificado foi o medo no início do processo do divórcio. Esse sentimento nos remete ao que Dos Santos (2017) admite, que os sentimentos como raiva, medo, depressão, e até sentimento de culpa pode ser presentes no divórcio.

Caracterização dos participantes da pesquisa quantitativa

QUADRO 2 – Caracterização do participante da pesquisa quantitativa na Plataforma *Google Forms*

PARTICIPANTES	10 PARTICIPANTES
IDADES	4 PARTICIPANTE DE 15 A 17 ANOS
	6 PARTICIPANTES DE 18 A 25 ANOS
TEMPO DO DIVÓRCIO DOS PAIS	ATÉ 2 ANOS

Fonte: Autoral (2021).

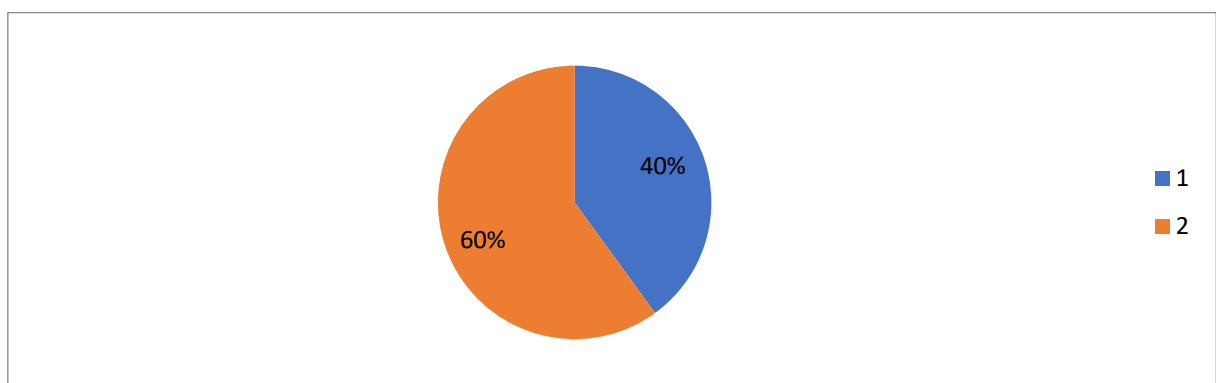
O quadro 2 apresenta a caracterização dos participantes da entrevista quantitativa, sendo que houve um total de 10 participantes que responderam ao questionário através plataforma *Google Forms*, sendo 4 com idade entre 15 a 17 anos e 6 com idade entre 18 a 25 anos. O tempo de divórcio dos pais dos participantes aconteceram até 2 anos.

Pesquisa Quantitativa

Como os filhos compreendem o divórcio dos pais

A primeira pergunta foi como os filhos compreendem o divórcio dos pais. As opções de respostas foram: 1 - Foi a melhor decisão para todos; 2- No momento foi difícil, mas, ao decorrer no tempo foi facilitando e consegui compreender melhor; 3 – Foi difícil no momento e continua difícil; 4 – Foi fácil no momento, mas, no decorrer do tempo foi se tornando mais difícil. A seguir o gráfico 1, com a porcentagem dos participantes que responderam com a opção 1 e 2.

Gráfico 1 – Como os filhos compreendem o divórcio dos pais



Fonte: Autoral (2021).

De acordo com o gráfico 1, dos 10 participantes, 4 participantes (40%), responderam com a opção 1, que compreenderam o divórcio dos pais como sendo a melhor opção para todos e 6 (60%), responderam com a opção 2, que compreenderam que no momento foi difícil, mas, ao decorrer no tempo foi facilitando e que foi conseguindo compreender melhor o divórcio dos pais.

É possível perceber que a maior parte dos participantes com (60%), estavam vivenciando o divórcio dos pais como um momento em que já superaram as dificuldades e atualmente conseguem olhar para o divórcio com novos olhares. Visto que é um processo de aceitação para os filhos este momento, é relevante que com o tempo este processo pode ser facilitado. De acordo com de com Carter *et al.* (1995), este processo ocorre em estágios, em um período de dois a três anos, sendo eles:

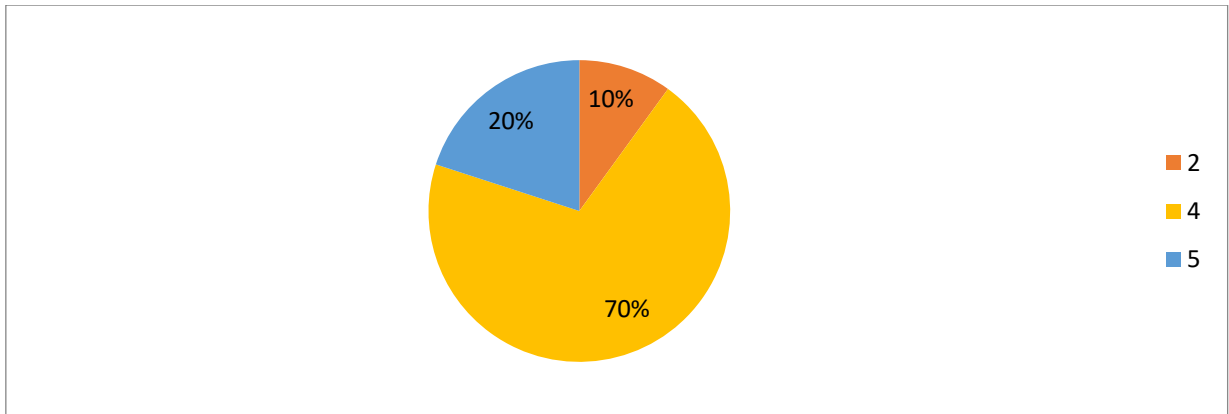
No primeiro estágio a cognição individual, onde pelo menos um dos conjugues consideram o divórcio e inicia o processo de separação emocional. O segundo estágio é o da metacognição familiar, onde o segredo do divórcio é revelado para a família. O terceiro estágio é o de separação do sistema, onde ocorre à separação concreta, o resultado desse estágio varia de acordo com os estágios anteriores, quanto mais reativas a família, maior a crise. O quarto estágio é o de reorganização do Sistema, onde envolve o processo de deixar claras as novas fronteiras que deverão ser definidas. O quinto e último estágio é o de Redefinição do Sistema, onde a família já conseguiu resolver as tarefas dos estágios anteriores atingindo uma nova autodefinição, novos papéis e fronteiras e se os pais viverem bem a paternidade é incluído nesse sistema.

Pode-se dizer que a maioria destes participantes se encontram no estágio quinto, em que houve uma redefinição do sistema familiar. Segundo Carter *et al.* (1995), neste estágio todos da família podem ter superado a perturbação e a confusão que acompanham o processo de divórcio, pois, a perda de um dos pais da casa modifica o funcionamento familiar.

Os impactos percebidos na vida dos filhos

A segunda pergunta foi sobre os impactos mais percebidos na vida dos filhos após o divórcio. As opções de respostas foram 1 – Aspectos familiares; 2- Aspectos sociais; 3 – Aspectos físicos; 4 – Em todos os aspectos anteriores; 5 – Outros aspectos. A seguir o gráfico 2, com a porcentagem dos participantes que responderam com a opção 2,4 e 5.

Gráfico 2 – Quais os impactos mais percebidos na vida dos filhos?



Fonte: Autoral (2021).

De acordo com o gráfico 2, dos 10 participantes, 1 participante (10%), respondeu com a opção 2, que percebeu um maior impacto nos aspectos sociais; 7 participantes (70%), responderam com a opção 4, que perceberam um maior impacto nas questões familiares, sociais e físicos e 2 participantes (20%), responderam com a opção 5, que perceberam um maior impacto no aspecto financeiro.

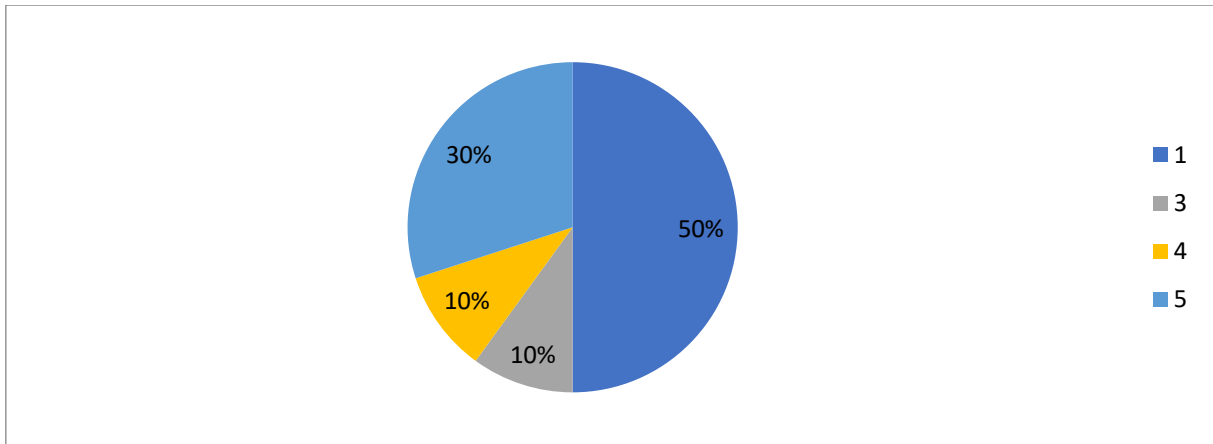
É possível perceber que a opção de resposta que prevaleceu para essa pergunta foi a 4, com (70%), onde os participantes destacam que perceberam impacto em todas as questões familiares e sociais, devido, as mudanças e reestruturação no ciclo familiar é esperado que o impacto na maioria dos casos sejam em todos os aspectos. De acordo com Cerveny (2006), toda separação traz uma consequência desagradável, e que em um cenário conflituoso, com questões de guarda, herança, aspectos financeiros, é bem difícil dar uma proteção emocional aos filhos. Ou seja, os filhos infelizmente ficam vulneráveis as mudanças advindas do divórcio.

Embora seja somente 2 em filhos a percepção de que o divórcio afetou o financeiro da família, é possível de se relacionar com o que Manfredini e Cerveny (2021) afirmam que as relações com o dinheiro marcam as relações familiares e o divórcio foi uma situação que impactou as finanças.

Sentimentos decorrentes do divórcio.

A terceira pergunta se referiu aos sentimentos dos filhos decorrentes no momento do divórcio dos pais. As opções de respostas foram: 1 - tristeza; 2- felicidade; 3 – culpa; 4 – medo; 5 – Outros sentimentos. A seguir o gráfico 3, com a porcentagem dos participantes que responderam com a opção 1,3 ,4 e 5.

Gráfico 3 – Quais os sentimentos decorrentes no momento do divórcio.



Fonte: Autoral (2021).

De acordo com o gráfico 3, dos 10 participantes, 5 (50%), responderam com a opção 1, que o sentimento decorrente no momento do divórcio foi o de tristeza; 1 participante (10%), respondeu com a opção 3, que o sentimento decorrente no momento do divórcio foi o da culpa, 1 participante (10%), respondeu com a opção 4, que o sentimento decorrente no momento do divórcio foi o medo e 3 participantes (30%), responderam com a opção 5, que o sentimento decorrente no momento do divórcio foi a indiferença.

Podemos perceber que a resposta que mais aparece como opção dos participantes é a 1, com (50%), que o sentimento decorrente do divórcio que mais prevaleceu no início foi a tristeza. Carter *et al.* (1995) destacam que quando o divórcio é revelado para a família, sendo ele o segundo estágio do processo é o da metacognição familiar, onde o segredo do divórcio é revelado para a família. Apesar do ressentimento e raiva da situação do divórcio, pode existir o desamparo, que podemos comparar com este sentimento de tristeza destacado pelos participantes. Durante este terceiro estágio e os outros consequentes pode haver uma oscilação do emocional entre altos e baixos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível identificar e entender, por meio da pesquisa quantitativa e qualitativa, as mudanças e os sentimentos dos filhos adolescentes e jovens adultos em decorrência do divórcio dos pais.

Considera-se que os participantes adolescentes e jovens adultos desta pesquisa reconhecem o divórcio a princípio como algo difícil e sentiram a tristeza no momento do

divórcio. Os participantes talvez pela maturidade da idade apresentaram, de uma maneira geral, um maior entendimento sobre a escolha dos pais separarem, na qual mostra que este tenha sido a melhor opção para todos do sistema. Em relação a pesquisa qualitativa, foi possível perceber que o filho pode ter tomado o lugar de autoridade do pai na relação que estabeleceu com a mãe após o divórcio, o que mostra um cuidado que os pais devem ter em não deixarem de assumir a função parental depois do divórcio.

Os filhos perceberam que o divórcio impactou na relação da família no modo em que se relacionam entre si, pois sentiram que o ambiente da casa ficou mais tranquilo e com menos brigas. Além disso, alguns filhos notaram que também teve o impacto do divórcio nas finanças da família, o que de certa forma também sentiram mudanças no trato com o dinheiro.

Para futuras pesquisas pode-se refletir e aprofundar mais sobre estratégias para os filhos vivenciarem o momento do divórcio, bem como, investigar na visão dos filhos como as finanças impactam as relações familiares no pós divórcio. Também consideramos que pode ser interessante pesquisar a vivência do pós divórcio em crianças maiores entre 7 e 10 anos de idade.

Esta pesquisa trouxe a reflexão de que cada família com sua subjetividade e vivências enfrentam de maneiras diversas o divórcio. Os genitores primeiramente devem refletir sobre o bem-estar do filho e que um ambiente com brigas, hostilidade não precisa ser mantido para que apenas a presença física seja notada. Uma relação saudável entre filhos e pais e um ambiente saudável, vai além da presença física. É importante ter uma comunicação clara desta situação para os filhos, e que os pais possam continuar sendo pais mesmo no divórcio do casal. Conforme Dalila Maitê cita “O pai ausente não é só o vazio físico de uma figura que não tivemos, às vezes, é também alguém que, “mesmo estando”, não soube ou não quis exercer o seu papel. É uma ausência psicológica capaz de criar em um filho diversas feridas emocionais.”

REFERÊNCIAS

- BASSO, Rosiane. **Os efeitos do divórcio parental na visão dos filhos adolescentes e adultos**. 2021. Monografia (Graduação em Psicologia) – Curso de Psicologia – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2021.
- BRITO, Leila Maria Torraca de. Família pós-divórcio: a visão dos filhos. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 27, n. 1, p. 32-45, 2007.
- CARTER, Betty et al. **As mudanças no ciclo de vida familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 1995.

DE OLIVEIRA, Cervený, Ceneide Maria. Família e filhos no divórcio. **Família E... Narrativas, Filhos Nos Divorcios**, p. 80, 2006.

DOS SANTOS, Ana Flávia Borges et al. **DIVÓRCIO: Consequências no Desenvolvimento Emocional dos Filhos**.2017

GIL, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

MANFREDINI, Andreza Maria Neves e CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. **As relações com o dinheiro na família**. Curitiba: CRV, 2021.

RAMIRES, Vera Regina Röhnelt. As transições familiares: a perspectiva de crianças e pré-adolescentes. **Psicologia em estudo**, v. 9, n. 2, p. 183-193, 2004.

SANTOS, Edson Paulo et al. Divórcio dos pais: até que ponto isso interfere negativamente nos filhos que estão em fase de desenvolvimento. **Caderno de Graduação Ciências Humanas e Sociais-UNIT-Sergipe**, v. 1, n. 3, p. 124-134, 2013.

PERÍCIA PSICOLÓGICA FORENSE: CONTRIBUIÇÕES DO MÉTODO RORSCHACH PARA A COMPREENSÃO DO FUNCIONAMENTO PSÍQUICO DOS POSSÍVEIS AUTORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL

Carlos Eduardo Bovenzo Filho

Mylena de Almeida Maia

Armando Rocha Junior

INTRODUÇÃO

A Avaliação Psicológica (AP) no Brasil atua em diferentes campos de aplicação. Trata-se de um procedimento técnico-científico presente, por exemplo, nos contextos clínico, organizacional, escolar, hospitalar e no campo jurídico – o qual será enfatizado ao longo deste estudo.

No decorrer da realização da AP, a(o) psicóloga(o) poderá lançar mão de diferentes técnicas e testes psicológicos, e esses últimos devem seguir os rigores científicos e receber aprovação do Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI). A AP, quando aplicada no contexto forense, passa a ser nomeada Perícia Psicológica, e requer cuidados técnicos e domínio ativo por parte da(o) profissional para a sua condução. Ou seja, este deverá dominar conceitos fundamentais em psicologia do desenvolvimento e avaliação psicológica, bem como técnicas e testes utilizados para determinado fim.

Tendo em vista a complexidade da AP no contexto forense, bem como as problemáticas que presentes na área jurídica, tanto no âmbito cível quanto no criminal, existem, no âmbito ciência psicológica, determinados testes que são utilizados de maneira marcante para a avaliação dos(as) periciandos(as). Um desses testes é o Método de Rorschach, que tem como propósito avaliar a personalidade do sujeito, fornecendo à(o) profissional inúmeros dados acerca do funcionamento de sua personalidade, como processamento cognitivo, autopercepção e percepção do outro, contato com a realidade, criatividade, agressividade, entre outros. Trata-se, assim, de um instrumento complexo e que requer habilidade e conhecimento de quem o utiliza.

Partindo desta constatação e considerando que entre os diversos problemas vivenciados no contexto forense encontra-se a suspeita ou a ocorrência de violência sexual, o objetivo deste

estudo foi discutir as contribuições do Método de Rorschach para a compreensão do funcionamento psíquico de autores de violência sexual. Para atingir tal propósito, foram preponderantes as definições e conceituações de tópicos específicos da área.

Em um primeiro momento, buscou-se a conceituação geral da Avaliação Psicológica aplicada ao contexto forense. Posteriormente, foi enfatizado o Método de Rorschach, trazendo a sua definição, bem como seu objeto de estudo, ou seja, o que busca avaliar. Considerando o objetivo deste estudo, foram citadas pesquisas que utilizaram o referido instrumento com autores de violência sexual, de modo a favorecer as futuras discussões sobre o assunto.

A seguir, foi abordada a violência sexual como fenômeno e problema de saúde pública, servindo como âncora para discorrer sobre os autores de violência sexual e suas características. Após a finalização da articulação dos achados teóricos, foram discutidos os componentes, a fim de favorecer a compreensão sobre a amplitude subsidiária do Método de Rorschach como instrumento que fomenta a avaliação de autores de violência sexual e proporciona à(o) profissional o entendimento do funcionamento da personalidade desses indivíduos.

REVISÃO DE LITERATURA

A avaliação psicológica no contexto forense

A Avaliação Psicológica (AP), de forma geral, implica um procedimento técnico-científico pautado no tempo, i.e., tem em seu alicerce a utilização de recursos⁴ fundamentados nos achados científicos que respaldam a ciência psicológica, e é realizada em determinado intervalo cronológico. Além disso, a AP visa subsidiar a tomada de decisão da(o) psicóloga(o) ao longo de seu trabalho, que se insere em diferentes contextos, como a área jurídica (Cunha, 2000; CFP, 2022).

A AP aplicada por um psicólogo no contexto forense passa a ser chamada de Perícia Psicológica, a qual pode ser solicitada por um juiz de vara cível, do trabalho ou criminal. Cabe ressaltar que seu resultado, expresso por meio do laudo técnico, não consiste em uma *verdade absoluta*, mas sim em um documento que auxiliará a tomada de decisão do magistrado, podendo ou não ser considerado para tal (Rovinski, 2013; Rovinski; Pelisoli, 2019).

Em termos de metodologia da perícia psicológica forense, quando solicitada por um juiz, o primeiro passo é o acesso aos autos, de modo a se tomar ciência dos quesitos formulados.

⁴ Atentar-se: em uma avaliação psicológica, pode haver *ou não* a utilização de testes psicológicos.

Essa etapa inicial busca favorecer o conhecimento sobre alguns aspectos, como principais motivos para a solicitação do trabalho da(o) psicóloga(o); se está enquadrado em sua competência e se há possibilidade de responder aos quesitos; a complexidade do caso e o estabelecimento de prazos e honorários, juntamente com a análise da disponibilidade do avaliado e, sobretudo, a análise de possíveis impedimentos, isto é, situações que impeçam o profissional de psicologia de realizar a perícia. Caso a resposta seja negativa, a(o) profissional deverá se justificar em até cinco dias. Se o profissional aceitar seguir com a perícia, deverá dar início ao contrato de trabalho, expondo os procedimentos e estabelecendo seus honorários, o que será comunicado às partes e, uma vez aceitos, possibilitarão o início da avaliação (Rovinski, 2013).

Assim como em qualquer caso de avaliação psicológica, a perícia psicológica forense deve se respaldar nas orientações éticas da Psicologia, isto é: estabelecer o devido contato técnico-científico, prezando pela garantia dos direitos daqueles que recorrem ao serviço, e consumando este último por meio de técnicas e instrumentos fundamentados na ciência ou, então, aprovados pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) (Rovinski, 2013; Rovinski; Pelisoli, 2019; Rovinski, 2021, CFP, 2022)

Como resultado da Perícia Psicológica, o(a) psicólogo(a) emitirá a prova pericial, denominada laudo psicológico – um documento, assim como o atestado psicológico, proveniente de uma avaliação psicológica e que requer uma normativa para a sua elaboração, sobretudo pelo fato de os maiores números de processos éticos serem devidos à má elaboração desses documentos (Rovinski, 2013; Zaia; Oliveira; Nakano, 2018; Rovinski; Pelisoli, 2019; CFP, 2019).

Por fim, conforme as considerações apresentadas, compreende-se que a AP, sob a forma de perícia na área forense, exige uma bagagem técnico-científica por parte daquele que a realiza. Requer uma análise cuidadosa e uma escolha criteriosa dos instrumentos/recursos que guiarão a integração e a compreensão crítica dos dados coletados, os quais favorecerão a tomada de decisão do magistrado.

Tendo em vista o objetivo deste estudo e considerando a escolha de instrumentos/testes psicológicos para o fomento da AP, no próximo tópico uma breve explanação, dentro dos parâmetros éticos da psicologia, sobre o Método de Rorschach, instrumento bastante difundido no contexto forense.

O Método de Rorschach e sua utilização com possíveis autores de violência sexual

O Método de Rorschach, atualmente considerado como um teste de personalidade, foi idealizado há mais de 90 anos por Hermann Rorschach, psiquiatra suíço. O instrumento é composto por dez cartões que trazem, em sua organização, estímulos cromáticos e acromáticos que proporcionam uma complexa semelhança perceptiva e sugestiva, proporcionando à(o) profissional que o utiliza visualizar a *personalidade em ação* – aspectos cognitivos, perceptivos e visuais (Freitas, 2005; Meyer *et al.*, 2017).

O instrumento em questão busca avaliar características de personalidade e estilos de processamento dos sujeitos, muitas vezes não reconhecidos pela própria pessoa que é submetida à prova. Dentre as características avaliadas pelo método Rorschach elencam-se: processamento cognitivo (criatividade, inteligência, atenção aos detalhes, curiosidade, produtividade, recursos psíquicos e abertura a experiências), estresses e angústia, representação de si e dos outros (como o sujeito percebe a si, o outro e suas relações no ambiente). Tais características estão expostas de maneira sumarizada, uma vez que não cabe, neste momento, entrar em detalhes – por questões éticas da ciência psicológica e pelos objetivos do presente estudo. Ademais, salienta-se que a análise e a compreensão de um protocolo de Rorschach requer alta capacidade de integração de dados e habilidade técnica de quem o utiliza, uma vez que existem variáveis que fornecem informações mais detalhadas sobre o funcionamento psíquico do avaliado, *e.g.* agressividade, recursos egóicos etc. (Myers *et al.*, 2017; Resende, 2020).

O Rorschach é um instrumento bastante difundido no meio clínico, porém a sua presença é notável, também, no contexto jurídico, utilizado principalmente nos casos em que há exigência de perícia. Ao longo dos anos, um dos sistemas mais utilizados para codificação e interpretação do Método de Rorschach foi o Sistema Compreensivo; porém, para o contexto forense, o Sistema de Avaliação por Performance (R-PAS) é o mais indicado, dada a sua otimização e ampliação e robusta complexidade científica (Exner Jr., 1999; Resende, 2020).

Quando se menciona a utilização do Método de Rorschach em perícia forense, é importante destacar a sua diferenciação (e grande complemento) ante os materiais de autorrelato, uma vez que se trata de um instrumento útil diante de situações de simulação, dissimulação e postura defensiva do periciado. Sendo assim, consiste em um teste que contribuirá consideravelmente para a realização da perícia, tanto no âmbito cível quanto criminal (Rovinski, 2013; Resende, 2020).

Entre as problemáticas jurídicas que demandam perícia psicológica, há aquela que será tomada como escopo deste estudo: casos em que há suspeita de violência sexual, tendo como

perspectiva a avaliação do possível autor da violência – situação para a qual, conforme Resende (2020), o Rorschach é indicado.

Os estudos publicados ao longo dos anos sobre a aplicação do Rorschach tornaram possível perceber que o teste fornece ao avaliador informações importantes sobre o funcionamento psíquico de agressores sexuais.

Em um primeiro estudo sobre avaliação psicológica de autores de violência, participaram três homens com idades entre 43 e 50 anos, alocados em uma penitenciária em decorrência de crimes sexuais intrafamiliares. Os sujeitos foram submetidos ao Método de Rorschach – Sistema Compreensivo. Como resultado, os sujeitos apresentaram comprometimento de autoestima e autoimagem, bem como prejuízo perceptivo e Teste de Realidade. Outro ponto observado foi a presença de indicadores voltados à baixa capacidade de estabelecer vínculos e empatia. Os autores reforçaram, ao final do estudo, a inexistência de um tipo psicológico único de agressores sexuais, já que foram constatadas, além dos achados na literatura, particularidades nas vivências de desconforto subjetivo entre os avaliados (Scotergagna; Amparo; 2013).

Outro estudo que envolveu um participante acometido por pedofilia teve como propósito, além de investigar suas características de personalidade, evidenciar as propriedades de precisão do Rorschach por meio do teste-reteste – hipótese esta que foi apoiada com os resultados do estudo. Em termos de personalidade, o Rorschach possibilitou dados relacionados ao comprometimento da percepção de si e dos outros, déficit no ajustamento perceptivo e de realidade, autoimagem negativa, problemas de relacionamento interpessoal e de empatia (Scotergagna; Villemor-Amaral, 2013).

Em um estudo caracterizado como revisão de literatura, Zilki *et al.* (2020) buscaram em diferentes bases de dados os estudos realizados nos últimos 15 anos que utilizaram o Rorschach para investigar a personalidade de autores de violência sexual. Dentre os achados, além do comprometimento cognitivo, afetivo e de autopercepção evidenciados pelo Rorschach, foi demonstrado que os autores de violência sexual tendem a apresentar comportamento impulsivo.

Por fim, Ziki e Resende (2021), usando como um dos recursos de pesquisa o Método de Rorschach (R-PAS), investigaram uma amostra composta por 30 autores de violência sexual contra crianças e adolescentes, em regime fechado de detenção. A amostra foi dividida em dois grupos: 20 sujeitos sem psicopatia e 10 sujeitos com psicopatia, tomando como critério os resultados da Escala Hare (PCL-R). O propósito do estudo foi verificar se os grupos se diferenciavam frente à capacidade de administrar estresse e distresse. Os resultados

demonstraram que 16% da psicopatia em autores de agressão foi explicada pelo menor nível de estresse e distresse.

Discorridas as considerações sobre a definição e a utilização do Método de Rorschach no contexto forense, bem como a apresentação de estudos envolvendo o instrumento na avaliação de autores de violência sexual, caberá no próximo tópico a ênfase à compreensão do funcionamento psíquico de possíveis autores de violência sexual, condição *sine qua non* para a discussão e posterior concretização do objetivo deste estudo.

O fenômeno da violência sexual

A violência sexual é tipificada no Código Penal Brasileiro por meio da Lei 12.015 (Crimes contra a Dignidade Sexual), na qual os artigos determinam as condições para que uma situação se torne vexatória e danosa ao sujeito, situações essas que abarcam, por parte do agressor, a satisfação de seus desejos sexuais ou, ainda, para fins econômicos (Brasil, 2009). As sanções legais tornam-se intensas em casos de abuso sexual envolvendo menores de idade ou, ainda, se resultar em morte.

Além da questão legal, a conceituação da violência sexual como fenômeno estudado pela Psicologia e pela Sociologia implica uma relação de poder entre duas pessoas, caracterizando o estabelecimento do biopoder e promovendo a dissolução do conceito de dignidade do sujeito enquanto fim em si mesmo, dado que estará à disposição do agressor, sendo seu objeto de prazer (Azevedo; Guerra, 2001 *apud* Teixeira-Filho *et al*, 2013; Foucault, 2021)

Os autores de violência sexual e suas características de personalidade

Quanto à tipificação de autores de violência sexual, há de se considerar o cuidado frente à motivação do ato, isto é, “a serviço de que estaria a consumação do abuso?” Muito se difunde, generalizadamente, a intitulação de pedófilo(a) para aqueles que cometem crime de abuso sexual. No entanto, de modo a compreender o funcionamento psíquico dos autores desse tipo de violência, torna-se importante mencionar que nem todas as pessoas que cometem abuso sexual são pedófilas, e nem todos os pedófilos são abusadores sexuais (Sanderson, 2005).

A pedofilia é classificada, atualmente, como uma parafilia, compondo o rol dos Transtornos Parafilicos. O termo parafilia implica em qualquer desejo sexual intenso específico e persistente que destoa, conforme Abdalla-Filho e Moreira (2016, p.464), da “estimulação

genital ou carícias preliminares com parceiros humanos que consentem e apresentem um fenótipo normal e maturidade física”.

O transtorno parafilico traz sofrimento ao sujeito, cuja satisfação de lascívia gera danos a si e aos outros. Considera-se, ainda, que a presença de uma parafilia é condição necessária, porém não suficiente, para diagnosticar o transtorno parafilico. Para o diagnóstico dessas condições clínicas há uma série de critérios que devem ser analisados cuidadosamente por um profissional de saúde mental, nesse caso, o psiquiatra (Abdalla-Filho; Moreira, 2016).

A pedofilia se manifesta no final da adolescência, e suas causas ainda não são precisas. Atualmente, sabe-se que o funcionamento cerebral de um pedófilo, representado por neuroimagens, apresenta diferenças entre um ser humano não acometido pelo referido transtorno, *e.g.*, baixa atividade hipotalâmica ao serem expostos a imagens eróticas de adultos, além de relatos de distúrbio no córtex orbito-frontal (Abdalla-Filho; Moreira, 2016).

Os pedófilos apresentam tendência a relatar uma especificidade em seus interesses, por exemplo, determinada faixa etária, sexo da criança. Ocasionalmente pode haver a exclusividade da atração por crianças, mas existem pedófilos que, com menor intensidade, sentem atração por adultos. Além disso, é importante frisar que um pedófilo nem sempre incorrerá na realização de seus desejos, isso é, a realização de um abuso sexual, podendo esconder sua condição e nunca a revelar a ninguém (Serafim; Barros; Viana, 2013; Abdalla-Filho; Moreira, 2016).

Nos diferentes casos em que há ocorrência de violência sexual, deve haver uma análise cuidadosa por parte do profissional. No entanto, nas parafilias existem três aspectos atuantes e que são levados em consideração na análise: o caráter *opressor*, o qual não deixa alternativas para quem experiencia a violência, isto é, o autor da agressão não atua de outra maneira; a *rigidez*, que implica na consumação da excitação sexual se todas as condições e circunstâncias seguirem o padrão da conduta parafilica e, por fim, a *impulsividade* – representada pela necessidade torrencial de repetir a experiência (Serafim; Viana; Barros, 2013).

Em termos de ação propriamente dita, a passagem de um pedófilo da fantasia para o ato tende a ocorrer quando o sujeito passa por um estresse intenso que gera grande pressão psíquica, por exemplo, brigas de casal, aposentadoria compulsória, demissão etc. Além disso, existem duas formas de categorizar o comportamento de um pedófilo: abusadores e molestadores. Os primeiros trazem uma ação mais sutil, envolvendo carícias. São mais discretos, com relacionamento social comprometido e tendem à imaturidade. Por sua vez, os molestadores são invasivos e utilizam o ato sexual contra a criança, sendo frequentemente violentos (Fuller, 1989; Salfati; Canter, 1999; Craig; Browne; Beech; Stringer, 2006 *apud* Serafim *et al.*, 2009).

As três características de um criminoso sexual parafílico – opressão, impulsividade e rigidez, apesar de serem marcantes na referida tipificação, podem compor outros possíveis autores de violência sexual (Sanderson, 2005; Abdalla-Filho; Moreira, 2016).

Atualmente, existe uma ampla abertura na discussão sobre os tipos de criminosos sexuais. Citam-se, inicialmente, os *criminosos sexuais situacionais* e os *criminosos sexuais preferenciais*. O primeiro grupo não apresenta histórico de transtornos psiquiátricos, trazendo um funcionamento que se torna eruptivo em situações de estresse intenso. Ao exercerem controle sobre o outro, apresentam pouca modulação de seus impulsos. Trata-se de pessoas com baixos precedentes ou com persistência do comportamento no caso de mudanças ambientais. Elencam-se neste grupo: sujeitos que tiveram vidas encarceradas, prisioneiros, babás que abusam sexualmente de crianças de modo a experimentarem a situação proibida. Por sua vez, o segundo grupo (criminosos sexuais preferenciais) apresenta um comportamento mais seletivo e contínuo ao longo de sua vida, isto é, trazem uma preferência para um tipo de alvo (idade, sexo, características corporais, dentre outras) (Abdalla-Filho; Moreira, 2016).

Há ainda outra tipificação – os *criminosos sexuais seriais* (reincidentes). Esses são caracterizados por possuírem um círculo social reduzido, bem como relacionamentos instáveis e antecedentes de infância traumática. Na vida social, buscam a cordialidade no trabalho e agem de forma educada, sedutora e inteligente, o que, de certo modo, contribui para omitir seu lado “sombrio”. Já na perpetração da violência, são agressivos, agem planejadamente e exercem grande domínio frente ao alvo (Abdalla-Filho; Moreira, 2016).

Quando se estuda o comportamento sexual violento, é preponderante considerar que o agressor apresenta características de impulsividade, bem como dificuldade na modulação da repetição de sua experiência. Acrescenta-se, ainda, que o objeto de desejo e excitação não está diretamente relacionado ao ato sexual, mas com exercer poder sobre a pessoa fragilizada, seguido da necessidade de subjugar e agredir fortemente o outro.

Autores de violência sexual apresentam tendência a um comportamento dissimulado, o que torna difícil sua identificação. São pessoas que sabem da importância da imagem que devem transmitir aos outros e que zelam por ela. Por isso, buscam conquistar a confiança da vítima e daqueles que estão à sua volta, especialmente nos casos de abusadores de crianças (Sanderson, 2005; Sattler, 2011; Serafim; Barros; Viana, 2013).

MÉTODO

Entre os métodos de elaboração de pesquisa científica, encontra-se a revisão de literatura, que consiste em busca, descrição e análise de material publicado em diversas fontes com o objetivo de responder a uma pergunta de pesquisa. A revisão de literatura envolve todos os materiais publicados considerados importantes para o tema pesquisado: artigos científicos, livros, artigos de jornais, registros históricos, teses e dissertações, entre outros (IPUSP, s.d).

Este estudo consiste em uma revisão de literatura narrativa, que não se utiliza de critérios sistemáticos ou explícitos para a coleta de referências. Suas fontes de informações são infundáveis e fomentam as fundamentações teóricas de artigos, teses e dissertações (IPUSP, s.d). As revisões de literatura narrativas implicam publicações amplas, qualitativas e próprias para o desenvolvimento de um tema específico, com base em um ponto de vista teórico ou contextual, sendo importantes para a educação continuada e permitindo ao leitor a atualização de conhecimentos sobre determinado assunto (Rother, 2007).

Ainda que nesse tipo de pesquisa não haja um critério sistemático para a escolha das fontes, a elaboração desta pesquisa incluiu a busca de estudos publicados em revistas científicas indexadas em bases reconhecidas ou de obras literárias respaldadas na ciência psicológica. Destarte, foram pesquisados artigos científicos que envolvessem assuntos relacionados à aplicabilidade do Método de Rorschach na avaliação de autores de violência sexual, bem como estudos voltados à tipificação e à caracterização da personalidade do público especificado. Após a compilação dos achados teóricos, foi realizada a sua discussão, a fim de se conhecer as contribuições do Método de Rorschach para a compreensão do funcionamento psíquico de autores ou possíveis autores de violência sexual.

DISCUSSÃO

Ao longo deste estudo, notou-se que o Método de Rorschach evidencia como o sujeito percebe a si e ao outro, fornecendo dados sobre processamento cognitivo, agressividade, prova de realidade, estresse e distresse, bem como sobre os recursos internos que o sujeito apresenta para lidar com situações do dia a dia (Myers *et al.*, 2017; Resende, 2020).

Realizando de maneira cuidadosa uma articulação entre as características avaliadas pelo Rorschach, os resultados dos estudos com esse instrumento aqui elencados e as categorizações de autores de violência sexual encontradas na literatura, torna-se possível ampliar os atuais

achados científicos por meio de hipóteses que, em outro momento, poderão facilitar a elaboração de novas pesquisas com o referido teste.

Os criminosos sexuais parafilicos, especificamente aqueles acometidos por pedofilia, tendem a agir de maneira impulsiva, rígida e opressora. Além disso, há casos em que podem demonstrar sentimento de culpa, comprometimento nos relacionamentos interpessoais e imaturidade. Tais características podem ser evidenciadas por meio do Rorschach, visto que o instrumento favorece o levantamento sobre a forma como o sujeito percebe a si mesmo e o outro, bem como aspectos voltados à impulsividade, empatia e relacionamentos interpessoais, dados estes corroborados por meio de estudos científicos (Serafim; Barros; Viana, 2013; Scotergagna; Villemor-Amaral, 2013; Abdalla-Filho; Moreira, 2016; Myers *et al.*, 2017).

Quando se faz a aplicação do Método de Rorschach com criminosos sexuais situacionais, é importante considerar uma das características desse tipo: a sucumbência em situações de estresse intenso. O Rorschach favorece a avaliação de experimentação de sofrimento psíquico, bem como de condições de estresse e distresse. Além disso, os criminosos sexuais situacionais apresentam baixa modulação de seus afetos e tendem a agir com impulsividade, característica que, por meio de cuidadosa articulação dos dados do protocolo de Rorschach, poderá ser adequadamente compreendida (Scotergagna; Amparo; 2013; Abdalla-Filho; Moreira, 2016; Myers *et al.*, 2017; Resende, 2020).

Os criminosos sexuais seriais, apesar de sua capacidade de planejamento e de seu comportamento sedutor, apresentam instabilidade em seus relacionamentos interpessoais e probabilidade de vivências traumáticas ao longo da infância. Possivelmente, o Método de Rorschach evidenciará, além do comprometimento nas relações, resultados que representem certa sofisticação do processamento cognitivo do sujeito, porém, com momentos de imaturidade na forma de perceber a si mesmo e o outro. Além disso, como se trata de sujeitos que usam um comportamento sedutor, podem tentar realizar simulação no ambiente de perícia – porém, com a utilização do Rorschach, essa condição pode ser controlada, uma vez que o instrumento tende a evidenciar o que o sujeito *faz*, e não o que ele *diz* que faz (Abdalla-Filho; Moreira, 2016; Myers *et al.*, 2017; Resende, 2020).

De forma geral, os autores de violência sexual tendem a apresentar comprometimento em seus relacionamentos interpessoais, bem como modulação afetiva, comportamento rígido e impulsivo. Os estudos que relacionaram a utilização do Método de Rorschach para a avaliação desse público mostraram que o instrumento apresenta sensibilidade para evidenciar como tais condições se encontram no funcionamento psíquico do sujeito, demonstrando sua utilidade

como teste na avaliação de aspectos cognitivos, senso de empatia, fantasias e funcionamento da personalidade de modo geral (Scotergagna; Amparo, 2013; Scotergagna; Villemor-Amaral, 2013; Abdalla-Filho; Moreira, 2016; Ziki *et al.*, 2020; Ziki; Resende, 2021).

Por fim, apesar de o conteúdo discutido fomentar a sensibilidade e a robustez do Método de Rorschach para a perícia psicológica e a compreensão do funcionamento psíquico de autores de violência sexual, notou-se que a comunidade científica necessita da ampliação dos estudos sobre o referido instrumento e o público especificado, de modo a intensificar o embasamento da ciência psicológica aplicada ao contexto forense, bem como difundir as potencialidades técnicas do Método de Rorschach – instrumento criado há mais de 90 anos e existente antes mesmo da oficialização da Psicologia como ciência e profissão no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo consistiu em uma revisão de literatura narrativa, com uma escolha não sistematizada de conteúdos bibliográficos, porém com embasamento científico, com o objetivo de investigar as contribuições do Método de Rorschach na avaliação de autores de violência sexual. Para sua consumação, foi importante compreender a Avaliação Psicológica como um procedimento técnico-científico, pautado no tempo e aplicável em diferentes contextos da Psicologia.

Foi enfatizado o emprego da AP no âmbito forense, conhecida como Perícia Psicológica. Ficou claro que a perícia psicológica forense não implica uma verdade absoluta, ou seja, não gera resultados inquestionáveis. Seu propósito é embasar a decisão do magistrado frente a determinada problemática jurídica.

Foi possível compreender, também, que para a realização da Perícia Psicológica, a(o) profissional deverá dispor de conhecimentos sobre as diferentes técnicas de avaliação psicológica, *e.g.*, a entrevista, bem como dos testes que podem ser empregados. Sendo assim, a(o) psicóloga(o) deverá ter clareza de objetivos para realizar o seu trabalho.

Após breve descrição sobre o Método de Rorschach como instrumento que pode ser utilizado no contexto forense e da apresentação de pesquisas que mostram o seu emprego na avaliação de criminosos sexuais, buscou-se compreender o fenômeno da violência sexual, bem como dos sujeitos que a colocam em prática. Acrescenta-se, ainda, que existem diferentes escolas/perspectivas que a(o) psicóloga(o) pode utilizar para compreender e codificar os dados do Rorschach.

No decorrer desta pesquisa, foram enfatizados os criminosos sexuais parafilicos, situacionais, seriais e preferenciais. Cada tipificação apresentou certa especificidade, porém, os traços relatados em comportamentos de criminosos sexuais parafilicos, como rigidez, impulsividade e opressão no momento de domínio do alvo também foram encontrados em outros tipos. Notou-se, ainda, que os autores de violência sexual tendem a apresentar comprometimento em seus relacionamentos interpessoais, alterações negativas de autoestima e autoimagem e podem, em algum momento, ter experienciado situação traumática ao longo de seu desenvolvimento.

Adentrando-se agora às considerações finais frente ao objetivo deste estudo, foi possível perceber que o Método de Rorschach, além de ser um teste altamente difundido na ciência psicológica e aplicável em diferentes contextos, é bastante utilizado quando se trata de subsidiar o trabalho da(o) psicóloga(o) no contexto forense – especialmente em perícias.

As pesquisas relacionadas à utilização do Rorschach na identificação de características de personalidade dos autores de violência sexual evidenciaram, em um primeiro momento, a sensibilidade do teste para esse fim. O segundo ponto observado foi que, de fato, trata-se de um instrumento que aporta subsídios consistentes ao trabalho da(o) psicóloga(o) na avaliação do referido público. Embasando-se nos estudos supracitados, foi possível a elaboração de hipóteses sobre a sensibilidade do Rorschach para evidenciar características dos criminosos sexuais parafilicos, situacionais, seriais e preferenciais que tendem a se confirmar.

Por fim, considerando que este estudo consistiu em uma revisão de literatura, sugere-se, de forma complementar, a ampliação de estudos empíricos envolvendo o Método de Rorschach aplicado a autores de violência sexual. Desta forma, possibilitar-se-á o fomento da já considerável consolidação do Rorschach como instrumento que subsidia o trabalho da(o) psicóloga(o) em processos periciais, sobretudo quando se trata da suspeita de violência sexual, na avaliação de seus possíveis ou, de fato, perpetradores.

REFERÊNCIAS

ABDALLA-FILHO, E.; MOREIRA, L. L. Parafilias, Transtornos Parafilicos e Crimes Sexuais. *In*: ABDALLA-FILHO, E.; CHALUB, M; TELLES, L. E. B. **Psiquiatria Forense de Taborda**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2016.

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do

art. 5o da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1o de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm Acesso em: 15 mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2022**. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga a Resolução CFP nº 09/2018. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-31-2022-estabelece-diretrizes-para-a-realizacao-de-avaliacao-psicologica-no-exercicio-profissional-da-psicologa-e-do-psicologo-regulamenta-o-sistema-de-avaliacao-de-testes-psicologicos-satepsi-e-revoga-a-resolucao-cfp-no-09-2018?origin=instituicao> Acesso em: 15 mar. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Resolução nº 6, de 29 de março de 2019**. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP nº 07/2003 e a Resolução CFP nº 04/2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69440957/do1-2019-04-01-resolucao-n-6-de-29-de-marco-de-2019-69440920 Acesso em: 15 mar. 2022.

CUNHA, J. A. (org.). **Psicodiagnóstico-V**. 5.ed. rev. e amp. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

EXNER JR, J. **Manual de classificação do Rorschach para o Sistema Compreensivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade I – A vontade de saber**. 11. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz & Terra, 2021.

FREITAS, M. H. As Origens do Método de Rorschach e seus Fundamentos. **Psicologia - Ciência e Profissão**, v.25, n.1, p. 100-117, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932005000100009> Acesso em: 15 mar. 2022.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (IP-USP). Revisão de Literatura (biblioteca). s.d. Disponível em <https://www.ip.usp.br/site/biblioteca/revisao-de-literatura/> Acesso em: 15 mar. 2022.

MEYER, G. J. *et al.* **R-PAS: Sistema de Avaliação por Performance no Rorschach**. Tradução Fabiano Koich Miguel e Danilo R. Silva. São Paulo: Hogrefe, 2017.

RESENDE, A. C. O uso do Teste de Rorschach (R-PAS) no contexto forense. *In*: HUTZ, C. S. *et al.* **Avaliação Psicológica no Contexto Forense**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2020.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática x revisão de literatura. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001> Acesso em: 23 fev. 2022.

ROVINSKI, S. L. R. **Fundamentos da Perícia Psicológica Forense**. 3. ed. rev. e mod. São Paulo: Vetor, 2013.

ROVINSKI, S. L. R.; PELISOLI, C. L. **Violência sexual contra crianças e adolescentes: testemunho e avaliação psicológica**. São Paulo: Vetor, 2019.

ROVINSKI, S. L. R. A elaboração do relatório decorrente de avaliação psicológica. *In*: LOURENÇO, A. S.; ORTIZ, M. C. M; SHINE, S. **Produção de documentos em psicologia: prática e reflexões teórico-críticas**. São Paulo: Vetor, 2021.

SANDERSON, C. S. **Abuso Sexual em crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: MBooks, 2005.

SATTLER, M. K. O abusador: o que sabemos. *In*: AZAMBUJA, M. R. F.; FERREIRA, M. H. M. (org.). **Violência Sexual contra crianças e adolescentes**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

SCORTEGAGNA, S. A.; VILLEMOR-AMARAL, A. E. Rorschach e Pedofilia: A Fidedignidade no Teste-Retest. **Psico**, v. 44, n. 4, pp. 508-517, out./dez. 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/11651> Acesso em: 23 fev. 2022.

SCORTEGAGNA, S. A.; AMPARO, D. M. Avaliação psicológica de ofensores sexuais com o método de Rorschach. **Avaliação Psicológica**, Itatiba, v. 12, n. 3, p. 411-419, dez. 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712013000300016&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 23 fev. 2022.

SERAFIM, A. P. *et al.* Perfil psicológico e comportamental de agressores sexuais de crianças. **Revista de Psiquiatria Clínica**, v. 36, n.3, p. 105-111, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rpc/a/vHCDkd9cw7cKpnLRLDgfLXk/?lang=pt> Acesso em: 23 fev. 2022.

SERAFIM, A. P.; VIANA, M. G.; BARROS, D. M. Parafilias, violência sexual e saúde mental. *In*: SERAFIM, A. P.; BARROS, D. M.; SAFFI, F. (org.). **Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica III**. São Paulo: Vetor, 2013.

TEIXEIRA-FILHO, F. S. *et al.* Tipos e consequências da violência sexual sofrida por estudantes do interior paulista na infância e/ou adolescência. **Psicologia e Sociedade**, v.25, n.1., p. 90-102, 2013. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822013000100011> 2013 Acesso em: 23 fev. 2022.

ZAIA, P.; OLIVEIRA, K. S.; NAKANO, T. C. Análise dos Processos Éticos Publicados no Jornal do Conselho Federal de Psicologia. **Psicologia - Ciência e Profissão**, v.38, n. 1, p.8-21, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932018000100008&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 23 fev. 2022.

ZIKI, A. A. G. R. *et al.* Autores de Violência Sexual e o Teste de Rorschach: Revisão da Literatura. **Psicologia em Revista**, v.9, n.1, p. 176-200, mar.2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2020v29i1p176-200> Acesso em: 23 fev. 2022.

ZIKI, A. A. G. R.; RESENDE, A. C. Psychopathy and Stress in Child and Adolescent's Sexual Offender. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 26, n. 4, p. 771-781, out./dez. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/RbRcVksFGZfQPbxBmkJzNsJ/?format=pdf&lang=en> Acesso em: 23 fev. 2022.

PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS SOBRE A TEORIA FREUDIANA DA SEXUALIDADE FEMININA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Mariana Vitor Diniz de Castro

Alberto José de Camargo

INTRODUÇÃO

A sexualidade feminina, até o século XIX, estava associada a tabus e à forte influência da sociedade ocidental europeia, sendo pautada pela ética e pela moral do cristianismo, que postulavam que o corpo e o sexo eram assuntos proibidos. Além disso, a mulher sempre considerada inferior ao homem, visão que foi se modificando ao longo dos anos juntamente com as transformações sociais. Freud (2020a) já identificava a repressão sexual na sociedade, causando enfermidades e dificuldades, afetando a mulher desde a época vitoriana, em que o autor viveu, até os dias atuais.

Freud foi um dos precursores em abordar a sexualidade feminina e sua teoria ainda é grande referência para o assunto. Porém, mais de cem anos se passaram desde que essas literaturas foram redigidas, e as mudanças culturais e sociais foram refletidas na condição da mulher. Dessa forma, questiona-se quais as influências da obra de Freud na temática da sexualidade feminina e seus impactos nas percepções contemporâneas sobre esse assunto, considerando-se os aspectos modificados e aqueles que permaneceram ao longo dos anos, assim como as divergências e convergências de autores atuais em relação à psicanálise clássica.

O objetivo desta pesquisa consiste em constatar as percepções de autores contemporâneos sobre a sexualidade feminina sob a ótica da psicanálise freudiana. Já sua relevância e justificativa se dão em observar as influências da psicanálise clássica na sociedade atual e, principalmente, em relação à mulher. Ao ressaltar essa perspectiva, coloca-se sob a luz levantamentos retrógados e críticos à retórica freudiana e, ao mesmo tempo, demonstra-se a necessidade de novos estudos e reformulações no campo da psicanálise, considerando a mulher do século XXI.

Assim, este trabalho tomou como *corpus* obras freudianas com o foco na sexualidade feminina, comparando-as com artigos publicados nos últimos 5 anos que contemplam o tema na atualidade, com análise e discussões sob o enfoque de Freud.

REVISÃO DA LITERATURA

Nesse tópico serão apresentados cinco momentos da obra de Freud, sendo: a vida de Sigmund e a Histeria; Três Ensaios da Sexualidade; Complexo de Édipo; a Feminilidade e a Moral Sexual “Cultural” e a Doença Nervosa Moderna.

Vida de Sigmundo Freud e a histeria

Sigmund Freud (1856-1939) foi um médico vienense que mudou a forma de encarar e de pensar sobre a vida psíquica, pois ousou lançar luz sobre “regiões obscuras” ou “processos misteriosos” analisando fantasias, sonhos, esquecimentos e falas “acidentais” criando, a partir desses pontos, o método de investigação psicanalítica (Alves, 1997).

O médico neurologista considerado o “pai da psicanálise” foi um dos autores mais arrojados de sua época, ao tratar a temática da sexualidade e sua importância para a condição humana, revelando que pode estar associada ao surgimento de doenças e de limitações durante a vida, como disfunções sexuais e doenças fisiológicas e mentais. O autor, já em 1905, discorria sobre o assunto partindo de observações clínicas, entregando um material rico que, para sua época, foi considerado vanguardista e corajoso. Em seu célebre estudo “Os três ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”, frisa que a sexualidade é muito mais profunda e ampla do que meramente a reprodução, e que os chamados “instintos sexuais” estão presentes desde os primórdios da vida (Alves, 1997).

O início dos estudos de Freud se deu com os casos clínicos que atendia, mais conhecidos como “histéricos”, pessoas com enfermidades psíquicas que tornavam físicas, a partir de um trauma ocasionador. Os sintomas se manifestavam na forma de ataques histéricos (Freud, 2016a), como por exemplo, o celebre caso de Elisabeth Von R., que desenvolveu paralisia por ter sentimentos pelo cunhado.

Os fenômenos motores do ataque histérico eram vistos como reação do afeto que acompanha a lembrança, como por exemplo o agitar de braços e pernas como fazem os bebês e crianças. Esses movimentos são expressão dessa lembrança, tendo contato associativo entre si, por alguma vivência similar ao trauma (Freud, 2016a). O autor ressalta que a histeria só é manifestada quando os fenômenos surgem de forma espontânea, como manifestações mórbidas, e não em consequência de algum fator externo. Pode-se dizer a histeria ocorre quando a carga de afeto de alguma lembrança se torna insuportável ao indivíduo e essa ideia afetiva se converte em um fenômeno corporal que se repete frequentemente. Assim, complementa-se que o fator

sexual é muito importante na histeria, pois é necessário reconhecer que as neuroses são advindas desse tópico, não se restringindo apenas ao campo histérico (Freud, 2016a).

Três ensaios da sexualidade (1905) – as divisões libidinais

Mais tarde, Freud (2016b) revela e confirma que a histeria é assinalada pelo par de opostos constituído por uma enorme necessidade sexual e a exacerbada rejeição da sexualidade, entre a pressão do instinto sexual e o contraste da sua própria rejeição. Ocorre, então, a enfermidade, em que se procura aliviar a libido mediante os sintomas – o que é muito comum nas mulheres.

Esses instintos não resultam apenas da chamada “meta sexual normal”, que seria a reprodução, envolvendo as zonas genitais, mas envolvem também as perversões, que são as expressões convertidas dos instintos, manifestadas por fantasias e atos que não são desviados da consciência, como, por exemplo, tocar e olhar (Freud, 2016b). Os instintos sexuais dos psiconeuróticos confirmam que todas as aberrações sexuais são variações da vida sexual normal, de acordo com Freud (2016b) e consideradas manifestações da vida sexual patológica.

A partir dos avanços da psicanálise, constata-se que a sexualidade humana que advém da primeira infância é determinante para o desenvolvimento da libido. É conservada na memória consciente como influência determinante para a vida adulta. Essa concepção retira a criança do lugar angelical ou dessexualizado, visto que desde o nascimento os instintos estão presentes em diferentes locais do corpo, denominados zonas erógenas e considerados nas etapas da evolução da libido. Inicialmente, a atividade sexual se apoia nas funções de conservação da vida, e vai se tornando independente, como na necessidade de repetição da satisfação ao longo da vida, trazendo fixações determinantes para a vida adulta (Freud, 2016b).

Inicialmente, a satisfação da zona erógena estava ligada à busca ou necessidade de alimento, sendo denominada fase oral. Os lábios da criança se comportam como uma zona erógena e o estímulo gerado pela amamentação foi, provavelmente, causa de sensação de prazer, dando início ao autoerotismo (Freud, 2016b).

Outra zona extremamente importante para o desenvolvimento erógeno é a anal, com características diferentes da oral. É uma zona em que as excitações sexuais se mantêm para toda a vida, com grau de suscetibilidade à estimulação genital. Os distúrbios intestinais, tão frequentes na infância, estão ligados diretamente a essa zona, que pode ser considerada influente nos posteriores adoecimentos neuróticos com expressão sintomática. É também o

local em que a criança percebe o controle que tem sobre seu corpo e onde ocorre a constatação do sadismo utilizado nesse momento (Freud, 2016b).

Por fim, a zona fálica seria onde os genitais são destinados a grandes transformações no futuro, tanto no menino, quanto na menina, estando relacionada à micção (glande ou clitóris), sendo as atividades sexuais dessa zona relacionadas ao início de uma vida sexual considerada “normal” (Freud, 2016b).

As fases do desenvolvimento sexual são essencialmente autoeróticas. Encontra-se o objeto em seu próprio corpo e os instintos parciais se empenham na obtenção de prazer, em geral, sem conexão entre si e de forma independente. O resultado desse desenvolvimento é a vida sexual do adulto, na qual a obtenção de prazer ficou a serviço da função reprodutiva e os instintos parciais, sob o primado de uma única zona erógena, formaram uma organização sólida para alcançar a meta sexual num objeto externo (Freud, 2016b).

Complexo de Édipo da menina

O Complexo de Édipo para a menina, inicialmente, é como para o menino. Seu primeiro objeto de interesse certamente também é a mãe, mas seu percurso é mais longo. Por muito tempo, foi compreendido que o desenvolvimento da sexualidade feminina se complica na transição em abandonar o interesse pela zona genital de origem, o clitóris, passando a se interessar pela vagina (Freud, 2020b).

Freud (2020b) considera que a fase pré-edípica da mulher é um período propício para todas as fixações e recalques originários das neuroses. Enfatiza que o Complexo de Édipo é o núcleo da neurose dos seres humanos, e que para a mulher ocorre em dois momentos, sendo no primeiro o complexo negativo que, quando superado, é substituído pelo complexo positivo normal. O autor também constata que a fase de ligação com a mãe pode estar relacionada com a etiologia da histeria, pois percebeu que tanto essa fase como a neurose fazem parte do caráter da feminilidade, podendo ser encontrada na dependência da mãe o fruto da futura paranoia da mulher (Freud, 2020b).

Além disso, Freud (2020b) observou que a bissexualidade na constituição humana aparece de maneira mais explícita na mulher, pois o homem tem apenas uma zona sexual orientadora – um órgão genital –, enquanto a mulher possui duas: a vagina (propriamente feminina) e o clitóris (análogo ao órgão masculino), supondo que a vagina seria inexistente para a mulher até a época da puberdade. Assim, segundo o autor, a vida sexual das mulheres também seria dividida em duas etapas, sendo a primeira de caráter masculino e a segunda

especificamente feminina, havendo uma fase de transição para se diferir do menino (Freud, 2020b).

Segundo Freud (2020b), para a menina, a rivalidade e a hostilidade são direcionadas à mãe a partir do período pré-edípico, momento de extrema importância para seu desenvolvimento, pois é quando reconhece sua castração, supondo a “superioridade do homem” e sua própria “inferioridade”, revoltando-se com a situação e desenvolvendo três possibilidades a partir desse momento: a primeira é o afastamento da sexualidade, comparando-se ao menino e sentindo-se insatisfeita com o seu clitóris, desistindo da atividade masculina e da sexualidade da maneira geral; a segunda é a masculinidade ameaçada pela autoafirmação desafiadora, com a esperança da volta do pênis até épocas tardias, cultivando a fantasia de vir a ser homem; a terceira via é a mais direta, quando toma o pai como objeto de amor, e assim realiza a forma feminina do Complexo de Édipo.

A feminilidade

O complexo de castração na menina, chamado de “inveja do pênis”, apresenta extrema relevância e deixa marcas no desenvolvimento e na formação do caráter, que muitas vezes supõem um extremo dispêndio psíquico para sua superação. Freud (2020b) afirma que a mulher não se submete facilmente à ideia do feminino, e que por muito tempo alimenta a ilusão de possuir um pênis, rejeitando por fim esse objetivo inalcançável. Há um período de viragem do desenvolvimento, levando ao caminho da inibição sexual ou à neurose, da saída de um ponto de complexo masculino à chegada da feminilidade. Nesse momento a menina, resumidamente, abandona o modo masculino de obter prazer pelo clitóris, vinculado inconscientemente à mãe pelos desejos sexuais ativos, e vem à tona sua sexualidade fálica com a inveja do pênis, levando à renúncia da satisfação e à rejeição do amor da mãe, recalçando os anseios sexuais e, quando descobre que a mãe também é castrada, passa a hostilizá-la, direcionando o amor e os impulsos ao pai, pelo desejo do pênis que a mãe a negou, fantasiando ter um filho para que possa suprir a falta do pênis (Freud, 2020b).

Por fim, as consequências psíquicas da inveja do pênis, na medida em que não se esgota na formação reativa do complexo de masculinidade, são variadas e de grande alcance (Freud, 2020a). É considerada por Freud (2020a) uma cicatriz narcísica na mulher, estabelecendo um sentimento de inferioridade, entendida como uma punição pessoal e, mais tarde, surge o menosprezo sexo reduzido, insistindo na igualdade com o homem. Mesmo com a renúncia ao

objeto (pênis), não deixa de existir o traço do ciúme como deslocamento e outro resquício é o afrouxamento da relação com a mãe.

O comportamento machista vigente à época influenciava diretamente na percepção sexual da mulher, pois o homem possui mais liberdade na expressão da sua sexualidade, havendo uma supervalorização sexual masculina e a degradação da vida amorosa como uma escolha de objeto feita pelos homens” (Freud, 1912; 2020a).

Em muitos casos, a mulher não consegue desfazer a associação do sensual com a proibição, podendo mostrar-se impotente psiquicamente, resultando na frigidez, de acordo com Freud (2020a). Muitas mulheres até optam por atividades secretas ou infidelidade aos maridos pela suposta degradação ao homem, como consequência da suspensão cultural da importância psíquica causando desencontro entre as moções (pulsões) ternas e sensuais.

A moral sexual “cultural” e a doença nervosa moderna

Freud (2020b) ressaltou três estágios culturais, sendo que no primeiro a pulsão sexual é livre, estando além das metas de reprodução; o segundo diz respeito à pulsão sexual reprimida e o terceiro é a reprodução legítima como meta sexual, em que atua a moral sexual “cultural”, ou seja, a sociedade se encontra na base da repressão dos instintos da população para que haja uma espécie de controle sexual e, ao mesmo tempo, produtividade, gerando o sofrimento psíquico e outras doenças de natureza nervosa.

No que diz respeito às mulheres, Freud (2020a, p.146) resalta que

Quase não se percebe uma necessidade de degradação na mulher. Isso sem dúvida tem a ver com o fato de, em geral, ela não conseguir produzir algo como a supervalorização sexual do homem. Mas a longa contenção da sexualidade e da permanência da sensualidade na fantasia tem para ela uma outra consequência significativa.

Para a mulher é colocada a relação entre a proibição e a vivência da própria sexualidade, pois, diferentemente do homem, ela consegue vivenciar as duas correntes – a terna e a sensual (Freud, 2020a). A terna consiste na constituição da família, em que projeta suas pulsões infantis, a autoconservação e a escolha objetual para consistir o ideal amoroso; o que se difere da corrente sensual, que consiste em não procurar parceiros que remetam às pulsões infantis, de amor ou de alta valorização psíquica.

Essas duas correntes conformam a neurose de que quando há desejo, não há amor e, por outro lado, quando há amor, não há desejo (FREUD, 2020a). Apresenta-se assim as dicotomias feminina e masculina sobre o desejo e a própria sexualidade, em que a sublimação de ambos é

vivenciada de forma divergente e por neuroses diferentes, no mesmo contexto social, mas com maneiras de lidar incompatíveis, sendo a mulher coagida pela proibição e o homem pela dificuldade de conseguir se vincular a um objeto amado e desejado. Ambos os casos são frutos da sociedade moral e repressora.

MÉTODO

Tipo de pesquisa

Este trabalho foi realizado mediante revisão integrativa, que consiste em um método que proporciona síntese de conhecimento e a incorporação de práticas e resultados de estudos relevantes (Souza; Silva; Carvalho, 2010). Além disso, esse tipo de pesquisa tem o potencial de promover estudos de revisão de áreas do conhecimento, permitindo o acesso a dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados para definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre determinado tópico (Biblioteca, 2015).

Essa metodologia, segundo Ercole, Melo e Alcoforado (2014), tem como finalidade sintetizar resultados obtidos em pesquisas de forma sistemática, ordenada e abrangente. É chamada de integrativa por fornecer informações amplas sobre um assunto ou problema, constituindo, dessa forma, um arcabouço de conhecimento (Ercole; Melo; Alcoforado, 2014).

Procedimento de coleta de dados

De acordo com Ganong (1987), a revisão integrativa propõe cinco passos para seu desenvolvimento, sendo (1) seleção do tema/pergunta; (2) estabelecimento de critérios de inclusão; (3) definição das informações extraídas dos estudos; (4) avaliação dos estudos; (5) interpretação dos resultados e, por fim, (6) apresentação da revisão.

Para a presente revisão, foi definido o tema da sexualidade, em especial a feminina, para a observação de lacunas, novidades, contradições e do debate no campo da psicanálise freudiana. Buscou-se por materiais recentes disponíveis nas bases de dados LILACS e nos Periódicos Capes, com foco em artigos publicados nos últimos cinco anos (2017-2022), utilizando-se as palavras-chaves “sexualidade feminina” e “Freud”, apenas em português, obtendo-se como resultado 46 artigos, sendo 14 artigos na base LILACS e 32 nos Periódicos Capes.

Procedimento para a análise de dados

Para a análise de dados, primeiramente foi realizada a leitura de todos os títulos apresentados nas respectivas bases de dados, com uma primeira seleção de artigos para a coleta, excluindo-se artigos repetidos nas bases e em outros idiomas que não seja a língua portuguesa. O segundo momento foi marcado pela leitura dos resumos, métodos e resultados, sendo contabilizados para a pesquisa um total de 7 artigos, sendo 4 da LILACS e 3 do Periódicos CAPES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir será apresentada a análise dos artigos, organizados em quadros de acordo com sua base de dados. O Quadro 1 sintetiza dados dos artigos selecionados da base Lilacs.

Quadro 1 – Resultados Lilacs

Número	Base de dados	Autor, ano	Título	Método
01	LILACS	Centurion; Peres; Santos, 2020	Significados sobre sexualidade em mulheres com fibromialgia: ressonâncias da religiosidade e da moralidade	método clínico-qualitativo.
02	LILACS	Teodoro; Chaves, 2019	Da diferença natural à diferença moral entre os sexos: uma perspectiva freudiana	investigação teórica de cunho psicanalítico
03	LILACS	Verceze; Cordeiro, 2019	Feminilidade não toda: uma revisão sistemática de literatura	revisão sistemática
04	LILACS	Peres; Centurion; Cremasco, 2018	"Formar-se" e "ser" mulher: um breve ensaio sobre a sexualidade feminina	investigação teórica de cunho psicanalítico

Fonte: Dados da pesquisa.

O artigo de Centurion, Peres e Santos (2020) aborda a temática da fibromialgia e a sexualidade das mulheres portadoras da doença, relacionando-a com a religiosidade e a moralidade vigentes. A fibromialgia é uma enfermidade que acarreta dor crônica musculoesquelética generalizada e de origem não inflamatória, prevalente em mulheres de meia idade, acometendo cerca de 2,4% a 6,8% dessa população.

O artigo enfatiza que Freud constituiu a sexualidade feminina como um reflexo da sociedade patriarcal vigente da época, o que gera críticas ao modelo em que o falo possui posição central nas obras. Porém o autor é muito presente no que diz respeito à repressão sexual pela moralidade ou religiosidade, gerando distúrbios fisiológicos e psíquicos até os dias atuais, quando há mais possibilidades de liberdade e vivências.

Teodoro e Chaves (2019), por sua vez, discorrem sobre as questões concernentes às diferenças sexuais, as quais não escapam de uma tentativa cientificista advinda de Freud de estabelecer a natureza da sexualidade feminina ou masculina, evidenciando marcas psíquicas de um discurso moral. Desde os primórdios, o tema das diferenças sexuais são pautas de discordâncias ou concordâncias sobre o que são o homem e a mulher, e percebe-se que, ao longo da história, as concepções sobre a sexualidade se modificaram diversas vezes, refletindo o modo pelo qual cada sociedade pensa ou propõe suas formas de organização social (Teodoro; Chaves, 2019).

No decorrer da história, podem ser observados vários marcos que confirmam a supremacia masculina e a mulher como mera “cópia imperfeita”. Essa concepção foi mudando com as conquistas dos direitos dos cidadãos, principalmente após da Revolução Francesa, quando se constatou um reforço nas diferenças sexuais já existentes ao se pautar as diferenças anatômicas como determinantes na definição dos papéis sociais dos sexos (Laqueur, 2001 *apud* Teodoro; Chaves, 2019).

Ainda segundo Teodoro e Chaves (2019), as primeiras formulações freudianas eram pensamentos binários e deterministas, sendo fruto da tentativa de tomar as ciências naturais como critérios de investigação e cientificidade. Por mais psíquico que fosse o discurso de Freud, ainda era influenciado pela diferença anatômica entre os corpos, havendo certa dificuldade do autor em correlacionar a natureza anatômica com sua posição inconsciente. Porém, o pensamento freudiano não se propôs a trabalhar exclusivamente essa dicotomia, mas sim a natureza pulsional como interseção entre o corpo e a mente, que precisa ser reprimida pela cultura. Nessa perspectiva, permite uma desvinculação da concepção da anatomia como destino

no ponto em que desvenda o conflito entre a pulsão e a moral sexual civilizada, gerando o mal-estar psíquico na humanidade.

Já as autoras Verceze e Cordeiro (2019) realizaram uma pesquisa abordando como a sexualidade feminina tem sido debatida no âmbito da psicanálise nos últimos anos, enfocando Freud e Lacan. Partindo da indagação de Freud sobre “O que quer a mulher?”, Lacan produz longos trabalhos para responder essa questão, sendo considerados, no referido artigo, a relação pré-edípica, a feminilidade e o real: a lógica não toda fálica e a maternidade. Conforme as autoras, Lacan retoma as questões apresentadas por Freud indicando que a questão do falo não seria uma fantasia, nem um objeto parcial e muito menos a referência a um órgão, sendo apenas um significante, apenas uma representação, ressaltando também a questão do feminino com a “falta”, assim como a importância do olhar da mãe para a formação da mulher.

Além disso, Verceze e Cordeiro (2019) ressaltam as grandes mudanças que ocorreram na sociedade nos últimos anos, no que se refere, principalmente, ao papel da mulher na sociedade e aos padrões da feminilidade. Porém, para a psicanálise, os conceitos se encaixam por se referirem a um saber inconsciente, atemporal, o que não significa que as mudanças sociais e culturais não alterem o entendimento sobre o feminino.

É ressaltada também a importância do complexo de Édipo e a primazia fálica na estruturação da sexualidade feminina. O desejo sobre o falo consiste a feminilidade, associando a mulher à posição de mãe, o que diverge da teoria lacaniana, em que afirma que mulher e mãe não são equivalentes, e que a maternidade não resolve a questão de tornar-se mulher, sendo apenas uma das manifestações de se vivenciar a feminilidade (Verceze; Cordeiro, 2019).

Peres, Centurion e Cremasco (2018) apresentam um ensaio breve sobre o desenvolvimento da sexualidade feminina ao longo dos anos, desde Freud até os autores contemporâneos. Constataram que vários postulados de Freud sobre a sexualidade feminina seguem válidos na atualidade. Entretanto, diversas mudanças sociais nas últimas décadas afetaram diretamente a posição da feminilidade e, intrinsecamente, a maternidade, conforme destacam esses pesquisadores. Foi constatado, após a síntese dos autores contemporâneos brasileiros, que não houve uma nova constituição teórica no seio da psicanálise, mas um deslocamento entre o “formar-se” mulher clássico para o “ser” mulher (Peres; Centurion; Cremasco, 2018).

O percurso para a feminilidade, ainda segundo Peres, Centurion e Cremasco (2018) foi modificado ao longo dos anos por movimentos sociais e visibilidades que atingem todas as camadas sociais, diferindo-se do contexto da mulher freudiana na época vitoriana.

Outro ponto destacado pelos autores foi a banalização acentuada do erotismo pela publicidade e pelas indústrias de entretenimento, em que o prazer sexual deixou gradativamente de ser individualizado. O corpo da mulher passou a ser visto, de certa forma, como um “objeto de consumo”, com efeitos sobre a feminilidade, podendo a sexualidade ser usufruída sem limitações; em contrapartida, gera-se um novo sofrimento psíquico pela constituição de uma referência inacessível para várias mulheres, que podem vivenciar essa sexualidade ou serem conduzidas a um sentimento de vazio.

Os resultados da base de dados Periódicos CAPES são apresentados no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2 – Resultados Periódicos Capes

Número	Base de dados	Autor, ano	Título	Métodos
05	Periódicos Capes	Cruz; Fontenele, 2020	Sexualidade, Corpo e Psicanálise	estudo sistemático de produções do Campo Lacaniano
06	Periódicos Capes	Nolli, 2020	Feminilidade e modernidade em Freud: uma leitura crítica	interpretativo-hermenêutico
07	Periódicos Capes	Miranda; Protti, 2019	A prática das Escarificações em moças: uma abordagem psicanalítica das questões com a feminilidade	investigação teórica de cunho psicanalítico

Fonte: dados da pesquisa.

Em relação ao material selecionado nos Periódicos CAPES, Cruz e Fontenele (2020) desenvolveram um estudo sobre sexualidade, corpo e psicanálise, promovendo uma reflexão sobre as noções contemporâneas de sexualidade e gênero, buscando compreender a sexualidade no campo social, cultural e biológico. Os autores constatam que, atualmente, o eixo feminino/masculino depende de uma autoimagem e de uma autodesignação realizada pela criança sobre um sexo ou outro, o que atribui ao meio a influência na determinação sexual. Já a biologia parte do pressuposto das diferenças anatômicas e do código genético, e, por fim, a psicanálise contribuiu com estudos indicando que o corpo é pulsional e se revela pelo atravessamento do sujeito pela linguagem.

O artigo também destaca movimentos sociais como o feminismo e a importância do estudo das concepções de gênero e da sexualidade no modelo contemporâneo para a

compreensão dos novos fenômenos sociais. Nessa perspectiva, visa-se estabelecer uma nova representação da mulher e de seu papel social e uma nova linguagem para a sua formação, além de propiciar ressignificações históricas e concordância com ideais sociais para diferentes épocas (Cruz; Fontenele, 2020).

Nolli (2020) constata que a sexualidade feminina é um dos pontos de partida da psicanálise e sua legitimação criou formas de pensar as estruturas sociais, possibilitando o abandono dos pressupostos que defendem a inferioridade da mulher. A feminilidade é transposta para campos além da psicanálise, como as artes e a literatura, em que até mesmo a histeria foi considerada, ao longo do século XX, como uma descoberta poética de libertação e de desejo humano, assim como o período de transformações sociais. O autor também salienta que a construção da mulher, até o século XIX, ocorreu com base no registro do homem, sob limitação e condenação social, em que a “passividade” feminina foi subsidiada pelo contexto da época; reproduzir esse discurso seria reforçar o discurso falocêntrico e as relações de desigualdade de gênero (Nolli, 2020).

Por fim, Nolli (2020) reforça que do momento histórico em que o pensamento freudiano se originou até o presente momento, houve inúmeras transformações sociais, podendo-se observar que a mulher do período vitoriano que abdicava do destino da família nuclear burguesa era uma ameaça à masculinidade vigente, impactando diretamente o discurso social e cultural onde Freud estava inserido.

Miranda e Protti (2019) propuseram a articulação da teoria psicanalítica com escarificações realizadas por adolescentes do sexo feminino, buscando analisar a relação mãe-filha e questões relativas à sexualidade feminina. As autoras reafirmam o conflito da menina na busca de “se tornar mulher”, a busca de uma identificação feminina para essa transformação e a necessidade do olhar da mãe para sua constituição, o que resulta em conflitos e incoerências. É importante frisar que a demanda materna é maior em comparação à paterna. A mãe é vista como uma espécie de influência ou espelho e, quando a menina não lida com essa situação de forma saudável, pode haver dificuldades (Miranda; Protti, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os objetivos deste trabalho foram atendidos, pois foi constatado que a perspectiva freudiana ainda está presente nos dias de hoje na base da psicanálise, abrindo caminhos para outros autores compreenderem os fenômenos da sexualidade feminina.

A análise do material coletado demonstrou que as transformações sociais trouxeram liberdade para a mulher vivenciar sua feminilidade, com poder de escolha sobre maternidade, matrimônio, trabalho, estudo e outros, o que não era comum na época de Freud em que apenas homens tinham essas opções, gerando de fato sentimentos de inferioridade ou mesmo de impotência.

Graças a esses estudos de Freud, hoje há recursos que permitem diversos caminhos a serem trilhados. Dessa forma, pode-se dizer que Freud foi responsável pela abertura de diversos campos de investigação, sendo um autor que deve ser revisitado, influente na atualidade. A principal crítica à obra de Freud na atualidade se refere ao gênero dos antigos pesquisadores da sexualidade feminina, devido a suas constatações sobre esse tema ocorrerem sob uma perspectiva masculina.

Ressalta-se que o presente trabalho não investigou um grande volume de artigos em razão de os materiais abrangerem outras temáticas de gênero e abordarem outros autores da psicanálise além de Freud, que foi o foco desta pesquisa. Foi encontrado um número significativo de livros que abordam a psicanálise freudiana de maneira completa e sintetizada, mas a busca por artigos produzidos nos últimos cinco anos foi mais difícil, visto que poucos abordam a sexualidade da mulher. Devido a essa limitação, recomenda-se que novos estudos sejam produzidos acerca da sexualidade da mulher e sua relação com a psicanálise clássica e contemporânea.

REFERÊNCIAS

- BIBLIOTECA PROF. PAULO DE CARVALHO MATTOS. **Tipos de revisão de literatura**. Botucatu: Faculdade de ciências agrônomas – UNESP, Campus de Botucatu, 2015. Disponível em: <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-evisao-de-literatura.pdf>. Acesso em: 3 nov. 2022.
- CRUZ, S. V. O.; FONTENELLE, A. S. Sexualidade, Corpo e Psicanálise. **Revista Subjetividades**, [S. l.], v. 20, n. 3, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/e8756>. Acesso em: 29 out. 2022.

CENTURION, N. B.; PERES, R. S.; SANTOS, E. J. R. Significados sobre sexualidade em mulheres com fibromialgia: ressonâncias da religiosidade e da moralidade. **Psicologia em Estudo**, v. 25, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/pygzXRxxsG8gxxh7Cb93C7Tn/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 29 out. 2022.

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa versus revisão sistemática. **Revista Mineira de Enfermagem**, v. 18, n. 1, p. 9-12, 2014.

FREUD, S. Estudos sobre a histeria (1893-1895) em coautoria com Josef Breuer. Trad. Laura Barreto. **Obras completas**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2016a.

FREUD, S. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("O caso Dora") e outros textos (1901-1905). Trad. Paulo Cesar de Souza. **Obras completas**. v. 6. São Paulo: Companhia das Letras, 2016b.

FREUD, S. Lembrar, repetir e perlaborar. *In*: **Fundamentos da Clínica Psicanalítica**. Trad. Claudia Dornbusch. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FREUD, S. Amor, sexualidade, feminilidade. Trad. Maria Rita Salzano Moraes. **Obras incompletas de Sigmund Freud**. v. 7. Belo Horizonte: Autêntica, 2020a.

FREUD, S. **Cultura, sociedade, religião**: o mal-estar na cultura e outros escritos. Trad.: Maria Rito Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2020b.

GANONG, L. H. Integrative Reviews of Nursing Research. **Research in Nursing Health**, v. 10, n.1, p. 1-11, 1987.

MIRANDA, A. A. W. R.; PROTTI, L. C. A prática das escarificações em moças: uma abordagem psicanalítica das questões com a feminilidade. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 22, p. 41-50, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/DMhKnpXL5bYMM8dm5JsB7NJ/?lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

NOLLI, M. R. Feminilidade e modernidade em Freud: uma leitura crítica. **Psicanálise & Barroco em Revista**, v. 18, n. 2, p. 207-235, 2020. Disponível em: <http://seer.unirio.br/psicanalise-barroco/article/view/10773/9265>. Acesso em: 29 out 2022.

PERES, R. S.; CENTURION, N. B.; CREMASCO, M. V. F. " Formar-se" e " ser" mulher: um breve ensaio sobre a sexualidade feminina. **Tempo Psicanalítico**, v. 50, n. 2, p. 401-420, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382018000200020. Acesso em: 29 out. 2022.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, São Paulo, v. 8, p. 102-106, 2010.

TEODORO, E. F.; CHAVES, W. C. Da diferença natural à diferença moral entre os sexos: uma perspectiva freudiana. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 13, n. 3, p. 1-25, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/psicologiaempesquisa/article/view/26498>. Acesso em: 29 out. 2022.

VERCEZE, F. A.; CORDEIRO, S. N. Feminilidade não toda: uma revisão sistemática de literatura. **Tempo Psicanalítico**, v. 51, n. 2, p. 140-165, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382019000200008. Acesso em: 29 out. 2022.

PROJETO DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL NA ADOLESCÊNCIA: O PAPEL DA ESCOLA⁵

Adriana Leonidas de Oliveira

Silvana Patrícia dos Santos

INTRODUÇÃO

O estudo sobre Projeto de Vida e desenvolvimento saudável na adolescência, abordando o papel da escola e a visão do professor, é de fundamental relevância para os jovens, que estão em período de formação e desenvolvimento, buscando um caminho de vida a seguir, esperando encontrar no seu itinerário escolar embasamentos que auxiliem esse processo de construção e realização. O presente capítulo apresenta dados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar o papel da escola no processo de construção do Projeto de Vida de adolescentes, a partir da visão dos professores.

A adolescência é entendida como uma fase de amadurecimento, fase fértil para o desenvolvimento humano e para assentar metas em relação ao futuro. Entretanto, construir projetos de vida na contemporaneidade não é uma tarefa fácil. Autores como Damon (2009), La Taille (2009), Margulis (2001) e Klein e Arantes (2016) consideram que no contexto atual essa tarefa torna-se ainda mais difícil, devido ao cenário globalizado, às multiplicidades de possibilidades advindas da dinâmica social acelerada e à necessidade de se fazer escolhas em um ambiente com tamanha diversidade.

Nesse cenário, destaca-se o papel da escola como espaço propício e a atuação do professor para estimular a construção de projetos de vida positivos. O professor é, sem dúvida, peça chave para impulsionar qualquer tipo de mudança na busca de uma formação de qualidade.

O grande desafio do professor é contribuir para o desenvolvimento integral do aluno, estimular que o adolescente vivencie a educação no seu sentido mais amplo, dedicando atenção especial às escolhas que ele fará em seu caminho de aprendizagem. Essa perspectiva poderá contribuir muito favoravelmente para a construção do Projeto de Vida do jovem e para seu desenvolvimento saudável. Ter projetos de vida claros também previne possíveis comportamentos autodestrutivos e motiva os jovens a adotar uma atitude positiva perante a

⁵ Agradecimento à Universidade de Taubaté pela bolsa PIBIC-Unitau (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté) concedida.

vida, gerando resultados desejáveis, como comprometimento moral, comportamento pró-social, realização e autoestima elevada (Damon, 2009).

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas Adolescência, Projeto de Vida e o Papel da Escola, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura está organizada em três tópicos principais, que apresentam a visão de alguns teóricos em relação à temática estudada.

Adolescência

A adolescência é entendida como um período caracterizado por transições e transformações. Nesta fase adquire-se um pensamento abstrato e reflexivo que possibilita a inserção do jovem em atividades sociais, aspecto extremamente importante para o desenvolvimento afetivo, cognitivo e motor, pois nessa etapa o biológico e o social são complementares. “É uma fase marcada por mudanças evolutivas rápidas e intensas nos sistemas biológicos, psicológicos e sociais” (Silva, T.; Silva, L., 2017, p.5).

O período de transição da adolescência se dá inicial e basicamente a partir das mudanças biológicas do organismo, associadas às mudanças psicológicas e contextuais experienciadas pelos adolescentes. No entanto, para melhor compreender a transição vivenciada por eles, é fundamental analisar o quanto as interações biológicas, psicológicas e culturais afetam esse período vital (Xavier; Nunes, 2015).

Carneiro, Silva e Viana (2011) compreendem que o ser humano se desenvolve progressivamente, e que a aprendizagem na adolescência ocorre gradualmente e vai habilitando o jovem, que, seguindo uma sequência lógica, vai desenvolvendo suas habilidades cognitivas, que se farão presentes na vida adulta. Piaget (1964/2007) esclarece que o indivíduo evolui desde seus primeiros meses de vida, adquirindo aspectos singulares que o diferenciam dos demais em seu meio, passando pelas fases que estruturam sua vida mental. A adolescência corresponde ao período das operações formais. Chegando à vida adulta, o indivíduo consegue passar do pensamento formal e abstrato para o plano das ideias, sem precisar de referências ou de manipulação concreta. Suas conclusões partem de hipóteses.

Valle e Mattos (2011) afirmam que a adolescência é um período de transformações, impondo cuidados singulares para atender às exigências específicas do desenvolvimento físico e psicológico dos jovens, fazendo com que psicólogos, educadores e pesquisadores de áreas diversas investiguem e procurem entender melhor o mundo peculiar dos adolescentes, com o propósito de melhor atender suas necessidades. Estamos tratando de um grupo de jovens que inaugura uma cultura nova, e a sociedade contribui para essa construção, encarando com eles as oposições encontradas e ajudando-os a arquitetar um novo tempo.

A adolescência é um período compreendido pela contemporaneidade como uma fase que vai além da preparação para uma vida adulta, construindo um sentido em si mesma, como etapa do ciclo vital (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvaes, 2010). Mudanças na compreensão da adolescência e como os teóricos atuais têm tratado essa etapa são comentados a seguir.

Segundo Quiroga e Vitalle (2013), o adolescente contemporâneo, nessa etapa da vida, está em busca de referências para poder vivenciá-las de modo a construir sua identidade, criando uma forma singular que lhe permita viver em um contexto social que valoriza o indivíduo.

Para Damon (2009, p. 26), a adolescência é um “período de desenvolvimento transitório, uma espécie de baldeação na estrada rumo a uma autoidentidade madura”. Assim, o adolescente deve investir tempo refletindo sobre si mesmo e sobre seu futuro. O autor enfatiza que a adolescência é o período em que o jovem formula sua identidade e, por isso, precisa de atenção e orientação dos mais velhos. O autor acredita que parte dessa orientação pode ser ofertada pela escola, que pode intervir para oportunizar o desenvolvimento de projetos vitais que contribuam para sociedade e o bem-estar do jovem.

Na concepção de Nascimento (2006), ao construir seu Projeto de Vida os jovens estão também construindo sua identidade, pois esses projetos apresentam características que definem o sujeito. Os projetos de vida começam a ser estruturados na infância e se revelam na adolescência, em consequência das diferentes demandas biopsicossociais que surgem nessa etapa. Klein e Arantes (2016) entendem que projetos de vida podem ser realizados em todas as etapas da vida humana, mas que a juventude é uma fase significativa para a sua construção, por ser o momento em que os jovens relacionam suas identificações e escolhas com a vida profissional.

Projeto de Vida

Autores clássicos sobre o desenvolvimento humano ressaltam o papel do Projeto de Vida para o adolescente. Dellazzana-Zanon (2019) apontam que Piaget (1964/2007) ressaltava a importância do programa ou plano de vida como fator determinante na formação da personalidade e parte do processo de integração do adolescente ao meio social. Também na atualidade são vários os autores que compreendem que a adolescência é o período ideal para a construção do Projeto de Vida.

Na perspectiva de Damon (2009), Projeto de Vida pode ser compreendido como uma intenção estável e generalizada de alcançar algo que seja ao mesmo tempo significativo para o eu e que gere consequências para o mundo. Percebe-se, nessa abordagem, o enfoque no aspecto individual e também no aspecto coletivo, pois envolve uma necessidade humana de satisfação pessoal e também uma forma de participação ativa na sociedade, pela possibilidade de transformá-la.

Para Moran (2017), o Projeto de Vida determina o que o sujeito pretende realizar na vida e quais as perspectivas reais para atingir suas metas, possibilitando uma visão mais ampla com a conscientização e a avaliação dos caminhos de aprendizagem, de valores, competências e dificuldades, bem como dos caminhos favoráveis para o seu crescimento e desenvolvimento.

Já Nascimento (2006) define Projeto de Vida como um conjunto de aspectos que estruturam o campo psicossocial, determinando a ideia de que a relação do sujeito com o mundo remete à constituição do sujeito com a sociedade, ou seja, a história que cada um protagoniza envolve a história do outro. O individual e o coletivo coexistem tanto na subjetividade quanto na objetividade do sujeito. Assim, o Projeto de Vida surge nesse contexto complexo de relações, em que se constrói saberes sobre si e sobre o mundo, num intercâmbio diário de espaço comum entre os sujeitos.

O Projeto de Vida motiva o comportamento diário do ser humano. Por isso, de acordo com Damon (2009), há evidências de que ter um Projeto de Vida claro pode ser favorável para o desenvolvimento positivo de adolescentes. Segundo o autor, a possibilidade de o jovem projetar-se e pensar em si no futuro pode trazer benefícios, como conquistar a felicidade, realizar-se pessoalmente e profissionalmente, empoderar-se no contexto social contemporâneo e adquirir resiliência para momentos adversos do contexto globalizado.

Winters *et al.* (2018) apresentam os achados de Damon (1995) relacionados aos jovens que não têm projetos de vida claros, que indicam efeitos negativos individuais e sociais, como

depressão, vícios, doenças psicossomáticas, comportamentos desviantes e destrutivos, incapacidade de manter relações interpessoais estáveis e improdutividade.

Construir projetos de vida, entendem Menezes e Trevisol (2014), é uma importante opção pessoal. Um Projeto de Vida permite saber onde se quer chegar, estabelecer as etapas que se precisa cumprir, o que fazer para atingir os objetivos, perceber o esforço e o sacrifício demandados, conhecer os recursos e as condições necessárias para atingir as metas.

Leão, Dayrell e Reis (2011) também enfatizam o desafio da escola de Ensino Médio da atualidade de se constituírem em referência para fomentar a reflexão e para que os jovens possam ter acesso a informações, habilidades e competências, que são dimensões importantes para a construção dos seus projetos de vida.

Papel da escola

A escola é responsável por preparar os jovens para fazer parte da sociedade adulta, tendo essa função preparatória e como lugar de transição reconhecida socialmente e pela juventude.

O ambiente escolar, segundo Menezes e Trevisol (2014), é um espaço que acolhe, atua na formação do caráter e permite o desenvolvimento da personalidade. Acompanha a vida do indivíduo nas diversas fases, como infância, juventude e vida adulta, na busca de informações geram o conhecimento, adquirindo competências e habilidades, mecanismos fundamentais para superação na vida, dos possíveis desafios e riscos proporcionados por ela.

De acordo com Pereira e Lopes (2015), a escola representa para os jovens um espaço de enfrentamento, de superação de conflitos e barreiras, onde colocam suas expectativas, confiança, esperanças e sonhos para construir seus projetos de vida. A escola se torna um espaço de realização, uma ferramenta fundamental para alcançar seus projetos.

Danza e Silva (2020) reforçam que por muito tempo a escola tinha como principal objetivo repassar o conhecimento para os jovens, abordando as diversas áreas (científico, histórico e cultural). Essa era a forma de introduzir o jovem no mundo adulto, com conhecimento de seu funcionamento. Mas, com a evolução da sociedade, novas exigências surgiram, tornando o papel da escola mais abrangente, devendo ultrapassar o conhecimento dos fenômenos naturais, históricos e sociais. Hoje se entende que é fundamental aprender sobre o que se passa no nosso interior e como são estabelecidas nossas relações com os outros, conhecimento que beneficia a todos.

Nesse cenário, o professor enfrenta desafios, como compreender que deve atuar fundamentalmente como facilitador da aprendizagem do aluno e não como fornecedor de conteúdo, criar situações em que os alunos possam desenvolver competências socioemocionais, construir com os alunos uma relação menos hierárquica e mais colaborativa, compreender a realidade do aluno, seus interesses e anseios, apropriar-se das tecnologias como aliadas do processo de ensino e aprendizagem, aprender a fazer aos alunos boas perguntas, desafiadoras e instigantes (Inova Escola, 2016).

Entendemos que trabalhar com “projetos de vida” dentro da escola é importante para a personalização do ensino. A escola cria uma cultura de oportunizar aos estudantes o desenvolvimento dos próprios interesses, com o apoio e a orientação do professor, em busca do autoconhecimento e de metas pessoais. Entretanto, o professor deve contar com o envolvimento de toda a comunidade escolar: diretores, coordenadores, funcionários e pais.

Devido a sua importância, o Projeto de Vida passou a ser um componente curricular do Novo Ensino Médio, de acordo com a Lei nº13.415/2017, que estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional, definindo que os currículos do novo Ensino Médio devem considerar a formação integral do aluno, adotando um trabalho voltado para a construção do Projeto de Vida e a formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais do aluno (Sae Digital, *s.d.*).

Segundo Danza e Silva (2020), o Projeto de Vida deve apresentar uma intenção estável e considerar o sentido pessoal e ético, com um planejamento que possibilite essa conquista. Para sua realização, é importante abordar todas as competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que contribuirão tanto para desenvolver habilidades, atitudes e valores necessários para que a trajetória do jovem tenha mais significado, permitindo-lhe enfrentar os desafios advindos da sociedade contemporânea.

MÉTODO

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, de campo, com abordagem qualitativa. A pesquisa foi realizada junto aos professores do Ensino Médio de escolas de Taubaté, São José dos Campos e Jacareí – SP. A amostra foi composta por 13 professores, sendo 9 mulheres e 4 homens, entre 23 e 55 anos, que lecionam no Ensino Médio, nas diferentes áreas do conhecimento, em escolas públicas estaduais. Foi considerado como critério básico para a escolha dos participantes ser professor do Ensino Médio e estar atuando na área.

Para a coleta de dados foram utilizados dois instrumentos, a entrevista semiestruturada e a técnica projetiva do desenho-estória com tema, aplicados de forma remota.

A entrevista semiestruturada é constituída com base em uma estrutura flexível, fazendo uso de questões abertas para definir a área explorada, pelo menos inicialmente, a partir da qual, o entrevistador ou a pessoa entrevistada podem divergir a fim de prosseguir com uma ideia ou resposta em maiores detalhes (Pope; Mays, 2009). O Desenho-Estória com Tema (D-E/T) é uma técnica de investigação de personalidade que emprega, basicamente, desenhos livres associados a estórias. Segundo Trinca e Tardivo (2000), por meio do desenho-estória com tema o indivíduo pode revelar suas disposições, esforços, sentimentos e conflitos ao estruturar uma situação proposta.

Os dados coletados nas entrevistas foram analisados a partir de técnicas qualitativas do método de análise de conteúdo e organizados em categorias. Seguindo os apontamentos de Richardson *et. al.* (1999), a análise do conteúdo das informações obtidas passa por três etapas básicas: pré-análise, categorização e interpretação inferencial. O conteúdo obtido com a técnica projetiva do desenho-estória com tema foi analisado com base no Referencial de Análise Sistêmica proposto por Godoy e Oliveira (2016), apoiado no referencial original de Trinca (1987) e nos referenciais de Cerveny (2001). O Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-estória, proposto por Godoy e Oliveira (2016) apresenta as seguintes categorias: Atitudes Básicas; Figuras Significativas; Sentimentos Expressos; Necessidades e Desejos; Contexto, Estrutura, Dinâmica e Valores.

Todos os participantes assinaram o TCLE e a coleta de dados foi gravada, após consentimento dos participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conteúdo das entrevistas foi organizado em sete categorias, que abordaram aspectos do Projeto de Vida na visão do professor em relação à escola, ao aluno e a seu contexto familiar e social. Essas categorias e conceitos estão destacadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias e Conceitos

Categoria 1- Significado do Projeto de Vida para o professor	Aborda a opinião dos professores em relação ao significado do Projeto de Vida no Ensino Médio, como eles percebem esse projeto sendo desenvolvido na vida do aluno e intervindo em suas expectativas de futuro profissional.
Categoria 2- Importância do Projeto de Vida como fator impulsor de promoção de saúde na adolescência	Mostra, segundo a visão do professor, como o Projeto de Vida dentro da escola interfere e impulsiona os adolescentes, ajudando e contribuindo para a promoção da saúde, afastando-os das situações de vulnerabilidade a que estão sujeitos nessa fase da vida.
Categoria 3- Contribuição das experiências escolares para a construção do Projeto de Vida dos adolescentes	Refere-se à vivência dos alunos dentro da escola, às estratégias utilizadas para desenvolver o Projeto de Vida, a quanto as experiências escolares contribuem na construção do Projeto de Vida do adolescente.
Categoria 4- Protagonismo dos jovens na construção de seu Projeto de Vida	Evidencia, na visão do professor, o quanto os jovens desenvolvem seu protagonismo na construção de seu Projeto de Vida dentro da escola.
Categoria 5- Influência do contexto social e familiar em que o jovem está inserido na construção de seu Projeto de Vida	Reflete sobre o quanto o contexto social e familiar em que o adolescente está inserido influencia e afeta na construção do seu Projeto de Vida.
Categoria 6- Ações e estratégias a serem implementadas para que a escola se torne agente impulsor do Projeto de Vida dos adolescentes	O que a escola pode propor e realizar com os adolescentes para contribuir com a construção do Projeto de Vida.
Categoria 7- Papel do professor na construção do Projeto de Vida do jovem	A importância do papel do professor na construção do Projeto de Vida do adolescente, trazendo sua própria experiência e a de outros profissionais para ajudar na motivação dos jovens.

Fonte: dados da pesquisa de campo.

O conteúdo obtido com a técnica projetiva do desenho-estória foi organizado em cinco categorias. com base no Referencial de Análise Sistêmica do Desenho-estória proposto por Godoy e Oliveira (2016), citados anteriormente. Os desenhos e as histórias contadas pelos professores abordam aspectos do Projeto de Vida em relação a escola, aluno, professor e seu contexto familiar e social. Essas categorias e conceitos estão destacadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorias e conteúdos analisados.

Categoria 1 - Atitudes básicas do desenho- estória com tema	A categoria de <i>Atitudes básicas</i> vê a relação que o protagonista da história tem consigo mesmo e com o ambiente. No item “Em relação a si próprio”, deve-se analisar os seguintes aspectos: identidade pessoal, imagem e consciência corporal, autoimagem, atitude em relação ao crescimento etc., enquanto no item “Em relação ao mundo/ambiente”, os aspectos analisados são submissão, domínio, autonomia, necessidade de êxito, insegurança, inibição, oposição, hostilidade, perfeccionismo, egocentrismo etc.
Categoria 2- Figuras significativas do desenho-estória com tema	<i>Figuras Significativas</i> são os demais personagens que possuem uma relação importante com o protagonista da estória. Cada figura significativa pode apresentar aspectos positivos e negativos, devendo o pesquisador se atentar a análise dos seguintes itens: dedicação, submissão, sedução, punição, controle, rejeição, ciúme, inveja, intolerância, autoritarismo, gratificação, tolerância, competição, separação, destrutividade, erotismo, briga, compreensão, colaboração, igualdade, oposição, submissão, superioridade, falsidade, ciúme, inveja, arrogância, dependência etc. Importante ressaltar que neste grupo é preciso analisar a relação das figuras significativas entre si e em relação com o protagonista.
Categoria 3- Sentimentos expressos pelo desenho-estória com tema	A categoria <i>Sentimentos Expressos</i> refere-se aos aspectos afetivos expressos pelo protagonista. É preciso atentar-se se os sentimentos expressos pelo protagonista são positivos, como amor e alegria, ou se são negativos ,como raiva, inveja, ciúme, tristeza, solidão, ou ainda sentimentos ambivalentes, como por exemplo, culpa ou medo.
Categoria 4- Necessidades e desejos do desenho-estória com tema	<i>Necessidades e desejos</i> se referem a motivações do protagonista da história, motivos que o levam à ação. Assim como o referencial das autoras, aqui se dividem as necessidades e desejos do protagonista em três itens: Necessidades e Desejos Primários, que procuram satisfazer necessidades primárias do ser humano, como proteção e abrigo, cuidado e afeto, compreensão etc.; Necessidades e Desejos Construtivos, que remetem às tendências construtivas como as necessidades mais evoluídas do ser humano, por exemplo, necessidade de cura, de aquisição e construção, de realização, liberdade, autonomia e crescimento e Necessidades e Desejos Destrutivos, que são os mais hostis, como desejo de retaliação, de destruição, de separação e de vingança.
Categoria 5- Contexto, estrutura, dinâmica e valores do desenho – estória com tema	Quanto à categoria <i>Contexto</i> , existe a necessidade de se compreender o plano de fundo da estória que influencia as ações do protagonista. Refere-se identificar o ambiente em que o protagonista se encontra e a situação vivenciada. São analisados os aspectos de estrutura, dinâmicas de funcionamento, relações de poder, valores e poder interacionais.

Fonte: elaborado a partir de Godoy e Oliveira (2016, v.1. p. 443-443).

A discussão dos resultados foi organizada em quatro eixos, construídos a partir dos objetivos específicos, com base nos dados levantados na pesquisa de campo por meio da

entrevista e da técnica projetiva do desenho-estória com tema. Os resultados da pesquisa de campo foram confrontados com a teoria, analisados e integrados na discussão.

A análise dos resultados das entrevistas e dos desenhos-estórias realizados com os professores que atuam no Ensino Médio revelou, entre as categorias, alguns elementos que ilustram a importância do Projeto de Vida na escola, o significado desse projeto para o professor, o quanto ele auxilia no desenvolvimento saudável e no protagonismo do jovem e como a escola, com suas ações e estratégias, exerce um papel de grande importância na construção do Projeto de Vida do adolescente.

Eixo 1 - Visão dos professores sobre o significado do Projeto de Vida e sua importância como fator de promoção da saúde na adolescência

Identificamos na análise dos resultados da pesquisa de campo que os professores compreendem o significado e a importância do Projeto de Vida como um fator de promoção da saúde na adolescência. Por meio das entrevistas e das técnicas projetivas do desenho-estória foram apontados pelos professores elementos que justificam positivamente o Projeto de Vida, mostrando o quanto pode ser salutar na vida e na formação profissional dos jovens.

Como afirma Damon (2009), a adolescência é um período conveniente e rentável para a construção do Projeto de Vida, por ser um período de autoanálise e investigação. Trata-se de uma fase propícia do desenvolvimento humano para assentar metas em relação ao futuro. Os professores trazem em suas falas aspectos que confirmam o significado do Projeto de Vida para os jovens e sua importância para a construção de metas futuras. Eles afirmam que o Projeto de Vida possibilita abrir novos horizontes, amplia a visão do jovem e encaminha para um projeto pessoal, possibilitando estabelecer expectativas para o futuro e traçar um percurso para atingir seus objetivos. A fala a seguir ilustra o que foi apontado:

“Eu vejo que o Projeto de Vida, tanto para os alunos do Ensino Fundamental quanto para os alunos do Ensino Médio, é o que vai impulsioná-los a buscar novos horizontes para dar continuidade no processo educacional. Não só as crianças, como todos nós, temos que ter uma meta, um objetivo a alcançar. A educação só tem sentido na vida dos adolescentes quando eles conseguem enxergar os horizontes que podem se abrir através da educação escolar” (P1).

A análise das falas dos professores permite afirmar que construir projetos de vida vai ao encontro da visão de Menezes e Trevisol (2014), que entendem que ter um Projeto de Vida é uma opção pessoal importante, por ser uma ação que permite saber onde se quer chegar, possibilita estabelecer as etapas que devem ser cumpridas, as ações necessárias para atingir seus objetivos, perceber o esforço e o sacrifício requeridos e quais os recursos e as condições necessárias para atingir suas metas.

Sobre a promoção da saúde na vida do adolescente, muitos dos professores entrevistados acreditam que o Projeto de Vida pode ser um recurso que auxilia e promove saúde. Ilustramos essa visão a partir de algumas falas destacadas:

“De um modo geral contribui para a saúde mental, principalmente para a autoestima, o autoconhecimento”. (P8)

“Em termos de saúde mental é a disciplina que veio para ficar e tomara que fique. É visível a mudança comportamental nos alunos” (P12).

O Projeto de Vida se encontra por trás dos motivos que comandam o comportamento diário do ser humano e, de acordo com Damon (2009), há evidências de que ter um Projeto de Vida claro pode ser favorável para o desenvolvimento positivo dos adolescentes. O autor aponta o Projeto de Vida como uma possibilidade oferecida ao jovem para se projetar e pensar em si e no futuro, podendo trazer inúmeros benefícios para promoção da sua saúde, como conquistar a felicidade, realizar-se pessoalmente e profissionalmente, empoderar-se no contexto social contemporâneo e adquirir resiliência para momentos adversos.

A pesquisa demonstrou que, na opinião dos professores, ter projetos de vida claros auxiliam um desenvolvimento mais saudável dos jovens, evitando situações de vulnerabilidade, e esse achado se encontra em conformidade com alguns dos autores estudados. Winters *et al.* (2018), ao apresentarem os achados de Damon (1995), relatam que jovens sem um projeto de vida claro sofrem efeitos individuais e sociais que podem levar a depressão, vícios, doenças psicossomáticas e comportamentos desviantes e destrutivos, improdutividade e incapacidade de manter relações interpessoais estáveis.

Os resultados da técnica do desenho-estória realizada pelos professores evidenciaram como os professores consideram o significado e a importância do Projeto de Vida como impulsionador de saúde na vida dos jovens. Eles entendem que aluno e professor são figuras

centrais e significativas na construção dos projetos de vida e apresentam sentimentos de afeto, empatia, percepção e acolhimento na relação professor e aluno para essa construção.

Segundo a análise do conteúdo da técnica do desenho-estória, os professores percebem a escola e a sala de aula como espaço propício para o desenvolvimento de projetos de vida e entendem que as relações positivas, principalmente entre professor e alunos, contribuem para a construção de projetos de vida que promovem a saúde e o bem-estar dos jovens. A percepção dos professores converge com a visão de Damon (2009), que evidencia que ter um Projeto de Vida claro pode favorecer o desenvolvimento positivo dos adolescentes. Segundo o autor, a possibilidade de o jovem projetar-se e pensar em si no futuro pode trazer inúmeros benefícios para a promoção da sua saúde, possibilitando conquistar a felicidade e realizar-se pessoalmente e profissionalmente.

Eixo 2 - A contribuição que os professores atribuem às experiências escolares para a construção do Projeto de Vida dos adolescentes

Os professores entrevistados, alicerçados em suas vivências escolares e práticas docentes, afirmam que as experiências escolares são de fundamental relevância para que os adolescentes possam se desenvolver, ampliar sua visão de mundo e construir seus projetos de vida, indo ao encontro do que afirma Moran (2017) quando destaca que o papel da escola é de fundamental importância na construção de projetos de vida dos jovens e que essa proposta amplia a visão de mundo do aluno. Além disso, a metodologia de projetos propõe uma aprendizagem ativa com significado e propósito, integrando o conhecimento às vivências, com reflexões e percepções que ampliam o olhar dos alunos, como destacado na fala do professor.

“Construir o Projeto de Vida e proporcionar meios para que esses alunos busquem outras coisas além do mundinho deles, do cotidiano. A escola é fundamental, o conhecimento escolar, as vivências com os pares, com os professores, essa interação, para que eles vejam novas possibilidades, novos acessos” (P1).

De acordo com Pereira e Lopes (2015), a escola representa para os jovens um espaço de enfrentamento, de superação de conflitos e barreiras; entende-se que os alunos colocam suas expectativas, confiança, esperanças e sonhos para construírem seus projetos de vida e que a escola se torna esse espaço de realização, uma ferramenta fundamental para alcançar seus projetos. Alguns professores percebem a escola como espaço de experiências e de

enfrentamento que auxilia no desenvolvimento dos jovens para construir seus projetos de vida. Apresentam em suas falas os benefícios e alguns obstáculos que precisam ser superados.

“Existem alguns projetos na escola que auxiliam bastante no processo de desenvolvimento do Projeto de Vida, principalmente na questão de maturidade e responsabilidade” (P11).

“A contribuição quanto às experiências, eu como professor tenho uma visão, quanto às expectativas dos nossos alunos, uma boa parte deles são motivados, mas nas escolas que eu trabalhei os pais pedem para eles não terem muitas expectativas do que eles possam se tornar no futuro” (P6).

Os professores também compreendem a escola e sua função social na contemporaneidade. Identificam suas limitações para proporcionar experiências significativas para os alunos, mas entendem que se trata de um espaço de construção que desperta e prepara os jovens nessa etapa da vida para visualizarem e construir seus projetos de vida. Essas perspectivas são confirmadas por Klein e Arantes (2016), quando afirmam que a escola é reconhecida socialmente como um espaço de extensão da educação, para preparação da transição dos jovens nessa fase da vida. Entendem que a escola participa diretamente na preparação dos jovens para assumirem seu papel na sociedade adulta, possibilitando que se situem no mundo e se aproximem de questões relevantes da contemporaneidade. Nesse sentido, os projetos de vida ganham relevância junto às experiências escolares.

A análise do material coletado pela técnica do desenho-estória converge com alguns dados das entrevistas que evidenciam o reconhecimento pelos professores da contribuição das experiências escolares para a construção do Projeto de Vida dos adolescentes. Apresentam a escola, o professor, a família e aluno como responsáveis nessa construção, em uma relação de troca, abertura, confiança e transformação, com o professor articulando essas relações para superar os obstáculos internos e externos, ajudando o aluno a ver luz no caminho de suas escolhas.

O Projeto de Vida, destacado pelo desenho-estória como uma luz no caminho a ser percorrido pelos jovens, compara-se a uma escada em que os degraus representam obstáculos que devem ser superados na busca dos objetivos. Esse conceito se encontra de acordo com a percepção de Menezes e Trevisol (2014), que entendem a construção de projetos de vida como importante opção pessoal, como uma ação que permite saber onde se quer chegar. Os professores entrevistados compreendem a escola como um espaço, um contexto propício para

os adolescentes planejarem seus projetos de vida, compreendendo as etapas que devem ser seguidas e os obstáculos que deverão ser vencidos, como subir uma escada para chegar ao topo e alcançar o troféu da vitória. Entendem ainda o seu papel de articulador e apoiador para auxiliar e incentivar os jovens nessa construção.

Eixo 3 - Como os docentes percebem o protagonismo dos jovens na construção de seu Projeto de Vida, assim como a influência do contexto social e familiar em que o jovem está inserido

O Projeto de Vida, está diretamente relacionado ao protagonismo dos jovens, capacidade que pode ser desenvolvida, cabendo ao contexto escolar e a seus envolvidos promover esse desenvolvimento. Trata-se de um desafio para as escolas de Ensino Médio, como enfatizam Leão, Dayrell e Reis (2011), que entendem como desafio a escola se tornar uma referência para que os jovens possam praticar a reflexão e ter acesso a informações, habilidades e competências, dimensões importantes para a construção dos seus projetos de vida.

Os professores esclarecem que o protagonismo é o pilar, o objetivo central do Projeto de Vida, o foco do currículo e a premissa do programa do Ensino Médio. O Projeto de Vida possibilita o despertar do protagonismo nos jovens na construção de outra história além da imposta pelo sistema, tornando-se protagonista da própria vida na busca da realização de seus anseios, desenvolvendo a noção de responsabilidade, autonomia e independência. O fragmento transcrito a seguir ilustra, na fala do professor, o protagonismo como centro do Projeto de Vida.

“Este é o objetivo central do Projeto de Vida, é o aluno ser protagonista da sua própria vida, vamos elaborar todas as aulas baseado para que no futuro ele possa ser protagonista” (P4).

Os dados coletados demonstraram que o protagonismo vai sendo construído ao longo do desenvolvimento do Projeto de Vida. Assim, de acordo com os entrevistados, muitos jovens constroem um protagonismo que vai sendo identificado em suas ações.

É possível verificar a evolução do protagonismo dentro e fora do ambiente escolar, ajudando os jovens na superação da timidez, de medos e limites, favorecendo a emancipação e a autonomia do pensar, do fazer, do ser. Nesse desenvolvimento, além da intervenção direta das ações e estratégias oferecidas pela escola e pelos professores, há a influência dos amigos, da família e do contexto social. Dessa forma, os jovens passam a assumir lideranças no contexto escolar, assim como em outros grupos em que participe ou nos demais projetos oferecidos pela escola.

No entanto, parte dos alunos apresentam dificuldades ou pouco desenvolvimento do protagonismo. Os professores entrevistados mencionam alunos que demonstram conformismo, poucas perspectivas para buscar algo novo, além do que foi a história dos pais. A situação socioeconômica é o fator que mais interfere e impossibilita o vislumbrar de outros horizontes, sendo encontrados nesse contexto jovens com poucas expectativas e perspectivas e poucos planos futuros.

“Eu percebo o protagonismo de uma parcela dos jovens, porque há um número significativo dos alunos de escola pública que sentem um certo conformismo com a situação que estão inseridos, que olham com poucas perspectivas de buscar outras coisas além daquilo que foi a história do pai, a história da mãe. A gente percebe que muitos alunos do Ensino Médio, por conta da situação socioeconômica, não conseguem vislumbrar outros horizontes” (P1).

Podemos identificar também na fala de alguns professores que a construção de projetos de vida pelos adolescentes na contemporaneidade nem sempre é uma tarefa fácil e pode assustá-los, por estar relacionada à vida adulta e a inúmeras responsabilidades. Quiroga e Vitalle (2013) pontuam que o adolescente contemporâneo, nessa etapa da vida, está em busca de referências e de poder vivenciá-las de modo a construir sua identidade, buscando criar uma forma singular que lhe permita viver em um contexto social que valoriza o indivíduo.

Os resultados da análise do material da técnica do desenho – estória convergem com o que foi identificado nas entrevistas sobre como os docentes percebem o protagonismo dos jovens na construção de seu Projeto de Vida, assim como a influência do contexto social e familiar em que o jovem está inserido. Foram representadas as figuras da escola, da família, do professor e do aluno contribuindo na construção e realização dos projetos de vida, mas o protagonismo é do aluno, que vai construir o norte da sua vida com a intervenção e apoio dos demais elementos.

O aluno é apresentado como a principal figura, mais importante que o professor, que se apresenta como orientador. Este, na posição de mestre, ajuda no despertar e abre espaços de aprendizagem, mas é o aluno o protagonista da história, que cria e constrói seus saberes. A escola e sala de aula aparecem como espaços que propiciam a relação e a troca entre professor e aluno. O contexto é de parceria, espaço de construção de saberes, lugar de pesquisa, criatividade e protagonismo, com interação entre professor e aluno, orientador e pesquisador, numa dinâmica de troca, respeito e responsabilidade mútua na direção dos objetivos traçados.

Ao se identificar a importância da escola e da sala de aula como espaços e contextos para o desenvolvimento pessoal a partir da interação entre aluno e professor, para a construção de projetos de vida e desenvolvimento do protagonismo no jovem, nota-se que as percepções dos professores expressas por meio de seus desenhos-estórias convergem com as ideias de Pereira e Lopes (2016). Os autores representam a escola como um espaço de enfrentamento, onde os jovens depositam suas expectativas, confiança, esperanças e sonhos para construir seus projetos de vida. Nesse sentido, a maioria dos professores entrevistados confirma que o trabalho realizado na escola junto aos jovens intervém diretamente no seu protagonismo. No entanto, alguns professores percebem que outros contextos, como o familiar e o social, podem interferir de maneira negativa no desenvolvimento efetivo do protagonismo do jovem.

Eixo 4 - Na visão dos professores, as ações e estratégias mais eficazes a serem implementadas para que a escola se torne agente impulsionador do Projeto de Vida dos adolescentes

Damon (2009) evidencia em seus estudos que ter um Projeto de Vida claro pode ser favorável para o desenvolvimento positivo do adolescente. Por se tratar de um período em que o jovem formula sua identidade, a orientação dos mais velhos é fundamental e parte dessa orientação pode ser ofertada pela escola. Nesse sentido, os professores trazem em suas falas a diversidade de ações e estratégias que fazem parte da proposta do Projeto de Vida e que podem ser implementadas nas escolas para que essa possa ser esse efetivamente um espaço de intervenção na construção dos projetos de vida dos adolescentes.

Entre as inúmeras estratégias oferecidas pela escola nas aulas de Projeto de Vida, algumas são destacadas pelos professores, como promover debates, estimular o pensamento, direcionar, abrir espaços de conversa e confiança, escuta, diálogo, acolhimento, proporcionar trabalho com mais qualidade pedagógica e maior atenção aos alunos, criar projetos para envolver os alunos e desenvolver seu protagonismo, utilizar mecanismos que oportunizem as vivências e trocas, mostrar que a escola oferece um projeto de vida, um projeto de realidade, que pode ser concretizado.

“O ideal é que a escola mostre que não estamos vendendo nenhum sonho, nós vendemos um projeto de vida mesmo, um projeto de realidade, e possam ter a ideia que por mais que seja difícil eles podem sim conseguir (P. 11).

No entanto, Damon (2009), La Taille (2009), Margulis (2001) Klein e Arantes (2016) consideram que atualmente essa tarefa é mais difícil, devido ao cenário globalizado, às multiplicidades de possibilidades devido a uma dinâmica social acelerada e à necessidade de se fazer escolhas em um ambiente com tamanha diversidade. Entende-se que construir projetos de vida na contemporaneidade não é fácil, mas os professores entrevistados apontaram elementos que podem minimizar esses fatores.

Nesse sentido, a escola pode contribuir com ações e estratégias, como trazer profissionais de diferentes áreas para compartilhar informações sobre profissões e interesses dos jovens, fomentar pesquisas nas áreas de interesses específicos ao Projeto de Vida, oferecer vivências práticas, como projetos, feiras do conhecimento, aulas de laboratório, oferecer testes vocacionais, contar com o professor mediador, agora professor orientador de convivência, para acolher as dificuldades dos alunos; contar com profissionais empáticos que estimulem a autoestima e o encanto de sonhar, incentivar os pais e os alunos mostrando as possibilidades e condições para alcançar o sonho.

Algumas falas dos professores ilustram como minimizar os impactos e apontam as estratégias que a escola pode utilizar para se tornar um agente impulsionador do projeto de vida.

“Eu acho que a escola, ainda que você tenha um material norteador, precisa atender as especificidades do contexto que a gente vive... eu preciso saber quem são esses jovens, de onde eles veem... a partir do momento que eu entendo o contexto em que estou e a escola entende o contexto que ela está, ela pode pensar em estratégias diferentes, para ser impulsionador” (P13).

Os dados obtidos pela técnica do desenho-estória apresentam elementos que reforçam os dados levantados nas entrevistas quanto à visão dos professores sobre as ações e estratégias mais eficazes a serem implementadas para que a escola se torne um agente impulsionador do projeto de vida dos adolescentes. Percebem a escola, o professor e os alunos numa relação de aproximação, acolhimento e escuta, evidenciando como principal ferramenta do professor para se aproximar dos alunos sua capacidade de ouvir e acolher seus desejos e dificuldades na construção de seus projetos de vida. Além disso, apresentam a escola como um contexto favorável ao desenvolvimento pessoal, que oferece incentivo e auxilia os alunos a superar obstáculos para alcançar os objetivos de seus projetos de vida.

Quando os professores destacaram, em seus desenhos-estórias, que as ações e estratégias oferecidas pela escola são fundamentais para a construção de saberes, visando o objetivo de construir projetos de vida saudáveis para os jovens, convergem com a visão de autores como Anjos (2014), que entende a educação escolar como responsável pelas diversas formas de conhecimento, agindo direta ou indiretamente na adolescência, na formação da personalidade, no desenvolvimento do pensamento e na formação da concepção de mundo do sujeito. Moran (2017) afirma que o papel da escola é de fundamental importância na construção de projetos de vida dos jovens, e Klein e Arantes (2016) afirmam ainda que a escola é reconhecida socialmente como um espaço de extensão da educação escolar, para a preparação da transição dos jovens para a fase adulta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a contribuição dos professores nessa pesquisa sobre o significado e a importância do projeto de vida, sua função no protagonismo do jovem e o papel da escola com suas ações e estratégias, pode-se concluir que foram apresentados elementos que demonstram que o objetivo deste trabalho foi alcançado, visto que a educação nas escolas de Ensino Médio tem auxiliado na construção do projeto de vida dos jovens, sendo um fator de promoção de saúde na adolescência.

A pesquisa confirma a importância do Projeto de Vida na escola como impulsionador da promoção de saúde na adolescência, no desenvolvimento do caráter do adolescente e de sua subjetividade e sua contribuição como agente de transformação pessoal, oferecendo possibilidades, abrindo espaço para planejar o futuro, ampliando horizontes, estabelecendo objetivos e motivando os estudantes para focar em seu projeto pessoal, afastando-os dos riscos das vulnerabilidades comuns à adolescência, contribuindo para o planejamento em diversas esferas da vida.

No entanto, ao confrontar os dados das entrevistas e resultados da técnica de desenho-estória, foram destacados pontos positivos e negativos que precisam ser levados em consideração pela escola e por todos os envolvidos no Projeto de Vida. Entende-se, a partir dessa análise, que o Projeto de Vida pode ser promotor e impulsionador de saúde para os jovens, que necessitam muito de um direcionamento na adolescência.

Os quatro eixos analisados na discussão dos resultados estabelecem a relação teórica com a experiência vivida pelas escolas. Os professores destacam e mostram em suas falas que

a disciplina Projeto de Vida surge como uma possibilidade para os adolescentes sonharem, planejarem, realizarem e desenvolverem seu potencial e protagonismo. Demonstram preocupação com os jovens conformistas, que não se apropriam da proposta, que não podem contar com o apoio e os recursos econômicos familiares para realizar seu projeto ou que estão inseridos em um contexto social que não viabiliza essa proposta.

Atualmente, com a implantação do Novo Ensino Médio nas escolas públicas e privadas, o grande desafio é oferecer os recursos e estratégias necessários para que a nova proposta curricular se efetive de maneira mais igualitária. Entendemos que todas essas mudanças são favoráveis, que ações interventivas e transformadoras no ensino e na formação dos jovens são imprescindíveis para o seu desenvolvimento pessoal e profissional. Nesse sentido, sugerimos que novos estudos, investimentos, recursos e estratégias estejam sempre em pauta.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, R. E. O papel da educação escolar no desenvolvimento da personalidade do adolescente. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 25, n. 1, p. 228-246, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2941>. Acesso em: 4 abr. 2022.
- CARNEIRO, S.; SILVA, S.; VIANA, M. O desenvolvimento da adolescência na teoria de Piaget. **Portal dos Psicólogos**, 2011. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0250.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- CERVENY, C. M. O. **Família como modelo: desconstruindo a patologia**. São Paulo: Editorial Psy, 2001.
- DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo: Summus, 2009.
- DANZA, H. C.; SILVA, M. A. M. **Projeto de Vida: construindo o futuro**, volume único. 1ed. São Paulo: Ática, 2020. Disponível em: https://saber.com.br/obras/PNLD/PNLD_2021_OBJETIVO_1/Obra-cc61b9d1-9c17-4f25-8dde-31d21a245f9e/cc61b9d1-9c17-4f25-8dde-31d21a245f9e.pdf. Acesso em: 4 abr. 2022.
- DELLAZZANA-ZANON, L. L. *et al.* Evidências Preliminares de Validade da Escala de Projetos de Vida Para Adolescentes. **Avaliação Psicológica**, Itatiba, v. 18, n. 4, p. 429-437, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712019000400012&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 19 mar. 2022.
- GODOY, M, M. C.; OLIVEIRA, A. L. Uma proposta de análise sistêmica do procedimento Desenho-estória com tema. *In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE*

PSICOLOGIA, 46., 2016, Fortaleza. **Anais [...]**Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2016. v. 1. p. 443-443.

HILL, P. L. *et al.* Collegiate purpose orientations and well-being in adulthood. **Journal of Applied Developmental Psychology**, n.31, 2010, p.173-179.

INOVA ESCOLA. **Práticas para quem quer inovar na educação**. São Paulo: Fundação Telefônica Vivo, 2016, recurso digital. Disponível em <http://fundacaotelefonica.org.br/inovaescola/projeto-de-vida.html> . Acesso em 30 abr. 2022.

KLEIN, A. M.; ARANTES, V. A. Projetos de Vida de Jovens Estudantes do Ensino Médio e a Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edreal/v41n1/2175-6236-edreal-41-01-00135.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2022.

LA TAILLE, Y. **Formação Ética: do tédio ao respeito de si**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LEÃO, G., DAYRELL, J. T., REIS, J. B. Juventude, projetos de vida e ensino. **Educ. Soc.** n.32, v. 117, p. 1067-1084, out.-dez. 2011.

MARGULIS, M. Juventud: una aproximación conceptual. *In*: BURAK, S. D. (ed.). **Adolescencia y juventud en América Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001, p. 41-56.

MENEZES, L. O.; TREVISOL, M. T. C. Adolescentes e projetos de vida: um estudo com alunos do 1º ano do Ensino Médio. **Leopoldianum**, v. 40, n. 110-2, p. 13-24, 2014. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/leopoldianum/article/view/479>. Acesso em: 4 abr. 2022.

MORAN, J. **A importância de construir projetos de vida na educação**. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2022.

NASCIMENTO, I. P. Projeto de Vida de adolescentes do Ensino Médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. **Imaginário**, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 55-80, jun. 2006. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100004&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 19 mar. 2022.

PEREIRA, B. P.; LOPES, R. E. Por que ir à Escola? Os sentidos atribuídos pelos jovens do Ensino Médio. **Educação & Realidade**, [s. l.], v. 41, n. 1, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/55950>. Acesso em: 4 abr. 2022.

POPE, N.; MAYS, N. **Pesquisa qualitativa na atenção à Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

QUIROGA, F. L.; VITALLE, M. S. S. O adolescente e suas representações sociais: apontamentos sobre a importância do contexto histórico. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 863-878, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/physis/a/8F4JDSPHQTkgzmYCWRsz9Rf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RICHARDSON, R. J. *et al.* Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAE DIGITAL. **Tudo sobre o Projeto de Vida no Novo Ensino Médio.** [Página Web]. [s.d.]. Disponível em: <https://sae.digital/projeto-de-vida-no-novo-ensino-medio/> Acesso em: 4 abr. 2022.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 227-234, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/MxhVZGYbrsWtCsN55nSXszh/abstract/?lang=pt>. Acesso em 19 mar. 2022.

SILVA, T. O.; SILVA, L. T. G. Os impactos sociais, cognitivos e afetivos sobre a geração de adolescentes conectados às tecnologias digitais. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 34, n. 103, p. 87-97, 2017. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862017000100009&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 08 ago. 2022.

TRINCA, W. **Investigação clínica da personalidade: O desenho livre como estímulo de apercepção temática.** São Paulo: E.P.U, 1987.

TRINCA, W.; TARDIVO, L. S. L. P. Desenvolvimentos do Procedimento de Desenhos- Estórias (D-E). In: CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V.** 5 ed. rev. e amp. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 428-438.

VALLE, L. E. L. R.; MATTOS, M. J. V. M. Adolescência: as contradições da idade. **Revista de Psicopedagogia**, São Paulo, v. 28, n. 87, p. 321-323, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862011000300012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 mar. 2022.

WINTERS, C. et al. Desenvolvimento Juvenil Positivo E Projetos De Vida: Uma Revisão Sistemática Da Literatura Internacional. **Cadernos de Educação**, v.17, n. 35, jul./dez. 2018, p.39-54.

XAVIER, A. S.; NUNES, A. I. B. L. Eu não tenho mais a cara que eu tinha: quando surge a adolescência. In: XAVIER, A. S.; NUNES, A. I. B. L. **Psicologia do desenvolvimento.** 4. ed. rev. e ampl. Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431892/2/Livro_Psicologia%20do%20Desenvolvimento.pdf. Acesso em: 19 mar. 2022.

PROJETO DE VIDA E DESENVOLVIMENTO SAUDÁVEL NA ADOLESCÊNCIA: O PAPEL DA FAMÍLIA

Maria Clara Ramos de Oliveira

Adriana Leonidas de Oliveira

INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se discutir as contribuições da família no desenvolvimento do projeto de vida do adolescente. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma pesquisa de campo com uma amostra selecionada por acessibilidade, composta por doze pais e mães de estudantes entre 14 e 18 anos que frequentam o Ensino Médio em escolas de São José dos Campos-SP. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas e pela técnica projetiva do desenho-estória com tema, escolhidos como os principais métodos para se obter informações.

A necessidade de estudos e de intervenção nessa área se deve a três tópicos primordiais: (a) a adolescência é um momento crucial para a construção de projetos de vida, uma vez que é um período fértil de desenvolvimento, (b) os adolescentes com planos de vida são mais felizes e menos propensos a se envolvem em comportamentos de risco típicos da adolescência, e (c) o projeto de vida pode ser visto como um indicador de proteção e de desenvolvimento positivo para muitos jovens (Winters *et al*, 2018).

Além disso, estudos nacionais e internacionais apontam para o significado e as vantagens de os jovens desenvolverem um projeto de vida positivo (Damon, 2009; Damon, Menon, Bronk, 2003; Dellazzana- Zanon *et al.*, 2019; Haertel, 2018; Hill *et al.*, 2010).

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica acerca das temáticas adolescência, projeto de vida e papel da família, além do método utilizado na pesquisa e seus resultados e discussões.

REVISÃO DE LITERATURA

Adolescência

A adolescência é uma etapa importante do desenvolvimento humano, em que ocorre o amadurecimento e a fase fértil do jovem. Além disso, é o período em que o jovem começa a

construir metas para o seu futuro. De acordo com Damon (2009), é uma época propícia para a autoanálise e a investigação, sendo o momento ideal para se estabelecer projetos de vida.

Damon (2009) destaca que, durante a adolescência, os jovens estão construindo sua identidade e, por isso, precisam de orientação e da atenção dos adultos, que podem ser oferecidas pela família e pela escola. Outros pesquisadores (Gholamzadeh *et al.*, 2017; Metka, 2012) também destacam a importância da família e da escola no fornecimento de uma base para o desenvolvimento humano, ajudando a fortalecer as habilidades e capacidades socioemocionais dos adolescentes. Neste estudo, o foco estará no papel da família e na compreensão de sua contribuição para o desenvolvimento do adolescente e, conseqüentemente, para a construção de seu projeto de vida.

Winters *et al.* (2018) resumem as descobertas de Damon (1995) sobre os jovens que não têm um propósito claro de vida. Essas descobertas apontam para conseqüências negativas tanto no âmbito individual como no social, incluindo depressão, vícios, doenças psicossomáticas, comportamentos problemáticos e destrutivos, dificuldades em manter relações interpessoais estáveis e falta de obediência, ressaltando a importância do projeto de vida e do papel da família para o desenvolvimento saudável do adolescente.

Cervený (2001) explica que é fundamental compreender a família sob uma perspectiva sistêmica, como um sistema que interage com os outros em que o jovem está inserido: a escola, a comunidade e o grupo de amigos. Ao considerar a família dessa maneira, podemos entender como todos esses sistemas influenciam no desenvolvimento do jovem e na construção do seu propósito de vida, bem como o papel ativo do jovem nesses contextos (Cervený, 2001).

Projeto de vida

Não existe uma definição exata para o conceito de projeto de vida. No entanto, a definição mais comum entre os estudiosos é a apresentada por Damon, Menon e Bronk (2003), que definem projeto de vida como um desejo duradouro de alcançar objetivos importantes que motivam o indivíduo a se comprometer em atividades produtivas para além de seu próprio benefício.

Damon (2009) é um dos autores mais proeminentes nesse campo de pesquisa e é tomado como referência central neste estudo. Segundo a visão de Damon (2009), um projeto de vida envolve uma intenção firme e ampla de alcançar algo que seja significativo tanto para o indivíduo quanto para o mundo ao seu redor. Essa abordagem enfatiza o aspecto individual e o coletivo, pois envolve a necessidade humana de satisfação pessoal e a capacidade de

desempenhar um papel ativo na sociedade, transformando-se. Assim, um projeto de vida, segundo o autor, é um desejo duradouro de alcançar objetivos para o indivíduo e para a comunidade em geral.

Autores clássicos do campo do desenvolvimento humano enfatizam a relevância de pesquisas envolvendo o projeto de vida para os adolescentes. Piaget (1964/2007) destaca que a elaboração de um plano de vida é crucial para a formação da personalidade e faz parte do processo de integração do adolescente na sociedade. Erikson (1976) considera que a criação de um projeto de vida é uma tarefa desafiadora, pois está relacionada à identidade e as variáveis do ambiente exercem influência e oferecem resistência durante esse processo.

Atualmente, muitos autores acreditam que a adolescência é o momento ideal para a construção do projeto de vida. Damon (2009, p. 26) destaca que a adolescência é um período transitório de desenvolvimento, que leva ao amadurecimento da autoidentidade. Portanto, é essencial que o adolescente dedique tempo para refletir sobre si mesmo e para planejar seu futuro.

Damon (2009) afirma que o projeto de vida é considerado um fator motivador para o comportamento diário do ser humano; logo, pode ser proveitoso para o desenvolvimento positivo dos adolescentes. Segundo o autor, projetar-se e pensar no futuro pode ajudar os jovens a alcançar a felicidade, a realização pessoal e profissional, a se empoderar no contexto social contemporâneo e a desenvolver resiliência para enfrentar momentos adversos.

A construção de um projeto de vida é fundamental para o desenvolvimento saudável dos jovens, e a família tem um papel importante nesse processo. Vários autores destacam os benefícios de se ter um projeto de vida claro, como a prevenção de comportamentos autodestrutivos e a motivação para uma atitude positiva diante da vida. Além disso, um projeto de vida pode gerar resultados desejáveis, como a construção de valores morais, um comportamento pró-social, a realização pessoal e uma autoestima elevada (Damon, 2009).

O projeto de vida dos jovens está diretamente ligado a uma ampla série de benefícios para o desenvolvimento do adolescente, bem como a comportamentos saudáveis e positivos que vão além da saúde física e mental, incluindo o melhor desempenho acadêmico (Bundick, 2011; Hill *et al.*, 2010; Roberts; Robins, 2000). Dessa forma, um propósito de vida pode trazer felicidade e reduzir os riscos comuns associados à adolescência (Hill; Burrow; Sumner, 2013).

O estabelecimento de metas e objetivos de vida está relacionado a um nível maior de satisfação com a vida durante a adolescência e ao desenvolvimento positivo geral (Bronk *et al.*, 2009). Um projeto de vida ajuda os jovens a ter uma visão mais clara do futuro e contribui para

a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida (Mariano; Going, 2011). Além disso, pode aumentar a possibilidade de ascensão social (Marcelino *et al.*, 2009).

Apesar da extrema relevância do projeto de vida, traçar metas e estabelecer objetivos na sociedade atual é um grande desafio. Alguns especialistas, como Damon (2009), La Taille (2009), Margulis (2001) e Klein e Arantes (2016) acreditam que essa tarefa se tornou ainda mais complexa nos dias de hoje, uma vez que o cenário atual de globalização resultou em uma multiplicidade de possibilidades, resultantes de uma dinâmica acelerada. Logo, é um grande desafio realizar escolhas em um contexto com tamanha diversidade.

O papel da família

De acordo com Damon (2009), os pais desempenham um papel crucial no auxílio ao adolescente para a construção de seu projeto de vida. É importante que os pais compartilhem seus valores e perspectivas com os filhos, além de estar atentos e dar suporte aos interesses dos jovens. É necessário também que os pais estejam presentes e envolvidos na vida de seus filhos, mas sem se tornarem controladores.

Como mencionado anteriormente, é indubitável que os pais exercem grande influência sobre seus filhos. Entretanto, não devem impor um projeto de vida a eles, mas contribuir, ajudando-os a encontrar um caminho que seja de seu interesse. Os pais podem auxiliar nas escolhas e na reflexão sobre os talentos e interesses dos filhos, apoiando seus esforços em direções que levam a projetos de vida e discutindo possíveis fontes de inspiração. Damon (2009) destaca que os pais devem atuar como coadjuvantes e não como protagonistas, já que o papel central no momento da escolha do futuro deve ser do adolescente.

Gary (2012) ressalta que um fator primordial para o estabelecimento de um relacionamento saudável e positivo entre pais e filhos é a comunicação, uma vez que esta permite a realização de trocas nos diversos âmbitos da vida e favorece a conexão e intimidade. Quando existe uma relação e uma comunicação positiva, os pais podem fornecer suporte e encorajamento para direcionar o filho em sua jornada de vida. A boa comunicação pode influenciar o jovem no estabelecimento de objetivos, na avaliação de suas habilidades para alcançar esses objetivos, nos planos para realizá-los, bem como incentivar a confiança e a satisfação na realização de suas atividades (Gutman *et al.*, 2011; Massey *et al.*, 2008; Moran *et al.*, 2013).

MÉTODO

O estudo foi realizado na cidade de São José dos Campos (SP), com mães e pais de adolescentes na faixa etária entre 14 e 18 anos que cursam o Ensino Médio. As entrevistas foram realizadas *online*, via plataforma Google Meet.

Este estudo se caracteriza como pesquisa exploratória, de campo, com abordagem qualitativa. Na abordagem qualitativa, o objetivo é compreender o fenômeno e o significado a ele atribuído (Oliveira, 2007). Já a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (Lakatos; Marconi, 2008). Segundo Denzin e Lincoln (2000 *apud* Oliveira, 2007), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do objeto de estudo, abordado pelo pesquisador em seu cenário natural, tendo em vista compreender e interpretar o fenômeno em termos dos significados que lhe são atribuídos.

Dois instrumentos foram utilizados para coleta de dados: a entrevista semiestruturada e a técnica de desenho-estória com tema. A entrevista, segundo Oliveira (2007), apresenta-se como um conjunto de técnicas de investigação com tempo delimitado, dirigido por um entrevistador, que tem como objetivo descrever e avaliar aspectos pessoais. A entrevista semiestruturada apresenta uma estrutura flexível, fazendo uso de questões abertas para definir a área explorada (Pope; Mays, 2009).

O procedimento de desenho-estória com tema (D-E/T) é uma técnica de investigação de personalidade que emprega, basicamente, desenhos livres associados a histórias. O objetivo é que o participante faça um desenho relacionado ao tema proposto pelo pesquisador e, em seguida, conte uma história relacionada ao desenho. Desse modo, a orientação dada aos participantes desta pesquisa foi: “Desenhe uma família conversando com seu filho adolescente sobre seu projeto de vida”. Após a execução do desenho, foi solicitado ao participante que contasse uma história sobre ele e lhe atribuísse um título. Segundo Trinca e Tardivo (2000), por meio do procedimento do desenho-estória com tema o indivíduo pode revelar suas disposições, esforços, sentimentos e conflitos ao estruturar uma situação proposta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra foi constituída por 10 mães e 2 pais, entre 37 e 55 anos, que residem na cidade de São José dos Campos. O conteúdo das entrevistas foi organizado em cinco categorias, que

abordaram aspectos sobre o projeto de vida e sobre o adolescente e seu contexto familiar e social, a partir da perspectiva dos pais. Os elementos centrais dos tópicos abordados são apresentados nos quadros a seguir.

Quadro 1 – Significado da adolescência na visão dos pais

Elementos centrais	Nº
Passagem entre infância e vida adulta	5
Maior evolução comparada aos adolescentes do passado	4
Busca pela liberdade	3
Fase complicada para os adolescentes e para os pais	3
Fase de descoberta	3
Maior expectativa com relação ao adolescente	3
Fase de aprendizagem	2
Fase de instabilidade	2
Fase de mudanças	2
Busca pela liberdade	3
Fase de mudanças	2
Identificação com grupos	1
Fase de rebeldia	1

Fonte: dados da pesquisa de campo.

De acordo com o disposto no Quadro 1, os pais e mães entrevistados, ao buscar definir a adolescência, ressaltam que se trata de uma fase de transição entre a infância e a vida adulta, e que nesse período ocorrem diversas mudanças corporais, biológicas e sociais. Por isso, é uma fase em que há um aumento das responsabilidades por parte dos pais e uma grande expectativa em relação aos jovens. Foi enfatizada a dificuldade dos pais em lidar com os filhos, devido à instabilidade emocional desses últimos. Importante evidenciar que, para os pais, a adolescência nos tempos atuais muito se difere de como era no passado, visto que a evolução tecnológica interferiu em diferentes âmbitos do desenvolvimento dos jovens.

Papalia (2013) ressalta que a adolescência é definida por uma transição entre a infância e a vida adulta, sendo um momento em que o indivíduo passa a assumir novos papéis. Essa passagem é permeada por alterações físicas, cognitivas, emocionais e sociais. A instabilidade emocional e as variações de humor são características muito presentes no período da adolescência. Hipóteses apontam que esses fenômenos decorrem das tensões ligadas à puberdade. Esse estudo está em congruência com a fala do participante 1, “*Eu acho que adolescência é como se fosse uma passagem da infância para a vida adulta, porque você não é mais criança, você já tem outras responsabilidades*”.

Ao longo da história, houve uma grande mudança da concepção do que é a adolescência. Estudos apontam que somente a partir dos séculos XIX e XX essa fase passou a ser considerada como um período distinto do desenvolvimento humano. No passado, era vista apenas como um momento de preparação para os afazeres da vida adulta. Os homens eram capacitados para irem à guerra ou para atividades políticas, e as mulheres para serem mães. Nos tempos atuais, a adolescência é vista como mais uma etapa, com características próprias, que colabora para a construção da vida de cada indivíduo (Schoen-Ferreira; Aznar-Farias; Silvaes, 2010), o que vai ao encontro do que afirma o participante 12: *“na nossa geração a gente tinha muitas obrigações e não eram obrigações relativas apenas à escola; você tinha obrigações em casa e com seus irmãos”*.

Segundo Oliveira (2008), a partir de meados do século XX ocorreram alterações no funcionamento familiar, ocasionando mudanças na composição e na dinâmica da família. Com base nessa informação, percebe-se que as principais dificuldades da família contemporânea ocorrem pela ausência de delimitação das funções e da autoridade das figuras parentais e pela falha na comunicação entre os membros da família, interferindo diretamente no estabelecimento de uma relação saudável entre pais e filhos e no bem-estar dos membros da família.

Os pais entrevistados afirmaram que percebem hoje maior evolução dos adolescentes, quando comparados com os adolescentes do passado. Esse dado pode ser compreendido a partir de Nemann e Missel (2019). Para esses autores, a era digital proporcionou mudanças significativas no modo de os adolescentes se desenvolverem e se relacionarem. Os jovens da atualidade cresceram vivenciando as inovações tecnológicas. O desenvolvimento dos meios de comunicação certamente gerou modificações na instituição familiar, visto que os adolescentes desde cedo têm acesso fácil a diversos conteúdos *online*, interferindo no relacionamento familiar e gerando novas divergências. O conflito intergeracional dificulta o diálogo entre pais e filhos, podendo levar a um afastamento físico e afetivo da família.

Quadro 2 – Principais características e desafios da adolescência na visão dos pais

Elementos centrais	Nº
Dificuldade no relacionamento entre os pais e os filhos	6
Cobrança e incerteza em relação ao futuro	5
Sentimento de onipotência	4
Dificuldade na escolha da profissão	3
Equilibrar o lazer e os afazeres	3
Muita informação nova	3
Desejo de liberdade e autonomia	2
Dificuldade de escutar a opinião dos pais	2
Rebeldia	2
Amizades	1
Ansiedade	1
Insegurança	1

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados do Quadro 2 apresentam as principais características e os desafios da adolescência, na visão dos pais. Os elementos predominantes na fala dos pais foram dificuldade no relacionamento entre pais e filhos, cobrança e incerteza em relação ao futuro, sentimento de onipotência, dificuldade na escolha da profissão, equilibrar o lazer e os afazeres, muita informação nova, desejo de liberdade e autonomia, dificuldade dos filhos em escutar a opinião dos pais, rebeldia, amizades, ansiedade e insegurança.

A dificuldade no relacionamento entre pais e filhos exposta pelos pais está em concordância com o que ressalta Wagner (2002). A autora afirma que a adolescência é caracterizada pelo confronto entre pais e filhos adolescentes, visto que os jovens passam a questionar as regras, os valores e as crenças familiares. Com isso, os filhos passam a se comportar de maneira instável, tornando-se irritáveis e questionadores. Por conseguinte, ocorre um movimento de isolamento e de distanciamento em relação à família.

Os pais entrevistados afirmam que um dos principais desafios enfrentados na adolescência é a cobrança e a incerteza em relação ao futuro. O participante 9 relata que *“insegurança é a característica mais marcante da adolescência, também o medo e as incertezas diante do futuro”*. Esse elemento pode ser observado nos estudos de Oliveira, Pinto e Souza (2003), que apontam que na adolescência são nítidas as incertezas e dúvidas diante das rápidas transformações do mundo globalizado e da ampla concorrência no mercado de trabalho.

De acordo com o participante 4, *“O desafio é entender que a vida não é só curtidão, porque os adolescentes acham que podem tudo e que sabem tudo”*. Essa observação está em conformidade com Santos e Pratta (2012), para quem a adoção de comportamentos de risco

pelos adolescentes está associada a sentimentos de onipotência, dado que acreditam serem indestrutíveis e imunes a tudo.

Quadro 3 – Significado de projeto de vida na visão dos pais

Elementos centrais	Nº
Planejamento do futuro	8
Vida saudável	7
Escolha da profissão	6
Determinar um objetivo	3
Prática de exercícios	2
Ser bem sucedido	2
Alimentação saudável	1
Desenvolvimento do desejo	1
Direcionamento dos pais	1
Melhor saúde mental	1
O adolescente sob pressão	1

Fonte: dados da pesquisa de campo

Com base nos dados expostos no Quadro 3, foi possível identificar como os pais compreendem o conceito de projeto de vida. Podemos perceber que, para muitos deles, esse projeto envolve planejar o futuro, ter uma vida saudável, escolher uma profissão, determinar um objetivo de vida, praticar exercícios, ser bem-sucedido, ter uma alimentação saudável, o desenvolvimento do desejo, o direcionamento dos pais, melhor saúde mental e pressão sobre o adolescente.

Zamon e Freitas (2016) afirmam que um dos elementos centrais da construção de um projeto de vida é o planejamento do futuro, visando a conquista da felicidade, da realização e da satisfação pessoal. Essa concepção está em congruência com a fala do participante 3: *“quando o adolescente pensa no seu futuro ele é melhor resolvido consigo mesmo e tem uma melhor saúde mental”*.

De acordo com o participante 9, *“O projeto de vida dos jovens hoje é ter uma profissão, pois assim ele vai ter um retorno financeiro e uma satisfação pessoal”*. Essa fala está análoga aos estudos de Hartmann, Reck e Filippi (2019). Os autores demonstram que o estabelecimento de uma carreira impacta diretamente na qualidade e no projeto de vida.

Os pais e mães entrevistados ressaltam que projeto de vida é a determinação de um objetivo. O participante 5 afirma que *“a partir do momento que você tem um objetivo e uma meta, tudo ao seu redor conspira para que o projeto de vida dê certo”*. A fala dos entrevistados

se encontra de acordo com Alves e Dayrell (2015), que afirmam que o desejo e a determinação são os aliados primordiais para a concretização do projeto de vida, permitindo que o jovem faça planos e os realize.

Quadro 4 – Contribuição das experiências familiares e o papel dos pais para a construção do projeto de vida dos adolescentes

Elementos centrais	Nº
Comunicação	7
Presença	7
Apoio	5
Incentivo	5
Ser o exemplo	5
Fornecer carinho e afeto	2
Instrução	2
Sinceridade	2
Acolhimento	1
Escuta	1

Fonte: dados da pesquisa de campo

O Quadro 4 exhibe as contribuições das experiências familiares e o papel dos pais na construção do projeto de vida de seus filhos adolescentes. Nota-se que comunicação, presença, apoio, incentivo, instruir, sinceridade, acolhimento, escuta, ser o exemplo e oferecer carinho e afeto são os aspectos mais destacados pelos entrevistados.

Gary (2012) afirma que a comunicação é uma prática familiar indispensável para a relação saudável entre pais e filhos. A comunicação possibilita aos pais oferecer suporte e criar um ambiente acolhedor para o filho. Por conseguinte, colabora com a elaboração do projeto de vida. Essa teoria está em consonância com o que expõe o participante 8: *“A família tem o papel de promover um espaço de conversa e acolhimento, por mais que o adolescente nem sempre use esses espaços, eu acho que é papel da família estar ali com ele”*.

De acordo com o participante 3, *“o papel da mãe é estar sempre ali do lado do filho, dando apoio, em qualquer obstáculo que tiver a mãe está lá do lado para ajudar”*. Esse discurso está em conformidade com o que Santos (2005) observa. O autor aponta que os adolescentes demandam o apoio de sua família para a construção de seu projeto de vida. Estudos apontam que os adolescentes se mostram vulneráveis à influência de terceiros; logo, buscam a aprovação de seus pais, cujo apoio lhes dá segurança.

De acordo com Pereira, Zanon e Dellazzana (2021), a instituição família exerce grande influência na elaboração do projeto de vida dos adolescentes. A presença dos pais, como rede

de apoio aos jovens, ocasiona uma série de impactos positivos no desenvolvimento do adolescente. Nesse sentido, a participante 11 ressalta que “*os pais estando ali presentes, isso faz toda a diferença. Dando o exemplo de coisas boas e ruins.*”

Desenho-estória com tema

Nesta subseção será apresentada a análise do conteúdo obtido por meio da técnica do desenho-estória com tema.

Quadro 5 – Títulos e temas centrais dos Desenhos – estória com tema

Participantes	Título do Desenho - estória	Temas centrais
1	Caminho para o despertar	Oportunidades e indecisão
2	Família é a casa de Deus	Igreja e espiritualidade
3	Família é a base do ser humano	União, diálogo e natureza
4	Desejo e projeto de vida e família	Parque e conversa descontraída
5	Conversa familiar	Conversa e futuro
6	Estudos e conversa em família	Estudo, aprendizado, dedicação e diálogo
7	Conversando na adolescência	Diálogo e escolha de carreira
8	Família é a base de tudo	Conversa sobre o dia
9	Almoço feliz em família	União, refeição e diálogo
10	Escada da vida	Inspiração, apoio e superação
11	Janela das oportunidades	União, oportunidades e escuta
12	Família	Dificuldades no diálogo

Fonte: dados da pesquisa de campo

No Quadro 5 estão expostos o título e os temas centrais dos desenhos – estórias realizados pelos pais dos adolescentes. Com base nos resultados, foi notório que o diálogo se destacou nas respostas. Portanto, pode-se inferir que pais que disponibilizam uma troca mútua de confiança, reciprocidade, apoio e escuta na criação dos filhos estabelecem um clima emocional favorável ao diálogo e, por conseguinte, favorecem o desenvolvimento do projeto de vida dos filhos adolescentes (Bittencourt; Carmo; Oliveira, 2008).

Quadro 6 – Atitudes básicas do Desenho – Estória

Participantes	Atitudes Básicas
1	Insegurança, desânimo e inibição do adolescente frente às possibilidades do futuro e sentimentos de ambivalência
2	Segurança, união, aceitação e enfrentamento da situação
3	Segurança, acolhimento e aspectos de aceitação
4	Segurança, ambiente seguro e facilitador
5	Segurança, identificação positiva, busca de identidade
6	Segurança e preocupação com o crescimento pessoal
7	Segurança, busca da identidade e preocupação com o crescimento pessoal
8	Segurança, acolhimento e aceitação
9	Segurança, união, aceitação e ambiente seguro e facilitador
10	Segurança, apoio, acolhimento e ambiente seguro e facilitador
11	Segurança, preocupação com o crescimento pessoal e união
12	Insegurança da mãe devido às ocupações diárias, distanciamento da família e falta de comunicação

Fonte: dados da pesquisa de campo

As informações do Quadro 6 expõem as Atitudes Básicas dos desenhos – estórias realizados pelos pais dos adolescentes. Segundo Godoy e Oliveira (2016), a categoria das Atitudes Básicas refere-se à relação que o protagonista da estória estabelece consigo mesmo e com o ambiente. Nota-se que 10 participantes demonstram segurança e apenas 2, insegurança. Logo, pode-se perceber que a maioria dos pais participantes estabelecem um relacionamento positivo com seus filhos e consigo mesmos.

Quadro 7 – Contextos do Desenho – Estória

Participantes	Contextos
1	Um caminho com inúmeras oportunidades, no qual a mãe apoia o filho para que encontre seu caminho para o futuro
2	Uma igreja, na qual toda a família se reúne a fim de juntos resolver os seus problemas mais sérios e difíceis
3	Um parque, no qual toda a família se reúne, dão as mãos e conversam
4	Um gramado com árvores, no qual toda a família se reúne, bebem refrigerante, comem algo e conversam.
5	Própria casa da família, na qual as irmãs se reúnem e conversam sobre o futuro
6	Própria casa da família, na qual toda a família se reúne, estudam e conversam sobre o dia de cada um
7	Própria casa da família, na qual a família se reúne e conversa sobre o futuro
8	Própria casa da família, na qual a mãe e o filho se reúnem para conversarem sobre o dia
9	Própria casa da família, na qual a família se reúne para almoçar e conversar sobre o dia na escola
10	Uma escadaria, a qual simboliza diálogo, apoio e incentivo dado pelos pais para o filho em relação às situações da adolescência
11	Própria casa da família, na qual a mãe e o filho se reúnem na mesa, tomam suco e conversam sobre os planos para o futuro
12	Própria casa da família, na qual o participante expõe duas percepções. A primeira que seria o ideal, em que a família se reúne para comer e conversar. Já a segunda é a realidade, que representa o pai e a mãe conversando com os filhos de forma apressada.

Fonte: dados da pesquisa de campo

As informações do Quadro 7 expõem o Contexto dos desenhos – estórias realizados pelos pais dos adolescentes. Segundo Godoy e Oliveira (2016), a categoria Contexto refere-se ao plano de fundo da estória, que influencia as ações do protagonista. Dessa forma, é possível perceber que 7 participantes descrevem a própria casa e os demais apresentam um caminho, uma igreja, uma escadaria, um parque e um gramado.

É imprescindível a importância do espaço familiar como contexto de diálogo, interação, construção e desenvolvimento. Segundo Baretto e Rabelo (2015), é por meio do diálogo que se constitui uma comunicação parento-filial baseada em equilíbrio, harmonia e afetividade. O acolhimento familiar possibilita que o indivíduo constitua sua subjetividade e encontre direção para a satisfação existencial e o bem-estar. Logo, as atitudes positivas da família impulsionam o desenvolvimento do projeto de vida do adolescente.

Quadro 8 – Estrutura Familiar do Desenho – Estória

Participantes	Estrutura
1	Dois membros, a mãe e o filho, o filho é o protagonista da história
2	Cinco membros, a mãe, o pai e as três filhas, o pai é o protagonista da história
3	Três membros, a mãe, o pai e o filho, a mãe é a protagonista da história
4	Três membros, a mãe, o pai e o filho, a mãe é a protagonista da história
5	Três membros, as três irmãs, o adolescente é o protagonista da história
6	Cinco membros, a mãe, o pai e três filhos, a mãe é a protagonista da história
7	Três membros, a mãe, o pai e o filho, a mãe é a protagonista da história
8	Dois membros, a mãe e o filho, a mãe é a protagonista da história
9	Quatro membros, a mãe, o pai e os dois filhos, a mãe é a protagonista da história
10	Três membros, a mãe, o pai e o filho, no qual o filho é o protagonista da história
11	Dois membros, a mãe e o filho, a mãe é a protagonista da história
12	Quatro membros, a mãe, o pai e os dois filhos, a mãe é a protagonista da história

Fonte: dados da pesquisa de campo

As informações do Quadro 8 expõem a Estrutura Familiar dos desenhos – estórias realizados pelos pais dos adolescentes. Segundo Godoy e Oliveira (2016), a categoria das Estruturas Familiares fundamenta-se em dados objetivos que fornecem a configuração do grupo familiar. É possível perceber que 8 participantes descrevem a mãe, o pai e os filhos, 2 participantes apontam a mãe e o filho e 1 participante apenas os filhos.

A partir desses resultados, percebe-se que os membros da família que desempenham o papel de colaboradores para a construção do projeto de vida dos adolescentes são principalmente a mãe, o pai e os irmãos. Portanto, pode-se deduzir que os adultos assumem funções importantes na elaboração desse projeto, visto que representam uma base de apoio para os jovens. São os adultos que apresentam as regras e as normas sociais, as atitudes e os comportamentos que serão fundamentais para a construção da identidade do indivíduo mais jovem, sendo vistos como referências e exemplos para os adolescentes (Pratta; Santos, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar o papel da família, especificamente dos pais, na construção do projeto de vida dos adolescentes. Para isso, foram realizadas entrevistas com uma amostra de 10 mães e 2 pais, com idade entre 37 e 55 anos, residentes na cidade de São José dos Campos. As entrevistas tiveram como objetivo compreender a visão dos pais sobre a adolescência, sobre o significado do projeto de vida e analisar o papel das experiências familiares para a construção desse projeto de vida dos adolescentes. Além das entrevistas, foi realizado o procedimento de Desenho – Estória com Tema, no qual os pais e mães desenharam a família conversando com seu filho adolescente a respeito do projeto de vida. A seguir, foram analisados e discutidos os dados coletados.

As famílias apresentaram as principais colaborações dos pais na construção do projeto de vida de seus filhos adolescentes, que seriam conversar, estar presente, oferecer apoio e incentivo, ser exemplo e demonstrar carinho. Os resultados obtidos estão alinhados com os estudos de Gary (2012), que afirma que a comunicação é indispensável para se estabelecer um vínculo entre o adolescente e os pais, pois a partir desse espaço de fala é possível fornecer apoio e incentivo.

Espera-se por meio deste estudo contribuir para a implementação de intervenções que visem o desenvolvimento de projetos de vida para adolescentes, a fim de favorecer seu desenvolvimento saudável. Além disso, espera-se que os conhecimentos aqui sintetizados possam impulsionar a criação de programas de orientação para pais de adolescentes, que possam estimular e direcionar experiências familiares positivas e reforçar o contexto familiar como impulsionador do projeto de vida dos adolescentes.

Por fim, espera-se que esta pesquisa colabore para a produção científica na área do desenvolvimento humano e que esses resultados possam ser divulgados em vários eventos, com objetivo de gerar conhecimento para os demais profissionais da Psicologia e para a comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. Z; DAYRELL, J. Ser alguém na vida: um estudo sobre jovens do meio rural e seus projetos de vida. **Educação e Pesquisa**, v. 41, p. 375-390, 2015.

BARRETO, M. J; RABELO, A. A. A família e o papel desafiador dos pais de adolescentes na contemporaneidade. **Pensando Famílias**, v. 19, n. 2, p. 34-42, 2015.

DAMON, W. **O que o jovem quer da vida?** Como pais e professores podem orientar e motivar os adolescentes. São Paulo: Summus. 2009.

DAMON, W.; MENON, J.; BRONK, K.C. The development of purpose during adolescence. **Applied Developmental Science**, n.7, 2003, p.119-128.

GARY, M. L. **Family attitudes, beliefs, and practices facilitating a sense of purpose in black american children and youth: A Grounded Theory.** Dissertation (Education Degree with Concentration in Health Education). Southern Illinois University Carbondale. OpenSIUC. Paper 463, 2012.

GODOY, M. M. C.; OLIVEIRA, A. L. **Uma proposta de análise sistêmica do procedimento Desenho-Estória com Tema.** In: REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE PSICOLOGIA, 46., 2016, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2016.

GUTMAN, L. M.; SCHOON, I.; SABATES, R. Uncertain aspirations for continuing ineducation: Antecedents and associated outcomes. **Developmental Psychology**, v. 48, n. 6, p. 1707-18, 2012. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22182295/> Acesso em: 14 abr. 2022.
HARTMANN, F. V; RECK, J. S; FILIPPI, K. M. Projeto de Vida do Estudante: a escolha da carreira alinhada a trajetória pessoal, autoconhecimento e o contexto sócio-histórico. In: MOSTRA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DO CESUCA, 13., 2019. **Anais [...]** Cachoeirinha: CESUCA, 2019.

KLEIN, A. M.; ARANTES, V. A. Projetos de Vida de Jovens Estudantes do Ensino Médio e a Escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 41, n. 1, p. 135-154, jan./mar. 2016.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de Pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LA TAILLE, Y. **Formação Ética: do tédio ao respeito de si.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, M. Juventud: una aproximación conceptual. In: BURAK, S. D. (ed.). **Adolescencia y juventud en América Latina.** Cartago: Libro Universitario Regional, 2001, p. 41-56.

MASSEY, E. K.; GEBHARDT, W. A.; GARNEFSKI, N. Adolescent goal content and pursuit: a review of the literature from the past 16 years. **Developmental Review**, v.28, p. 421-460, 2008.

NEUMANN, D; MISSEL, R. Família digital: a influência da tecnologia nas relações entre pais e filhos adolescentes. **Pensando Famílias**, v. 23, n. 2, pág. 75-91, 2019.

OLIVEIRA, A. L. Comportamento Organizacional e Pesquisa Qualitativa: algumas Reflexões metodológicas. In: CHAMON, E. M. O. (org.). **Gestão e Comportamento Humano nas Organizações.** Rio de Janeiro: Brasport, 2007, p. 180-205.

OLIVEIRA, D. *et al.* Impacto das configurações familiares no desenvolvimento de crianças e adolescentes: uma revisão da produção científica. **Interação em Psicologia**, v. 12, n. 1, 2008.

OLIVEIRA, M. C.; PINTO, R. G.; SOUZA, A. S. Perspectivas de futuro entre adolescentes: universidade, trabalho e relacionamentos na transição para a vida adulta. **Temas em Psicologia**, v. 11, n. 1, p. 16-27, 2003.

OLIVEIRA, E. B.; BITTENCOURT, L. P.; CARMO, A. C. A importância da família na prevenção do uso de drogas entre crianças e adolescentes: papel materno. **SMAD- Revista Electrónica en Salud Mental, Alcohol y Drogas**, v. 4, n. 2, p. 1-16, 2008.

PAPALIA, D.; FELDMAN, R. **Desenvolvimento humano**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

PEREIRA, B. C.; ZANON, C.; DELLAZZANA, L. L. Influência dos contextos escolar e familiar nos projetos de vida de adolescentes. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

PRATTA, E.; SANTOS, M. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em Estudo**, v. 12, p. 247-256, 2007.

POPE, N., MAYS, N. **Pesquisa Qualitativa na atenção à Saúde**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

SANTOS, L. M. O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, v. 10, p. 57-66, 2005.

SANTOS, M. A.; PRATTA, E. M. Adolescência e uso de drogas à luz da psicanálise: sofrimento e êxtase na passagem. **Tempo Psicanalítico**, v. 44, n. 1, p. 167-182, 2012.

SCHOEN-FERREIRA, Teresa Helena; AZNAR-FARIAS, Maria; SILVARES, Edwiges Ferreira de Mattos. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 26, p. 227-234, 2010.

TRINCA, W.; TARDIVO, L. S. L. P. Desenvolvimentos do Procedimento de Desenhos-Estórias (D-E). *In*: CUNHA, J. A. **Psicodiagnóstico-V**. 5 ed. rev. e amp. Porto Alegre: Artmed, 2000. p. 428-438.

WAGNER, A. *et al.* A comunicação em famílias com filhos adolescentes. **Psicologia em Estudo**, v. 7, p. 75-80, 2002.

ZANON, L. L.; FREITAS, L. B. Uma revisão de literatura sobre a definição de projeto de vida na adolescência. **Interação em Psicologia**, v. 19, n. 2, 2016.

Agradecimentos: Agradecemos à Universidade de Taubaté pela bolsa concedida por meio do Programa de Iniciação Científica PIBIC-CNPq.

REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS CULTURAIS E SOCIAIS ACERCA DO BINARISMO DE GÊNERO

Renan da Costa Roque
Paulo Francisco de Castro

INTRODUÇÃO

Inicialmente, para introduzir qualquer discussão a respeito de gênero, é fundamental estabelecer a diferença entre gênero e sexo, tendo em vista que esses termos muitas vezes são utilizados como sinônimos. No que diz respeito a sexo, este aborda as características biológicas, anatômicas e fisiológicas que estabelecem as diferenças entre homens e mulheres. Já o gênero se refere às diferenças entre masculino e feminino que se construíram ao longo da história por influências socioculturais (Cunha, 2014 *apud* Castro; Santos; Santos, 2018).

Entretanto, o termo gênero só passou a ser utilizado com esse sentido nas décadas de 1970 e 1980, associado aos movimentos feministas, com o intuito de evidenciar o caráter social das diferenças entre os sexos. As discussões surgiram como uma forma de compreender a relação entre homens e mulheres de forma mais crítica, com a intenção de desnaturalizar as desigualdades existentes entre eles (Scott, 1995).

Reforça-se que gênero não tem relação com a anatomia biológica e sexual dos indivíduos. Beauvoir (1970, p.9) afirma que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, visando ressaltar que o estereótipo e o ideal, tanto para a mulher como para o homem não passam de padrões construídos e estabelecidos pela cultura. Mead (2015) também acrescenta que os valores atribuídos aos sexos são socialmente produzidos, e não biologicamente impostos. As padronizadas diferenças entre os gêneros não são nada além de criações culturais, que cada geração é ensinada a aceitar.

Levando-se em conta que os gêneros masculino e feminino não estão relacionados a fatores anatômicos e biológicos, mas a representações e construções sociais que resultam no atravessamento de uma rede de estímulos e adestramentos ao longo de toda a vida social do indivíduo, o presente estudo se propõe a refletir sobre e a abordar os impactos e as influências ambientais e sociais no que se refere ao binarismo de gênero, ou seja, as ideias e representações que definem o que é ser homem e o que é ser mulher na nossa sociedade.

TEORIA

Ao longo da história da humanidade foram estabelecidas diferenças culturais entre os sexos, além das diferenças biológicas e anatômicas. Entre elas, por exemplo, a ideia de que as mulheres são frágeis e devem cuidar do lar e dos filhos, enquanto o homem deve ser o provedor de todo o sustento necessário para a família. Esses estigmas em nada se relacionam com a condição biológica, somente contribuem para o aprisionamento em ambas as situações.

Tanto a masculinidade como a feminilidade são construções sociais aceitas em um determinado período da história e em uma determinada cultura. Por sua vez, os sujeitos reproduzem individualmente esses padrões sob predominante influência do social que, coletivamente, reforça e estigmatiza essas duas formas de estar no mundo por meio dos diversos ambientes do cotidiano dos indivíduos (Andrade; Delicato, 2019). Dessa maneira, surge o conceito de gênero, como uma forma de se referir à construção social do papel do homem e da mulher e às desigualdades geradas por sua diferenciação social (Cabral; Díaz, 1998).

A ideia predominante em nossa cultura é a do determinismo biológico, ou seja, o sexo estabelece o gênero do indivíduo, limitando-se a uma dualidade de masculino e feminino. Entretanto, a variedade de configurações de gênero encontrada em outras culturas não sustenta esse mecanismo embasado na biologia. São inúmeros os exemplos de outras civilizações que estabeleciam uma relação entre sexo e gênero de forma distinta da considerada natural em nossa cultura ocidental. Um breve exemplo se encontra entre as comunidades indígenas americanas, que reconheciam até quatro identidades de gênero (Paulson, 2002).

Diante da maleabilidade da natureza humana, a resposta encontrada por nossa cultura foi padronizar comportamentos e temperamentos baseando-se na divisão dos sexos, transformando homens e mulheres em opostos e reforçando as instituições para regulamentar e condicionar essa padronização cultural. Por exemplo, declarar que a função social feminina é exclusivamente a maternidade torna inapta e disfuncional aquela que por razões fisiológicas é impossibilitada de ter filhos, ou aquela que não quer ser mãe por opção. Essa imposição social leva a um desperdício dos muitos talentos femininos que vão além da maternidade e que poderiam ser expressos para o benefício individual e social. Assim, a rigorosa imposição da padronização dos sexos gera malefícios no nível macro, para sociedade em geral, como no nível micro, interferindo na subjetividade dos sujeitos (Mead, 2015).

A categoria de análise “gênero” pode ser compreendida como uma representação social, tendo em vista que surge a partir das inter-relações entre os indivíduos na vida cotidiana e

estabelece papéis sociais que levam homens e mulheres a se comportarem de maneiras diferentes. Ou seja, as diferenças entre o masculino e o feminino são construídas, criadas e estimuladas socialmente por meio de um processo de aprendizagem repleto de estereótipos e de padronizações da forma de existir (Louro, 1997 *apud* Albuquerque; Silva, 2019).

A hierarquia e a polarização entre homens e mulheres é o processo de uma vida inteira. Desde a tenra infância, o ser humano se encontra inserido em um ambiente que fará de tudo para regulá-lo a partir dessa lógica dualista de gênero, com a internalização de diversos símbolos, mensagens, poderes e direitos que impactam diretamente nos corpos e na forma de ser no mundo (Paulson, 2002). Beauvoir (1967, p. 9), reforça:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino.

Uma das mais essenciais características da feminilidade é a passividade, desenvolvida pelas mulheres desde os primórdios. Entretanto, a passividade não decorre de nenhum atributo biológico ou da natureza; encontra-se, na verdade, em um movimento social e de educadores que direcionam a mulher a esse comportamento. Ensinam que ela deve agradar, fazem dela um objeto, retirando toda sua liberdade e autonomia. A própria educação materna visa tornar a menina uma “mulher de verdade”, avaliando que dessa forma será mais aceita socialmente. A mulher cresce em uma sociedade onde todas as cuidadoras reforçam esses comportamentos e os contos, histórias e mitos contribuem ainda mais para esse ideal feminino. Por mais que os avanços feministas tenham conquistado direitos e ampliado espaços para a mulher se manifestar, seja estudando, praticando esportes e participando da vida política, a sociedade ainda exige que ela não abandone sua feminilidade (Beauvoir, 1967).

Por outro lado, o menino é encorajado a se manifestar de forma ativa, expansiva, com liberdade de movimento. É justamente se colocando e se firmando no mundo que sua existência se concretiza. Se a menina receber o mesmo tratamento, estímulos e encorajamento para se manifestar, desenvolverá a mesma iniciativa e o potencial realizador que o menino (Beauvoir, 1967).

Enquanto a mulher é considerada como sexo frágil, aos homens é atribuída a missão de ser o provedor e o responsável pelo sustento do lar, deixando a mulher em situação de submissão. A crença de que a maternidade e os cuidados dos filhos são responsabilidade da mulher, enquanto ao homem cabe garantir o sustento financeiro, aprisiona ambos em posições insuficientes (Andrade; Delicato, 2019). Segundo Laraia (1986), citado por Andrade e Delicato

(2019), a realidade é uma construção social, sustentada por padrões e valores. Portanto, interações, compartilhamentos e concepções de mundo são questões aprendidas.

Os papéis sociais feminino e masculino se manifestam por meio de diversas práticas culturais, que servem para alimentar a idealização da feminilidade e da masculinidade. A segregação binária que estabelece o feminino e o masculino levando em consideração o sexo dos indivíduos pode ser observada nas brincadeiras infantis escolhidas pelos pais e até mesmo nas cores a serem usadas pelas crianças, sendo frequentemente associada aos meninos a cor azul e às meninas a cor rosa. As meninas são pouco estimuladas a participar de brincadeiras que desenvolvam capacidade intelectuais, físicas e de liderança. Resta-lhes brincar “de casinha”, remetendo às tarefas domésticas, iniciando assim o treinamento e a modelagem para assumirem o papel de mãe e dona de casa no futuro (Sardenberg; Macedo, 2011 *apud* Andrade; Delicato, 2019).

O adestramento dos corpos, ou seja, a masculinização do corpo masculino e a feminilização do corpo feminino se dá por meio das diferentes instituições sociais, que tornam os corpos aptos e inclinados a participar desse jogo social. A educação primária, por exemplo, reforça a desigualdade entre meninos e meninas, estimulando o engajamento nesse sistema, favorecendo mais nos meninos posturas de dominação (Bourdieu, 2011).

A menina inicia a sua compreensão de sujeito no mundo como devendo ser passiva e submissa nas relações familiares. O pai, figura masculina, exerce todo o domínio e detém todo o poder. É ele quem trabalha fora e provê a casa, representando o mundo externo, aventureiro e difícil. A autoridade da mãe vai até o momento em que a do pai tem início, sendo a mulher sempre destronada nessa relação. Dessa forma, a menina é convidada a ser como a mãe, e do pai espera, de forma passiva, somente sua valorização. Certamente existem diferentes configurações familiares, e a família está cada vez mais em transformação, mas, a partir do modelo familiar tradicional, que inevitavelmente impacta no coletivo, é possível observar a dinâmica exposta (Beauvoir, 1967).

Essa configuração não se encerra na família. A menina também irá encontrar na literatura, nas histórias, em contos, mitos e narrativas infantis essa imposição e suposta superioridade do homem. O herói é sempre masculino, o homem sempre é exaltado, e é por meio deles que as histórias são contadas. Essa personificação não se dá por acaso. Beauvoir (1967, p.30) explica que “é através de olhos masculinos que a menina explora o mundo e nele decifra seu destino”.

A mulher também encontra na religião, sobretudo no cristianismo, uma reafirmação da inferioridade do sexo feminino. Deus, o ser todo poderoso, é homem, assim como Jesus. Todos os cargos eclesiásticos são designados a homens: Papa, bispo, padre, etc. As figuras femininas, por sua vez, são santificadas, devendo se entregar à vontade divina (Beauvoir, 1967).

Um importante estudo a respeito de gênero foi realizado na década de 1930 pela antropóloga norte americana Margaret Mead (2015), que se propôs a observar a diferença de temperamento e personalidade entre homens e mulheres nos povos indígenas da Nova Guiné. Dessa pesquisa de campo resultou o livro “Sexo e Temperamento”. O objetivo da autora era investigar quão maleável e flexível é a natureza humana e descobrir em que grau a diferença entres os sexos é inata ou culturalmente desenvolvida. Os resultados de seus longos estudos de campo revelaram que a natureza humana é amplamente maleável, e ela reforça, é a cultura, e não a biologia que constrói os indivíduos tais como eles são.

A partir do estudo de Mead (2015) é possível concluir que os traços de personalidade que atribuímos como masculinos ou femininos se revelam associados ao sexo devido a uma influência cultural que estabelece padrões e condicionamentos sociais. Assim, é possível constatar que a natureza humana é extremamente moldável, havendo um forte impacto da cultura sobre os indivíduos. Mead (2015, p. 269) acrescenta: “As padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se”.

MÉTODO

Este estudo é um recorte do trabalho de graduação do autor, e se caracteriza como um estudo qualitativo, tipo de pesquisa que visa examinar e se aprofundar em um tema com o intuito de identificar ideias mais profundas e significativas a seu respeito. Além disso, configura-se como um estudo de caso coletivo, já que se entrevistou um número de pessoas que possivelmente representa o conhecimento a respeito do tema em questão (Gil, 2002).

O estudo contou com 18 participantes, com idade entre 18 e 30 anos, independentemente de sexo ou gênero. Trata-se de um estudo com amostra não probabilística, cujos participantes foram convidados por acessibilidade. Uma síntese das informações gerais dos participantes encontra-se no Quadro 1.

Quadro 1 – Dados gerais dos participantes.

Participante 1 = Idade: 23 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 2 = Idade: 21 / Gênero: Cisgênero – masculino / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 3 = Idade: 28 / Gênero: Não binário / Sexualidade: Androssexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 4 = Idade: 25 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 5 = Idade: 21 / Gênero: Cisgênero – masculino / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 6 = Idade: 23 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 7 = Idade: 20 / Gênero: Cisgênero – masculino / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 8 = Idade: 20 / Gênero: Cisgênero – masculino / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 9 = Idade: 19 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Bissexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 10 = Idade: 21 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Bissexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 11 = Idade: 19 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Bissexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 12 = Idade: 19 / Gênero: Não soube definir / Sexualidade: Não soube definir / Estado de origem: Minas Gerais
Participante 13 = Idade: 27 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 14 = Idade: 28 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Bissexual / Estado de origem: Santa Catarina
Participantes 15 = Idade: 29 / Gênero: Não-binário / Sexualidade: Não soube definir / Estado de origem: Paraná
Participante 16 = Idade: 26 / Gênero: Cisgênero – feminina / Sexualidade: Bissexual / Estado de origem: Sergipe
Participante 17 = Idade: 20 / Gênero: Cisgênero – masculino / Sexualidade: Heterossexual / Estado de origem: São Paulo
Participante 18 = Idade: 23 / Gênero: Não binário / Sexualidade: Bissexual / Estado de origem: São Paulo

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados obtidos.

Houve divulgação da pesquisa e convite à participação pelos meios de contato eletrônicos do acadêmico pesquisador. Os interessados em colaborar entraram em contato para agendamento da entrevista *online*. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas *online* não diretivas via plataforma de reunião escolhida pelo participante.

Os dados coletados foram analisados segundo o modelo desenvolvido por Bardin. Esse método foi escolhido devido a sua especificidade para o tratamento de dados qualitativos e por permitir que o pesquisador leve em consideração as características, as estruturas e os modelos compreendidos como os mais relevantes para o tema em estudo.

O método selecionado também possibilita uma organização em etapas para se analisar os dados, o que torna a análise mais simples e precisa. Essas etapas são constituídas por pré-análise, em que o material é preparado, envolvendo um primeiro contato e uma leitura mais livre; exploração do material, na qual são classificados e organizados em categorias, podendo ser inferidos e interpretados (Bardin, 2011 *apud* Câmara, 2013).

É oportuno destacar que na etapa de exploração do material foi realizada a codificação das entrevistas, ou seja, foram identificados pontos em comum, destacados com diferentes marcadores, visando sistematizar e categorizar o material, possibilitando uma discussão mais elaborada e precisa de seus conteúdos (Franco, 1986 *apud* Campos, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Influências e expectativas sociais

A respeito das influências que os indivíduos recebem para seguirem o modelo binário de gênero, 17 dos 18 participantes compreenderam que foram influenciados ao longo de suas vidas, nos diversos círculos sociais que frequentaram, a serem mais masculinos ou femininos, a partir da definição que a sociedade atribui para esses gêneros. Esse dado evidencia que não é meramente o destino biológico que define os sujeitos, mas um processo de aprendizagem sustentado por um formato estereotipado e padronizado para definir a manifestação dos gêneros, sendo, portanto, uma influência social que intermedia o que deve ser masculino ou feminino (Beauvoir, 1967; Paulson, 2002).

A influência social e, juntamente com ela, a expectativa social de ser de determinada forma não se difere do estereótipo identificado para cada gênero. Portanto, pessoas que performam feminilidade recebem influências e expectativas para se portar de maneira passiva, agradável e submissa, com traços de sensibilidade e compreensão, além de seguir alguns destinos sociais conservadores, como casar e ter filhos. Já as pessoas que performam masculinidade são influenciadas e, conseqüentemente, se espera delas que sejam fortes, que possam resolver todas as situações, que não precisem de outras pessoas e que possam cuidar de tudo sozinhas.

A transcrição de algumas falas das entrevistas corrobora o que foi explanado.

“[...] tem umas coisas que eu não gosto, eu não sei não, sou bom em fazer e se espera que eu faça e eu não gosto dessa... desse tipo de ter que saber fazer essas coisas e até tipo... meio que uma lembrança constante toda vez que eu tenho que sei lá... sei lá bater de frente com alguém eu não consigo e aí eu lembro putz era esperado, meu pai ia conseguir fazer isso ou sei lá... e são coisas que são esperadas na minha cabeça, são coisas que são esperadas de um homem” (Participante 5).

“Acho que esperam que eu seja amigável e sensível... essas coisas mais emocionais que costumam ser relacionados às mulheres, né?” (Participante 10).

“Você tem que ser forte para tal coisa... você tem que ser rígido para tal coisa... você tem que ser para a outra pessoa mais frágil alguém mais forte, sabe? Eu acho que é isso que todo mundo espera” (Participante 17)

“Eu sinto uma pressão e é muito louco que, independente se você seja cis ou trans, há uma pressão né...mas eu sinto que há uma pressão assim... é... então se você se entende como pessoa não binária e você está e você se veste mais com as roupas ditas femininas então siga essa linha né. Se eu saio nessa linha ué, mas como assim, que roupa diferente, como assim, tão...gera estranhamento, ou o contrário, também se estou seguindo mais uma linha entre aspas de tanto masculino e vou para uma outra, ué, pera aí o que que é isso... então... querendo ou não há um estranhamento, né... há a constante expectativa das pessoas sobre os nossos corpos, sobre o que nós vamos viver, sobre quem nós iremos beijar, nos relacionar, o que nós iremos vestir, quais pronomes nós usaremos né... e há uma constante vigilância sobre nossos corpos, uma constante dominação sobre a nossa subjetividade” (Participante 3)

Complementando, Andrade e Delicato (2019) sustentam que a determinação dos gêneros feminino como frágil e submisso e masculino como forte e provedor gera um aprisionamento de ambos em posições insuficientes, possibilitando articular com o que Mead (2015) expõe como a maleabilidade da natureza humana, evidenciando como essas imposições podem ser malélicas em diversos níveis. A autora afirma que as diferenças estabelecidas entre os gêneros são advindas de aspectos relacionados a criações culturais e a condicionamentos

sociais que moldam os indivíduos para atenderem a expectativas de uma sociedade para determinado gênero.

Essa lógica binária vai além de pessoas cisgênero, como foi possível observar no último relato exposto. Pessoas que se entendem como não binárias também relatam que recebem forte pressão social para “escolherem um lado”, como se a ideia de estar fora do binarismo não fosse concebível. Ou seja, o que foi possível observar é que a cultura impõe os estereótipos binários de gênero e a própria sociedade reforça essa lógica, cobrando e esperando dos indivíduos que atendam por meio de estímulos, ensinamentos e processos de adestramento social (Mead, 2015).

Entre as diversas instituições, espaços e círculos da sociedade, a família foi a que demonstrou maior influência e exigência para que os indivíduos sigam o padrão binário de gênero, seguida pela escola, que também foi muito mencionada. Além dessas, religião e mídia foram citadas uma vez cada.

“[...] então, a escola sim insiste nesse binarismo, a família insiste nesse binarismo e é algo muito opressor, é horrível assim, de que tais pessoas devem ser de tal forma e outras pessoas de outra forma, é muito ruim essa separação, sendo que somos seres múltiplos e com uma subjetividade absurda que podemos fluir entre o que nós quisermos” (Participante 3).

“A minha mãe, ela sempre dizia uma frase quando ela estava me arrumando para ir pra escolinha, que era “não seja saliente” né? Isso tem muito a ver com feminilidade, meu irmão não ouvia essa frase [...]” (Participante 14).

“Para mim, o que me pegou por muito tempo, acho que tem a ver, é a questão assim do que é essa feminidade dentro de um contexto, que daí inclui uma outra informação, que é a questão da religião e também muito do que se esperava de mim (Participante 13).

A minha família é, com certeza... acho que mais cobra é a família... minha mãe, minha avó, minhas tias” (Participante 4).

“Família com certeza, esperam que case e tenha família, e é isso. Principalmente expectativa da família [...]” (Participante 6).

No que diz respeito à influência da família na formação dos estereótipos de gênero nos sujeitos, Beauvoir (1967) enfatiza que a mulher é ensinada, desde os cuidados maternos, a se portar de maneira submissa, enquanto o homem é estimulado a ser ativo e expansivo, buscando realizações no mundo externo. Da mesma forma, Sardenberg e Macedo (2011), citados por Andrade e Delicato (2019), apontam que essa segregação binária pode ser observada desde a infância, nas brincadeiras escolhidas pelos pais, em que a menina é levada a brincadeiras que remetem às tarefas domésticas, enquanto o menino é incentivado a brincadeiras agressivas.

Machado e Lacerda (2013) identificaram em jogos virtuais estereótipos que propagam e reforçam a lógica binária de gênero, além de reforçar o machismo, o conservadorismo e aspectos da estrutura patriarcal. Esses jogos são extremamente significativos, visto que são destinados ao público infantil e juvenil, adotando um caráter lúdico em que para “vencer” é preciso seguir a estrutura estereotipada e fixa de comportamentos destinados a determinado sexo. Portanto, é possível identificar em mais um recurso cultural a influência e a ideologia binária de gênero, que define a formação das subjetividades para se orientarem dentro dessa lógica dual.

Mas essa lógica se expande, e todo o meio social e cultural que rodeia as crianças faz questão de alimentar esse modelo. Na literatura infantil, o herói e protagonista é sempre uma figura masculina. A mulher sempre está em posição secundária, necessitando ser salva ou protegida. Na religião essa imagem também é reforçada. As figuras de grande poder e significado são sempre masculinas (Beauvoir, 1967). Além disso, a mídia também exerce forte influência nas noções de masculino e feminino e contribui para a criação ou a manutenção de estereótipos de gênero (Hoenisch; Cirino, 2010).

Os sentimentos e pensamentos em relação a ter recebido essas influências e a ser cobrado por expectativas para segui-las apresentaram dois direcionamentos. O primeiro engloba sujeitos que não se identificam com os aspectos impostos, que relatam que essas influências foram negativas, gerando frustração, angústia e limitação.

“É muito... um pouco limitante, vamos dizer assim..... traz uma angústia porque você não é outra pessoa, mesmo que ela possa te inspirar alguma outra coisa, você é você, então a partir do momento em que você quer ser outra pessoa porque ela tem o que a sociedade quer dela, quer da gente né... que a sociedade quer de, o que é ser feminino, é uma coisa de muito angustiante” (Participante 12).

“Aí é horrível né? Porque é como se limitasse mesmo, e se a gente não está consciente disso, a gente não está ativo, pensando nessas coisas, a gente realmente é limitado várias e várias vezes, né? E além disso, é a questão de limitar não só o que eu posso fazer, mas o que eu posso pensar, o que eu posso gostar, por exemplo, sabe?” (Participante 1) .

“Eu achava que eu me sentia bem, mas hoje em dia eu olho de uma forma completamente diferente... eu acho.... eu entendo que não me fez nada bem... me privou de muitas coisa, inclusive” (Participante 13).

Essas reações e sentimentos são compreensíveis, visto que o ser humano não traz uma essência ou natureza concreta que o defina; ele é uma construção na existência e em sua relação com o mundo (Sartre, 2013). Portanto, todas as atribuições culturais, como as relacionadas ao gênero, são limitações à multifacetada realidade humana, e o ser humano pode ser muito além dessa configuração definida. A estrutura binária também impossibilita o desenvolvimento amplo de características, habilidades e potenciais que poderiam promover maior identificação e bem-estar para os indivíduos, mas o que é visto na realidade é um direcionamento para determinadas funções ou trabalhos sociais que correspondam a um certo padrão definido pelo gênero, mas que muitas vezes não representa o sujeito (Mead, 2015).

Entretanto, também houve identificação com as influências recebidas, com o gênero atribuído. Para esses participantes, o lugar onde se encontram não é maléfico ou opositor, mas ainda assim compreendem como a imposição e a pressão social podem ser desconfortáveis e ameaçadoras.

“Quando eu era adolescente, assim, teve muito drama né, na adolescência tudo é muito forte, assim, tudo é muito intenso, tudo é muito as últimas consequências... Hoje em dia, mais velha, eu meio que fiz as pazes com isso, mas eu acho que eu fiz as pazes também porque eu me identifico com esse padrão, assim, de expressão [...] mas assim, para exemplificar mesmo que eu estou querendo dizer, né, então para mim de fato, assim, isso não é onde mora os meus traumas, digamos assim, mas eu entendo que é isso é muito violento” (Participante 14).

“Eu não ligo muito porque é o que eu sempre penso, tipo eu nunca tive nenhum questionamento, então estou tranquilo, mas se eu fosse uma pessoa que tivesse qualquer tipo de questionamento,

eu estaria pensando que eu não estaria nem um pouco confortável nessa situação” (Participante 9).

“Eu sinto que não deveria ser assim, mas no meu caso não foi algo que me deixou muito desconfortável, assim, tipo porque eu sempre me encaixei nisso, então nunca me incomodou, mas eu vejo muita gente que sofre por causa disso” (Participante 10).

Impactos sociais no cotidiano

Os resultados demonstraram que a identificação de gênero tem efeitos diretos e variados no cotidiano dos indivíduos. Entretanto, destacam-se aqui as influências dessa identificação nos relacionamentos, associadas à maneira de se comportar.

Como explanado anteriormente, os sujeitos estão expostos a cobranças, exigências e pressões para seguirem e perpetuarem os estereótipos binários de gênero, que podem ser identificados em práticas concretas no cotidiano. Essa dinâmica em si já se revela agressiva e negativa, mas pode ser ainda mais perturbadora para aqueles que não atendem ou não correspondem a essas exigências e expectativas.

Paulson (2002) destaca que aqueles que não se enquadram na lógica binária de gênero, que apresentam comportamentos que não correspondem à rígida regra da sociedade, passam por situações de opressão, exclusão e punição. É o caso de mulheres que manifestam alguma característica considerada masculina, ou de homens que demonstram algum traço de feminilidade. A reação social frente a essas manifestações leva os indivíduos a uma tentativa de ajuste ao que deles se espera no círculo social, afetando diretamente sua subjetividade, limitando suas manifestações mais autênticas e induzindo a um padrão engessado que não sustenta as características humanas mais essenciais: liberdade e flexibilidade (Scott, 1995).

Esses ideais rígidos estão embasados em uma ideologia social e política que busca controlar o gênero das pessoas, desenvolvendo uma estrutura social que vigia, regula e reprime as manifestações que não atendam as noções estabelecidas (Butler, 2003).

Dessa forma, os sujeitos que se desviam da configuração de gênero socialmente imposta sofrem diversos tipos de violências, como julgamentos, silenciamento, diminuições, humilhações, repreensões, desapareço e tentativa de controle. Embora qualquer pessoa possa estar sujeita a essas situações, cabe destacar que os indivíduos que se entendem como não binários trazem um medo e uma preocupação maior, já que rompem drasticamente com a lógica

de gênero imposta e não sabem como serão recebidos nos diferentes ambientes, o que torna o ato de se manifestar de forma singular pesado e demanda coragem.

As falas e relatos a seguir que abordam o que foi elucidado anteriormente.

“Para mim por exemplo, que sou mulher, é um lugar bem específico, né? Na aula às vezes uma diminuição, um ‘Mansplaining’, essas coisas assim que estão no cotidiano né... acho que é isso né?” (Participante 1).

“Eu acho que se eu tivesse um outro tipo de estilo assim mais masculinizado talvez eu sofresse o maior julgamento e aí isso ia me causar uma angústia maior, ia sofrer mais” (Participante 4).

“[...] é reprovação, rejeição, é caçoação, você é zoado ... na fábrica mesmo, é zoado, é esculachado e tipo o povo até te trata diferente. Em casa uma repreensão, né? Não no sentido de sei lá, ser gay ou não, mas no sentido de tipo, você não tá tomando as decisões, você não está sendo homem” (Participante 5).

“Na minha família materna principalmente, é muito... tipo, uma vez eu tava sentada no banco e eu estava com a perna aberta e eu estava de short, e depois meu tio veio me chamar atenção para eu fechar porque eu... sabe? Mas era um short, não estava aparecendo nada... então tipo assim, dentro de casa eu sou muito mais exigido do que fora, então na faculdade eu só vivo minha vida, né, do jeito assim que eu me acho que seria bom pra mim, algo assim que é natural, mas geralmente dentro de casa é algo muito mais... sabe? É reprimido, sabe?” (Participante 12).

“Eu acho que o julgamento de outras pessoas assim com relação a mim, com relação à forma que eu escolho viver, né? A forma que eu, né?... Como eu te falei, eu namoro, então assim, a forma que as pessoas enxergam como eu devo ser dentro de um relacionamento... então assim, um olhar das pessoas assim de julgar, né?... Então assim, por exemplo... aí por exemplo, eu não tenho vontade de casar e ter filhos... imagina, como assim? Mas você é mulher, como que você não quer ter um filho, né? ... Então passar por esses questionamentos, sabe? Por essas indagações bem chatas... então, é nesses aspectos assim que eu acho que se eu fosse homem eu não passaria por isso não” (Participante 13).

“É mais no simbólico, no campo do simbólico mesmo, sabe? De realmente, autoestima, de autoconfiança, de conseguir me colocar como pessoa no mundo assim, né? De ter valor, de sentir que as pessoas podem gostar de mim sendo desse jeito, que eu não sou uma aberração... e etc.” (Participante 15).

“Uma coisa que é muito triste para mim por exemplo... ou para as pessoas... é você ir comprar uma roupa, está separado no masculino e feminino, aí todo mundo fica olhando uma menina comprar uma peça masculina, tipo eu já estou meio que superando, mas toda vez eu sinto que os caras tão falando nossa, ela está pegando minhas peças tipo sei lá, pensando em uma coisa assim” (Participante 11).

A partir do exposto é possível observar no cotidiano dos indivíduos a presença constante de determinações que remetem à lógica do binarismo de gênero. É por meio da repetição ritualizada das normas que os sujeitos são condicionados para acatarem as ideias de masculinidade e feminilidade, acompanhada pela punição de comportamentos considerados fora da norma estabelecida. Portanto, trata-se de um fenômeno produzido e reproduzido no cotidiano, resultando em uma estrutura mental construída para atender as exigências impostas social e culturalmente (Butler, 2002 *apud* Sanchez; Schmitt, 2016).

O papel na sociedade

A partir das respostas dos participantes, foi possível identificar que estes acreditam que seus papéis sociais, a partir do gênero com que se identificam, variam em três direcionamentos. O primeiro, e mais predominante, entende que seu papel é questionar, desconstruir e promover a conscientização a respeito dos padrões de gênero. Outra tendência identificada é referenciada como um papel esperado, que se enquadra nos estereótipos do binarismo de gênero, o que salienta ainda mais a força das expectativas sociais no ato de performar certo gênero, e o terceiro movimento que se apresenta é o de não identificar um papel social relacionado ao seu gênero, ou seja, dentro da reflexão proposta, compreende que não tem um papel social.

O papel social é um importante aspecto para se compreender o gênero visto que, a partir de discussões sociológicas, é possível observar que o sujeito busca estabelecer sua identidade a partir dele. As noções cristalizadas de gênero estabelecem configurações bem definidas, que recebem significados sociais, e é em correspondência com esses significados que o sujeito vai buscar sua identificação (Butler, 2003).

Em relação aos resultados, foi possível observar que o papel esperado corresponde ao que já foi exposto aqui, ou seja, uma percepção enriquecida, em que o masculino é forte, provedor e responsável pelo sustento da família, enquanto o feminino é frágil e designado para o matrimônio e para os cuidados domésticos e maternos, mas que com a conquista de seu lugar no mercado de trabalho também se espera dele sucesso e prestígio. Portanto, fica claro o impacto das expectativas sociais na percepção do sujeito de seu papel na sociedade. As falas a seguir corroboram o explanado.

“Papel na sociedade é complicado, assim, pensar... porque tem o que seria uma expectativa social, tipo, eu enquanto mulher agora, tal, nessas novas gerações, até que tem uma expectativa de que eu tenha uma estabilidade sozinha e que eu tenha um emprego, e que eu tenha uma carreira... mas que eu também foque em um relacionamento e que esse relacionamento, é, seja duradouro, e que eu tenha muita essa posição de cuidado com outro, e que vem dessa posição de cuidado com o parceiro... pelo menos é isso que eu vejo, né, tipo de expectativa social... que eu organize a vida, tipo, obviamente sempre organizar a vida, para ter filhos e a partir disso eu sempre ter esse aspecto de cuidadora.... cuidar da minha família, tipo pais... depois em paralelo cuidar do marido e cuidar de filhos, enquanto em paralelo também siga uma carreira... mas não uma carreira de destaque quanto a da pessoa com quem eu me envolvo... acho que um pouco esperado é isso” (Participante 16).

“Cara, eu não consigo tirar da minha cabeça de que não faz parte do meu papel eu ser uma pessoa que provém para a minha família, tá ligado? Que prove para minha família, tipo, para minha namorada, pro filho dela, meu enteado, tá ligado? Tipo uma necessidade de que em algum momento da minha vida eu preciso, tipo não só ser autossuficiente mas também ter pessoas que dependem, enfim, tudo mais” (Participante 7).

“O papel esperado eu acho que ainda, em 2022, ainda é focar em ter família... constituir uma família, sabe? Eu acho que ainda se espera isso... de um lado, isso... do outro se espera que... não que se rejeite isso, mas, que você foque em ter uma carreira e seja uma mulher completamente independente... eu vejo que existem esses dois lugares assim, de ou você ser uma mãe, casar, querer cuidar da família, querer cuidar da casa e essas coisas assim... e do outro lado, você ser a ‘girlboss’... esse lugar da ‘girlboss’ me dá vontade de bater a cabeça na parede, assim” (Participante 14).

“O papel que está imposto eu acho que... para a sociedade, eu acho que estou batendo muito as mesmas teclas, mas eu acho, mas... é, sei lá, ser o homem da casa, o pai de família, ser o provedor, de novo, ser o homem com maior salário, ter um melhor emprego... isso eu digo na casa, tipo comparado com a minha esposa... sair com um colega de trabalho e fazer o churrasco do fim de semana, falar mal de certos tipos de minorias... tipo, é para mim é esse é o papel do homem na sociedade, essas coisas, tipo ir para o bar, jogar futebol do mês” (Participante 5).

De maneira quase majoritária, houve uma percepção do papel de desconstruir e romper com os padrões binários, buscando possibilitar uma sociedade mais tolerante, em que cada um possa manifestar sua subjetividade, como é possível observar nos trechos abaixo:

“O meu papel aqui é fazer justamente isso, é possibilitar essa conscientização e, além disso... eu fico muito grata quando vêm pessoas e falam nossa. quando eu vi que você fez tal coisa. você me inspirou a tal outra coisa. você me fez pensar sobre tal outra ótica. e isso é muito forte. isso é muito potente. e as pessoas às vezes não têm noção do quanto é político, às vezes uma pessoa só sair na rua com a roupa que ela quer, isso já é muito político, porque outras pessoas podem se espelhar e falar nossa, então é possível...então... é isso, eu gostei, então é possível uma pessoa assim, assado, né...então é possível ser uma pessoa não binária sem exigência de passibilidade, ou uma pessoa travesti, né, e tal, né, e uma mulher trans... enfim, então acho que é isso que eu gostaria de contribuir, né, que de fazer com que outras pessoas LGBTQs, mas em especial pessoas trans sintam-se emponderadas a continuar e a existir nesse mundo, mas principalmente no Brasil” (Participante 3).

“Mudar, principalmente, o jeito que é pensado a sociedade... mostrar que como mulher eu posso, sim, não ser a pessoa que eu cuido da casa e cozinha da casa e que faz tudo sozinha, que não eu divido tudo igualmente com tipo o meu namorado ou meu marido no futuro e acho que isso... mostrar que, como mulher, eu também posso ser bom em coisas que não fazem que normalmente são os homens que fazem” (Participante 4).

“Eu acredito que é questionar o que é colocado, né? Como verdade, o que é colocado... e que normalmente é muito violento, né? Principalmente com as mulheres... então eu acredito que o

meu papel é questionar... o meu papel é justamente tentar, né? Porque a gente está inserida nisso tudo, então é difícil... mas tentar não reproduzir mesmo certas coisas... é olhar para tudo que acontece nesse sentido, tanto de discriminação quanto de preconceito, de julgamento desses papéis, né? Que foram construídos socialmente, você olhar para tudo isso e ver o que realmente também faz sentido, sabe, e fazer aquilo que você quer fazer, independente do que é falado para você, né? Então assim, eu vejo que o meu papel é esse... é olhar para tudo isso criticamente e não reproduzir isso com outras pessoas e também contribuir para que essas outras pessoas, que sejam homens ou sejam mulheres, enxerguem também tudo isso e repensem sobre tudo isso” (Participante 12).

“Tentar desconstruir os padrões bem cristalizadas e enxergar, tipo tentar ao máximo que as pessoas enxerguem as pessoas como pessoas, assim, que existe uma pluralidade de maneiras de se comportar e que isso não está ligado à sua genitália, né? São tipo só padrões de comportamento mesmo, que são aprendidos” (Participante 15).

“Cara, eu acho que o meu papel perante isso tudo é eu contribuir pelo menos uma parte para não ser como a maioria é... com desrespeito... com piadas sexistas, sabe? Eu quero fazer parte disso mas como uma parte boa disso tudo, sabe?” (Participante 17).

As declarações dos participantes revelam que, apesar da força controladora das instituições que atuam para vigiar e regular os corpos, com o intuito de manter a normas do binarismo de gênero, a subjetividade humana e sua capacidade de se expressar ultrapassa qualquer dispositivo social coercitivo.

A postura de romper com o modelo binário e com os papéis sociais referentes a gênero permite uma ampliação da existência, novos modos de ser e de estar no mundo, e fundamentalmente, permite a construção de possibilidades mais articuladas com o desejo singular e subjetivo, e não com um desejo fabricado e imposto. Além disso, a possibilidade não binária se posiciona como uma forma de resistência, pois questiona os ideais hegemônicos da sociedade que constantemente impõem ao sujeito como deve ser, e coloca em enfrentamento uma sociedade patriarcal que sustenta um modelo heteronormativo. Portanto, o questionamento e a mudança de paradigma em relação aos papéis sociais de gênero são de extrema relevância pois podem permitir maior liberdade, além do rompimento de processos de exclusão e opressão (Padilha; Palma, 2017).

Por fim, alguns participantes não identificaram um papel social relacionado a seu gênero. Parte deles por não se ver atendendo os estereótipos do papel social atribuído ao seu gênero, outra parte por compreender que seu papel social vai além do gênero com que se identifica. As falas transcritas a seguir exemplificam, respectivamente, as posturas comentadas.

“Cara, eu não tenho uma visão dessa... tipo assim, eu não imagino que eu vou ter que, sei lá... pegar e falar no futuro, dividir papel, eu trabalho, mulher que fica em casa com dinheiro, não, eu imagino que seja bem dividido, bem linear, cada um pode fazer as 2 funções sim... mas putz eu não sei, cara... é que parece uma pergunta muito voltada para isso, mas acho que não... eu posso um dia trabalhar de casa e pegar e, por exemplo, viver trabalhando de casa e cuidando da família” (Participante 8).

“Eu não consigo pensar muito bem que seria meu papel... acho que eu não vejo muita distinção... entre os gêneros assim, em questão de que tem que fazer na sociedade... qual seria o papel” (Participante 10).

“Então, meu papel na sociedade, eu vejo mais como Francisca (nome fictício), tipo, estudante de Psicologia que tem meus próprios objetivos, não vejo esse tanto atrelado à minha questão de gênero” (Participante 9).

“Nossa, eu acho que isso supera questões de gênero para mim e é uma coisa que eu falei lá no começo e eu vou retomar de novo... meu papel na sociedade é uma coisa que eu estou buscando, uma coisa que está em construção para mim, porque eu estou em busca desse papel na sociedade, desse lugar na sociedade... então não consigo te responder... mas independência, não acredito que meu papel na sociedade está relacionado ao gênero” (Participante 6).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos resultados, foi possível compreender que os indivíduos recebem influência de família, escola, instituições religiosas, mídia e de outros meios sociais para corresponderem à lógica binária, sendo associadas ao feminino, passividade e submissão e ao masculino, força e imposição. Há sujeitos que se identificam com as características impostas e

se sentem bem, enquanto há outros que não se identificam com o lugar que lhe destinam por se sentirem limitados, o que gera sentimentos de angústia.

Foi possível concluir que o modelo binário de gênero apresenta influências e impactos diretos no cotidiano das pessoas, demandando um modo de ser e afetando diretamente em seus comportamentos. Esse sistema está tão perpetuado que quem não adere a ele sofre, como consequência, inúmeras retaliações na vida material, social e cotidiana.

Por fim, observa-se que, de maneira geral, os indivíduos entendem que seus papéis na sociedade vão além do que é imposto e esperado de seu gênero, havendo um forte e promissor movimento de busca pela desconstrução desse padrão, considerado aprisionador e limitante.

Portanto, entende-se que o objetivo deste estudo foi alcançado, pois por meio dos resultados expostos e de sua articulação com a teoria ficou evidente a influência e o impacto que os aspectos funcionais da sociedade e da cultura exercem sobre o hegemônico modelo binário de gênero, destacando que se trata de um processo de construção sociocultural e não de um destino biológico ou inato. Concluindo, cabe ratificar a importância e a necessidade de pesquisas mais aprofundadas a respeito dessa temática, visto que existem inúmeros atravessamentos não abordados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. G.; SILVA, A. M. T. B. Gênero como objeto de pesquisa em Representações Sociais. **Research, Society and Development**, v. 8, n. 7, p.1-9, 2019. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/1120>. Acesso em: 17 jan. 2022.

ANDRADE, G. P; DELICATO, T. D. A representação social da mulher e a cultura do machismo. **Wamon**, Amazonas, v. 4, n. 2, p. 31-42, nov. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/wamon/article/view/5954>. Acesso em 15 jan. 2022.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: Fatos e Mitos** (vol. 1). 4.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BEAUVOIR, S. **Segundo Sexo: A Experiência Vivida** (vol. 2), 2.ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOURDIEU, P. **A Dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BUTLER, J. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**. n. 42, p. 249-274, 2014.

CABRAL, F.; DÍAZ, M. Relações de gênero. *In: Cadernos Afetividade e Sexualidade na Educação: um novo olhar*. Belo Horizonte: Rona, 1998. p. 142-150.

CÂMARA, R.H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 6, n. 2, p.179-191, dez. 2013. Disponível: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf> Acesso em: 12 jan. 2022.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 57, p. 611-614, 2004. Disponível: <https://www.scielo.br/j/reben/a/wBbjs9fZBDrM3c3x4bDd3rc/>. Acesso em: 21 set. 2022.

CASTRO, A. B. C.; SANTOS, J. S.; SANTOS, J. S. Gênero, patriarcado, divisão sexual do trabalho e a força de trabalho feminina na sociabilidade capitalista. SEMINÁRIO CETROS, 6., 2018, Ceará. **Anais [...]** Ceará: Cetros, 2018. Disponível em: http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/425-51237-16072018-192558.pdf. Acesso em: 12 jan. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
HOENISCH, J. C. D; CIRINO, C. S. Mídia e o espelho da masculinidade? **Estudos de Psicanálise**, Belo Horizonte, v. 1, n. 33, p. 61- 74, jul. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372010000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 ago. 2022.

MACHADO, L. A; LACERDA, F. J. Jogos virtuais: constituindo a dualidade de gênero a partir de estereótipos femininos. **Revista de Psicologia**, v. 4 - n. 1, p. 97-111, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-875687>. Acesso em: 27 set. 2022.

MEAD, M. **Sexo e temperamento em três sociedades primitivas**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

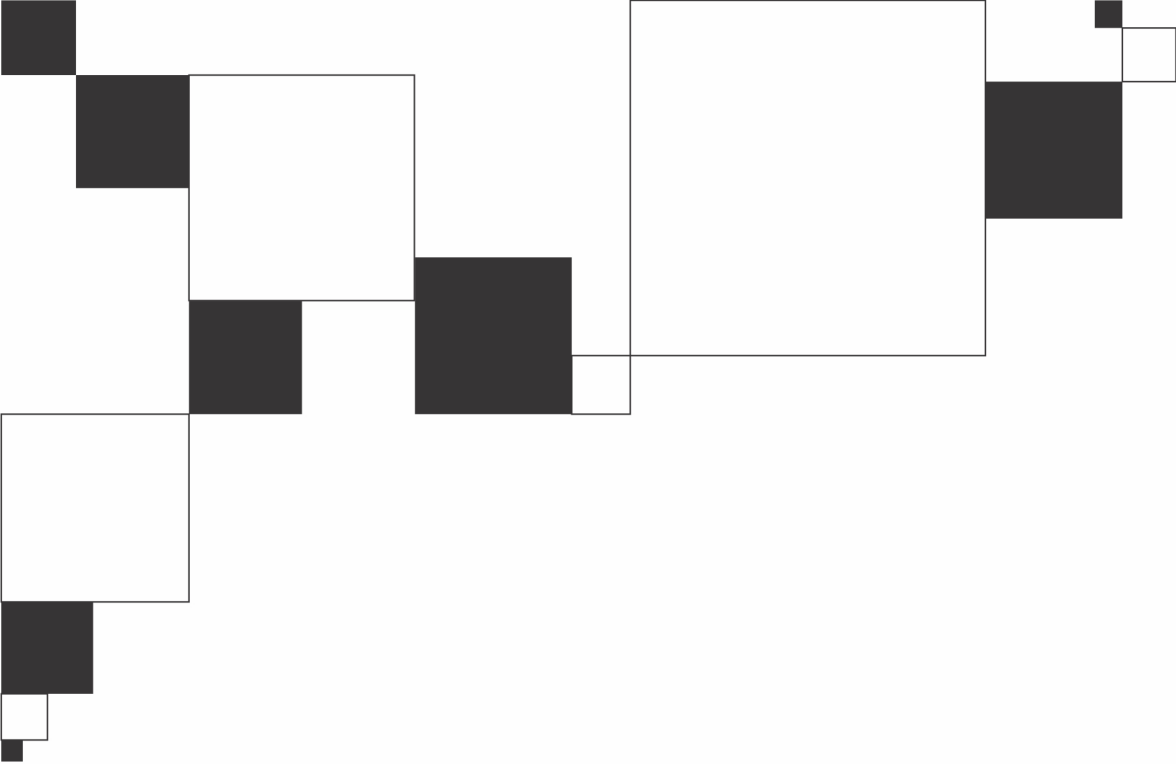
PADILHA, V. B. P.; PALMA, Y. A. Vivências não-binárias na contemporaneidade: um rompimento com o binarismo de gênero. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 11.; WOMEN'S WORLDS CONGRESS, 13., 2017. **Anais eletrônicos [...]**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499481481_ARQUIVO_FG2017completovifinal.pdf. Acesso em: 17 fev. 2022.

PAULSON, S. Sexo e gênero através das culturas. *In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, C.B. (org.). Coletânea Gênero Plural*. Curitiba: UFPR, 2002.

SANCHEZ, G.; SCHMITT, J. Moda sem gênero: conceituação e contextualização das tendências não binárias. *In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM DESIGN E MODA*, 3., 2016, João Pessoa. **Anais eletrônicos [...]**. João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/2-coloquio-de-moda-artigos.php>. Acesso em: 15 fev. 2022.

SARTRE, J. P. **O existencialismo é um humanismo**. Petrópolis: Vozes, 2013.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 02 fev. 2022.



PARTE II

*psicologia organizacional
e gestão*

A ENTREVISTA DE SELEÇÃO COMO FERRAMENTA DO PROCESSO SELETIVO NA GESTÃO EMPRESARIAL

Raquel B. Marioto Gonçalves

Andreza Cristina Both Casagrande Koga

Maria do Carmo Fernandes

INTRODUÇÃO

O processo de recrutamento e seleção realizado de forma assertiva é de extrema importância para a empresa que almeja o sucesso. Os objetivos organizacionais podem ser atingidos somente com, e por meio de pessoas, por isso a importância do cuidado com a condução da escolha dos candidatos com perfil para ocupar o cargo. Quando realizada adequadamente, garante a entrada de pessoas com potencial e qualidade na organização, principal objetivo de um processo seletivo.

A entrevista é uma importante etapa do processo de seleção de candidatos e tem como objetivo avaliar a adequação dos candidatos a uma determinada vaga de emprego. É uma oportunidade para os empregadores conhecerem os candidatos além de seus currículos e obterem informações mais detalhadas sobre suas experiências e habilidades. A realização da entrevista, geralmente, ocorre de forma presencial, embora também possa ser conduzida remotamente por meio de ferramentas de comunicação *online*. O candidato é entrevistado por um ou mais representantes da empresa, que podem ser profissionais de recursos humanos e gestores da empresa.

Neste capítulo, o principal objetivo é explorar a importância da entrevista como uma ferramenta de seleção de candidatos, analisando sua relevância no processo de contratação de uma organização. Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre recrutamento, seleção e entrevista no processo seletivo.

REVISÃO DE LITERATURA

Recrutamento

O recrutamento decorre da necessidade de se preencher uma vaga. Fields e Banov (2006, p. 55) afirmam que “o recrutamento é o processo ou o meio mais eficiente para comunicar,

divulgar ou tornar pública a vaga existente numa empresa, objetivando captar candidatos cujo perfil seja o mais adequado”. Os autores ressaltam ainda que o recrutamento não consiste apenas em divulgar as vagas, mas também em atrair candidatos com perfil ideal consoante às exigências da organização.

O conceito de recrutamento está associado à renovação da organização com novos profissionais, sendo indispensável procurar, por vezes, fora da empresa aquele potencial não identificado internamente e buscar estratégias para reter os talentos (Gomes *et al.*, 2008). Segundo Chiavenato (2004, p. 198), o recrutamento “É uma atividade que tem por objetivo imediato atrair candidatos entre os quais serão selecionados os futuros participantes da organização”.

Por meio do recrutamento espera-se atrair funcionários qualificados para uma área específica, visando as necessidades presentes e futuras da organização (Chiavenato, 2004). Essa forma de captar recursos humanos configura a composição dos colaboradores frente às necessidades da empresa, evidenciando quantos colaboradores a empresa deve empregar e o momento em que isso deverá acontecer.

O primeiro ponto do recrutamento deve ser a validação do perfil ideal para a vaga aberta, de modo que não ocorram falhas no recrutamento de candidatos, visto que acarretam custosa perda de tempo desnecessários para a empresa (Camara; Guerra; Rodrigues, 2007).

Após a etapa de recrutamento, é preciso selecionar os candidatos com perfil mais adequado. Assim, como acontece em outros processos seletivos (como vestibulares ou concursos públicos), é realizada a seleção para que os mais adequados sejam escolhidos (Silva; Bravin, 2018).

Seleção

A seleção funciona como um filtro que permite a escolha de candidatos com as características desejadas pela organização e com o perfil esperado para determinado cargo (Chiavenato, 2005). É nessa etapa que as competências, experiências e o conhecimento dos candidatos serão avaliados.

Segundo Werther e Davis (1983) a seleção ocorre em estágios específicos. São utilizados mecanismos para avaliar as qualificações dos candidatos. A seleção é a fase final de validação da qualidade dos colaboradores que serão admitidos. A tomada de decisão é um somatório de resultados obtidos ao longo do processo de recrutamento e seleção, entre eles entrevistas, dinâmicas, testes escritos, testes práticos, psicológicos entre outros (França, 2009).

Para Chiavenato (2004), seleção e recrutamento se diferem porque, enquanto o objetivo do recrutamento é atrair o máximo de pessoas com as especificações básicas descritas para o preenchimento da vaga, a seleção realiza a triagem dos candidatos, funcionando como uma espécie de filtro em que apenas aqueles com o perfil adequado para o cargo disponível poderão ingressar na organização.

O profissional de recrutamento e seleção tem atuação importante na formação do quadro de profissionais de uma empresa, utilizando métodos para avaliação do comportamento humano na identificação das características ideais para o preenchimento de vagas (Coradini; Murini, 2009).

Coradini e Murini (2009) explicam que, tanto no recrutamento quanto na seleção, é realizada uma análise de aspectos profissionais e pessoais dos candidatos, tendo em vista a adequação ao cargo. Portanto, quando a seleção é bem executada, resultará em uma alta produtividade, retorno ao investimento despendido, ajudando a empresa a atingir seus objetivos.

Entrevista

Segundo Guimarães e Arieira (2005),

a entrevista é seguramente a técnica mais utilizada em todas as organizações. Ela tem inúmeras aplicações, desde uma entrevista preliminar para o recrutamento, a entrevista de desempenho, entrevista de caráter social, até entrevista de desligamento, a qual poderá ser subsídio para as políticas de administração de recursos humanos das organizações (p. 210).

A entrevista de seleção é um recurso utilizado pelos selecionadores na maior parte das organizações, com o objetivo de coletar mais informações sobre o candidato, proporcionando uma decisão mais assertiva. Segundo estudos realizados na Europa e nos Estados Unidos, as pessoas consideram a realização de entrevista um procedimento justo utilizado pela organização (Bertolino; Steiner, 2007).

De acordo com Coradini e Murini (2009), a entrevista é considerada como uma das mais importantes etapas de um processo de seleção, e tem como principal objetivo obter informações pessoais e profissionais, além de esclarecer e aprofundar questões trazidas no currículo.

As entrevistas são o momento em que os gestores podem (e devem) participar mais ativamente. A área de RH realiza entrevistas por competências na seleção e os chefes imediatos realizam entrevistas técnicas, visando identificar se o candidato sabe realizar as funções a serem desempenhadas no cargo requerido. O RH trabalha com a comparação de vários candidatos e

são vários os fatores que determinam o melhor candidato, como: perfil, postura, experiência, expectativa salarial, potencial de crescimento, entre outros (Guimarães; Arieira, 2005).

A entrevista de seleção pode ser estruturada e não estruturada. No caso da entrevista estruturada, existe um planejamento das etapas em que se procura avaliar o perfil técnico do candidato com perguntas estabelecidas previamente pelo recrutador. Essa entrevista é formal, por isso proporciona pouca abertura para o candidato se expressar (Sorrio, 2006).

No caso das entrevistas não estruturadas, as perguntas são realizadas de acordo com os temas tratados, de maneira mais natural. O candidato tem oportunidade para falar sobre suas experiências sem seguir uma sequência estabelecida pelo selecionador (Faissal *et al.*, 2009).

MÉTODO

O trabalho foi desenvolvido em uma empresa do ramo metalúrgico localizada na cidade de Pindamonhangaba – SP. A estagiária realizou todo o processo de recrutamento e seleção para as vagas operacionais da empresa.

Assim que a requisição de vaga é recebida via e-mail, tem início a seleção, conforme o perfil solicitado pelo gestor da área. Em os candidatos selecionados são convocados para verificar seu interesse em participar do processo seletivo. Caso o retorno seja positivo, o candidato participa da primeira etapa, que consiste na realização de testes na plataforma da empresa.

Posteriormente, os currículos dos candidatos aprovados na primeira etapa são enviados para análise do gestor da área, que determina o perfil mais alinhado a sua necessidade. Após essa seleção, os candidatos são convocados para a entrevista com o gestor e com o responsável pelo processo de recrutamento e seleção da vaga.

A etapa de entrevista foi conduzida pela estagiária, junto ao gestor requisitante da vaga. Como profissional de recrutamento e seleção, coube à estagiária avaliar a adequação dos candidatos à cultura da empresa, suas habilidades gerais e sua motivação para a vaga, além de fornecer informações sobre o cargo, como salário, benefícios, turnos e escalas de trabalho.

Na próxima sessão, serão apresentados e discutidos os resultados alcançados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após recebimento da requisição da vaga, é publicado um anúncio no site da agência de RH que atende a empresa solicitante e no LinkedIn, como intuito de divulgá-la para o maior

número de pessoas. Para Fidelis e Banov (2006, p. 55), “o recrutamento é o processo ou o meio mais eficiente para comunicar, divulgar ou tornar pública a vaga existente numa empresa, objetivando captar candidatos cujo perfil seja o mais adequado”.

Em seguida, inicia-se a triagem inicial dos currículos cadastrados no site e disponibilizados no LinkedIn, analisando-se as qualificações dos candidatos em relação aos requisitos. Essa etapa permite selecionar os candidatos que apresentam um perfil mais alinhado com as necessidades da empresa.

A etapa de entrevista de seleção é a principal ferramenta no processo de recrutamento e seleção de candidatos. A seleção funciona como um filtro que permite escolher candidatos com as características desejadas pela organização e com o perfil esperado para determinado cargo (Chiavenato, 2005).

Durante a entrevista é possível avaliar de forma mais aprofundada as competências técnicas e comportamentais dos candidatos, além de obter informações adicionais não são evidenciadas no currículo. De acordo com Coradini e Murini (2009), a entrevista é uma das etapas mais importantes da seleção e tem como principal objetivo obter informações pessoais e profissionais, além de esclarecer e aprofundar questões apresentadas no currículo. Além disso, é um momento crucial para o candidato avaliar a empresa e a posição oferecida.

A entrevista de seleção, quando conduzida de forma imparcial, é fundamental para a identificação do candidato mais adequado para a vaga e para a decisão do recrutador, contribuindo para o sucesso do processo seletivo e para o fortalecimento da equipe de trabalho. Para Guimarães e Arieira (2009), o RH desempenha um importante papel na condução da entrevista, pois avalia características importantes como perfil, postura, experiências profissionais, potencial de crescimento, permitindo uma comparação entre os candidatos que à vaga para que ocorra uma escolha assertiva na contratação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de estágio aqui relatada revelou que tão importante quanto recrutar novos candidatos é saber selecioná-los. Nesse contexto, o principal objetivo proposto foi alcançado, uma vez que foi possível concluir que a entrevista de seleção permite uma avaliação completa das principais competências técnicas e comportamentais dos candidatos e de seu perfil, postura, expectativas e potencial de crescimento, entre outros, sendo a principal técnica utilizada no

procedimento de recrutamento e seleção. Quando realizada de forma assertiva e bem organizada, garante a admissão de pessoas de alto potencial e qualidade na empresa.

Este estudo foi realizado durante um estágio em uma indústria no interior do Estado de SP, tendo como base a experiência profissional da estagiária de Psicologia, que trabalha como efetiva em uma agência de Recursos Humanos, apresentando por isso algumas limitações. Sugere-se que novos estudos sejam realizados com entrevistadores em outras empresas, podendo levar a novos resultados e complementar os resultados apresentados aqui.

Agradecimentos

*O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

BERTOLINO, M.; STEINER, D. D. Fairness reactions to selection methods: An Italian study. **International Journal of Selection and Assessment**, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1468-2389.2007.00381.x>. Acesso em 15 abr. 2023.

CAMARA, P.; GUERRA, P.; RODRIGUES, J. **Novo Humanator** – Nova Edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CORADINI, Joziane Rizzetti; MURINI, Lisandra Taschetto. Recrutamento e Seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. **Ciências Sociais Aplicadas**, Santa Maria, p. 55-78, 2009.

FAISSAL, R. *et al.* **Atração e seleção de pessoas**. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

FIDELIS, Gilson José; BANOVA, Marcia Regina. **Gestão de recursos humanos: tradicional e estratégia**. São Paulo: Érica, 2006.

FRANÇA, A. C. L. **Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOMES, J. F. *et al.* **Manual de Gestão de Pessoas e do capital Humano**. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

GUIMARÃES, Marilda Ferreira; ARIEIRA, Jailson de Oliveira. O Processo de Recrutamento e Seleção como uma Ferramenta de Gestão. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v.6, n.2, jul./dez. 2005.

SILVA, K.S; BRAVIN, A. A. O mundo encoberto de cada um: técnicas que auxiliam o autoconhecimento. *In*: FARIAS, A.K.C.R; FONSECA, F.N; NERY, L.B (org). **Teoria e formulação de casos em Análise Comportamental Clínica**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

SORIO, Washington. **Entrevista de seleção**. Rhportal, 2007. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/selecao-de-pessoal/>. Acesso em 18 abr. 2023.

WERTHER JR., B.; DAVIS, K. **Administração de Pessoal e Recursos Humanos**. São Paulo: McGraw-Hill, 1983.

A PREPARAÇÃO DO CANDIDATO PARA A ENTREVISTA DE EMPREGO

Rhayssa H. C. Constantino Barreto

Thais Vieira Madona

Andreza Cristina Both Casagrande Koga

Maria do Carmo Fernandes

INTRODUÇÃO

O recrutamento e seleção pode ser definido como uma junção de várias etapas que tem por objetivo buscar candidatos que estejam qualificados para exercer um determinado cargo dentro de uma organização (Chiavenato 1994, 2006). Entretanto, o recrutamento pode variar conforme a organização, pois se baseia nas especificidades da vaga a ser preenchida (Marras, 2002).

Uma das ferramentas mais utilizadas para a seleção de candidatos é a entrevista de emprego, que permite avaliar se o candidato tem a experiência profissional que a organização está buscando e suas expectativas diante do novo emprego (Farias; Santos. Licciardi, 2018). A entrevista de emprego é um momento de extrema importância tanto para o candidato quanto para a empresa. O candidato encontra-se diante de uma possível oportunidade profissional e deve estar atento a como agir durante a entrevista para demonstrar interesse e possibilidade de contribuir para o crescimento da empresa. O gerenciamento das impressões causadas é um conjunto de comportamentos adotados pelo indivíduo com o objetivo de influenciar a percepção dos outros sobre si mesmo, por meio da regulação e do controle das informações na interação social (Bolino; Turnley, 1999 *apud* Thomas, 2005).

No presente estudo foi realizada uma pesquisa voltada aos candidatos que se submetem à entrevista no processo seletivo. Espera-se contribuir para capacitá-los e prepará-los para essa fase da seleção.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre a entrevista e o preparo do candidato para esta etapa. Posteriormente serão explicados o método e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

A entrevista

Quando falamos de entrevista, estamos falando sobre a forma mais comum de um tipo de comunicação que envolve seriedade e planejamento. Pode-se planejar uma entrevista formal ou informal, minimamente ou altamente estruturada, simples ou sofisticada, de apoio ou ameaçadora e de duração variada, em alguns minutos ou horas (Stewart; Cash, 2015). A entrevista é uma etapa muito interessante, pois permite compartilhar características, ter conversas sociais, interagir com pequenos grupos ou até mesmo uma conversa individual por meio de interações breves (Stewart; Cash, 2015).

Embora possa envolver mais de duas pessoas, tem apenas duas partes distintas, o entrevistador e o entrevistado (Stewart; Cash, 2015). É crucial que uma das partes, ou até mesmo as duas, tenham um objetivo claro e predeterminado, porque isso o que diferencia a entrevista de uma mera conversa social, que raramente se é organizada com antecedência (Stewart; Cash, 2015).

É importante pontuar que a entrevista vai ser sempre interacional, pois envolve uma troca de papéis, responsabilidades, sentimentos, crenças e informações. Sempre haverá a necessidade da troca de papéis, pois se uma das partes apenas escuta e a outra apenas ouve, a entrevista se torna um discurso para o público. As interações sociais acontecem, as partes trocam seus papéis e compartilham. A entrevista é uma interação de variáveis dinâmicas (Stewart; Cash, 2015).

A entrevista de emprego

A entrevista de seleção envolve normalmente duas pessoas: o entrevistador e o candidato. A abertura da entrevista é uma parte crítica da seleção. É na abertura que se estabelece o tom da entrevista, e é importante para o candidato causar uma boa primeira impressão (Stewart; Cash, 2015).

O gerenciamento das impressões causadas é um conjunto de comportamentos adotados pelo indivíduo com o objetivo de influenciar a percepção dos outros sobre si mesmo, por meio da regulação e do controle das informações na interação social (Bolino; Turnley, 1999 *apud* Thomas, 2005).

Muitas vezes os entrevistadores, criam ou reformulam perguntas para identificar os comportamentos relevantes e sondar detalhes e significados que podem estar implícitos. É

importante manter a atenção, pois a espontaneidade é capaz de tornar a entrevista mais alegre, porém suscetível a armadilhas muito comuns (Stewart; Cash, 2015).

A busca por empregos e as disputas por vagas são maiores a cada dia, principalmente pelo aumento da taxa de desemprego, agravada pela pandemia da Covid-19 (Rodrigues; Trebi; Ligabo, 2021). Porém é importante saber que apenas a formação técnica não é suficiente para a entrada no mercado de trabalho (Rodrigues; Trebi; Ligabo, 2021).

Na maioria das vezes, quem irá conduzir a entrevista será um psicólogo organizacional, que irá analisar o perfil de cada candidato, avaliando o máximo potencial de cada um. O aproveitamento do potencial é de grande importância, porque se houver a contratação de um candidato inadequado para a vaga, podem ocorrer prejuízos para a empresa (Silva, 2021). O psicólogo também trará para a entrevista um olhar mais humanizado, que buscará entender as necessidades das pessoas entrevistadas e as da organização. Muitas vezes o ambiente empresarial é um pouco conflitante e o psicólogo atua para deixar o ambiente de trabalho e as relações sociais mais harmoniosas, resultando em maior eficiência e eficácia (Silva, 2021).

A seleção do candidato que passará pela entrevista de emprego será realizada de acordo com o perfil necessário para ocupar o cargo, ou seja, buscando-se profissionais compatíveis com o perfil descrito para a vaga (Rodrigues; Trebi; Ligabo, 2021). Sendo assim, a entrevista de emprego é uma etapa do recrutamento e seleção em que haverá a interação entre o recrutador e o candidato, permitindo que este último tenha mais informações sobre a empresa em que almeja trabalhar e que o recrutador conheça melhor o candidato que deseja contratar para o cargo disponibilizado (Rodrigues; Trebi; Ligabo, 2021).

O preparo do candidato

Preparar-se para a entrevista é fundamental para obter sucesso (Stewart; Cash, 2015). Muitos candidatos se questionam sobre como se preparar para uma entrevista de emprego. O preparo, entretanto, começa de dentro para fora. É interessante que o candidato comece definindo a área em que deseja trabalhar, a função que deseja desempenhar e em que organização planeja trabalhar. Para que isso aconteça, primeiramente deve conhecer a si mesmo. Os recrutadores, durante a entrevista, farão perguntas para conhecer o candidato e saber quem ele é, com o que já trabalhou, tentando entender o que ele já fez e o que pode fazer (Stewart; Cash, 2015). Essas perguntas só serão respondidas com segurança e firmeza se o entrevistado souber quem é. Trata-se de uma situação análoga à venda. Durante a entrevista, o

candidato está vendendo seu produto, que é ele mesmo. Se não conhecer seu produto, como vai conseguir vendê-lo?

É também de grande importância que o candidato busque informações sobre a área na qual quer se candidatar ou em que já se candidatou. O candidato deve manter-se informado sobre sua área de atuação, seu histórico e evolução. É importante que tenha uma percepção madura e realista de como seria um típico dia de trabalho na área de atuação que escolheu.

Os recrutadores esperaram que o candidato explique por que escolheram uma área específica, tendo consciência das oportunidades que oferece. O candidato, ao encontrar a vaga de emprego desejada, deve se informar-se sobre ela. Ler a descrição da vaga é imprescindível para ver se se encaixa em todos os pré-requisitos que são especificados. É importante levar em consideração que não é preciso se encaixar perfeitamente na função, mas deve se aproximar, a ponto de o recrutador considerar sua inscrição (Stewart; Cash, 2015). O candidato deve buscar também informações sobre a organização em que deseja trabalhar. A Internet facilita muito essa tarefa atualmente. A maioria das empresas possui *site*, página no Instagram e no Facebook. Se teve conhecimento de alguma vaga por *site*, muitas vezes irá encontrar informações sobre a organização ali mesmo.

Nos primeiros três minutos o entrevistador avaliará a aparência e a postura corporal. O candidato deve transmitir uma aparência limpa e uma postura alegre (Santos, 2011). Outro ponto de grande importância é saber como se vestir em uma entrevista de emprego, pois além do currículo, a apresentação pessoal será um cartão de visitas. Para tanto deve-se pesquisar o perfil da empresa e do cargo a que está se candidatando. Caso se trate de uma empresa mais criativa, é possível deixar ternos e vestidos de lado, usando jeans e camisetas (Marques, 2019). É importante prezar por um visual discreto, evitando acessórios e estampas muito extravagantes, usando maquiagem básica e roupas que não mostrem demais o corpo. Também é importante saber escolher as cores certa (Sampaio, 2021).

No momento da seleção, o recrutador observa alguns sinais que duram poucos segundos, mas são capazes de dizer muito a respeito do candidato, permitindo ao recrutador interpretar aquilo o entrevistado está pensando e sentindo. É importante sempre buscar saber quais posturas devem ser mantidas e quais devem ser descartadas na entrevista de emprego, aumentando a possibilidade de ser selecionado (Dias, 2021).

Algumas qualidades são mais destacadas que as outras, sendo elas: a habilidade cognitiva, que é a capacidade intelectual de realizar determinadas tarefas; habilidade operacional e técnica, que é a capacidade adquirida por meio de cursos e outras formações;

habilidade interpessoal, que é a habilidade do indivíduo de se relacionar com pessoas ao seu redor no ambiente de trabalho, familiar ou com amigos. As mais valorizadas e destacadas pelos recrutadores são autoconfiança, autoconhecimento, proatividade, comprometimento, capacidade crítica, capacidade de liderança, controle emocional, e trabalho em equipe (Marques, 2021).

Assim como o currículo é de grande importância no momento do recrutamento, a linguagem verbal e não verbal é de extrema importância no momento da entrevista. É muito importante atentar na postura e na linguagem não verbal, pois elas dão sinais da emoção que o candidato está sentindo, como por exemplo, nervosismo, ansiedade, desinteresse e outras (Bersot, 2019).

Nunca se deve cumprimentar com familiaridade; o cumprimento formal deve ser um aperto de mão firme. As mãos devem estar limpas e secas (Moretti, 2021). O ideal é olhar para o entrevistador durante cerca de 70% do tempo de entrevista, não desviando o olhar durante perguntas e respostas. Deve-se tomar cuidado com exageros, para o entrevistador não se sentir incomodado ou constrangido (Camargo, 2014).

A gesticulação é outro ponto a ser cuidado, pois quando o candidato balança demais as pernas, movimentando muito as mãos na hora de falar, fica segurando demais os braços na cadeira, bolsa e pasta ou algum outro objeto, demonstra ansiedade e tensão, podendo, às vezes, deixar o recrutador incomodado (Lopes; Ribeiro; Araújo, 2020).

Manter a postura ereta e a cabeça erguida é fundamental para demonstrar confiança, porém é ideal não a manter muito baixa para não demonstrar timidez e insegurança e não muito alta para não demonstrar arrogância. Tampouco é indicado sentar-se na borda da cadeira para não apontar que está com pressa de terminar a entrevista (Silva, 2021).

Uma das estratégias de marketing do candidato é saber seus objetivos, identificando o que a empresa procura e o que mostrar como profissional para aquela área e função (Yamashita; Gouvêa, 2020). Outra estratégia é usar ferramentas para tornar o próprio eu atrativo para os entrevistadores (Santos, 2011). Quando o candidato desenvolve seu *marketing* pessoal, significa que ele está preparado para buscar e alcançar objetivos específicos ou até mesmo uma promoção pessoal (Flores, 2019).

O candidato apenas poderá determinar qual carreira, função e organização é melhor para ele se conhecer a si mesmo. Recrutadores fazem perguntas elaboradas para descobrir quem é o candidato, o que fez e pode fazer e o quanto se encaixa em uma função específica, nos planos e na cultura de uma organização específica. Em cada entrevista de emprego o candidato estará

ali, literalmente, se vendendo, e caso não conheça o produto à venda, não poderá vendê-lo ao recrutador (Stewart; Cash, 2015).

MÉTODO

Este capítulo foi desenvolvido a partir de uma experiência de Estágio Supervisionado Específico com Ênfase em Psicologia e Processos de Gestão II, durante o curso de Psicologia. Buscou-se neste estudo bibliográfico entender um pouco mais do preparo do candidato para o processo seletivo, enfatizando-se o preparo para a entrevista de emprego.

Foi acompanhado o recrutamento e seleção em uma empresa de RH desde a fase da triagem, em que os candidatos são selecionados pelo perfil, sendo chamados logo após para a realização de alguns testes, caso necessário, e posteriormente, para a entrevista. Pode-se notar que o sucesso da entrevista irá depender do candidato e de sua habilidade.

Para a realização deste estudo foi realizada a leitura de livros e artigos relacionados ao recrutamento e seleção de pessoas, com foco na fase da entrevista. Também foi utilizada a entrevista com duas psicólogas do contexto organizacional, identificadas no estudo como G.V. e P.A., sendo que uma delas faz parte da equipe da empresa onde foi realizado o estágio. A entrevista é um instrumento que permite correções, esclarecimentos e adaptações, o que torna eficaz para a obtenção das informações desejadas (Oliveira; Ferreira; Fonseca, 2010)

Nesse sentido, a entrevista deve ser entendida como um acontecimento comunicativo no qual os interlocutores, incluindo o pesquisador, constroem coletivamente uma versão do mundo que, segundo Mondada (1997) se distancia de uma concepção representacionista do discurso, que concebe a entrevista como um veículo neutro e transparente de informações.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados das entrevistas realizadas com as participantes deste estudo.

Quadro 1. Entrevista com a psicóloga P.A.

Perguntas	Respostas
Você poderia falar brevemente sobre as etapas do recrutamento e seleção?	<i>“Recrutamento: alinhamento de perfil; divulgação (captação); Seleção: triagem; entrevista (aplicação de testes, dinâmica e prova técnica quando necessário) Parecer de seleção e devolutiva do processo.”</i>
Dentro dessas etapas, qual a importância da entrevista?	<i>“Suma importância, pois é através dela que conseguimos analisar e constatar se o perfil do candidato se enquadra a oportunidade proposta.”</i>
Em relação a entrevista, quais informações são as mais importantes dentro delas?	<i>“Coerência nos dados, informações com exatidão, isso inclui as atividades exatas desenvolvidas e o período de atuação.”</i>
Qual seria a diferença de entrevistas para cargos operacionais e um cargo de gestão?	<i>“Ambos os cargos são de suma importância na empresa, porém no caso de cargos de gestão requer maior atenção no requisito comportamental e técnico no que tange aspectos relacionados a liderança de pessoas.”</i>
O que você mais observa no candidato quando vai entrevistá-lo?	<i>“Além dos aspectos técnicos e comportamentais, a vestimenta e a forma de se comunicar nos auxiliam na avaliação, pois cada empresa possui sua conduta e código que devem ser seguidos.”</i>
Se pudesse conversar com um candidato antes de entrevistá-lo, quais dicas você daria para ele “mandar bem” em sua entrevista de emprego?	<i>“Manter-se calmo, pois como todo início de entrevista sinalizo que se trata de uma conversa, pois, estão ali no primeiro crivo de avaliação, em que já que estão pré-aprovados (triagem) e será na entrevista que precisaremos o conhecer como um todo.”</i>
Algo a mais que queira acrescentar?	<i>“Não, mas estou à disposição caso tenha ficado com alguma dúvida.”</i>

Fonte: dados da pesquisa.

A entrevista realizada com a psicóloga P.A. teve como objetivo trazer a ótica do profissional para sua atividade, o recrutamento e seleção de candidatos. Do ponto de vista de P.A., a etapa da entrevista tem grande importância, pois nela é possível identificar se o candidato realmente se adequa ao perfil da vaga. A entrevista de emprego é uma etapa em que se estabelece uma interação entre o recrutador e o candidato, permitindo que o candidato

obtenha mais informações sobre a empresa e que o recrutador conheça melhor o candidato que deseja contratar para o cargo (Rodrigues; Trebi; Ligabo, 2021).

Outro ponto apontado na entrevista com a psicóloga foi o fato de haver diferentes tipos de entrevistas, devido às diferenças de cargos em candidatura. Para as vagas em gestão, é preciso maior atenção no requisito comportamental e técnico no que tange a aspectos relacionados à liderança de pessoas. Assim, pode haver mudanças não somente na estrutura da entrevista, como também em testes ou dinâmicas a serem aplicados. Em relação à vestimenta, foi claramente identificada a sua importância para uma entrevista, pois como mencionado por P.A., além dos aspectos técnicos e comportamentais, a apresentação pessoal pode influenciar na aprovação final do candidato.

Como mencionado anteriormente, é importante que o candidato preze por um visual mais discreto, evitando acessórios e estampas extravagantes, usando maquiagem básica e optando por roupas que não exponham demais o corpo (Dias, 2021).

Postura ereta e a cabeça erguida são fundamentais para demonstrar confiança, porém é ideal não a manter muito baixa para não demonstrar timidez e insegurança e não muito alta para não demonstrar arrogância. Tampouco é indicado sentar-se na borda da cadeira para não apontar que está com pressa de terminar a entrevista (Silva, 2021).

Um último aspecto a ser considerado de acordo com a profissional da área foi a importância de se manter calmo e tranquilo durante a entrevista, deixando claro que naquele momento o candidato já está pré-aprovado para a vaga. Uma postura e fala calmas podem ser uma forma de se destacar.

O Quadro 2 apresenta os resultados da entrevista realizada com a segunda participante deste estudo.

Quadro 2. Entrevista com a psicóloga G.V.

Perguntas	Respostas
<p>Você poderia falar brevemente sobre as etapas do recrutamento e seleção?</p>	<p><i>“A primeira etapa é alinhamento de perfil com o cliente, entendendo o que ele busca para aquela vaga, para encontrarmos o candidato que preenche o perfil. O segundo passo é divulgar a vaga. O terceiro passo é a triagem de currículos após a divulgação onde eu avalio se ele preenche os critérios que a empresa me pediu. O quarto passo é entrar em contato com os candidatos para verificar se o candidato tem interesse pela vaga e disponibilidade e então já agendar a entrevista, caso corresponda com o perfil da vaga. Uma coisa importante também é recolher informações no primeiro contato para ver se o que o candidato colocou no currículo bate com aquilo que ele faz, porque muitas pessoas colocam coisas nos currículos muitas vezes para conseguir algum trabalho ou até mesmo negociar coisas que não são inegociáveis com a empresa, por exemplo o salário, então a partir da ligação já é feito um filtro. O próximo passo é o processo seletivo na agência que começa pela avaliação psicológica. O candidato preenche uma ficha e após isso vai para a avaliação, essa ficha é necessária pois são informações que iremos usar na entrevista, finalizando a avaliação psicológica é feita a entrevista. Ao final da entrevista é feita a correção dos testes e então a seleção é finalizada, o parecer é feito e é enviado para empresa que solicitou a vaga, sendo enviados apenas os candidatos aprovados nos testes e entrevistas.”</i></p>
<p>Dentro dessas etapas, qual a importância da entrevista?</p>	<p><i>“A entrevista é muito importante para conhecer o candidato, analisar ele para ver se tem as qualificações e ver se o perfil bate com o da empresa.”</i></p>
<p>Em relação a entrevista, quais informações são as mais importantes dentro delas?</p>	<p><i>“As vezes pode variar de empresa para empresa. Tem cliente que exige muito perfil pessoa, como uma empresa mais tradicional, então eu volto minha entrevista para uma postura mais pessoal. Porém em outras acaba sendo algo mais técnico. Dentro do RH tem entrevistas que são mais estruturadas e outras mais técnicas. Mas acredito ser de tremenda importância escolaridade, o tempo de experiência e a postura durante a entrevista.”</i></p>

Continua

<p>Qual seria a diferença de entrevistas para cargos operacionais e um cargo de gestão?</p>	<p><i>“A linguagem que você usa com os candidatos. Cargos de gestão tem mais exigências podendo pedir idioma, cursos específicos então além da linguagem que muda, pode mudar as perguntas pela exigência. Cargos operacionais acabam sendo mais práticos.”</i></p>
<p>O que você mais observa no candidato quando vai entrevistá-lo?</p>	<p><i>“Observo muito a postura e a atenção. Tem candidatos que já estão acostumados com processos seletivos e eles querem atropelar. Eu olho também como ele me trata, como é sua postura porque ele está sendo avaliado desde quando entra na empresa dando o currículo. A atenção é observada também pelas pequenas atitudes como ir para a entrevista e deixar o teste e a ficha da agência na sala de avaliação. Observo também a vestimenta, por exemplo, em fábricas não se pode entrar de bermuda e sapatos abertos, então observo para alertar o candidato se ele passar em todos os critérios antes de enviar para a empresa.”</i></p>
<p>Se pudesse conversar com um candidato antes de entrevistá-lo, quais dicas você daria para ele “mandar bem” em sua entrevista de emprego?</p>	<p><i>“Eu falaria primeiro do currículo, pois muitas pessoas não sabem fazer um currículo bem-feito. Estudar a empresa, tem vagas que são confidenciais, mas as que não são seria muito interessante estudar a empresa. A questão da linguagem e das roupas durante a entrevista, temos que lembrar que não estamos falando com um amigo, já houve reprovação na última etapa do processo por conta da postura e linguagem que o candidato usou.”</i></p>
<p>Algo a mais que queira acrescentar?</p>	<p><i>“Acredito que não.”</i></p>

Fonte: dados da pesquisa

A entrevista realizada com a psicóloga G.V. teve o objetivo de conhecer mais profundamente os procedimentos de recrutamento e seleção, destacando o papel da entrevista de emprego como uma parte fundamental nessa etapa. Todas as informações foram importantes para a discussão dos resultados apresentados. Pode-se notar que nem todos os candidatos têm o entendimento de que o modo de se vestir, sua postura ou até algumas falas durante a seleção podem prejudicar sua entrada no mercado de trabalho.

Destaca-se o fato de que a entrevista pode ser adaptada aos critérios da empresa que solicitou o preenchimento da vaga. Como exemplo, a psicóloga citou que empresas mais tradicionais se importam bastante com os aspectos pessoais do candidato, direcionando a

entrevista nesse sentido. Portanto, a entrevista é uma das etapas que podem ser adaptadas às exigências da empresa.

Outro ponto de grande importância é saber como se vestir para uma entrevista de emprego. Além do currículo, a aparência será um cartão de visita para o candidato. Para tanto, deve-se pesquisar o perfil da empresa e do cargo a que está se candidatando (Marques; Habitzreuter Muller; Zanievicz da Silva, 2019). Em cargos de gestão, como a psicóloga citou, muda-se tanto a postura do recrutador, quanto a do candidato. O recrutador avalia aspectos mais específicos, dependendo do que a empresa solicitar. Não importa apenas estar bem-vestido, mas deve se vestir apropriadamente para a vaga em que está interessado. A entrevistada comenta que em fábricas, por exemplo, não se pode entrar usando bermudas.

A entrevistada destacou que o candidato deve pesquisar sobre a empresa. Algumas vagas são mantidas em sigilo, porém as que não são, proporcionam livre acesso para o candidato se preparar. Os selecionadores esperam que o candidato explique o motivo de escolher uma área específica, conhecendo as oportunidades que esta oferece. Ler a descrição da vaga é imprescindível para o candidato saber se atende todos os pré-requisitos especificados (Stewart; Cash, 2015).

linguagem verbal e não verbal é de extrema importância no momento da entrevista. É muito importante atentar na postura e na linguagem não verbal, pois elas dão sinais da emoção que o candidato está sentindo, como por exemplo, nervosismo, ansiedade, desinteresse (Stewart; Cash, 2015). A entrevistada apontou a importância de o candidato manter uma postura adequada diante do recrutador, pois já houve situações de o candidato ser reprovado na última fase da seleção, devido à sua postura inadequada no momento da entrevista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo realizar uma pesquisa voltada a auxiliar candidatos em processo seletivo na etapa da entrevista, de forma a capacitá-los e prepará-los para essa fase.

Na fundamentação teórica foram apresentados pontos importantes para a preparação dos candidatos para a etapa da entrevista. As entrevistas também apresentaram informações importantes, advindas da prática, para a orientação dos candidatos no preparo para a entrevista de emprego.

Este estudo apresenta limitações, devido à pequena amostra, podendo ser reproduzido com uma amostra mais abrangente a fim de encontrar resultados semelhantes ou complementares aos aqui apresentados. Assim, sugerem-se mais estudos sobre o tema, com a intenção de auxiliar os candidatos a vagas de emprego.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos na empresa: pessoas, organizações e sistemas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

DIAS, A; LAGO, C; BARBOZA, H; BONIFACIO, I; MACEDO, M. **O comportamento e os seus desafios em uma entrevista de emprego**. Bebedouro: CETEC Paula Souza, 2021.

FLORES, Roberto Falcão. **Planejamento estratégico de marketing: passo a passo**. São Paulo: SENAC, 2019.

FARIAS, J. de S.; SANTOS, L. de Assis dos; LICCIARDI, N. A importância da inovação como diferencial competitivo nos processos de recrutamento e seleção. **The South American Development Society Journal**, 2018.

LOPES, Renato Dias; RIBEIRO, Edna Aparecida; ARAÚJO, Michelle Aparecida. Gamificação no recrutamento e seleção de talentos. **Destarte**, v. 9, n. 2, p. 71-90, 2020.

MARRAS, Jean Pierre. **Administração de Recursos Humanos**. 6. ed. São Paulo: Futura, 2002.

MARQUES, Leandro; HABITZREUTER MULLER, Suzana; ZANIEVICZ DA SILVA, Márcia. Gestão de riscos corporativos: percepção dos chief risk officers. **Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión**, v. 27, n. 2, p. 105-126, 2019.

MONDADA, Lorenza. A entrevista como acontecimento interacional: abordagem linguística e conversacional. *Rua*, v. 3, n. 1, p. 59-86, 1997.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; FERREIRA, Maria de Jesus da C.; FONSECA, Tânia Regina Lobato dos Santos. **A entrevista na pesquisa educacional**. Disponível em: <https://ccse.uepa.br/ppged/wp->

content/uploads/bibliografias/metodologias_e_tecnicas_de_pesquisas_em_educa%C3%A7%C3%A3o.pdf Acesso em: 22 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A globalização e as ciências sociais. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, L. A. A. M. da *et al.* A importância do psicólogo na entrevista de emprego. **Ensino Presencial e a Distância**, p. 79. 2014.

STEWART, C. J.; CASH JR, W. B. Técnicas de Entrevista: Estruturação e Dinâmica para Entrevistados e Entrevistadores-14. AMGH Editora, 2015.

YAMASHITA, Sandra Sayuri; GOUVÊA, Maria Aparecida. Marketing de relacionamento: Importância e implicações no mercado consumidor. **RAM - Revista de Administração do Mackenzie**, São Paulo, v. 8, p. 103-124, 2020.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA NO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA A ESCOLHA DO MELHOR CANDIDATO

Thaís Tadaki

David Augusto Solano Mallorquin Carlos

Andrey Augusto Rocha de Carvalho

Andreza Cristina Both Casagrande Koga

Maria do Carmo Fernandes

INTRODUÇÃO

A contratação de profissionais para uma organização passa por cinco etapas básicas que garantem maior alinhamento entre a cultura da empresa contratante e o perfil do futuro contratado. De acordo com Dalbosco, Silva e Consul (2011), são elas:

- Recrutamento: divulgação da vaga e de suas especificações;
- Análise dos currículos: escolha de candidatos com perfil adequado à vaga oferecida;
- Entrevista: busca por informações adicionais ao currículo;
- Avaliação Psicológica: avaliação de características de personalidade do candidato;
- Contratação do candidato mais adequado.

A Avaliação Psicológica, como ferramenta de coleta de dados, utiliza metodologias e técnicas investigativas que fornecem informações relevantes sobre o avaliado (Godoy; Noronha, 2005). Despontando nas organizações como um dos principais instrumentos da seleção de pessoal, a Avaliação Psicológica consome sua relevância nesse cenário por sua capacidade de identificar profissionais com as características de personalidade, desempenho, rapidez e atenção mais próximas às desejadas pelas empresas, garantindo o compartilhamento de objetivos entre contratante e contratado e a máxima produtividade (Dalbosco; Consul, 2011).

Este estudo relata uma experiência de estágio realizada em uma empresa de consultoria de Recursos Humanos (RH) do interior do estado de São Paulo, com o objetivo de analisar as contribuições da Avaliação Psicológica no recrutamento e seleção, os métodos pelos quais se estabelece um perfil psicológico desejável para cada cargo e empresa e a escolha do candidato mais adequado, segundo os resultados da avaliação.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre a Avaliação Psicológica no contexto do Recrutamento e Seleção; posteriormente será explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Recrutamento e Seleção

O recrutamento e a seleção são etapas codependentes que possibilitam um vínculo benéfico para as partes envolvidas: o candidato e a instituição. Enquanto a primeira parte é avaliada para cumprir determinada função de interesse para a segunda, concomitantemente o candidato também avalia a instituição, de acordo com critérios que julga relevante (Banov, 2010; Oliveira *et al.*, 2018).

O recrutamento é a etapa em que a instituição utiliza técnicas com o objetivo de angariar candidatos que julgue competentes para o cumprimento da função desejada. Chiavenato (1989) explicita que é necessário um contingente suficiente de candidatos para que uma seleção posterior possa ocorrer. Há dois públicos-alvo possíveis para o recrutamento: o público de fonte interna à instituição, composto por candidatos que já conhecem o ambiente de trabalho, as normas e os valores, proporcionando maior segurança na seleção para ambas as partes; e o público externo à instituição, composto por indivíduos que estão no mercado de trabalho e concorrerão às vagas oferecidas, portanto ainda sem vínculo com a empresa contratante (Banov, 2010; Chiavenato, 1989).

A instituição também pode optar por um recrutamento misto, oferecendo vagas para públicos interno e externo ao mesmo tempo. Chiavenato (1989) acredita que essa modalidade é a mais adequada para a instituição, que deve fazer com que as vantagens de cada tipo de recrutamento sejam complementares, ainda que seja necessária a mediação do conflito entre o plano de carreira dos novos funcionários e a continuidade do plano de funcionários internos que desejam uma promoção. Por fim, o recrutamento deve ser planejado de forma financeiramente viável, buscando ocupar o menor tempo com a maior eficiência possível, além de prezar pela integridade, para que nenhum público tenha vantagem sobre o outro (Chiavenato, 1989; Chiavenato, 2014).

Após o recrutamento, tem início a seleção, com o objetivo de filtrar os candidatos de acordo com a modalidade de seleção escolhida pelo gestor de RH, com a opção de classificação, colocação ou sistematização criteriosa pré-definida (Chiavenato, 2014).

Avaliação Psicológica no Contexto do Recrutamento e Seleção

Uma das etapas de especial importância no processo seletivo é a avaliação psicológica. O uso das ferramentas psicológicas tem como objetivo principal auxiliar na avaliação de um possível candidato para uma vaga na empresa, considerando aspectos como capacidade de raciocínio lógico, memória, personalidade, conhecimentos e outras competências pertinentes à vaga, proporcionando aos avaliadores uma visão mais ampla sobre o candidato (Pereira, Primi; Cobêro, 2003).

Cabe ao psicólogo, portanto, escolher o teste (ou testes) mais adequado para a seleção de candidatos, a fim de verificar aspectos e particularidades que a vaga requer do candidato, aprofundando-se em suas bases de informação para definir os melhores instrumentos disponíveis. É dever do psicólogo sempre estar a par da validade, precisão, existência de maneiras específicas e gerais de aplicação e correção do teste, sempre mantendo uma visão ética em relação aos dados coletados pelos testes durante o recrutamento e a seleção (Pasquali, 1999).

A gestão de pessoas no ambiente organizacional é corroborada pelos parâmetros objetivos de gestão por competências, isto é, pela identificação da tríade de competências em candidatos de um processo seletivo, em que conhecimentos, habilidades e atitudes (CHA) são os pilares buscados de acordo com a necessidade de cada cargo (Rabaglio, 2008). Apesar da clareza e da objetividade quanto aos construtos e características que serão avaliados, cada vaga terá uma demanda específica de CHA. As ferramentas psicológicas, como entrevistas, testes e provas, são vitais para a avaliação precisa e a decisão do gesto (Amorim *et al.*, 2003; Carbone, 2006; Rabaglio, 2001).

As entrevistas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. A entrevista estruturada tem um roteiro específico e fechado a ser aplicado ao candidato, enquanto a semiestruturada também tem um roteiro, mas permite flexibilidade ao aplicador para adaptá-lo da forma que julgar relevante, conforme as respostas do candidato. Em contrapartida, a entrevista não estruturada não apresenta um roteiro específico. Trata-se de uma modalidade dinâmica e diferente (Godoy; Peçanha, 2009). Essa técnica possui a vantagem de proporcionar ao candidato uma maior participação, e o aplicador poderá se atentar a diversas questões intrínsecas durante o contato, como o comportamento e a capacidade de adaptabilidade do candidato em uma situação de interação (Chiavenato, 2014).

Também à disposição do gestor está a técnica de *roleplaying*. Nela, os candidatos são submetidos a um contexto fictício, com o objetivo de analisar suas reações em relação às

adversidades que enfrentarão no cargo pretendido. Assim, comportamento, tomada de decisão, adaptabilidade, criatividade, entre outros construtos, fornecerão dados relevantes para a seleção e a identificação das demandas específicas anteriormente abordadas (Chiavenato, 2014; Rabaglio, 2001).

Os testes psicológicos também são uma ferramenta aplicável ao recrutamento e seleção. Os três tipos mais usados na gestão de RH na seleção de candidatos são os testes psicométricos, projetivos e de aptidão. Os psicométricos avaliam as características psicológicas mensuráveis e quantificáveis, como habilidades cognitivas, traços de personalidade, aptidões e inteligência. São baseados em métodos estatísticos com princípios de medida rigorosos, permitindo que todos os candidatos sejam avaliados nos mesmos itens de forma objetiva. Os projetivos se baseiam no princípio de que o indivíduo projeta seus traços de personalidade e emoções de maneira abstrata, ou seja, o indivíduo não tem ciência de qual conteúdo psicológico está sendo avaliado, diferentemente de um instrumento direto. Os de aptidão são focalizados em avaliar construtos específicos, como habilidades verbais, espaciais, psicomotora etc. (Silva, 2016).

Esses instrumentos avaliativos são de uso exclusivo do psicólogo e deverão ser aplicados e corrigidos pelo profissional em questão, conforme determina o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) e a resolução CFP Nº 31/2022, que esclarece que os testes devem estar validados na plataforma SATEPSI.

O SATEPSI (Sistema de Avaliação de Testes Psicológicas) tem como objetivo primário certificar e garantir a qualidade e a favorabilidade de instrumentos psicológicos avaliativos, tanto para uso em um contexto clínico quanto em contexto de organizações (Primi; Nunes, 2010). Esse sistema é visto como uma força contínua de validação de instrumentos de avaliação psicológica e, de acordo com Primi (2010), aborda aspectos como:

- a) Regulamentação da área de testagem e aplicação de instrumentos de avaliação psicológica;
- b) Condução da análise dos itens necessários que um instrumento de avaliação psicológica precisa apresentar;
- c) Elaboração da lista de testes considerados Favoráveis e Desfavoráveis para aplicação e uso no âmbito profissional;
- d) Divulgação das informações para a comunidade e afins.

O SATEPSI é considerado confiável por órgãos e entidades de cunho internacional da área de Psicologia, como a *American Psychological Association - Division 5* (APA Division 5) e a *International Testing Commission* (ITC), considerado prenunciador na questão da

certificação de instrumentos de avaliação psicológica baseada em critérios de qualidade internacional e modelo a ser implantado em diversos países da América do Sul (Primi, 2010).

Para embasar e orientar a atividade desse sistema avaliativo, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) criou a Comissão Consultiva de Avaliação Psicológica (CCAP), uma comissão formada por pesquisadores, conselheiros e consultores com experiência na área de avaliação psicológica. A comissão oferece serviços como consultoria para o CFP no que se refere à avaliação de qualidade técnico-científica de instrumentos de avaliação psicológica (Resolução nº 09, 2018).

A partir dessas medidas, diversos avanços na área de avaliação psicológica, frutos do SATEPSI, podem ser vistos. Primi e Nunes (2010) reconhecem o avanço no desenvolvimento de pesquisas voltadas para a área, reconhecimento e validade científica das bases usadas para a criação e manutenção desses instrumentos e um aumento na qualidade dos manuais anexados aos testes, que são mais detalhados e completos do que os anteriores.

Entre os testes aprovados e validados pelo SATEPSI e comumente usados na seleção profissional encontram-se o Teste não Verbal de Inteligência R1, o Teste Palográfico, o Teste de Atenção Concentrada (AV) e o Questionário de Avaliação Tipológica (QUATI).

O Teste não Verbal de Inteligência R1 é uma avaliação psicométrica que tem como objetivo medir o fator G e habilidades cognitivas específicas, a fim de quantificar a capacidade cognitiva geral de um indivíduo em relação a raciocínio, aprendizado, resolução de problemas e adaptabilidade a situações complexas (Noronha; Sisto; Santos, 2005).

A avaliação do fator G de inteligência geralmente é composta por uma variedade de tarefas e questões que abrangem diferentes áreas cognitivas, como raciocínio lógico, memória de trabalho, compreensão verbal, resolução de problemas, entre outras. Os resultados são comparados com os de uma amostra normativa, que consiste em pessoas da mesma faixa etária que realizaram o teste anteriormente, para determinar o quociente de inteligência do indivíduo (Noronha; Sisto; Santos, 2005). É importante notar que a inteligência é um conceito multifacetado e o fator G representa apenas uma parte dela, havendo outras formas de inteligência, como a emocional, a criatividade e a inteligência prática, que não podem ser totalmente avaliadas por testes de quociente de inteligência tradicional (Noronha; Sisto; Santos, 2005).

A seleção se beneficia do uso do teste R1, visto que o fator G mensura a capacidade cognitiva geral de uma pessoa associada à sua habilidade de aprender, resolver problemas complexos, adaptar-se a novas situações e adquirir novos conhecimentos. Portanto, ao

identificar o potencial intelectual dos candidatos, os recrutadores podem prever quão bem eles podem lidar com desafios e desenvolver novas habilidades no trabalho. Além disso, o uso de testes padronizados, como testes de inteligência, pode ajudar a garantir uma avaliação mais objetiva e imparcial dos candidatos. Esses testes são projetados para minimizar vieses, permitindo que os recrutadores avaliem as habilidades cognitivas dos candidatos de forma mais equitativa (Nascimento; Rueda, 2014; Noronha; Sisto; Santos, 2005).

Por sua vez, o Teste Palográfico é um teste psicológico projetivo de análise quantitativa e/ou qualitativa, utilizado para averiguar os construtos de personalidade, as emoções e os comportamentos de um indivíduo, e corrigido com base em parâmetros pré-estabelecidos, em conjunto com uma correção não objetiva para analisar a gama de informações que possibilita ao psicólogo (Mariano *et al.*, 2021).

O teste Palográfico pode fornecer informações sobre traços de personalidade do candidato como extroversão, introversão, estabilidade emocional, nível de ansiedade e grau de assertividade. Esses aspectos da personalidade podem ser relevantes para identificar se o candidato apresenta características que se alinham com a cultura e os valores da empresa (Ghisleni; Santos, 2016; Mariano *et al.*, 2021). Pela análise dos traços é possível identificar a relação do sujeito experimental com estresse e pressão, de forma que o resultado mais adequado aponta para uma habilidade de enfrentamento positiva em que o indivíduo consegue ser proativo e resiliente nas adversidades do trabalho (Ghisleni; Santos, 2016; Mariano *et al.*, 2021).

A motivação do indivíduo é outro aspecto relevante no âmbito organizacional, e o teste Palográfico ajuda o psicólogo a compreender aspectos como produtividade, expectativa, sentimento e motivação do candidato em relação ao trabalho e ao ambiente. Também possibilita analisar a adaptabilidade ao futuro ambiente de trabalho, tratando-se, portanto, de um teste com diversas possibilidades de interpretação que podem ser direcionadas em prol da exigência da vaga em questão, sendo relevante como ferramenta norteadora para averiguar se o candidato desenvolverá um bom trabalho e conseguirá contribuir para a esfera social da instituição (Ghisleni; Santos, 2016).

Já o teste de Atenção Concentrada (AC) é uma avaliação psicométrica que mensura a capacidade de manter a atenção em uma atividade específica por um determinado período, por meio de tarefa de cancelamento (Braga, 2007). Além de avaliar quantitativamente a atenção concentrada e sustentada, também avalia qualitativamente as habilidades neuropsicológicas de percepção, discriminação e varredura visual, processamento de informação com velocidade,

orientação espacial, habilidade grafomotora, persistência motora e ritmo de execução visomotora para alternância de estímulos visuais (Benczik; Leal; Cardoso, 2016).

A atenção, como função cognitiva de alta complexidade, subentende os subprocessos de intenção, percepção e ação. Além de medir a atenção sustentada e os aspectos visuais, via teste de performance continuada do cancelamento, o AC realiza a análise qualitativa dos erros, que permite identificar impulsividade e falha no controle inibitório (erros na seleção de estímulos), prejuízos na atenção seletiva (omissão de seleção de estímulos) e déficits na atenção sustentada e na persistência do esforço (erros no final do teste) (Neto, s.d. *apud* Benczik; Leal; Cardoso, 2016). Logo, o teste adquire relevância no processo de seleção por aferir capacidades cognitivas que influenciam diretamente na produtividade do profissional, fornecendo uma visão detalhada de sua capacidade de atenção.

O teste psicométrico QUATI tem por objetivo definir estilos psicológicos e de comportamento por meio da análise da tipologia junguiana do examinado. A tipologia, como instrumento de observação científico, analisa o estilo cognitivo e o comportamento individual (Zacharias, 2003). Como resultado, os indivíduos são alocados em um de oito tipos psicológicos, que remetem a diferentes tipos de atitude, experiências pessoais e adaptabilidade de convivência: intuição introvertida, intuição extrovertida, sensação introvertida, sensação extrovertida, pensamento introvertido, pensamento extrovertido, sentimento introvertido, sentimento extrovertido (Magalhães, 1984)

Para Jung (1981), as diferentes disposições psíquicas orientam a forma individual de os indivíduos sentirem, pensarem e agirem na relação sujeito-objeto, de forma que o tipo e disposição (extroversão ou introversão) direciona o funcionamento psíquico e permite seu ajustamento, havendo aqueles com maior capacidade e facilidade de adaptação, segundo sua disposição. Esses dados configuram um ponto de interesse para os recrutadores e selecionadores em sua busca por perfis pessoais específicos para cargos que exigem níveis diversos de flexibilidade, habilidades sociais e condutas esperadas.

MÉTODO

O estágio realizado na empresa de consultoria de Recursos Humanos (RH) incluiu observação, execução de atividades relacionadas à área e à rotina da empresa e condução das entrevistas estruturadas com as psicólogas.

Foram realizadas entrevistas com quatro funcionárias da empresa: (1) estagiária de psicologia, (2) auxiliar de recrutamento e seleção, estudante de psicologia, (3) psicóloga analista de recrutamento e seleção em trabalho presencial, (4) psicóloga analista de recrutamento e seleção em trabalho remoto.

A entrevista com as participantes abordou 5 temas:

1. Ramos das empresas clientes;
2. Vagas oferecidas por ramo;
3. Testes aplicados para cada vaga;
4. Critérios para a escolha dos testes para as vagas;
5. Critérios para tipo de correção dos testes (ex. correção quantitativa e qualitativa)

As informações obtidas nas entrevistas foram posteriormente analisadas com base no referencial teórico e utilizadas neste estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados coletados levaram aos seguintes resultados acerca dos temas investigados:

Ramos das empresas clientes

A empresa de consultoria em RH, no momento da pesquisa, atendia empresas de nove ramos diferentes: (1) Administrativo, (2) Logística, (3) Comércio atacadista de alimentos, (4) Automotivo, (5) Metalurgia, (6) Produção, (7) Prestação de serviços, (8) Vendas, (9) Serviços gerais.

Em primeira instância tem-se uma variedade de ramos atendidos pela consultoria, ao mesmo tempo em que esses ramos conversam e estão conectados de alguma forma, relacionados ao trabalho em fábricas, sejam metalúrgicas ou automotivas.

Vagas oferecidas em cada ramo

Constatou-se que cada ramo ofertou, no período investigado, em média de 1 a 7 vagas diferentes:

1. Administrativo (7 vagas): gerente, supervisor, analista, assistente, auxiliar, recepcionista e gerente comercial;
2. Logística (4 vagas): auxiliar de manufatura, operador de empilhadeira, analista de logística e assistente de logística;
3. Comércio atacadista de alimentos (3 vagas): operador de caixa, repositor e operador de cartão;
4. Automotiva (2 vagas): técnico em mecânica e técnico em elétrica;
5. Metalurgia (2 vagas): operador de produção e auxiliar de logística;
6. Produção (6 vagas): ajudante geral, operador de produção, supervisor de produção, líder de produção, inspetor de produção e operador de empilhadeira;
7. Prestação de serviços (3 vagas): vendedor, consultor comercial e atendente;
8. Vendas (1 vaga): vendedor externo/comercial;
9. Serviços gerais (2 vagas): auxiliar de limpeza e porteiro.

É perceptível certa divisão entre cargos que exigem formação e conhecimento técnico (gerente, operador de empilhadeira, técnico em mecânica e elétrica, entre outros), cargos que não exigem formação técnica (auxiliar de serviços gerais, porteiro, repositor, operador de caixa), cargos que demandam habilidades de liderança (gerente, supervisor e líder de produção) e organização (analista, assistente, auxiliar e inspetor de produção), cargos de natureza mais comunicativa e que necessitam de habilidades em relações interpessoais (recepcionista, vendedor, consultor comercial, atendente), sendo notada a prevalência de cargos que envolvem conhecimentos técnicos e habilidades de liderança.

Testes aplicados para cada vaga

Cada ramo e função demanda habilidades e técnicas específicas para a execução de suas atividades; logo, os testes psicológicos e os instrumentos de avaliação utilizados na seleção para cada vaga são escolhidos com base no perfil pessoal e profissional desejado, de acordo com o constructo que cada instrumento avalia. Os testes mais aplicados para cada vaga são:

1. Administrativo: AC, Palográfico e QUATI
2. Logística: AC e Palográfico
3. Comércio atacadista: Palográfico e QUATI

4. Produção: AC e Palográfico
5. Vendas: AC, QUATI e Palográfico
6. Serviços gerais: QUATI e AC

Para as vagas dos ramos não descritos, aplicam-se QUATI, AC, Palográfico e Motivograma para cargos de liderança e Palográfico, AC e R1 para cargos técnicos, além de provas de conhecimento específico que algumas empresas desenvolvem e solicitam sua aplicação.

Por sua vez, os instrumentos avaliativos aplicados são em sua maioria de avaliação de traços de personalidade (QUATI e Palográfico), havendo ainda os de avaliação de atenção (Atenção Concentrada – AC), inteligência (R1) e produtividade (Palográfico). Evidenciou-se que a área com mais instrumentos em sua avaliação é a Administrativa, indicando uma maior complexidade e maiores exigências de habilidades para o perfil de seus cargos.

As habilidades mais avaliadas, independentemente do ramo, são atenção e produtividade, sinalizando para a relevância dessas características na execução de diferentes atividades. Também é notável a distinção que a natureza da vaga faz entre os instrumentos: posições de liderança exigem dados sobre o perfil pessoal, produtividade e motivação do candidato, enquanto posições técnicas exigem informações sobre as capacidades intelectuais e de atenção. Assim como demonstrado na literatura por Pereira, Primi e Cobêro (2003), os testes AC e Palográfico configuram os mais utilizados pelos profissionais de recrutamento e seleção.

Critério para escolha dos testes para as vagas

A escolha dos instrumentos avaliativos para cada cargo oferecido pode ser determinada por dois casos: (1) quando no ato da contratação dos serviços de RH é solicitada a aplicação de instrumentos específicos, indicados pelos psicólogos da empresa cliente (2) quando a empresa não faz a indicação, os instrumentos são escolhidos com base no perfil da vaga em questão, ou seja, no que se deseja encontrar em cada candidato, alinhado aos construtos verificados pelo instrumento – atenção, respeito a regras, comunicação, extroversão etc.

Os critérios para a escolha dos instrumentos mais apropriados para a seleção revelam, como defende Pasquali (1999), a autonomia do psicólogo, assim como a visão holística do recrutador para mapear as demandas de cada vaga, apurar as nuances dos perfis comportamentais dos candidatos e avaliar sua adequação para o trabalho ofertado.

Critério para tipo de correção dos testes

Durante a seleção, as analistas realizam a análise quantitativa e qualitativa de todos os instrumentos avaliativos aplicados, sendo possível, no caso do teste Palográfico, a empresa cliente solicite apenas a correção quantitativa ou a correção completa (qualitativa e quantitativa), mediante custo adicional. Os demais instrumentos são corrigidos de forma completa. Ressalta-se que essa metodologia é aplicada pela consultoria alvo da pesquisa; contudo, em outras observa-se que o parecer contempla a correção completa, o que proporciona uma visão mais completa do perfil do candidato.

Quanto aos critérios de correção dos instrumentos, denota-se o cuidado em realizar uma avaliação completa, garantindo maior precisão dos resultados e maior correspondência do candidato com a vaga, com pareceres que atendam às necessidades do contratante, informando dados pessoais relevantes para a decisão de contratação, como aspectos de liderança e motivação (Neves, 2000).

Em uma perspectiva geral, os dados coletados na empresa de consultoria em RH condizem com a literatura especializada. As empresas clientes encontram-se em busca constante por mão de obra especializada e são exigentes em questões de qualificação e experiência, contratando profissionais que possam contribuir para seu crescimento, otimizando tempo e desempenho, como ressaltado por Leme (2011). O desenvolvimento do mercado de trabalho e a evolução tecnológica se tornam visíveis na mudança de currículos impressos para o uso quase total de currículos *online*, bem como requisitos de domínio de tecnologias em considerável número das vagas de trabalho.

Considerando-se o peso das habilidades e características comportamentais avaliadas no recrutamento e seleção, a relevância da condução adequada do processo para a empresa contratante e o impacto das decisões baseadas nessas informações para o profissional, torna-se irrefutável a necessidade da *expertise* do psicólogo para escolher o instrumento avaliativo mais adequado, acompanhando as novas pesquisas e validações, para a correção e a interpretação assertiva dos resultados. Também um olhar treinado é essencial na leitura global do candidato, sensível às nuances de seu comportamento, que fornecem dados complementares à avaliação. Da mesma forma, seu conhecimento técnico é requerido para a elaboração de documentos técnicos e pareceres, o manejo de informações sigilosas e de questões éticas, corroborando a visão de Pasquali (1999) sobre o papel do psicólogo na organização e na condução da seleção e sua responsabilidade ética e técnica ao se informar acerca dos instrumentos validados e sua forma correta de aplicação e correção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo atingiu satisfatoriamente seus objetivos, ao demonstrar que no recrutamento e seleção conduzidos nas organizações é necessária a presença de um psicólogo apto e capacitado para auxiliar os recrutadores nas entrevistas e na avaliação psicológica.

Cabe ao psicólogo também garantir o uso de instrumentos de avaliação validados pelo SATEPSI, partindo do contexto e do que se busca avaliar nos candidatos. A correção de tais instrumentos também cabe ao psicólogo, que deve garantir uma conduta diligente e de acordo com as normas do manual de cada instrumento avaliativo.

Por fim, as limitações do estudo se devem à pequena amostra entrevistada e ao reduzido período de observação e intervenção no ambiente de estudo, tornando necessários estudos que ampliem os ambientes e a população investigada. Também é sugerida uma análise de maior diversidade de avaliações psicológicas usadas em recrutamento e seleção, visto que há poucos estudos na produção nacional acerca do tema.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Américo Nobre *et al.* **Como selecionar bem?** Um Estudo Prático de Um Processo Dinâmico de Seleção de Pessoal. AEDB, 2003. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos04/153_SEGET-Colaboradores.doc Acesso em: 25 jul. 2023.
- BANOV, Márcia Regina. **Recrutamento, Seleção e Competências.** São Paulo: Atlas, 2010.
- BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni; LEAL, Graziella Ceregatti; CARDOSO, Tábata. A utilização do teste de atenção concentrada (AC) para a população infanto-juvenil: uma contribuição para a avaliação neuropsicológica. **Revista Psicopedagogia**, São Paulo, v. 33, n. 100, p. 37-49, 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-84862016000100005&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 26 jul. 2023.
- BRAGA, Juliana Leão. **Atenção concentrada e atenção difusa:** elaboração de instrumentos de medida. 2007. 74 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia)-Universidade de Brasília,

Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/3485> Acesso em: 26 jul. 2023.

CARBONE, Pedro Paulo. **Gestão por Competências e Gestão do Conhecimento**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4 ed. Barueri: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos na Empresa: planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. São Paulo: Atlas, 1989.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos Humanos: o capital humano das organizações**. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 009/2018**. Brasília, 25 de abril de 2023. Estabelece diretrizes para a realização de Avaliação Psicológica no exercício profissional da psicóloga e do psicólogo, regulamenta o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos - SATEPSI e revoga as Resoluções nº002/2003, nº 006/2004 e nº 005/2012 e Notas Técnicas nº01/2017 e 02/2017. Disponível em: <https://satepsi.cfp.org.br/legislacao.cfm#:~:text=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CFP%20n%C3%B0%20009%2F2018,%2F2017%20e%20002%2F2017> Acesso em: 15 set. 2022.

DALBOSCO, Simone Nenê Portela; CONSUL, Juliana da Silva. A importância da Avaliação psicológica nas organizações. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 3, n. 2, p. 554-558, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5155007> Acesso em: 15 set. 2022.

GODOY, Renata Semensato Pereira; PEÇANHA, Dóris Lieth Nunes. Cultura organizacional e processos de inovação: um estudo psicossociológico em empresa de base tecnológica. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 142-163, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-711X2009000100012&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 25 jul. 2023.

GODOY, Silvia Leite de; NORONHA, Ana Paula Porto. Instrumentos psicológicos utilizados em seleção profissional. **Revista do Departamento de Psicologia. UFF**, v. 17, p. 139-159, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdpsi/a/T6H7ML9zGM3P6ZXsjtqfjWB/abstract/?lang=pt> Acesso em: 15 set. 2022.

JUNG, C. G. **Tipos psicológicos**. 4. ed. São Paulo: Zahar editores, 1981.

LEME, R. **Seleção e entrevista por competências com o inventário comportamental: guia prático do processo seletivo para redução da subjetividade e eficácia da seleção**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

MAGALHÃES, L. M. A. Teoria da personalidade em Carl Gustav Jung. *In*: REIS, A. O. A.; MAGALHÃES, L. M. A.; GONÇALVES, W. L. **Teorias da personalidade em Freud, Reich e Jung**. São Paulo: EPU, 1984. p. 123-162.

- MARIANO, Marcela Darley *et al.* Parâmetros psicométricos do teste Palográfico: uma revisão integrativa. **Revista de Trabalhos Acadêmicos Universo**, Belo Horizonte, v. 1, n. 5, 2021. Disponível em: <http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=3universobelohorizonte3&page=article&op=view&path%5B%5D=9238> Acesso em: 25 jul. 2023.
- NASCIMENTO, Monalisa Muniz; RUEDA, Fabián Javier Marín. Estudo da estrutura interna do Teste de Inteligência-TI. **Psico-USF**, v. 19, p. 307-316, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusf/a/JMXFQD3SXtYyjcXW5wrBTwd/> Acesso em: 25 jul. 2023.
- NEVES, Ana Vanessa. **Recrutamento e Seleção**. Concursos PSI, 2000.
- NORONHA, Ana Paula Porto; SISTO, Fermino Fernandes; SANTOS, A. A. A. dos. Teste de inteligência R1–Forma B e G36: evidência de validade de critério. **Psicologia Argumento**, v. 23, n. 42, p. 41-46, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/W9BCHJFSVKPTbH3XGdqCPDy/abstract/?lang=pt#> Acesso em: 25 jul. 2023.
- NUNES, C. H. S.; PRIMI, R. Avaliação psicológica: diretrizes na regulamentação da profissão. In: **O SATEPSI: desafios e projetos de aprimoramento**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010. p. 129-148. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/Diretrizes.pdf> Acesso em: 20 set. 2022.
- PASQUALI, L. **Instrumentos psicológicos: manual prático de elaboração**. Brasília: LabPAM/ IBAPP, 1999.
- PEREIRA, F. M.; PRIMI, R.; COBÊRO, C. Validade de testes utilizados em seleção de pessoal segundo recrutadores. **Psicologia: Teoria e Prática**, v. 5, n. 2, p. 83-98, dez. 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000200008 Acesso em: 20 set. 2022.
- RABAGLIO, Maria Odete. **Gestão por Competências: Ferramentas para atração e captação de talentos humanos**. Rio de Janeiro: QualityMark, 2008.
- RABAGLIO, Maria Odete. **Seleção por competência**. Rio de Janeiro: Educador, 2001.
- SILVA, Maria Cecília de Vilhena Moraes. **História dos testes psicológicos: origens e transformações**. São Paulo: Vetor, 2016.
- ZACHARIAS, J. J. M. **Questionário de avaliação tipológica (QUATI)**. 5. ed. São Paulo: Vetor, 2003.

CLIMA ORGANIZACIONAL NO TRABALHO: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONDOMINIAIS E INDUSTRIAIS NA CIDADE DE TAUBATÉ

Alexandre Magno de Oliveira Ferreira

Vitória Aparecida da Silva

Danielle Pereira Lovatto

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo analisar a melhoria contínua na prestação de serviços, como também, a percepção dos colaboradores sobre os diversos aspectos da organização, baseando-se nas ferramentas de clima organizacional.

Os dados utilizados neste capítulo foram coletados na empresa *GFacilities*⁶, com sede em São Caetano do Sul/SP e filiais nas cidades de Santos e Taubaté, esta última instalada no Condomínio Square Offices & Mall, onde foi realizado o estágio aqui relatado.

Segundo Pauli *et al.* (2017), a satisfação interna pode ser descrita como o resultado da avaliação que o colaborador realiza de seu trabalho e o significado dessa avaliação para ele. Sob esse ponto de vista, a satisfação interna relacionada a um clima organizacional positivo resulta tanto no bem-estar pessoal quanto no bem-estar no trabalho. Sendo assim, é por meio da ferramenta de clima organizacional que se torna possível caracterizar as percepções dos colaboradores em relação ao ambiente de trabalho (Silva *et al.*, 2018).

A avaliação da satisfação dos colaboradores da empresa em foco foi realizada por meio da pesquisa de clima organizacional, que teve como objetivo elaborar um levantamento de pontos positivos e negativos da organização, utilizando como critério a avaliação de seus colaboradores internos. Dessa forma, torna-se possível gerar planos de ação para reverter situações desfavoráveis e ao mesmo tempo conhecer e fortalecer os pontos positivos da organização.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas de satisfação interna e clima organizacional, para posteriormente ser explicado o método da pesquisa de campo e os resultados alcançados e discutidos à luz da teoria.

⁶ Termo em inglês traduzido em: Tornar fácil, proporcionar.

REVISÃO DA LITERATURA

Pesquisa de clima organizacional

A pesquisa de clima organizacional, segundo Menezes (2010), se caracteriza pelo conjunto de percepções dos trabalhadores sobre a organização, sendo atualmente um dos construtos mais investigados no campo do comportamento organizacional.

Para Oliveira (2012), as organizações são constituídas por pessoas, sem as quais não existiriam. Portanto, faz-se necessário cuidar de seu principal potencial para se manter no mercado competitivo dos dias atuais. Conforme o autor, tanto a empresa quanto os colaboradores têm suas necessidades e, para a conciliação dos interesses de ambos, é necessário um clima organizacional favorável, com colaboradores trabalhando em harmonia para gerar resultados positivos, de modo que todos possam usufruir do sucesso alcançado.

De acordo com Bowditch e Buono (1992), a percepção dos colaboradores sobre o clima organizacional afeta diretamente sua performance, como também impacta na influência mútua entre os membros, na satisfação com o trabalho, na organização e no desempenho em geral, gerando alterações internas.

É perceptível que a alta competitividade, descrita como consequência das mudanças do progresso hegemônico, contribui para a criação de cargos que demandam exigências complexas nas empresas. Assim sendo, a alta exigência e a criação de novos cargos, também complexos, resultam no desemprego, pois apenas alguns se enquadram no perfil e nos requisitos estabelecidos. Pode-se, então, inferir que todas as mudanças ocorridas nas organizações alteram efetivamente o clima organizacional.

De acordo com Mello (2010), o século XX trouxe consigo várias mudanças que influenciaram fortemente as empresas, como também sua administração e comportamento, sendo a maneira de administrar as pessoas uma das áreas mais atingidas por essas transformações. Gerir talentos tornou-se essencial para o funcionamento das organizações, sendo que esses talentos devem estar integrados e motivados, o que requer um ambiente adequado para que possam se desenvolver.

Ainda segundo o autor, para entender os resultados da pesquisa de clima organizacional, é preciso entender também a cultura organizacional da empresa, que possui impacto direto em seus resultados.

Cultura organizacional e melhorias contínuas

Algumas perspectivas podem definir a cultura nas organizações, constituindo uma identidade diferencial, fazendo com que seja única, assim como a forma de adaptação, integração e sobrevivência da empresa. Dessa maneira, a cultura de uma empresa perpetua suas normas e comportamentos, definindo a transmissão do sentimento de identidade, a qual, por meio do reconhecimento e do estabelecimento de normas, contribuirá para o funcionamento das organizações e influenciará no clima organizacional (Mello, 2010).

Segundo Fraser (1983), a satisfação interna se caracteriza como um fenômeno complexo e de difícil definição, devido a seu estado subjetivo, considerando-se que a satisfação, em determinada situação, pode variar de circunstância e de tempo para a mesma pessoa, podendo estar sujeita às influências de forças tanto internas quanto externas do ambiente de trabalho.

De acordo com Pirolla (2013), atualmente o espaço organizacional tem sido tomado por temas como tecnologia, sustentabilidade, produtividade e inovação, por meio de espaços produtivos mais dinâmicos da sociedade. Entretanto, esses espaços têm deixado de lado a variável mais importante para o empreendimento: as pessoas, cujas transformações são resultado de competências individuais, qualificação, motivação e engajamento nos projetos das organizações. Segundo o autor, para a busca da melhoria contínua podem ser utilizados diversos mecanismos, com objetivos como reorientação de processos e mudanças de atitudes e do planejamento da gestão.

A elaboração de definições operacionais para se levar à percepção do clima de determinada organização irá depender da estrutura organizacional e das características culturais de maior relevância que impactam diretamente na percepção dos trabalhadores, construindo o clima da organização (Menezes, 2010).

Kahale (2004) entende a pesquisa de clima organizacional como um instrumento em busca da análise interna por meio de um levantamento realizado de acordo com as necessidades. Essa atitude visa a motivação dos colaboradores mediante sua participação e busca de melhorias. De acordo com o autor, é preciso saber utilizar dos resultados da pesquisa, que deve estar de acordo com o planejamento estratégico da instituição. O plano de ação será responsável por traçar as diretrizes frente aos resultados obtidos, utilizando-se dos pontos fortes como fonte de valorização e identificando os pontos críticos para atender às necessidades dos colaboradores da organização.

Diagnóstico e ações aos resultados da pesquisa de clima

Ainda para Kahale (2004), o diagnóstico obtido pela pesquisa de clima pode auxiliar a organização de diferentes modos. Entre eles, a potencialização de propulsores, tendo como base os pontos avaliados como fortes, sendo aproveitados na busca de ações específicas de valorização e melhorias. Outra possibilidade de atuação é a oferta de treinamentos específicos, após a identificação dos pontos críticos, direcionando os resultados às reais necessidades dos colaboradores.

O autor também aponta para a obtenção da sinergia dos colaboradores, fazendo com que tenham a oportunidade de refletir sobre a realidade de seu desenvolvimento tanto pessoal como profissional, uma vez que a participação em pesquisas é capaz de elevar os níveis de satisfação. Como último ponto, a sinergia das lideranças por meio da apresentação dos resultados é um modo de avaliação e reorientação das lideranças em torno dos mesmos objetivos, proporcionando um clima adequado para a realização de trabalhos no nível de comando da organização.

De acordo com Chiavenato (2008), todas as organizações apresentam determinado clima organizacional construído pelo meio interno, ou seja, pela atmosfera psicológica de cada colaborador, estando diretamente relacionado com o moral e a satisfação de cada pessoa, de acordo com suas necessidades individuais, podendo ser elas satisfatórias ou não e estando sujeitas à relação que cada colaborador estabelece com a organização.

Sendo assim, conforme conclui Mello (2010), a pesquisa de clima organizacional, em sua análise do ambiente interno por meio do levantamento de necessidades, busca mapear e retratar os aspectos que configuram a motivação dos colaboradores da empresa, visando elevar seu índice de motivação e proporcionando a eles maior participação, além do respeito a sua opinião.

Satisfação interna

O clima organizacional tem importância no que diz respeito à motivação das pessoas, a seu desempenho e satisfação no trabalho, nas relações interpessoais, nos processos de comunicação e na produtividade (Chiavenato, 2008).

Para as empresas bem-sucedidas, é essencial fazer do ambiente de trabalho um local agradável, o que torna mais fácil o relacionamento interpessoal e melhora a produtividade, além de reduzir acidentes, prevenir doenças, absenteísmo e diminuir a rotatividade de pessoal.

Para Locke (1969), a satisfação no trabalho se refere a um estado emocional, já que é a emoção derivada da avaliação que a pessoa faz de seus próprios valores. Dessa forma, a satisfação possui dois fenômenos vertentes: a alegria (satisfação) e o sofrimento ou desprazer (insatisfação).

No entanto, o autor ressalta que, apesar de a satisfação no trabalho ser uma percepção individual, seus fatores causais podem ser classificados em dois grupos: eventos e condições do trabalho (o trabalho em si, condições de pagamento, promoção, reconhecimento, condições de trabalho, ambiente de trabalho) e agentes do trabalho (colegas e subordinados, supervisores, organização), que devem ser analisados a partir de suas inter-relações.

Os fatores de insatisfação, conforme Bauk (1985), estão relacionados ao estresse e à insatisfação no ambiente de trabalho. Pode-se citar a falta de conhecimento sobre oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional, as estratégias de promoção no trabalho e a insatisfação com a avaliação da performance profissional. Outros fatores ligados à insatisfação estão relacionados a carga de trabalho excessiva, interferência do trabalho na vida particular, relação com as autoridades e influências necessárias à execução do trabalho.

Por outro lado, segundo Marqueze (2005), a satisfação no trabalho é resultado de uma complexa e dinâmica interação entre condições gerais de vida, relações de trabalho, o trabalho em si e o controle que os colaboradores exercem sobre essas condições. Essa satisfação pode vir a ser fonte de saúde, assim como a insatisfação com o trabalho pode gerar prejuízos à saúde física, mental e social, trazendo problemas tanto para o colaborador quanto para a organização e o ambiente de trabalho.

Diversos aspectos e recursos podem ser implantados e modificados visando a promoção da saúde dos trabalhadores e a satisfação no trabalho. Conforme ressalta Marqueze (2005), medidas coletivas podem ser capazes de amenizar os problemas decorrentes da insatisfação no trabalho. Entre elas, a adaptação do ambiente de trabalho ao ser humano, o aumento das oportunidades para atividades de lazer, esporte e relaxamento, a promoção de atividades sociais e de programas de interação social, a adequação do salário à função exercida, plano de carreira, cumprimento das leis trabalhistas e a formação de uma equipe de saúde ocupacional para avaliar situações de risco, adotando medidas preventivas e de apoio, entre outras.

O autor sugere que é essencial a participação dos colaboradores na implantação de todas essas medidas, que devem ser realizadas por meio de ações interdisciplinares e de modo coletivo, para melhor manutenção e promoção da saúde do trabalhador.

MÉTODO

Para a avaliação do funcionamento organizacional, foram realizadas visitas direcionadas e observações não estruturadas. Segundo Marconi e Lakatos (1990), para uma pesquisa de campo é necessário primeiramente uma análise das fontes documentais que sirvam de suporte à investigação projetada, sendo que essa investigação preliminar pode ser realizada pela leitura de documentos e por contatos diretos.

As visitas direcionadas foram realizadas com o apoio do coordenador responsável pela prestação de serviço e complementadas por observações não estruturadas que, segundo Marconi e Lakatos (1990), devem ser realizadas no ambiente real, com o intuito de registrar os dados conforme ocorrerem de maneira espontânea, sem preparação.

Para a análise do clima organizacional, foi utilizado o questionário ECO (Escala de Clima Organizacional). Segundo Siqueira (2008), o ECO é uma escala multidirecional que tem como objetivo avaliar a percepção do trabalhador sobre várias dimensões do clima organizacional, sendo constituído por 63 perguntas compostas por 5 fatores (multifatoriais) e 5 aspectos (os fatores do ECO).

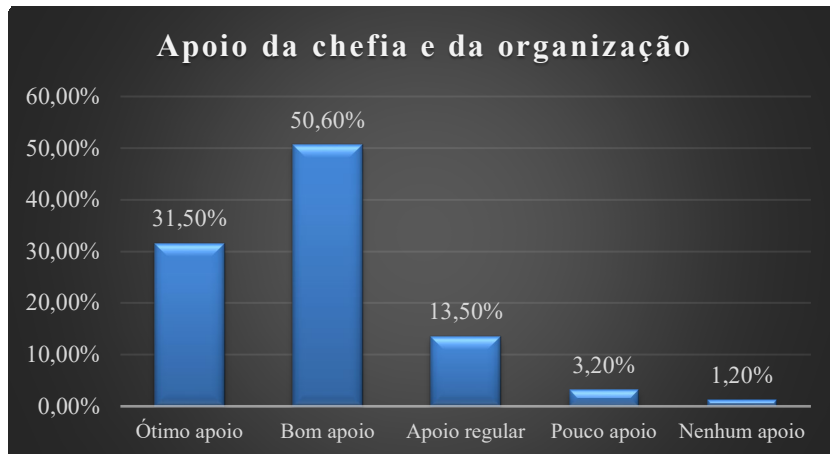
O questionário foi aplicado aos colaboradores na filial de Taubaté/SP que operam nas instalações do Edifício *Square Offices & Mall*. As subdivisões de áreas foram compostas por gerência, administrativo, supervisão, liderança operacional e operações. A pesquisa foi elaborada na plataforma *Google Forms* e encaminhada por meio digital, da linha de contato da equipe.

O estágio foi realizado entre os meses de abril e junho de 2023, totalizando 9 (nove) encontros.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base no formulário ECO (Escala de Clima Organizacional) elaborado no *Google Forms* e respondido por 24 colaboradores da empresa *GFacilities*, foram obtidos os seguintes resultados:

Gráfico 1 - Fator: Apoio da chefia.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme o Gráfico 1, o fator correspondente ao apoio da chefia e da organização obteve 31,50% de aprovação como ótimo apoio e 50,60% como bom apoio; já 13,50% dos colaboradores avaliaram o apoio como regular, 3,20% avaliaram receber pouco apoio e 1,20% avaliaram não ter apoio nenhum.

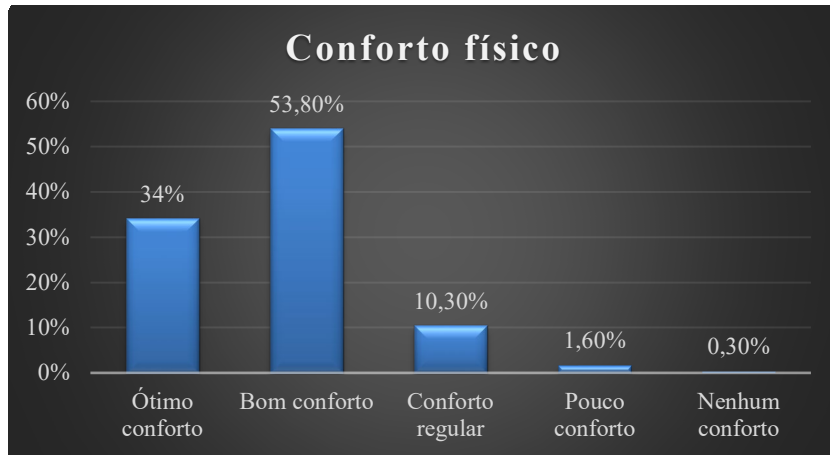
Gráfico 2 - Fator: Recompensa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme o Gráfico 2, que representa o fator recompensa, 17,30% dos colaboradores avaliaram existir ótimas recompensas, 36,90% avaliaram receber boa recompensa e 24,30% avaliaram o fator como regular, enquanto 17,30% avaliaram receber pouca recompensa e 4,20% avaliam ter nenhuma recompensa.

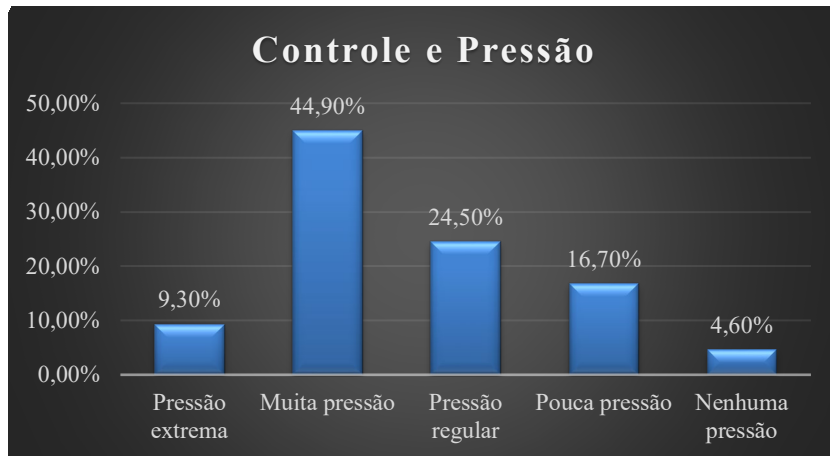
Gráfico 3- Fator: Conforto físico.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

De acordo com o Gráfico 3, referente ao fator conforto físico, 34% dos colaboradores avaliaram o aspecto como ótimo, 53,80% avaliaram como bom e 10,30% como regular; já 1,60% avaliaram como pouco conforto e 0,30% avaliaram não ter nenhum conforto.

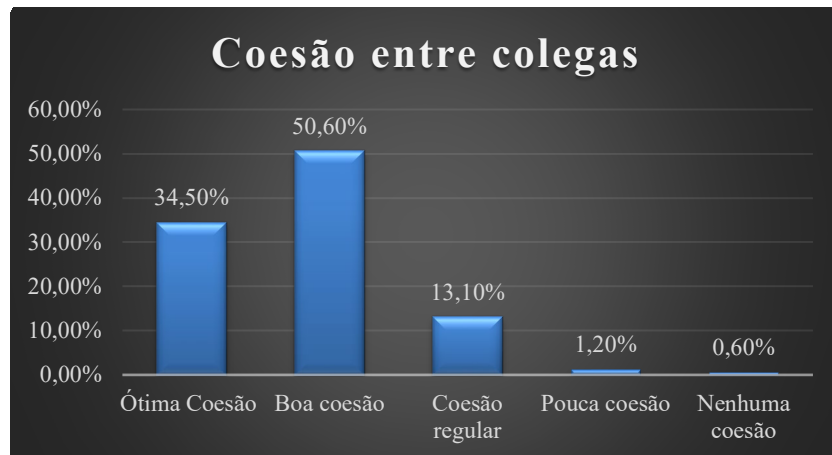
Gráfico 4 - Fator: Controle/Pressão.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Conforme o Gráfico 4, fator controle e pressão, 9,30% afirmaram trabalhar em ambiente de extrema pressão, 44,90% afirmaram sofrer muita pressão e 24,50% afirmaram haver pressão regular no ambiente de trabalho, enquanto 16,70% dos colaboradores avaliaram que há pouca pressão e 4,60% afirmaram que não há pressão.

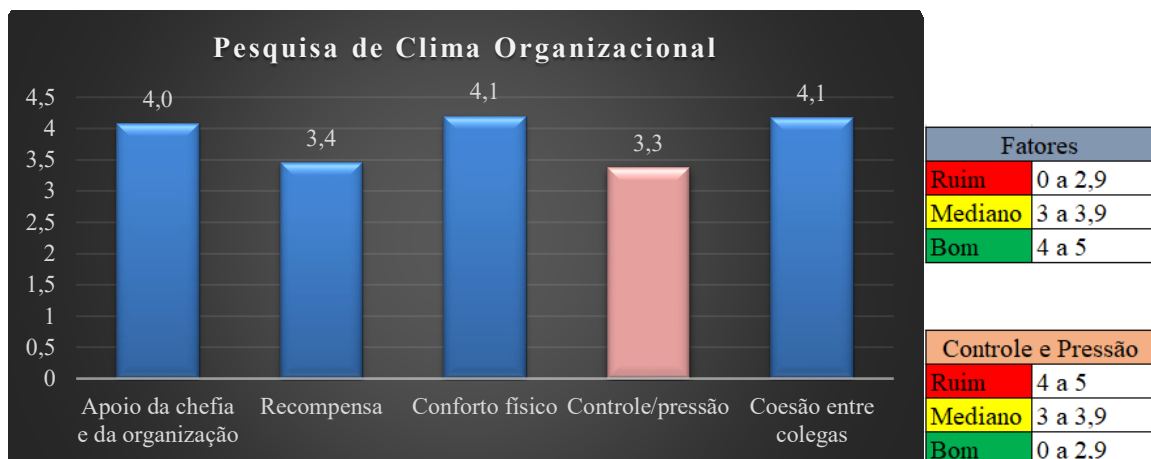
Gráfico 5 - Fator: Coesão entre colegas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No Gráfico 5, fator coesão entre colegas, verifica-se que 34,50% dos colaboradores avaliaram haver ótima coesão, 50,60% avaliaram haver uma boa coesão e 13,10% avaliaram a coesão como regular, enquanto 1,20% afirmaram haver pouca coesão e 0,60% afirmaram haver nenhuma coesão.

Gráfico 6- Resultado da pesquisa de clima organizacional.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Por fim, o Gráfico 6 indica boas médias parciais avaliadas pelos colaboradores nos respectivos índices: 4,1 conforto físico, 4,1 coesão entre colegas e 4,0 apoio da chefia e da organização, enquanto os itens avaliados de forma mediana correspondem a recompensas, com 3,4 e controle e pressão, com 3,3.

Conforme os resultados da pesquisa de clima organizacional, percebe-se que o fator apoio da chefia é considerado pela maioria como bom, o que, segundo Barroso (2021), influencia na satisfação das necessidades psicológicas básicas no trabalho, contribuindo positivamente.

Já no fator recompensa, apesar de o índice apontar uma boa avaliação, as classificações consideradas como regular e pouca indicam certo nível de insatisfação. Para Heitor (1996), nas situações em que o salário é coerente ao desempenho, a satisfação tende a aumentar; no entanto, caso a percepção sobre o salário se altere, torna-se necessário identificar as variáveis subjacentes a esse termo, considerando suas dimensões.

Em relação ao conforto físico, a maioria dos colaboradores avaliaram como bom ou ótimo. Segundo Loureiro (2008), estudos apontam que, quando a exaustão emocional e física é mais reduzida, o conforto físico se faz presente, sendo um importante critério a ser avaliado.

Com relação ao fator de controle e pressão, grande parte dos colaboradores avaliaram a empresa como um ambiente de muita pressão, o que, segundo Dana (2016), leva ao desgaste da vontade do funcionário de se manter engajado e faz com que o trabalho se torne um fardo. Dessa forma, considera-se controle e pressão um fator de risco a ser considerado no clima organizacional.

No que diz a respeito à coesão entre colegas, os colaboradores avaliaram em sua maioria a relação como boa e ótima, sendo esses fatores interpessoais responsáveis por influenciar o clima, na medida em que produz individual e coletivamente estratégias de defesa ante a possibilidade de adversidades, assim como o acionamento do potencial de resolução de conflitos, conforme aponta Almeida (2016).

Para Pirolla (2013), se o clima organizacional é avaliado como bom, entende-se que possivelmente é oferecido um ambiente de serviço adequado, em que os profissionais se envolvem, se comprometem com a organização e têm a instituição como referência de qualidade.

Ainda assim, acredita-se que ao realizar um mapeamento das percepções dos colaboradores e dos gestores sobre a instituição, será possível propor mudanças e melhorias, utilizando-se dos indicadores das categorias da pesquisa de clima organizacional, de forma que contribuam para o desenvolvimento institucional, conseqüentemente promovendo um melhor ambiente de trabalho.

Sendo assim, conforme os autores citados, a avaliação do clima organizacional deve ser contínua, uma vez que seus resultados podem se modificar com o tempo. apontando a

necessidade de melhorias e de ações corretivas a fim de aumentar o grau de satisfação dos colaboradores, levando a melhores resultados para a organização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta investigação teve por objetivo analisar, por meio da ferramenta de pesquisa de clima organizacional (ECO), visitas direcionadas e observações não estruturadas, a melhoria contínua na prestação de serviços da instituição *GFacilities*, além de investigar a percepção de seus colaboradores sobre o clima organizacional da empresa.

Os resultados tornaram possível avaliar essa percepção, determinando os pontos considerados positivos e identificando possíveis fatores para a aplicação de propostas interventivas, em busca da melhoria contínua e de elevar o grau de satisfação com a empresa. Desta forma, podemos afirmar que os objetivos da pesquisa foram alcançados.

Entende-se pelos indicadores e fatores avaliativos que os dados correspondem à realidade atual da organização, conforme verificado nas visitas direcionadas e observações não estruturadas. O ambiente analisado conta com estruturas e ferramentas de trabalho adequadas, além de propiciar uma interação agradável entre os colaboradores e rápido acesso à comunicação com a chefia.

Entretanto, para o bom funcionamento e a rapidez na prestação de serviços com eficácia e segurança, torna-se necessária a manutenção de índices de controle, que podem resultar em uma sensação de pressão, que deve ser manipulada de maneira saudável para não causar impactos negativos nos colaboradores e influenciar negativamente no clima organizacional.

Além disso, quanto ao fator recompensa, entende-se que, para uma avaliação mais satisfatória, é necessário realizar melhorias na divulgação e no aproveitamento dos planos de carreira dos colaboradores, dentro dos parâmetros correspondentes à organização.

Como possível continuidade de estudo, propõe-se a realização de relato anual de clima organizacional, juntamente com a formulação e análise do plano de ações voltadas aos resultados, visando a continuidade das melhorias e a satisfação dos colaboradores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fabiana Pinto B. *et al.* Estudo do clima organizacional no setor industrial. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 10, n. 4, p. 80-98, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441749113007.pdf>. Acesso em: 3 de jun. 2023.

BARROSO, Beatriz Pereira. **Motivação e satisfação em contexto de teletrabalho: a influência do apoio das chefias**. 2021. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Economia e Gestão. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/22452/1/DM-BPB-2021.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

BAUK, B. A. Stress. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**. v. 50, n.13, p. 28-36, 1985.

BOWDITCH, J.; BUONO, A. O processo de pesquisa no comportamento organizacional. *In*: BOWDITCH, J.; BUONO, A. **Elementos do comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

DANA, Samy. **Excesso de pressão não fará sua empresa crescer**. 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/User/Downloads/61498-129592-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/61498-129592-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 03 jun. 2023.

FRASER T.M. **Human stress, work and job satisfaction: a critical approach**. Geneva: International Labour Organisation, 1983.

HEITOR, Maria Isabel P. **Satisfação salarial e liderança transformacional**. 1996. Tese de Doutorado. Instituto Superior de Psicologia Aplicada. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/DM%20HEIT1.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2023.

KAHALE, Flávia. **Pesquisa de clima organizacional**. v. 17, p. 04-07, 2004. Disponível em: <https://acervo-digital.espm.br/Artigos/ART/119983.pdf>. Acesso em: 03 ABR. 2023.

LOCKE, E. A. What is job satisfaction? **Organizational Behaviour Human Performance**, v. 4, n. 4, p. 309-336, 1969.

LOUREIRO, Helena et al. Burnout no trabalho. **Revista referência**, v. 2, n. 7, p. 33-41, 2008. Disponível em: https://luiscunhapsicologia.pt/wp-content/uploads/2023/03/Artigo_Burnout.pdf. Acesso em: 3 jun. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1990. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61219682/Lakatos_e_Marconi. Acesso em 24 maio 2023.

MARQUEZE, Elaine Cristina; MORENO, Claudia Roberta de Castro. Satisfação no trabalho- uma breve revisão. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 30, p. 69-79, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbso/a/M8DvvS9XBrTqBryT6yGYg5n/>. Acesso em 19/07/2023.

MELLO, Mariana Fonseca Teixeira; MUNIZ, Fabiane. **Pesquisa de clima organizacional: um dos caminhos para o futuro da organização.** 2010. Disponível em: http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/k215366.pdf. Acesso em: 19 maio 2023.

MENEZES, Igor Gomes; GOMES, Ana Cristina Passos. Clima organizacional: uma revisão histórica do construto. **Psicologia em Revista**, v. 16, n. 1, p. 158-179, 2010. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.16789563.2010v16n1p158/1528>. Acesso em 05 maio 2023.

OLIVEIRA, D. D.; CARVALHO, R. J.; ROSA, A. C. M. Clima organizacional: fator de satisfação no trabalho e resultados eficazes na organização. *In: SIMPÓSIO DE EFICIÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA*, 9., 2012. Guaratinguetá: FATEC, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/37116504.pdf>. Acesso em 19/07/2023.

PAULI, Jandir *et al.* Satisfação, conflitos e engajamento no trabalho para professores do ensino médio. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 11, n. 4, p. 72-85, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4417/441753228006.pdf>. Acesso em 18 jul. 2013.

PIROLLA, Cleonice Mendonça; DE LIMA, Isaura Alberton; RASOTO, Vanessa Ishikawa. Pesquisa de clima organizacional como subsidio para melhoria da gestão das organizações. **Tourism & Management Studies**, v. 2, p. 430-450, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3887/388743875006.pdf>. Acesso em 01/05/2023. Acesso em 03 maio 2023.

SILVA, Fabiana Dornelas; SILVA, Enaile Rinquê; BERGAMINI, Gésica Borges. O clima organizacional como fator para o desempenho profissional. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 9, n. 2, p. 745-749, 2018. Disponível em: <https://revista.faema.edu.br/index.php/Revista-FAEMA/article/view/603>. Acesso em: 18 jul. 2013.

SIQUEIRA, Mirlene Maria Matias. **Medidas do comportamento organizacional: ferramentas de diagnóstico e de gestão.** Porto Alegre: Artmed, 2008.

E-RH: O IMPACTO DAS REVOLUÇÕES INDUSTRIAIS NA ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

Vitória de Oliveira Prado Ferrari da Silva

Andreza Cristina Both Casagrande Koga

Maria do Carmo Fernandes

INTRODUÇÃO

A tecnologia está presente em todos os lugares, mesmo quando não a percebemos. Entende-se que a tecnologia engloba não somente questões inovadoras de sistemas virtuais, ou grandes invenções, mas também de ações do cotidiano que se aprimoram ao longo do tempo devido ao desenvolvimento de estudos e ao aperfeiçoamento de técnicas.

Ao longo da história, novas tecnologias foram descobertas e várias revoluções industriais ocorreram, provocando mudanças em diversas áreas do conhecimento, incluindo a Psicologia. Esta, por sua vez, apresenta uma ampla gama de atuação, como a área de Recursos Humanos (RH), foco do presente trabalho.

Tendo em vista os diversos avanços e automatizações aplicados ao RH, a relevância deste tema encontra-se na compreensão de como os avanços tecnológicos impactam na atuação de profissionais dessa área. Esse tema, no âmbito dos RH, ganha importância para que os profissionais estejam atualizados e preparados para lidar com os novos desafios e tecnologias.

O presente estudo visa compreender, portanto, os impactos da automatização nas atividades de Recrutamento e Seleção em uma multinacional. Por meio do estudo das revoluções industriais, com especial enfoque na Indústria 3.0, também chamada de 3ª Revolução Industrial, momento no qual o Brasil se encontra (adentrando na 4ª Revolução Industrial), busca-se apresentar benefícios e malefícios das tecnologias que estão sendo implementadas, além de projeções acerca das novas revoluções que vêm crescendo ao redor do mundo.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas Recrutamento e Seleção, Revoluções Industriais e Tecnologia para posteriormente ser explicado o método da pesquisa, os resultados alcançados e sua discussão.

REVISÃO DA LITERATURA

Recrutamento e Seleção

No ambiente empresarial, a interação com o outro se faz necessária e intensa. Sendo assim, o conhecimento de técnicas de comunicação e comportamento são fundamentais para um bom desempenho.

A área de Recursos Humanos, de acordo com Alves (2015), surgiu entre o final do século XIX e o início do século XX, podendo ser considerada recente, levando-se em consideração as demais áreas científicas. A área de Recursos Humanos originou-se a partir do desenvolvimento do capital e da intensificação da industrialização por volta do século XIX, com a organização do trabalho em decorrência dos eventos ocorridos entre as duas guerras mundiais, da Teoria Organizacional estruturada por volta de 1980 e das configurações organizacionais na década de 1990, tendo como foco, por exemplo, o conceito de competência (Caldas; Tonelli; Lacombe, 2002). O objetivo era principalmente selecionar, classificar e alinhar os candidatos adequadamente às necessidades institucionais (Alves, 2015).

De acordo com Carvalho e Nascimento (1993), o processo seletivo é dividido em etapas, sendo elas: o planejamento do recrutamento, a execução do recrutamento e a avaliação dos resultados, por sua vez divididas em subatividades. O planejamento, segundo o autor, deve-se iniciar pela requisição de Recursos Humanos, que envolve a solicitação dos funcionários para preencher as vagas disponíveis. Devem ser fornecidas aos candidatos informações que possibilitem o alinhamento às necessidades da vaga, tais como qual grau de escolaridade necessário, experiência requerida, habilidades exigidas, entre outros.

Em seguida, inicia-se um estudo acerca do mercado de trabalho, sendo importante a escolha do meio de comunicação no qual a vaga será divulgada, para que atraia o máximo de candidatos. Esse estudo permite identificar as formas de mercado de trabalho encontradas, que podem ser: (1) Ocupado, com potenciais candidatos já empregados, (2) Disponível, com potenciais candidatos à disposição da empresa recrutadora, (3) Fixo, com disponibilidade não tão constantes de potenciais candidatos, (4) Cíclico, com mão de obra disponível em situações mais específicas, (5) Limitado/Ilimitado, que dependerá da localização da empresa em relação ao mercado de trabalho, (6) Abundante, com excesso de mão de obra, (7) Suficiente, com equilíbrio entre demanda (mão de obra) e oportunidades e, por fim, (8) Exíguo, com oferta limitada de vagas para os candidatos.

Após essa identificação, é programado o processo seletivo e se inicia a fase de recrutamento. Por fim, o recrutamento é avaliado, tendo em vista os resultados obtidos na atração de candidatos, sejam eles internos ou externos.

Indústria 3.0

Como seres em constante evolução e transformação, novos meios de interação entre seres humanos estão sendo constantemente desenvolvidos. Com isso, novas questões, problemas e demandas adversas também surgem. A automação é citada como exemplo por Carvalho e Carvalho (2020) para ilustrar essa situação. Segundo os autores, tal fenômeno foi responsável por parte da eliminação do trabalho humano braçal, pois com a implementação de máquinas a carvão, o trabalho se tornou muito mais rápido e efetivo. O sistema laboral fica colapsado e surge a necessidade de atualização de conhecimentos e de habilidades para que o trabalho permaneça sendo próspero e produtivo, iniciando o fenômeno da automação (Pereira; Santos, 2022).

Essa situação levou às revoluções industriais. Hoje nos encontramos na quarta Revolução Industrial, sendo que já surgem especulações sobre uma 5ª. No Brasil, a 1ª Revolução Industrial teve início em 1930, com a idealização de órgãos educacionais ligados à federação das indústrias que visam, até hoje, preparar o indivíduo para atividades técnicas e humanas, como o SENAI e o SESI, (Simonsem, 1972 *apud* Carvalho; Carvalho, 2022). A 2ª revolução, por sua vez, consistiu na melhoria das técnicas e dos meios de produção, com a inclusão de máquinas. As revoluções citadas têm sua história bem delimitada no tempo. Todavia, as que vieram em sequência não apresentam marcos específicos, por serem recentes e ainda estarem em construção (Carvalho; Carvalho, 2022).

De acordo com Carvalho e Carvalho (2020), há relatos de que a 3ª Revolução Industrial se deu com o advento dos computadores no século XX e a criação da Internet em 1969, enquanto a 4ª Revolução não tem um marco temporal, mas representa uma transformação sobre a forma com que nos relacionamos. Esta última propõe e exige uma mão de obra mais qualificada, até mesmo por conta de seu alto custo de implementação. Segundo Sakurai e Zuchi (2002 *apud* Carvalho; Carvalho, 2022), é possível que o Brasil demore para ter um setor industrial em concordância com as ideias que a indústria 4.0 propõe, que consistem no avanço da inteligência artificial, na implementação de nanotecnologias e na adoção de critérios mais rígidos de sustentabilidade, entre outros fenômenos contemporâneos.

Tecnologia e e-RH

Segundo estudos realizados por Grinspun (1999 *apud* França, 2017) e Moreira (2000, p.33 *apud* França, 2017), a palavra tecnologia tem origem no grego *tekhné*, que significa “saber fazer”, sendo a “técnica, a arte, o ofício”, e em *logus*, que significa “razão”, representando o estudo acerca de um determinado tema.

Novaes e Dagnino (2004) retomam a ideia trazida por Marx (1996 *apud* Novaes; Dagnino, 2004), pensador social do século XIX, que usou a expressão “fetiche da mercadoria” para descrever a produção no capitalismo. Com isso, percebeu que as leis econômicas e, conseqüentemente, a mercadoria, diferentemente do que se acreditava, estão diretamente associadas à história e têm origem no caráter social do trabalho.

Feenberg (1999 *apud* Novaes; Dagnino, 2004), por sua vez, conceituou o “fetiche da tecnologia” com o intuito de:

[...] mostrar que a tecnologia que nos é apresentada como politicamente neutra, eterna, a-histórica, sujeita a valores estritamente técnicos e, portanto, não permeada pela luta de classes, é uma construção histórico-social. E, assim como a mercadoria, tende a obscurecer as relações de classe, diluindo-as no conteúdo aparentemente não específico da técnica (p.191).

Para o autor, a “filosofia da tecnologia esqueceu que a tecnologia nada mais é que um artefato sociocultural e que, por isso, não está livre de influências históricas, políticas, culturais” (Feenberg, 2002 *apud* Novaes; Dagnino 2004, p. 192), portanto, não é neutra e está ligada a valores da sociedade industrial. Por ser política, ela se torna naturalmente um meio de dominação cultural, de controle social e de concentração do poder industrial (Feenberg, 2002 *apud* Novaes; Dagnino, 2004).

Assim, a racionalidade técnica seria também racionalidade política: os valores de um sistema social específico e os interesses da classe dominante se instalam no desenho das máquinas e em outros supostos procedimentos racionais (Novaes; Dagnino 2004, p. 193).

A tecnologia, portanto, envolve uma questão social, histórica, política e se encontra intrinsecamente associada ao desenvolvimento da sociedade. Tendo em vista que hoje nos encontramos vivendo a quarta revolução industrial, o desenvolvimento das tecnologias se reflete inclusive no setor de recursos humanos.

Essa nova fase da gestão de recursos humanos, também chamada de e-RH, têm se fortalecido com o “Modelo Competitivo de Gestão de Pessoas”, conceito que representa bem as mudanças da área ao longo das revoluções (Costa; Fisher, 2016). Fischer (2002 *apud* Costa; Fisher, 2016, p.02) afirma que “para diferentes contextos históricos ou setoriais, encontram-se diferentes modalidades de gestão”. Destaca que os fatores sociais, culturais, econômicos e

organizacionais afetam a gestão de modo geral e, conseqüentemente, a gestão de pessoas, confirmando e retomando a proposta trazida anteriormente por Feenberg (2002 *apud* Novaes; Dagnino 2004) sobre o fetiche da tecnologia. Foi nas décadas de 1970 e 1980 que as empresas passaram a reconhecer e valorizar o caráter estratégico na ação dos Recursos Humanos, visando a adaptação ao novo contexto e incentivando a pró-atividade da área em questão.

O e-RH pode ser considerado uma gestão de recursos humanos virtual, com a utilização de sistemas, mídias eletrônicas e redes de telecomunicações no desempenho das funções e vinculações com sistemas do governo, como o e-social. Assim, o que antes era uma disputa pela eficiência, hoje é uma forma de se obter vantagem e competitividade no mercado (Jones, 1998 *apud* Costa; Fisher, 2016), que transforma e facilita o uso de ferramentas operacionais, trazendo contribuições à área organizacional. Jones (1998 *apud* Costa; Fisher, 2016, p.05) afirma que:

o e-RH não envolve apenas tecnologia. Ele envolve uma tecnologia única ‘lincada’ à estratégia, para conectar as pessoas e as pessoas ao negócio, com o objetivo de adaptar ambos, as pessoas e o negócio, rapidamente às mudanças.

O e-RH é capaz de reduzir custos, melhorar a velocidade e até mesmo a eficiência do trabalho, além de proporcionar liberdade aos funcionários e candidatos para utilizar sistemas de forma *self-service*, no caso, acessar sites e alterar cadastros, por exemplo, de forma mais autônoma, possibilitando também a realização de atividades mais produtivas, impactantes e estratégicas. Um contraponto desse sistema é relacionado com “barreiras da legislação, que muitas vezes exige documentação impressa e com assinaturas a tinta” (Costa; Fisher, 2016, p. 12).

A tecnologia em Recursos Humanos permite o trabalho por meio da Intranet e de portais, com sistema *self-service* (preenchimento de formulários, verificação de dados, atualização de perfil, escolhas de previdência privada, entre outros, de forma autônoma), treinamentos *online*, recrutamento *online*, testes e entrevistas *online*. O e-RH também encontra barreiras na legislação, que muitas vezes exige documentação (Costa; Fisher, 2016)

Mesmo com toda a tecnologia já desenvolvida, uma nova revolução está emergindo. A Indústria 5.0 é um conceito visionário que promove a sustentabilidade, a centralidade no ser humano-máquina, a resiliência organizacional e a colaboração do ser humano como uma tendência para o futuro da indústria (European Commission, 2021; Di Nardo; Yu, 2021 *apud* Pereira; Santos, 2022). Pereira e Santos (2022) afirmam que essa onda revolucionária surge como uma alternativa para lidar com as mudanças ocorridas no mundo contemporâneo,

principalmente no período pós-pandemia e devido à guerra entre Rússia e Ucrânia, que trouxe ênfase às mudanças climáticas, ao consumo de energia, poluição, injustiça social, entre outros.

O autor também afirma que

[...] a Indústria 5.0 complementa o paradigma da Indústria 4.0, fazendo com que a pesquisa e a inovação conduzam a transição para uma indústria sustentável, centrada no ser humano e resiliente, movendo o foco do valor exclusivo dos acionistas (*shareholders*) para todos os *stakeholders* envolvidos. Entre essa corrente há autores que destacam o papel da sustentabilidade, enquanto outros se concentram em adotar uma abordagem centrada no ser humano e resiliente (Madsen; Berg, 2021; Sindhwani *et al.*, 2022 *apud* Pereira; Santos, 2022). Por outro lado, há uma outra perspectiva que considera a tecnologia como habilitadora da Indústria 5.0, ou seja, um conjunto de novas tecnologias que caracterizarão esse novo paradigma da indústria visando a colaboração/inter-relação entre homem e máquina (Paschek; Mocan; Draghici, 2019; Madsen; Berg, 2021 *apud* Pereira; Santos, 2022).

Com isso, entende-se que a 5ª Revolução Industrial, apesar de ainda ser um movimento embrionário, traz consigo uma valorização do trabalho em conjunto entre homem e máquina, o que nos permite afirmar que, apesar da tecnologia, da inovação e da mudança, o fator humano continua sendo indispensável para determinadas atividades. Portanto, a entrada de novos sistemas e o desenvolvimento de novas competências é benéfico para o desenvolvimento do indivíduo a fim de se manter no ambiente de trabalho.

MÉTODO

As atividades de pesquisa foram realizadas entre os dias 01 de abril e 31 de maio de 2022. Consistiram na observação dos procedimentos nas áreas de Recrutamento e Seleção e de Desenvolvimento em uma indústria siderúrgica do interior do Estado de São Paulo, com base em pesquisa bibliográfica a respeito dos temas Indústria 3.0, Indústria 4.0, recrutamento e seleção e impactos das revoluções industriais na área de recrutamento e seleção.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Primeiramente, é necessário ater-se à forma como o processo seletivo acontece na empresa. No local pesquisado, como proposto por Carvalho e Nascimento (1993), na área de Atração de Talentos e Desenvolvimento da empresa o processo seletivo consiste em, primeiramente, alinhar o perfil para a vaga e o cargo disponível, incluindo seus requisitos. Em seguida, tem início a divulgação da vaga pelos meios de comunicação adequados, como o *LinkedIn*, apropriado para a divulgação de oportunidades no mercado de trabalho.

Em seguida, têm-se as etapas de triagem de currículos, aplicação do teste de raciocínio lógico, envio das entrevistas *online* pré-gravadas, entrevista com os responsáveis pela área de Atração de Talentos e Desenvolvimento, aplicação do teste de personalidade, entrevista com o gestor e/ou diretor da área em questão, e, por fim, os exames admissionais e a integração do novo funcionário à empresa. Todas as etapas citadas, com exceção dos exames e da integração, ocorrem de forma *online*, sendo sua comunicação realizadas pelos *sites* disponíveis pela própria empresa.

É notável, portanto, o impacto da tecnologia no processo seletivo. Todas as etapas são realizadas de forma virtual com o auxílio de *sites*, plataformas e sistemas que possibilitam uma autonomia maior do candidato, e ainda uma manipulação mais rápida, precisa e padronizada das informações, assim como proposto por Costa e Fischer (2016). Sabendo que a Indústria 3.0 consiste na inclusão de computadores e da Internet (Carvalho; Carvalho, 2022), foi possível observar que a instituição se encontra, no momento, com tecnologias ainda voltadas para a 3ª revolução industrial, mas que, aos poucos, caminha para a chamada Indústria 4.0.

A Indústria 5.0, nesse contexto, resgata os valores e potenciais do trabalho humano, mostrando que, apesar de tanta tecnologia, inovação e automatização, a mão de obra humana ainda tem espaço e exclusividades. Todavia, em decorrência dos avanços, percebe-se a necessidade de conhecimento acerca da nova revolução industrial e de seus benefícios, exigindo uma qualificação melhor para aqueles que trabalham no setor de Recursos Humanos, tanto para a velocidade do processo, quanto para a experiência do candidato e do recrutador frente às novas tecnologias que tornam a atração de talentos mais efetiva e rápida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar as etapas do processo seletivo na área de Recursos Humanos mostrando as melhorias possíveis a partir da automatização, por meio da discussão acerca das novas revoluções. Sendo assim, considera-se que os objetivos foram alcançados, uma vez que foi possível identificar as diferentes revoluções industriais, avaliando seu impacto diante do mercado de trabalho.

Hoje entende-se que o Brasil se encontra em uma fase evolutiva análoga à 3ª Revolução Industrial. Todavia, já se percebe uma necessidade e uma certa familiaridade com aspectos da Indústria 4.0, mas ainda se encontra longe de adentrar essa etapa de fato, o que demanda

capacitação de qualidade e grande investimento. Contudo, de forma geral, já existem perspectivas e expectativas acerca da 5ª Revolução Industrial, que resgata o fator humano.

Conclui-se que a tecnologia é fundamental para o mercado de trabalho, em especial para a área de Recursos Humanos, uma vez que acompanha as mudanças políticas, culturais e sociais. Embora o quesito tecnológico tenha impacto, ressalta-se que o aspecto humano e empático do trabalho não pode ser desconsiderado.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados com o intuito de acompanhar o desenvolvimento da área no que se refere às tecnologias, propondo e divulgando novos modelos de trabalho, mais sofisticados e avançados, que podem representar ganhos tanto para as organizações quanto para os candidatos.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

- CALDAS, M.P.; TONELLI, M.J.; LACOMBE, B. Desenvolvimento histórico do RH no Brasil e no mundo. In: BOOG, G.; BOOG, M. **Manual de gestão de pessoas e equipes**. São Paulo: ABRH/APARH, E. Gente, 2002, p.59-84.
- CARVALHO, A. V.; NASCIMENTO, L. P. **Administração de Recursos Humanos**. São Paulo: Pioneira, 1993.
- CARVALHO, I. P.; CARVALHO, C. G. Dos primórdios da revolução industrial a indústria 4.0. **Recima21**, v.3, n.11, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2179> Acesso em: 01 jun. 2023.
- COSTA, T. R., FISCHER, A.L. **E-RH: O impacto da tecnologia para a gestão competitiva de recursos humanos**. 2016. 15f. Dissertação (Administração de Empresas) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5027428-E-rh-o-impacto-da-tecnologia-para-a-gestao-competitiva-de-recursos-humanos.html>. Acesso em: 01 jun. 2023.
- NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. O fetiche de tecnologia. **ORG&DEMO**, v.5, n.2, p.189-210,2004. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/411> Acesso em: 01 jun. 2023
- PEREIRA, R.; SANTOS, N. Indústria 5.0: reflexões sobre uma nova abordagem paradigmática para a indústria. **Anais do XLVI Encontro da ANPAD. 2022**. Disponível em:

<http://anpad.com.br/uploads/articles/120/approved/5cdf0f9533d6b4c0984fc5ae00913459.pdf>
Acesso em: 06 jun. 2023.

RIBEIRO, L. S. **O impacto da indústria 4.0 no quadro funcional do Departamento de Recursos Humanos**. 2023. 91 f. Dissertação (Gestão de Recursos Humanos) – Universidade de Évora, Évora. 2023. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/34864>>
Acesso em: 01 jun. 2023

SANTOS, B. P.; ALBERTO, A.; LIMA, T. D. F.; CHARRUA-SANTOS, F. M. B. Indústria 4.0: **Desafios e oportunidades**, v. 4, n. 1, p. 111-124, 2018. Disponível em: <https://revistas.cefet-rj.br/index.php/producaoeddesenvolvimento/article/view/e316/193>
Acesso em: 01 jun. 2023

VINICIUS, M. A.; GERIBELLO, R. S.; PINTO, S B.; INOUE, J. S.; AMARANTE, M. S. Indústria 4.0: Impactos da tecnologia da informação na nova indústria. **Revista Pesquisa e Ação**, v. 5, n. 1, p.127-147, 2019. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.edu.br/index.php/pesquisa/article/view/651> Acesso em: 01 jun. 2023

O PAPEL DO ENTREVISTADOR NO PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

Beatriz Caroline de Santana Cordeiro
Maria Clara Ramos de Oliveira
Andreza Cristina Both Casagrande Koga
Maria do Carmo Fernandes

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o papel do entrevistador no processo de recrutamento e seleção. Este estudo foi realizado por alunas da Universidade de Taubaté, no interior do Estado de São Paulo, para atender aos requisitos da disciplina de Estágio Supervisionado Específico com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão II e IV.

Os dados foram coletados durante uma experiência de estágio em Psicologia e Processos de Gestão, e por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro funcionárias de uma agência de Recursos Humanos localizada no Vale do Paraíba.

O entrevistador exerce papel significativo no processo de recrutamento e seleção. Portanto, este trabalho visa observar a importância de se realizar uma entrevista de maneira assertiva, em que os conteúdos devem ser abordados de forma clara e o entrevistador deve apresentar uma postura profissional frente ao candidato.

O recrutamento e seleção é a porta de entrada para o trabalho em grandes organizações, o que leva os candidatos a se sentirem ansiosos e inseguros diante desse contexto. Sendo assim, o entrevistador exerce um papel de extrema importância e deve apresentar comportamentos, atitudes e uma postura que demonstre segurança e profissionalismo, a fim de expor uma fala clara e priorizar uma escuta atenta.

Nas próximas seções, será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os temas recrutamento e seleção, entrevista no processo seletivo e o papel do entrevistador. Posteriormente, será explicado o método da pesquisa e os resultados alcançados.

REVISÃO DA LITERATURA

Recrutamento e Seleção

O recrutamento e seleção envolve questões legais e éticas. O psicólogo que atua nessa área deve ser especialista em questões legais relativas à seleção (Spector, 2012). O recrutamento é um procedimento sistêmico do setor de Recursos Humanos que tem como objetivo atrair o maior número possível de candidatos para o preenchimento de cargos oferecidos pela empresa (Carvalho; Nascimento, 1997).

O recrutamento é um desafio para muitas organizações, visto que atrair candidatos para as posições disponíveis nem sempre é uma tarefa fácil. É importante que haja uma ampla divulgação, utilizando métodos como anúncios, *websites*, indicações, redes sociais, com a finalidade de atrair o maior número possível de interessados.

Com o avanço da tecnologia e o desenvolvimento das organizações, a Internet vem se tornando uma ferramenta necessária nesta etapa. Muchinsky (2004) já abordava a crescente utilização dos recursos tecnológicos e sua contribuição para o processo seletivo e, nos dias atuais, este recurso vem contribuindo para o maior alcance de pessoas com o perfil desejado.

Finalizado o recrutamento, tem início a etapa de seleção, com a finalidade de escolher os candidatos recrutados mais aptos para a execução do trabalho (Carvalho; Nascimento, 1997). Carvalho e Nascimento (1997) esclarecem que a seleção está apoiada em três insumos interdependentes: análise, avaliação e classificação de cargos; administração de salários; e recrutamento. Spector (2009) aponta três fatores que influenciam nos métodos de seleção: índice de aproveitamento, coeficiente de seleção e validade e índice de *aproveitamento*. O *índice de aproveitamento* é a *porcentagem* de candidatos que teriam *sucesso* no *trabalho se todos fossem contratados*. O coeficiente de seleção é caracterizado pela quantidade de profissionais que uma organização deve contratar, ou seja, o número de vagas a serem preenchidas é dividido pelo número de candidatos. Por fim, a validade consiste na relação entre o método e o critério.

Segundo Spector (2012) quanto mais seletiva for uma organização, maiores as oportunidades de contratar um bom funcionário. O objetivo da seleção é realizar a contratação de pessoas com um provável desempenho satisfatório na organização, gerando resultados positivos.

A entrevista é parte do processo seletivo e tem como objetivo coletar informações que permitam a decisão de contratação ou reprovação. Além da entrevista, podem ser utilizados

outros métodos de avaliação, como a aplicação de testes psicológicos, que contribui para uma maior assertividade. Os testes psicológicos são de uso restrito pelos psicólogos e por meio deles é possível avaliar aptidões, interesses, conhecimento, personalidade e habilidades. Os testes também são utilizados para o desenvolvimento do funcionário, revelando seus pontos fortes e os pontos fracos a serem desenvolvidos (Spector, 2012).

Entrevista no processo seletivo

A entrevista é o método mais tradicional utilizado nas organizações para o processo seletivo. Visa identificar experiências, habilidades e motivações, a fim de ampliar a compreensão da organização sobre os entrevistados (Guimarães; Arieira, 2005)

A entrevista, no processo seletivo, caracteriza-se pela comunicação entre duas ou mais pessoas, com o intuito de conhecer melhor o candidato. Além da entrevista técnica utilizada na triagem inicial, a fim de analisar os conhecimentos dos candidatos, no dia a dia da empresa há entrevistas de aconselhamento e orientação profissional, de validação do desempenho e de desligamento (Chiavenato, 2008).

Chiavenato (2008) afirma que a entrevista no processo seletivo permite o contato face a face, maior interação e compreensão e a avaliação de comportamentos e reações dos candidatos frente às diversas situações de trabalho.

O autor explica que existem quatro formas de se conduzir uma entrevista, proporcionando maior ou menor grau de liberdade ao selecionador, que deve optar pela que melhor se adequa à circunstância. A entrevista pode ser padronizada, padronizada apenas nas perguntas, diretiva e não diretiva.

A entrevista totalmente padronizada é realizada com base em um roteiro preestabelecido, com perguntas padronizadas, definidas e fechadas. Essas perguntas podem ser de escolha simples ou múltiplas. A entrevista padronizada apenas nas perguntas se diferencia, pois, mesmo com perguntas preparadas de antemão, as respostas têm a possibilidade de serem abertas. Logo, o entrevistador organiza uma lista com as temáticas para embasar suas perguntas e a partir delas colhe as informações dos candidatos (Chiavenato, 2008).

A entrevista diretiva é definida como entrevista de resultados, devido à não especificação das perguntas, a fim de determinar a natureza da resposta desejada. Cabe ao entrevistador o papel fundamental de formular as questões, baseado no andamento da entrevista, para alcançar a resposta esperada. Estudos apontam que o modelo não diretivo de entrevista é o preferido entre os candidatos, pois permite maior liberdade de expressão e, por conseguinte,

os avaliados se sentam menos pressionado. Na entrevista não diretiva não se determinam nem as perguntas nem as respostas, sendo mais livre e flexível, configurando-se como exploratória, informal ou não-estruturada. No entanto, estudos apontam que as entrevistas estruturadas apresentam melhores resultados do que as entrevistas não estruturadas (Chiavenato, 2008).

Figueiras (2019) aponta diversos métodos de entrevistas, como: entrevista técnica, psicológica, tradicional, situacional e comportamental. A entrevista técnica busca identificar informações técnicas, experiências profissionais e habilidades. A entrevista psicológica analisa os aspectos da vida pessoal do avaliado, tais como família e lazer e busca compreender o perfil psicológico do indivíduo. A entrevista tradicional trata das vantagens de se trabalhar na empresa, de pontos fracos e fortes do candidato ao emprego e dos motivos que o levaram a deixar o último emprego. A entrevista situacional apresenta perguntas abertas que focam em situações hipotéticas e específicas do contexto do trabalho. Por fim, na entrevista comportamental o avaliador solicita que o entrevistado relate uma experiência concreta de vida, buscando compreender seu posicionamento e seu possível comportamento no futuro, focando na competência que a organização almeja (Figueiras, 2019).

O papel do entrevistador

Devido à importância de seu papel no recrutamento e seleção de uma organização, o entrevistador necessita de uma preparação prévia para desempenhá-lo. O modo como conduz a entrevista influencia diretamente as respostas que receberá do entrevistado. Deve apresentar-se calmo, concentrado, falar com clareza e priorizar uma escuta atenta, a fim de proporcionar um ambiente tranquilo e seguro para o entrevistado, a fim de conduzir com competência uma entrevista de emprego (Lunelli; Treichel, 2008).

De acordo com Hackett (2000), para a obtenção de resultados favoráveis na entrevista de emprego é necessário que ela seja compreendida como parte do processo seletivo. Essa etapa demanda desde uma análise precisa do cargo oferecido até a avaliação dos resultados obtidos e é essencial que seja organizada e planejada para que os envolvidos atuem de modo eficaz. Para tanto, é importante que sejam empregadas as habilidades pessoais, interpessoais e analíticas do entrevistador, que deve previamente buscar a descrição do cargo, a especificação da função a ser exercida e das tarefas a serem executadas, a fim de tomar ciência das competências exigidas para o cargo (Hackett, 2000).

Vazquez e Muller (2017) apontam que os candidatos devem ser avaliados com base nas exigências da vaga disponibilizada pelas empresas. O entrevistador também deve fornecer

informações acerca da vaga, da empresa, do salário e dos benefícios. Também cabe a ele analisar capacidades comportamentais e técnicas necessárias para a vaga requerida, a fim de identificar se o candidato preenche os requisitos para o cargo.

O selecionador deve se preparar previamente para a realização da entrevista. Deve conhecer a cultura e os valores da organização e identificar seus interesses a fim de realizar uma entrevista mais direcionada para encontrar um profissional adequado para a vaga (Wagner; Hollenbeck, 2020). Seu comportamento impacta diretamente no entrevistado, implicando maior ou menor abertura. Deve evitar interferir na fala dos candidatos, a fim de não influenciar em seus comentários, priorizando a clareza nas informações, e proporcionar um ambiente em que o candidato se sinta à vontade para discorrer livremente (Sivieri, 2019).

MÉTODO

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa exploratória de campo, com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória visa assegurar maior familiaridade com temática proposta, a fim de estabelecer ideias, hipóteses e intuições. O estudo de campo se propõe a analisar um aspecto com maior profundidade e está voltado para um único grupo ou comunidade. Na abordagem qualitativa ocorre interpretação do objeto de estudo, categorização e interpretação dos dados (GIL, 2002).

A pesquisa foi realizada em uma agência de recursos humanos localizada no Vale do Paraíba, por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro funcionárias da agência. As questões se referem ao papel do entrevistador no recrutamento e seleção, a seu preparo antes da entrevista e aos comportamentos adequados e inadequados nesse processo, segundo a visão das entrevistadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos dados coletados, foi possível identificar aspectos importantes do papel do entrevistador, conforme o Quadro 1.

Quadro 1: Papel do entrevistador

Participantes	Elementos centrais
P1	Reconhecer as principais características do candidato, tanto os aspectos profissionais, quanto pessoais. Realizar a análise atenta do currículo. Na entrevista, observar o perfil do candidato, seus comportamentos e atitudes, para decidir se atende a demanda da empresa.
P2	Analisar o comportamento do entrevistado durante a entrevista e observar sua linguagem corporal. O entrevistador deve adotar uma posição de segurança, possibilitando ao entrevistado sentir-se confortável para relatar livremente sobre as questões mais importantes de sua vida.
P3	Avaliar não somente o comportamento, mas entender um pouco a vida pessoal do candidato. Investigar suas qualidades e determinar se tem filhos, esposa, se ela trabalha, com quem os filhos ficam. Investigar não somente o comportamento, mas também a história de vida do candidato e seu contexto.
P4	O entrevistador deve ser o mais transparente possível, tanto com a empresa, quanto com o candidato. Identificar se este apresenta os requisitos e se atende as expectativas da empresa. Colocar-se no lugar do outro, considerando que o contexto muitas vezes é estressante para o candidato. O entrevistador deve possuir uma postura técnica e ter um olhar humano. Deve tanto analisar tecnicamente quanto dar abertura para o entrevistado se expressar e demonstrar como se porta no dia a dia.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Com base nos dados apresentados no Quadro 1, foi possível perceber que as principais funções do entrevistador são: analisar o perfil do candidato, tanto os aspectos profissionais e técnicos, quanto o seu histórico pessoal, a fim de compreender a totalidade do sujeito; observar seus comportamentos, atitudes e linguagem corporal durante a entrevista de emprego; adotar postura profissional, linguajar claro e escuta atenta durante a entrevista.

Os resultados obtidos estão em concordância com Lunelli e Treichel (2008), que recomendam ao selecionador adotar uma postura calma e concentrada, falar claramente e escutar atentamente, favorecendo o prosseguimento da entrevista de emprego, de modo que o entrevistado se sinta seguro para expor sua vida profissional e pessoal.

De acordo com a Participante 1, recrutadora da empresa de consultoria de Recursos Humanos, reconhecer as características dos candidatos é uma das principais funções dos

entrevistadores. Ao identificar seus aspectos pessoais e profissionais, é possível ampliar a perspectiva a respeito da totalidade do indivíduo e conhecer suas particularidades, para determinar se está apto para exercer as funções do cargo requerido.

Os comentários das entrevistadas acerca da análise dos comportamentos, atitudes e aspectos profissionais e técnicos estão de acordo com Vazquez e Muller (2017), que afirmam que devem ser observadas os comportamentos e aspectos técnicos dos candidatos para determinar se ele atende os requisitos da vaga.

O Quadro 2 apresenta como o entrevistador deve se preparar, segundo as participantes da pesquisa.

Quadro 2: Preparo de entrevistador para entrevista de emprego.

Participantes	Elementos centrais
P1	Alinhar com a equipe interna da empresa a fim de identificar qual o perfil ideal para a vaga. Conhecer as características da vaga, para esclarecer possíveis dúvidas. Identificar as principais características profissionais e técnicas requeridas para a vaga. Analisar previamente o currículo do candidato. Identificar os comportamentos que devem ser analisados no candidato.
P2	Analisar os currículos e chamar para a entrevista. Saber se é uma vaga temporária, efetiva, os serviços prestados pela empresa, as atividades a serem executadas, os horários, o salário. Ser o mais claro possível.
P3	Pesquisar sobre a área da vaga oferecida e as funções a serem exercidas para analisar se o candidato atende aos requisitos, anotando todas as informações. Preparar com antecedência as perguntas, de acordo com cada currículo.
P4	Compreender quais os pontos principais que os entrevistadores devem observar para cada cargo. Conhecer os requisitos estabelecidos pela empresa para a vaga. Entender a demanda da empresa, para saber o que deve observar no candidato.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

O Quadro 2 apresenta o preparo necessário ao entrevistador, que deve estar alinhado com as demandas da empresa solicitante e ter conhecimento do perfil solicitado para a vaga, realizar cuidadosa análise dos currículos e conhecer detalhes como o segmento da empresa, horários de trabalho, salário, benefícios e as atividades que serão executadas.

As entrevistadas expõem principalmente a necessidade de conhecimento dos requisitos da vaga, o que se encontra em conformidade com Hackett (2000), que é responsabilidade do entrevistador conhecer o cargo oferecido, com a finalidade de explicar ao candidato as tarefas que ele irá executar, e com Wagner e Hollenbeck (2020), para quem o selecionador deve dialogar com a empresa anteriormente à realização da entrevista de emprego, com o propósito de conhecer as necessidades e interesses dos requisitantes. Esses estudos estão em consonância com o que foi apresentado pelas entrevistas em relação ao alinhamento entre empresa e entrevistador. Esse conhecimento permite a realização de uma entrevista mais bem direcionada, buscando analisar os principais pontos que a empresa busca.

A Participante 3 aponta que é primordial antes da entrevista de emprego realizar uma pesquisa no que se refere a área em que o candidato irá trabalhar, a fim de tomar conhecimento das funções que ele irá exercer para facilitar as explicações durante a entrevista. Deve realizar uma análise dos requisitos da empresa quanto ao perfil e do currículo recebido.

No Quadro 3 são apresentadas as percepções das participantes acerca da influência do momento vivenciado pelo entrevistador no processo de seleção.

Quadro 3: Influência do momento de vida do entrevistador na seleção de candidatos.

Participantes	Elementos centrais
P1	Por mais que tenha que separar o pessoal do profissional, na maioria das vezes a gente não consegue separar 100%. Dependendo das nossas experiências com determinados comportamentos negativos que a pessoa apresenta na entrevista, e aparece outro candidato com o mesmo comportamento, devido à experiência passada acabamos levando isso em consideração.
P2	<p>Sim. Já trabalhei como aprendiz e não possuía nenhuma experiência anterior e me foi dada a chance de trabalhar, hoje trabalhando em uma agência vejo que muitas empresas procuram aprendiz/estagiário que já possuem experiência, só que eu sempre tento ir contra isso, pois da mesma forma que eu tive uma oportunidade também quero que o outro possa ter. O estágio é a porta de entrada para o mundo do trabalho e as empresas precisam estar mais cientes sobre isso e não exigir dessas pessoas.</p> <p>Também o lado familiar, pois sei como é difícil a pessoa possuir uma família, e estar desempregada e ao fazer uma entrevista, pode ser que aquele candidato não tenha a melhor experiência, porém tem uma necessidade maior de que a do outro, e pra mim esse é o diferencial de um psicólogo ao fazer uma entrevista, ele consegue ser mais empático, possui um olhar mais sensível para aquela situação e não apenas um olhar crítico sobre as experiências, mas um olhar amplo. Em minha opinião não podemos ver apenas a parte curricular das suas experiências, mas ter essa visão do todo. Nós como recrutadores possuímos essa responsabilidade.</p>
P3	Sim, é importante você perguntar sobre as questões familiares do candidato, por exemplo, escolhemos 3 candidatos e dentre eles um está desempregado há muito tempo, tem filho pequeno, vou priorizar esse candidato.
P4	Até podemos levar em consideração as questões financeiras e familiares, mas não adianta aprovar um candidato porque achamos que ele precisa mais que o outro e quando ele é aprovado não é aquilo que a empresa busca. Então temos que ter um equilíbrio, temos que atender a empresa e ao candidato, quando eu gosto muito de um candidato, mas vejo que ele não tem o perfil para aquela vaga, então eu guardo o currículo dele, pois ele tem um perfil bom, mas não se enquadra naquela vaga, sei que todos precisam trabalhar, mas eu preciso ter o candidato para a vaga certa. Se eu percebo que o candidato não tem o perfil para aquela vaga que está concorrendo, mas possui para outra eu já o abordo perguntando se tem interesse sobre a vaga, e tento ajudar de alguma forma.

Fonte: Dados da pesquisa de campo

Os dados do Quadro 3 demonstram que o momento de vida pode influenciar na escolha de um profissional. Todas as participantes reconhecem a importância da empatia no processo

seletivo, de se colocar no lugar do outro. Destaca-se em uma das falas a questão do equilíbrio entre a necessidade de quem busca a vaga e a necessidade da empresa.

O candidato pode tentar impressionar o entrevistador, tentando apresentar uma imagem favorável para ser bem avaliado e ocupar a vaga. Em contrapartida, o entrevistador se vê influenciado por suas crenças, atitudes e estereótipos no momento de escolher o melhor candidato. É de extrema importância que o entrevistador saiba interpretar a situação e ter controle sobre a entrevista, para não ser influenciado pelo candidato e concluir o processo de forma negativa (Ferreira; Gondim; Pilati, 2014).

A Participante 4 lembra, que embora questões financeiras e familiares sejam levadas em consideração, a aprovação deve ser equilibrada para atender tanto a empresa quanto ao candidato.

No Quadro 4 são apresentados comportamentos de entrevistadores apontados pelas participantes como adequados e inadequados.

Quadro 4: Comportamentos adequados e inadequados do entrevistador.

Participantes	Elementos centrais
P1	Adequado posso citar o respeito ao candidato, desde o início do processo de seleção, tirar possíveis dúvidas, ter pontualidade na hora da entrevista, dar <i>feedback</i> realizar uma entrevista de forma clara, tomar cuidado com as perguntas para não constranger o candidato. O inadequado seria o contrário de tudo que foi dito, não ter ética, fugir do profissionalismo, não dar <i>feedback</i> .
P2	Adequado, eu diria que é manter uma postura profissional, se atentar à vestimenta, estudar a empresa/vaga para que possamos passar as informações aos candidatos de forma clara e coerente, entrevistar sem pré-julgamentos. Inadequado colocar seus preconceitos sobre alguém, julgar pela aparência, raça ou gênero. Recrutadores com esse comportamento nem deveriam estar nessa área. Nós estamos aqui para entender o outro e não para julgar o outro pela forma que ele se encontra.
P3	Tem assuntos que não entram no contexto de entrevista, como gênero, religião, são questões que não devem ser perguntadas para não causar constrangimento.
P4	Ter pena e ignorar os pontos importantes também para a seleção acredito que sejam um comportamento inadequado, pois influencia negativamente o trabalho e o resultado. Falar da vida pessoal em um momento de entrevista e realmente se colocar no lugar do outro, embora tenha que ser técnica, se sensibilizar, tentar tranquilizar o candidato. Nós somos psicólogas, então temos que tornar aquele ambiente mais agradável, ser empático e deixar o candidato confortável.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

O Quadro 4 aborda a questão comportamental do entrevistador, os pontos adequados e inadequados na visão das quatro participantes. A ética profissional é apresentada por todas, porém em situações diferentes. As Participantes 1 e 3 lembram que as perguntas devem ser feitas de acordo com o contexto da vaga e não em referência a um contexto religioso, político ou de gênero. Já a Participante 2 pontua o pré-julgamento, e a Participante 4 destaca o aspecto pessoal, como ter pena ou ignorar pontos importantes como comportamento inadequado.

Em relação aos comportamentos adequados, as Participantes 2 e 4 abordam a questão da empatia. A Participante 4 afirma que o entrevistador psicólogo deve criar um ambiente agradável para a entrevista, ser empático e deixar o entrevistado confortável. Stewart e Cash (2015) afirmam que os candidatos esperam que o entrevistador seja amistoso, atencioso, sensível, gentil, sincero, entusiasmado, direto, agradável e interessado no que o entrevistado está dizendo, preferindo entrevistadores que ajam de forma natural. Dessa forma, observa-se a importância de uma abordagem tranquila durante a entrevista de emprego, levando em consideração o estado emocional do entrevistado. Demonstrar empatia pode ajudar o candidato a se sentir mais confiante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu compreender o papel do entrevistador no processo seletivo. Verificou-se sua relevância neste processo, uma vez que diversas responsabilidades do recrutamento e seleção recaem sobre ele. Destaca-se que se não for adotada uma postura clara e adequada pode haver problemas para a contratação e frustração por parte do candidato à vaga de emprego.

As participantes da pesquisa compartilham pontos de vista semelhantes em relação ao papel do entrevistador. Alguns aspectos enfatizados foram a necessidade de apresentar postura empática e conduta ética e moral, além de realizar uma avaliação comportamental. Por fim, identificou-se a importância de uma análise do cargo pretendido, bem como da empresa, para cotejar esses dados com o perfil do candidato. Portanto, este estudo atingiu os objetivos propostos, de apresentar o papel do entrevistador no recrutamento e seleção.

Espera-se, com este estudo, contribuir para a compreensão dos requisitos necessários para realização de uma entrevista de emprego bem-sucedida. Releva-se a importância de estimular novas pesquisas voltadas para o papel do entrevistador na seleção e recrutamento,

fundamental que haja mais estudos a respeito dessa temática, principalmente com uma amostra mais abrangente.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, A; NASCIMENTO, L. **Administração de recursos humanos**. São Paulo: Pioneira, 1997.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Elsevier Brasil, p. 139-147, 2008.

FIGUEIRAS, B. *et al.* A importância do recrutamento e seleção na organização: tipos de entrevista. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, 2019.

GIL, Antonio Carlos *et al.* **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GUIMARÃES, M; ARIEIRA, J O. O processo de recrutamento e seleção como uma ferramenta de gestão. **Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR**, Toledo, v. 6, n. 2, p. 1-12, 2005.

HACKETT, P. **Como fazer entrevistas de seleção**. Trad. Márcia Cruz Nóboa Leme. São Paulo: Nobel, 2000.

LUNELLI, A; TREICHEL, A. **Recrutamento e seleção: como fazer uma entrevista?** Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós Graduação, 2008. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/56067191/analunelli-recrutamento-e-selecao-como-fazer-uma-entrevista> Acesso em: 22 abr.2023.

MUCHINSKY, P. **Psicologia Organizacional**. 7. ed. São Paulo: Thomson Pioneira, 2004.

SIVIERI, L. **A visão de estudantes universitários sobre situações de entrevista em processos seletivos**. 2019. 16 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/27846> Acesso em: 22 abr.2023.

SPECTOR, P. **Psicologia nas organizações**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

VAZQUEZ, Ana Claudia Souza; MÜLLER, Cláudia Maria. **Manual de boas práticas de recursos humanos**. Porto Alegre: Buqui, 2017.

WAGNER, J.; HOLLENBECK, J. **Comportamento organizacional**. São Paulo: Saraiva, 2020.

PROGRAMA DE ESTÁGIO EM UMA EMPRESA MULTINACIONAL: UM ESTUDO SOBRE ATRAÇÃO E RETENÇÃO DE TALENTOS

Mariana Monteiro Mamede Antunes
Andreza Cristina Both Casagrande Koga
Maria do Carmo Fernandes

INTRODUÇÃO

O presente estudo resultou de uma experiência do Estágio Supervisionado Específico: Ênfase em Psicologia e Processos de Gestão II, e teve por objetivo analisar a estruturação do Programa de Estágio de uma empresa localizada no Vale do Paraíba.

Os programas de estágio são umas das maneiras mais objetivadas pelos jovens estudantes universitários para adentrar ao mercado de trabalho em sua área de estudo, tendo em vista a procura por oportunidades reais de trabalho, crescimento e desenvolvimento. Em contrapartida, as empresas buscam por estagiários com a finalidade de treinar, capacitar e transformar os jovens em futuros profissionais, efetivados ao final do contrato para colaborar com a equipe da qual fazem parte.

O presente estudo revela a importância do estágio como uma etapa enriquecedora na vida do jovem, que entende essa oportunidade como única, melhorando sua qualificação e oferecendo a possibilidade de escolher onde querem ingressar. Além disso, os programas de estágio são cada vez mais bem vistos no mercado de trabalho, gerando uma forte disputa por talentos por parte das equipes de Recursos Humanos.

Nas próximas sessões será apresentada uma breve contextualização teórica sobre o estágio, sua finalidade e importância tanto para a empresa quanto para os jovens, para posteriormente ser analisada sua aplicabilidade e eficiência na empresa em questão, segundo o ponto de vista dos próprios estagiários. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, sob uma perspectiva organizacional.

REVISÃO DA LITERATURA

Com o mercado de trabalho cada vez mais exigente e tecnológico, as pessoas percebem a necessidade de aperfeiçoamento na sua área de atuação profissional visto que o mercado

seleciona aqueles que considera mais competentes e preparados para enfrentar os eventuais desafios. Características como agilidade, liderança, dinamismo, flexibilidade, capacidade lógica, além do domínio de ferramentas tecnológicas são as habilidades mais valorizadas pelas empresas nos tempos atuais (Camelo; Dutra, 2020).

A Educação Superior vem sendo cada vez mais procurada por pessoas que desejam exercer uma profissão, consistindo em um diferencial no mercado de trabalho. Segundo o Censo da Educação Superior (2020), atualmente há 8.680.354 estudantes de nível superior no Brasil, e é nesse espaço que as habilidades e competências começam a ser formuladas e desenvolvidas. É também nesse espaço que os jovens estudantes buscam por oportunidades para começar a vida profissional.

Segundo Oliveira (2012), os programas de estágio têm por objetivo ser a porta de entrada do estudante para o mercado de trabalho, permitindo-lhe desenvolver suas habilidades e colocar em prática todo o conhecimento teórico que aprende em sala de aula. O autor também afirma que durante o estágio o jovem adquire a experiência necessária para exercer atividades futuras, dentro ou fora da empresa.

Souza (2018) destaca que os programas de estágio, além de desenvolver as competências dos jovens, oferecem a eles motivação para querer fazer parte dessa nova forma de empregabilidade. Assim, as empresas estão investindo mais nos programas de estágios, deixando-os mais atrativos e desafiadores, dada a necessidade de atrair e reter os jovens durante o contrato de estágio.

Um levantamento da Associação Brasileira de Estágios (ABRES) a partir do Censo de 2021 avalia que o Brasil tem 686 mil estagiários do Ensino Superior. Antes da Lei do Estagiário ser aprovada em 2008, existiam em torno de 715 mil estagiários de Ensino Superior, e a queda acentuada de 4,06% foi motivada principalmente pela pandemia de coronavírus no país, quando muitas pessoas perderam seus empregos.

A mesma pesquisa da ABRES (2021) aponta também que as vagas de estágio são oferecidas em maior número para estudantes de Administração (16,8%), Direito (7,3%), Comunicação Social (6,2%), Informática (5,2%), Engenharias (5,1%) e Pedagogia (4,2%). Em contrapartida, algumas áreas apresentam grandes dificuldades para preencher vagas com candidatos qualificados, como Estatística, Engenharia, Biblioteconomia, Agronomia, Gastronomia, Ciências Atuariais e Matemática.

O dia 25 de setembro de 2008 é um marco para o direito dos estagiários, pela aprovação da Lei nº11.788, conhecida também como Lei do Estagiário, que delega vários pontos e

regulamentos para que o ato educativo supervisionado possa acontecer (Murari; Helal, 2009). Os mesmos autores ainda afirmam que

O estágio é uma atividade voltada para o desenvolvimento de competências necessárias ao estudante e esta atividade deve ser realizada em empresas que oferecem a experiência prática condizente com a área de formação acadêmica em curso (Murari; Helal, 2009).

Várias são as temáticas abordadas pela lei, como por exemplo, a carga horária de 6 horas diárias e 30 horas semanais, o direito a férias remunerada, a redução da metade da carga horário em períodos de prova, a permanência de até 2 anos de estágio numa mesma instituição (Lei do Estagiário, 2008).

Antes da afirmação da lei, era comum encontrar nas empresas estagiários que cumpriam horas diárias acima do que era proposto, sem receber os devidos encargos ou bônus. Apesar da lei em vigor, atualmente algumas empresas não praticam as normas implementadas. Tornou-se comum que os estagiários não exerçam atividades relacionadas a conteúdos acadêmicos, ou que não se promova a autonomia para o desenvolvimento de suas competências e habilidades (Menti, 2015).

Ramos (2012) afirma que essas situações acontecem por não haver uma fiscalização recorrente nas organizações, e, dessa forma, os estagiários que buscam demonstrar seus conhecimentos costumam prolongar em muitas horas a mais sua carga horária.

Entende-se por estágio, segundo Amorim (1995), a

Atividade que busca a aplicação prática dos estudos realizados no processo de formação acadêmica e profissional do aluno. Compõe-se de ações que envolvem a aprendizagem social, profissional e cultural numa participação e interação com o contexto ambiental que cerca o exercício da profissão escolhida (Amorim, 1995, p.47).

A empresa avaliada neste estudo busca, por meio do Programa de Estágio contribuir com a formação do jovem, oferecendo conhecimento sobre a área, produtos e processos da empresa. Seu objetivo é atrair jovens com potencial e perfil compatíveis para assumir os desafios, promovendo o desenvolvimento por meio de atividades reais com a possibilidade, ao final do período de estágio, de conseguir reter o talento para oportunidades futuras.

Segundo Silva e Menezes (2012), a empresa que proporciona o treinamento e o desenvolvimento profissional gera impactos positivos nas condições de competitividade, sobrevivência e aprendizado do funcionário dentro da empresa. Por consequência, essas ações geram, a curto e longo prazo, a retenção dos talentos.

A Figura 1, a seguir, apresenta o número de estagiários no Brasil.

Figura 1: Número de estagiários

	% Estagiários
Norte	18.316 (2,67%)
Nordeste	52.273 (7,62%)
Centro-Oeste	40.474 (5,90%)
Sudeste	411.600 (60,00%)
Sul	163.337 (23,81%)
	686.000 (100%)

Fonte: Associação Brasileira de Estágios.

Bagattoli e Muller (2016) afirmam que o primeiro passo para proporcionar o treinamento e o desenvolvimento é entender quem é o público-alvo, o local e o objetivo das ações.

Um Programa de Estágio bem estruturado tem como o primeiro passo uma boa execução da equipe de recrutamento e seleção, desde a abertura e divulgação da vaga até a contratação final do candidato, na maioria das vezes tendo que gerir candidatos externos e internos, que buscam a oportunidade de rotatividade dentro da empresa.

Entende-se por recrutamento a ação de identificar e atrair um grupo de candidatos interessados em uma determinada vaga de emprego, com a finalidade de contratação (Araújo; Garcia, 2009). Halsey (2007) acrescenta a importância de boas fontes de indicação de candidatos para que haja um número significativo de inscritos para preenchimento das vagas com pessoas capacitadas.

Chiavenato (2014) aponta que a atividade de recrutamento é importante para gerar uma organização de pessoal e concluir os objetivos de contratação da organização em um determinado período. Sendo assim, é de responsabilidade da equipe de Recursos Humanos fazer a administração do começo ao fim desse procedimento (Marras, 2011).

O recrutamento é dividido em três etapas: pesquisa interna de necessidades, pesquisa de mercado e definição das técnicas que serão utilizadas para recrutamento.

A partir do instante em que se obtém um número suficiente de candidatos, inicia-se a seleção, que consiste na organização de um filtro dos candidatos inscritos, de acordo com os requisitos inicialmente propostos (Schein, 2007).

Outra definição de seleção apresentada por França e Arellano (*apud* Fleury, 2010) é “escolha dos candidatos mais adequada para organização, dentre os candidatos recrutados, por meio de vários instrumentos de análise, avaliação e comparação de dados”.

A escolha final de um candidato tem se tornado um desafio para as empresas, devido à intervenção de fatores externos e internos. Durante as etapas é fundamental que o recrutador não condicione a escolha pela empatia e afinidade com o candidato, mas observe as competências requisitadas; caso contrário, a atividade de recrutamento e seleção terá sido um desperdício de tempo e recursos.

O recrutamento de universitários também representa um desafio, principalmente pelo fato da grande tentativa de assertividade para um aproveitamento de efetivação no futuro. Devido à escassez de mão de obra especializada, as empresas passaram a definir outras estratégias de atrair candidatos, sendo as instituições de Ensino Superior ou técnico usadas para a divulgação de vagas.

As experiências com jovens talentos nas empresas são diversas. Lodi (2011) aponta os aspectos positivos e negativos dos Programas de Estágio encontrados em sua pesquisa:

- Metade dos universitários mudam de emprego no primeiro ano, porque buscam por trabalhos que exigem uma continuidade, além de focarem apenas em sua satisfação pessoal. A empresa em estudo oferece treinamentos, salários e experiência de liderança; mesmo assim, após um ano e meio seus postos foram trocados por outras oportunidades que ofereciam maior remuneração ou melhores condições de trabalho;
- Os jovens querem passar por mais de uma experiência na área antes de decidir pela profissão ideal. Entre os jovens até 30 anos, muitos não permaneceram mais de dois anos no mesmo trabalho, buscando oportunidades sempre mais desafiadoras que a anterior;
- Os mais jovens conseguem mudar de área mais facilmente, porque sua falta de experiência é atrativa para empresas que desejam moldar seu funcionário;
- Têm dúvidas sobre o que querem de suas carreiras, visto que muitas vezes saem da faculdade sem nenhuma experiência de estágio e sem as orientações profissionais que a faculdade poderia oferecer, entrando para o mercado de trabalho com insegurança ou dúvidas;

- Sentem-se perdidos nas grandes empresas, seja por falta de integração com a empresa ou com a própria equipe, quando o estagiário é simplesmente colocado numa posição sem nenhum tipo de supervisão.
- Os recrutadores apresentam oportunidades que não exigem o conhecimento aprendido na faculdade; desempenham atividades rotineiras, que necessitam apenas de um pouco de maturidade para execução, gerando insatisfação ao longo do tempo.
- Os antigos funcionários sentem-se inseguros com a chegada dos novos, visto que estes necessitam de atenção inicial para aprender as atividades, gerando um sentimento de concorrência, insegurança e medo de perder o emprego para aquele que está chegando, e o resultado impacta diretamente na formação do novato e no desempenho na organização.

O estágio é um momento que permite o aprendizado do jovem no mercado de trabalho, representando um diferencial na área de atuação. O estagiário adquire experiência, pois dentro da sala de aula aprende com o professor a teoria, e durante o estágio aprende a prática sob a supervisão de um orientador, aplicando a teoria (Camelo; Dutra, 2020).

Nas empresas que buscam pelo Programa de Estágio um talento para ser efetivo futuramente, são promovidas atividades que fomentam as habilidades e motivações para o desenvolvimento do estagiário. Para manter um bom desempenho nas atividades diárias ou técnicas, as empresas promovem treinamentos que, segundo Dessler (2014), são métodos usados para transmitir aos funcionários as habilidades necessárias para executar as atividades do trabalho, tornando-os mais competitivos para contribuir para a excelência da empresa. O autor acrescenta que o objetivo de um treinamento é relembrar conhecimentos ou habilidades relacionadas às atividades a serem executadas ou proporcionar otimizações de processos.

Para que um treinamento seja eficaz, é necessário identificar a deficiência apresentada por uma pessoa ou área a fim de direcionar o treinamento. Para tanto, é indispensável a realização de avaliações e o levantamento de informações junto aos colaboradores. Octávio (2008) orienta que, após os treinamentos, seja feita uma validação de sua eficiência por meio de uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats*), por exemplo.

Os treinamentos refletem diretamente na motivação dos funcionários para permanecer na empresa. No caso dos estagiários, se está motivado, pode desenvolver seu potencial e melhorar sua eficiência. Por outro lado, a falta de estímulo pode resultar em baixo desempenho em suas atividades.

Apesar de a empresa, ao detectar um bom estagiário, ter intenção de retê-lo ao final do estágio, apenas uma boa remuneração e a oferta de benefícios não são fatores motivacionais. Garrido (1990) pontua que entender aspectos como a remuneração, experiência e obrigatoriedade, assim como a experiência do estagiário dentro da empresa, são fundamentais para avaliar o aproveitamento do estudante na própria faculdade e seu desenvolvimento no estágio, a fim de conhecer sua perspectiva para o futuro.

A Teoria da Motivação é compreendida como um comportamento gerado a partir de um interesse, podendo ser intrínseco, quando o estudante sente satisfação com seu desempenho na faculdade e no estágio, pela oportunidade de aprender e se destacar; ou pode ser extrínseca, quando a satisfação é obtida a partir do desempenho realizado (Vroom, 1964).

Fausto (2011) divide as motivações apresentadas por Vroom (1964) em três dimensões:

1. Expectativas: são os objetivos individuais da pessoa, sejam financeiro, reconhecimento, aceitação social, entre outros;
2. Recompensas: relação entre esforço, produtividade e alcance dos objetivos individuais;
3. Relação entre expectativas e recompensas: é a influência na produtividade, a partir da satisfação das expectativas e as próprias recompensas.

Os benefícios não são o que define a retenção de um colaborador, segundo Gondim e Silva (2004). A clareza de objetivos, a dificuldade das tarefas, a aceitação da meta, as características individuais e a presença de *feedback* gerencial são os diferenciais motivacionais que mantêm o colaborador na empresa.

Como o estágio é uma fase de descobrimento, além das atividades rotineiras, o jovem pode usar a oportunidade para conhecer pessoas novas e aumentar sua rede de contatos, o que podendo ajudá-lo futuramente em sua carreira profissional. As relações entre pessoas que permitem a troca de ideias, conselhos, informações, referências, contatos e sugestões, em que recursos, habilidades e talentos são compartilhados e agregados são chamadas de *networking* (Lèbre, 1999).

Dessa forma, é possível entender que no Programa de Estágio é fundamental o desenvolvimento e a consolidação do aprendizado para o estagiário, assim como para a empresa é importante tentar um reaproveitamento ou a efetivação do estagiário, colocando em prática a possibilidade de plano de carreira e de crescimento profissional a partir dessa primeira oportunidade de trabalho.

MÉTODO

O presente estudo foi realizado em uma empresa do Vale do Paraíba, com 52 estagiários que responderam o formulário *online* sobre questões do Programa de Estágio.

Trata-se de uma pesquisa descritiva que, segundo Mendes (2017), apresenta os principais conceitos e teorias sobre o tema, explica a metodologia utilizada, compara e apresenta reflexões sobre os dados levantados, com a finalidade de chegar a uma conclusão final. É também um estudo de caso, que, segundo Yin (2015), é a descrição e a análise de dados da forma mais detalhada possível, trabalhados pelo método qualitativo, ou seja, serão interpretados pelo pesquisador.

Os dados foram coletados por meio de um questionário *online* com 19 perguntas, elaborado com o emprego da Escala Likert, onde as questões apresentadas têm graduação de 1 a 5 e o participante deve levar em consideração seu grau de concordância sobre a frase ou pergunta proposta.

Nesta pesquisa, foram convidados a participar os 52 estagiários ativos na empresa até o mês de outubro de 2022, mas apenas 22 responderam ao questionário proposto. Os resultados foram mensurados e apresentados em gráficos, o que permite uma melhor visualização e análise dos dados encontrados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa de Estágio na empresa é iniciado com a divulgação dos bancos de talentos de Engenharia e Humanas em duas épocas do ano: março e outubro (aproximadamente) nas universidades parceiras do Vale do Paraíba, com abertura de 1 mês (aproximadamente) para a triagem de currículos. Cabe à equipe de Recrutamento e Seleção a divulgação do *banner* no LinkedIn pessoal e da empresa.

Na triagem, a busca é embasada nos requisitos inicialmente propostos, como curso, ano de formação, conhecimento intermediário de inglês, de *Office* em informática e disponibilidade para estagiar por pelo menos 1 ano durante 6 horas por dia.

A etapa seguinte é o envio de um teste de raciocínio lógico, que para os dois bancos tem pontuações diferentes. Aqueles que alcançarem a pontuação necessária passarão por uma entrevista pré-gravada com 7 perguntas, voltadas para o conhecimento de sua percepção pessoal

e vivência acadêmica ou profissional. Os vídeos das entrevistas são avaliados e posteriormente ocorre uma entrevista com a equipe de RH, de área e com a diretoria da área.

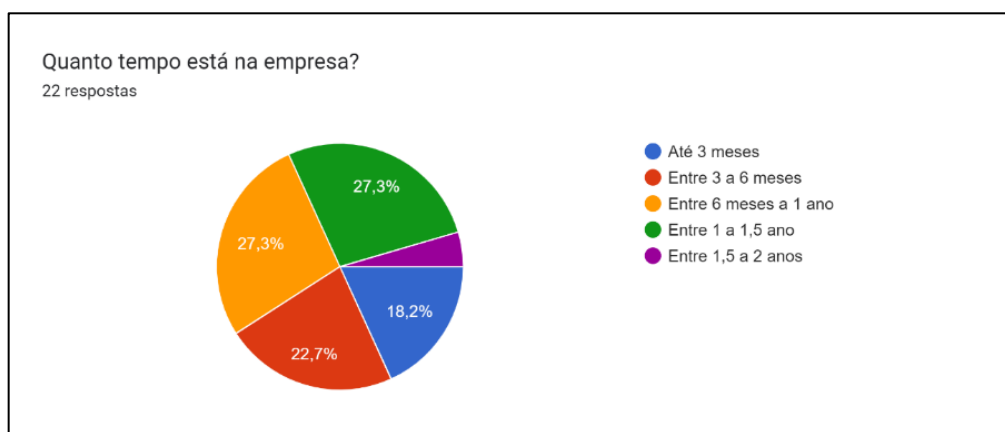
O Programa é estruturado para ser a porta de entrada para outras oportunidades dentro da empresa, como o *Global Trainee Program*, com vagas técnicas ou para analistas. Propõe-se que, durante o estágio, os estudantes participem das atividades oferecidas a eles, como palestras, cursos presenciais e cursos *online*. A finalidade dessas atividades é profissionalizar os estudantes, além de promover o autoconhecimento e conhecimento da empresa, para que cada vez mais possam atuar de forma autônoma e com sabedoria, e, ao final do contrato, ter a possibilidade de uma efetivação.

O resultado da pesquisa foi obtido a partir de um formulário enviado por e-mail aos estagiários, que poderia ser respondido de forma anônima, com perguntas para a identificação de seu perfil, gênero, idade e tempo de empresa, questões sobre etapas do processo seletivo e para a avaliação de sua experiência de estágio.

Os resultados apontam que, em relação ao gênero, 54,5% são masculinos e 45,5% são femininos. Em relação à faixa etária, 45,5% têm entre 21 a 23 anos, 40,9% têm 24 a 25 anos e 9,1%, 18 a 20 anos. Apenas 1 pessoa informou ter mais de 25 anos, mostrando que se trata de um público jovem.

Já o tempo de empresa dos estagiários varia, fazendo com que o resultado se torne interessante por apresentar diferentes pontos de vista conforme a data de ingresso, segundo a Figura 2 a seguir:

Figura 2: Tempo de empresa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na seção da pesquisa procurou-se compreender como se deu a admissão do estagiário na empresa, visto que a etapa de recrutamento, seleção e integração é uma das primeiras

impressões que o estagiário percebe. Daí a importância de que os recrutadores sejam transparentes e acolhedores durante essa etapa.

A seguir, foi perguntado ao estagiário sobre o *feedback* durante as etapas, ou seja, se entre um teste e uma entrevista havia um retorno sobre sua participação, obtendo-se resposta satisfatória, visto que 59,1% e 31,8% receberam o retorno esperado. Isso reflete diretamente na transparência do processo, ou seja, fazer com que o participante saiba em que ponto da seleção se encontra, quais os benefícios que a empresa oferece e tenham informações sobre a vaga para a qual estão concorrendo. Entre os participantes, 68,2% afirmaram que houve transparência, enquanto 9% discordaram.

Com a disputa por talentos no mercado, passou a ser importante que a empresa flexibilize as etapas de recrutamento e seleção, principalmente após a pandemia de Covid-19, por meio de entrevistas *online* ou pela extensão do tempo do procedimento. Entre os respondentes, 18 dos participantes apontam que houve flexibilidade durante o recrutamento e seleção.

O estágio, por ser a porta de entrada para o mercado de trabalho, permite que o estudante coloque em prática a teoria que aprende na universidade, com a possibilidade de erros e acertos, e compreenda com que área se identifica. A pesquisa revelou que 31,8% conseguem colocar em prática as teorias aprendidas e que 27,3% discordam dessa afirmação.

Perguntou-se aos estagiários sobre exercer atividades que ajudam seus gestores nas tomadas de decisões, no intuito de compreender como sua opinião e vivência na área são levadas em consideração, e os resultados apontam que 59,1% têm voz e ações ativas em sua rotina. Além disso, 63,6% afirmam ter autonomia e executar atividades sem precisar pedir autorização a todo momento, estimulando assim a confiança no aprendizado e o reconhecimento de suas habilidades (Gondim; Silva, 2004).

O estagiário também deve usar suas redes de contatos para ampliar seus conhecimentos, seja com sua equipe ou com outras áreas, favorecendo um aumento de possibilidades para si dentro da própria organização (Lèbre, 1999). Aos participantes foi questionado se eles realizavam *networking* com outros níveis hierárquicos da empresa, e a resposta foi satisfatória, com 54,5% de estagiários ampliando seus contatos e tornando visível seu trabalho.

É relevante apontar a importância da experiência do supervisor para o estagiário. Esse profissional é responsável por fornecer os *feedbacks* necessários, repassando quais serão suas metas e atualizando sobre planos de trabalho, satisfação com os resultados alcançados e reorientação de valores (Pérez-Ramos, 1990 *apud* Gondim; Silva, 2004). A pesquisa foi

positiva ao demonstrar que 63,6% contam com um supervisor que orienta e acompanha as atividades e 54,5% recebem *feedback* dos resultados apresentados.

Apesar dos vários aspectos positivos levantados, sobre a valorização do estagiário por parte da empresa, 45,5% concordam parcialmente e 27,3% discordam parcialmente. Dessa forma, percebe-se que a empresa não realiza ações efetivas que demonstrem a importância do estagiário. Mas ao realizar uma micro avaliação dentro da sua equipe, 50% sentem-se valorizados pelo seu grupo de trabalho.

Camilo e Dutra (2020) ressaltam que um Programa de Estágio é fundamental para o futuro profissional aprender e se desenvolver e uma grande oportunidade de ganhar experiência no mercado de trabalho. Os estagiários confirmam que as empresas atendem suas expectativas quanto a proporcionar experiência para o desenvolvimento profissional, conforme demonstrado na Figura 3.

Figura 3: Experiência para o desenvolvimento profissional.



Fonte: Dados da pesquisa.

Entretanto, apesar das experiências relevantes para seu desenvolvimento, nem todos os estagiários se sentem motivados seguir na área que em que atua no momento. Segundo Lodi (2011), algumas vezes a equipe de RH recruta pessoas com o perfil necessário para vaga, mas o trabalho não é compatível com a teoria estudada na faculdade, gerando uma dúvida sobre a capacidade do estagiário e desmotivação para este último.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa permitiu entender a percepção do estagiário sobre o Programa de Estágio da empresa localizada no Vale do Paraíba e, principalmente, compreender os aspectos positivos do Programa e os que podem ser melhorados.

É perceptível que o Programa de Estágio apresenta boa estrutura e comprometimento com os estagiários. Questões como autonomia, tomada de decisões, aplicação de conhecimento, *networking*, auxílio do supervisor e da equipe em geral são bem aprimorados da empresa e o estagiário percebe o resultado, assim como reconhece a importância da oportunidade para a sua formação.

Considerando que o estágio é uma etapa em que o estudante coloca em prática a teoria aprendida na faculdade, a empresa consegue proporcionar uma experiência satisfatória. Entretanto, alguns estagiários não concordam com isso, muitas vezes por não estarem inseridos em sua área de interesse.

No engajamento com o estágio, o *feedback* das atividades é importante para compreender seu desenvolvimento e identificar os aspectos que precisam ser melhorados. Para tanto, os supervisores incentivam reuniões de avaliação.

Muitos estagiários apontam que uma das melhorias necessárias seria a maior oferta de treinamentos. A falta de treinamentos gera desmotivação e o estagiário deixa de receber o conhecimento necessário para exercer suas atividades de rotina.

Sobre o recrutamento e seleção, ainda que seja satisfatório e exista a comunicação, levando em consideração o tempo e a devolutiva entre as etapas, é interessante pesquisar mais a fundo todas as etapas, para verificar se há clareza na aplicação dos testes e se as entrevistas pré-gravadas com RH e com a área são suficientes para responder aos questionamentos necessários para se conhecer os candidatos.

O objetivo do trabalho foi demonstrar a importância do estágio na vida do universitário, assim como mostrar que o estagiário faz diferença na empresa. O Programa de Estágio pode mudar a vida acadêmica e profissional do estudante, visto que é uma das primeiras oportunidades no mercado de trabalho e fonte de experiência profissional. Como lembram Dutra e Camelo (2020), o estágio é um forte influenciador no começo da jornada profissional de um indivíduo.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

ANEXO

Questionário *online* enviado aos estagiários:

Seção 1: Perfil sociodemográfico
1.1 Gênero: () Feminino () Masculino () Prefiro não dizer
1.2 Qual sua idade? () 18-20 anos () 21-23 anos () 24-25 anos () Outro
1.3 Quanto tempo está na empresa? () Até 3 meses () Entre 3 a 6 meses () Entre 6 meses a 1 ano () Entre 1 a 1,5 ano () Entre 1,5 a 2 anos
Seção 2: Durante o processo de seleção eu: Marque a opção que mais represente a sua opinião sobre as perguntas abaixo:
2.1 Tive <i>feedback</i> durante as etapas: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente
2.2 Tive transparência das etapas do processo: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente
2.3 Tive flexibilidade para entrevistas: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente
Seção 3: No meu estágio eu: Marque a opção que mais represente a sua opinião sobre as perguntas abaixo:
3.1 Aplico e desenvolvo os conhecimentos teóricos ensinados na faculdade: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente
3.2 Desenvolvo atividades que ajudam a liderança na tomada de decisões: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente
3.3 Tenho autonomia nas minhas atividades rotineiras: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente

<p>3.4 Tenho atividades que me permitem pensar de forma estratégica: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.5 Faço <i>networking</i> com diferentes níveis hierárquicos da empresa: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.6 Tenho experiências relevantes para o desenvolvimento profissional: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.7 Tenho um supervisor que me orienta e acompanha as minhas atividades: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.8 Alguém da equipe me apoia na organização e execução de tarefas: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.9 Meu supervisor me oferece <i>feedbacks</i> sobre os meus resultados: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.10 Me sinto motivado a querer seguir na minha atual área de atuação: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.11 Me sinto valorizado pela minha equipe () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.12 Me sinto valorizado pela empresa: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>
<p>3.13 Recebo treinamentos para aprimorar meus conhecimentos: () Concordo Totalmente () Concordo Parcialmente () Discordo Parcialmente () Discordo Totalmente</p>

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, W. R.; ALVES, J. B. da M. O *networking* como facilitador nos processos de agregar pessoas. **Revista e-TECH: Tecnologias para Competitividade Industrial**, v. 1, n. 2, p. 24–34, 2008. Disponível em: <https://etech.sc.senai.br/revista-cientifica/article/view/43>. Acesso em: 01. nov. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 11.788**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília: Diário Oficial da União, 2008.
- DUTRA, Carlos Antônio Furtado; CAMELO, Sâmmya Garcia. Programa de Estágio na empresa Alfa/SA: um estudo de caso sobre o Programa Transformar. **Administração de Empresa em Revistas**, Curitiba, v.2, p.284-311, 2020.
- ESTATÍSTICA. **ABRES**, 2022. Disponível em: <https://abres.org.br/estatisticas/> Acesso em: 01. nov. 2022.
- GONDIM, Sônia Maria Guedes; SILVA, Narbal. Motivação no trabalho. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: Artmed, p. 145-176, 2004.
- MEDEIROS, Nicolas Lima. **O papel do estágio curricular e a motivação para formação dos acadêmicos em ciências contábeis**: um estudo à luz da teoria da autodeterminação. 2019. Monografia. (Bacharelado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.
- MENDES, Eber da Cunha. **Métodos e Técnicas de Pesquisa**. Serra: Centro de Ensino Superior Fabra, 2016.
- MENTI, Laura de Moraes. **Estágio de nível superior na iniciativa privada**: proposta de implementação de um Programa de Estágio com foco em desenvolvimento. 2015. Monografia. (Bacharelado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- PEREIRA, Adriana Soares, *et al.* **Metodologia da Pesquisa Científica**. Santa Maria: Núcleo de Tecnologia Educacional, 2018.
- REINA, Adriana Miranda. **Programa de Estágio de uma indústria**: uma abordagem multicritério. 2020. Monografia. (Bacharelado em Administração) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RECRUTAMENTO E SELEÇÃO EM UMA EMPRESA DE CONSULTORIA DE RH: COMO IDENTIFICAR E CAPTAR TALENTOS

Thaís Tadaki

David Augusto Solano Mallorquin-Carlos

Andrey Augusto Rocha de Carvalho

Adriana Leonidas de Oliveira

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

INTRODUÇÃO

Neste estudo apresentamos o relato de uma experiência de estágio realizado em uma agência de consultoria de Recursos Humanos (RH), com vistas a estruturar e clarificar as etapas do processo de Recrutamento e Seleção, os métodos utilizados, a postura ética dos implicados na realização desse trabalho e a importância da participação de psicólogos no RH.

Uma agência de consultoria em RH realiza majoritariamente recrutamento externo para outras empresas, por meio de parcerias estabelecidas entre a empresa cliente (contratante) e a agência de RH funcional, havendo alguns casos em que o cliente solicita apenas parte do processo – aplicação de testes aos candidatos já selecionados pelo gestor.

Para o recrutamento, a agência busca profissionais em diferentes locais e por variados meios, desde o seu próprio banco de dados especializado até outros sites de divulgação de currículos e ou veiculando anúncios em redes sociais. O recrutamento externo é mais meticuloso e demorado que o recrutamento interno, mas beneficia o cliente ao trazer opções de colaboradores com novas perspectivas e proporcionar maior visibilidade de mercado para o contratante (Limongi-França; Arellano, 2002).

Como definido por Milkovich e Boudreau (2000) e Chiavenato (1991), o Recrutamento consiste na identificação e na atração, por meio de técnicas e procedimentos, de um grupo considerado como qualificado para ocupar determinados cargos em uma empresa – dos quais apenas alguns serão selecionados para contratação.

Para dar início ao recrutamento, é preciso que o recrutador se programe cuidadosamente, respondendo primeiramente aos seguintes questionamentos norteadores (Chiavenato, 1991): de que profissionais a empresa precisa? O que o mercado de RH pode oferecer? Que técnicas de recrutamento serão aplicadas? Dessa forma, é possível evoluir para

as 3 etapas do recrutamento: (1) pesquisa de necessidades internas; (2) pesquisa externa sobre o mercado; (3) estabelecimento das técnicas a serem utilizadas.

A seguir, tem início a Seleção, segunda fase da inserção de recursos humanos, na qual se verifica se os candidatos apresentam perfil adequado aos requisitos do cargo, levando a uma subsequente escolha. O selecionador pode ou não fazer uso de uma gama de técnicas: entrevistas de seleção (dirigidas ou não), provas de conhecimento ou de capacidade (gerais ou específicas), técnicas de simulação (dramatização ou psicodrama), testes de personalidade (expressivos, projetivos ou inventários) e testes psicométricos (de aptidões gerais ou específicas) (Neves, 2000).

Nas próximas seções, serão apresentados a revisão da literatura, os métodos da investigação, os resultados e as considerações finais.

REVISÃO DA LITERATURA

Tipos de Recrutamento

Comumente, empregam-se nas empresas dois tipos de recrutamento: o recrutamento interno e o recrutamento externo, que se diferenciam conforme explicado a seguir.

Segundo França (2006), no recrutamento interno a busca pelo candidato ocorre dentro do próprio contexto organizacional, na intenção de se preencher uma determinada vaga. O recrutamento interno é responsável por estimular e motivar os trabalhadores a se aperfeiçoarem para cumprir com os requisitos de uma determinada função, possibilitando uma mobilização entre os diferentes setores da empresa e gerando um sentimento de satisfação para os funcionários que já trabalham ali há algum tempo.

Ribeiro (2005) argumenta que o recrutamento interno, além de estimular uma melhora no desempenho profissional, possibilita a redução de custos normalmente associados ao recrutamento externo, que variam desde a contratação de agências de empregos até a divulgação das vagas. O autor comenta também que o recrutamento interno apresenta maior probabilidade de sucesso em encontrar um indivíduo adequado para a vaga anunciada, visto que a empresa já teria um conhecimento prévio de suas competências.

Entretanto, Chiavenato (2008) aponta algumas falhas na seleção interna, como estar limitado à cultura e às diretrizes da empresa e a possibilidade de fomentar conflitos entre funcionários, além de que esse tipo de seleção pode inviabilizar o contato com novas perspectivas, ideias e talentos, optando pelo que já estaria “dentro de casa”.

No que se refere à seleção externa, autores como Limongi-França e Arellano (2002) apontam que há diversas formas de se conduzir essa seleção, como buscar parcerias com outras empresas, buscar candidatos em centros universitários, veicular anúncios destinados a um público específico, contatar agências de recrutamento especializadas etc., sendo a escolha sempre determinada pelas necessidades da empresa contratante e pelos requisitos da vaga.

Entre as vantagens da seleção externa encontram-se a captação de novos colaboradores com diferentes perspectivas, a ocorrência de maior visibilidade da empresa no mercado, o enriquecimento da base de seus colaboradores e a contribuição do novo funcionário para o crescimento na empresa. Mas suas desvantagens também são bem claras, por ser mais demorada e meticulosa, provocar desmotivação nos funcionários mais antigos e pelo risco de incompatibilidade de culturas entre colaborador e empresa (Fernandes, 2017).

Técnicas de Seleção

Entrevista de Seleção

Na entrevista seletiva são verificadas as ideias, os atributos pessoais e o comportamento dos candidatos, formando-se a primeira impressão para o entrevistador (Passuello; Ostermann, 2007). O RH igualmente se serve desse tempo para informar os candidatos acerca do cargo (horário, salário, benefícios etc.) e da cultura da empresa (Fidelis; Banov, 2006)

A entrevista pode ser de natureza estruturada ou não estruturada. No primeiro caso, as questões são previamente estabelecidas de forma padronizada, favorecendo a comparação dos resultados dos candidatos. Já no segundo caso não há um planejamento prévio de estrutura; sua condução varia de acordo com a situação e o entrevistador compila as informações e os acontecimentos da entrevista. A liberdade dessa modalidade faz-se vantajosa para explorar a individualidade dos candidatos e permitir aflorar informações ou reações que não seriam abordadas na entrevista estruturada (Dalhke, 2010).

Há ainda outras modalidades de entrevista, classificadas segundo (Passos, 2005 *apud* Figueiras *et al.*, 2019):

- Entrevista de pontos fortes e pontos fracos: o candidato tem a oportunidade de construir seu perfil diante do entrevistador e de fazer notar suas competências.
- Entrevista tradicional: perguntas abertas para abordar questões técnicas e psicológicas, tais como razões por trás do desligamento do último emprego, habilidades consideradas essenciais para o exercício do cargo e vantagens de se trabalhar na empresa.

- Entrevista situacional: perguntas abertas sobre particularidades do trabalho e sobre situações hipotéticas específicas.
- Entrevista psicológica: analisa o perfil psicológico do candidato avaliando sua compatibilidade ao cargo, por meio de informações pessoais (familiares/particulares)
- Entrevista técnica: investiga as habilidades e a experiência profissional do candidato, fornecendo informações decisivas para sua escolha ou reprovação (Mendonça, 2002 *apud* Figueiras *et al.*, 2019).
- Entrevista comportamental: prevê o comportamento do candidato em situações concretas pela avaliação de suas experiências passadas. Para tanto, ele deve relatar ou descrever uma situação de trabalho já ocorrida, que exigia as competências a serem avaliadas (ex. planejamento, organização, administração de tempo, negociação) e sua reação à época (Reis, 2003 *apud* Figueiras *et al.*, 2019).

Provas de Conhecimento

Há dois modelos de provas de conhecimento. As provas específicas são validadas internamente na empresa e avaliam conhecimentos essenciais para o desempenho do cargo, como idiomas, matemática, mecânica etc. Já as provas de conhecimentos gerais objetivam avaliar a cultura geral do candidato, assim como seu comportamento pessoal/profissional e seu universo pessoal, tendo pouca relação com o desempenho profissional imediato (Limongi-França; Arellano, 2002).

Técnicas de Simulação / Técnicas Vivenciais

Limongi-França e Arellano (2002) ressaltam a necessidade de as técnicas vivenciais serem planejadas anteriormente à aplicação e conduzidas por profissionais qualificados, capazes de controlar o ambiente a fim de impedir descontroles emocionais e conflitos entre os participantes. Nessas atividades, os candidatos simulam estar em contextos profissionais e interagem atuando como responderiam a essas circunstâncias, garantindo a espontaneidade dos resultados nas diferentes categorias de simulação:

- Dinâmica de grupo: jogos com temáticas de situações pertinentes ou não ao cargo, que permitem analisar problemas de integração social, de relacionamento, de liderança etc.
- Provas situacionais: provas relativas às atividades exercidas pelo cargo, por exemplo, operar algum maquinário ou um teste de digitação.

- Psicodrama: vivência na qual é atribuído ao candidato um papel social para atuar, externalizando valores, emoções e sentimentos, expressando sua personalidade.

2.2.4 Testes de Personalidade

Scheffer (1968) pontua que testes expressivos investigam traços de personalidade pela análise do ritmo e de padrões de movimento corporais e ações. Pinto (2014) define o comportamento expressivo como o estilo pessoal de resposta de cada indivíduo frente às diferentes situações, ressaltando o caráter autoexpressivo e a não obrigatoriedade da linguagem falada na aplicação dessas técnicas. Como exemplos podem ser citados House-Tree-Person (HTP) e Teste Palográfico (Ely; Nunes; Carvalho, 2014):

Por sua vez, os testes projetivos investigam a estrutura global da personalidade a partir da projeção que o examinado faz do seu mundo psíquico na situação que lhe foi apresentada para reagir. O examinador apresenta ao indivíduo uma situação pouco estruturada, que despertará sua dinâmica psíquica, emoções, valores, motivações e mecanismos de ajustamento (Scheffer, 1968). São exemplos: Teste de Apercepção Temática (TAT) e Teste de Fotos de Profissões (BBT) (Sparta; Bardagi; Teixeira, 2006).

Finalmente, os inventários são provas de interesse e de personalidade, em que os examinandos se baseiam no autojulgamento para responder, não havendo respostas certas ou erradas (Scheffer, 1968). Exemplos: Inventário Ilustrado de Interesses (GEIST) e Inventário e Autoanálise dos Interesses Profissionais (IAIP) (Sparta; Bardagi; Teixeira, 2006)

Testes Psicométricos

Neves (2000) explica esses testes como provas com atividades padronizadas de escolha forçada (todos os resultados devem ser marcados), cujo resultado é embasado em estatísticas e se compõe de uma medida de comparação em relação à população geral. Questionário de Saúde Geral (QSG) e Inventário Fatorial da Personalidade (IFP) são exemplos dessa técnica.

Laudo Técnico

O laudo psicológico é um documento que sintetiza os resultados de uma avaliação e sistematiza como ela foi realizada, sendo uma forma de comunicação com o interlocutor e um indicador de qualidade do procedimento (Preto; Fajardo, 2015), além de indicar a competência privativa do profissional psicólogo, segundo a Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962 (Brasil, 1962).

Transposto para o contexto de recrutamento e seleção, o laudo psicológico também é referido como parecer técnico, o qual Neves (2000) caracteriza como um documento individual de cada candidato, redigido após a seleção, apresentando características pessoais que poderiam influenciar no trabalho – como motivação, liderança, capacidade de resolver problemas, relação interpessoal e trabalho em grupo - e informando se o candidato está apto ou não para sua execução. Dados pessoais que não influem na decisão de contratação são dispensáveis de serem adicionados ao laudo (Braga; Lima; Neves, 2011 *apud* Neves, 2000).

Questões Éticas

A palavra ética é muitas vezes usada para definir o conjunto de valores morais de uma pessoa ou de uma instituição, constituindo a base sobre a qual os indivíduos socializam e interagem de acordo com um conjunto de valores particulares (Barlett, 2003).

A seleção, muitas vezes conduzida pelo departamento de Recursos Humanos da empresa contratante, leva os recrutadores a se confrontarem com a questão da discriminação, que envolve desde a eliminação até o favoritismo, com base em raça, idade, sexo, deficiências, orientação sexual etc. em uma seleção que deveria estar embasada no mérito e não em nenhum outro fator (Aturu, 2005).

A discriminação pode ocorrer de forma direta e indireta, nos campos social, cultural e étnico, não se restringindo apenas ao gênero. A discriminação baseada na aparência física, em características como peso, altura etc. é recorrente e leva os indivíduos que não se encontram de acordo com esses parâmetros a focar a atenção em sua aparência durante a entrevista do processo seletivo, deixando em segundo plano seu comportamento (Coutinho, 2006).

A discriminação contra indivíduos que possuem modificações corporais, como tatuagens e piercings visíveis, também ocorre. Hanashiro e Teixeira (2020) apontam que entrevistadores e recrutadores podem rejeitar um indivíduo com essas modificações por temer que a empresa (e seus colaboradores) sejam associados ao estigma social que os envolve.

Entende-se que as empresas que realizam procedimentos de recrutamento e seleção devem se esforçar para garantir que não ocorra qualquer tipo de discriminação, mas é possível que esta ocorra de forma velada. Para isso, é necessário que os valores da empresa sejam promovidos com frequência e que treinamentos, dinâmicas, palestras e seminários dedicados à luta e prevenção da discriminação na esfera laboral sejam constantes no local de trabalho (Barzotto, 2021).

MÉTODO

O estágio realizado na agência de consultoria de Recursos Humanos (RH) incluiu observação, execução de atividades pertinentes à rotina e condução de entrevistas estruturadas para o levantamento de dados e detalhes do recrutamento e seleção.

A primeira etapa incluiu a escrita de dois diários de campo, um de cada estagiário autor deste trabalho, relatando suas experiências e percepções da vivência. Na segunda etapa, foram realizadas as entrevistas. As participantes das entrevistas foram quatro representantes do corpo de profissionais da empresa: (1) estagiária de recrutamento e seleção, (2) auxiliar de recrutamento e seleção, (3) psicóloga analista de Recrutamento e Seleção em trabalho presencial, (4) psicóloga analista de Recrutamento e Seleção em trabalho remoto.

A entrevista sobre Recrutamento e Seleção (RS) foi composta por 06 perguntas:

1. Quais são as etapas do processo de Recrutamento e Seleção realizados no RH funcional?
2. Descreva cada etapa.
3. Quem realiza cada etapa?
4. De 0 a 10, classifique: (1) a importância da etapa no processo; (2) a dificuldade de cada etapa em comparação com as outras; (3) sua percepção pessoal da dificuldade da etapa.
5. Há casos em que alguma das etapas não é realizada no RH funcional? Por quê?
6. Quais são as questões éticas envolvidas no RS e como o RH funcional lida com elas?

Posteriormente, os resultados obtidos foram analisados à luz do referencial teórico, a fim de se criar um recorte da realidade observada e compará-lo com a narrativa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Etapas do Recrutamento e Seleção

Os estagiários relataram as seis etapas do processo de Recrutamento e Seleção, conforme segue:

1. Alinhamento de perfil: após receber do contratante o perfil pré-determinado para a vaga, o analista responsável entra em contato para alinhar as necessidades técnicas e comportamentais e entender o que é esperado do candidato.
2. Divulgação da vaga: a vaga é divulgada no sistema do RH e em canais como LinkedIn, Recruiter, PAT, grupos de Facebook etc., de acordo com as exigências do cliente.

3. Triagem e convocação para entrevista: é realizada a triagem dos currículos segundo os requisitos exigidos e os candidatos com perfil mais próximo do procurado são convidados a participar da seleção.
4. Aplicação de testes e entrevista: aplicação dos testes de acordo com a avaliação solicitada pela empresa contratante (por exemplo, se serão avaliadas questões comportamentais, perfis específicos etc). Algumas empresas solicitam aplicação de prova técnica ou a elaboração de redação em conjunto com os testes psicológicos. A entrevista é realizada com vistas a verificar informações pessoais e o perfil comportamental do candidato.
5. Elaboração e encaminhamento de parecer: os dados obtidos na entrevista e nos testes são analisados quantitativa e qualitativamente e compilados juntamente com um resumo da vida pessoal do candidato no parecer que será enviado ao contratante para análise interna.
6. Entrevista: após o *feedback* da empresa contratante para a agência de RH acerca dos currículos enviados, os candidatos aprovados pela contratante são chamados pela agência para uma entrevista interna, em que será decidida ou não sua contratação. Simultaneamente, os candidatos reprovados são informados e solicitados a manter seu currículo *online* atualizado.

É elaborado o parecer para cada candidato que atendeu os requisitos da vaga, que será enviado ao gestor de RH para análise interna e possível aprovação após entrevista com o gestor da empresa contratante.

Na seleção do candidato para trabalho *home-office* todas as etapas são realizadas, com exceção da aplicação de testes. Para vagas temporárias, a contratação é realizada na agência de consultoria em RH.

Todas as etapas podem ser realizadas por analistas e auxiliares. Já os estagiários podem dar suporte na etapa de alinhamento de perfil, realizar divulgação da vaga, triagem e convocação, aplicar testes e elaborar pareceres sob supervisão.

O levantamento mostrou que o trabalho de recrutamento e seleção contempla poucas etapas, mas detalhadas e de grande peso, que em sua totalidade podem ser realizadas por analistas, auxiliares ou por estagiários supervisionados, no caso específico do contato com a empresa contratante para o alinhamento do perfil da vaga.

Como parte de um procedimento coeso e integrado, todas as etapas são importantes para a boa consecução do todo e, portanto, nenhuma pode receber menor atenção. Algumas

apresentam dificuldade média e outras dificuldade alta de execução, por envolverem questões de criteriosidade, atenção e meticulosidade, além de eventualidades como impossibilidade de comunicação com o candidato.

Quanto à seleção, a agência de consultoria utiliza um conjunto de técnicas, sendo o primeiro instrumento a entrevista estruturada, em que o entrevistador informa o candidato sobre os detalhes da vaga e da empresa contratante, faz um levantamento dos dados pessoais do candidato e analisa seu perfil comportamental, reunindo informações para a confecção do parecer padronizado.

Essa entrevista, realizada na agência, compila questões de pontos fortes e pontos fracos do candidato e questões que investigam dados da vida pessoal e familiar para a identificação do perfil psicológico. Questões da entrevista tradicional (razões do desligamento do último emprego) são confirmadas verificando-se o currículo preenchido pré-entrevista. Todos os tipos de entrevista são conduzidos em concordância com as definições de Passos (2005 *apud* Figueiras *et al.*, 2019) sobre seus escopos de investigação.

As provas de conhecimento, mencionadas por Limongi-França e Arellano (2002) como instrumentos avaliativos, são aplicadas na seleção quando solicitadas pela empresa contratante. Consistem em fichas recebidas e preenchidas pelo candidato, com os gabaritos para posterior correção. Técnicas vivenciais, como a dinâmica de grupo, provas situacionais e psicodrama não se aplicam à seleção de vagas na agência onde foi realizado o estágio. Já inventários de personalidade (Questionário de Avaliação Tipológica (QUATI) e Bateria Fatorial de Personalidade (BFP), testes psicométricos (Atenção Concentrada – AC, R1, G35 e BFM 1), testes projetivos e expressivos (Palográfico) e instrumentos avaliativos não psicológicos (Motivograma e Teste de Perfil Comportamental) são aplicados a depender da necessidade específica de cada cargo.

Importância e dificuldade de cada etapa de Recrutamento e Seleção

Quando solicitadas a classificar de 0 a 10 a importância de cada etapa do recrutamento e seleção, as profissionais entrevistadas forneceram respostas que foram condensadas em médias de pontuações. As etapas de alinhamento de perfil, divulgação da vaga e contratação receberam média de importância de 10; a triagem e convocação para a entrevista receberam 9.6; a elaboração e encaminhamento de parecer recebeu importância de 9.3 e a aplicação de testes e entrevista recebeu média 9.

Entre as justificativas para as notas, encontra-se que a divulgação precisa ser o mais assertiva possível para captar candidatos, e que o parecer é o primeiro contato da empresa com

o candidato, precisando ser claro e preciso. É necessária a análise para se identificar traços comportamentais e pessoais que poderiam ser prejudiciais no trabalho, por exemplo.

Em relação à classificação de 0 a 10 do grau de dificuldade de cada etapa em comparação com as demais, a etapa triagem e convocação para entrevista foi classificada com dificuldade média de 7.3; o alinhamento de perfil e a divulgação da vaga foram classificados com 6; aplicação de testes e entrevista e elaboração e encaminhamento de parecer foram classificados com 5.6 e, por fim, a contratação, com dificuldade média de 5.5.

No que se refere ao alinhamento de perfil, foi apontada a dificuldade de contato entre a empresa solicitante e a agência de consultoria de RH. Quando não é o gestor da empresa que entra contato com a agência, há o risco de o perfil não ser entendido corretamente. Na triagem e recrutamento, muitas vezes o cargo procurado está descrito em outros termos no currículo, fazendo-se necessária a busca por termos sinônimos. Há ainda os casos em que a vaga é muito criteriosa e apresentam dificuldade para se encontrar candidatos que preencham todos os requisitos.

As dificuldades referentes à aplicação de testes e entrevista giram em torno de garantir que todos os candidatos compreendam as orientações e realizar a reaplicação quando necessário, além da necessidade do olhar crítico para verificar e analisar o perfil comportamental. Da mesma forma, a dificuldade da elaboração do parecer se deve a ser uma atividade que demanda tempo, devido ao cuidado necessário para a organização dos dados. Por fim, a dificuldade na contratação se dá devido a necessidade de contactar todos os candidatos para se realizar o *feedback*, na demora do recebimento dos documentos solicitados e do retorno de candidatos que declinam da vaga.

Já em face da classificação de 0 a 10 da dificuldade pessoal de cada profissional na execução das etapas, divulgação da vaga pontuou média 6; elaboração e encaminhamento de parecer pontuaram 5.5; triagem e convocação para entrevista, média 5; alinhamento de perfil pontuou média 4; aplicação de testes pontuou média 3.5 e contratação pontuou média de 3 de dificuldade.

Todas as etapas de recrutamento e seleção são realizadas de forma interna e via Internet. Em alguns casos o contratante solicita apenas a triagem de currículos e a realização das entrevistas, muitas vezes realizadas na própria empresa.

Ética no Recrutamento e Seleção

Em relação às questões éticas do trabalho, que envolvem psicólogos atuando em recrutamento e seleção, as analistas de RH têm o compromisso de prezar pela imparcialidade no trato tanto com o contratante como com os candidatos, identificando e impedindo a continuidade de requisições discriminatórias ou preconceituosas e não permitindo que a seleção se torne mecânica.

Conclui-se, portanto, que a condução de recrutamento e seleção pela agência se encontra de acordo com os achados da literatura em todos os seus aspectos técnicos e práticos, como também ocorre no campo da ética na prestação dos serviços, que se encontra em sintonia com o compromisso ético de garantir que práticas discriminatórias por parte dos contratantes e dos selecionados não tenham continuidade. De acordo com Barzotto (2021), treinamentos e práticas antidiscriminatórias constantes são chaves para o cessar desse comportamento e relevantes no trabalho de recrutamento e seleção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho é o relato de uma intervenção realizada em uma agência de consultoria em RH a partir da observação do ambiente de trabalho, da execução de atividades pertinentes à rotina da empresa e da condução de entrevistas estruturadas para o levantamento de dados acerca dos detalhes do processo de recrutamento e seleção. O objetivo de mapear o trabalho realizado no dia a dia da agência foi satisfatoriamente atingido com os resultados das entrevistas com representantes de cada posição profissional na empresa.

O panorama geral das atividades de recrutamento e seleção está em conformidade com as questões técnicas, práticas e éticas defendidas na literatura pertinente, demonstrando conduta profissional adequada e ressaltando a importância do cuidado ético em todas as práticas psicológicas dentro do âmbito da gestão de pessoas.

REFERÊNCIAS

ATURU, B. **Nigerian Labour Laws: Principles, Cases, Commentaries and Materials**. Lagos: Friedrich Ebert Stiftung, 2005.

BARLETT, D. Management and Business Ethics: A Critique and Integration of Ethical Decision-making Models. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 223–235, 2003. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/1467-8551.00376> Acesso em: 8 nov. 2022.

BARZOTTO, Luciane Cardoso. **Trabalho e Igualdade:** tipos de discriminação no ambiente de trabalho. Belo Horizonte: Livraria do Advogado, 2021.

BRASIL. **Lei nº 4.119, de 27 de agosto de 1962.** Dispõe sobre os cursos de formação em Psicologia e regulamenta a profissão de Psicólogo. Brasília: Diário Oficial da União, 1962.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas:** o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos na Empresa:** Planejamento, Recrutamento, Seleção de Pessoal. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

COUTINHO, M. L. P. **Discriminação no trabalho:** Mecanismos de combate à Discriminação e Promoção de Igualdade de oportunidades. Brasília: OIT-Secretaria Internacional do Trabalho, 2006. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/oit/oit_igualdade_racial_05.pdf. Acesso em: 08 nov. 2022.

DALHKE, Alexandra Martins. **Recrutamento e Seleção.** 2010. 41f. Monografia (Pós-graduação em Gestão de Recursos Humanos) – Instituto A Vez do Mestre – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/b001716.pdf Acesso em: 04 out. 2022.

ELY, Paula; NUNES, Maiana Farias Oliveira; CARVALHO, Lucas de Francisco. Avaliação psicológica da depressão: levantamento de testes expressivos e autorrelato no Brasil. **Avaliação Psicológica**, v. 13, n. 3, p. 419-426, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3350/335037824014.pdf> Acesso em: 08 out. 2022.

FERNANDES, V. H. M. **Recrutamento e Seleção:** as práticas de recrutamento e seleção nas startups. 2017. 84 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos) - Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Porto, 2017. Disponível em: http://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/11283/1/Vitor_Fernandes_MGDRH_2017.pdf Acesso em: 04 out. 2022.

FIDELIS, G. J.; BANOV, M. R. **Gestão de Recursos Humanos:** tradicional e estratégica. São Paulo: Érica, 2006.

FIGUEIRAS, Bruna S. et al. A importância do recrutamento e seleção na organização: tipos de entrevista. **Revista Científica**, v. 1, n. 1, 2019.

FRANÇA, Antonio. **Gestão de pessoas:** uma abordagem aplicada às estratégias de negócios. São Paulo: Editora FGV, 2006.

HANASHIRO, Darcy M.; TEIXEIRA, Maria L. **Gestão do fator humano: uma visão baseada na era digital.** São Paulo: Saraiva, 2020.

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; ARELLANO, Eliete Bernal. Os processos de recrutamento e seleção. *In*: LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina; ARELLANO, Eliete Bernal (org.). **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.

MILKOVICH, G.T; BOUDREAU, J.W. **Administração de Recursos Humanos**. 8. ed. São Paulo: Atla., 2000.

NEVES, Ana Vanessa. **Recrutamento e Seleção**. Concursos PSI, 2000.

PASSUELLO, Caroline Benevenuti; OSTERMANN, Ana Cristina. Aplicação da análise da conversa etnometodológica em entrevista de seleção: considerações sobre o gerenciamento de impressões. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 12, p. 243-251, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/cX8b9JMTYvCdHpzf5vyTRkt/?lang=pt> Acesso em: 09 nov. 2022.

PINTO, Elza Rocha. Conceitos fundamentais dos métodos projetivos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 17, p. 135-153, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/agora/a/FfrxThdCyQ5hSN6Qq46gsCK/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 08 out. 2022.

PRETO, C.; FAJARDO, R. S. Laudo psicológico no Brasil: revisão da literatura com foco em estruturação e conteúdo. **Archives of Health Investigation**, v. 4, n. 2, 2015. Disponível em: <https://www.archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/888> Acesso em: 7 nov. 2022.

RIBEIRO, A. de L. **Gestão de pessoas**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

SCHEEFFER, Ruth. **Introdução aos testes psicológicos**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1968. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/12003/48-2ed_000040714.pdf Acesso em: 04 out. 2022.

SPARTA, Mônica; BARDAGI, Marúcia Patta; TEIXEIRA, Marco Antônio P. Modelos e instrumentos de avaliação em orientação profissional: perspectiva histórica e situação no Brasil. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 7, n. 2, p. 19-32, 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203016895004.pdf> Acesso em: 04 out. 2022.

USO DA ENTREVISTA DE DESLIGAMENTO COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO: UM REFLEXO SOBRE O *TURNOVER* DE ESTAGIÁRIOS

Mariana Monteiro Mamede Antunes
Andreza Cristina Both Casagrande Koga
Maria do Carmo Fernandes

INTRODUÇÃO

O presente estudo é resultado de uma experiência do Estágio Supervisionado Específico: Ênfase em Psicologia e Processos de Gestão II, e teve por objetivo compreender os motivos da rotatividade de estagiários durante seu período de contrato. Para tanto foi utilizada, como instrumento de investigação, a entrevista de desligamento. Para maior aprofundamento do tema, foi realizada uma revisão de literatura e a simulação de um roteiro de entrevista. Com este estudo, objetiva-se contribuir para a identificação das causas do *turnover*, visando a redução de custos e o aumento da vantagem competitiva da empresa no mercado.

O *turnover*, traduzido para o português como “rotatividade”, segundo Robbins (2009) é a constante entrada e saída de pessoas de uma organização, seja de forma voluntária ou não, e é esperado que toda empresa tenha a rotatividade. Embora seja um tema tratado frequentemente entre funcionários, gestores e estudantes, é notável a carência de estudos aprofundados, análise de dados e sugestões de melhorias na gestão quanto à utilização de entrevistas de desligamento.

Para Paschoal (2009), desprezar o *turnover* como um indicador na análise organizacional gera um déficit na gestão administrativa e de pessoas da empresa, visto que a perda de um funcionário com grande talento representa um cenário negativo para qualquer empresário, seja por um pedido de demissão devido à falta de reconhecimento de seu trabalho ou para ir trabalhar com um concorrente de mercado.

Alvarães (2012) destaca a importância da entrevista de desligamento como ferramenta utilizada por empresas com a finalidade de coletar informações relevantes e diversificadas sobre os motivos que envolvem a saída voluntária ou involuntária de um funcionário. Caso o instrumento não esteja elaborado de forma clara e cônica, pode dificultar ou omitir determinada informação decisiva para a compreensão da perda.

Chiavenato (2009) acrescenta que o instrumento tem uma finalidade investigativa, sendo que a aplicação do questionário pode contribuir para a avaliação e a identificação e causas

que influenciam a rotatividade, expressa por índices percentuais entre admissões e demissões de um determinado período.

Nas próximas seções será apresentada uma breve contextualização teórica sobre os principais conceitos de *turnover*, compreensão de expectativas de um estagiário e exposição da importância da entrevista de desligamento como ferramenta de gestão, para posteriormente ser explicada a metodologia utilizada e realizada a análise dos dados. Por fim, serão apresentadas as considerações finais, sob uma perspectiva organizacional.

REVISÃO DA LITERATURA

Lacombe (2005) afirma que as pessoas são os reais atores dentro das organizações, pois são as responsáveis por conduzir atividades e tomar decisões em nome da empresa. Dutra (2009) acrescenta que uma gestão estratégica de pessoas está relacionada a estratégias empresariais, uma vez que o maior patrimônio da empresa é seu funcionário, que desenvolve sua capacidade e a devolve para empresa em aprendizado.

O mesmo autor afirma que a nova preocupação do setor de Recursos Humanos diz respeito à retenção de talentos na empresa, diante de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e tecnológico. Dessa forma, a busca por profissionais não se limita àqueles com maior experiência e vasto conhecimento, mas se estende aos jovens estudantes e aos recém-formados que buscam uma oportunidade no mercado de trabalho, o que é benéfico para a empresa, devido ao baixo custo de contratação (em comparação ao CLT) e à voracidade do jovem em querer mostrar seu trabalho, por meio de inovação e de mudanças tecnológicas. Nesse contexto, surgem as oportunidades em Programas de Estágio.

O estágio caracteriza-se por ser uma prática profissional realizada por um estudante, com a finalidade de colocar em prática seus conhecimentos acadêmicos e permanência de até 2 anos em uma organização. O programa é benéfico não apenas para o estudante, mas também para empresa, que pode moldar um novo funcionário (Hirahata, 2019).

Chiavenato (2009) diferencia a rotatividade em dois tipos: a rotatividade provocada por pessoas, quando o próprio colaborador faz a opção de se desligar da empresa, por insatisfação salarial, falta de plano de carreira, problemas com colegas, desavenças com liderança, entre outros motivos. O segundo tipo é a rotatividade provocada pela organização, que pode ser ocasionada por fatores como substituição ou dispensa de funcionários para controle de custos ou por falta de adequação à sua função. Nesse último caso, a empresa terá maior controle das

causas e consequências da rotatividade. Entretanto, independentemente do caso, faz-se necessária uma entrevista de desligamento, para entender as adversidades e indicar a aplicação de ações estratégicas, pois todo tipo de rotatividade deve ser levado em consideração.

A saída de um funcionário pode gerar curiosidade na equipe, principalmente se ele for considerado “padrão” ou “insubstituível”. Dessa forma, é necessário entender tanto as causas como as consequências do desligamento, porque:

a rotatividade não é uma causa, mas um efeito de fatores internos e externos, tais como a situação de oferta e procura do mercado de recursos humanos, conjuntura econômica, política salarial, condições físicas e psíquicas de trabalho, estilo gerencial, oportunidade de crescimento na empresa e relacionamento humano (Vilas Boas; Andrade, 2009, p.16).

Portanto, espera-se um levantamento das causas das demissões e de seus respectivos efeitos para que medidas sejam tomadas, cabendo a realização deste estudo, que busca investigar a entrevista de desligamento como instrumento de gestão.

Vilas Boas e Andrade (2009) destacam que o planejamento da equipe de recrutamento e seleção, treinamento e desenvolvimento são fundamentais para equilibrar o índice de rotatividade de pessoas. No contexto atual, apesar de as demissões serem um grande problema, os novos profissionais estão adentrando no mercado mais preparados e mais competitivos, por meio de estudos ou de cursos profissionalizantes, e buscam ocupar as vagas ociosas para suas primeiras oportunidades de trabalho ou realocação. Paschoal (2006) entende que, por mais que o mercado de trabalho seja generoso com a mão de obra qualificada, existe um custo empresarial para a contratação de novos talentos, visto que a troca gera traumas, prejuízos e diversos transtornos.

Chiavenato (2009) descreve três tipos de custo na seleção e contratação de novos profissionais:

- a) Primário: diretamente relacionado com o desligamento de cada funcionário e sua substituição;
- b) Secundário: mais difícil de ser mensurado ou avaliado de forma numérica, de característica predominantemente qualitativa, relacionado ao desligamento e substituição do funcionário, gerando a rotatividade;
- c) Terciário: mensurado a médio e longo prazo baseado na rotatividade de um funcionário.

Uma pesquisa realizada pela *Harvard Business School* (2007) mostra que o conhecimento de um funcionário também é uma vantagem competitiva, sendo que, ao manter os melhores colaboradores, a empresa pode alcançar o retorno financeiro desejado. A retenção de

funcionários também envolve a oferta de bônus e incentivos. Por outro lado, ao perder esses talentos, a empresa disponibilizará para a concorrência.

A entrevista de desligamento é um instrumento investigativo usado para identificar, investigar e comprovar as razões da rotatividade empresarial. Pinheiro (1979) a define como uma fonte capaz de revelar para empresa as causas que levaram ao rompimento empregatício, somado ao fator de ser uma etapa mandatória no processo de desligamento. Alvarães e Silva (2012) contribuem ao mencionar que é a entrevista que torna possível compreender o diagnóstico das causas da rotatividade de pessoal.

A partir de uma entrevista, muitas informações podem ser coletadas. Segundo Dessler (2014), a pesquisa da *Tower Watson* em 2006 apontou 5 principais razões para o desligamento de um funcionário, entre elas oportunidade de promoção, equilíbrio entre vida pessoal e trabalho, desenvolvimento da carreira, benefícios relacionados à saúde e remuneração e falta de reconhecimento e espaço para se desenvolver.

O ato da demissão pode ser influenciado por diversos motivos. Segundo o mesmo autor, os motivos pessoais fogem ao controle da empresa, como por exemplo as responsabilidades familiares ou a atração por outra empresa. Já entre os motivos relacionados à empresa encontram-se estrutura da função, criação de falsas expectativas, falta de oportunidade de carreira, baixos salários e sensação de injustiça. Milkovich e Boudreau (2000) complementam que trabalhadores mais jovens tendem a pedir demissão com mais frequência, e pesquisas realizadas por esses autores apontam que as características biográficas e demográficas podem ajudar a prever essa tendência.

É importante ressaltar que a rotatividade, apesar das particularidades de cada indivíduo, varia também conforme a geração, devido à criação diferente. Kulloock (2010) conceitua uma geração como vários indivíduos que nasceram na mesma época e estão influenciados por um contexto histórico-cultural que determina as atitudes e comportamentos da sociedade. Khoury (2009) classifica as gerações conforme o ano de nascimento, sendo os *baby boomers* nascidos entre 1946 e 1964, a geração X os nascidos entre 1965 e 1977, a geração Y os nascidos entre 1978 e 1989. Para Lauer (2011) e Shinyashiki (2009), a geração Z são os nascidos entre 1990 e 2010, e a última atualização é a geração Alfa, os nascidos a partir de 2010.

Souza (2010) caracteriza que a partir da Geração Z os indivíduos são mais tecnológicos e bem familiarizados com os meios de comunicação. Como as empresas também passaram por evoluções, essa combinação foi muito importante para a movimentação do mercado de trabalho.

Boldrini e Lucena (2014) afirmam que, apesar da relação benéfica, as organizações tiveram que se adaptar às novas exigências dos jovens.

No escopo da administração, entende-se que uma pessoa motivada é aquela que apresenta alto grau de satisfação e disposição para realizar uma tarefa de qualquer natureza. É assim que os jovens esperam que a organização os mantenha (Maximiano, 2002). São apresentados três fatores desejados no trabalho: equidade, realização e companheirismo, muitas vezes cabendo ao gestor o papel de assegurar um bom desenvolvimento dos trabalhadores em seus postos.

A seguir, apresenta-se o método utilizado, assim como a consolidação e a comparação dos dados levantados, para a seguir ser apresentada a conclusão da pesquisa.

MÉTODO

Segundo Tartuce (2006), a metodologia científica tem por objetivo considerar os temas abordados e procura conhecer, interpretar e intervir em uma determinada realidade. Por sua natureza, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois pretende uma aplicação prática que resulte no levantamento de dados acerca do tema estudado, a rotatividade de estagiários na organização. Triviños (1987) define a pesquisa descritiva como aquela que descreve os fenômenos, conforme determinada realidade.

Para alcançar os objetivos, foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa, que segundo Gerhard e Silveira (2009), tem como característica aprofundar uma compreensão de um determinado grupo social de um ambiente, com foco central na compreensão e explicação das dinâmicas de relações sociais.

Para a coleta de dados, a técnica utilizada foi a entrevista semiestruturada, que, segundo Tartuce (2006), é uma forma de interação social, com diálogo assimétrico, em que uma das partes tem a finalidade de obter informações e a outra é responsável por fornecer os dados. Além disso, a entrevista semiestruturada não implica uma obrigatoriedade de sequência de perguntas, pois o entrevistador orienta o entrevistado a falar livremente sobre o assunto sugerido.

O roteiro de entrevista proposto encontra-se no Anexo A, em que se buscou compreender as experiências, entender as percepções e as causas do desligamento do estagiário da empresa. O questionário foi aplicado com quatro estagiários que deixaram a empresa no ano de 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do referencial teórico e das entrevistas realizadas, foi possível fazer um comparativo das percepções e afirmar a real necessidade e a importância da entrevista de desligamento com estagiários.

Para a exposição dos resultados, será preservado o nome dos entrevistados. Os participantes têm idade entre 22 e 27 anos, portanto fazem parte da Geração Z, caracterizados como de fácil aprendizado, principalmente em quesitos digitais, que procuram rápido crescimento e boa remuneração, mesmo que para isso sejam necessárias mudanças imediatas de trabalho. Também são proativos, flexíveis, versáteis e exigentes (Maurer, 2013).

Os estagiários aceitaram participar da pesquisa por entenderem que a entrevista de desligamento é um momento em que podem fornecer um *feedback* do período em que estiveram na empresa, corroborando que a entrevista de desligamento é uma fonte de informações que permite coletar as principais causas e consequências do desligamento e propor um diagnóstico para os dados colocados em pauta (Pinheiro, 1979).

A partir dos dados referentes aos desligamentos, coletados pelo setor de Recursos Humanos, é possível iniciar as ações preventivas para reduzir o índice de rotatividade de estagiários e tentar um melhor aproveitamento daqueles que apresentam interesse e potencial de permanecer na empresa e ali crescer, pois segundo Hirahata (2019), a sua permanência é benéfica para ambos os lados, para o estudante que quer ter lugar no mercado de trabalho e para empresa que deseja evitar a rotatividade de funcionários, valorizando aquele que já conhece seu sistema.

A amostra foi composta por 2 participantes do sexo feminino e 2 do masculino, estudantes de Engenharia em universidades públicas do Vale do Paraíba e com formação entre 2022 e 2024. Todos relatam que a escolha do curso foi devido à familiaridade e ao prazer em estudar algo relacionado à área, além de possibilitar um leque de oportunidades de emprego no futuro.

A partir do momento em que os conteúdos do curso universitário se aprofundam, surgem as facilidades e dificuldades, e os estudantes podem definir melhor sua área de interesse. Uma das entrevistadas comentou que, apesar de ter ingressado no curso de Engenharia, tem preferência para prosseguir na área de Gestão e Negócios. Já os demais afirmaram que têm interesse em dar continuidade ao legado aprendido na faculdade.

Na empresa, as áreas de estágio eram duas industriais e duas administrativas. As respostas dos entrevistados foram divergentes, sendo que dois deles conseguiram aplicar seus conhecimentos no estágio, um optou por uma área diferente por espontânea vontade para conhecer algo novo e outro foi para uma área diferente porque a equipe de recrutamento o contratou para essa área. Dessa forma, conclui-se que o desvio de função das atividades inicialmente propostas é um fator de desmotivação, pois não permite a vivência do que está sendo aprendido na faculdade, fazendo com que o estagiário não tenha interesse em permanecer na área em que está atuando (Franques, 2019).

Considerando a área de formação e o desvio de função, o conceito de realização pessoal vem à tona, pois os entrevistados mencionam sentir facilidade, mas não ter interesse em prosseguir na função fora de sua área, o que pode gerar uma diminuição do ritmo de suas atividades e interrupção do estágio por desligamento.

Chiavenato (2009) define que um dos motivos que incrementam a rotatividade precoce é a questão salarial e os benefícios. Os entrevistados apontam que estavam satisfeitos com seu salário, visto que se encontrava acima da média paga no mercado de trabalho; além disso, tinham bônus de convênio médico, odontológico, refeição e transporte – este último foi alvo de críticas, por não se adaptar aos horários dos estagiários. Uma pesquisa feita pela ABRH Estágios em 2018 aponta que o curso de Engenharia é um dos que oferece melhor remuneração aos estagiários, entre R\$1.200,00 e R\$2.000,00. Verificou-se que o estágio em Engenharia oferecia uma bolsa-auxílio maior que o valor da pesquisa. Outro benefício oferecido no mercado é o trabalho híbrido. Para uma das estagiárias, essa modalidade foi fundamental quando optou por deixar seu estágio após um mês para migrar para outra empresa que, além de oferecer *home office*, prometeu a efetivação.

Outro fator destacado diz respeito à equipe. Lacombe (2005) afirma que as pessoas são reais dentro da organização, portanto é importante que a boa convivência e o trabalho em equipe sejam valorizados. Segundo Mobley (1992), uma boa liderança estabelece uma relação positiva entre os funcionários, demonstra consideração mútua e favorece um ambiente de apoio e menos propenso a desligamentos. Os participantes relatam uma boa experiência com a equipe em geral. Dois deles apresentaram dificuldades com o supervisor direto no que diz respeito a tentar implementar novos processos ágeis não utilizados na empresa.

De acordo com a legislação, um estagiário pode ficar até dois anos em uma organização. Na empresa em questão, o contrato de estágio é realizado pelo período de um ano, podendo ser renovado para dois. Em três dos casos, a finalização do estágio ocorreu no vencimento do

primeiro contato, pois os estudantes estavam se formando, havendo a necessidade de substituição do profissional, determinando uma rotatividade secundária, que ocorre por uma condição imposta pela empresa; já a saída de uma das estagiárias foi caracterizada como uma rotação primária, pois ela fez a opção de se desligar da empresa antes do previsto, pois segundo seus critérios a outra organização oferecia melhores benefícios.

Portanto, a análise dos resultados permitiu perceber que muitas informações, tanto positivas quanto negativas podem ser apresentadas pela entrevista de desligamento e, dependendo do interesse da empresa, algumas ações de melhoria podem ser implantadas e efetivadas para uma melhor gestão empresarial nas organizações que pretendem reter seus talentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou a identificação dos principais fatores que influenciam a rotatividade no Programa de Estágio na organização analisada, permitindo analisar e compreender as motivações do estagiário desde o início do estágio até o momento de sua saída.

A partir da análise dos dados coletados nas entrevistas, foi possível descrever as expectativas e motivações dos estudantes, validando o referencial teórico e acrescentando fatores esporádicos que influenciam na rotatividade, como desejo de conhecimento, desafios, novas oportunidades, liberdade e independência.

Os estagiários relataram experiências envolvendo gestões que apresentavam desafios que vão além da função desempenhada, o que possibilitou um alto grau de aprendizado, desafios reais, mas também estresse pelo grande volume de atividades em curto espaço de tempo. Ressaltam também que as experiências foram significativas e contribuíram como um diferencial para o mercado de trabalho.

O estudo teve como base um pequeno grupo de estagiários que deixaram a empresa no ano de 2023. Para uma constatação mais fidedigna, sugere-se que o tema seja explorado com a aplicação da entrevista de desligamento para todo estagiário que deixar a organização. Além disso, as contribuições do material coletado e as percepções dos entrevistados ajudaram a compreender os reais motivos de rotatividade do estagiário, apontando para a possibilidade de a organização tomar medidas para se tornar mais atrativa para esse público.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

REFERÊNCIAS

ABRH Estágios. **Pesquisa sobre remuneração de estágio.** Disponível em: https://www.abrhestagios.com.br/comunica/pesquisa_bolsa/Pesquisa%20Bolsa%20Aux%C3%ADlio%202018_MKT.pdf Acesso em: 20 jun. 2023

BOLDRINI, Bruna Cristina; LUCENA, Wellington Machado. os desafios enfrentados pelas organizações atuais pela inserção da “geração z” no mercado de trabalho. **Destarte**, v. 4, n. 2, p. 45-63, 2020.

FRANQUES, Leticia Oliveira. **Impacto do processo seletivo na rotatividade de estagiários de uma cooperativa médica de Porto Alegre.** 2019. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HIRAHATA, K.F. **Rotatividade de estagiários:** A influência de fatores pessoais e organizacionais na rotatividade em uma instituição financeira multinacional. 2019. Monografia - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

HOLZTRATTNER, Gabriela Strube *et al.* Rotatividade de estagiários: Estudo de caso em um agente integrador de estágios. **Espacios**, v. 37, n. 14, 2016.

SILVA, R. M.; ALVARÃES, A. O uso da entrevista de desligamento como instrumento de gestão: Uma análise em empresas do segmento contábil. *In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO DA TECNOLOGIA*, 9., 2012. AEDB/ UniDomBosco, Resende, Rio de Janeiro, 2012.

ANEXO A – Roteiro de Entrevista

Identificação pessoal:

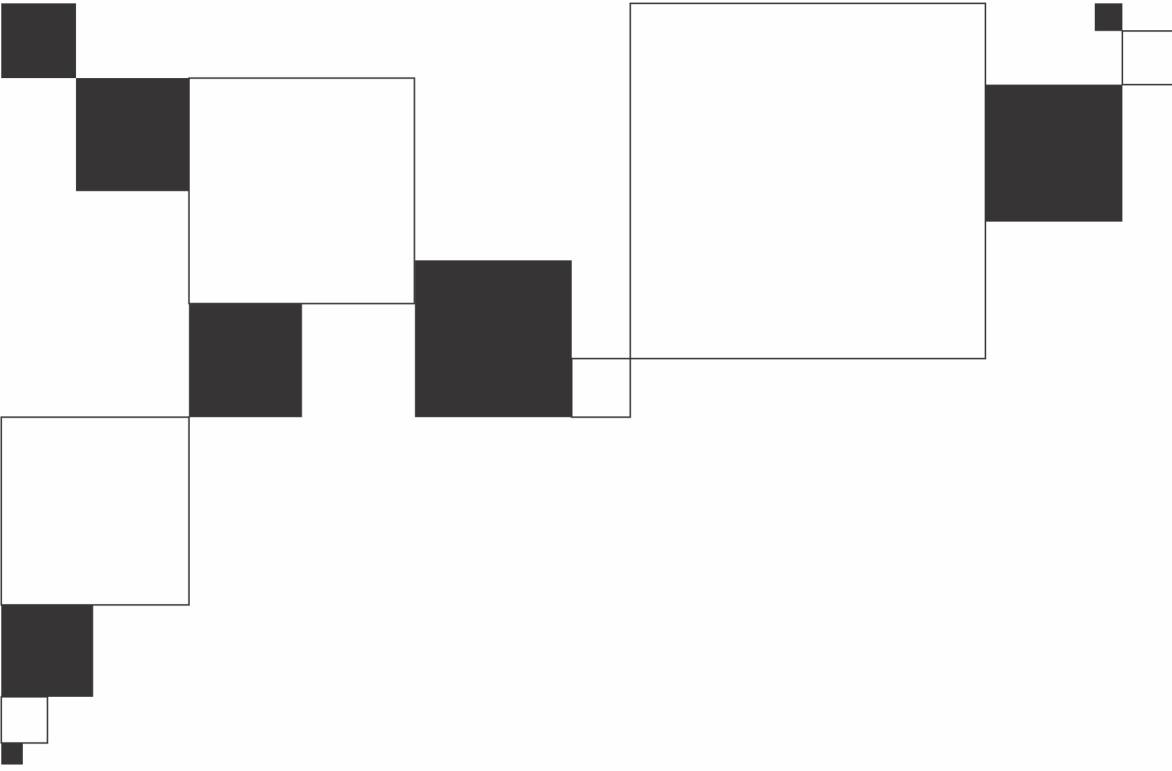
1. Nome:
2. Idade:
3. Nascimento:
4. Universidade:
5. Com quem mora:
6. Curso atual:
7. Semestre atual:

Interesses pessoais:

8. Como foi a escolha do curso:
9. Qual seu interesse profissional:
10. Qual era sua área de atuação?
11. Você pretende seguir carreira na área que estava? Por quê?
12. Você tem planos para o futuro? Quais são eles?

Satisfação com a empresa:

13. Quais eram suas principais atividades?
14. Você gostava do que fazia? Por quê?
15. Você era reconhecido pelo que fazia?
16. Como era seu relacionamento com colegas e gestores?
17. Você via alguma oportunidade profissional na empresa?
18. Comente sobre seu ambiente de trabalho.
19. Quanto aos benefícios, você estava satisfeito com o que era oferecido?



PARTE III

psicologia social e comunitária

ASPECTOS PSICOSSOCIAIS DA CRIMINALIDADE FEMININA

Karina Gomes dos Santos

Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues

INTRODUÇÃO

A criminalidade feminina tem ganhado notoriedade pelo seu aparente rápido crescimento. Foi observado um aumento significativo da população carcerária feminina em comparação à masculina, no período de 2000 a 2012: a masculina aumentou 130%, enquanto a feminina aumentou em 256% (Brasil, 2014).

Este capítulo procura investigar, por meio de revisão bibliográfica, os fatores referentes ao ambiente, à sociedade e à psique de mulheres criminosas, a fim de explorar e discutir os aspectos psicossociais que motivam a criminalidade feminina, averiguando os pontos mais recorrentes que aparecem nas pesquisas revisadas e avaliando-os pela ótica da Psicologia.

As mulheres são retratadas socialmente como frágeis e dóceis, além de se atribuir a elas menor capacidade intelectual e física (Paixão *et al.*, 2014). Logo, os casos de criminalidade feminina são mais impactantes em sua repercussão.

Os processos psicossociais – construção da subjetividade individual, com o agravante das questões de gênero, culturais e econômicas e da desigualdade social provocada pelo capitalismo, entre outros fatores – são relevantes quando tentamos entender a motivação da criminalidade feminina, além de explicarem seu aumento nos últimos anos (Ridão *et al.*, 2010).

Assim, nas próximas seções será apresentada uma revisão bibliográfica abordando questões intrínsecas e extrínsecas às mulheres, a fim de compreender os aspectos psicossociais que atuam como motivadores da criminalidade feminina e analisá-los posteriormente de forma crítica, baseando-se na teoria.

REVISÃO DA LITERATURA

Aspectos psicossociais

A criminalidade no contexto de estudos psicológicos está associada ao conceito de identidade e de papéis sociais (Paiva, 2007). Segundo Paiva (2007), o indivíduo tem sua identidade psicossocial determinada pelos papéis que desempenha em um grupo, com o

objetivo de ser aceito e de construir uma relação de pertencimento. Para Ridão *et al.* (2010), os papéis sociais são padrões arbitrários que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seu comportamento, seu modo de se relacionar e até mesmo suas roupas.

Já o aspecto psicossocial concerne tanto à psicologia individual quanto à vida social. Sentimentos, emoções, atitudes, práticas, discursos, dinâmicas relacionais, resistência e resiliência, cenas e contextos são fenômenos considerados de ordem psicossocial. Os aspectos psicossociais são abordados em diversos estudos sobre desigualdade, que quando “tratam do mundo do trabalho e das organizações costumam qualificar de psicossocial a relação indivíduo-grupo/instituições, ou indivíduo-sociedade” (Paiva, 2013, p. 536). A autora aponta que dificilmente se encontra uma definição para o psicossocial; porém, geralmente esse termo é usado para definir uma área que não depende apenas do indivíduo, ou um conjunto de fenômenos compreendidos como "sociais" e "psicológicos" simultaneamente.

Motivação e vulnerabilidade social

A Hierarquia de Necessidades de Maslow é uma teoria proposta pelo psicólogo em seu artigo “Uma teoria da motivação humana” (1943), em que estabelece cinco categorias de necessidades, sendo elas: fisiológicas, segurança, afeto, estima e autorrealização, nessa ordem. Segundo o autor, para que as necessidades de ordem mais alta se manifestem, é preciso que as de nível básico já estejam sanadas parcial ou totalmente, ou seja, as necessidades primárias têm preponderância sobre as outras. Maslow (1943) define as necessidades fisiológicas e de segurança como primárias por serem mais recorrentes e envolverem questões biológicas e de sobrevivência. Já as necessidades secundárias são extrínsecas ao ser humano e não dependem apenas de sua vontade. A motivação humana, apesar de intrínseca, vem da interação do organismo com o ambiente e sempre será influenciada pelo contexto em que o indivíduo se encontra. Em outras palavras, os aspectos psicossociais podem ser os principais motivadores do ser humano quando nos referimos às necessidades secundárias.

Assim, a situação em que o indivíduo se encontra na sociedade pode fazer com que as necessidades básicas não sejam atendidas. Um sujeito que está à margem da sociedade e não é assistido pelo Estado pode estar em situação de insegurança alimentar, moradia irregular ou não-existente, o que o leva à vulnerabilidade social.

Conforme a Política Nacional de Assistência Social (Brasil, 2004), o conceito de vulnerabilidade social vai além da pobreza e de questões econômicas em geral; as desigualdades em uma estrutura social interferem no grau de vulnerabilidade dos grupos a ela pertencentes.

Dessa forma, o termo “vulnerabilidade social” passa a ser usado principalmente para se referir a qualquer grupo que sofre com a desigualdade, o que pode envolver questões de gênero, raça e sexualidade, por exemplo.

No estudo feito por Damião (2020), foi possível constatar que os aspectos psicossociais que influenciam a prática de crimes são resultado da junção de impulsos naturais do ser humano com as resistências que surgem a partir da socialização, isso é, são decorrentes da convivência em uma sociedade com valores punitivos e repressivos. O sujeito que transgride a lei deve ser entendido em sua complexidade, desde suas variáveis individuais (biológicas, comportamentais e cognitivas) até suas variáveis sociais ou contextuais (família, experiências de vida e instituições de que faz parte).

Para Sá (2011 *apud* Paixão *et al.*, 2014), a análise dos acontecimentos que antecedem o ato permite verificar alguma vulnerabilidade que ajuda a entender de forma ampla que o crime foi uma alternativa encontrada pelo sujeito para satisfazer suas necessidades.

Papel social da mulher

Os papéis sociais condicionam o comportamento humano dos sujeitos inseridos em um grupo ou organização a partir de um conjunto de normas, direitos, deveres e expectativas (Martins, 2010). Segundo o autor, o papel social resulta da socialização e deve ser observado e analisado, uma vez que é uma realidade determinante da sociedade e dos sujeitos, constituindo uma identidade ao mesmo tempo coletiva e individual do ser humano.

Para abordar o papel social da mulher, precisamos fazer uma análise histórica de como ele foi constituído. No decurso da história, as mulheres foram vistas como seres inferiores, frágeis e dóceis. A opressão da mulher se justifica pelo patriarcado, sistema social em que homens predominam e têm privilégios. O patriarcado se instituiu há milênios como um sistema de dominação, de exploração e de opressão, em que o homem vê seus filhos e sua esposa como propriedades. Porém esse sistema não se limita à família, atinge toda a sociedade e o homem controla áreas econômicas, sociais, políticas e culturais (Saffioti, 1987). Segundo o autor, o patriarcado é reforçado principalmente pela religião, uma vez que a Bíblia pende sempre para o homem em detrimento da mulher, naturalizando essa situação (Saffioti, 1987). Como o cristianismo é predominante no Brasil, esse pensamento é disseminado principalmente por meio das instituições religiosas.

As mulheres, a partir do século XX, começam a redirecionar seu papel social juntamente as revoluções industriais, tecnológicas e científicas, garantindo seus direitos políticos e seu

acesso à educação e ao trabalho, ampliando seu campo de atuação e modificando o que se espera socialmente dela (Biasoli-Alves, 2000).

Costa (2010) aponta que, apesar de algumas evoluções, a desigualdade de gênero ainda é uma realidade, porém vem sendo repensada. Freitas (2000) compreende que a mulher passa a ser vista como uma “lutadora”, uma mãe forte, naturalizando essa identidade. A mulher começa a ocupar lugar de destaque da família, adquirindo poder e acumulando obrigações externas com as do lar.

Apesar de o papel social da mulher ter sido redefinido devido aos direitos conquistados no século XX, a visão da mulher submissa baseada na ideologia patriarcal ainda prevalece na sociedade brasileira. Porém, a mulher vem conquistando espaço no âmbito socioeconômico, com novas oportunidades, inclusive em atividades criminosas. Acredita-se que as mulheres em situação de vulnerabilidade social estão mais propensas a cometer crimes.

Nesse contexto, um fenômeno notável é a “feminização da pobreza”, termo utilizado para definir o aumento diferencial dos níveis de pobreza na comparação entre homens e mulheres (Silva, 2017). As mulheres lideram no índice de desemprego e têm menores rendimentos. A taxa de desemprego feminino ao final de 2021 foi 54,4% maior que a dos homens (G1, 2022). A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018), em seu Relatório Global de 2018 sobre salários estima que, no Brasil, os homens recebem em média salário até 25% maior do que as mulheres. Além disso, aquelas que estão empregadas muitas vezes enfrentam dupla jornada, realizando tarefas domésticas sem divisão ou chefiando a família (Silva, 2017). Essas condições de trabalho ou a ausência dele podem levar a mulher a buscar outras formas de prover e suprir suas necessidades básicas.

Fatores sociais facilitadores da criminalidade

Entre os principais fatores sociais facilitadores da criminalidade, podemos citar situação econômica, fome, educação precária, desemprego e subemprego, migração e imigração, política e o próprio sistema prisional que não cumpre seu papel de reeducação e reinserção na sociedade (Fernandes; Fernandes, 2010).

A abordagem da prática criminal na psicologia

A revisão de Silva e Rossetti-Ferreira (2002) busca identificar os diversos fatores envolvidos na manifestação da delinquência no decorrer do desenvolvimento humano. Em

relação aos fatores causais, as autoras os dividem em três categorias: individuais, familiares e ambientais.

Os fatores individuais podem estar associados a manifestação de agressividade desde a infância, problemas de temperamento, transtornos neuropsicológicos, como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e repertórios comportamentais restritos desde a infância (Silva; Rossetti-Ferreira, 2002).

Quando a causalidade é atribuída a fatores familiares, o engajamento em atividades criminais pode estar relacionado a disciplina familiar violenta, severa e inconsistente, pouco monitoramento e supervisão das atividades dos filhos, relações familiares conflituosas e com pouco envolvimento parental positivo, além de fatores sociais, históricos e culturais, como baixa renda familiar, família numerosa, conflito conjugal ou divórcio e histórico de comportamentos antissociais na família (Silva; Rossetti-Ferreira, 2002).

Para Moffitt (1993), o que restringe as oportunidades de mudança é a interação indivíduo-meio, ou seja, o fator ambiental; encarceramento, uso de drogas, educação interrompida ou gravidez na adolescência são exemplos de limitações que demandariam maior esforço por parte das pessoas que não desejam permanecer na criminalidade.

Segundo Silva e Rossetti-Ferreira (2002), o suporte social na família e na comunidade, as experiências posteriores à infância e adolescência, as oportunidades para desenvolvimento de habilidades pró-sociais e os recursos pessoais e ambientais são fatores protetores, que podem resultar no não envolvimento ou na desistência da prática criminal. Para que esses fatores protetores sejam fortalecidos, é necessário o engajamento do Estado em projetos nas áreas prejudicadas pelo crime, a fim de oferecer assistência psicossocial e atividades pedagógicas, com o objetivo de criar oportunidades para crianças e adolescentes e projetos de reeducação social para adultos que já estiveram envolvidos em atividades criminosas, além de repensar o modelo atual de encarceramento.

Quem são as mulheres encarceradas no Brasil atualmente?

O Brasil é o quarto país atualmente com maior total de mulheres encarceradas, segundo a quarta edição do *World Female Imprisonment List* (2017), atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia. Segundo o INFOPEN⁷ Mulheres (Brasil, 2018), no período observado havia

⁷ O Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN) é um relatório com os dados relativos à população penitenciária, disponibilizado pelo Departamento Penitenciário Nacional, que constrói um perfil das

37.828 mulheres encarceradas, distribuídas em 1.507 unidades prisionais, o que equivale a 118,8% da taxa de ocupação dessas unidades, ou a uma população maior do que as vagas disponibilizadas para encarceramento feminino. O mesmo relatório (BRASIL, 2018) demonstra que a faixa etária dessas mulheres é variada, porém a maior parte é jovem: 47,33% têm de 18 a 29 anos.

Mulheres pretas e pardas representam 63,55% da população carcerária feminina enquanto mulheres brancas representam 35,59% (Brasil, 2018). Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) mostram que 56,2% da população brasileira se declara negra – isso é, preta ou parda –, 42,7% se declara branca e 1,1% como amarela ou indígena (IBGE, 2019), deixando evidente a desigualdade proporcional de cor e raça dentro dos presídios, resultado de outras desigualdades e do racismo estrutural.

Em relação ao grau de escolaridade dessa população, 44,42% das mulheres encarceradas cursaram o Ensino Fundamental incompleto, 15,27% Ensino Médio incompleto, 14,48% Ensino Médio completo e apenas 1,46% têm Ensino Superior completo (Brasil, 2018).

Segundo a PNAD Educação, mais da metade das pessoas com 25 anos ou mais não completaram o Ensino Médio (IBGE, 2019). Esse dado comprova o alto grau de evasão escolar, motivada pela necessidade de trabalhar para ajudar em casa, a desmotivação da família em relação à escola, a falta de incentivo da própria instituição e do Estado e o fracasso escolar, entre outros fatores (Porfírio; Reis, 2020).

Ao analisar o estado civil das custodiadas, o INFOPEN Mulheres (Brasil, 2018) destaca o percentual de mulheres solteiras, que representa 58,4%. As mulheres em união estável ou casadas representam 32,6% da população prisional feminina. Além disso, 74% das presas são mães, e, entre essas, 71,09% têm dois ou mais filhos (Brasil, 2018).

Nos últimos anos, houve uma redução de mulheres gestantes privadas de liberdade, passando de 2% em 2009 para 0,5% em 2020; ainda assim, 3 em cada 10 mulheres grávidas condenadas por crimes ainda são presas no Brasil, contrariando uma decisão do Supremo Tribunal Federal que em 2020 reconheceu a necessidade da aplicação de prisão domiciliar às gestantes e mães de crianças menores de 12 anos presas preventivamente (ONU, 2022).

No que se refere à frequência dos crimes tentados ou consumados por mulheres no Brasil, observa-se que o tráfico de drogas lidera a lista, representando 59,9% dos casos, seguido

mulheres privadas de liberdade no Brasil. O último relatório foi publicado em 2018, com informações coletadas em junho de 2018, pelo consultor Marcos Moura.

por roubo com 12,90%, furto com 7,80% e homicídio com 6,96% (Brasil, 2018). As mulheres presas por tráfico, em sua maior parte, atuavam como transportadoras, pequenas traficantes ou usuárias (Valle, 2022).

Podemos observar a assimetria de poder nas relações de gênero na maneira como as mulheres são recrutadas para colaborar no tráfico de drogas, uma vez que é comum que os homens desempenhem o papel central e muitas vezes manterem uma relação prévia de confiança e amor com essas mulheres, como irmãos, filhos, pais, maridos ou namorados. Para manter essa relação, elas devem provar sua lealdade transportando e distribuindo drogas (Lima, 2015).

MÉTODO

Esse trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório, com levantamento de dados qualitativos de artigos, livros e documentários sobre o assunto, e quantitativo, tomando como base o INFOPEN Mulheres, sistema de informações estatísticas das penitenciárias brasileiras (Brasil, 2018).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Submissão feminina em contexto criminal

Ao ser revisada a construção histórica do papel social da mulher e suas transformações, observa-se a evidente inferiorização da mulher em relação ao homem, reforçada em diversas áreas da sociedade, principalmente pelas instituições religiosas. Como herança da colonização portuguesa e posteriores influências advindas dos EUA, a população brasileira é majoritariamente cristã, chegando a 81% na soma entre autodeclarados católicos e protestantes (G1, 2020). Assim, o patriarcado é naturalizado no Brasil e as mulheres continuam sendo consideradas submissas aos homens.

A submissão pode ser identificada até mesmo no contexto da criminalidade, visto que a maior parte das mulheres encarceradas atualmente estão presas por associação ao tráfico atuando como transportadoras, pequenas traficantes ou usuárias. Histórias reais, como a de Iya Batia, estão frequentemente associadas a homens, como pais, irmãos, maridos ou namorados. Varella (2017), em seu livro “Prisioneiras”, recolhe algumas histórias que descrevem as razões pelas quais algumas mulheres foram detidas:

“[...] um rapaz de vinte anos, usuário e traficante de cocaína desde a adolescência, era o fiel depositário da droga que a polícia encontrou atrás do guarda-roupa do quarto da irmã, funcionária de uma confecção no Brás. De nada adiantou o irmão assumir a culpa, explicar que escondera o pacote naquele local para burlar a vigilância rigorosa da irmã, nem a mãe insistir na inocência da filha, de comportamento exemplar, arrimo da família.” (p. 29)

“Ao acordar na manhã do dia em que a filhinha fazia dois anos, ela se deu conta de que o marido não voltara para casa. Depois de dois dias de angústia, em que parentes e amigos vasculharam hospitais públicos, prontos-socorros e até o Instituto Médico Legal, receberam a notícia de que ele tinha sido preso em flagrante por tráfico e encaminhado ao Centro de Detenção Provisória (CDP) do Belém. [...] Duas ou três visitas depois, ela o encontrou preocupado. Insistiu para que revelasse o motivo. Depois de relutar, ele contou que a cocaína apreendida no momento do flagrante estava sob sua inteira responsabilidade; se não saldasse a dívida com o traficante, seria condenado à morte na prisão. Devia 2 mil reais. [...] No domingo seguinte, ela envolveu com fita adesiva os cem gramas de cocaína e os dois chips de celular que um rapaz com boné do Corinthians e blusão de couro lhe entregara na estação Jabaquara do metrô, colocou dentro de um preservativo, vedou com fita adesiva e introduziu o pacote na vagina, envergonhada de si mesma, segundo confessou com olhos baixos. O nervosismo a denunciou no boxe de revista. A funcionária pediu que tirasse a calcinha e ficasse de cócoras, como de rotina, mas dessa vez insistiu que tossisse com força.” (p. 30/31)

Para Bourdieu (1999 *apud* Araújo, 2008), a dominação masculina é exercida em todos os âmbitos da sociedade, sobre corpos, mentes, discursos e práticas sociais e institucionais, naturalizando as desigualdades entre os gêneros e estruturando a percepção e a organização social concreta e simbólica. Ainda segundo a autora, a dominação masculina não é universal, ou seja, o patriarcado é capaz de se instituir e se legitimar de diferentes maneiras, e por esse motivo é preciso analisar como as identidades generificadas são construídas, relacionando-as com atividades, organizações e representações sociais historicamente específicas.

Com uma população de maioria cristã no Brasil, a dominação masculina é naturalizada, o que resulta em gerações de mulheres submissas. É considerado dever da mulher ajudar e proteger os homens com os quais mantém relações próximas.

Assis (1999 *apud* Paixão, 2014) e Guimarães (1999 *apud* Paixão, 2014) apontam que o envolvimento de mulheres com homens traficantes de drogas é um dos principais fatores para a criminalidade feminina, pois na maioria dos casos as mulheres estão fragilizadas devido à má experiência em relacionamentos afetivos tanto românticos como familiares, ou são vítimas de violência física, psicológica ou sexual, o que gera baixa autoestima, e procuram essa relação porque, nas áreas afetadas pelo tráfico, as pessoas envolvidas com o crime são consideradas

poderosas e respeitadas, além de prover conforto financeiro por conta do lucro obtido em atividades criminosas.

Os impactos psicológicos em mulheres encarceradas

O ambiente é um determinante social importante para o estado de saúde mental do indivíduo. A realidade precária do sistema prisional brasileiro afeta negativamente a saúde mental da população ali abrigada, posto que contribui para o desequilíbrio mental, desestruturando o estado emocional (Santos; Rodrigues, 2010). As mudanças entre a não-privação e a privação de liberdade catalisam fatores estressantes, causando ansiedade, medo, desamparo, isolamento, rejeição, impotência e baixa autoestima (Tavares; Almeida, 2010). As mulheres privadas de liberdade têm cinco vezes mais probabilidades de apresentar problemas psicológicos do que as mulheres em liberdade (Cloud *et al.*, 2010).

Estudo realizado por Santos *et al.* (2017) em um presídio feminino no Rio de Janeiro sobre a saúde mental das presidiárias constatou

“[...] ansiedade, estresse, depressão, alteração do padrão de sono, uso indevido de medicação psicotrópica, uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, abstinência sexual, precárias condições de confinamento e interrupção das relações familiares. A maioria já sofreu algum tipo de violência” (p. 6).

Ambientes institucionalizados tendem a amedrontar, tumultuar relações e provocar o isolamento do indivíduo. Mulheres encarceradas convivem diariamente com conflitos e tensões que surgem provavelmente pelas condições precárias da instituição, o que desencadeia uma série de elementos que afetam a saúde mental, e essas alterações podem resultar em psicopatologias (Santos *et al.*, 2017).

A privação de liberdade acompanhada da ruptura dos laços afetivos ocasiona forte impacto na saúde mental das encarceradas. A interrupção de laços familiares e o afrouxamento de relações pregressas evidencia a desigualdade entre gêneros, visto que não ocorrem com homens encarcerados (França, 2014). Por conta do abandono, as mulheres apresentam sentimentos de tristeza, dor, desesperança e solidão (Lima, 2013 *apud* Santos *et al.*, 2017). É preciso preservar o vínculo entre mãe, filho, companheiro(a) e família para apaziguar esses sentimentos durante o período de encarceramento, estimulando a visitação na instituição.

O ambiente institucionalizado do encarceramento e suas características interferem até mesmo na percepção cronológica do tempo cotidiano, principalmente devido à falta de ocupação, uma vez que dentro da prisão o tempo ocioso é maior que o tempo ocupado. Algumas mulheres relatam o uso de medicamentos para dormir e outras relatam hipersonia, caracterizada

por sonolência excessiva, ambos como uma maneira de fuga da realidade cotidiana da prisão (Santos *et al.*, 2017).

A saúde da mulher encarcerada é negligenciada pelo Estado, que restringe os cuidados à maternidade e seus desdobramentos, de forma que a assistência à saúde não aparece como um direito, mas como uma forma de controlar a sexualidade (França, 2014). Não eram permitidas visitas íntimas às encarceradas até 1999, quando esse direito foi instituído pela Resolução nº 01/99 do Conselho Nacional de Política Criminal Penitenciária (CNPCCP). É importante ressaltar que a visita íntima é fundamental para a reintegração da mulher no contexto familiar e para o fortalecimento da autoestima no período de encarceramento (Borges, 2011 *apud* Santos *et al.*, 2017). Ainda assim, são poucas as instituições prisionais femininas com espaço físico apropriado para visitas íntimas. Segundo o INFOPEN Mulheres, apenas 41% das unidades femininas no Brasil têm local específico para visita íntima (Brasil, 2018).

De acordo com a teoria de motivação de Maslow, as necessidades humanas básicas, como as fisiológicas e de segurança, precisam ser supridas para que se possa estar voltado para um nível superior de necessidade, como as afetivas, de estima e autorrealização (Maslow, 1943). No contexto do encarceramento, as necessidades básicas são pouco ou mal sanadas, gerando falta de motivação e insegurança, o que impede a idealização de um futuro após o cumprimento da pena. Faz-se imprescindível uma equipe multidisciplinar para reencaminhar os serviços de saúde mental nas penitenciárias, a fim de assegurar a atenção à saúde e diminuir o sofrimento causado pela condenação e suas complexidades cotidianas no sistema prisional.

Chaves (2018) ressalta a importância da escuta psicológica para mulheres encarceradas, que proporciona a elas um espaço para rever sua história e expor sentimentos e sonhos para o futuro. A autora descreve o espaço disponível para esse atendimento, destacando que o *setting* terapêutico não é o idealizado e que muitas vezes a escuta é comprometida por isso, mas que é possível escutá-las e auxiliá-las a refletir sobre sua história e sobre si (Chaves, 2018).

O Conselho Federal de Psicologia – CFP, publicou o documento “Referências Técnicas para atuação de psicólogas(os) no Sistema Prisional” (2021), em que discute a situação econômica da sociedade brasileira, o racismo estrutural e o encarceramento em massa da juventude negra, traçando uma crítica ao sistema carcerário e apresentando possibilidades de intervenção, com algumas estratégias consideradas inovadoras para a atuação no sistema prisional, como o serviço de triagem, um sistema de acolhimento às pessoas recém-chegadas, entrevistas de devolução e a organização de atividades em registros em forma de prontuário (CFP, 2021).

Outras estratégias, como a desinstitucionalização de pessoas com transtorno mental, intervenções em saúde coletiva direcionadas ao uso abusivo de drogas, grupos de discussão sobre sexualidade e gênero para evitar reincidências de violência doméstica e familiar, grupos de ações afirmativas para diversidade sexual com a população LGBTQ+, também vêm sendo implantadas nesse contexto (CFP, 2021). Essas atividades não são vistas como novas em outros contextos, porém devido à precariedade do sistema prisional, somente agora estão sendo implantadas.

Para Paixão *et al.* (2014), o psicólogo em presídios deve atuar para que as experiências subjetivas do indivíduo sejam valorizadas e lhe permitam reconhecer sua identidade com vista ao fortalecimento pessoal, para que o reeducando seja melhor inserido socialmente e melhore sua qualidade de vida.

O CPF declara que a atuação do psicólogo no contexto prisional deve visar a vida em liberdade das pessoas atualmente encarceradas, estimulando a descontinuidade do círculo vicioso da criminalidade que favorece a exclusão social (CFP/DEPEN, 2007). Portanto, é preciso que essa atuação vá além dos presídios, colaborando com a assistência social e de saúde.

Caberá, portanto, à (ao) psicóloga(o), no contexto prisional, direcionar seu fazer e sua escuta aos conflitos subjacentes aos discursos produzidos, tanto pela pessoa que se encontra privada de liberdade, quanto pelas instituições prisionais e os agentes jurídicos e sociais em ação, fazendo com que as suas intervenções possam constituir-se como possibilidades que viariam a produzir um outro discurso mais criativo e libertador. Ou seja, um fazer que se abra para uma possibilidade de elaboração e de estabelecimento de um novo laço social de um modo geral, fazendo com que se repense até mesmo a continuidade deste Sistema Penitenciário (CPF, 2021, p. 180/181).

O movimento antiprisional e alternativas ao encarceramento

Ao concluir que o psicólogo no contexto prisional deve atuar dentro e fora dos presídios para impedir o ciclo vicioso criminal, é importante reconhecer seu papel na luta antiprisional. O movimento antiprisional é a luta pela redução da população carcerária, buscando reverter o encarceramento massivo e enfrentar as condições degradantes do aprisionamento. O sistema carcerário brasileiro é produtor de massacres, torturas e mortes, tendo como principal exemplo o Massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, em que foram contabilizadas 111 mortes de detentos após uma desastrosa e injusta intervenção da Polícia Militar na tentativa de conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, sendo que até hoje nenhum dos agentes de segurança envolvidos no massacre foi responsabilizado (Brasil de Fato, 2021).

A política de encarceramento em massa é a maior responsável pela violência e massacres ocorridos nas penitenciárias brasileiras, além da degradação do sistema prisional,

que violam condições básicas de vida das pessoas encarceradas e os direitos humanos, conforme a Agenda Nacional pelo Desencarceramento (2017). A Agenda se define como uma articulação nacional de mais de 47 organizações, sendo essas entidades coletivos, associações, movimentos sociais e indivíduos que apoiam a luta antiprisional pelo desencarceramento e desmilitarização (2017).

Há centenas de crimes expostos no código penal; porém o sistema penal tem um caráter seletivo, uma vez que quase 80% das pessoas encarceradas estão presas por crimes contra o patrimônio ou por pequeno tráfico de drogas (Brasil, 2018), e a grande maioria tem a mesma cor, pertence à mesma classe social e cresceu em periferias. Sobre o caráter seletivo do sistema penal, a Agenda (2017) afirma:

[...] o sistema penal desvela-se não como remédio à “criminalidade”, como oficialmente se declara, mas sim como perseguidor de corpos negros de mulheres e homens, revelando o racismo estrutural que o perpassa e o determina (p. 7).

Inserido na mesma lógica da seletividade penal, a Agenda (2017) expõe o genocídio da juventude negra e pobre que historicamente vem sendo marginalizada, o que motiva a luta pela desmilitarização das polícias. Essa prática racista da polícia vem desde sua criação, quando ainda era chamada de Guarda Real, em 1809, tendo a função de conter as rebeliões dos escravos, capturar aqueles que conseguiam fugir e proteger o patrimônio dos senhores brancos. Dessa forma, a violência policial é uma herança da escravidão (França, 2021).

O mesmo documento expõe o caráter patriarcal do sistema penal, revelado pela criminalização de mulheres, evidenciada no crescimento exacerbado da população carcerária feminina, que aumentou em 256% de 2000 a 2012 (Brasil, 2014). Além do machismo exacerbado a que essas mulheres são expostas desde o momento em que se envolvem em atividades criminosas, várias delas enfrentam a separação ilegal e violenta de seus filhos, expondo o que a Agenda chama de “processo de criminalização patriarcal da maternidade e da ocupação do espaço público por mulheres” (2017, p. 8).

A presunção de inocência é um direito fundamental e um princípio constitucional no Brasil, estando disposta no Artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, que define que “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (Brasil, 1988). Esse direito é constantemente violado pelo sistema penal, que pune antecipadamente por meio de prisões cautelares ou preventivas. Os dados mostram que 41,5% das pessoas privadas de liberdade ainda não passaram por julgamento, ou seja, não têm condenação definida (G1, 2019).

Apoiando-se nesses pontos, a Agenda Nacional pelo Desencarceramento (2017) propõe dez diretrizes para o fim do cárcere privado e a melhoria das condições de vida dos que se encontram nessa situação:

É necessário, urgentemente, fechar as comportas do sistema penal e estancar as “veias abertas” do sistema prisional brasileiro com a adoção de medidas efetivas de desencarceramento, de abertura do cárcere para a sociedade e de enfrentamento concreto às violências estruturais enquanto houver prisões (p. 9).

As alternativas ao encarceramento ou alternativas penais buscam atribuir ao infrator penas proporcionais ao delito cometido em casos em que o delito é de menor potencial ofensivo. Atualmente, essas penas são aplicadas somente em casos em que a condenação é superior a seis meses de privação de liberdade (Paula, 2007).

Existem algumas modalidades alternativas à prisão previstas por lei. A primeira delas é a Prestação Pecuniária, em que o réu faz um pagamento em dinheiro à vítima, a seus dependentes ou a alguma entidade, pública ou privada, de cunho social. A segunda é a Prestação de Serviços à Comunidade ou a Entidades Públicas, em que o condenado exerce atividades de acordo com suas capacidades junto a algum serviço público, como assistências, hospitais, escolas, entre outros. A terceira alternativa é a Interdição Temporária de Direitos, como por exemplo a suspensão de exercer um cargo público, frequentar determinados lugares, suspensão do direito de dirigir. Por fim, há a Limitação de Fim de Semana que determina que o réu deve frequentar cursos e palestras de cunho educativo em Casas de Albergado aos fins de semana (Paula, 2007).

A Limitação de Fim de Semana pode ser uma boa alternativa para a grande maioria dos condenados por crimes motivados socioeconomicamente, como o pequeno tráfico de drogas, crime atribuído à maior parte das mulheres que foram privadas de liberdade. As Casas de Albergado são estabelecimentos prisionais para aqueles que cumprem regime aberto com espaços para aulas e palestras. Hoje, existem apenas três Casas de Albergado destinadas a mulheres em todo o território nacional (Brasil, 2018).

Em uma publicação do Conselho Federal de Psicologia sobre a “Atuação do psicólogo no sistema prisional” (2010), Verani faz um paralelo entre a luta antimanicomial e a luta antiprisional:

Na luta antimanicomial há várias camisetas bonitas, como “por uma sociedade sem manicômios”. Acho que podíamos fazer uma camiseta assim: “Por uma sociedade sem prisões”. Tem de ser um movimento para mobilizar a sociedade contra as prisões, de mostrar que a prisão é uma farsa, não serve para dar segurança, não foi criada para dar segurança, mas as pessoas acreditam que

mais pessoas condenadas e presas, mais penas severas e rigorosas, produza resultado. Não produz resultado nenhum do ponto de vista do humano, da sobrevivência. Produz resultado de despedaçar as pessoas e de fingir que há punição (p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo se propõe a compreender os fatores que concernem tanto à psicologia individual quanto à vida social no contexto da criminalidade feminina por meio de uma pesquisa bibliográfica e de uma análise crítica do papel do psicólogo inserido no sistema prisional. A pesquisa em material interdisciplinar utilizou como fontes artigos, livros e documentários, para entendimento das possíveis motivações psicossociais para a participação de mulheres em atividades criminosas.

A análise da construção da subjetividade do indivíduo, associada ao agravante das questões de gênero, culturais e econômicas e da desigualdade social da realidade brasileira permitiu compreender os processos psicossociais da criminalidade feminina e verificamos a hipótese inicial da pesquisa.

As informações do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (BRASIL, 2018) revelaram que as mulheres encarceradas são em sua maioria jovens, negras, mães, pobres, com baixo nível de escolaridade e condenadas por tráfico de drogas. Entre os fatores psicológicos da criminalidade, se destacam individuais, familiares e ambientais, que dizem respeito a possíveis transtornos de comportamento, à forma que o indivíduo se relaciona com sua família, incluindo possíveis conflitos, falta de incentivo familiar para o abandono de atitudes antissociais e as condições sociais em que vive (Silva; Rossetti-Ferreira, 2002).

Espera-se que esta pesquisa incentive discussões e novas investigações sobre a realidade da criminalidade no Brasil, tanto no âmbito psicológico quanto no social, para a fomentação de políticas públicas focadas em apaziguar e erradicar o problema apresentado, reconhecendo que a subjetividade dos indivíduos é construída sobre diversos marcadores, como raça, cultura, gênero, desigualdade social, entre outros, que podem influenciar a motivação na criminalidade (Ridão *et al.*, 2010).

É papel do psicólogo no contexto criminal desenvolver estratégias visando a reeducação e a ressocialização dos indivíduos em futura liberdade, bem como contribuir fora das instituições penitenciárias com as políticas públicas referentes à saúde e assistência social para que o modelo do sistema penitenciário seja repensado e novas alternativas ao

encarceramento sejam apresentadas, visto que este já se provou ineficaz como forma de punição, conforme os dados expostos nesse trabalho.

REFERÊNCIAS

AGENDA NACIONAL PELO DESENCARCERAMENTO. 2016-2017. Disponível em: https://desencarceramento.org.br/wp-content/themes/wp-desencarceramento/_assets/files/AGENDA_PT_2017-1.pdf Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-2-capitulo-1-artigo-5#:~:text=5%20Todos%20são%20iguais%20perante,69> Acesso em: 22 ago. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2014.

BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, 2014. Disponível em: <http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/relatorio-infopen-mulheres.pdf>. Acesso em: 26 maio 2021.

BRASIL. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN Mulheres**. 2. ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública/Departamento Penitenciário Nacional, 2018. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5768833/mod_resource/content/1/INFOPEN%20MULHERES%202018.pdf. Acesso em: 20 mar. 2022.

BRASIL de Fato. **Massacre do Carandiru completa 29 anos sem nenhum agente de segurança responsabilizado**. 2 out. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/02/massacre-do-carandiru-completa-29-anos-sem-nenhum-agente-de-seguranca-responsabilizado> Acesso em: 24 ago. 2022.

CHAVES, K. B. Atendimento psicológico às mulheres presas – transitando pela Psicologia Jurídica no sistema prisional. Experiência de trabalho em Foz do Iguaçu, PR. **Pleiade**, v. 12, n. 23, p. 72-80, jan./jun., 2018. Disponível em: <https://pleiade.uniamerica.br/index.php/pleiade/article/view/388> Acesso em: 8 ago. 2022.

CLOUD, D. *et al.* At the Intersection of Health and Justice. **Perspectives in Health Information Management**, v. 11, n. 1, jan. 2014. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3995482/> Acesso em: 15 jul. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) no sistema prisional.** Conselho Federal de Psicologia, Conselhos Regionais de Psicologia e Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Brasília: CFP, 2021. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Referências-Técnicas-para-Atuação-dasos-Psicólogosos-no-Sistema-Prisional-FINAL.pdf> Acesso em: 13 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Atuação do psicólogo no sistema prisional.** Conselho Federal de Psicologia. - Brasília: CFP, 2010. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/09/Atuacao_dos_Psicologos_no_Sistema_Prisional.pdf Acesso em: 20 set. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, DEPARTAMENTO NACIONAL PENITENCIÁRIO. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro.** CFP: Brasília, 2007.

COSTA, I. H. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade.** 2010. 16 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Saúde Mental e Intervenção Psicossocial) - Universidade Vale do Rio Doce, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Governador Valadares, MG, 2010. Disponível em: <http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulhernacontemporaneidade.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2021.

DAMIÃO, D. B. Estudo sobre a influência dos fatores psicossociais na prática dos crimes no bairro Rocha Pinto. **SAPIENTIAE: Revista de Ciências Sociais, Humanas e Engenharias**, v. 6, n. 1, pp. 20-34, 2020. Disponível em: https://www.redalyc.org/journal/5727/572763612003/html/#redalyc_572763612003_ref19. Acesso em: 02 nov. 2021.

FERNANDES, N.; FERNANDES, V. **Criminologia Integrada.** 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FRANÇA, F. G. O perigo negro! A herança racista da polícia moderna no Brasil. **O Público e o Privado**, v. 19, n. 40, pp. 123-149, set/dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/opublicoeoprivado/article/view/5405> Acesso em: 12 set. 2022.

FRANÇA, M. H. O. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de gênero. **Ártemis**, v. 18, n. 1, p. 212-227, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/22547/12510> Acesso em: 8 ago. 2022.

G1. **50% dos brasileiros são católicos, 31%, evangélicos e 10% não têm religião, diz Datafolha.** 13 jan. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/01/13/50percent-dos-brasileiros-sao-catolicos-31percent-evangelicos-e-10percent-nao-tem-religiao-diz-datafolha.gh.html> Acesso em: 19 jul. 2022.

G1. **CNJ registra pelo menos 812 mil presos no país; 41,5% não têm condenação.** 17 jul. 2019. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/17/cnj-registra-pelo-menos-812-mil-presos-no-pais-415percent-nao-tem-condenacao.ghtml> Acesso em: 22 ago. 2022.

G1. **Mulheres são a maioria dos desempregados; 45,7% das que têm idade de trabalhar estão ocupadas.** 8 mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/dia-das-mulheres/noticia/2022/03/08/mulheres-sao-a-maioria-dos-desempregados-457percent-das-que-tem-idade-de-trabalhar-estao-ocupadas.ghtml> Acesso em: 22 mar. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br> Acesso em: 4 jun. 2022.

LIMA, R. C. **Mulheres e Tráfico de Drogas: uma sentença tripla.** ITTC, 2015. Disponível em: <http://ittc.org.br/mulheres-e-traffic-de-drogas-uma-sentenca-tripla-parte-i/> Acesso em: 22 jul. 2022.

MARTINS, E. S. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. **Kínesis**, v. 2, n. 4, pp. 40-52, dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4905>. Acesso em: 02 nov. 2021.

MARX, K. **O Capital.** Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MASLOW, A. H. A theory of human motivation. **Psychological Review**, v. 50, n. 4, p. 370-396. 1943.

MOFFITT, T. E. Adolescence-limited and life course persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. **Psychological Review**, v. 100, n. 4, p. 674-701, 1993. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/8255953/>. Acesso em: 11 abr. 2022.

OIT. **Relatório Global sobre os Salários.** 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/lisbon/publicações/WCMS_734393/lang--pt/index.htm Acesso em: 22 mar. 2022.

ONU. **3 em cada 10 acusadas grávidas ainda são presas, mesmo contra decisão do STF.** 3 ago. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/193220-3-em-cada-10-acusadas-gravidas-ainda-sao-presas-mesmo-contra-decisao-do-stf> Acesso em: 8 ago. 2022.

PAIVA, G. J. Identidade psicossocial e pessoal como questão contemporânea. **Psico**, v. 38, n. 1, 4 out. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1926> Acesso em: 26 maio 2021.

PAIVA, V. S. F. Psicologia na saúde: sociopsicológica ou psicossocial? Inovações do campo no contexto da resposta brasileira à AIDS. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3,

p. 531-549, dez. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2013000300002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 26 maio 2021.

PAIXÃO, A. G. *et al.* Criminalidade feminina: a motivação na transgressão da lei. **Raízes no Direito**, v. 3, n. 1, 2014. Disponível em: <http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/1138> Acesso em: 15 maio 2021.

PAULA, E. M. S. Penas Alternativas. **DireitoNET**, 11 dez. 2007. Disponível em: <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3893/Penas-alternativas> Acesso em: 31 ago. 2022.

PORFÍRIO, B. J.; REIS, D. A. As condições de pobreza e a evasão escolar no Ensino Médio: estudos de casos do município de Pains -MG. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 41, 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/41/as-condicoes-de-pobreza-e-a-evasao-escolar-no-ensino-medio-estudos-de-casos-do-municipio-de-painsmg> Acesso em: 26 set. 2022.

RIDÃO, A. *et al.* Mulheres no crime: análise psicossocial dos contextos de vulnerabilidade de adolescentes do sexo feminino de classes populares no cometimento de atos ilícitos. 2010. *In*: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1, 2010, Londrina. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1..AdrianaCia.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SANTOS, M. A. M., RODRIGUES, G. B. A ressocialização do preso no Brasil e suas consequências para a sociedade. **E-civitas: Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH**, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, jul. 2010. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dcjpg/article/view/64/39> Acesso em: 15 jul. 2022.

SANTOS, M. V. *et al.* Saúde mental de mulheres encarceradas em um presídio do estado do Rio de Janeiro. **Texto e Contexto em Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/3dbSzZsVhz6L8kH97Bpf3YM/?lang=pt&format=pdf> Acesso em: 8 ago. 2022.

SILVA, A. P. S., ROSSETTI-FERREIRA, M. C. Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 15, n. 3, pp. 573-585, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/48wk6ZjLpsC9pqcChdpYm6j/?lang=pt>. Acesso em: 3 abr. 2022.

SILVA, S. L. Mulheres e criminalidade: aspectos de uma inclusão enviesada. **Revista Transgressões: ciências criminais em debate**, Natal, v. 5, n. 2, pp. 104-118, out. 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321765323_MULHERES_E_CRIMINALIDADE_ASPECTOS_DE_UMA_INCLUSAO_ENVIESADA Acesso em: 22 mar. 2022.

TAVARES, G. P., ALMEIDA, R. M. M. Violência, dependência química e transtornos mentais em presidiários. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 27, n. 4, pp. 545-552, out. – dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/rqvFhrd57dLBcfxyQm7GBWQ/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 15 jul. 2022.

VALLE, L. **O que explica o abandono das mulheres encarceradas?** 2022. Disponível em:

<https://www.institutoclaro.org.br/cidadania/nossas-novidades/reportagens/o-que-explica-o-abandono-das-mulheres-encarceradas/> Acesso em: 4 jun. 2022.

VARELLA, D. **Prisioneiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

NEOLIBERALISMO, PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E SUBJETIVIDADE

Piettra Maschio da Silva

André Luiz da Silva

INTRODUÇÃO

Este capítulo parte do pressuposto de que o neoliberalismo está alinhado ao culto à performance individual e à gestão de si, ao individualizar as responsabilidades sobre as condições de vida do sujeito contemporâneo, incentivando-o a buscar extrema dedicação nas atividades laborais em busca da "produtividade máxima", resultando em esgotamento físico e mental e sujeitos emocionalmente fragilizados e exaustos.

O objetivo deste trabalho é analisar e investigar, por meio de uma revisão de literatura, como o discurso neoliberal influencia a construção da subjetividade e o culto à *performance*, especialmente no contexto da uberização ou plataformização do trabalho. Essa investigação se justifica pela crescente relevância desse tipo de trabalho na sociedade brasileira nos últimos anos. De acordo com dados do Ipea (2021), o Brasil conta com aproximadamente 1,4 milhão de entregadores e motoristas de empresas de aplicativo, sendo que cerca de 4 milhões de trabalhadores têm as plataformas digitais como sua principal fonte de renda (Apps como UBER..., 2019).

Conforme Franco (2021), ao abordarmos o neoliberalismo, é importante considerar seus efeitos sobre a "economia libidinal dos sujeitos", ou seja, sua influência nas relações, representações e escolhas fundamentadas em um paradigma capitalista. Nessa perspectiva, é crucial compreender o neoliberalismo como uma racionalidade que molda as relações sociais a partir da ótica do mercado (Dardot; Laval, 2016; Franco, 2021). Este estudo é socialmente relevante, pois busca suscitar reflexões e questionamentos acerca do atual contexto político, social e econômico, bem como sua influência na vida dos indivíduos.

A subjetividade refere-se à construção individual de significados, valores e crenças que influenciam a forma como os indivíduos interpretam o mundo ao seu redor e como se relacionam com os outros. Essas percepções de si mesmo e dos outros afetam suas atitudes, comportamentos e interações sociais. Mas a subjetividade é dialética, pois se constitui na relação do indivíduo com o mundo material e social. Berger e Luckmann (2014) ressaltam a relevância do contexto social na formação da subjetividade, destacando que a realidade

subjetiva é construída socialmente, por meio das interações e processos de comunicação que ocorrem nas diversas esferas da vida cotidiana. Por meio da análise da subjetividade, portanto, é possível compreender o momento histórico e social, considerando a característica dialética das percepções individuais e da dinâmica social (Aita; Facci, 2011; Bock, 2001).

Nas próximas seções, apresentaremos a explicação do método de pesquisa, seguido de breve contextualização histórica sobre o liberalismo e o neoliberalismo e uma discussão sobre como o neoliberalismo contribui para a precarização do trabalho e da subjetividade.

MÉTODO

A abordagem metodológica adotada é a revisão narrativa, que permite uma compreensão abrangente sobre o fenômeno em questão (Vosgerau; Romanowski, 2014). Segundo Vosgerau e Romanowski, essa metodologia possibilita "estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes e apontando novas perspectivas" (2014, p.172). Buscamos, assim, estabelecer conexões entre as obras selecionadas e refletir criticamente sobre as ideias adotadas nos estudos revisados.

Para os resultados e discussão, utilizamos a teoria crítica sobre o neoliberalismo (Harvey, 2005; Dardot; Laval, 2016; Safatle, 2021), bem como as noções de biopolítica (FOUCAULT, 2010) e necropolítica (Mbembe, 2018), além das discussões sobre a plataformização e a precarização do trabalho (Filgueiras; Antunes, 2020; Franco, 2021).

Ao incorporar essas teorias e discussões, nosso objetivo é construir uma argumentação que permita compreender como o discurso neoliberal influencia a construção da subjetividade e o culto à performance no contexto da uberização, além de examinar as formas de precarização que podem emergir dessas dinâmicas.

REVISÃO DA LITERATURA: ORIGENS, ASCENSÃO E TRANSFORMAÇÕES DO NEOLIBERALISMO

Para compreender o surgimento do neoliberalismo e sua consolidação na década de 1970, é fundamental examinar as raízes e a crise do liberalismo político clássico (Harvey, 2005; Dardot; Laval, 2016). John Locke é considerado o precursor do liberalismo político, ao defender o Estado como garantidor das liberdades individuais e do direito à propriedade (Horta, 2004; Bauer, 2020).

O liberalismo é uma doutrina que preza pela liberdade de expressão, propriedade privada e livre mercado (Dardot; Laval, 2016). A concepção de liberdade é central no liberalismo, especialmente a liberdade de comércio e o consumo sem restrições, sob uma visão individualista que busca dissociar o sujeito de lógicas coletivistas (Lemos, 2020). De acordo com o autor,

O ideal liberal favoreceu especialmente a burguesia, classe que está na origem e nos desenvolvimentos dessa forma de pensamento; oportunizou o controle do Estado; amparou a constituição do arcabouço jurídico de proteção da propriedade e de validação do poder; justificou as desigualdades mediante o discurso do indivíduo e sua responsabilidade pela própria liberdade; estabeleceu o contrato que legitima condições desiguais e validou toda uma organização social baseada no acúmulo desenfreado do dinheiro (Lemos, 2020, p. 112).

Entretanto, segundo Dardot e Laval (2016, p. 37), “o liberalismo é um mundo de tensões”. No início do século XIX, o pensamento liberal começa a entrar em crise, adquirindo uma intensidade maior a partir da Primeira Guerra Mundial. De acordo com os autores, é uma crise que mostra o problema central da “governamentalidade” liberal. O liberalismo clássico não era capaz de lidar com as mudanças do capitalismo referentes aos aspectos organizacionais, aos conflitos de classe e às novas forças internacionais (Dardot; Laval, 2016).

Os capitalismo norte-americano e alemão, as duas potências emergentes da segunda metade do século XIX, demonstravam que o modelo atomístico de agentes econômicos independentes, isolados, guiados pela preocupação com seus próprios interesses, é claro, e cujas decisões eram coordenadas pelo mercado concorrencial quase não correspondia mais às estruturas e às práticas do sistema industrial e financeiro realmente existente (Dardot; Laval, 2016, p. 39).

A emergência das grandes empresas favoreceu a formação de cartéis e exigiu uma gestão científica e técnica dos negócios que significou a manipulação de preços e o fim da livre concorrência, beneficiando apenas alguns grupos (Dardot; Laval, 2016).

Esse cenário suscitou questionamentos à democracia política e aos homens de negócio chamados *self-made man*. Neste contexto, “a ‘mão visível’ dos empresários, dos financistas e dos políticos associados a eles enfraqueceu formidavelmente a crença na ‘mão invisível’ do mercado” (Dardot; Laval, 2016, p. 40). Além disso, o liberalismo clássico revelou-se incapaz de lidar com questões sociais, como condições salariais e reformas nas leis trabalhistas (Dardot; Laval, 2016).

Após a Primeira Guerra Mundial, as políticas liberais entraram em crise, e a situação se intensificou nas décadas seguintes. O livre mercado e o princípio do *laissez-faire* foram

crescentemente objeto de contestação (Dardot; Laval, 2016). O cenário pós-Segunda Guerra Mundial testemunhou uma Europa devastada, com sua infraestrutura e indústria arruinadas e com a capacidade de investimento severamente afetada. Diante dessas adversidades, tornou-se imprescindível efetuar mudanças nas práticas políticas e econômicas, a fim de promover a recuperação e a reestruturação e assegurar o controle social dos Estados e das relações internacionais para prevenir quaisquer conflitos geopolíticos (Harvey, 2005).

Hobsbawm (1995, p. 176-177) afirma que “os governos capitalistas estavam convencidos de que só o intervencionismo econômico poderia impedir um retorno às catástrofes econômicas do entreguerras e evitar os perigos políticos de pessoas radicalizadas ao ponto de preferirem o comunismo.” Nessa perspectiva, Estado, mercado e instituições democráticas colaboraram para garantir paz, inclusão, bem-estar e estabilidade (Hobsbawm, 1995).

Dardot e Laval (2016) destacam que o Estado desse período era visto como o principal agente para auxiliar na recuperação econômica e social. Vários Estados da Europa ocidental adotaram uma abordagem mais social-democrata, fundamentada em um "liberalismo embutido", que buscava pleno emprego, crescimento econômico e o bem-estar dos cidadãos. Políticas fiscais e monetárias "keynesianas" foram amplamente implementadas para suavizar os ciclos econômicos e garantir níveis de emprego adequados – ainda que, para alcançar esses fins, o poder do Estado fosse distribuído ao lado dos processos de mercado, intervindo ou mesmo substituindo-os (Harvey, 2005, p. 20).

Essa reformulação do liberalismo visava evitar revoltas sociais e políticas, com o Estado assumindo o papel de regulador e redistribuidor da produção (Dardot; Laval, 2016). Harvey (2005) destaca que essa abordagem gerou taxas elevadas de crescimento econômico nos países desenvolvidos durante as décadas de 1950 e 1960; porém, para as nações do terceiro mundo, o crescimento econômico permanecia inalcançável. No final da década de 1960, o "liberalismo embutido" enfrentou crises, com as políticas keynesianas perdendo eficácia e o desemprego e inflação crescendo progressivamente durante os anos 1970 (Harvey, 2005). Esse colapso do crescimento econômico europeu levou as elites a buscar alternativas para retomar o controle da política e da economia, inaugurando o neoliberalismo, que visava restaurar o poder das elites econômicas: “a virada neoliberal está de alguma maneira e em algum grau associada à restauração ou reconstrução do poder das elites econômicas” (Harvey, 2005, p. 27).

Como lembram Dardot e Laval (2016), a gênese do neoliberalismo remonta ao Colóquio Walter Lippmann, realizado em 1938, em Paris, que buscou reestruturar o liberalismo. De acordo com Safatle (2021, p. 24),

Um diagnóstico que se impôs no colóquio fora o equívoco da crença, própria do liberalismo manchesteriano do século XIX, de que livre iniciativa, empreendedorismo e competitividade seriam características que brotariam quase que espontaneamente nos indivíduos, caso fôssemos capazes de limitar radicalmente a intervenção econômica e social do Estado. Antes, a liberdade liberal teria de ser produzida e defendida.

Ao fim do Colóquio, foi criado o Centro Internacional de Estudos para a Renovação do Liberalismo, com o objetivo de realizar encontros regulares em diversos países (Dardot; Laval, 2016). No entanto, devido a eventos históricos na Europa, suas ideias foram difíceis de implementar naquele momento. A Sociedade Mont-Pèlerin, criada em 1947, foi uma continuação do Colóquio, contando com importantes figuras como Friedrich Von Hayek e Milton Friedman. Para Harvey (2005, p. 29), “os membros do grupo se descreveram como liberais [...] devido a seu compromisso com ideais de liberdade pessoal. O rótulo ‘neoliberal’ marcava sua adesão aos princípios de livre mercado da economia neoclássica que emergia na segunda metade do século XIX”.

O governo de Margaret Thatcher na Grã-Bretanha (1979-1990) consolidou o neoliberalismo globalmente, defendendo a cura da crise por meio do mercado e do monetarismo – isto é, as “soluções monetaristas do lado da oferta” seriam “essenciais para curar a estagflação” (Harvey, 2005, p. 31). Essa abordagem do governo Thatcher preconizava

[...] enfrentar o poder sindical, atacar todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva (como as expressas pela governança municipal e mesmo o poder de muitos profissionais e de suas associações), dismantelar ou reverter os compromissos do Estado de bem-estar social, privatizar empresas públicas (incluindo as dedicadas à moradia popular), reduzir impostos, promover a iniciativa dos empreendedores e criar um clima de negócios favorável para induzir um forte fluxo de investimento externo. [...] Todas as formas de solidariedade social tinham de ser dissolvidas em favor do individualismo, da propriedade privada, da responsabilidade individual e dos valores familiares (Harvey, 2005, p. 32).

Thatcher defendia que o objetivo primordial residia na transformação do espírito (Harvey, 2005). Nessa perspectiva, o neoliberalismo transcende em muito a mera concepção de um modelo econômico, assumindo-se como um projeto social e político com impactos delineados desde a década de 1930. Para uma compreensão abrangente, é imperativo ultrapassar a concepção restrita de uma teoria ou ideologia econômica; trata-se, efetivamente, de um sistema e uma racionalidade que redimensionou o mundo capitalista (Dardot; Laval, 2016).

Conforme mencionado por Harvey (2005), o neoliberalismo representa uma teoria política e econômica que advoga em prol dos princípios do livre comércio, do livre mercado (*laissez-faire*) e da propriedade privada. Sob tal perspectiva, a intervenção estatal deve ser

limitada ao papel de assegurar o adequado funcionamento dos mercados. O autor ressalta que o neoliberalismo propõe uma intervenção mínima do Estado, argumentando que este carece do conhecimento e das informações necessárias para lidar com o mercado, além de permitir que grupos de interesse promovam intervenções visando seus próprios interesses. O bem-estar humano, de acordo com essa corrente de pensamento, seria alcançado ao se proporcionar liberdade e incentivo ao empreendedorismo individual.

Contudo, é crucial frisar que o processo de neoliberalização

[...] envolveu muita “destruição criativa”, não somente dos antigos poderes e estruturas institucionais (chegando mesmo a abalar as formas tradicionais de soberania do Estado), mas também das divisões de trabalho, das relações sociais, da promoção do bem-estar social, das combinações de tecnologias, dos modos de vida e de pensamento, das atividades reprodutivas, das formas de ligação à terra e dos hábitos do coração [...] o neoliberalismo sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado (Harvey, 2005, p. 13).

O neoliberalismo é uma racionalidade que opera não apenas na ação dos governantes, mas também no comportamento dos governados, promovendo um autogoverno com base no paradigma empresarial, “segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Um ponto de suma importância reside na concepção de homem do neoliberalismo, conforme enfatizado por Lemos (2020). Diferentemente do liberalismo, no qual a ideia central consistia em conceder ao indivíduo total liberdade de agir conforme seu desejo, os teóricos neoliberais, como Hayek, ponderavam que tal liberdade poderia ser excessiva. Essa forma de liberdade é considerada como um obstáculo para uma sociedade neoliberal, que preza por um crescimento e progresso ininterruptos. Portanto, torna-se imperativo manipular, controlar e abafar certos instintos que possam favorecer a construção de uma comunidade e ou ideologias associadas ao comunismo (Lemos, 2020).

Consoante os autores, o neoliberalismo representa um sistema que instaurou mudanças profundas e duradouras nos âmbitos sociais, políticos e psicológicos e reconfigurou as formas de existência humana. Sua abrangência vai muito além da mera destruição de instituições ou crenças específicas. Trata-se de um sistema que engendra relações sociais, práticas, pensamentos, escolhas e subjetividades; em última análise, constrói e promulga normas de vida.

Conforme Franco (2021), ao abordarmos o neoliberalismo, torna-se imperativo considerar seus efeitos sobre a economia libidinal dos sujeitos, ou seja, sua influência nas relações, representações e escolhas sob o paradigma empresarial capitalista. Foucault (2008

apud Oliveira; Sampaio, 2018, p. 168) enfatiza que o neoliberalismo interfere em todos os aspectos da vida social, constituindo-se como um dos seus objetivos primordiais, buscando "intervir nesta sociedade para que os mecanismos concorrenciais, a cada instante e em cada ponto da espessura social, possam ter o papel de reguladores".

Os discursos neoliberais propagam uma sociedade com pouca intervenção estatal. Contudo, conforme argumentado por Safatle (2021), o neoliberalismo, na realidade, tem como premissa um Estado sem limites. Houve uma mudança de abordagem da intervenção do liberalismo clássico para o neoliberalismo, de maneira que o foco se deslocou da esfera das atividades econômicas para a intervenção do Estado nos conflitos sociais e na dimensão psíquica dos indivíduos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O neoliberalismo como biopolítica: a gestão da vida e da morte de acordo com os interesses do capital

O neoliberalismo transcende sua mera aplicação como teoria econômica no contexto capitalista. Conforme Safatle (2021) argumenta, trata-se de uma engenharia social. Essa abordagem implica intervenções que atingem tanto a dimensão psíquica quanto a social dos indivíduos. A finalidade dessa intervenção é fazer com que os sujeitos se percebam como empreendedores de si mesmos, assumindo o papel de "operadores de *performance*" para tornar hegemônicos os valores neoliberais de empreendedorismo, livre mercado e propriedade privada. A internalização desses valores tem como objetivo despolitizar a sociedade (Safatle, 2021). Segundo Foucault (2018, p. 311), no neoliberalismo,

O homo oeconomicus é um empresário, e um empresário de si mesmo. Essa coisa é tão verdadeira que, praticamente, o objeto de todas as análises que fazem os neoliberais será substituir, a cada instante, o homo oeconomicus parceiro da troca por um homo oeconomicus empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de [sua] renda.

Dessa forma, surge um aspecto crucial do neoliberalismo que Foucault explora em profundidade: a biopolítica. Almeida (2021) expõe que a biopolítica revela a conexão entre as práticas de poder e a vida. O ato de governar engloba estratégias, métodos e tecnologias que atuam sobre os sujeitos individualmente e sobre a população em geral. Essas práticas

governamentais do liberalismo, voltadas às demandas capitalistas, constituem o que Foucault denomina como "governamentalidade" (Almeida, 2021).

De acordo com Almeida (2021), o neoliberalismo é um processo que molda a subjetividade e redefine os significados da vida e da morte, caracterizando-se, portanto, como uma forma específica de biopolítica guiada por uma razão de Estado peculiar e circunstancial. Nesse Estado, o biopoder age sobre a vida em conjunto com a morte (Furtado; Camilo, 2016). Algumas pessoas ou grupos são sacrificados para permitir que outros prosperem; há um vínculo entre extermínio e vida. Segundo a análise foucaultiana, a biopolítica está intrinsecamente relacionada ao racismo de Estado. Ao observar o nazismo, fica claro que a purificação da raça branca implicava no extermínio de grupos étnicos, em que a morte do Outro resultava na vida saudável e purificada do próprio grupo. Dessa forma, a teoria foucaultiana compreende o nazismo como a gênese da biopolítica (Almeida, 2021).

Foucault (2010) argumenta que o que antes era apenas uma técnica e estratégia aplicadas em guerras e combates, atualmente tornou-se um aspecto fundamental do Estado, embora agora se concentre não em questões jurídicas de soberania e conquista territorial, mas em questões biológicas que afetam uma população: “A velha potência da morte em que se simbolizava o poder soberano é agora, cuidadosamente, recoberta pela administração dos corpos e pela gestão calculista da vida” (Foucault, 2010, p. 130).

O neoliberalismo introduz uma nova racionalidade, um conjunto de significados e sentidos sobre os indivíduos e o mundo. Nesse contexto, são estabelecidas leis, regras e normas que guiam o comportamento de indivíduos e empresas no sistema capitalista, visando alcançar crescimento econômico e tecnológico (Santana, 2020). O biopoder, de acordo com Foucault (2010), desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento do capitalismo, ao controlar os corpos e ajustar os fenômenos sociais aos processos econômicos.

A intervenção neoliberal no *design* psicológico é realizada por meio de dispositivos, tecnologias e instituições políticas, econômicas e sociais, moldando corpos, ambientes, afetos, vínculos e os próprios sujeitos (Furtado; Camilo, 2016; Safatle, 2021). Isso implica que o neoliberalismo exerce controle sobre aspectos como o corpo, a saúde, a alimentação, a moradia e as condições de vida, decidindo quem tem acesso a esses elementos e quem é considerado digno de viver (Foucault, 2010).

O filósofo e teórico político Achille Mbembe, em seu ensaio intitulado "Necropolítica" (2003), apresenta uma análise crítica do conceito de biopolítica desenvolvido por Foucault. Essa crítica não se configura como uma oposição ao conceito em si, mas sim como uma

identificação de seus limites e deficiências teóricas (Almeida, 2021). Como destaca Almeida (2021), a biopolítica não abrange todas as dimensões e implicações resultantes da ascensão do neoliberalismo, especialmente no que tange às transformações do racismo associadas à expansão e intensificação de uma lógica colonial no mundo contemporâneo.

Em sua abordagem, Mbembe (2018a, p. 5) compreende que “ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder”. Nesse sentido, expressa sua preocupação com as experiências de destruição material de corpos e populações, bem como com a generalizada instrumentalização da existência humana (Mbembe, 2018a). Ao contrário de Foucault, que identifica a origem do racismo estatal no nazismo, Mbembe (2018a) enxerga essa ideologia já no imperialismo colonial. O nazismo pode ter intensificado os ideais racistas, homicidas e suicidas do Estado na Europa, mas foi no contexto do colonialismo e da escravidão que as primeiras experiências de biopolítica se manifestaram (Mbembe, 2018a; Almeida, 2021).

No contexto do colonialismo, ocorre uma confluência entre morte e burocracia, evidenciada, por exemplo, na proibição de casamentos mistos, na esterilização forçada e no extermínio de povos (Almeida, 2021). A necropolítica se fundamenta na lógica de guerra, na criação do inimigo tanto interno quanto externo e, sobretudo, no uso do terror como instrumento de controle (Almeida, 2021). Conforme apontado por Franco (2021), o objetivo central da necropolítica é a aniquilação do inimigo, caracterizando-se, portanto, como o poder da morte exercido sobre e por meio do corpo.

Quanto à relação entre neoliberalismo e necropolítica, Mbembe (2018b) argumenta que o neoliberalismo se caracteriza pela racionalização do mundo de acordo com a lógica empresarial, o que resulta na consolidação do trabalhador como empreendedor de si mesmo. O sujeito só é útil quando oferece sua vida em todos os aspectos como uma moeda de troca para o capital, “condenado à aprendizagem por toda a vida, à flexibilidade, ao reino do curto prazo, deve abraçar sua condição de sujeito solúvel e fungível, a fim de atender à injunção que lhe é constantemente feita – tornar-se um outro” (Mbembe, 2018b, p.17).

O neoliberalismo, portanto, cria uma sociedade de trabalhadores descartáveis, que são facilmente substituídos quando não são mais necessários. Isso leva à necropolítica, que é a política da morte. A necropolítica é a administração da vida e da morte de acordo com os interesses do capital. Conforme observado, ela se manifesta de diversas formas, como na guerra, na violência policial, na pobreza e na falta de acesso a direitos e serviços básicos.

No âmbito do neoliberalismo ocorre a fusão do capitalismo e do animismo, resultando na transformação dos seres humanos em dados numéricos e códigos (Mbembe, 2018b). O autor destaca que, pela primeira vez na história, testemunha-se a universalização da condição negra, que ele denomina de "devir negro do mundo". Almeida (2021, p. 8) afirma que o neoliberalismo estabelece a lógica colonial e seus riscos para a humanidade, onde a "captura, predação, ocupação e exploração tornou-se a forma administrativa das sociedades, atravessadas pelas exigências objetivas e subjetivas da reprodução econômica da etapa neoliberal".

Para Almeida (2021), a governamentalidade neoliberal tem sua base na necropolítica. Em suas palavras,

A necropolítica é a forma de exercício da soberania que se funda na expansão da lógica colonial, na medida em que a reprodução das condições objetivas e subjetivas da vida econômica se estabelece com a constante depreciação da vida material, o aprisionamento do desejo na forma de mercadoria e a financeirização de todos os âmbitos da vida (Almeida, 2021, p. 9).

Por sua vez, Franco (2021) entende que a precarização desempenha um papel fundamental na necropolítica, configurando-se como um traço estrutural na produção capitalista e na mercantilização da força de trabalho. Os indivíduos perdem sua importância, são praticamente reduzidos à condição de corpos, tornando-se difícil distinguir o que separa o ser vivo do cadáver.

Segundo Franco (2021), o processo de precarização do trabalho é essencial no contexto do sistema neoliberal. Os trabalhadores precarizados representam o grupo mais explorado e excluído na sociedade capitalista. Eles são "espoliados de direitos trabalhistas e sociais, e têm acesso precário à representação sindical ou, na melhor das hipóteses, estão vinculados a sindicatos extremamente frágeis" (Franco, 2021, p. 4).

A "uberização" do trabalho e a precarização da vida

Uma das formas mais presentes de precarização do trabalho na atualidade é a "plataformização do trabalho", em que a gestão, o controle e a exploração são realizados por dispositivos digitais de gestão algorítmica de dados, parte das chamadas novas tecnologias de informação e comunicação (TICs) (Franco, 2021). De acordo com Filgueiras e Antunes (2020), algumas características dessas TICs incluem a comunicação *online* entre trabalhadores, consumidores e empresas, a utilização de aplicativos e plataformas digitais, o amplo uso de dados digitais para organizar e gerir atividades e a relação estabelecida com base na demanda, sem cláusulas que garantam a continuidade da atividade.

Franco (2021) observa que atualmente não há garantia de direitos ao trabalhador, visto como um "parceiro" da empresa que ao mesmo tempo consome as tecnologias necessárias para a realização de sua atividade e presta serviços sob demanda para clientes anônimos. Filgueiras e Antunes (2020) ressaltam que as empresas se apresentam como intermediadoras na relação entre trabalhador e consumidor, evitando um contrato formal, e sugerem que os trabalhadores têm a liberdade de realizar as atividades quando desejarem. A narrativa do capital subverte a realidade e captura a adesão alienada e alienante do trabalhador:

Isso acarretaria, então, uma democratização dos meios de produção (basta ter um computador/celular, carro ou mesmo bicicleta) para a produção autônoma de renda, seja como criador, seja como parceiro de uma *startup*. E o léxico corporativo, com sua alta dose de mistificação, acrescenta: mais do que nunca, seu sucesso só depende de você. Tendência que se intensifica quando as empresas alegam disponibilizar aplicativos ou as plataformas digitais para pessoas que querem ofertar e melhorar seus negócios, engendrando a ideia de que o/as trabalhadores/as são clientes das empresas (Filgueiras; Antunes, 2020, p. 31).

Para Filgueiras e Antunes (2020), a "uberização do trabalho" pode ser entendida como uma expressão de novos modos de ser do trabalho, marcados pela individualização e extrema inviabilização das relações de trabalho. Por meio de uma aparente prestação de serviços, as empresas dissimulam seu real propósito. Analisando mais profundamente essas relações, percebe-se que se tratam de diferentes formas de assalariamento e exploração, em que o trabalhador passa a ser responsável por suas despesas de seguridade, manutenção de veículos e quaisquer instrumentos utilizados em suas atividades (Filgueiras; Antunes, 2020).

Sob o lema neoliberal da *performance* e concorrência, as empresas de aplicativo transferem ao "parceiro" toda a responsabilidade pelos problemas e desafios enfrentados no cotidiano do trabalho, tais como acidentes, doenças, assaltos, problemas com aparelhos celulares ou Internet, punições da empresa, rendimento abaixo do esperado e solidão (Franco, 2021). Filgueiras e Antunes (2020) mostram que as plataformas digitais se apropriam da mais valia gerada pelo trabalho, contornando sistematicamente as formas de regulamentação existentes. A precarização do trabalho é intensificada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, consolidando um novo proletariado (Filgueiras; Antunes, 2020).

Antunes (2018) enfatiza que, no atual mundo do trabalho, prevalecem subcontratações, trabalho em equipe, flexibilização, terceirização, entre outras formas. Os novos modos de trabalho incentivados pelo capital se caracterizam pela predominância de contratos temporários, pouca ou nenhuma estabilidade, ausência de registro formal, salários ou renda não garantidos e

reduzidos direitos trabalhistas (Antunes, 2018; Filgueiras; Antunes, 2020). Esse tipo de atividade laboral precarizada encontra-se em franca expansão na última década.

De acordo com dados do Ipea (2021), o Brasil conta com aproximadamente 1,4 milhão de entregadores e motoristas de empresas de aplicativos, sendo que cerca de 4 milhões de trabalhadores têm como principal fonte de renda os serviços prestados para plataformas digitais (Apps como UBER..., 2019). Segundo o mesmo órgão, nos aplicativos de transporte, aproximadamente 94,94% são homens e 5,06% são mulheres, enquanto nos aplicativos de entrega, cerca de 95,15% são homens e 4,85% são mulheres. Em relação à raça, cerca de 59,2% dos entregadores são negros e 40% são brancos, com proporção semelhante entre motoristas, em que cerca de 60% são negros e 38,5% são brancos. A maior parte dos entregadores (38%) tem idade entre 20 e 29 anos, enquanto a maior parte dos motoristas está na faixa etária entre 30 e 39 anos.

Retomando o conceito de necropolítica, é possível compreender que o neoliberalismo opera na precarização do corpo do trabalhador, lembrando-o constantemente de sua obsolescência e da luta pela sobrevivência no sistema capitalista. O Estado neoliberal, por meio de ameaças e violência, mantém o trabalhador amedrontado (Franco, 2021). Segundo Fontes (2017), a sociedade capitalista transforma a maioria da população em uma massa de trabalhadores excluídos de direitos e defesas, submetidos a extensas jornadas de trabalho, com aumento do tempo de trabalho direto e indireto e recuo das aposentadorias. O papel do Estado como agenciador é apoiado por entidades empresariais, e sua função é disciplinar essas massas de trabalhadores, assegurando sua docilidade e disponibilidade para formas de sujeição ao capital desprovidas de direitos: "Tanto a rapinagem empresarial, como a escala da concentração e centralização, assim como o papel cumprido pelo Estado, estão evidentes" (Fontes, 2017, p. 64).

Apesar do slogan de ampla flexibilidade disseminado, o que realmente prevalece é a instabilidade, a vulnerabilidade e jornadas de trabalho exaustivas para garantir o mínimo de sobrevivência e manutenção dos equipamentos necessários para as atividades realizadas para a empresa (Filgueiras; Antunes, 2020). A precarização do trabalho é um ponto fundamental no neoliberalismo, possibilitando a promoção da competitividade/concorrência em níveis nacional e internacional, além da racionalidade empresarial em todas as esferas (política, social, cultural, subjetiva), e a destruição dos direitos trabalhistas e sociais (Franco, 2021).

Franco (2021) analisa o cotidiano das entregas e serviços plataformizados, revelando a discrepância entre o ideal do empresário e as condições reais de trabalho. Os valores pagos por

quilômetro rodado caem progressivamente, enquanto o tempo de espera por pedidos aumenta. Além disso, há punições inexplicáveis, riscos potencializados pelo contexto epidêmico, a necessidade de se cadastrar em mais de um aplicativo para garantir algum rendimento mensal, jornadas de trabalho que facilmente excedem dez horas diárias, custos de manutenção dos equipamentos e falta de canais de comunicação e de reconhecimento pela empresa, gerando desgastes físicos nos trabalhadores (Franco, 2021).

Estado neoliberal e saúde mental

O neoliberalismo estabelece um aparato governamental que produz fragilidades, inconsistências, sofrimentos e desigualdades, visando a produtividade máxima a todo momento (Neves *et al.*, 2021). A ideologia neoliberal propaga a ideia de que o sucesso social depende das características e esforços individuais, o que coloca o indivíduo em uma posição central no discurso neoliberal, buscando manter os corpos produtivos e dóceis para o bom funcionamento do sistema capitalista (Secco; Kovaleski, 2021). Franco *et al.* (2021) destacam que a lógica do mercado exige que o indivíduo siga o padrão de competitividade e otimize suas capacidades.

Secco e Kovaleski (2021) destacam que a sociedade contemporânea se fundamenta na visibilidade da *performance*. Os indivíduos competem entre si para se destacar em um mundo de aparências. O discurso neoliberal promove a ideia de uma *performance* caracterizada pela busca obsessiva pelo sucesso, reconhecimento e valorização. Nesse contexto, indivíduos recorrem ao consumo de substâncias farmacológicas, especialmente psicotrópicos, para superar seus próprios limites e atender às expectativas inatingíveis do neoliberalismo.

O neoliberalismo estabelece uma lógica de padronização de comportamentos e temporalidade e qualquer comportamento que não se enquadre nos padrões imediatistas do neoliberalismo ou qualquer desconforto são considerados distúrbios ou insuficiências (Basolli; Benelli, 2019). A sociedade contemporânea busca soluções químicas ou tratamentos imediatos para aliviar conflitos ou mal-estares inerentes à existência humana (Basolli; Benelli, 2019). A partir da década de 1970, surge o fenômeno da medicalização da vida, e a linha entre o saudável e o patológico, a saúde e a doença, o aceitável e o intolerável torna-se tênue (Basolli; Benelli, 2019; Neves *et al.*, 2021).

O ser humano é reduzido a um mero objeto que pode ser fragmentado ou dividido em inúmeras partes, ignorando-se os aspectos sociais, políticos, históricos, relacionais e subjetivos que permeiam cada aspecto do sujeito (Basolli; Benelli, 2019; Neves *et al.*, 2021). As peças

fundamentais que compõem a existência humana são excluídas, pois o único ponto de relevância para o neoliberalismo é a lógica do mercado (Basolli; Benelli, 2019).

Furtado e Szapiro (2015) apontam que a sociedade contemporânea é obcecada pelo novo, pela produtividade e concorrência, e a conduta humana é controlada pelo mercado, tornando-o o motor da economia global. O advento do neoliberalismo e o avanço das tecnologias de comunicação e informação levaram à anulação de limites no vocabulário e na conduta da sociedade, em que a subjetividade é controlada pela eficácia, *performance*, flexibilidade e superação de limites (Furtado; Szapiro, 2015).

Segundo as autoras, surge uma nova conduta social, um novo sujeito e uma nova forma de lidar com o sofrimento. O sujeito contemporâneo busca a felicidade, que é vista como um "direito por natureza" (Furtado; Szapiro, 2015, p. 175), tornando-se uma obrigação que depende exclusivamente da *performance* e da eficácia de cada indivíduo em gerir sua própria vida ou empresa.

Se a felicidade é considerada uma obrigação, o sofrimento e o mal-estar são vistos como intoleráveis, sinônimos de fracasso e incompetência. Cada indivíduo é tratado como uma "empresa de si mesmo", e ao vivenciar o mal-estar, é instado a gerir suas emoções e alcançar uma boa *performance*, ou seja, ser feliz (Furtado; Szapiro, 2015). Nessa perspectiva, a saúde mental, em particular, torna-se mais um objeto de consumo no neoliberalismo (Neves *et al.*, 2021).

Almeida, Coelho e Peres (1999, p. 123) definem saúde mental como

[...] um *socius* saudável; ela implica emprego, satisfação no trabalho, vida cotidiana significativa, participação social, lazer, qualidade das redes sociais, equidade, enfim, qualidade de vida. Por mais que se decrete o fim das utopias e a crise dos valores, não se pode escapar: o conceito de saúde mental vincula-se a uma pauta emancipatória do sujeito, de natureza inapelavelmente política.

Segundo Furtado e Szapiro (2015), se a experiência de mal-estar é negada ou não tem espaço, o indivíduo perde a capacidade de vivenciar plenamente as experiências da vida e elaborar o sofrimento como parte integrante da experiência humana. Como resultado do discurso neoliberal, as pessoas recorrem a substâncias farmacológicas, pseudoterapias ou qualquer meio que permita alcançar uma felicidade instantânea e uma boa *performance* (Furtado; Szapiro, 2015).

Secco e Kovaleski (2021) afirmam que, para abafar qualquer manifestação de afetos indesejados pelo mercado, como insatisfação, preguiça, insegurança, medo e tristeza, considerados negativos para o "empreendedorismo de si", o autocontrole se torna uma demanda

do sujeito. Para isso, o uso de medicamentos, estimulantes e polivitamínicos, além de seu propósito terapêutico, se torna cotidiano e generalizado, permitindo ao sujeito sustentar a imagem de sucesso e autor de sua própria história (Secco; Kovaleski, 2021).

Nessa perspectiva, o Estado neoliberal assume um papel de subserviência às empresas, negligenciando e até mesmo impedindo o acesso a direitos humanos básicos, como saúde física e mental, educação e saneamento. Fundamentado na precarização e insegurança, o neoliberalismo transfere a responsabilidade pelas violências sociais do Estado para os próprios indivíduos (Secco; Kovaleski, 2021), constituindo uma forma de “governamentalidade” baseada no sofrimento e temor da morte.

Segundo Franco (2021), a "necrogovernamentalidade" do neoliberalismo conduz a um processo de precarização subjetiva nos sujeitos, levando ao desenvolvimento de formas de sofrimento psíquico que os capturam e os envolvem em sua própria exploração pelo mercado (Franco, 2021, p. 10). O autor enfatiza que a precarização do trabalho ao longo do tempo resulta na destruição da existência dos trabalhadores, o que culmina em cansaço, sofrimento e angústia extremos.

A angústia, conforme caracterizada por Franco (2021, p. 13), é o sentimento de desamparo decorrente da ruptura dos anteparos subjetivos que localizavam o sujeito em suas relações com o Outro. Nessa perspectiva, os trabalhadores lidam constantemente com algoritmos e são instados a superar metas e limites a todo momento (Franco, 2021, p. 13). De acordo com Mbembe (2018b), o sujeito se sente abandonado pelo capital e, em meio ao discurso de culto à *performance* e intolerância ao mal-estar (Furtado; Szapiro, 2015), encontra-se mergulhado na angústia (Franco, 2021). Já Safatle (2021) compreende que o neoliberalismo instituiu uma nova forma de sofrer, retirando da consciência humana a possibilidade de o sofrimento ser uma violência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o apresentado, o neoliberalismo pode ser compreendido como um conjunto de discursos, práticas e dispositivos (Dardot; Laval, 2016), abrangendo tanto a biopolítica quanto a necropolítica. Esses dispositivos refletem-se na precarização do trabalho, resultando na precarização da vida e na perda dos direitos humanos dos trabalhadores, que passam a ser tratados como algoritmos manipuláveis.

Para enfrentar essa realidade, o trabalhador precisa se reinventar e superar seus limites constantemente para sobreviver. Entretanto, ele é culpabilizado pelas violências sociais e pela negligência do Estado, o que dificulta abordagens sobre a saúde mental. É fundamental que a discussão sobre esse tema envolva aspectos políticos, sociais, culturais, econômicos e subjetivos, promovendo conscientização e apontando caminhos para a resistência ao estilo de vida que gera sofrimento.

O sofrimento de quem não tem acesso a direitos fundamentais como moradia, alimentação, saúde e emprego só pode ser adequadamente tratado por meio de políticas públicas efetivas. Da mesma forma, a angústia causada pela precarização da vida somente é superada quando consideramos integralmente as necessidades e a dignidade do ser humano.

A sociedade contemporânea rejeita expressões de subjetividade que não estejam relacionadas com a busca por desempenho e competitividade, deixando o indivíduo angustiado e com um sofrimento não elaborado. A Psicologia, ao se alinhar com a lógica do mercado, intensifica o sofrimento do indivíduo, em vez de auxiliá-lo. É fundamental que os profissionais de saúde ofereçam espaços de escuta, compreensão e conscientização da violência social.

Para se obter uma visão mais abrangente dos efeitos do neoliberalismo na vida das pessoas e na sociedade, é relevante explorar como a lógica de mercado impacta setores como saúde, educação e previdência social, além de analisar os efeitos das políticas de austeridade e flexibilização trabalhista, que frequentemente acentuam as desigualdades sociais. Uma análise completa e reflexiva sobre a influência do neoliberalismo na construção da subjetividade e na precarização do trabalho pode oferecer *insights* valiosos para a compreensão e mudanças nesse cenário preocupante.

REFERÊNCIAS

AITA, E.B.; FACCI, M.G.D. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, v. 17, n. 1, p. 32-47, abr. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682011000100005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2022.

ALMEIDA FILHO, N; COELHO, M.T.A.; PERES, M.F.T. O conceito de saúde mental. **Revista USP**, n. 43, p. 100-125, 1999. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/2848>. Acesso em 15 jul. 2022.

ALMEIDA, S. L. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CNH**, v. 34, p. 1-10, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397> Acesso em 15 jul. 2022.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

APPS COMO UBER E IFOOD SE TORNAM ‘MAIOR EMPREGADOR’ DO BRASIL. Economia. Estadão Conteúdo. **Exame**, 28 de abril de 2019. Disponível em: <https://exame.com/economia/apps-como-uber-e-ifood-sao-fonte-de-renda-de-quase-4-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 19 mar. 2022.

BASOLLI, L. P.; BENELLI, S. J. Medicalização como Sintoma Social Dominante: estratégias a partir do Paradigma Psicossocial. **Revista de Psicologia da UNESP**, n. 18, p. 217-242, 2019. Disponível em: <https://seer.assis.unesp.br/index.php/psicologia/article/view/1550>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BAUER, C. S. John Locke e o pensamento político moderno. *In*: BAUER, Caroline S.; PINNOW, Rodrigo V. **História Moderna**. Porto Alegre: Grupo A, 2020. p. 195-204. E-book. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492762/>. Acesso em: 15 jul. 2022.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOCK, A.M.B. A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. *In*: BOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. G.; FURTADO, O. (org.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em Psicologia. São Paulo: Cortez, 2001. p. 15-35.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FILGUEIRAS, V.; ANTUNES, R. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, v. 39, n.1, p.27-43, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38901>. Acesso em: 15 de jul. 2022.

FONTES, V. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v. 5, n.8, p. 45-67, 2017. Disponível em <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/220>. Acesso em 15 jul. 2022.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica**: Curso no College de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, F. L. Fazer precarizar: neoliberalismo autoritário e negrogovernamentalidade. **Caderno CRH**, 34, e021024, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v34i0.44503>. Acesso em: 01 fev. 2022.

FRANCO, F. *et.al.* O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. **O neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 47-75.

FURTADO, M. A.; SZAPIRO, A. M. Novos dispositivos de subjetivação: o mal-estar na cultura. **Revista Polis e Psique**, v. 6, n. 2, p. 166-185, ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/55222> Acesso em: 01 nov. 2021.

FURTADO, R. N.; CAMILO, J. A. O. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, v. 16, n. 3, p. 34-44, 2016.

HARVEY, D. Neoliberalismo como destruição criativa. **InterfacEHS**, v. 2, n. 4, p. 2007. Disponível em: <http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/trad-2007.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2022.

HARVEY, D. **O neoliberalismo história e implicações**. 2 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HORTA, J. L. B. Uma breve introdução à filosofia do estado de John Locke. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 90, p. 239-260, 2004. Disponível em: <https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/8>. Acesso em: 15 jul. 2022.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 2021.

LEMO, A. G. S. Do liberalismo ao neoliberalismo: liberdade, indivíduo e igualdade. **Revista Interação**, v. 45, n. 1, p. 108-122, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/61148>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MBEMBE, A. **Crítica à razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

NEVES, A. *et. al.* A psiquiatria sob o neoliberalismo: da clínica dos transtornos ao aprimoramento de si. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. **O neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 125-175.

OLIVEIRA, R.; SAMPAIO, S. S. Neoliberalismo e Biopoder: o indivíduo como empresa de si mesmo. **Textos & Contextos**, v. 17, n. 1, p. 167-177, 2018. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/23483> Acesso em: 01 nov. 2021.

SAFATLE, V. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo. *In*: SAFATLE, V.; SILVA JÚNIOR, N.; DUNKER, C. **O neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 17-46.

SANTANA, I. L. Subjetividade e trabalho ou como as mudanças do capitalismo têm afetado a constituição de sujeitos. **Primeiros Escritos**, v. 10, n. 1, p. 103-125, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/primeirosescritos/article/view/154658>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SECCO, A. C., KOVALESKI, D. F. Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 5, p. 1911-1918, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.09572021>. Acesso em: 01 nov. 2021.

VOSGERAU, D. S. R.; ROMANOWSKI, J. P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo e Educação**, v. 14, n. 41, p. 165-190, 2014. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-416X2014000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2022.

ORGANIZADORES⁸**Adriana Leonidas de Oliveira**

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (1992), mestrado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000), doutorado em Psicologia (Psicologia Clínica) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005) e Pós-Doutorado em Administração de Empresas pela EAESP-FGV (Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas). Atualmente é professor assistente doutor da Universidade de Taubaté, atuando no Departamento de Psicologia e no Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional/Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional). É coordenadora do Curso de Especialização em Psicologia Hospitalar e da Saúde. É Coordenadora do Escritório de Relações Internacionais da Universidade de Taubaté. É vice-coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté. Tem experiência na área de Psicologia da Saúde, Psicologia da Família e Psicologia Organizacional e do Trabalho, atuando principalmente nos seguintes temas: saúde da família, saúde do trabalhador, desenvolvimento humano e regional, qualidade de vida, qualidade de vida no trabalho, cultura organizacional e interculturalidade.

Paulo Francisco de Castro

Possui Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (2008), Mestrado em Educação pela Universidade Mackenzie (1996) e Graduação em Psicologia pela Universidade Guarulhos (1989). Atualmente é Professor Titular do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e Professor Adjunto I do Curso de Psicologia da Universidade Cruzeiro do Sul. Título de Especialista em Psicologia Clínica (concedido pelo CRP/SP em 17 de agosto de 2002) e Título de Especialista em Avaliação Psicológica (concedido pelo CRP/SP em 30 de janeiro de 2021). Atual Presidente da Associação Brasileira de Rorschach e métodos projetivos - ASBRo (Biênio 2022-2024), ex-presidente (Biênio 2016-2018) e membro do Conselho Consultivo da mesma associação. Associado Pleno da Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP. Tem experiência em docência e pesquisa em Psicologia, com ênfase em Psicodiagnóstico, Avaliação Psicológica, Método de Rorschach e Psicologia Clínica e da Saúde.

⁸ Dados levantados no sistema do Currículo Lattes em outubro de 2023.

AUTORES⁹

Alberto José de Camargo

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978). Atualmente é psicólogo clínico - Consultório particular. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Distúrbios Psicossomáticos. Foi professor da PUC de São Paulo entre 1979 e 1987 e da UNIVAP de São José dos Campos durante o ano de 1994. Possui especialização em Psicanálise pelo Instituto Sedes Sapientiae e aperfeiçoamento em Neuropsicologia pela USP. Mestrado concluído em Maio de 2015, na área de Psicologia Hospitalar e Psicossomática do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sobre o espectro autista, especificamente a Síndrome de Asperger. De 2018 até o momento (2021) é professor da Universidade de Taubaté, UNITAU, no Departamento de Psicologia, e nos departamentos de Odontologia, Nutrição e Superior em Estética.

Adriana Nunes da Silva Barbosa

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Alexandre Magno de Oliveira Ferreira

Bacharel em Administração pela Universidade de Taubaté (2011), Pós-graduado em Gestão de Marketing pela FAAP (2016). Atualmente é Técnico em Gestão - Cia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - Taubaté-SP. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Administração e Comportamento do Consumidor. Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Alice Nucci Nunes Spagnol

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Aline Andreza Izaltino de Campos Alves

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

André Luiz da Silva

Possui Doutorado em Ciências Sociais (2011), com orientação da Profa. Dra. Maria Celeste Mira, e Mestrado em Ciências da Religião (2003), com orientação do Prof. Dr. Fernando Torres Londoño, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e Graduação em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP) (1996), com orientação de iniciação científica pela Profa. Dra. Aracy Lopes da Silva. É professor Assistente III de Sociologia e Antropologia do Instituto Básico de Humanidades da Universidade de Taubaté (UNITAU), atuando em diversos cursos das três áreas do conhecimento. É pesquisador do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas e coordenador adjunto do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté (UNITAU). Foi professor de Diversidade Humana da Faculdade Santo Antonio (FSA) (2017-2022), campi São José dos Campos e Caçapava, SP, atuando nos cursos de Administração, Direito, Psicologia, Odontologia, Farmácia e Enfermagem. É pesquisador colaborador do Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas da PUC-SP e do Laboratório de Políticas Culturais e Ambientais do Brasil, LAPCAB, da UFTO. Tem experiência na área de Antropologia Urbana e Sociologia da Cultura. Pesquisa os seguintes temas: desenvolvimento humano, conflito

⁹ Dados levantados no sistema do Currículo Lattes em outubro de 2023.

simbólico, religiosidade, identidade e diversidade cultural, cultura popular, mediação cultural, direitos humanos, ciências políticas, turismo, desenvolvimento e políticas públicas sociais e culturais. É vice coordenador do Centro de Defesa dos Direitos Humanos - Pedro Lobo / CDDH-PL

Andreia da Fonseca Araujo

É Psicóloga e Supervisora Clínica de Atendimento Psicológicos. Ministra cursos e oficinas de Contos de Fadas, Mitologia Grega e Psicopatologia na Perspectiva da Psicologia Junguiana. Doutoranda e Mestre no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo, UMESP. Especialista em Psicologia Junguiana, Psicossomática e Arteterapia pelo Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa, IJEP. Pesquisadora em Saúde, Violência de Gênero e Adaptação Humana do Grupo de Pesquisa (CNPq) no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Assuntos de Gênero e Saúde, NEPAG-Saúde. Bolsista CAPES-PROSUC. Colaboradora da Subcomissão de Gêneros e Diversidades da Subsede do ABC e do Estado de São Paulo, do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (CRP-SP).

Andrey Augusto Rocha de Carvalho

Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Andreza Cristina Both Casagrande Koga

Atua na área de Recursos Humanos e Gestão de Pessoas desde 2000. Graduada em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2001). Especialização em Atendimento Clínico Psicopedagógico em Problemas de Aprendizagem (UNITAU - 2004), Concluiu MBA em Gerência de Recursos Humanos (Universidade de Taubaté - 2014). Mestra em Gestão e Desenvolvimento Regional (MGDR - PPGA/ Unitau)- 2017. Iniciou, em ago/2022, Doutorado em Psicologia da Saúde, na Universidade Metodista de São Paulo (2026), Bolsista CAPES (Bolsa taxa). Atualmente é Professora efetiva (Aux. N.II) na Universidade de Taubaté, ministrando disciplinas na área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, desde 2017. Supervisiona estágio específico com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão I, II, III e IV. Atua também no Centro Universitário FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ (FSA), como Professora Nível I, das disciplinas da área de Psicologia Organizacional e do Trabalho (POT). Atua como Pesquisadora no Grupo de pesquisa em Psicodiagnóstico e Avaliação Psicológica (GP-PAP - UNITAU) e Psicologia Organizacional e do Trabalho - processos psicossociais e medidas (UMESP). É membro do Grupo de Trabalho Relações Interpessoais e Competência social (GT/ANPEPP); Membro do Conselho do Departamento de Psicologia (CONDEP) e do Núcleo Docente estruturante (NDE). Coordenadora de Estágios do Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté, desde fev./2020. Atualmente é Assessora na Diretoria de Recursos Humanos da Universidade de Taubaté, desenvolvendo atividades voltadas ao Treinamento e Desenvolvimento dos servidores e diretores de unidades de ensino.

Andreza Maria Neves Manfredini

Possui graduação em Psicologia - Formação de Psicólogo pela Universidade de Taubaté (2003), graduação em Psicologia - Bacharelado e Licenciatura pela Universidade de Taubaté (2002), mestrado em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007) e doutorado em Psicologia Clínica pela Pontifícia universidade católica de São Paulo (2019). Pós doutoranda em Psicologia, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto - USP. Atualmente é psicóloga e pesquisadora - Multiplicando Sonhos, Coordenadora do curso de pós-graduação da Universidade de Taubaté, Professora de pos graduação da Universidade de Taubaté, Assistente I da Universidade de Taubaté e atende em Consultório Particular. Tem

experiência na área de Psicologia, com ênfase em Trabalho com famílias na comunidade, atuando principalmente nos seguintes temas: família, educação financeira, dinheiro, educação e comunidade.

Armando Rocha Junior

Possui graduação em Psicologia pela Universidade Guarulhos (1983), Mestrado em Educação pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (1996) e Doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo (2004). Foi Professor Titular nos Cursos de Psicologia, Nutrição e Direito da Universidade Guarulhos. Foi aprovado em Concurso Público para a função de Professor Assistente Doutor do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté (2007). Foi aprovado em concurso público para o cargo de Psicólogo junto à Secretaria da Justiça do Estado de São Paulo em 1986. Psicólogo Clínico. Coordenou o Curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie de 1990 até 1996, em 1997 assumiu a Chefia do Departamento de Psicologia até 1999, ano em que passou a dirigir a Faculdade de Psicologia até 2003, ainda em 1999, de maio a dezembro, dirigiu a Faculdade de Filosofia, Letras e Educação. Foi Coordenador do Curso de Pós-graduação (Módulo I) da Universidade Presbiteriana Mackenzie, entre 1994 até 1995. É Professor Assistente I no Curso de Psicologia da Universidade Cruzeiro do Sul (2020). Possui experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Jurídica e Psicologia Clínica, nas modalidades de Avaliação Psicológica, Psicoterapia de Grupo, Psicoterapia Familiar e de Casal. Integra grupos de pesquisa em Avaliação Psicológica da Universidade de Taubaté, certificado pela Universidade e cadastrado pelo CNPQ. Linhas de pesquisa: Psicologia Clínica/Avaliação Psicológica e Psicologia da Religião.

Beatriz Caroline de Santana Cordeiro

Estudante de Psicologia na Universidade de Taubaté, cursando o 9º período. Desde 2017 atuando na área de Recursos Humanos. Atualmente estagiária da Soluções Usiminas.

Bruna Caroline de Paula

Psicóloga graduada pela Universidade de Taubaté.

Camila Cruz de Camargo Kater

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2022). Atualmente é aux. departamento pessoal/ recursos humanos - ETCA Escritório Técnico de Contabilidade. Tem experiência no Centro de Referência de Assistência Social e na Defensoria Pública do Estado de São Paulo, na cidade de Taubaté, como estagiária. Tem experiência em RH, obtida durante a graduação e também conta com estágios no Centro de Psicologia Aplicada da Unitau.

Carlos Eduardo Bovenzo Filho

Psicólogo pela Universidade Universus Veritas (UNG) e Técnico pesquisador, na mesma instituição, do Núcleo de Pesquisa em Violência e Psicologia Jurídica e Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação, Saúde e Neurociência (NUPEV-PJ e NEPSI, UNG), contribuindo com publicações em capítulos de livros/trabalhos científicos das seguintes áreas: violência contra a infância e juventude, psicologia social e institucional e avaliação psicológica. É pós-graduado em Psicologia Jurídica com ênfase em Perícia Psicológica (IPOG) e pós-graduando em Psicologia Clínica (FAVENI). Faz parte do corpo docente do curso de Psicologia da Universidade Universus Veritas (UNG) e é Psicólogo do Departamento de Produtos e Pesquisa da Vetor Editora. Exerce, atualmente, atividade clínica com ênfase em psicoterapia psicanalítica (individual crianças, adolescentes, adultos e casal), bem como realiza avaliação psicológica no

referido contexto. Já atuou na prestação de serviços clínicos às instituições de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), bem como na correção de testes psicológicos em concursos públicos em SP.

Caroline Cerodio dos Santos Cardoso

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

César Augusto Elias dos Santos

Possui graduação em Administração pela Universidade de Taubaté(2015). Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Claudia Regina de Freitas

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2010) e mestrado em CIÊNCIAS pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP (2013) através do Programa de pós-graduação em ciências da saúde. É doutora em Saúde Coletiva, na linha de pesquisa de Epidemiologia, pela Faculdade de ciências médicas (FCM) - UNICAMP (2019), Professora Auxiliar I no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Anhanguera de São José dos Campos.

Daniel Cardozo Severo

Forma-se Psicólogo em 2005 pela Universidade de Taubaté, em 2009 Psicanalista pelo Centro de Estudos Psicanalíticos (CEP) e em 2010 em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Terminou seu Mestrado em 2012 em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e seu Doutorado em 2018 na mesma instituição. Atualmente, como Professor Auxiliar leciona na Universidade de Taubaté na cadeira de Psicanálise, e como Professor de Filosofia na Faculdade Dehoniana. É autor de três livros, sendo o último "Os Sujeitos do Homem Psicanalítico" (Ed. CRV, 2020).

Daniel José Eliseu dos Santos

Atualmente está cursando o último ano do curso de Psicologia na Universidade de Taubaté (UNITAU). Possui interesse de estudo pelas áreas de: Psicologia Analítica, Psicanálise, Personalidade e Psicologia Infantil. Realiza estágio obrigatório clínico no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade de Taubaté e estágio obrigatório com ênfase em Processos Educativos. Foi bolsista PIBIC UNITAU em 2022, pesquisando sobre avaliação da personalidade em alunos ingressantes do curso de Psicologia: saúde, recursos psíquicos e integração com o ambiente.

Danielle Pereira Lovatto

Possui graduação em Psicologia, com ênfase em Psicologia e Processos de Gestão, pela Universidade de Taubaté (2018) e mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, pela Universidade de Taubaté (2021). Ex-integrante do Programa de Iniciação à Docência Júnior no ano de 2018 e Sênior no ano de 2019, na Universidade de Taubaté. Docente no curso de graduação em Psicologia na Universidade de Taubaté, e nas faculdades Anhanguera e Santo Antônio. Autora de artigos e capítulos de livros relacionados aos temas de habilidades sociais, clima organizacional, satisfação no trabalho e análise do comportamento.

David Augusto Solano Mallorquin-Carlos

Acadêmico do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Débora Inácia Ribeiro

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2018). Mestre em Desenvolvimento Humano pela Universidade de Taubaté - UNITAU (2013). Graduada em Psicologia pela Universidade Salesiana de Lorena - UNISAL (1992) e especialista em Educação e Cultura pela UNITAU (2009). Áreas de atuação: Psicologia Clínica Humanista/Existencial e Psicologia da Saúde. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. Professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Humano da Universidade de Taubaté. Professora no Departamento de Psicologia da Universidade do Vale do Paraíba -UNIVAP. Pesquisadora no Núcleo de Estudos de História da Cultura, Sociedades e Mídias da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Elsa Maria Saldanha

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Ghabriel Henrique Duarte Silva

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Jaime de Paula

Psicólogo, graduado pela Universidade de Taubaté.

Jessica de Assis Silva

Doutora em Psicologia pelo Departamento de Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Psicologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar/2014), Especialista em Terapia Comportamental e Cognitiva pela USP (2016), graduada em Psicologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA/2011). Tem experiência nos seguintes temas: análise comportamental, terapia analítico-comportamental subjetividade, Saúde do Trabalhador, validação e análise de instrumentos, prevenção a violência contra a criança e adesão ao tratamento. Docente no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Júlia Fernanda Maziero Monteiro

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Karina Gomes dos Santos

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Larissa Vitória Oliveira Figueiredo

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Letícia Fortes Carvalho

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Maria Clara Ramos de Oliveira

Maria Clara Ramos é graduanda de Psicologia, encontra-se no 7º semestre, na Universidade de Taubaté (UNITAU). Fundadora e Presidente da Liga Acadêmica de Análise do Comportamento da Universidade de Taubaté. Presidente do Rotaract Club São José dos Campos Amigos de Sanja. Bolsista de Iniciação Científica CNPq e Estagiária de Recrutamento e Seleção no Grupo Ourho.

Maria Clara Silva

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Maria do Carmo Fernandes

Psicóloga pela Universidade de São Paulo (1977), Mestre e Doutora em Psicologia pela Universidade de Brasília (1984/ 1999). Pesquisadora e parecerista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP. Professora Associada aposentada da Universidade Federal de Uberlândia. Professora Titular da Universidade Metodista de São Paulo desde 2009. Coordenou (2003-2008) o Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Coordenou o Programa de Pós-graduação em Psicologia da Saúde da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP) de fevereiro 2016 a dezembro de 2021. É pró-reitora de pós-graduação e pesquisa da UMESP desde abril de 2022. É membro fundadora da Sociedade Brasileira de Psicologia Organizacional e do Trabalho (SBPOT) e membro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia (ANPEPP). Possui experiência em Psicologia Organizacional e do Trabalho e em Psicologia da Saúde com foco de investigação em medidas em psicologia, satisfação no trabalho, bases de poder social, resiliência no trabalho, conflitos intragrupais, clima organizacional, bem-estar no trabalho, autoeficácia e engajamento no trabalho e em suas relações com diversos antecedentes e consequentes.

Maria Eduarda Nunes Barreira Rodrigues Isalino

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Maria Fernanda Abreu Gatti

Psicóloga graduada pela Universidade de Taubaté.

Maria Simeão de Campos

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Mariana Monteiro Mamede Antunes

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Mariana Vitor Diniz de Castro

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2022). Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia, atuando principalmente nos seguintes temas: adolescência, habilidades sociais, habilidades sociais profissionais, avaliação de habilidades sociais profissionais e família.

Mariane Anaia Borges

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Marina Martinazzi Nogueira da Fonseca Silvestre

Psicóloga graduada pela Universidade de Taubaté.

Monique Marques Godoy-Dolcinotti

Possui graduação em Psicologia com bolsa do Programa de Iniciação Científica da Universidade de Taubaté (2014), pós-graduação em Intervenção Familiar: Psicoterapia e Orientação (2017) e mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional (2019) pela Universidade de Taubaté - UNITAU. Atualmente, é doutoranda em Psicologia Social pela

Universidade de São Paulo ? USP. Pesquisadora participante do grupo de pesquisa Saúde, Qualidade de Vida e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté e do grupo de pesquisa Humanização da Assistência à Gestação Parto, Nascimento e Pós-parto da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Atua nas áreas de Psicologia Clínica, consultoria de empresas e docência no Ensino Superior. Professora Auxiliar I no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Santo Antônio. Autora de artigos e capítulos de livros com os temas de desemprego, resiliência, família e relação família-trabalho.

Mylena de Almeida Maia

Psicóloga pela Universidade Guarulhos. Pós-Graduanda em Gestão de Recursos Humanos, com experiência em Recrutamento e Seleção, Treinamento e Desenvolvimento de pessoas. Possui experiência clínica de orientação psicodinâmica, no atendimento de crianças, adolescentes e adultos, bem como avaliação psicológica.

Nycole Lorrans de Sá Araujo

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Pamela Caroline Batista Gomes

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo (1988), mestrado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (1997) e doutorado em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo (2004). Atualmente é professor Auxiliar da UNITAU. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em teoria psicológica e interfaces, atuando principalmente nos seguintes temas: autoconceito, interações sociais, intersubjetividade, avaliação psicológica.

Pedro Henrique Mendrot Monteiro

Estudante de psicologia (UNITAU), com ênfase nas áreas de avaliação psicológica, testes projetivos e psicodinâmica. Bolsista Iniciação Científica PIBIC/ CNPq – Unitau.

Pietra Maschio da Silva

Possui graduação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (2022). Tem experiência na área de Psicologia Clínica.

Rafaela Samara de Paula Rocha

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Raquel B. Marioto Gonçalves

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Rebeca de Carvalho de Oliveira

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Renan da Costa Roque

Formação em Psicologia pela Universidade de Taubaté (UNITAU). Possui especial interesse de estudo pelas áreas de: Psicologia Social, Psicologia do esporte e Psicologia Existencialista.

Realizou estágio obrigatório clínico no Centro de Psicologia Aplicada da Universidade de Taubaté e estágio obrigatório com ênfase em gestão no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CentroPOP) de Taubaté. Foi bolsista PIBIC-UNITAU em 2021, pesquisando sobre a Influência da liderança situacional exercida por treinadores de equipes esportivos sobre o desempenho coletivo. Foi voluntário do Programa de Iniciação à Docência na disciplina de Práticas Psicológicas e Políticas Públicas no Departamento de Psicologia da Universidade de Taubaté. Atualmente é pós-graduando em Psicologia Clínica Existencialista Sartreana pelo Núcleo de Clínica Ampliada Fenomenológica Existencial e em Psicologia e Esporte pela Universidade São Judas. Atua na área clínica prestando atendimento em psicoterapia pela abordagem existencialista. Ainda, atua como Psicólogo do esporte no Centro de Formação Esportivo Basquetebol Taubaté, utilizando de uma abordagem fenomenológica-existencial.

Rhayssa H. C. Constantino Barreto

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Rosa Maria Frugoli da Silva

Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), mestrado em Ciências Sociais (Antropologia Urbana/PUC/SP), especialização em Educação e graduação em Psicologia. Experiência na área de Formação Humana, atuando principalmente nos seguintes temas: tecnologias e saúde, processos de subjetividades na contemporaneidade, violência e gênero. Professora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (UMESP), desenvolvendo estudos sobre saúde, gênero e violência. Coordenadora do grupo de pesquisa NEPAG-Saúde (CNPq). Na graduação, professora e supervisora de estágios clínicos e comunitários na abordagem Humanista e Existencial da Universidade Metodista de São Paulo e Universidade de Taubaté.

Rosiane Ferreira Basso

Psicóloga, graduada pela Universidade de Taubaté.

Samara Felix de Lima

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Selma Cristina de Jesus Miguel

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Sidnei Leal Silva

Acadêmico do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Silvana Patrícia dos Santos

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Vale do Paraíba (1985), com especialização em Administração Escolar e Orientação Educacional, com Pós - Graduação "Lato Sensu" em Metodologia do Ensino Superior. Atualmente cursando a Graduação em Psicologia, na Universidade de Taubaté, sua área de maior interesse.

Stephanie Caroline Moreira

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Talita Aparecida Matos

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Talitha Vieira Gonçalves Batista

Graduada em Psicologia (2005) pela Universidade de Taubaté. Possui Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais pela Universidade de Taubaté (2012), Especialização em Jung e Corpo: Psicoterapia Analítica e Abordagem Corporal (2008) pelo Instituto Sedes Sapientiae e em Psicologia Clínica: Formação Sistêmica no Atendimento em casal e família. Atualmente é Professora Auxiliar I da Universidade de Taubaté em regime estatutária, ministrando aulas de Psicomotricidade e Relações Familiares, além de atuar como Supervisora de Estágio Clínico (Psicodiagnóstico e Psicoterapia) e Educacional e orientar Trabalhos de Conclusão de Curso. Atua também como professora convidada no curso de Pós-graduação Lato Sensu em Psicologia Hospitalar. Fora do âmbito acadêmico, atua como Psicóloga Clínica na área de Psicologia Analítica, com ênfase no atendimento a crianças e adolescentes com orientação familiar.

Tania Cristina de Carvalho Paiva Couto

Neuropsicologia (Albert Einstein - em andamento) Áreas de interesse: Psicopatologia, Avaliação Psicológica, Psicomетria. Áreas de estudo: Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC); Terapia Comportamental Dialética (DBT); Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e Abordagem Centrada na Pessoa (ACP) Projetos de extensão 01: Oficina online como modalidade de telessaúde: Uma experiência com universitários com ansiedade de desempenho acadêmico Projetos de extensão 02: Apoio e Prevenção do Suicídio de Jovens Possui graduação em Web Design e Programação pela UNISUL .

Thainá Pavanetti de Souza

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Thais Tadaki

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Thais Vieira Madona

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Victoria Katharine de Souza Correia

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Vitória Aparecida da Silva

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Vitória de Oliveira Prado Ferrari da Silva

Acadêmica do Curso de Psicologia da Universidade de Taubaté.

Vitória Senne Moretti

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.

Yasmin Araújo de Sales

Acadêmica do Curso de Psicologia da Faculdade Serra Dourada de Lorena.



UNITAU

Universidade de Taubaté

ISBN: 978-65-86914-71-9

CDL



9 786586 914719